UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Alcina da Silva Santos Silva

A Casa Nobre no Concelho de Vila Nova de Gaia

História e Arquitetura da Casa Nobre na Época Barroca, séculos XVII e XVIII

Trabalho realizado sob orientação do
Professor Doutor António Sérgio Koch de Araújo e Silva

Julho de 2023

UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Alcina da Silva Santos Silva

A Casa Nobre no Concelho de Vila Nova de Gaia

História e Arquitetura da Casa Nobre na Época Barroca, séculos XVII e XVIII

Tese de Doutoramento em Arquitetura

Tese defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia 24/07/2023,
perante o júri seguinte:
Presidente: Prof. Doutor Carlos Alberto Esteves Guimarães
(Professor Catedrático e Diretor do Doutoramento em Arquitetura da Universidade Lusófona - CUP), por delegação;
Vogal: Profª Doutora Maria Helena Teixeira Maia
(Professora Auxiliar da Escola Superior Artística do Porto)
Vogal: Prof. Doutor Joaquim Carlos Pinto de Almeida
(Professor Associado do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra)
Vogal: ProfªDoutora Ana Catarina Neiva
(Professora Auxiliar da Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona - CUP)
Orientador: Prof. Doutor António Sérgio Koch de Araújo e Silva
(Professor Auxiliar da Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona - CUP)

Julho de 2023

É autorizada a reprodução integral desta tese apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

EPÍGRAFE

"Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota"

Madre Teresa de Calcutá

DEDICATÓRIA

Ao Aníbal, meu marido, companheiro e amigo, que está sempre a meu lado.

Às minhas filhas, Márcia e Rita, sempre prontas e disponíveis a ouvir-me.

À minha netinha Ariane.

À minha mãe, com muitas saudades.

Ao meu Pai.

Ao Professor Doutor Sérgio Koch, pela paciência e orientação na realização desta Tese.

AGRADECIMENTOS

Elaborar um trabalho de investigação na perspetiva de produzir informação e conhecimento, só é possível alcançar através de bibliografias, documentos escritos e técnicos que nos ajudam a compilar narrativas históricas transversais com dados credíveis em documentos guardados nos arquivos e bibliografias de historiadores que dedicaram parte da sua vida na investigação, pesquisa e escrita, obras diversificadas de riqueza cultural incalculável, que quase sem nos darmos conta, somos herdeiros desse acervo monumental, um legado que ao longo dos tempos nos foi sendo deixado e que no nosso ponto de vista deve ser frequentemente usado.

Chegar a estes documentos, bibliografias e imagens, que se encontram nos arquivos, nas bibliotecas, nas fundações e nos gabinetes, nem sempre é tarefa fácil, mas pelo caminho que fomos trilhando encontramos pessoas que não se escusaram na disponibilização com afeto, na ajuda preciosa de podermos chegar a informações por nós desconhecidas. A todas as pessoas, dos arquivos, das bibliotecas, das fundações, em especial, à Dr.ª Conceição Prata da Fundação Marques da Silva, Dr.ª Sofia Fernandes do Arquivo Municipal de Penafiel, Dr.ª Cristiana Freitas do Arquivo Municipal de Ponte de Lima e Dr.ª Conceição Teixeira da DRCN, muito obrigada pelo apoio na pesquisa de documentação para a realização deste trabalho.

Não podíamos, de forma alguma, deixar de realçar alguns nomes de pessoas que fazem parte integrante deste caminho percorrido, com a sorte, inclusive, de se terem criado laços de amizade para sempre, dizendo que sem eles este trabalho não teria sido possível.

Ao Mestre António Conde, Técnico Superior da Câmara Municipal de VNG na área das Bibliotecas Públicas, um obrigada muito especial pelo incentivo e apoio nas horas mais difíceis. Não pode ficar por dizer que, sempre que foi contactado, a sua grandeza na disponibilidade foi o mote para muitas vezes não desmoralizarmos ajudando nas interpretações e raciocínios muitas vezes já esgotados pelo cansaço de horas de estudo a fio. Guardaremos religiosamente os conselhos, a ajuda na procura de bibliografias importantes relacionadas com o tema que, desde há seis anos a esta parte, foram imprescindíveis para a realização desta Tese.

Às pessoas que ajudaram a interpretar as Casas em estudo: Arqt.ª Valéria Wiendl; Arqtº Vitor Miranda; Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop; Arqt.º Diogo Castelo Branco e Eng.ª Civil Fernanda Valente, muito obrigada pela partilha dos projetos e levantamentos topográficos que elaboraram.

Aos proprietários das Casas, pela amabilidade e possibilidade de poder entrar nas suas propriedades, dedicando-nos toda a atenção, tornando inesquecíveis e saudosos esses momentos, por isso um obrigada muito especial ao Sr. Visconde de Cortegaça Francisco Pereira Coutinho; a Mister Adrian Bridge; ao Professor Doutor Paulo Lencastre; ao Dr. Domingos Filipe e ao Mestre Joaquim Costa Gomes.

À muito querida e especial Dr.ª Joana Lencastre, filha do proprietário da Casa do Fojo, muito obrigada pelo carinho com que sempre nos recebeu e ajudou com informações preciosas para o estudo da sua Casa.

Às prestáveis amigas Arqueóloga Flávia Nunes e Dr.ª Andreia Esteves, colaboradoras da Empresa The Fladgate Partnership S.A., muito obrigada pela disponibilidade, atenção e carinho na partilha de informações sobre a Casa do Choupelo.

Às companheiras e companheiros de percurso académico, lembrando aqueles/as com quem se mantem um diálogo mais próximo como: a Maria José Leite; a Patrícia Brito; a Rita Lima; a Valéria Wiendl: o José Vaz e tantas/os outras/os, muito obrigada pela partilha e ajuda nesta longa caminhada que é de todos nós.

À querida amiga Eugénia Ventura que, em momentos de algum stress com as datas de entrega de documentos na Universidade e informações relativas às regras estipuladas, teve sempre uma palavra carinhosa e sábia na resolução de questões inerentes ao trajeto académico aplicando-se na perfeição o provérbio português, neste caso: A pessoa certa no lugar certo. Muito obrigada por ser como é.

À Doutora Ana Sofia Cardoso, revisora literária desta Tese, pelo empenho e dedicação com que tratou este trabalho, muito obrigada.

Aos professores em geral que sempre confiaram neste trabalho, em especial ao orientador, Professor Doutor Sérgio Koch, muito obrigada pelos saberes que souberam transmitir e partilhar, porque sem eles não seria possível a elaboração deste trabalho que sempre será de todos que nele acreditaram e apostaram. Obrigada professores pelo carinho e pela cumplicidade deste feito.

Título: A Casa Nobre no Concelho de Vila Nova de Gaia. História e Arquitetura da Casa Nobre na Época Barroca, séculos XVII e XVIII

RESUMO

O estudo que se apresenta, no âmbito do Curso de Doutoramento em Arquitetura, à Universidade Lusófona do Porto, sobre a Casa Nobre no Concelho de Vila Nova de Gaia, tem como objetivo a abordagem da História e Arquitetura da Casa Nobre na Época Barroca nos séculos XVII e XVIII.

O tema da Casa Nobre engloba estudos sobre: (1) a História e Arquitetura da Casa Nobre, (2) o atributo que lhe foi reconhecido com o título de Nobre, (3) a História vivencial dos proprietários da Casa ao longo das épocas, (4) a análise sobre as alterações construtivas que o edifício foi sofrendo no decorrer dos séculos, (5) o levantamento topográfico arquitetónico que, através das plantas e alçados, possibilitou uma leitura técnica dos projetos do património selecionado, (6) o estudo de três Casas: a Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino; a Casa/Quinta do Choupelo e a Casa/Quinta do Fojo, todas elas localizadas no Concelho de Vila Nova de Gaia.

Os objetivos da presente investigação são: (1) estudo da História das Casas Nobres e dos seus proprietários, (2) análise da construção arquitetónica da Casa Nobre descendente da Casa-Torre Medieval e a sua evolução, com registos das transformações sofridas ao longo das épocas, (3) descrição iconográfica dos elementos arquitetónicos das fachadas das Casas, (4) estudo sobre a construção da Capela adossada à Casa, no espaço da Torre, e da sua função, (5) classificação de tipologias arquitetónicas díspares, atendendo às três zonas geográficas diferentes dentro do Concelho - Zona Fluvial, Zona Interior e Zona Marítima, originando a atribuição das designações de Casa Nobre Rural, Casa Nobre Urbana e Casa Nobre de Veraneio, (6) seleção de oito Casas como estudo preliminar dissecando posteriormente a investigação para três Casas como casos de estudos, uma por cada zona geográfica diferente.

O levantamento documental cronológico histórico e técnico referente ao tema, juntamente com as análises feitas, presencialmente, aos edifícios, permitiu dar respostas essenciais na produção de informação sobre as Casas Nobres que, tendo em conta a sua longevidade e a sua História identitária, retratam um património arquitetónico de interesse público, um legado a preservar.

Palavras-chave: História; Arquitetura; Casa Nobre; Capela; Vila Nova de Gaia.

Tittle: The Noble House in the Municipality of Vila Nova de Gaia. History and Architecture of the Noble House in the Baroque Period, 17th and 18th centuries

ABSTRACT

The present study developed within the Doctoral Program in Architecture at the Universidade Lusófona do Porto aims to describe the Noble House in the Municipality of Vila Nova de Gaia, approaching the History and Architecture of the Noble House in the Baroque Period throughout the 17th and 18th centuries.

The theme of Noble House gathers studies on: (1) the History and Architecture of the House, (2) the attribute recognized by the title of Noble, (3) the living History of the House owners over the epochs, (4) the analysis of the constructive changes that the building underwent over the centuries, (5) the architectural topographic survey that enabled the projects' technical reading through plans and elevations in the selected heritage, (6) the study of three Houses: Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino; Casa/Quinta do Choupelo and Casa/Quinta do Fojo, all located in the municipality of Vila Nova de Gaia.

This research aims to: (1) study the Houses and their owners' History, (2) analyse the architectural construction of the Noble House descending from the Medieval House-Tower and its evolution, with records of the transformations undergone over the years; (3) make an iconographic description of the architectural elements of the facades of the Houses, (4) study the construction of the Chapel adjacent to the House, in the space of the Tower, and its function, (5) classify the distinct architectural typologies, given the three different geographic zones within the Municipality - Fluvial Zone, Interior Zone and Maritime Zone, leading to the attribution of the designations of Casa Nobre Rural, Casa Nobre Urbana and Casa Nobre de Veraneio, (6) select eight Houses as a preliminary study, dissecting the research for three Houses as case studies, one for each different geographic zone.

The historical and technical chronological documentary survey related to the subject, together with the analysis carried out on the buildings in person, allowed us to provide essential answers in the production of information about the Noble Houses which, taking into account their longevity and their identity history, portray an architectural heritage of public interest, a legacy to be preserved.

Keywords: History; Architecture; Noble House; Chapel; Vila Nova de Gaia.

ÍNDICE

AUTORIZAÇÃO ii
EPÍGRAFE iii
DEDICATÓRIA v
AGRADECIMENTOS vii
RESUMO ix
ABSTRACT xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS xxiii
LISTA DE FIGURAS xxv
LISTA DE TABELAS xxxvii

PARTE I 1

INTRODUÇÃO 3

CAPÍTULO I. PLANO DE TRABALHOS 7

1. INVENTÁRIO DE QUARENTA CASAS 8
2. AS TRÊS ZONAS DISTINTAS NO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA 8
3. CONCEITOS E DESIGNAÇÃO DAS CASAS 8
4. LEVANTAMENTO DOCUMENTAL HISTÓRICO 9
5. LEITURA ABRANGENTE SOBRE A HISTÓRIA DA ARQUITETURA NA ÉPOCA BARROCA 9
6. A TIPOLOGIA E A EVOLUÇÃO DA CASA COM AS ALTERAÇÕES SOFRIDAS AO LONGO DAS ÉPOCAS 9
7. CARACTERIZAÇÃO DA CASA COMO CASA NOBRE 10

CAPÍTULO II. METODOLOGIA E FONTES 11

1. CONSULTA DO PDM - PLANO DIRETOR MUNICIPAL 11
2. CONSULTA DOCUMENTAL DAS MP – MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758 12
3. CONSULTA SOBRE O PATRIMÓNIO DAS ENCOSTAS DO DOURO POR UNIDADE DE PAISAGEM 12
4. CONSULTA E LEVANTAMENTO DOCUMENTAL SOBRE OS AUTOS E DOTES DE PATRIMÓNIO DAS CAPELAS EM VNG 13
5. TRABALHO DE TERRENO 13
6. REGISTOS BIBLIOGRÁFICOS E CITAÇÕES TRANSCRITAS EM FICHAS DE LEITURA 14
7. MAPA TOPOGRÁFICO DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA 14
8. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DAS CASAS SELECIONADAS PARA OS CASOS DE ESTUDO 15

CAPÍTULO III. ESTADO DA ARTE – ESTUDO DE VÁRIOS AUTORES/HISTORIADORES SOBRE A CASA DE HABITAÇÃO AO LONGO DOS TEMPOS ATÉ À ÉPOCA BARROCA 17

1. AUTORA – ANNE STOOP – PALÁCIOS E CASAS SENHORIAIS DO MINHO 17

2. AUTOR – AUGUSTO FERREIRA DO AMARAL – NOBREZA, FIDALGUIA, HONRA E PRINCIPALIDADE EM PORTUGAL NA IDADE MODERNA 18

3. AUTORES – CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALMEIDA; MÁRIO JORGE BARROCA – HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL, O GÓTICO 19

3.1. A Arquitetura Civil na Plena Idade Média - Torre de Menagem, Habitação Senhorial . 19

3.2. A Arquitetura Civil na Plena Idade Média - Casas Urbanas 20

4. AUTOR – CARLOS AZEVEDO – SOLARES PORTUGUESES 24

5. AUTOR – DAGOBERTO MARKL – HISTÓRIA DA ARTE EM PORUGAL, O RENASCIMENTO 26

6. AUTORES – ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA; FERNANDO GALHANO – ARQUITETURA TRADICIONAL PORTUGUESA 28

7. AUTOR – GEORGE KUBLER – A ARQUITETURA PORTUGUESA CHÃ. ENTRE AS ESPECIARIAS E OS DIAMANTES 1521-1706 29

8. AUTOR – GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA – A PINTURA DO RETRATO NA CASA NOBRE DO NORTE DE PORTUGAL 31

9. AUTOR – HUGO O´NEILL – A CASA NOBRE - RECUPERAÇÃO DE UM SÍMBOLO AMEAÇADO DA CULTURA PORTUGUESA 32

10. AUTORA – ISABEL SOARES DE ALBERGARIA – O TRABALHO DA PEDRA NAS CASAS NOBRES MICAELENSES DOS SÉCULOS XVII E XVIII: SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS DESENVOLVIDOS LOCALMENTE POR TÉCNICAS E PROFISSIONAIS LIGADOS AO TRABALHO DA PEDRA 33

11. AUTOR – JOAQUIM JAIME FERREIRA-ALVES – A CASA NOBRE NO PORTO NA ÉPOCA MODERNA 33

12. AUTOR – JOSÉ CARLOS RIBEIRO DA SILVA – A CASA NOBRE NO CONCELHO DE LOUSADA 34

13. AUTOR – JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA – PAÇOS MEDIEVAIS PORTUGUESES 35

14. AUTOR – JOSÉ FERNANDES PEREIRA – A ARQUITETURA BARROCA EM PORTUGAL 39

15. AUTOR – MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA – MANIFESTAÇÕES DO BARROCO PORTUGUÊS: CASAS E QUINTAS COM CAPELA 40

16. AUTORA – MARIA AMÉLIA DA SILVA PAIVA – A CASA NOBRE NO CONCELHO DE PONTE DE LIMA. D. LEONEL, DE LIMA: RUPTURAS E EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO QUATROCENTISTA 42

17. AUTORA – NATÁLIA MARIA FAUVRELLE DA COSTA – QUINTAS DO DOURO. AS ARQUITETURAS DO VINHO DO PORTO 42

18. AUTOR – NELSON CORREIA BORGES – HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL DO BARROCO AO ROCOCÓ 43

19. AUTOR – PAULO PEREIRA – HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA 45

20. AUTOR – PEDRO DIAS – A ARQUITETURA GÓTICA PORTUGUESA 47

PARTE II 51

CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRIO, HISTÓRICO E ARQUITETÓNICO DAS TIPOLOGIAS DA CASA DE HABITAÇÃO DESDE A IDADE MÉDIA ALTA ATÉ À ÉPOCA BARROCA 53

1. IDADE MÉDIA ALTA - SÉCULOS V A XI 53

2. IDADE MÉDIA PLENA - SÉCULOS XI A XIV 54

3. IDADE MÉDIA TARDIA - SÉCULOS XIV E XVI 55

4. IDADE MODERNA - SÉCULOS XVI A XIX 56

CAPÍTULO II. DEFINIÇÃO DE CONCEITOS 57

1. CASA 57

2. CASAL 59

3. PAÇO 59

4. PALÁCIO 61

5. QUINTA 62

6. SOLAR 63

CAPÍTULO III. AS ORIGENS DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA COM PASSAGENS RELEVANTES QUE FAZEM A HISTÓRIA DA CIDADE 65

1. O CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA 66

2. AS ORIGENS DE VILA NOVA DE GAIA 67

3. O BRASÃO DE MEA VILLA DE GAYA – NOME E RENOME E O BRASÃO ATUAL 71

4. AS PRIMEIRAS PONTES DE PASSAGEM DE VILA NOVA DE GAIA PARA O PORTO 74

4.1. A Ponte de Barcas 75

4.2. A Ponte Pênsil 76

5. AS GUERRAS QUE MARCARAM A POVOAÇÃO DE VILA NOVA DE GAIA 77

5.1. A Guerra Peninsular em 29 de março de 1809 77

5.2. A Guerra Civil Portuguesa, intitulada por: Guerras Liberais, Guerra Miguelista ou Guerra dos Dois Irmãos, de 1832 a 1834 78

6. O COMÉRCIO DO VINHO DO PORTO 79

7. AS CASAS 81

CAPÍTULO IV. INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR SOBRE A CASA NOBRE NO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA 85

1. INVENTÁRIO DE QUARENTA CASAS/QUINTAS COM CAPELA CONSTRUÇÕES FEITAS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS SÉCULOS XVII E XIX 85

2. MAPA DO CONCELHO COM AS QUINZE FREGUESIAS IDENTIFICADAS POR CORES DAS TRÊS ZONAS GEOGRÁFICAS DIFERENCIADAS 88

3. AS OITO CASAS SELECIONADAS, CONSTRUIDAS EM LOCAIS GEOGRÁFICOS DIFERENTES - ESTUDO PRELIMINAR 90

3.1. TRÊS CASAS NA ZONA FLUVIAL DO RIO DOURO 91

3.1.1. Casa/Quinta de Santo Inácio de Fiães 92

3.1.1.1. Descrição tipológica e arquitetónica da Casa 93

3.1.1.2. Descrição tipológica da Capela..... 97
3.1.1.3. Descrição do corpo da Casa no lado esquerdo e da Fonte no pátio do lado direito ……..……98
3.1.1.4. Descrição geográfica dos espaços de lazer..... 99
3.1.1.5. Análise global..... 100
3.1.2. Casa/Quinta da Agraceira..... 102
3.1.2.1. Documentos sobre o Património..... 103
3.1.2.2. Autos de Património da Capela..... 105
3.1.2.3. Descrição geográfica..... 106
3.1.2.4. Descrição tipológica e arquitetónica..... 107
3.1.2.5. Análise global..... 110
3.1.3. Casa/Quinta da Gândara..... 110
3.1.3.1. Pedido para a construção da Capela com invocação a Nossa Senhora do Carmo ……112
3.1.3.2. Descrição tipológica e arquitetónica da Casa..... 113
3.1.3.3. A gramática arquitetónica da Capela..... 114
3.1.3.4. Projeto de reabilitação da Casa e Quinta e Pedido de Classificação de Património de Imóvel de Interesse Municipal..... 116
3.1.3.5. Análise global..... 117
3.2. TRÊS CASAS NA ZONA DO INTERIOR DO CONCELHO..... 118
3.2.1. Casa/Quinta de Codeçais..... 119
3.2.1.1. Pedido para a Construção da Capela com invocação a São Sebastião..... 121
3.2.1.2. Descrição tipológica e arquitetónica da Casa..... 122
3.2.1.3. A gramática arquitetónica da Capela..... 124
3.2.1.4. Análise global..... 126
3.2.2. Quinta da Costa – Casa/Quinta dos Condes de Resende..... 127
3.2.2.1. Descrição do Edifício no espaço geográfico..... 128
3.2.2.2. Descrição tipológica e arquitetónica da Casa..... 131
3.2.2.3. Características sobre a Capela com invocação a S. Tomé..... 133
3.2.2.4. Análise global..... 135
3.2.3. Casa/Quinta de Soeime ou Quinta das Fontes..... 136
3.2.3.1. Autos do Património da Capela..... 138
3.2.3.2. Características tipológicas da Casa..... 139
3.2.3.3. Gramática arquitetónica da Capela..... 142
3.2.3.4. Análise global..... 144
3.3. DUAS CASAS NA ZONA MARÍTIMA DA COSTA ATLÂNTICA..... 145
3.3.1. Casa/Quinta da Portela..... 145
3.3.1.1. Autos de Património da Capela com invocação a São Miguel..... 148
3.3.1.2. Caraterísticas tipológicas arquitetónicas da Casa..... 149
3.3.1.3. Caraterísticas tipológicas arquitetónicas da Capela..... 151
3.3.1.4. Análise global..... 151

3.3.2. Casa/Quinta e Capela de S. Tomé 152
3.3.2.1. Descrição tipológica e arquitetónica da Casa 154
3.3.2.2. Os Autos do Património da Capela 155
3.3.2.3. A gramática arquitetónica da fachada da Capela 156
3.3.2.4. Análise global 157
4. CONCLUSÃO SOBRE AS DIFERENÇAS ENCONTRADAS NO ESTUDO DAS OITO CASAS NAS TRÊS ZONAS GEOGRÁFICAS DISTINTAS 157

PARTE III 167

INTRODUÇÃO 169

CAPÍTULO I. CASA/QUINTA DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO 171

1. REGISTOS HISTÓRICOS DO PATRIMÓNIO DA QUINTA DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO, COM A DESIGNAÇÃO MAIS ANTIGA DE CASAL DE VILAR DE ANDORINHO; QUINTA DE BAIXO; QUINTA DE VILAR DE ANDORINHO E POR FIM QUINTA DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO 173

2. REGISTOS HISTÓRICOS DOCUMENTAIS DO PATRIMÓNIO DA CAPELA DA CASA DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO 197

3. ARQUITETURA, TIPOLOGIA E IDENTIDADE 199

4. TRANSFORMAÇÕES E ALTERAÇÕES ARQUITETÓNICAS SOFRIDAS AO LONGO DOS SÉCULOS NOS EDIFÍCIOS DA QUINTA DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO 212

CAPÍTULO II. CASA/QUINTA DO CHOUPELO DE JOSÉ DE AZEVEDO E SOUSA 231

1. REGISTOS HISTÓRICOS DO PATRIMÓNIO DA CASA DE JOSÉ DE AZEVEDO E SOUSA TAMBÉM COM A DESIGNAÇÃO DE CASA OU SOLAR DO CHOUPELO E ATUALMENTE A FUNCIONAR COMO MUSEU DA MODA E DO TÊXTIL, PORTO FASHION 233

2. REGISTOS HISTÓRICOS DOCUMENTAIS DO PATRIMÓNIO DA CAPELA DA CASA DO CHOUPELO 243

3. ARQUITETURA, TIPOLOGIA, IDENTIDADE 246

4. TRANSFORMAÇÕES E ALTERAÇÕES ARQUITETÓNICAS SOFRIDAS AO LONGO DOS SÉCULOS NO EDIFÍCIO PRINCIPAL COM A FACHADA VIRADA A NORTE, DA CASA DE JOSÉ DE AZEVEDO E SOUSA 257

CAPÍTULO III. CASA/QUINTA DO FOJO 275

1. REGISTOS HISTÓRICOS DO PATRIMÓNIO DA CASA/QUINTA DO FOJO, DESDE A DATA DA SUA CONSTRUÇÃO ATÉ À CONTEMPORANEIDADE 277

2. REGISTOS HISTÓRICOS DOCUMENTAIS DO PATRIMÓNIO DA CAPELA DA CASA/QUINTA DO FOJO 288

3. ARQUITETURA, TIPOLOGIA E IDENTIDADE 291

4. TRANSFORMAÇÕES E ALTERAÇÕES ARQUITETÓNICAS SOFRIDAS AO LONGO DOS SÉCULOS NO EDIFÍCIO DA CASA/QUINTA DO FOJO 309

CONSIDERAÇÕES FINAIS 331
BIBLIOGRAFIA 337

ANEXOS 347
ANEXO 1. QUINTA DO CORVO 349
ANEXO 2. QUINTA DA GÂNDARA 351
ANEXO 3. QUINTA DA DEVESA 353
ANEXO 4. QUINTA DE PORCAS 356
ANEXO 5. QUINTA DA AGRACEIRA 359
ANEXO 6. QUINTA DE FIÃES OU DE SANTO INÁCIO (Quinta Lugar de Campos) 362
ANEXO 7. QUINTA DE S. JULIÃO 365
ANEXO 8. QUINTA DOS CAMPINHOS 367
ANEXO 9. QUINTA DO PAÇO 370
ANEXO 10. QUINTA DA RECHOUSA 373
ANEXO 11. CASA/QUINTA DOS CONDES DE RESENDE 375
ANEXO 12. QUINTA DO FOJO 378
ANEXO 13. QUINTA DO BRANDÃO 381
ANEXO 14. QUINTA DO JORDÃO 383
ANEXO 15. QUINTA DO ARALE 385
ANEXO 16. QUINTA DA PORFIA 387
ANEXO 17. QUINTA DA CARIOCA – CASA DE VILA FLOR 389
ANEXO 18. QUINTA DA PORTELA 391
ANEXO 19. QUINTA DA IGREJA 393
ANEXO 20. QUINTA DO CADEADO 395
ANEXO 21. QUINTA DO CASALINHO 398
ANEXO 22. QUINTA DE SÃO SALVADOR 400
ANEXO 23. QUINTA DOS FRADES 402
ANEXO 24. QUINTA DO SARDÃO 404
ANEXO 25. QUINTA DE SANTO ALEIXO 406
ANEXO 26. QUINTA DA BOUCINHA 408
ANEXO 27. CASA DO CASAL 410
ANEXO 28. QUINTA DE CODEÇAIS 411
ANEXO 29. QUINTA DA PARADELA 413
ANEXO 30. QUINTA DA ALHEIRA 415
ANEXO 31. QUINTA DA PENA 417
ANEXO 32. CASA AGRÍCOLA 419
ANEXO 33. QUINTA DO CAMPO BELO 421
ANEXO 34. QUINTA DO CHOUPELO 424
ANEXO 35. CASA E CAPELA DE SÃO TOMÉ 426

ANEXO 36. QUINTA DA CAPELA DA SENHORA DA GRAÇA 428
ANEXO 37. CASA E CAPELA DE PASSOS 430
ANEXO 38. QUINTA DE SOEIME ou QUINTA DAS FONTES 432
ANEXO 39. QUINTA DE BAIXO ou QUINTA DOS CONDES DE PAÇO DE VITORINO 435
ANEXO 40. QUINTA DA BOA NOVA ou QUINTA DA CONDESSA DE S. TIAGO DE LOBÃO 437
ANEXO 41. CLASSIFICAÇÃO DA QUINTA DA GÂNDARA COMO IIM-IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL 440
ANEXO 42. PEDIDO DE CLASSIFICAÇÃO E RESTAURO DO SOLAR DOS CONDES DE RESENDE 441
ANEXO 43. PEDIDO DE CLASSIFICAÇÃO DA QUINTA DE BAIXO OU DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO 465
ANEXO 44. BIBLIOGRAFIA DA DESCRIPÇÃO TOPOGRAPHICA DE VILA NOVA DE GAIA 484
ANEXO 45. MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758 DA FREGUESIA DE SANTA MARINHA ... 485
ANEXO 46. CLASSIFICAÇÃO DA QUINTA DO CHOUPELO COMO IIC-IMÓVEL DE INTERESSE CONCELHIO 490
ANEXO 47. AUTOS DO PATRIMÓNIO DA CAPELA DE JOSÉ DE AZEVEDO E SOUSA OU QUINTA DO CHOUPELO 491
ANEXO 48. INVENTÁRIO DO TESTAMENTO DE JOSÉ DE AZEVEDO E SOUSA 496
ANEXO 49. INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA DA CASA DO FOJO 500
ANEXO 50. PEDIDO DE AFORAMENTO DE TERRENO FEITO POR JOÃO NEVIL EM 1807 518
ANEXO 51. PEDIDO DE AFORAMENTO DE TERRENO FEITO POR ANA NEVIL EM 1815. 520
ANEXO 52. MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758 DA FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ DE CANIDELO 522
ANEXO 53. AUTOS DO PATRIMÓNIO DA CAPELA DA CASA DO FOJO 524
ANEXO 54. PEDIDO DE LICENÇA DE OBRAS FEITO POR DR. JOSÉ NEVILL ASCENÇÃO PINTO DA CUNHA SAAVEDRA EM 1949 533
ANEXO 55. Figura 1 - Desenho do Castelo de Caminha. 545
ANEXO 56. Figura 2 - Desenho da planta da Fortaleza do Castelo de Caminha. 546
ANEXO 57. Figura 3 - Desenho do Castelo do Mogadouro. 547
ANEXO 58. Figura 4 - Desenho da Planta do Castelo do Mogadouro. 548
ANEXO 59. Figura 5 - Desenho do Castelo de Freixo de Espada à Cinta 549
ANEXO 60. Figura 6 - Desenho da Planta da Fortaleza do Castelo de Freixo de Espada à Cinta 550
ANEXO 61. Figura 26 - Corte e Fachadas (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100) 551
ANEXO 62. Figura 27 - Planta do rés-do-chão (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100) 552
ANEXO 63. Figura 28 - Planta do 1.º andar (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100) 553
ANEXO 64. Figura 35 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Santo Inácio de Fiães, página inicial. 554
ANEXO 65. Figura 36 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Santo Inácio de Fiães, p. 2. 555
ANEXO 66. Figura 39 - Documento sobre a constituição do património da Capela da Quinta da Agraceira. 556

ANEXO 67. Figura 40 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, página inicial. 557

ANEXO 68. Figura 41 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, p. 2. 558

ANEXO 69. Figura 42 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, página sem número. 559

ANEXO 70. Figura 50 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Gândara, página inicial. 560

ANEXO 71. Figura 51 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Gândara, p. 2. 561

ANEXO 72. Figura 61 - Documento sobre a existência da Quinta de Codeçais em 1758. 562

ANEXO 73. Figura 62 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Codeçais, página inicial. 563

ANEXO 74. Figura 63 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Codeçais, p. 2. 564

ANEXO 75. Figura 82 - Documento sobre a existência da Quinta de Soeime em 1758. 565

ANEXO 76. Figura 83 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Soeime, página inicial. 566

ANEXO 77. Figura 84 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Soeime, p. 2. 567

ANEXO 78. Figura 95 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página inicial. 568

ANEXO 79. Figura 96 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número. 569

ANEXO 80. Figura 97 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número. 570

ANEXO 81. Figura 103 - Documento sobre o Auto do Património da Capela de S. Tomé, página inicial. 571

ANEXO 82. Figura 104 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número. 572

ANEXO 83. Figura 118 - Documento cedido pela Junta de Freguesia de Vilar de Paraíso. 573

ANEXO 84. Figura 119 - Carta urbanística que localiza o espaço da Casa e do terreno dos Condes do Paço de Vitorino, assinalado com um círculo. 574

ANEXO 85. Figura 122 - Documento de Arquivo – ADPRT. 575

ANEXO 86. Figura 123 - Documento de Arquivo - ADPRT. 576

ANEXO 87. Figura 124 - Documento de Arquivo - ADPRT. 577

ANEXO 88. Figura 125 - Documento de Arquivo – ADPRT. 578

ANEXO 89. Figura 126 - Documento de Arquivo – ADPRT. 579

ANEXO 90. Figura 127 - Documento de Arquivo – ADPRT. 580

ANEXO 91. Figura 128 - Documento de Arquivo – ADPRT. 581

ANEXO 92. Figura 129 - Documento de Arquivo – ADPRT. 582

ANEXO 93. Figura 130 - Documento de Arquivo – ADPRT. 583

ANEXO 94. Figura 131 - Documento de Arquivo – ADPRT. 584

ANEXO 95. Figura 132 - Documento de Arquivo – ADPRT. 585
ANEXO 96. Figura 133 - Documento de Arquivo – ADPRT. 586
ANEXO 97. Figura 134 - Documento de Arquivo – ADPRT. 587
ANEXO 98. Figura 135 - Documento de Arquivo – ADPRT. 588
ANEXO 99. Figura 136 - Documento de Arquivo – ADPRT. 589
ANEXO 100. Figura 137 - Documento de Arquivo – ADPRT. 590
ANEXO 101. Figura 138 - Documento de Arquivo – ADPRT. 591
ANEXO 102. Figura 139 - Documento de Arquivo – ADPRT. 592
ANEXO 103. Figura 140 - Documento de Arquivo – ADPRT. 593
ANEXO 104. Figura 141 - Documento de Arquivo – ADPRT. 594
ANEXO 105. Figura 142 - Documento de Arquivo – ADPRT. 595
ANEXO 106. Figura 143 - Documento de Arquivo – ADPRT. 596
ANEXO 107. Figura 144 - Documento de Arquivo – ADPRT. 597
ANEXO 108. Figura 145 - Documento de Arquivo – ADPRT. 598
ANEXO 109. Figura 146 - Documento de Arquivo – ADPRT. 599
ANEXO 110. Figura 147 - Documento de Arquivo – ADPRT. 600
ANEXO 111. Figura 148 - Documento de Arquivo – ADPRT. 601
ANEXO 112. Figura 149 - Documento de Arquivo – ADPRT. 602
ANEXO 113. Figura 150 - Documento de Arquivo – ADPRT. 603
ANEXO 114. Figura 151 - Documento de Arquivo – ADPRT. 604
ANEXO 115. Figura 152 - Pedido de licença de obras à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG). 605
ANEXO 116. Figura 153 - Pedido de licença de obras à CMVNG. 606
ANEXO 117. Figura 154 - Pedido de licença de obras à CMVNG. 607
ANEXO 118. Figura 160 - Casamento de José Pinto Monteiro de Azevedo em 18/12/1712.....608
ANEXO 119. Figura 161 - Batizado do neto de José Pinto Monteiro Azevedo em 19/3/1746. 609
ANEXO 120. Figura 162 - Memórias Paroquiais 1758. 610
ANEXO 121. Figura 164 - Planta do rés-do-chão - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino. 611
ANEXO 122. Figura 165 - Planta do 1.º Piso - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino. 612
ANEXO 123. Figura 166 - Planta aérea - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino. 613
ANEXO 124. Figura 205 - Carta urbanística que localiza a área da Casa/Quinta do Choupelo de José de Azevedo e Sousa, e da Capela adossada. 614
ANEXO 125. Figura 209 - Registo de Batizado de José de Azevedo e Sousa. 615
ANEXO 126. Figura 211 - Documento do Óbito de José de Azevedo e Sousa. 616
ANEXO 127. Figura 212 - Documento testamentário de José de Azevedo e Sousa. 617
ANEXO 128. Figura 213 - Registo de Batismo de Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa em 20 de janeiro de 1756. 618
ANEXO 129. Figura 214 - Registo de casamento de Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa e Pedro Leite Pereira de Mello, em 15 de abril de 1779. 619
ANEXO 130. Figura 218 - Documento dos Autos de Património da Capela de José de Azevedo e Sousa, 1760, página inicial. 620

ANEXO 131. Figura 219 - Documento dos Autos de Património da Capela de José de Azevedo e Sousa, 1760, página seguinte. 621

ANEXO 132. Figura 220 - Inventário testamentário dos bens da Capela folha 70. 622

ANEXO 133. Figura 221 - Inventário testamentário dos bens da Capela folha 71. 623

ANEXO 134. Figura 227 - Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) 624

ANEXO 135. Figura 228 - Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) 625

ANEXO 136. Figura 229 - Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) 626

ANEXO 137. Figura 230 - Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) 627

ANEXO 138. Figura 234 - Alçados nascente e norte da Casa do Choupelo. (Escala 1:200).....628

ANEXO 139. Figura 235 - Alçado norte da Casa do Choupelo. (Escala 1:200) 629

ANEXO 140. Figura 253 - Carta urbanística que localiza a Casa/Quinta do Fojo. 630

ANEXO 141. Figura 257 - Documento dos Autos do Património da Capela da Casa do Fojo no ano de 1749. 631

ANEXO 142. Figura 265 - Documento das Memórias Paroquiais da Freguesia de Canidelo. 632

ANEXO 143. Figura 268 - Documentos dos Autos de Património da Capela da Casa do Fojo de 20/6/1749 (parte 1).....633

ANEXO 144. Figura 269 - Documentos dos Autos de Património da Capela da Casa do Fojo de 20/6/1749 (parte 2).....634

ANEXO 145. Figura 272 - Planta da Casa do Fojo. (Escala 1:100) 635

ANEXO 146. Figura 306 - Alçado principal da Casa do Fojo virado a poente. (Escala 1:100) 636

ANEXO 147. Figura 325 - Notícia do Jornal "O Comércio do Porto" na data de 30 de abril de 1955, sobre o incêndio que tinha deflagrado no dia anterior, 29 de abril na Casa do Fojo (parte 1). 637

ANEXO 148. Figura 326 - Notícia do Jornal "O Comércio do Porto" na data de 30 de abril de 1955, sobre o incêndio que tinha deflagrado no dia anterior, 29 de abril na Casa do Fojo (parte 2). 638

ANEXO 149. Figura 327 - Envio de cheque no valor de 3.750$00. 639

ANEXO 150. Figura 328 - Pedido de notícias sobre as obras, especialmente sobre o teto do Salão Nobre. 640

ANEXO 151. Figura 329 - Carta a confirmar a ida no sábado à Casa do Fojo, e a combinar um encontro. 641

ANEXO 152. Figura 330 - Recibo de 3.750$00 assinado por Fernando Távora. 642

ANEXO 153. Figura 331 - Planta do 2.º piso da Casa do Fojo – Projeto do Arqt.º Fernando Távora de junho de 1955. (Escala 1:50) 643

ANEXO 154. Figura 332 - Alçados posteriores da Casa do Fojo – Projeto do Arqt.º Fernando Távora de junho de 1955. (Escala 1:50) 644

ANEXO 155. Figura 334 - Esquema exemplificativo das alterações construtivas no 1.º piso da Casa do Fojo.....645

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEP	Arquivo Episcopal do Porto
ADPRT	Arquivo Distrital do Porto
APEP	Arquivo do Paço Episcopal do Porto
CMVNG	Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
DMPCC	Direção Municipal de Património, Cultura e Ciência
Doc.	Documento
Docs.	Documentos
DR	Diário da República
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte
GHAVNG	Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
IANTT	Instituto dos Arquivos Nacionais da Torres do Tombo
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
IIP	Imóvel de Interesse Público
Imag.	Imagem
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitetónico
Fl.	Folha
Fls.	Folhas
Liv.	Livro
MP	Memórias Paroquiais
O.F.M.	Ordem dos Frades Menores
p.	Página
PDM	Plano Diretor Municipal
Qt.ª	Quinta
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
Séc.	Século
St.º	Santo
VNG	Vila Nova de Gaia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Desenho do Castelo de Caminha. 22
Figura 2. Desenho da planta da Fortaleza do Castelo de Caminha. 23
Figura 3. Desenho do Castelo do Mogadouro. 23
Figura 4. Desenho da Planta do Castelo do Mogadouro. 23
Figura 5. Desenho do Castelo de Freixo de Espada à Cinta. 24
Figura 6. Desenho da Planta da Fortaleza do Castelo de Freixo de Espada à Cinta. 24
Figura 7. Idade Média – Aglomerado de habitações. 54
Figura 8. Idade Média Plena – Casa-Torre de Quintela, Vila Real. 55
Figura 9. Época Medieval de transição para o Renascimento. Casa-Torre com uma ala horizontal - Casa-Torre de Grade, Arcos de Valdevez. 56
Figura 10. Época do Renascimento, tipologia da Casa: duas Torres e uma ala no centro. – Solar dos Távoras, Pinhel, distrito da Guarda. 56
Figura 11. Época de transição para o Renascimento com uma Torre no centro do séc. XIV e corpos adossados séc. XVIII – Casa-Torre de Aguiã – Arcos de Valdevez. 56
Figura 12. Torre de Refóios de Ponte de Lima. Fonte: Azevedo (1969, p. 17). 58
Figura 13. Palácio Arronches-Lafões, conhecido também por Palácio do Corpo da Guarda, no Porto. 62
Figura 14. Vista do Concelho de Vila Nova de Gaia. 66
Figura 15. Desenho de Gaya, de Cesário Augusto Pinto, 1848. 68
Figura 16. Desenho de Villa Nova, de Cesário Augusto Pinto, 1848. 69
Figura 17. Brasão do Concelho de Vila Nova de Gaia, em 1850. 72
Figura 18. Brasão do Concelho de Vila Nova de Gaia, em vigor. 73
Figura 19. Desenho da Ponte de Barcas, 1806. 75
Figura 20. Desenho da Ponte Pênsil, 1842. 76
Figura 21. Mapa de freguesias de Vila Nova de Gaia. 88
Figura 22. Mapa com a sinalização dos números dos Anexos correspondentes às Casas, situadas em determinada freguesia. 89
Figura 23. Mapa com oito Casas selecionadas para estudos preliminares. 91
Figura 24. Casa/Quinta de Santo Inácio de Fiães. 92
Figura 25. Entrada da Quinta de Santo Inácio de Fiães. 92
Figura 26. Corte e Fachadas (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100) 94
Figura 27. Planta do rés-do-chão (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100) 95
Figura 28. Planta do 1.º andar (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100) 96

Figura 29. Fachada da Casa da Quinta de Santo Inácio de Fiães. 96
Figura 30. Capela e corpo extramuros adossados à Casa na Quinta de Santo Inácio de Fiães. 97
Figura 31. Fachada da Capela extramuros da Quinta de Santo Inácio de Fiães. 98
Figura 32. Corpo térreo do lado esquerdo com ligação à Casa de Santo Inácio de Fiães. 99
Figura 33. Tanque e fonte da Quinta de Santo Inácio de Fiães. 99
Figura 34. Planta aérea da Quinta de Santo Inácio de Fiães. 100
Figura 35. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Santo Inácio de Fiães, página inicial 102
Figura 36. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Santo Inácio de Fiães, p. 2. 102
Figura 37. Vista superior da Casa/Quinta da Agraceira. 103
Figura 38. Casa/Quinta da Agraceira. 103
Figura 39. Documento sobre a constituição do património da Capela da Quinta da Agraceira. 104
Figura 40. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, página inicial. 105
Figura 41. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, p. 2. 105
Figura 42. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, página sem número. 106
Figura 43. Caminho da entrada da Quinta até à Casa da Agraceira. 106
Figura 44. Caminho até ao Rio no interior da Quinta da Agraceira. 107
Figura 45. Fachada do lado nascente da Casa da Agraceira. 107
Figura 46. Fachada principal do lado norte da Casa da Agraceira. 108
Figura 47. Fachada principal do lado norte da Capela da Casa da Agraceira. 109
Figura 48. Localização geográfica da Quinta da Gândara. 110
Figura 49. Caminho desde a entrada da Quinta da Gândara, até à Capela. 111
Figura 50. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Gândara, página inicial. 113
Figura 51. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Gândara, p. 2. 113
Figura 52. Fachada principal da Casa da Quinta da Gândara. 114
Figura 53. Fachada posterior da Casa da Quinta da Gândara. 114
Figura 54. Fachada da Capela da Casa da Quinta da Gândara. 115
Figura 55. Interior da Capela da Casa da Quinta da Gândara. 116
Figura 56. Pormenores do altar-mor da Capela da Quinta da Gândara. 116
Figura 57. Parecer da CMVNG sobre o processo de reabilitação da Casa da Quinta da Gândara. 117
Figura 58. Pátio posterior à Casa da Quinta da Gândara. 118

Figura 59. Localização geográfica da Quinta de Codeçais.....119
Figura 60. Casa/Quinta de Codeçais. 120
Figura 61. Documento sobre a existência da Quinta de Codeçais em 1758. 121
Figura 62. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Codeçais, página inicial. 122
Figura 63. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Codeçais, p. 2. 122
Figura 64. Fachada da Casa da Quinta de Codeçais. 123
Figura 65. Portão de entrada lateral da Casa de Codeçais. 123
Figura 66. Porta de entrada na fachada da Casa de Codeçais. 124
Figura 67. Fachada da Capela da Casa de Codeçais. 125
Figura 68. Pormenor do Brasão no frontão da fachada da Capela. 125
Figura 69. Localização geográfica da Quinta dos Condes de Resende. 127
Figura 70. Casa dos Condes de Resende. 127
Figura 71. Planta do rés-do-chão da Casa dos Condes de Resende. 129
Figura 72. Planta do primeiro andar da Casa dos Condes de Resende. 130
Figura 73. Corpo do lado esquerdo com entrada principal da Casa onde se situa o Salão Nobre da Casa dos Condes de Resende. 131
Figura 74. Fachada anterior à reabilitação do edifício da Casa dos Condes de Resende. 132
Figura 75. Fachada atual da Casa dos Condes de Resende. 132
Figura 76. Janelas de guilhotina anteriores à reabilitação da Casa dos Condes de Resende. 133
Figura 77. Fachada virada a poente da Casa dos Condes de Resende. 133
Figura 78. Porta de entrada para a Capela da Casa dos Condes de Resende. 134
Figura 79. Capela extramuros da Casa dos Condes de Resende. 135
Figura 80. Localização geográfica da Quinta de Soeime. 136
Figura 81. Casa/Quinta de Soeime.....136
Figura 82. Documento sobre a existência da Quinta de Soeime em 1758. 138
Figura 83. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Soeime, página inicial. 139
Figura 84. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Soeime, p. 2. 139
Figura 85. Fachada principal da Casa da Quinta de Soeime. 140
Figura 86. Fonte com três bicas no pátio da Casa da Quinta de Soieme. 140
Figura 87. Fachada posterior da Casa da Quinta de Soeime. 141
Figura 88. Interior do Salão da Casa da Quinta de Soeime – Imagem com o proprietário da Casa, Ilustre Sr. Joaquim Costa Gomes e a autora. 141
Figura 89. Passagem da Casa para o interior da Capela da Quinta de Soeime. 142

Figura 90. Fachada da Capela e portão de entrada lateral da Quinta de Soeime. 143
Figura 91. Retábulo em madeira do altar-mor da Capela da Quinta de Soeime. 144
Figura 92. Localização geográfica da Casa/Quinta da Portela. 146
Figura 93. Casa/Quinta da Portela. 146
Figura 94. Planta da Quinta da Portela. 147
Figura 95. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página inicial. 149
Figura 96. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número. ...149
Figura 97. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número. ...149
Figura 98. Casa/Quinta da Portela. 150
Figura 99. Entrada da Casa/Quinta da Portela. 150
Figura 100. Localização geográfica da Casa/Quinta de S. Tomé. 152
Figura 101. Casa/Quinta de S. Tomé. 153
Figura 102. Porta da entrada principal da Casa/Quinta de S. Tomé. 154
Figura 103. Documento sobre o Auto do Património da Capela de S. Tomé, página inicial. 155
Figura 104. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número. .155
Figura 105. Fachada da Capela da Casa/Quinta de S. Tomé. 156
Figura 106. Fachada lateral da Capela da Casa/Quinta de S. Tomé. 157
Figura 107. Qt.ª St.º Inácio (Casa a)). 158
Figura 108. Qt.ª Agraceira (Casa b)). 158
Figura 109. Qt.ª Gândara (Casa c)). 158
Figura 110. Qt.ª Codeçais (Casa d)). 158
Figura 111. Qt.ª Solar dos Condes de Resende (casa e)). 159
Figura 112. Qt.ª de Soeime (Casa f)). 159
Figura 113. Qt.ª da Portela (Casa g)). 159
Figura 114. Qt.ª de S. Tomé (Casa h)). 159
Figura 115. Imagem da Torre da Casa De Campo Belo em VNG. 165
Figura 116. Mapa com as três Casas selecionadas para o caso de estudo. 170
Figura 117. Pedido de classificação como IIP-Imóvel de Interesse Público da Quinta de Baixo ou Quinta dos Condes do Paço de Vitorino. 172
Figura 118. Documento cedido pela Junta de Freguesia de Vilar de Paraíso. 173
Figura 119. Carta urbanística que localiza o espaço da Casa e do terreno dos Condes do Paço de Vitorino, assinalado com um círculo. 177
Figura 120. Vista aérea da Casa e do terreno dos Condes do Paço de Vitorino. 178
Figura 121. Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino 178
Figura 122. Documento de Arquivo – ADPRT. 180

Figura 123. Documento de Arquivo - ADPRT. 180
Figura 124. Documento de Arquivo – ADPRT. 180
Figura 125. Documento de Arquivo – ADPRT. 181
Figura 126. Documento de Arquivo – ADPRT. 181
Figura 127. Documento de Arquivo – ADPRT. 182
Figura 128. Documento de Arquivo – ADPRT. 182
Figura 129. Documento de Arquivo – ADPRT. 183
Figura 130. Documento de Arquivo – ADPRT. 183
Figura 131. Documento de Arquivo – ADPRT. 183
Figura 132. Documento de Arquivo – ADPRT. 183
Figura 133. Documento de Arquivo – ADPRT. 184
Figura 134. Documento de Arquivo – ADPRT. 184
Figura 135. Documento de Arquivo – ADPRT. 184
Figura 136. Documento de Arquivo – ADPRT. 185
Figura 137. Documento de Arquivo – ADPRT. 185
Figura 138. Documento de Arquivo – ADPRT. 185
Figura 139. Documento de Arquivo – ADPRT. 185
Figura 140. Documento de Arquivo – ADPRT. 186
Figura 141. Documento de Arquivo – ADPRT. 186
Figura 142. Documento de Arquivo – ADPRT. 186
Figura 143. Documento de Arquivo – ADPRT. 186
Figura 144. Documento de Arquivo – ADPRT. 187
Figura 145. Documento de Arquivo – ADPRT. 187
Figura 146. Documento de Arquivo – ADPRT. 187
Figura 147. Documento de Arquivo – ADPRT. 187
Figura 148. Documento de Arquivo – ADPRT. 187
Figura 149. Documento de Arquivo – ADPRT. 187
Figura 150. Documento de Arquivo – ADPRT. 188
Figura 151. Documento de Arquivo – ADPRT. 188
Figura 152. Pedido de licença de obras à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG). ..192
Figura 153. Pedido de licença de obras à CMVNG. 192
Figura 154. Pedido de licença de obras à CMVNG. 193
Figura 155. Fontes com tanque. 194
Figura 156. Vista do interior para o exterior com janelas e respiros. 194

Figura 157. Fachada virada a nascente.....195
Figura 158. Chaminé da Casa térrea. 195
Figura 159. Banco e Mesa na cozinha.....195
Figura 160. Casamento de José Pinto Monteiro de Azevedo em 18/12/1712. 196
Figura 161. Batizado do neto de José Pinto Monteiro Azevedo em 19/3/1746.....196
Figura 162. Memórias Paroquiais 1758. 197
Figura 163. Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, fachada virada a poente.....200
Figura 164. Planta do rés-do-chão - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino. 201
Figura 165. Planta do 1.º Piso - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino.....202
Figura 166. Planta aérea - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino. 203
Figura 167. Fachada da Capela virada a poente. 204
Figura 168. Porta de entrada para o coro alto da Capela.....205
Figura 169. Fachada central virada a poente com os dois corpos laterais.....205
Figura 170. Escadaria central de acesso ao 1.º piso.....206
Figura 171. Voluta enrolada.....207
Figura 172. Ala do lado direito.....207
Figura 173. Ala do lado esquerdo.....208
Figura 174. Varandim do lado esquerdo. 209
Figura 175. Colunas de Ordem Toscana. 209
Figura 176. Conjunto de colunas fasciculadas.....209
Figura 177. Imagens do interior da Capela.....211
Figura 178. Perspetiva lateral da Capela. 212
Figura 179. Perspetiva frontal da Capela. 212
Figura 180. Desenho do edifício da Casa.....214
Figura 181. Janela de sacada (ou varanda) da fachada primitiva da Casa.....215
Figura 182. Plataforma de base de sustentação da janela de sacada que se encontra no piso superior, no centro da fachada virada a poente. 216
Figura 183. Chão da Varanda Alpendrada feita a posteriori. 216
Figura 184. Fachada da Casa, seguida da Capela. 217
Figura 185. O Beiral em pedra desencontrado. 217
Figura 186. Visão perspética de poente a nascente.....219
Figura 187. Chão da Varanda.....219
Figura 188. Arco da fachada de suporte ao patamar e às escadas de dois lanços. 220
Figura 189. Corte do vão de entrada de luz aquando da construção do chão da varanda. 220

Figura 190. Arcada térrea do lado direito da Casa. 221
Figura 191. Arcada térrea do lado esquerdo da Casa. 221
Figura 192. Estrutura quadrangular aumentada à Casa transformando-se em Capela. 222
Figura 193. Pormenor de assentamento das vigas desalinhadas no aumento da estrutura para a Capela. 222
Figura 194. Pormenor do desencontro da viga de sustentação da estrutura, que se adossa à pilastra do corpo da Casa. 223
Figura 195. Pormenor do beiral em pedra junto ao telhado, desalinhado. 223
Figura 196. Coro alto com varanda em balaustradas de madeira. 224
Figura 197. Frontão desalinhado com o telhado de quatro águas. 224
Figura 198. Seta que indica o local onde existia a porta de entrada para a Casa. 225
Figura 199. Porta tapada no interior da Capela na fachada virada a sul. 225
Figura 200. Porta e vão da fachada virada a norte. 226
Figura 201. Vão cortado no chão da varanda. 226
Figura 202. Porta e vão do lado virado a norte. 226
Figura 203. Muro de vedação da Quinta. 227
Figura 204. Muro de vedação da Quinta (ampliação). 227
Figura 205. Carta urbanística que localiza a área da Casa/Quinta do Choupelo de José de Azevedo e Sousa, e da Capela adossada, assinalada com um círculo. 235
Figura 206. Vista aérea da Casa/Quinta do Choupelo de José de Azevedo e Sousa. 235
Figura 207. Fachada da Casa e Capela de José de Azevedo e Sousa. 235
Figura 208. Trecho do livro sobre a existência da Capela de Choupelo. 236
Figura 209. Registo de Batizado de José de Azevedo e Sousa. 236
Figura 210. Árvore genealógica de José de Azevedo e Sousa. 237
Figura 211. Documento do Óbito de José de Azevedo e Sousa. 238
Figura 212. Documento testamentário de José de Azevedo e Sousa. 238
Figura 213. Registo de Batismo de Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa em 20 de janeiro de 1756. 240
Figura 214. Registo de casamento de Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa e Pedro Leite Pereira de Mello, em 15 de abril de 1779. 240
Figura 215. Conservação e Restauro, num estudo liderado pela coordenadora técnica Mestre Sofia Lobo, sobre a Capela da Casa. 241
Figura 216. Fachada virada a norte. 242
Figura 217. Entrada pelo lado poente. 242
Figura 218. Documento dos Autos de Património da Capela de José de Azevedo e Sousa, 1760 (página inicial). 243

Figura 219. Documento dos Autos de Património da Capela de José de Azevedo e Sousa, 1760 (página seguinte). 243
Figura 220. Inventário testamentário dos bens da Capela folha 70. 246
Figura 221. Inventário testamentário dos bens da Capela folha 71. 246
Figura 222. Fachada da Casa e Capela. 248
Figura 223. Fachada de ligação da Casa à Capela com pátio e varanda em ferro. 250
Figura 224. Medalhão com as iniciais do Orago da Capela Jesus, Maria e José. 251
Figura 225. Fachada da Capela. 251
Figura 226. Escadas posteriores à Casa. 252
Figura 227. Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) 253
Figura 228. Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) 254
Figura 229. Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) 255
Figura 230. Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) 256
Figura 231. Alçado da Casa do Choupelo, depurado para melhor compreensão do que se entende como fachada primitiva. (Escala 1:200) 259
Figura 232. Pormenor do rasgamento da janela que passa a ser porta do lado esquerdo do edifício. 260
Figura 233. Pormenor do rasgamento da janela que passa a ser porta do lado direito do edifício. 260
Figura 234. Alçados nascente e norte da Casa do Choupelo. (Escala 1:200) 261
Figura 235. Alçado norte da Casa do Choupelo. (Escala 1:200) 261
Figura 236. Alçado norte com a informação localizada dos espaços. (Escala 1:200) 262
Figura 237. Alçado norte com a informação localizada das alterações construtivas que foram feitas. (Escala 1:200) 262
Figura 238. Porta de entrada, criada na fachada principal da Casa. 263
Figura 239. Sobrado do edifício anexo à Casa com pátio e varanda em ferro. (Escala 1:200) 264
Figura 240. Escadas posteriores à Casa, existentes até de 2019. 264
Figura 241. Novo espaço após remodelação, sem as escadas. 264
Figura 242. As marcas na pedra, onde as escadas encostavam. 265
Figura 243. Capela e edifício integrados no edifício da Casa, com a data de construção de 1760. (Escala 1:200) 266
Figura 244. Fachada da Capela sem alterações desde 1760. 267
Figura 245. Exterior e interior da Capela. 267
Figura 246. Anunciação. 268
Figura 247. Visitação. 268
Figura 248. Nascimento de Jesus. 269

Figura 249. Reis Magos. 269
Figura 250. Casa do Choupelo de José de Azevedo e Sousa, imagem atual. 274
Figura 251. Classificação como IIP - Casa do Fojo. 277
Figura 252. Notícia no Jornal "O Comércio do Porto", 27 de janeiro de 1978. 277
Figura 253. Carta urbanística que localiza a Casa/Quinta do Fojo, assinalada com um círculo. 278
Figura 254. Vista aérea da Casa/Quinta do Fojo. 278
Figura 255. Fachada da Casa e Capela da Quinta do Fojo. 279
Figura 256. Representação da Casa de Lancaster com a rosa vermelha e rosa branca da Casa de York. 281
Figura 257. Documento dos Autos do Património da Capela da Casa do Fojo no ano de 1749. 283
Figura 258. Documento sobre o pedido de aforamento de terreno, feito por João Nevil em 1807 (parte 1). 284
Figura 259. Documento sobre o pedido de aforamento de terreno, feito por João Nevil em 1807 (parte 2). 284
Figura 260. Documento sobre o pedido de aforamento de terreno, feito por João Nevil em 1807 (detalhe 1). 284
Figura 261. Documento sobre o pedido de aforamento de terreno, feito por João Nevil em 1807 (detalhe 2). 284
Figura 262. Documento de pedido de aforamento de terrenos, feito por Ana Nevil em 1815, após a morte do seu irmão John Nevil (parte 1). 285
Figura 263. Documento de pedido de aforamento de terrenos, feito por Ana Nevil em 1815, após a morte do seu irmão John Nevil (parte 2). 285
Figura 264. Varonia de Dom José Paulo da Silveira de Queiroz e Lencastre 286
Figura 265. Documento das Memórias Paroquiais da Freguesia de Canidelo. 287
Figura 266. Assinatura de João Nevel. 288
Figura 267. Assinatura de Maria Joanna Nevel. 288
Figura 268. Documentos dos Autos de Património da Capela da Casa do Fojo de 20/6/1749 (parte 1). 289
Figura 269. Documentos dos Autos de Património da Capela da Casa do Fojo de 20/6/1749 (parte 2). 289
Figura 270. Brasão da Família dos Nevill. 291
Figura 271. Fachada da Casa e Capela da Quinta do Fojo. 293
Figura 272. Planta da Casa do Fojo. 294
Figura 273. Fachada do corpo central da Casa do Fojo. 295
Figura 274. Frontão triangular com o elemento concha da Época Barroca, que se insere na Época Moderna (séculos XVII e XVIII). 295
Figura 275. Remate junto ao telhado com balaustradas. 296

Figura 276. Brasão da família.....296
Figura 277. Fachada do Corpo da Capela do lado esquerdo da Casa. 297
Figura 278. Fachada do Corpo do lado direito da Casa. 297
Figura 279. Corpo adossado à Capela.....298
Figura 280. Vista do lado de fora do portão.....298
Figura 281. Vista do lado de dentro do portão. 298
Figura 282. Escadaria e alpendre de acesso ao andar superior da Casa. 299
Figura 283. Fachada lateral a norte.....300
Figura 284. Fachada posterior nascente recuada. 300
Figura 285. Fachada posterior nascente. 300
Figura 286. Fachada posterior sul recuada. 300
Figura 287. Fachada posterior nascente. 300
Figura 288. Fachada lateral sul.....300
Figura 289. Jardins, matas e campos na Casa da Quinta do Fojo (Várias imagens).....301
Figura 290. Planta do rés-do-chão da Casa do Fojo. (Escala 1:100) 302
Figura 291. Lado esquerdo no rés-do-chão da Casa do Fojo. 303
Figura 292. Uma das salas no rés-do-chão da Casa do Fojo. 303
Figura 293. Lado direito do rés-do-chão da Casa do Fojo. 303
Figura 294. Planta do 1.º andar, da Casa do Fojo. (Escala 1:100).....304
Figura 295. Planta topográfica do telhado, 1.º andar e rés-do-chão. (Escala 1:100) 304
Figura 296. Escadas que fazem ligação ao andar Nobre pelo lado sul.....305
Figura 297. Galeria assinalada desde a entrada da Casa até à Capela. Planta topográfica do 1.º andar. (Escala 1:100).....306
Figura 298. Galeria Nobre da Casa da Quinta do Fojo. 306
Figura 299. Salão da Casa da Quinta do Fojo. 306
Figura 300. Salão com a indicação da porta para a Capela. 307
Figura 301. Pátio de saída do coro alto da Capela.....308
Figura 302. Salão Nobre com indicação da porta que dá para o pátio e Capela.....308
Figura 303. Escadaria primitiva a noroeste, entrada principal para a Casa com ligação ao Salão Nobre.....308
Figura 304. Fachada da Casa da Quinta do Fojo. 309
Figura 305. Planta Arquitetónica da Casa do Fojo. (Escala 1:100).....310
Figura 306. Alçado principal da Casa do Fojo virado a poente. (Escala 1:100).....310
Figura 307. Escadaria colada ao muro de vedação. 311
Figura 308. Pormenor do muro colado à escadaria.....311

Figura 309. Extensão do muro colado à escadaria. 312
Figura 310. Escadaria primitiva de entrada principal para a Casa virada a nordeste. 312
Figura 311. Casa do Fojo - levantamento de arquitetura. (Escala 1:100) 313
Figura 312. Alçado principal sem a escadaria adossada à Casa. (Escala 1:100) 313
Figura 313. Casa do Fojo - levantamento de arquitetura. (Escala 1:100) 314
Figura 315. Pormenor das quatro cunhas ou (cachorros) de pedra na parede no interior da Casa no rés-do-chão. 315
Figura 316. Esboço com as medições da parede interior, iguais às medidas do corpo exterior da Casa. 316
Figura 317. Interior do rés-do-chão correspondente ao corpo da figura 321 316
Figura 318. Fachada do corpo edificado à direita, adossado à escadaria 316
Figura 319. Pedido de Licença de obras da Casa do Fojo. 317
Figura 320. Declaração do Arqt.º Carlos Henrique da Silva Neves. 317
Figura 321. Memória descritiva para o restauro da Casa. 317
Figura 322. Alçado antigo, mas não o primitivo da Casa, segundo a versão da Memória Descritiva do autor do projeto - Arqt.º Carlos Henrique da Silva Neves. 318
Figura 323. Alçado atual e antigo da Casa do Fojo – Autor do projeto: Arqt.º Carlos Henrique da Silva Neves. 319
Figura 324. Alterações no edifício no ano de 1949 - Autor do projeto: Arqt.º Carlos Henrique da Silva Neves. 319
Figura 325. Notícia do Jornal "O Comércio do Porto" na data de 30 de abril de 1955, sobre o incêndio que tinha deflagrado no dia anterior, 29 de abril na Casa do Fojo (parte 1). 320
Figura 326. Notícia do Jornal "O Comércio do Porto" na data de 30 de abril de 1955, sobre o incêndio que tinha deflagrado no dia anterior, 29 de abril na Casa do Fojo (parte 2). 320
Figura 327. Envio de cheque no valor de 3.750$00. 322
Figura 328. Pedido de notícias sobre as obras, especialmente sobre o teto do Salão Nobre. 322
Figura 329. Carta a confirmar a ida no sábado à Casa do Fojo, e a combinar um encontro. 322
Figura 330. Recibo de 3.750$00 assinado por Fernando Távora. 322
Figura 331. Planta do 2.º piso da Casa do Fojo – Projeto do Arqt.º Fernando Távora de junho de 1955. (Escala 1:50) 323
Figura 332. Alçados posteriores da Casa do Fojo – Projeto do Arqt.º Fernando Távora de junho de 1955. (Escala 1:50) 324
Figura 333. Planta do 2.º piso da Casa do Fojo – Projeto do Arqt.º Fernando Távora de junho de 1955. (Escala 1:100) 325
Figura 334. Esquema exemplificativo das alterações construtivas no 1.º piso da Casa do Fojo. 326
Figura 335. Chão da Capela da Casa do Fojo. 327
Figura 336. Retábulo no Altar Mor da Capela da Casa do Fojo. 328

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Informação sobre os diversos períodos da História e referências documentadas em VNG. 70

Tabela 2. Inventário de Quarenta Casas/Quintas Com Capela - Construções feitas no Período compreendido entre os séculos XVII e XIX. 86

Tabela 3. Características gerais das Casas selecionadas na freguesia de Avintes. 91

Tabela 4. Características gerais das Casas selecionadas nas freguesias de Pedroso, Canelas e Vilar de Andorinho. 119

Tabela 5. Características gerais das Casas selecionadas nas freguesias de Gulpilhares e S. Félix da Marinha. 145

Tabela 6. Relação de Pedreiros no séc. XVIII. 175

Tabela 7. Relação de Carpinteiros no séc. XVIII. 176

Em toda a narrativa da Tese foram utilizadas palavras iniciadas por maiúsculas com a intenção de identificar com mais realce os nomes da matéria em estudo, a exemplo: Casa; Capela; Quinta; Casa-Torre; Solar; Paço; Palácio; Nobre; Nobreza; Burguês; Burguesia; Rural; Urbana; Mosteiro; Clero.

PARTE I

INTRODUÇÃO

O tema de investigação desenvolvido diz respeito ao estudo da Casa Nobre em Vila Nova de Gaia na Época Barroca, nos séculos XVII e XVIII. O estudo contemplou a Arquitetura da Casa, a História vivencial dos proprietários, a existência da Capela adossada à Casa e o levantamento topográfico de plantas e alçados, dos casos de estudo selecionados.

A pertinência em abraçar e desenvolver este tema, sobre a Casa Nobre, passa por um trabalho científico em que se pretende acrescentar conhecimento sobre: a Arquitetura e evolução na construção da Casa Nobre descendente da Casa-Torre Medieval; as alterações arquitetónicas sofridas em cada edifício estudado; a Capela, elemento estruturante que na Época Barroca é edificada no espaço da Torre de Defesa, sendo que após a Reconquista Cristã deixou de fazer sentido a sua construção, justificando que as que sobreviveram são hoje património Cultural, Histórico e Memorial, e símbolos identitários de uma Época Mediévica.

Ao analisarmos em pormenor a Casa Nobre em Portugal, em particular, a edificada em Vila Nova de Gaia, verifica-se que esta traduz um modelo de personalidade coletiva no sentido estético, histórico e geográfico, com unicidades, por se encontrar em Zonas geográficas distintas como: interior Rural, marginal do Rio Douro e Costa Atlântica.

São várias as Casas Nobres que ainda se registam e perpetuam em Vila Nova de Gaia. Umas com a sorte de terem sido protegidas, outras, ao contrário, abandonadas e ameaçadas por um destino fatal de ruínas, levando consigo um legado Histórico que não se acautelou, mas que, de alguma forma, se pensa recuperar através desta investigação devidamente documentada, não esquecendo que um património histórico, como refere Françoise Choay, "(…) tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo" (Choay, 2006, p. 22).

Ainda na pertinência e atualidade do tema, procurou-se analisar o que nos poderá trazer de novo o estudo deste património histórico/arquitetónico. Fruto dessa análise, é perentório afirmar-se que o património histórico edificado é memória, é recordação e também lembrança, representando sempre mais do que simplesmente uma construção estrutural determinada. Por esse motivo, a pretensão de trabalhar este tema é também o enriquecimento científico, com a mais-valia de se poderem acrescentar a este estudo conhecimentos de fontes

primárias documentais presas nos arquivos, bem como em memórias descritivas literárias e verbais.

Numa reflexão, é importante referir que Viollet-le-Duc, um Arquiteto ligado à Arquitetura revivalista do século XIX e um dos primeiros teóricos da preservação do património histórico, escreveu a seguinte apologia do esquecimento:

> A todos aqueles que nos dizem hoje em dia: tomem uma arte nova que seja do nosso tempo nós respondemos: façam com que esqueçamos este enorme acervo de saber e de crítica; dai-nos instituições de uma só peça, costumes e gostos que não se liguem ao passado. Façam com que nós possamos esquecer tudo o que foi feito antes de nós. Então teremos uma arte nova e teremos feito o que nunca foi visto; pois que, se é difícil para o homem aprender, é-o ainda mais esquecer. (Viollet-le-Duc citado por Choay, 2006, pp. 164-165)

Neste sentido, vê-se reforçada a importância da preservação do património que ajuda a narrar não apenas a História de um povo com a sua própria identidade, como também promove o desenvolvimento de novas formas arquitetónicas tendo como base o que até então já foi edificado.

Na nossa perceção, as políticas públicas sobre o património levadas a cabo pelas entidades governamentais e locais não têm a devida defesa e valorização, esquecendo-se de ter como prioridade o respeito e a promoção cultural do que foi construído, repleto de tradições, costumes, e com uma carga identitária única, que marca uma comunidade numa determinada região.

Devem ser respeitadas as leis da salvaguarda do Património, um direito consagrado pela Carta Internacional de Veneza, em vigor desde 1964, sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos lugares, publicada pelo ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e dos Lugares (ICOMOS National Committee, 1965).

São claras estas definições, sensibilizando a humanidade para o facto de todas as obras construídas no passado serem o testemunho vivo das tradições seculares que devem permanecer na vida dos povos, com a consciência de que se trata de um património comum.

Relembrando algumas referências básicas, reflita-se no mínimo em três artigos com matéria essencial a considerar:

- Artigo 1.º - Aponta para a noção de que um monumento histórico se estende não somente às grandes criações, mas também às obras modestas que ganharam com o tempo um significado cultural.
- Artigo 3.º - A visão sobre a salvaguarda na conservação e no restauro das obras de arte, assim como os testemunhos históricos.

- Artigo 7.º A questão de lembrar que o monumento é inseparável da história da qual é testemunho no meio onde se situa.

Por sua vez, a Conferência da Organização das Nações Unidas, realizada em 1972, aprovou, na sua décima sétima sessão da convenção para a proteção do património mundial, vários considerandos, sendo de realçar o Artigo 5.º, alínea (a), que refere: "adotar uma política geral visando atribuir uma função ao património cultural e natural na vida coletiva e integrar a proteção do património nos programas de planificação geral" (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1972).

Perante este quadro realisticamente desenhado, consolidar este tipo de património e impedi-lo de cair deveria ser então a grande preocupação, o que infelizmente não acontece.

Este estudo tem também a componente de questionar como é possível nos dias de hoje, com tanta informação, a nossa sociedade ainda ignorar a riqueza patrimonial arquitetónica civil, sem a consciência da importância e do respeito pelo passado, como nos refere Carlos Azevedo: "A casa é um documento autêntico da vida do homem – documento de pedra e cal, mas de extraordinária importância para estudarmos os costumes, a evolução do gosto e da vida social" (Azevedo, 1969, p. 13).

Estas e outras questões já enunciadas no início da introdução, ou seja, o verdadeiro estudo sobre a Casa Nobre, têm a congruência também de outra intenção: alertar consciências políticas, culturais e populacionais, sensibilizando para a necessidade de se cogitar, essencialmente, na solução tão desejada da preservação de um património arquitetónico como a Casa Nobre da Época Barroca, pois, como refere Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "A casa é, sem dúvida, o mais consagrado micro-espaço, o do quotidiano e o de face-a-face de um grupo muito forte, a família" (Almeida, 1981, pp. 204-205).

Depois destes considerandos sobre a importância da preservação e estudo da arquitetura edificada e a evolução na construção da Casa Nobre em Vila Nova de Gaia, o desenvolvimento da Tese recai em factos que se dividem em três partes:

- A primeira parte, com três capítulos de estudo: o primeiro capítulo refere-se aos objetivos que se pretendem atingir; o segundo, à metodologia que se seguiu no trabalho que nos propomos apresentar; o terceiro, apresenta uma recensão de vários autores que nos transmitem os seus saberes.
- A segunda parte, com quatro capítulos de estudo: o primeiro capítulo refere-se ao enquadramento teórico, histórico e arquitetónico das tipologias da Casa de habitação; o segundo, à definição de vários conceitos que caracterizam as Casas,

a exemplo - Casa, Casal, Paço, Palácio, Quinta, Solar; o terceiro, ao enquadramento histórico sobre as origens da fundação da Cidade de Vila Nova de Gaia; o quarto, à investigação preliminar do objeto de estudo, a Casa Nobre na Época Barroca, séculos XVII e XVIII, em Vila Nova de Gaia, com um inventário de quarenta Casas com Capela, identificadas através dos Autos e Dotes de Património, das Memórias Paroquiais de 1758 e do Plano Diretor Municipal, assim como se apresenta um estudo que recaiu na seleção de oito Casas, três das quais na Zona Fluvial e Zona Interior e duas na Zona Marítima.

- A terceira parte, com três capítulos, está dedicada aos três casos de estudo com a apresentação de resultados sobre as três Casas selecionadas, sendo o primeiro capítulo sobre a Casa Nobre dos Condes do Paço de Vitorino; o segundo capítulo sobre a Casa Nobre do Choupelo de José de Azevedo e Sousa, e o terceiro capítulo relativo à Casa Nobre do Fojo de William Nevill.

CAPÍTULO I.
Plano de Trabalhos

Pela inexistência de um estudo sobre a Casa Nobre em Vila Nova de Gaia da Época Barroca, com construção balizada entre os séculos XVII e XVIII, delineou-se como objetivo o levantamento sobre a existência e conceção deste património arquitetónico civil tendo em conta: a sua tipologia arquitetónica em zonas geográficas distintas dentro do Concelho; a sua História enquanto pertença a um ou mais proprietários à época; a Capela, o edifício de relevante importância; os métodos e materiais construtivos; a sua denominação como Casa Nobre; o levantamento topográfico; e as alterações sofridas ao longo da sua existência até à contemporaneidade.

Os objetivos propostos para a presente investigação são: (1) estudo da História das Casas Nobres e dos seus proprietários, (2) análise da construção arquitetónica da Casa Nobre descendente da Casa-Torre Medieval e a sua evolução, com registos das transformações sofridas ao longo das épocas, (3) descrição iconográfica dos elementos arquitetónicos das fachadas das Casas, (4) estudo sobre a construção da Capela adossada à Casa, no espaço da Torre, e da sua função, (5) classificação de tipologias arquitetónicas díspares, atendendo às três zonas geográficas diferentes dentro do Concelho - Zona Fluvial, Zona Interior e Zona Marítima, originando a atribuição das designações de Casa Nobre Rural, Casa Nobre Urbana e Casa Nobre de Veraneio, (6) seleção de oito Casas como estudo preliminar dissecando posteriormente a investigação para três Casas como casos de estudos, uma por cada zona geográfica diferente.

Para a concretização destes objetivos, foram traçados planos de trabalho com: (1) a preparação de um inventário sobre o património existente em Vila Nova de Gaia (VNG); (2) a organização das Casas pelas três Zonas Geográficas distintas no mapa geográfico de VNG; (3) a descodificação de conceitos e designações sobre as Casas; (4) o levantamento documental de fontes primárias; (5) a leitura de bibliografia sobre a História e História da Arquitetura na Época Barroca; (6) o estudo sobre a descendência da Casa Nobre sucessora da Casa-Torre Medieval, e respetivas alterações ao longo dos séculos; e 7) a caracterização da Casa como Casa Nobre.

1. INVENTÁRIO DE QUARENTA CASAS

A preparação do inventário das quarenta Casas Nobres com a Capela adossada permitiu identificar, quantificar e qualificar a sua existência, promovendo o registo em fichas descritas com informações exequíveis sobre as principais características e remetidas para os anexos. Fazer o estudo aprofundado individual das quarenta Casas não seria de todo viável, daí os casos de estudo se estreitarem para uma seleção que incidiu em oito Casas que foram trabalhadas como um ensaio de pesquisa e estudo preliminar. Finalmente como o objetivo seria estudar e analisar na profundidade o tema da Casa Nobre, reconsiderou-se o estudo de três Casas, uma por cada Zona Geográfica diferente no Concelho de VNG.

2. AS TRÊS ZONAS DISTINTAS NO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA

Considerando que geograficamente o Concelho de VNG tem a particularidade de espaços díspares, tais como a Zona Marítima, Zona Fluvial e Zona Interior, reconheceram-se no início da nossa pesquisa tipologias diferentes nas Casas construídas nestes locais, o que veio alertar para a necessidade de análise sobre o porquê da diversidade tipológica das Casas construídas em espaços geográficos distintos, questionando-se se: detêm funções de habitabilidade dissemelhantes; esteve em causa o gosto do proprietário; estrategicamente, por uma questão económica, as Casas foram construídas com maior ou menor dimensão, ou com uma fachada mais decorada o que para além de marcar uma época, pode indicar sinais exteriores de riqueza; foram construídas para serem Casas ligadas à agricultura, por isso, Casas Rurais, ou concebidas num espaço mais próximo do centro, por isso, Casas Urbanas, ou edificadas junto ao Mar, ou seja, Casas de Veraneio.

3. CONCEITOS E DESIGNAÇÃO DAS CASAS

Também, e de relevante importância, pretenderam-se atingir outros objetivos no que se refere à descodificação de conceitos e definições que recaem nas designações da Casa Nobre na Época Barroca. Nas bibliografias e documentos consultados, o património que engloba a Casa é apontado e descrito como: Casa/Quinta; Casa Senhorial; Casa Nobre Rural e Urbana; Casal; Solar e Paço. Estas designações e conceitos diversificados obrigaram a uma análise para melhor se compreender os títulos atribuídos e a sua derivação, permitindo uma

classificação atual de cada Casa em concreto e desbravando o caminho para uma reflexão, que trouxe consigo conhecimento, obrigando-nos a colocar no tempo e no espaço da época.

4. LEVANTAMENTO DOCUMENTAL HISTÓRICO

Outro procedimento a considerar foi a procura de documentos primários elucidativos através de pesquisas na Torre do Tombo, constituições sinodais, vários arquivos, registo civil, bibliotecas, literaturas de autores, monografias de todas as freguesias, revistas e jornais. A importância de encontrar dados sobre os proprietários e sobre o património construído, para o desenvolvimento do tema, só seria possível reconhecendo que a pesquisa continua inacabada pela existência de um sem fim de informação que se encontra em arquivos.

5. LEITURA ABRANGENTE SOBRE A HISTÓRIA DA ARQUITETURA NA ÉPOCA BARROCA

Se o objetivo de uma investigação é o trabalho de um tema ainda não tratado, esta não pode avançar sem se conhecer o que foi produzido sobre a essência da matéria em estudo, por isso, um dos vários planos iniciais traçados foi estudar a História da Arquitetura na Época Barroca, incluindo para o efeito: várias leituras bibliográficas; elaboração de fichas retendo as informações absorvidas; anotação de citações relevantes sobre investigação já editada em trabalhos científicos registados. Desta forma, foi possível alcançar um abrangente conhecimento do estado da arte e, consequentemente, uma maior compreensão do tema a trabalhar.

6. A TIPOLOGIA E A EVOLUÇÃO DA CASA COM AS ALTERAÇÕES SOFRIDAS AO LONGO DAS ÉPOCAS

O estudo da evolução da Casa e das alterações sofridas foi outro procedimento utilizado, e que incluiu uma abordagem ao desenvolvimento construtivo da Casa-Torre Medieval até à Época Barroca, trabalhando os documentos existentes e investigando presencialmente cada edifício. Foi possível dessa forma: adjetivar os elementos arquitetónicos das fachadas da Casa; identificar elementos iconográficos; analisar iconologicamente os elementos

simbólicos no contexto da época; procurar descodificar técnicas empregues pelo artista e materiais aplicados; fazer o levantamento arquitetónico de plantas e alçados das Casas em estudo; e diagnosticar as alterações sofridas ao longo das épocas no interior e exterior das três Casas selecionadas para os casos de estudo.

Também, a pertinência do elemento construtivo Torre da Época Medieval, que se interpreta normalmente como um Castelo, motivou outro interesse em perseguir o objetivo de encontrar respostas para a existência deste património e as funções a que estava reservado.

7. CARACTERIZAÇÃO DA CASA COMO CASA NOBRE

A caracterização da Casa em VNG como Casa Nobre foi fundamental para o desenvolvimento do estudo, por se encontrar alguma complexidade na caraterização da Casa, generalizada como Senhorial, Solar ou Nobre. Nesse sentido, foi necessário explorar o conceito da palavra Nobre, perceber quem usava esse título, ou como ascendia a ele permitindo chegar à elite da Nobreza. Este foi um dos desafios primários propostos nesta investigação para encontrar uma clarificação do conceito da palavra Nobre, que será fundamentada e documentada em cada caso de estudo, desafio esse que será desenvolvido na terceira parte da tese, nos capítulos, I, II e III.

Perante a dificuldade em classificar a Casa como sendo Nobre, houve a necessidade de estudar individualmente cada Casa, para se tentar obter uma classificação mais adequada através da vinculação que possuía ao seu proprietário, por estar diretamente ligada à Nobreza, Burguesia, Realeza ou ao Clero. O interesse em desenvolver um estudo sobre a Casa Nobre em VNG resulta da importância deste património arquitetónico civil com mais de trezentos anos de longevidade, que necessitava de uma correta denominação e de uma categorização estruturada, baseada na forma e nas características tipológicas arquitetónicas, assim como de uma investigação Histórica vivencial de quem a mandou edificar com a respetiva Capela.

CAPÍTULO II.
Metodologia e Fontes

O estudo que se pretende apresentar, segundo os parâmetros metodológicos no que concerne a valores e critérios de qualidade e à validação de um trabalho científico no campo disciplinar da Arquitetura/História, será imbuído numa reflexão pertinente e necessária, uma vez que, só nesse sentido se poderá pensar num desenvolvimento temático/científico com mais valias, trazendo informação aditada à ciência já produzida.

A metodologia deste projeto de investigação iniciou-se com uma reflexão sobre a essência e existência da Casa Nobre, em VNG, que pertence a um passado longínquo, mas é um testemunho vivo que se perpetuou no tempo.

Neste sentido, o estudo foi organizado através de uma metodologia que nos permitiu trilhar caminhos até chegar ao objeto de estudo, que doravante será denominado por Casa Nobre na Época Barroca, séculos XVII e XVIII, em Vila Nova de Gaia. Assim, a metodologia seguida teve como arranque inicial o seguinte: (1) quantificar as Casas Nobres com Capela adossada à Casa, existentes no Concelho, na Época Barroca, que constam do PDM-Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia; (2) consultar os documentos das Memórias Paroquiais de 1758; (3) analisar o estudo das Encostas do Douro elaborado por técnicos da Câmara Municipal de VNG; (4) fazer o levantamento documental sobre os Autos e Dotes de Património das Capelas em VNG; (5) produzir trabalho de terreno, analisando presencialmente todas as Casas selecionadas para o estudo; (6) registar bibliografias e documentos científicos de várias citações em fichas de leitura; (7) organizar no mapa topográfico de VNG, a sinalização das Casas nas referidas freguesias; (8) elaborar um levantamento topográfico de plantas e alçados das três Casas selecionadas como caso de estudo.

1. CONSULTA DO PDM - PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A consulta efetuada do PDM - Plano Diretor Municipal permitiu fazer o levantamento do Património Civil existente no Concelho de VNG, o que, após consulta, possibilitou a elaboração de uma tabela só com as Casas que contemplavam Capela – uma das essências

do estudo – numa seleção restrita e concentrada no objetivo da investigação, que recaiu inicialmente num inventário de quarenta Casas com Capela, num espaço temporal entre os séculos XVII e XIX, respeitando as datas que se encontraram nos Autos do Património das Capelas, datas essas com os pedidos para a construção da Capela junto à Casa[1].

2. CONSULTA DOCUMENTAL DAS MP – MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758

Foi consultada esta obra que consta de um inquérito realizado em 1758, solicitado por Marquês de Pombal a todas as freguesias do Reino. Contém este inquérito doze perguntas sobre o que à data existia de relevo em cada paróquia. Regista-se, numa dessas doze questões, a pergunta sobre a existência de propriedades identificadas como Casas, Quintas, Capelas, e o nome do proprietário. A informação que se inseriu na tabela 2 do inventário permitiu identificar as Casas em cada freguesia até à data de 1758 (Capela et al., 2009), possibilitando a confirmação do património, das denominações das Casas/Quintas e dos nomes dos seus proprietários.

3. CONSULTA SOBRE O PATRIMÓNIO DAS ENCOSTAS DO DOURO POR UNIDADE DE PAISAGEM

Este projeto, elaborado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG), em 2011, contempla fichas de caracterização individuais sobre as Casas construídas no interior das Quintas ao longo da encosta do Douro (Zona Fluvial), um trabalho de multidisciplinaridades, com técnicos específicos, numa abordagem do património existente. No entanto, não incluiu uma descrição tipológica da Casa/Quinta, nem a designação identitária da Casa e o levantamento topográfico individual. Este projeto elucidativo recaiu essencialmente no registo do património edificado naquele espaço geográfico, contemplando a localização das Quintas, o registo de áreas da propriedade, do estado de conservação e das zonas agrícolas, e a importância da reserva ecológica Nacional, nestes espaços caracterizados como património material e imaterial. É um trabalho meritório por se tratar de uma base de dados atual que permite, desde já, trazer conhecimento deste património, omisso nas MP de 1758. Todavia a nossa investigação exige mais, sobretudo

[1] PDM - Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia.

naquilo que se pretende atingir, ou seja, estudar a Arquitetura da Casa e Capela e classificá-la com a sua denominação identitária, bem como, registar as transformações arquitetónicas que ao longo de épocas foram sofrendo, não só as Casas/Quintas na encosta do Douro, como as que se encontram noutras zonas geográficas diferentes, no Concelho de VNG. Neste contexto, as Quintas inventariadas na encosta do Douro compilam as Casas/Quintas que já constavam nas MP de 1758 e outras que naturalmente foram construídas posteriormente.

4. CONSULTA E LEVANTAMENTO DOCUMENTAL SOBRE OS AUTOS E DOTES DE PATRIMÓNIO DAS CAPELAS EM VNG

Fez-se um registo fotográfico de cerca de 109 processos de contratos dos Autos e Dotes de Património das Capelas construídas em VNG, no Arquivo do Paço Episcopal da Diocese do Porto, resultando desta pesquisa cerca de quatro mil páginas de documentos, o que permitiu uma pesquisa aprofundada sobre os proprietários àquela época, que solicitaram a construção, petição e bênção da sua Capela, sempre com o compromisso de ser um espaço reservado não só de uso próprio, mas também de cariz semipúblico. Estes contratos requereram uma dedicação analítica na descodificação dos conteúdos escritos, uma vez que remontam aos séculos XVII e XVIII, sendo por isso de difícil leitura, mas de grande valor histórico/informativo. Esta análise permitiu clarificar várias questões, sobretudo a data do pedido da construção e bênção da Capela, informação preciosa porque, não existindo em alguns casos a data da construção da Casa, esta base de dados poderá clarificar se à data do contrato da Capela, existia a Casa[2].

5. TRABALHO DE TERRENO

Com um manancial escrito do património arquitetónico, através do inventário que se elaborou, percorreram-se vários caminhos terrestres em todo o Concelho, tendo como prioridade analisar, registar, interpretar e fotografar as Casas construídas na época de estudo, um trabalho que teve como prioridade dar a conhecer a sua existência, o seu estado de conservação, retribuindo-lhe a sua identidade, e registando todos os seus atributos e funções para as quais foram construídas na Época Barroca, nomeadamente informações sobre a

[2] APEP - Arquivo do Paço Episcopal do Porto.

Capela, que impera e regista uma sociedade caracterizada pelo poder económico do seu proprietário.

Também, e de importância crucial, foi a oportunidade de contactar com alguns proprietários atuais, adquirindo testemunhos vivos sobre a descendência de registos familiares e interessantes histórias.

De realçar que as três Casas selecionadas para os casos de estudo foram visitadas várias vezes – presencialmente – no sentido de uma melhor compreensão e observação mais precisa no desenvolvimento da pesquisa.

6. REGISTOS BIBLIOGRÁFICOS E CITAÇÕES TRANSCRITAS EM FICHAS DE LEITURA

A metodologia adotada desde o início do projeto incluiu o registo de fichas de leitura, com as respetivas citações transcritas, de conteúdos pesquisados de vários autores, com literaturas inerentes ao tema da História da Arte e da Arquitetura Civil da Época Barroca, nos séculos XVII e XVIII, assim como da Arte e Cultura Social e Económica, não descurando uma breve viagem de estudo desde a Época Medieval até à contemporaneidade.

7. MAPA TOPOGRÁFICO DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA

A necessidade de nos situar no espaço geográfico levou à utilização do mapa topográfico do Concelho como material de apoio, sinalizando as respetivas freguesias e assinalando, também, com diferentes cores, as diferentes zonas: com coloração azul, as freguesias da costa marítima atlântica; de cor castanha, as freguesias do interior; e a verde, as freguesias da margem fluvial banhada pelo rio Douro. Esta divisão deveu-se ao facto de se encontrar património construído com características e tipologias diferentes em cada uma destas zonas, levando-nos a uma reflexão sobre a variante construtiva das Casas, apontando para as funções de utilização e habitação diferentes, e o espaço envolvente de diferente dimensão.

8. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DAS CASAS SELECIONADAS PARA OS CASOS DE ESTUDO

A dificuldade em se encontrar plantas das Casas aquando da sua edificação e identificar os nomes dos mestres responsáveis pelas obras foram tarefas de difícil realização. Por esse motivo, foi essencial efetuar o levantamento topográfico das Casas em estudo, porque dessa forma reuniu-se informação documental histórica, que possibilitou a identificação de alterações construtivas ao longo das épocas. Realizado o levantamento topográfico atual das três Casas selecionadas como os casos de estudo, tentou-se desconstruir as plantas e os alçados em consonância com a informação documental e verbal transmitida pelos seus proprietários. Através desta análise foi possível encontrar as alterações significativas nas construções e, posteriormente, datar essas modificações, atribuindo as transformações às épocas corretas, sendo certo, que a concretização deste propósito será uma das essências da investigação trabalhadas nos nossos casos de estudo, apresentados na Parte III da Tese, nos Capítulos I, II e III.

CAPÍTULO III.

Estado da Arte – Estudo de vários Autores/Historiadores sobre a Casa de Habitação ao longo dos tempos até à Época Barroca

Balizado o tema em estudo sobre a Casa Nobre em Vila Nova de Gaia na Época Barroca, séculos XVII e XVIII, e seguindo a metodologia estabelecida que se pretendeu desenvolver no estudo de três Casas Nobres, uma por cada Zona Geográfica do Concelho, realizou-se uma pesquisa sobre a História e Arquitetura da Casa Nobre, nomeadamente, da sua descendência e evolução ao longo das épocas; e foram investigados alguns conceitos atribuídos ao longo dos séculos, registados em documentos, como: Casal; Paço; Palácio; Quinta e Solar.

Neste contexto, fez-se um levantamento bibliográfico de autores, textos clássicos, teses e artigos científicos de vários historiadores dentro da matéria, que nos permitiu analisar e simultaneamente gerar dados sobre o estado da arte da História e da História da Arquitetura Civil, num desbravamento de conhecimentos e caminhos que se percorreram até à época do nosso estudo. Para o efeito, selecionaram-se, entre muitos outros, cerca de vinte autores focando-nos no interesse e na perspetiva de uma análise para os nossos casos de estudo. A decisão de transpor alguns escritos destes ilustres autores, dispersos em obras literárias, teve como objetivo unificá-los neste trabalho, e não só "citar" detalhes no decorrer da nossa narrativa, mas descrever alguns trechos dos seus trabalhos de pesquisa e de conhecimento.

1. AUTORA – ANNE STOOP – PALÁCIOS E CASAS SENHORIAIS DO MINHO

No seu estudo sobre as Casas Nobres no Minho, a autora Anne Stoop encontra a presença quase constante de um portão armoriado e de uma Capela, referindo que a fachada da Casa Nobre está normalmente voltada para o exterior e compreende um pátio voltado para o interior, no meio de dois corpos edificados. A autora também refere que a Arquitetura da Casa contempla dois andares: no rés-do-chão, as dependências de serviços; e no primeiro andar, onde o senhor reside. É aproveitado o declive do terreno para uma entrada de serviço ligada diretamente à cozinha, situada no andar Nobre, cujo acesso principal se faz por uma

escadaria exterior, na fachada da Casa. Faz também referência à Casa Nobre sobre a importância do elemento *Torre*, analisando e descrevendo a constante duplicidade encontrada pela presença de uma galeria alta, ou varanda, assim como de um pórtico no rés-do-chão, lugares abrigados que permitiam resposta às exigências dos trabalhos e da vida no campo.

Ainda de relevante importância será referir a cumplicidade acentuada que se verifica, segundo a autora, com os jardins que ficam junto à Casa, próximos dos espaços agrícolas, como por exemplo, a eira e os jardins, jardins esses que atingem monumentalidade na sua decoração com sebes e canteiros que, para a autora, para além de estruturarem o espaço e o decorarem, propiciam a colocação de estátuas de granito que embelezam e marcam os caminhos a percorrer.

A autora comenta ainda o interior da Casa no andar Nobre, descrevendo-o, na maioria dos casos, como tendo um vasto átrio de entrada, salões e sala de jantar com comunicações entre si, com tetos em masseira ou divididos em caixotões octogonais. A maioria dos quartos e das alcovas não têm janelas por não serem aconselháveis no local onde se dormia (Stoop, 2000).

2. AUTOR – AUGUSTO FERREIRA DO AMARAL – NOBREZA, FIDALGUIA, HONRA E PRINCIPALIDADE EM PORTUGAL NA IDADE MODERNA

O autor Augusto Ferreira do Amaral, um dos conferencistas do 2.º Congresso Internacional do Município de Arcos de Valdevez, desenvolve no seu artigo os fundamentos sobre a Nobreza, Fidalguia, Honra e Principalidade em Portugal na Idade Moderna. A importância do significado das palavras, que eram usadas nos documentos da época, pode aclarar dúvidas, conforme o autor esclarece:

> A casa nobre como residência de "gente nobre" e como expressão semiológica da inserção na nobreza"; "A casa nobre", expressão que designa o objecto, muito usada no plural [casas nobres] poderia significar três realidades: casa fisicamente notável, pelas suas dimensões, pela riqueza da sua construção, pelo destaque das outras no local em que fora implantada; ou a casa digna de nela viver alguém da nobreza, capaz de contribuir para poder dizer-se que os seus residentes [viviam à lei da nobreza]; ou a casa onde efectivamente residia gente nobre. (Amaral, 2011, p. 111)

Na verdade, como o autor refere, o normal era que as gentes Nobres habitassem Casas de grande qualidade, mas também, aqueles que tinham mais posses construíam Casas de grande dimensão, pelo facto de quererem ascender à Nobreza.

Neste contexto, poder-se-á aplicar a seguinte diferenciação: gente Nobre *vs.* Nobreza natural; Nobreza aparente *vs.* Poderio económico adquirido; e Nobreza de toga *vs.* Senhores feudais (que recebiam do Rei o "Dom" pelos serviços prestados nas Instituições ligadas ao Reino). É de vital importância efetuar uma distinção clara e atenta, no sentido de não se confundir o que é uma pessoa Nobre, porque pertencia à Nobreza, com um Nobre com poder económico, mais propriamente Burguês, mas que suspirava ascender à Nobreza e ao que lhe foi atribuído o "Dom". Esta descodificação é muito importante em termos de estudo em História, em Genealogia ou Biografia, em particular, nos nossos casos de estudo.

3. AUTORES – CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALMEIDA; MÁRIO JORGE BARROCA – HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL, O GÓTICO

A Casa Nobre, termo utilizado à época do nosso estudo, requer interpretações que nos fazem recuar a épocas anteriores, principalmente à Idade Média onde a construção da Casa de habitação evoluiu, deixando para trás a caverna, a cabana e os castros, da Idade Antiga.

3.1. A Arquitetura Civil na Plena Idade Média - Torre de Menagem, Habitação Senhorial

Os estudos realizados por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, sobre a Arquitetura Civil na Idade Média – e concentrando-nos na época Plena da Idade Média – onde predomina a Arquitetura do estilo Românico, os tempos longínquos e com informação documental e material escassa, como diz o autor, são complexos e a informação: "(…) é pouca e lacónica e está muitas vezes, adulterada" (Almeida, 2001, p. 19). Não é tarefa fácil falar sobre o que não se vê, a não ser através de obras de grande envergadura – como Mosteiros, Catedrais, Castelos, Torres de Menagem, que se foram mantendo até aos nossos tempos – com a mais-valia dos estudos arqueológicos, que vão esclarecendo e trazendo conhecimento da vivência dos nossos antepassados.

A Arquitetura habitacional decorrente nesta época tinha o Castelo (inicialmente arquitetura militar) não só para habitação, mas também, como um lugar de proteção. Todavia só os mais poderosos tinham acesso a tal privilégio, tornando-se esta construção "um dos grandes símbolos da época românica" (Almeida, 2001, p. 142), que se disseminou, especialmente, por todo o Norte do país. A Torre de Menagem – habitação do senhor – que

se situa dentro das muralhas do Castelo, como refere o autor, "(…) é a do [senhor da terra] e é também o símbolo da sua senhoria" (Almeida, 2001, p. 142).

Esta Torre de Menagem, mais tarde, ainda na Idade Média – mas tardia (séculos XIV-XV) – vai dar o mote à evolução da Casa Nobre, como de resto no nosso estudo se irá revelar. Uma questão impõe-se: quem tinha acesso e quem vivia? Pelo que a História vai narrando, "Eram castelos [fundiários], ligados a pequenas comunidades de possuidores ou então a senhores que os fomentaram para apoiar os seus {homens}" (Almeida, 2001, pp. 143-144).

A Casa de habitação comum foi desaparecendo com o tempo, pois a sua construção era feita com materiais perecíveis, e o povo vivia em construções básicas habitacionais, que "(…) organizavam-se em volta das igrejas que as consagravam e protegiam e, a partir dos meados do séc. X, à vista de um castelo que as defendia" (Almeida, 2001, p. 19).

Como atrás já referido, a habitação comum, vernacular, é um domínio fragmentado pela inexistência do edifício em si e de documentação precisa nesta matéria. Todavia alguma informação recolhida de vários historiadores vai dando a conhecer que a Casa comum, dedicada, por exemplo, à exploração agrária, tinha uma construção de tipologia Casa-Pátio com rés-do-chão e sobrado, sendo que o rés-do-chão era sempre destinado a serviços, e o sobrado, ao descanso dos proprietários.

3.2. A Arquitetura Civil na Plena Idade Média - Casas Urbanas

Para Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, a Casa Urbana Medieval, pela falta de espaço, dá origem a construções em altura, ao contrário do que acontecia em pequenas povoações e nas periferias Urbanas. Segundo os autores, "Os edifícios nas Zonas Urbanas, alinhavam-se contíguos à rua, sendo normalmente o traçado da artéria definido pelo alinhamento das várias fachadas" (Almeida & Barroca, 2002, p. 87).

Também neste estudo, num resumo que nos parece facilitar a perceção da Casa, os autores referem que a maioria era construída numa tipologia de rés-do-chão, mais um ou dois sobrados (pisos), sendo o piso térreo destinado ao comércio ou a oficinas onde se realizavam várias atividades.

Compreendem-se, neste sentido, as diferenças de construção entre a Casa Urbana, construída em altura e adossada a outras Casas, e a Casa Rural com rés-do-chão mais um piso, inserida num espaço geográfico delineado e denominado por Quinta. Se nos concentrarmos na habitação contemporânea, quase se poderá ver esta realidade: nas Zonas

Urbanas mais a construção aglomerada e feita em altura; e nas Zonas da Periferia, com espaços mais alargados para construção de moradias com os seus quintais e jardins.

Ainda sobre a falta de documentação e construções que não chegaram até aos nossos dias, sabe-se que a pedra era um material utilizado na base da construção para dar maior suporte aos andares superiores, estes construídos com materiais como o *fachwerk* (Wittmann, 2016)[3].

Comentada a Casa de habitação comum num espaço Urbano e Rural, não podemos desviar o interesse em perceber o papel dos Paços Senhoriais medievais portugueses – o fio condutor no estudo da nossa investigação sobre a Casa Nobre em VNG, na Época Barroca – verificando-se que, segundo os autores, "(…) a residência senhorial oscilava entre dois modelos: o paço nobre e a domus fortis" (Almeida & Barroca, 2002 p. 103).

Nesse sentido, o Paço Nobre albergava a Nobreza verdadeira, ou seja, a Nobreza de linhagem, com poderio económico (reis ou representantes da coroa), edificando construções destinadas a diferentes funções. Já a *Domus Fortis* ou Casa-Torre, Casa Fortificada – Arquitetura Castelã – habitada por uma nova Nobreza, com pretensões a ascender socialmente, aos olhos dos autores, "corresponde ao modelo arquitetónico das pequenas linhagens" (Almeida & Barroca, 2002, p. 104). Os Nobres constroem estes edifícios para conquistar visibilidade e afirmação junto da população, seguindo uma tipologia arquitetónica de residência Senhorial, de "planta normalmente quadrada modelo inspirado nas torres de menagem dos castelos" (Almeida & Barroca, 2002, p. 105) [4].

Analisando esta construção de tipologia distinta que é a Casa-Torre, é importante referir que esta vai dar origem à construção de pavilhões contíguos e adossados, uma vez que ela é a personificação da Casa Senhorial Fortificada – porque quem a habita são os "Senhores Feudais" – sendo que, no séc. XIII se verificou a sua evolução para o aumento de espaço.

[3] *Fachwerk* significa textualmente "treliça" – espaço de uma parede feita a partir da estrutura de caibros preenchida com material entrelaçado e posteriormente preenchido com barro. O termo não está relacionado somente ao tipo de encaixe com a presença ou não de pregos de metal ou de madeira. É necessário conceituar o termo dentro de cada recorte histórico. Foram encontradas edificações *Fachwerk* em sítios neolítico da Europa e também em outros continentes, como no Japão, onde é muito comum o uso da madeira na construção das casas.

[4] As torres senhoriais são construções de dimensões relativamente modestas que, nos séculos XIII e XIV, oscilam, em média, entre os 8 e os 10 m de largura, com áreas internas úteis entre os 25 e os 45m^2. Apresentam normalmente rés-do-chão e três andares e cada piso corresponde a uma única divisão. O andar térreo é normalmente fechado ao exterior, apenas acessível a partir do primeiro andar, por meio de entrada vertical. Era destinado a arrecadação e ao armazenamento de alimentos e de outros bens. A porta de entrada localiza-se ao nível do primeiro andar, tal como acontece nas Torres de Menagem dos castelos. O primeiro andar pode ser mais público de todos, era reservado para a Sala ou Aula. Os andares superiores eram, progressivamente, mais privados, sendo o último piso reservado para a câmara (no caso de a residência ser apenas composta pela torre). A iluminação era garantida por meio de estreitas frestas de perfil militar e as torres do século XIV podiam possuir, no piso superior, janelas mais amplas – por vezes janelas geminadas com mainel central e com bancos afrontados – que assinalam a presença do "andar nobre", onde se localizam os aposentos particulares do senhor (Almeida & Barroca, 2002, p. 105).

Na evolução constatada ao longo das épocas, sobre a Casa de habitação, é factual que sobre as Casas mais populares não existem registos, a não ser através de imagens ilustradas no Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas, escudeiro da Casa do Rei D. Manuel I o Venturoso (1495-1521), que surgem construídas dentro e fora das muralhas de uma Fortaleza com a respetiva Torre de Menagem, habitação do "Senhor". A exemplo: Figura 1 - Desenho do Castelo de Caminha[5]; Figura 2 - Desenho da planta da Fortaleza do Castelo de Caminha[6]; Figura 3 - Desenho do Castelo do Mogadouro[7]; Figura 4 - Desenho da Planta do Castelo do Mogadouro[8]; Figura 5 - Desenho do Castelo de Freixo de Espada à Cinta[9]; Figura 6 - Desenho da Planta da Fortaleza do Castelo de Freixo de Espada à Cinta[10].



Figura 1. Desenho do Castelo de Caminha. (Anexo 55)

[5] Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo em Caminha (PT-TT-CF-159_m 0132).
[6] Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo em Caminha (PT-TT-CF-159_m 0163).
[7] Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo do Mogadouro (PT-TT-CF-159_m 0095).
[8] Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo do Mogadouro (PT-TT-CF-159_m 0155).
[9] Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas do Castelo de Freixo de Espada à Cinta (PT-TT-CF-159_m 0093).
[10] Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas do Castelo de Freixo de Espada à Cinta (PT-TT-CF-159_m 0154).

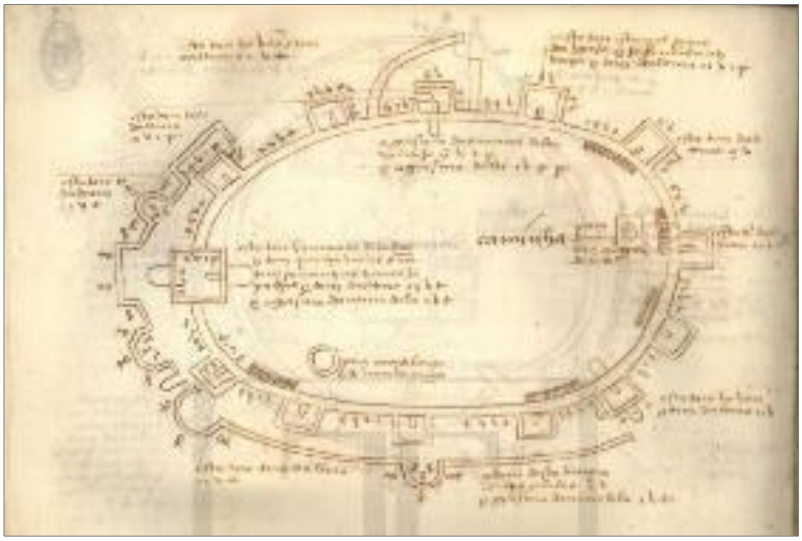


Figura 2. Desenho da planta da Fortaleza do Castelo de Caminha. (Anexo 56)



Figura 3. Desenho do Castelo do Mogadouro. (Anexo 57)

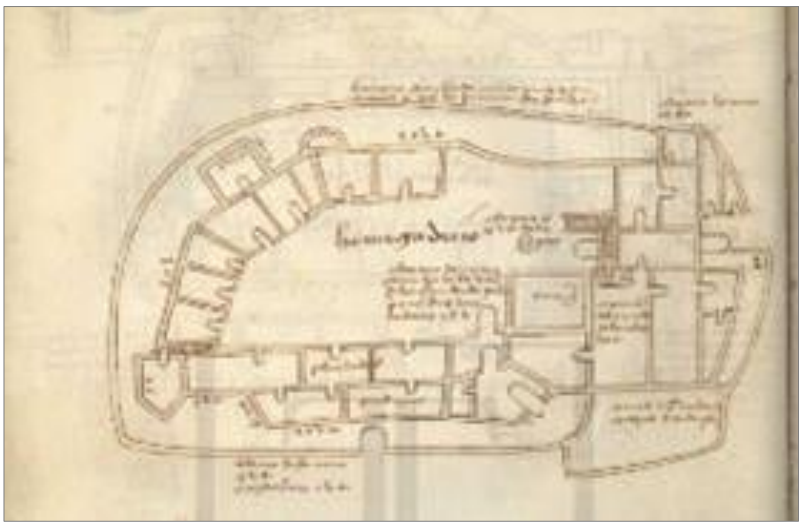


Figura 4. Desenho da Planta do Castelo do Mogadouro. (Anexo 58)



Figura 5. Desenho do Castelo de Freixo de Espada à Cinta. (Anexo 59)

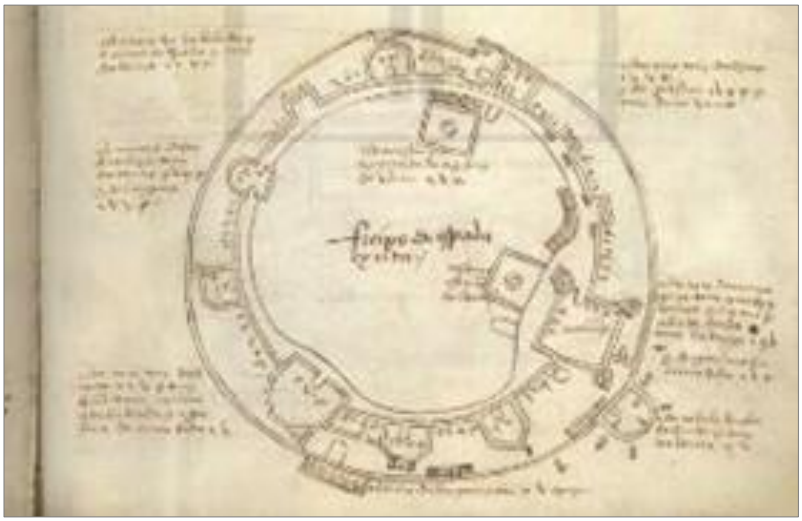


Figura 6. Desenho da Planta da Fortaleza do Castelo de Freixo de Espada à Cinta. (Anexo 60)

Estas referências ilustradas, captadas no tempo e no espaço por Duarte D´Armas, acabam por ser elucidativas reforçando a História escrita sobre a vivência e a habitação do povo comum e também dos mais afortunados, uns por linhagem da Nobreza, outros por terem ascendido a ela.

4. AUTOR – CARLOS AZEVEDO – SOLARES PORTUGUESES

Carlos Azevedo, no estudo circunscrito à Arquitetura que engloba a época em análise, refere que a Casa Nobre, mesmo a que retém mais características, não deve ser vista como

sendo um palácio, mas sim como uma Casa simples, dentro de um espaço geográfico denominado como Quinta. Menciona também, Carlos Azevedo, que a tradição da Casa-Torre Medieval, com uma nova forma que emerge no Renascimento, vai alterar características no século XVIII, sendo que a varanda na Arquitetura Civil da Casa Nobre é outra inovação muito importante que se vai desenvolver com funções várias.

É no século XVII que, segundo o autor, se assiste a uma nova tipologia de Casa de habitação e, se no final da Época Medieval a Casa se inspirava na Arquitetura Militar, é no séc. XVII que vai surgir a Casa Nobre portuguesa construída com uma planta em forma de U – de inspiração francesa. Esta, de maior regularidade, desenvolve-se em comprimento, com grande simplicidade, repetindo-se os elementos que compõem a fachada. Também de realçar que o autor refere que a Capela, nesta época de seiscentos, se constrói junto à Casa, tornando-a numa habitação Nobre.

Ainda para Carlos Azevedo, a nova Arquitetura da Casa de habitação, de planta em U, marca o séc. XVII e o seguinte, com a característica de se tornar uma residência "fechada", quando os muros laterais se unem a um portão de acesso à rua, com um pátio espaçoso, mas garantindo a privacidade no contacto com o exterior. Todavia, esta forma de Arquitetura, de planta em U, no séc. XVIII, vai ter relevância nas Casas Nobres Rurais porque a sua abertura ao exterior, dentro de um grande espaço geográfico, ou seja, dentro de uma herdade, embora a Casa de habitação use a tipologia de planta em U, tem a particularidade de não ser fechada, pelo contrário, é aberta a um grande pátio onde, em redor do mesmo, tudo se passará com a supervisão dos donos da propriedade, em torno dos trabalhos agrícolas.

De realçar, neste estudo de Carlos Azevedo, que a Capela é um elemento marcante que inicialmente era exclusivo da Realeza, e só a partir do séc. XVI se alargou às famílias Nobres. É nesse sentido, encarada como um símbolo de poder e afirmação de prestígio social dos proprietários da Casa onde a mesma está inserida e onde jaziam os seus donos e família. A Capela passou a ser, naquela época, um lugar de oração para os vivos e de repouso para os mortos, podendo ser, ou não, adossada à Casa. Quando a Capela está agregada à Casa, existe comunicação do interior diretamente para o coro-alto da Capela, acesso só para os proprietários, enquanto o povo utilizava o acesso pela rua. A Capela, quando desmembrada da Casa, adquire um estatuto mais público. As pessoas entram nos domínios da Quinta através do portão, percorrem o caminho até à entrada na Capela, constatando-se que era muito Nobre a família oferecer ao público a oportunidade de este usufruir do espaço religioso privado. É no séc. XVIII que a construção da Capela na Casa Nobre dá identidade ao

património arquitetónico que só na classe da Nobreza foi possível alicerçar. A Casa Nobre setecentista, conforme Carlos Azevedo refere, desenvolve-se horizontalmente e usualmente com dois andares. As revelações da Casa Nobre na Época Barroca, aos olhos do autor, começam por se centrar na fachada da Casa, esta mais trabalhada com elementos, como pilastras lisas, que podem dividir a fachada em três ou mais panos. Acentuam-se normalmente, no término das mesmas, elementos decorativos tais como, fogaréus e pináculos. A contrariar este sentido vertical surgem, em alguns casos, barras horizontais que têm como função marcar o piso superior (andar Nobre), assim como no cimo do edifício, junto ao telhado, servindo como base para ornamentações, como, por exemplo, o Brasão, identificando a Nobreza da família que nela habita. As fachadas contêm, por excelência, a gramática técnica tipológica de elementos decorativos de estilo Barroco. Como seria de esperar, o fator mais importante será a entrada da Casa, normalmente com o aparato necessário numa demonstração viva da importância de quem lá reside, começando pela escadaria, elemento agente de prestígio social, de degraus convergentes e divergentes, normalmente decorados no começo com volutas enroladas. Em regra, a escadaria vai culminar em varandas alpendradas espaçosas compostas por colunatas e pilastras. De referir que esta tipologia poder-se-á encontrar mais nas Casas Nobres Rurais que, para Carlos Azevedo, são também denominadas por Solares, enquanto nas Casas Nobres Urbanas a escadaria no interior é uma constante, por necessidade do traçado de arruamentos e por consequente falta de espaço.

O interior da Casa Nobre, mais uma vez, contempla o poder económico, pois só este poderá definir a decoração mais sumptuosa ou mais simples. A sala da Casa será, por excelência, a maior divisão, reservada para a representação social, abrindo-se só para os convidados, e em dias de festa (Azevedo, 1969).

5. AUTOR – DAGOBERTO MARKL – HISTÓRIA DA ARTE EM PORUGAL, O RENASCIMENTO

Para o Historiador Dagoberto Markl, o Renascimento português nasce, como qualquer outro, da simbiose da herança do Gótico final com as inovações nascidas no séc. XV. Aparentemente ter-se-á começado mais tarde, no entanto, em Portugal, já desde o séc. XIV, encontramos em embrião os motivos que criam a especificidade do nosso Renascimento (Markl, s.d., p. 9).

A Arquitetura e o urbanismo, segundo o autor, demonstram a dificuldade em balizar com certezas absolutas quando começa ou quando acaba um período, num suposto entendimento de que, para além da falta de registos de datas, muitas das construções efetuadas nesses períodos são efémeras. Refere o autor que uma forma um pouco casuística poderá ser feita através de pinturas antigas que resistiram até aos dias de hoje, reportando a pintura de Gregório Lopes – o Martírio de S. Sebastião 1536–1539, que se encontra no Museu Nacional de Arte Antiga, onde a iconografia retrata o espaço Urbano, a construção arquitetónica circundante, e o povo. A tipologia dos edifícios, a organização espacial com relevo do terreiro e o ato em primeiro plano que se observa sobre o Martírio de S. Sebastião, registam um tempo num espaço que iconologicamente nos narra uma História.

A Arquitetura Civil, mais propriamente a habitação comum, como atrás se referiu, é escassa em documentação e por "defeito" uma Arquitetura efémera. Todavia, é de realçar que a História da Arte da Arquitetura é isso mesmo, investigar, procurar documentos, fazer cruzamento de dados, utilizar as pinturas com referências pictóricas, contratos de prazos de vida e, nesse sentido, um pouco mais que se possa acrescentar ao que já se encontrou será uma vitória para todos os vindouros. Na verdade, o autor é perentório quando refere:

> A falta de um estudo aprofundado da arquitetura civil em Portugal no século XVI, nas suas duas componentes – a palaciana e a burguesa – para referirmos somente as duas classes que, por motivos idênticos, ostentação e poder económico, nos legaram maior quantidade (sobretudo a primeira) de edifícios, dificulta a elaboração de uma síntese correta. (Markl, s.d., p. 52)

Mas não deixa de referir que a investigação é um campo fascinante na procura do saber, e neste caso concreto, "saber onde viviam os diversos grupos sociais" (Markl, s.d., p. 52).

Apesar das dificuldades em aprimorar com rigor um passado histórico, será sempre um desafio explorar todos os meios possíveis, como aliás o autor nos ensina quando refere a abertura de um subcapítulo da Arquitetura para descrever ao pormenor, através de um documento antigo, "Escriptura de novo emprazam.to feito a Anna Pires em pr.a vida de huas cazas citas na rua de mangalassa freg.a de St.a Justa […] 11 de Junho de 1543" (Markl, s.d., p. 52). Este documento descreve com rigor e ao pormenor como era a Casa tanto no interior como no exterior. Os registos de documentos quando encontrados, são a maior prova de fontes primárias, que ajudam à investigação e articulação de temas pertinentes e bem-vindos, uma mais-valia para a produção científica.

Acrescenta ainda o autor que,

> A arquitetura militar se associa vulgarmente à civil numa sugestão do velho paço ou solar-fortaleza de nobres e altos dignitários da Igreja, e sabendo-se que a necessidade de defesa nos primeiros tempos da nacionalidade e mesmo já em período de estabilização levou a que os templos se apresentassem como verdadeiras fortalezas, com as suas ameias, adarves e matacães, o grande incremento da arquitetura castrense faz-se sentir, todavia, no período que estudamos neste volume. (Markl, s.d., p. 56)

6. AUTORES – ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA; FERNANDO GALHANO – ARQUITETURA TRADICIONAL PORTUGUESA

Para os autores, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, "A casa popular é um dos mais significativos e relevantes aspectos da humanidade da paisagem, em que, na sua grande diversidade de tipos, afloram, com particular evidência, numerosos condicionalismos fundamentais – geográficos, económicos, sociais, históricos e culturais" (Oliveira & Galhano, 2003, p. 13).

Nesse sentido, a construção das Casas comuns, ao longo das épocas, retém algumas particularidades, essencialmente nos materiais utilizados, distinguindo-se a pedra, a madeira e outros mais perecíveis. A explicação para estas diferenciações aos olhos dos autores tem a ver com uma questão cultural de quem vai habitar essa Casa, ou seja*:* "(…) a casa de pedra, estável, como a casa do lavrador; a de madeira – como o barco – para o pescador e o cabaneiro pobre, que se acomodam com uma construção improvisada, incerta e provisória – quase volante – como as suas vidas" (Oliveira & Galhano, 2003, p. 15). Todavia, não só os materiais em questão sustentam a ideia da tipologia da Casa na vertente apresentada, como o facto de estas construções e materiais variados serem a razão da construção da habitação, mas também a região onde a mesma é edificada. Ou seja, "(…) de um modo geral, onde há pedra constrói-se em pedra, e onde falta constrói-se em terra, adobo ou tijolo, ou em madeira e outros materiais vegetais" (Oliveira & Galhano, 2003, p. 15). Nesse sentido, para os autores são várias as ordens de fatores que se encontram nas tipologias das Casas, e arquitetonicamente não existe uma plausível razão comum a todas, dando como referência:

> A casa-pátio, em geral, por exemplo, pode certamente relacionar-se com regiões planas e com agricultura em regime extensivo, onde o problema do espaço se dilui; tal pode ser o caso da casa-pátio do Alentejo, que não é estranha ao sistema da grande propriedade e da economia agrícola quantificada. (Oliveira & Galhano, 2003, pp. 15-16)

Também, de relevante importância, referem que em Portugal existem variantes regionais básicas conhecidas da Casa Popular:

> Casas térreas e casas de andar, ou casas-torres; casas blocos e casas de pátio, aberto ou fechado; casas de pedra, granito, xisto ou calcário, conforme a natureza dos solos e o costume local, e casas de materiais leves, de taipa, adobo ou tijolo – e hoje de cimento e de [blocos] –, e de madeira; coberturas de palha, de materiais vegetais em geral, de telha, artesanal ou de fábrica, de lajes de pedra, e de uma, duas, três ou quatro águas; casas isoladas, no meio das terras ou bordando os caminhos, nas áreas de povoamento disperso ou com tendência para a disseminação, e casas alinhadas e arruadas umas a seguir às outras nas áreas de povoamento concentrado ou nos aglomerados urbanos; etc. (Oliveira & Galhano, 2003, pp. 17-18)

Numa versão esclarecedora, os autores referem que a Casa-Popular, Entre-Douro-e-Minho, no Norte do país: tem a tipologia de Casa assobradada térrea, com andar, no caso da Casa Urbana comum, e é térrea, com um andar, mas com funções diferentes, no caso da Casa Rural. Pelos conhecimentos que temos vindo a absorver ao longo deste percurso de estudo, esta estrutura tipológica diferencial distingue-se no facto de a Casa Popular Urbana, térrea e com um ou mais sobrados, ter a função de no rés-do-chão funcionarem lojas de comércio e oficinas, e nos sobrados, a residência dos que habitavam a Casa. Ao contrário, na Casa Popular Rural, o rés-do-chão era o local da cozinha, dos compartimentos dos trabalhadores, do abrigo dos animais, dos utensílios, e dos bens recolhidos da agricultura, sendo o primeiro andar destinado exclusivamente aos aposentos dos proprietários, cujo acesso se faz normalmente por uma escadaria exterior adossada à fachada.

A Casa-Bloco típica abarca a mesma estrutura geral, mas com algumas dependências anexas de menor dimensão, com a função de albergar e guardar: "(…) para gados e arrumações, cortes ou estábulos, palheiros, sequeiros ou espigueiros, eiras cobertas, lojas, etc. que se distribuem à volta de um amplo espaço aberto, terreiro, ou quinteiro, e que integram o complexo da lavoura" (Oliveira & Galhano, 2003, pp. 18-19).

Sobre este trabalho dos autores, muito mais se gostaria de acrescentar como: a descrição da composição tipológica das Casas; os desenhos (esboços) de Casas; as plantas das mesmas e fotos de Casas localizadas em lugares díspares no Norte de Portugal. O seu estudo é um compêndio de informações a que, naturalmente, no desenvolvimento dos nossos casos de estudo, teremos que de novo recorrer.

7. AUTOR – GEORGE KUBLER – A ARQUITETURA PORTUGUESA CHÃ. ENTRE AS ESPECIARIAS E OS DIAMANTES 1521-1706

Aos olhos do autor George Kubler, a análise da Arquitetura Barroca exige um recuo nas épocas, referindo que com a morte de D. Manuel I, na década de 1520/1530, inicia-se um

período de grande transformação, abandonando-se a decoração Manuelina que se desenvolveu no auge dos descobrimentos, com as viagens que inspiraram as construções com elementos naturalistas e vegetalistas, em relevo, com decorações exuberantes. A Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerónimos são um *ex-libris*, mas é no Mosteiro da Batalha e no Convento de Cristo, em Tomar, onde se revelam os segredos das mensagens do Rei, com a Esfera Armilar e a Cruz da Ordem de Cristo.

Nesse sentido, George Kubler refere que as alterações arquitetónicas ocorridas mais tarde, no período de 1520-1580, reinado de D. João III, compreendem-se porque foi um período em que Portugal viveu com falta de meios económicos, o que levou ao abandono da construção mais decorada, enriquecendo-se assim "Os interiores deste edifício enriquecidos somente pelo requinte de proporções" (Kubler, 2005, p. 26). Este é motivo pelo qual os exteriores dos edifícios a construir eram desmembrados de decorações exuberantes, "(…) um purismo arquitetónico, em resposta aos excessos ornamentais da era manuelina" (Kubler, 2005, p. 29).

Analisando o período entre 1580 e 1640, em que Portugal esteve sob domínio espanhol, verifica-se que esta Arquitetura simples, austera e desprovida de efeitos decorativos se manteve, e só a partir de 1675 é que os portugueses começaram a decorar, tanto os interiores dos edifícios nus, com a talha dourada, como os exteriores das fachadas, com festões, conchas, volutas de pedra e outros, disfarçando os austeros perfis de arcos e de abóbadas reticuladas, que existiam das gerações anteriores.

Todavia, é no reinado de D. João V (1689-1750), como refere o autor, que "(…) rapidamente o objetivo desejado acabou por encontrar total expressão arquitetónica no novo gosto da corte de D. João V" (Kubler, 2005, p. 27). Assim, este novo gosto da corte está denominado como estilo Joanino.

O autor dá como exemplo que, após 1640, com a Restauração da Independência, iniciam-se novas manifestações sobre a Arquitetura, proferindo que o Claustro dos Agostinhos "também manifesta a nova estética da Restauração, da regularidade dos espaços entre formas simples estudadamente colocadas para que se obtenha o máximo efeito do maior número de formas ornamentais geométricas" (Kubler, 2005, p. 180). Refere ainda o autor que "Neste claustro as molduras das janelas, com cornija colocadas sobre uma arcada dórico-romana são quadrados duplos e apenas tiram partido da sua utilização dentro de um tramo retangular e da sua pureza linear" (Kubler, 2005, p. 180). Segundo o autor, estas molduras de pedra rematadas de cornija vão acabar por se tornar a forma vernacular da Arquitetura doméstica

da classe da Nobreza, dando como exemplo a Quinta das Torres em Azeitão, construída antes de 1600, sem decorações ornamentais, sendo que mais tarde esta Arquitetura acaba por ser modificada, com motivos decorativos e com um acrescento de um andar superior.

Neste contexto, para o autor, a caracterização da Arquitetura "Chã" está delineada desde o fim do estilo "Manuelino" até 1640, altura da Restauração da Independência de Portugal, que durou cerca de 60 anos sob o domínio dos espanhóis.

Esta denominação de estilo "Chã", segundo o autor, foi motivo de alterações para a construção religiosa e civil, abrandando-se, nesse sentido, as construções exuberantes, substituindo-as por outras mais simples e sóbrias, uma vez que Portugal atravessava um período economicamente mau. O autor refere, com convicção, que esta Arquitetura nada tem a ver com imitações vindas de fora, até porque difere do estilo desornamentado, por exemplo, de Espanha. Para o autor, o estilo "Chã" é português.

Também, na metodologia cronológica do autor, o estilo "Chã" vai ser alterado no reinado de D. João V, que reinou desde 1706 a 1750. A construção e exuberância da decoração vão ser uma constante, pois as minas de ouro e de pedras preciosas descobertas durante o reinado do seu antecessor, no Brasil, foram um motivo económico para o enriquecimento cultural e artístico do País.

O autor faz uma viagem secular cronológica, onde a Arquitetura Religiosa é por excelência o seu estudo. Sobre a Arquitetura Civil, somente uns breves comentários, o suficiente para se entender a influência na construção doméstica através de períodos marcantes na História da Arquitetura Portuguesa. O autor desenvolve o seu estudo a partir da alteração do gosto artístico português, quando acontece o abandono da decoração Manuelina, e conclui o seu trabalho falando do regresso da exuberante ornamentação por volta de 1700.

8. AUTOR – GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA – A PINTURA DO RETRATO NA CASA NOBRE DO NORTE DE PORTUGAL

A Pintura do Retrato na Casa Nobre do Norte de Portugal é um estudo desenvolvido por Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, com a particularidade de nos trazer para reflexão a dimensão que o retrato tinha na Casa Nobre, como nos diz o autor: "Na perspectiva da sua relação com a Casa Nobre, as dimensões artística, decorativa e simbólica alcançam uma grande relevância" (Sousa, 2011, p. 407).

Este estudo revela a importância de um acervo de pinturas de representações genealógicas dos proprietários, de personagens familiares e dos seus descendentes. Refere também que Casas Urbanas e Quintas, nos arredores das grandes cidades, ainda reservam retratos das respetivas famílias. Se compreendermos bem, o estudo do retrato, quando existe, será sempre uma fonte de informação e uma ponte de ligação do proprietário com a Casa, permitindo a pesquisa, porque afinal trata-se da família que habitou a Casa Nobre, quer Urbana ou Rural, do Norte do nosso País (Sousa, 2011, p. 414).

9. AUTOR – HUGO O´NEILL – A CASA NOBRE - RECUPERAÇÃO DE UM SÍMBOLO AMEAÇADO DA CULTURA PORTUGUESA

Hugo O'Neill faz uma descrição e interpretação peculiar sobre a Casa Nobre, identificando-a como sendo "(…) um espelho da personalidade colectiva dos portugueses, do sentido estético e da História de Portugal" (O'Neill, 2011, p. 291).

O autor realça as dimensões das Casas, assim como a dimensão humana, os enquadramentos dos espaços disponíveis para jardins e cultivo, reafirmando que são estes os atributos que distinguem os povos, nas suas culturas e nas suas vivências. Lamenta o facto de não existir apoio e interesse do Estado para a conservação deste património, valorizando outros interesses em prejuízo das Casas Nobres e dos seus proprietários. Refere que "Em Portugal estima-se que existam cerca de 10000 casas que se possam enquadrar no conceito de casas históricas ou singulares" (O'Neill, 2011, p. 292), sendo que a maioria se encontra abandonada. Curiosamente, informa que a Associação Portuguesa das Casas Antigas tenta minorar o problema, estimulando os associados a uma política diferente como, por exemplo, a abertura ao público deste património, assim como a sensibilização do Estado para uma política de participação e financiamento através de fundos comunitários como, por exemplo, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

10. AUTORA – ISABEL SOARES DE ALBERGARIA – O TRABALHO DA PEDRA NAS CASAS NOBRES MICAELENSES DOS SÉCULOS XVII E XVIII: SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS DESENVOLVIDOS LOCALMENTE POR TÉCNICAS E PROFISSIONAIS LIGADOS AO TRABALHO DA PEDRA

No artigo do 2.º Congresso Internacional promovido em Arcos de Valdevez sobre a Casa Nobre, Isabel Soares de Albergaria refere a existência de uma atividade construtiva na primeira metade do séc. XVIII, que se refletiram na presença de numerosos exemplares de Arquitetura doméstica. A Casa Nobre começa por ser mais complexa, articulando-se em espaços interiores, com uma exigência de novas soluções edificantes. Surge dessa forma a armação da parte por baixo da Casa, como refere a autora, "(…) as lojas, com uma sucessão de arcos paralelos de perfil abatido ou plano em cantaria, onde assentam as vergas retas dos balcões e das cozinhas ou as traves dos pavimentos de madeira" (Albergaria, 2011, p. 605).

Em concordância com outros autores, também Isabel Albergaria comenta o facto de nos séculos XVII e XVIII não se conhecerem nomes de Arquitetos, contratos de construção, nem sequer *riscos* que deram razão a estas construções (Albergaria, 2011, p. 605).

11. AUTOR – JOAQUIM JAIME FERREIRA-ALVES – A CASA NOBRE NO PORTO NA ÉPOCA MODERNA

O Porto, na época que compreende os séculos XVI, XVII e XVIII, caracterizou-se através de uma importante afirmação com o desenvolvimento da Casa Nobre, muito embora este crescer de identidade deva ser compreendido entendendo-se os antecedentes da Arquitetura que vigoraram no século XV.

A Casa Nobre Urbana na época Moderna, na perspetiva de Joaquim Jaime Ferreira-Alves, apresenta referências que ajudam à interpretação da razão de ser Nobre.

Sobre a tipologia da Casa, Joaquim Jaime Ferreira-Alves refere que a Casa baixa e larga, de amplas fachadas, é a mesma que irá afirmar a soberania e o domínio social. Esta tipologia arquitetónica, aos olhos do autor, é entendida como uma Casa Nobre Urbana. Ainda para o autor, a Casa Nobre setecentista desenvolve tipologias que se resumem e particularizam.

Com a passagem do Renascimento e da Época Medieval, tendo em conta que o tipo de Casa Nobre, que inicialmente foi inspirada na Arquitetura Militar de onde nasceu a Casa-

Torre residência Nobre, se vai manter ao longo dos séculos, surge um novo século (XVII) que traz consigo uma nova tipologia de construção de planta em U.

É nesta época que a construção da Capela adossada à Casa, como de resto aconteceu com a Torre, se torna importante na habitação Nobre em Portugal, e ainda, segundo o autor, surgem as escadarias com modelos interessantes de lanços convergentes e divergentes, assim como se destaca a importância que a construção da Capela tem em relação à leitura da fachada (Ferreira-Alves, 2001).

12. AUTOR – JOSÉ CARLOS RIBEIRO DA SILVA – A CASA NOBRE NO CONCELHO DE LOUSADA

Na leitura que se fez de José Carlos Ribeiro da Silva sobre a Casa Nobre no Concelho de Lousada, constata-se que o estudo levado a cabo refere que esta Casa Nobre tem duas tendências identificadas, uma mais simples, outra com mais carga decorativa.

Para o autor, existem fatores importantes que provocam esta carga decorativa, enunciando como exemplo: elementos edificantes mais dinâmicos; pilastras, que separam panos das fachadas; cornijas ondulantes, que evidenciam movimento ascensional dos frontões; silharias cinzeladas e almofadas dos vãos e dos cunhais; assim como, ornatos da pedra de armas, na fachada, que lhe dão a identidade própria de uma Casa Nobre. Ainda, segundo o autor, não existe um padrão comum, mas sim uma adaptação ao modo de vida, sendo que o proprietário constrói a Casa consoante as suas necessidades, que vai evoluindo segundo as suas possibilidades económicas.

Para o autor, a Casa Nobre contempla a Capela adossada à direita ou à esquerda da Casa, como se regista no séc. XVIII, com particular atenção, como refere o autor, à disposição das fachadas que se desenvolvem horizontalmente.

O autor faz uma descrição tipológica apoiada em bibliografia de vários autores que recai na Casa Nobre de Lousada, dando informações técnicas sobre: a fachada da Casa Nobre; os vãos nas fachadas; as janelas do rés-do-chão; a escadaria; a varanda alpendrada; a Torre; o pátio; a Capela; a pedra de armas; os elementos decorativos; e os elementos identificativos (Silva, 2007).

13. AUTOR – JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA – PAÇOS MEDIEVAIS PORTUGUESES

O estudo de José Custódio Vieira da Silva recai na génese e na evolução da Casa Senhorial em Portugal, matéria que comunga com a nossa investigação sobre a Casa Nobre em VNG.

Para o autor, e não só, a dificuldade de um estudo mais preciso, começando pelo Paço Medieval e a sua origem – habitação Nobre – especialmente na época da Alta Idade Média, entre os séculos V e X, não invalida que através de documentação e análise etimológica das palavras, com a sua clara evolução semântica e a toponímia (registos que se perpetuaram), seja possível a descodificação e interpretação da construção da habitação tanto na forma exterior e interior estrutural do edifício, como as subdivisões internas que, como refere o autor, "se relacionam, isto é, paço, sala e sobrado, permitirá captar, desde logo, alguns dos aspectos essenciais dessa realidade que os referidos vocábulos testemunham" (Silva, 1995, p. 19).

Para o autor, a palavra Paço proveniente do latim *Palatiu* foi o nome primitivo que o imperador Augusto deu à sua residência na colina palatina. Em Portugal, a partir do séc. XIII, a palavra era assinalada como *paaço* "cedendo o lugar, progressivamente, à forma final mais simplificada de paço" (Silva, 1995, p. 20).

O autor esclarece que esta designação se refere à habitação do Rei e da Nobreza, ao longo da Idade Média e que inicialmente:

> (…) se distinguia das outras casas romanas não pela morfologia, mas apenas pelo lugar específico em se situava. O *palatiu*, na verdade, recebeu esse nome por ocupar todo o monte palatino, o que implicava um maior número de dependências de dimensões acrescidas e com decoração mais sumptuosa do que as outras casas. (Silva, 1995, p. 20)

Sobre a importância que se encontra no interior do Paço, o compartimento Sala, era por excelência a parte da Casa de maior dimensão, por vezes a maior, que ocupava quase todo o espaço do piso superior – o piso Nobre – sendo que a sua evolução ao longo dos tempos é notória. Estamos a falar de uma dependência reservada para os atos de maior pompa, como por exemplo receber a Nobreza e a Fidalguia.

Sobre a origem da palavra Sobrado, a mais convincente recai no sentido de que Sobrado identifica um edifício de:

> (…) [casa de dois andares] que rapidamente evolui para {casa importante}. Só assim se compreende o papel que a palavra assumiu na toponímia sobretudo da Galiza e do Norte de

> Portugal, pois, na Idade Média, não deveriam abundar nos meios rústicos habitações daquele tipo. (Silva, 1995, p. 21)

Neste contexto, compreende-se a análise na narrativa do autor, de que o edifício Paço Medieval era uma habitação de dimensão maior do que as demais, com um piso térreo e um andar, em que a composição interna dos aposentos tem de relevante uma Sala de receber, com aparato, de forma a impressionar quem chegasse, utilizada para a realização de festas, receções e reuniões.

O autor, ao longo do estudo, dá exemplos de Paços em território português, mas correspondentes a uma época do final da Idade Média, muito próximo do Renascimento, exemplares esses que ainda se mantêm e que, com a ajuda de documentação, se podem iconográfica e iconologicamente descrever.

Há também a palavra Câmara, ou seja, ainda no piso superior, para além da Sala como a principal parte da Casa, surgem as Câmaras (os quartos) que, consoante a dimensão do edifício, Paço de maior ou menor dimensão, poderia contemplar "a câmara do paramento ou ante-câmara, a câmara de dormir e o guarda-roupa ou trascâmara, colocadas progressivamente por esta ordem umas após outras e com ligação directa entre si, de modo a que a trascâmara seja a mais interior e de acesso mais privado" (Silva, 1995, pp. 28-29).

A Capela e o Oratório são elementos que se mantêm até à Época Moderna, este último numa função de maior privacidade individual, mas a Capela, por sublimidade, era, como ainda hoje se confirma, um privilégio que recaía na Realeza, na Nobreza e no Clero, sendo que mais tarde a Burguesia procura esse acesso nas Casas que constrói, por uma questão de afirmação de poder.

O Pátio e o Horto são também elementos que compunham o Paço, primeiro pela dimensão de terra que envolvia o edifício, segundo, por questões de privacidade e de defesa, ou seja, estes elementos muravam o espaço ao exterior, para que no interior, a céu aberto, os proprietários pudessem desfrutar de bem-estar com a produção de alimentos e lazer.

Segundo o autor…

> (…) parece ser notório: a ausência de escadarias exteriores. Os acessos ao piso nobre processam-se sempre pelo interior, através de escadas de madeira ou, em casos mais excepcionais, de pedra, embora estas últimas, pelos exemplos conservados sobretudo no paço de Sintra, sejam também já tardias. (Silva, 1995, p. 33)

Num resumo sumário, o autor refere o seguinte:

> A função primeira do paço é a de habitação. Casas de morada de reis, nobres, altos dignatários do clero (…) O seu aspecto eminentemente civil distingue o paço, sem margem para dúvidas, do castelo e mesmo da casa forte ou casa-torre que, inclusive, antecede. Este é, aliás, um dos

> aspectos bem relevantes que, pelo menos em relação à França, distingue a evolução da casa nobre no nosso país. Na verdade, o paço em Portugal não derivou do castelo nem mesmo, quando porventura possuiu torres ou ameias, se lhe assemelhou ou tentou imitar. (Silva, 1995, pp. 34-35)

Sobre a Casa-Forte ou Casa-Torre, edifícios que ainda hoje nos permitem, pelo menos a nível arquitetónico, visualizar e fazer um estudo direto, diz o autor que a característica da origem "(…) terá de ser associada à problemática das honras e das quintãs para adquirir um sentido mais profundo e alargado" (Silva, 1995, p. 59).

Esta tipologia de Casa de habitação, Casa-Forte ou Casa-Torre, em regra de pertença aos mais afortunados, que recebiam as "honras" do Rei, eram construídas, ou restauradas se já existissem, dentro de um espaço com o nome Quintã, sendo que inicialmente tinham a função de defesa militar, depois mais como símbolo de poder Senhorial, sendo certo que se mantinham, no fundo, como uma garantia de refugio em caso de necessidade aquando das lutas contra os mouros. Como nos refere o autor, "A torre era o refúgio seguro do nobre quando atacado ou ameaçado na segurança da sua vida e dos seus bens" (Silva, 1995, p. 64). Neste sentido, a tipologia de Casa-Torre vai sendo alterada com a construção de pavilhões ou alas ao nível térreo e na perspetiva morfológica do edifício Torre. A mesma, não passando a ser um simples símbolo, adaptava-se e bem ao nível térreo, como lugar ideal para guardar e armazenar de forma mais segura os bens recolhidos que eram cobrados pela Nobreza aos trabalhadores nas suas terras.

Reforçando toda esta panóplia de funções, o autor é perentório:

> A torre, com a respectiva quintã, passa a ser o solar a que o novo ramo constituído vai buscar o próprio nome. É por ser sobretudo nesta acepção que a casa forte sobrevive para lá da própria Idade Média que se revela importante analisar o fenómeno do solar. (Silva, 1995, p. 64)

Vários são já os estudos com a confirmação de que a palavra de origem latina *Solum* significa terra, espaço que o Homem pisa, remove e produz, assim como nela edifica construindo o que pensa ser necessário para a sua sobrevivência, desde os primórdios até à nossa era.

Sintetizando: se o Solar é considerado uma Quintã, nome de uma nova linhagem, identificado no séc. XVI numa carta de Brasão concedida pelo rei D. João III a um Nobre fidalgo Gaspar Gonçalves (Silva, 1995, p. 67), com a presença da Torre como elemento simbólico, dentro do mesmo espaço de nome Quinta, esta denominação está claramente ligada à Nobreza que por sua vez recebe diretamente em linhagem, pela ordem do Rei, as suas honras.

Como descreve o autor, nestas terras *Solum* (palavra que derivou Solar) "Edificarão aqui estes fidalgos suas torres, e casas fortes donde vivião (…). Pelo que neste Reyno se não concedia licença para fazer estas torres, e pòr ameas nellas, senão a pessoas illustres" (Silva, 1995, p. 68).

Ainda no estudo do autor sobre os Paços Medievais, compreende-se, agora sim, a origem da palavra Paço, no Estado Moderno de D. Manuel que, como refere o autor "a refuncionalização dos antigos solares, realizada através do acrescento de um corpo habitacional à velha torre, muitas vezes derruída e entretanto restaurada, e que se transforma, assim em paço" (Silva, 1995, p. 69).

O autor contempla muitos estudos que nos mereceram a nossa melhor atenção, todavia, fomos obrigados a selecionar só alguns, pelo interesse intrinsecamente ligado ao nosso estudo, na justa posição de percecionar melhor a evolução da Casa de habitação Nobre, entendendo, dessa forma, como classificar as Casas em estudo na nossa investigação.

Neste contexto, outra questão que não podíamos deixar de analisar é a existência de Paços Rurais e Paços Urbanos, sendo esta uma realidade que nos move na era atual, na classificação de Paço pela sua dimensão circunscrita numa área mais rural, ou só "porque sim".

Mais do que esclarecido está o facto de que sobre Paço, residência habitacional, anterior ao Renascimento, séc. XV, ou seja, na Idade Média, quase nada existe, o que por si só seria facilitado se existisse o edifício. No entanto, como já temos vindo a referir, não pode haver impedimento de um estudo através de documentos escritos que falam sobre a sua existência nesses períodos mais longínquos.

No caso específico dos Paços Rurais, mais predominantes do que os Paços Urbanos, não restam dúvidas que correspondem à Casa de habitação das classes Régia, Clerical e Nobre, que possuem muita terra e que, como senhorios desses espaços, utilizavam o povo para trabalhar a terra, vivendo num estatuto económico e social que emanava sinais de riqueza. A classe Régia e Clerical, em muitos casos, consoante o que nos vai sendo dado a conhecer, tinham outras habitações mais urbanas, e utilizavam no meio Rural, o Paço, mais como estância de veraneio. Aliás, como refere o autor, e já em relação aos Paços Urbanos:

> A par dos paços rurais, a existência de paços urbanos é também uma realidade, apesar de, como aqueles, não terem também, na sua maior parte, logrado até aos nossos dias. Desde logo, no entanto, uma diferença fundamental os distingue: até ao fim do século XIV, a posse de paços no interior das cidades é um privilégio quase exclusivo de reis e bispos. (Silva, 1995, p. 84)

Percebe-se, assim, o porquê de hoje se chamar às Instituições que se encontram em edifícios restaurados e outros construídos de novo de grandes dimensões em lugares Urbanos, como sendo Paços do Concelho ou Paço Episcopal. Nada será por acaso, e como já temos vindo a defender, entre estas e outras questões, que tudo o que existe à nossa volta é a consequência daquilo que foi sempre existindo.

A definição concreta do autor, que não podemos deixar de registar, é de que:

> As velhas torres animam-se, por isso, nos princípios do século XVI, com a construção de paços que, integrando-as, as valorizam; outras constroem-se de novo e, mesmo que não se possam legitimamente assumir como solar, reproduzem, pelo menos a imagem e o signo identificador por excelência do estado nobre do seu titular e possuidor. (Silva, 1995, p. 285)

14. AUTOR – JOSÉ FERNANDES PEREIRA – A ARQUITETURA BARROCA EM PORTUGAL

Defende o autor José Fernandes Pereira que a Arquitetura Barroca em edifícios construídos se encontra por todo o País, todavia, com variações decorativas e materiais utilizados que dependem dos locais e de quem mandava edificar a obra, religiosa ou civil. Refere a escassez de estudos monográficos e de uma inventariação a nível nacional, não deixando de reconhecer que:

> A influência do barroco cortesão estendeu-se, naturalmente, a zonas próximas da capital e de acção do Rei. D. João V viveu sobretudo em Lisboa e as suas deslocações nunca motivaram estadias prolongadas em qualquer localidade. Ao contrário dos tempos medievais em que a corte tinha estadias demoradas fora de Lisboa, nota-se que a partir de D. João IV o poder absoluto se centraliza na capital. (Pereira, 1992, pp. 166-167)

Neste estudo mais incisivo da Arquitetura Barroca Religiosa encontra-se uma parte dedicada à Casa Nobre que suscitou grande interesse em se analisar, no sentido de enriquecer conhecimento para os nossos casos de estudo sobre a Casa Nobre em Vila Nova de Gaia na Época Barroca.

O autor comenta que "Depois do Rei e do Clero, a Nobreza surge como um encomendador de terceira grandeza e as suas propostas serão menos radicais, girando em torno de um conservadorismo significativo" (Pereira, 1992, p. 187), referindo que estas propostas de Arquitetura Civil são idênticas às da Arquitetura Religiosa.

Neste sentido, o advir desta Nobreza ganhou força pela ausência da corte que na época se estabeleceu em Madrid, e falamos do período Filipino, que se dispersa e vai ganhando terreno nos locais rurais, construindo ou recuperando a Casa-Torre para habitação

permanente e de produção agrícola, dentro de espaços designados como Paços, Solares e Quintas.

A Casa Nobre, aos olhos de José Fernandes Pereira, na bibliografia sobre a Arquitetura Barroca em Portugal, passou pela necessidade de se fazer crescer uma nova imagem da Casa, onde o acrescento das varandas e escadarias daria mais prestígio social. Neste sentido, o autor descreve que a Norte de Portugal a Nobreza quis manter-se presa dentro do contexto da Arquitetura tipológica da Casa-Torre ou até recuperá-la. Também lembra que apesar de alterações, no séc. XVII, a Arquitetura Civil progrediu numa tipologia de planta com regularidade e algumas alterações no interior, ajustando-se à forma vivencial na intimidade da família.

Comenta ainda o autor que esta regularidade acabou por adotar uma nova tipologia de plantas em U no final do século XVII, referindo que o pátio que envolve a Casa é fechado ao exterior, destacando a importância da Capela que é construída numa das alas, com a particularidade de ficar adossada à Casa respeitando as dimensões arquitetónicas com harmonia. Para o autor, cada Casa Nobre assume uma condição social, ao mesmo tempo com uma demarcação porque, se o rés-do-chão era utilizado com a finalidade de separar trabalhadores e serviços, o primeiro andar, classificado como Nobre, era só de ocupação dos seus proprietários. Mantém-se a Casa-Torre como um símbolo da sociedade dos Senhores Feudais, assim como a escadaria que tem um papel preponderante e dinamizador, indicando o caminho da Casa e dando acesso à varanda alpendrada. Alguns exemplos de Casas são referidos e estudados pelo autor, sendo certo que cada um merece a nossa atenção no estudo que se pretende fazer sobre a Casa Nobre em VNG.

15. AUTOR – MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA – MANIFESTAÇÕES DO BARROCO PORTUGUÊS: CASAS E QUINTAS COM CAPELA

O estudo de Manuel Joaquim Moreira da Rocha, que foi apresentado no – IV Seminário Internacional Luso-Brasileiro sob o título "*A Encomenda. O Artista. A obra*" em Bragança em 2009, uma iniciativa do CEPESE-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, destaca-se pela importância das fundações de Capelas privadas. Reporta o seu trabalho à área geográfica de Marco de Canavezes onde as Casas tinham, àquela época, grande importância na exploração agrícola, como ainda hoje, segundo o autor, acontece. Descreve o autor que o seu estudo revela…

> (…) a compreensão da arquitectura civil nomeadamente, da de raiz nobre ou nobilitado; conhecer quem eram os homens que encomendavam esses equipamentos, associados a um modo de vida mais ou menos elitista. Este estudo permite refletir sobre o estado da arte à época que nos reportamos no tema do nosso trabalho, analisando as referências de vários historiadores. (Rocha, 2010, p. 326)

Se para Carlos Azevedo e Joaquim Ferreira-Alves a Casa Nobre em Portugal mereceu uma investigação exaustiva, para o autor Manuel Joaquim Moreira da Rocha o tema tem merecido muita atenção num advir de continuidade, e numa procura constante de uma investigação alargada a outros entendimentos com base em dados documentais. Lembra o autor Moreira da Rocha que, a nível nacional, existe um grande número de Casas Nobres e que se apresentam em dois contextos, Urbano e Rural, referindo ainda que "Quinta, é denominação aplicada a Casa de Campo, ou fazenda de lavoura no campo com sua casaria, o que pressupõe uma residência situada no espaço Rural, onde o domínio fundiário era uma realidade" (Rocha, 2010, p. 328).

Também para o investigador, este conceito de Quinta pode alargar-se à Quinta de Recreio, quando a mesma é habitada e se encontra próxima dos meios Urbanos. De realçar a importância do autor pela análise detalhada de cinquenta e nove processos de Fundação de Capela, o que justifica que no nosso projeto se tenha pretendido alcançar essas metas; assim como, se destaca a análise feita sobre os resultados do inquérito de 1758 nas Memórias Paroquiais, que permite uma base de dados, partindo-se da mesma para o terreno numa confirmação presencial e análise estrutural. O autor vai mais longe quando procura, em documentos analisados, razões específicas para a edificação de Capelas anexas, ou não, à Casa Nobre dentro da Quinta, tentando para tal compreender como foram fundamentadas as petições para a autorização da construção das mesmas. Reforça o autor que "A fundação de capelas privadas foi uma prática que ganhou relevo em Portugal no período pós-tridentino, destacando-se como fenómeno da primeira metade do século XVIII, coincidindo com o governo joanino" (Rocha, 2010, p. 337).

Em síntese, o autor é perentório quando reforça a ideia, com a qual nos identificamos depois do levantamento documental feito sobre as Capelas construídas, adossadas às Casas Nobres, de que "A fundação de capelas particulares é um fenómeno próprio do escol mais destacado das chamadas elites, e impõe-se como um capítulo imprescindível para o estudo da Casa Nobre na Época Moderna em Portugal" (Rocha, 2010, p. 337).

16. AUTORA – MARIA AMÉLIA DA SILVA PAIVA – A CASA NOBRE NO CONCELHO DE PONTE DE LIMA. D. LEONEL, DE LIMA: RUPTURAS E EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO QUATROCENTISTA

No artigo denominado "A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: Rupturas e Evolução do Espaço Urbano Quatrocentista", a autora Maria Amélia da Silva Paiva desenvolve um estudo, não propriamente sobre a Arquitetura da Casa Nobre – muito embora teça alguns considerandos sobre a sua construção – mas baseado no interesse da função da Casa como um espaço vivenciado por D. Leonel de Lima e toda a geração que, durante séculos, ocupou esta Casa Nobre Senhorial, como a autora a classifica, comentando também a evolução que compreende o território Urbano quatrocentista em Ponte de Lima, desde o séc. XV, culminando no séc. XX. Para a autora, "O Paço do Marquês é indiscutivelmente um dos edifícios mais emblemáticos de Ponte de Lima; e, apesar de todas as vicissitudes, continua a ser o maior símbolo do poder senhorial na vila" (Paiva, 2011, p. 582).

17. AUTORA – NATÁLIA MARIA FAUVRELLE DA COSTA – QUINTAS DO DOURO. AS ARQUITETURAS DO VINHO DO PORTO

A Casa, para a autora Natália Maria Fauvrelle da Costa, classifica-se como Casa de Arquitetura Rural, estando ligada à propriedade vitivinícola. A Casa fica inserida no interior de uma Quinta, e neste caso a dissertação de mestrado da autora recai sobre as Quintas do Douro.

A autora não classifica a Casa Rural da mesma forma que a Casa Popular, esta mais simples e sem grandes preocupações com o conjunto da fachada. Pelo contrário, a Casa Rural apresenta preocupação com a harmonia dos vãos, bem como de outros elementos como, por exemplo: a escada como sinónimo de prestígio social; a varanda alpendrada; os materiais de construção como a pedra; e a integração de edifícios de apoio à agricultura, assim como o pátio e os muros envolventes. Por esse motivo estabelece, no seu estudo, que a Quinta deve ser entendida como unidade territorial composta por Casa de habitação, construções anexas, e vinhas.

Estas Casas foram caracterizadas com pátio e de dois a três pisos, sendo o último construído usualmente no séc. XIX. A fachada é construída com materiais diferentes e

ritmada com vãos. Pode também existir um pátio, com funções de ligação a várias dependências da Quinta, mas fechado ao exterior.

Comenta ainda a autora que a planta da Casa é normalmente retangular, com rés-do-chão e sobrado. O sobrado serve para habitação do proprietário, e o rés-do-chão para adega. No que respeita à planta-base encontram-se Casas com acrescentos de uma outra ala, formando um "L". Todavia, a autora refere que como Arquitetura Rural, e no que diz respeito à Casa de Quinta do vinho do Porto, não se encontra uma planta-tipo e adverte para a falta de um padrão comum nas várias Casas em estudo.

A planta interior está organizada num corredor onde se distribuem várias divisões, como salas, quartos e casas de banho. A sala da Casa é a maior divisão, sendo o espaço de representação social, abrindo-se só para os convidados e apenas em dias de festa. A varanda é alpendrada, com escadaria em pedra adossada à fachada, considerado um elemento agente de prestígio social.

Geograficamente, a Casa ocupa o local elevado da Quinta, localizada normalmente com melhor exposição solar e resguardada dos ventos, podendo ser entendida como uma área de demonstração de poder, enaltecendo quem a habita. A Capela é um elemento marcante que inicialmente era exclusivo da Realeza. Segundo a autora, só a partir do século XVI se alargou às famílias Nobres.

A Capela é, nesse sentido, encarada como um símbolo de poder e prestígio dos proprietários da Quinta onde a mesma está inserida e onde jaziam os seus donos e respetiva família. A Capela pode ser adossada à Casa, e quando assim acontece existe uma comunicação do interior da Casa diretamente para a Capela. Quando desmembrada da Casa adquire um estatuto mais público (Ferreira, 1999).

18. AUTOR – NELSON CORREIA BORGES – HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL DO BARROCO AO ROCOCÓ

Sendo o autor Nelson Correia Borges, Historiador da Arte em Portugal, os temas da Arquitetura Religiosa e Civil, Escultura, e Pintura são o âmago da questão da publicação escrita, restrita à época onde imperou o Estilo Barroco em Portugal e posteriormente o estilo Rococó.

Debruçamo-nos, essencialmente, no que escreveu sobre a Arquitetura nesta época, retirando desta panóplia de informações o que seria mais profícuo para o nosso estudo, que se retrata exatamente na época do trabalho da tese.

Nesse sentido, Nelson Correia Borges começa por fazer sentir que as obras de Arquitetos estrangeiros são os que marcam este período de apogeu arquitetónico no período do reinado de D. João V, por este ser um grande promotor do engrandecimento do País, por isso o seu cognome do *Magnânimo.*

Todavia, sobre os Arquitetos nacionais, refere o autor que "se em grande parte se deixaram influenciar, não desistiram de se afirmar em construções bem mais ao nosso jeito e gosto" (Borges, s.d., p. 9).

São maioritariamente referenciadas obras Arquitetónicas Religiosas, Palácios e algumas Casas Nobres, sendo que para o autor, em Lisboa, a preocupação deste estilo recai na projeção e construção de grandes edifícios ricos em materiais e na conceção. Já no Porto, ou mais propriamente no Norte de Portugal, "o barroco explode numa visão plástica, decorativa e cenográfica, de feição mais nacional" (Borges, s.d., p. 9).

Para o autor, estas duas dicotomias arquitetónicas são indissociáveis de nomes que serão sempre referenciados na História "italianos ou italianizados, como Juvara, Canevari, Ludovice e Nasoni" (Borges, s.d., p. 9).

Na referência à obra de Arquitetura no Porto, Distrito que mais interessa explorar na nossa investigação, diz o autor que Nicolau Nasoni chega ao Porto em 1725 pronto a dar tudo por uma nova roupagem arquitetónica – o Estilo Barroco. A sua presença é visível em variadíssimas obras, que não vamos de forma alguma aqui descrever, sendo que, em termos religiosos podemos realçar a Igreja e Torre dos Clérigos, no Porto, e em termos civis, o Palácio do Freixo, no Porto, e a Casa de Mateus, em Vila Real. Como referíamos, a sua presença marca um novo estilo, só possível em obras de grande envergadura que o poder económico poderia encomendar.

A vivência do Arquiteto italiano Nicolau Nasoni nas nossas terras, nascido em 1691, que chegou a Portugal em 1725 e por cá ficou, sepultado na Igreja dos Clérigos em 1773, permite-nos dizer que mais português não poderia ter sido, uma vez que dedicou cerca de cinquenta anos à arte da construção, embelezando até aos nossos dias obras icónicas.

No que respeita à Casa Nobre, como refere o autor:

> Nos arredores do Porto ergueram-se solares ajardinados que representam uma das facetas mais originais da arte de Nasoni. "Estas casas de campo têm em comum elementos paralelos com o resto da sua arquitetura. Um deles é a preocupação de escadas exteriores, que lembra a

> importância da escadaria no interior das suas casas urbanas; outro é o uso constante de motivos decorativos tirados dos brasões dos clientes e interpretados com um realismo que recorda a decoração das fachadas das igrejas". (Borges, s.d., p. 32)

Sendo na Casa Nobre Rural e Urbana que incide a nossa investigação, estes dados de construção, onde a escada e toda a cenografia Barroca da fachada são elementos que potenciam a definição de uma Casa onde a Nobreza reside, vão, naturalmente, reforçar a nossa análise na denominação e caracterização de cada caso de estudo.

Ainda, com interesse de ficar registado, para uma reflexão, o autor alude que:

> A casa nobre atinge neste período em Portugal a sua época áurea e ao mesmo tempo o cunho mais vincadamente original, sobretudo no Norte. A ruralização da nobreza portuguesa, operada durante o domínio espanhol, com a corte a residir em Madrid, dera lugar ao surgimento de pequenas cortes de aldeia a que as velhas famílias continuaram a mostrar-se apegadas, sobretudo num recinto desconfortável para hábitos do paço como foi o de D. José. Renovam-se os antigos solares, disseminados pelo campo, afirmando em fachadas mais ou menos aparatosas a condição social dos seus donos. (Borges, s.d., p. 120)

19. AUTOR – PAULO PEREIRA – HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA

Existem vários estudos do autor Paulo Pereira, desde a pré-história até aos nossos dias. Uma breve viagem será oportuna para uma melhor compreensão sobre a habitação, assim como o modo de viver das povoações merecendo uma reflexão para uma interpretação mais clara sobre essa vivência, onde a Arquitetura da Casa tem o papel principal.

De conhecimento quase genérico, o Homem primitivo "Idade da Pedra" vivia em terreno a céu aberto refugiando-se à noite em cavernas improvisadas nas cavidades das montanhas, ou seja, no seu habitat natural, sem necessidade de grande proteção como mais tarde, na Idade Média, foi necessário através das Fortalezas edificadas. Os recursos para a subsistência da população eram retirados da terra, sendo a agricultura e a pastorícia o seu modo de vida. Chegada a Idade dos Metais, a evolução leva a uma forma diferente de explorar uma próspera economia, referindo o autor que:

> O fenómeno da metalurgia terá, por sua vez, criado uma [hierarquização social] mais acentuada e, provavelmente, uma divisão territorial definida em torno de grandes povoados e da rede que estes estabeleceram com outros povoados mais pequenos e quintas ou {casais} associados. (Pereira, 2011, pp. 61-62)

Assim, esta evolução promove povoados fortificados designados como *castros*, palavra que deriva do latim *castrum*, sendo o seu diminutivo *castellum*. Estes espaços eram integrados em lugares altos, zonas serranas, como aliás, através de estudos arqueológicos, são visíveis exemplares sobretudo na zona do Norte de Portugal.

Mais tarde (séculos II-I a. C.), como refere o autor "A conquista dos territórios mais ocidentais da Península Ibérica pelos Romanos lançou as bases do longo, mas poderoso processo de aculturação que a história e a arqueologia registam com o nome de [romanização]." (Pereira, 2011, p. 111).

Na sua permanência secular, e como quase se poderá dizer como "donos disto tudo", os Romanos desenvolvem a construção mais militarizada, como de resto se verifica pelas obras, ainda que não tenham sobrevivido muitas, mas o suficiente de prova, como, pontes, fóruns e templos. Todavia, as *villae* rurais têm a sua importância, tendo em conta a necessidade da exploração e produção de bens essenciais, e nesse sentido diz o autor "(…) é possível entender a distribuição de *villae* rurais, algumas das quais de grande área, alternando com outras que mais se aproximariam das atuais [quintas] ou {casais}" (Pereira, 2011, p. 135).

Chegados à Alta Idade Média (476-1000), mais propriamente em 711 d. C., o domínio Islâmico entra na Península Ibérica, passando o nosso território a ser uma amálgama de culturas de povos como, Árabes, Hispano-romanos, Muçulmanos e Cristãos.

Sobre a habitação mais comum pouco ou nada se consegue apurar, o que é compreensível atendendo a que, como muitos autores referem, o tempo se encarregou de retirar da História exemplares impossíveis de chegar até aos nossos dias. Mas é em plena Idade Média (séculos XI a XIII) que a Arquitetura Românica em território já português – uma vez que a fundação de Portugal ocorre no séc. XII mais propriamente no ano de 1143 – dá ênfase às Fortalezas com o seu Castelo no interior com residência Régia, e as suas respetivas Torres de Menagem.

Chegados a este tema das "Torres" como habitação de residências senhoriais, tema de grande interesse para o nosso estudo sobre a descendência da Casa Nobre, refere o autor que:

> A longa tradição residencial da nobreza remonta, porém, aos séculos XII e XIII, quando eram as *torres*, especialmente no Norte do país, os lugares de habitação dos senhores e também as sedes de amplo território. Versão algo empobrecida dos grandes castelos feudais europeus, estas torres estavam sujeitas desde o reinado de D. Afonso III a uma autorização régia que permitisse a sua edificação, o que revela uma intenção de controlo que mesmo assim não impediu a proliferação de torres singulares, quase sempre acompanhadas de edifícios anexos o mais das vezes construídos em materiais perecíveis, como a madeira. (Pereira, 2011, p. 402)

Diz-nos ainda o autor que mais tarde, no séc. XV, "A multiplicação de paços nobres e reais nas principais cidades do país operada desde inícios do séc. XV revela uma preocupação cada vez maior em criar espaços hierarquizados e de *circulação de dominante horizontal*" (Pereira, 2011, pp. 402-403). Todavia, refere ainda o autor que "A nobreza alargara a sua escolha a outros lugares de veraneio, como Azeitão. Aqui se encontra uma

concentração notável de solares e quintas de caráter inovador" (Pereira, 2011, p. 533), que exemplifica com a magnífica Quinta da Bacalhoa, que data de 1528-1565.

Ainda viajando por este séc. XVI, e concentrando-nos na Arquitetura Classicista, é importante a mensagem do autor quando refere:

> Nos primeiros vinte a trinta anos do século XVI, deu-se em Portugal a primeira grande interpretação vitruviana da teoria das ordens e abriu-se caminho à imposição do programa classicista do Renascimento. Na arquitetura o classicismo foi-se consolidando, não já como experiência, mas como academismo, baseado numa aprendizagem culta, através dos livros e tratados de arquitetura que havia já cerca de vinte anos começaram a circular na Península com enorme fortuna crítica e editorial, e abundante clientela principesca, nobre e profissional. (Pereira, 2011, p. 556)

Chegados à época onde se insere a nossa investigação, ou seja, a Época Barroca, melhor dizendo, como refere o autor "O Barroco de granito, o Porto de Nasoni" (Pereira, 2011, p. 713), temos exemplos Arquitetónicos Religiosos e Civis como já se referiu noutras obras de autores, autênticas obras de arte com uma tipologia cenográfica, rica em elementos decorativos. É nesta Arquitetura que se encaixa a Casa Nobre na Época Barroca, séculos XVII e XVIII, em Vila Nova de Gaia, tema e objeto de estudo da tese que se pretende apresentar.

20. AUTOR – PEDRO DIAS – A ARQUITETURA GÓTICA PORTUGUESA

Sendo o estudo do autor Pedro Dias mais focado na Arquitetura de Estilo Gótico Religioso, não deixou o mesmo de reservar um capítulo sobre a Arquitetura Civil, aquela onde as nossas águas de pesquisa querem navegar.

Com uma informação preciosa diz-nos o autor que:

> A evolução do último gótico popular e doméstico não permite estabelecer uma baliza clara entre o que é quatrocentista e o que já é quinhentista, mas parece-nos possível afirmar que não chegou até nós qualquer moradia urbana ou rural íntegra dos séculos anteriores. O que há são apenas vestígios arqueológicos. (Dias, 1994, p. 179)

Se a não existência da Casa comum por razões conhecidas – da pouca resistência secular aos materiais –, o Senhor Feudal, como refere o autor,

> Habitava muito modestamente, numa torre do tipo das de menagem dos Castelos, sobradada, com pisos de castanho e de carvalho. Porém, a edificação destas torres estava sujeita à autorização régia, pelo menos desde os reinados de D. Afonso III e de D. Dinis. Por vezes cresciam alguns cómodos anexos, mas até à segunda metade do século XIII estes foram poucos e pequenos. Os servos, viviam por ali, em pardieiros cobertos de colmo ou lousa. (Dias, 1994, p. 180)

No período que antecede ao Renascimento, séculos XIV e XV, Idade Média tardia, caracterizada pelo estilo Arquitetónico Gótico, a classe Régia habitava nos seus Paços Reais dentro dos Castelos, mas muitos outros Paços foram construídos fora dos mesmos, em vários pontos do País, normalmente fazendo parte de Conventos ou Mosteiros.

Neste sentido, e como factualmente a evolução dos tempos e dos espaços é uma constante, o autor é perentório quando escreve o seguinte:

> O século XV foi de grande alteração na política de habitação régia e senhorial, se pudermos designar assim este fenómeno. Os filhos de D. João I, bem como o próprio rei de Boa Memória, empreenderam profundas remodelações nos paços trecentistas e ducentistas que lhes foram doados e fizeram diversos novos. As casas nobres que deles descenderam, nomeadamente a de Bragança e os seus ramos, não ficaram atrás, assistindo-se a uma das páginas mais brilhantes da nossa arquitetura gótica. (Dias, 1994, p. 186)

O autor descreve minuciosamente estas Casas de habitação dos Paços Reais, que acompanharemos não neste resumo, mas se necessário no nosso estudo. Todavia, o essencial sobre a Casa de habitação da Nobreza, na vivência de um espaço denominado como Torre, dentro ou fora do Castelo, dá o mote à nossa investigação, uma vez que a sua descendência vai recair no tipo de habitação da Casa Nobre nos séculos seguintes, naturalmente com transformações que ao longo dos tempos foi sofrendo.

Concluída a revisão bibliográfica dos vinte autores, constatou-se que os seus contributos para a nossa investigação foram uma mais valia no contexto do conhecimento sobre o estado da arte, porque foram aprofundados saberes técnicos e históricos, assim como vários conceitos com referências dadas às designações que ao longo dos séculos acompanharam o património, permitindo desse modo analisar detalhadamente a Casa Nobre e perceber se a mesma pode ou não ser caracterizada atualmente com algumas destas designações. Também se analisou e refletiu se existia unanimidade entre os autores fazendo-se um cruzamento de dados nos conteúdos científicos narrados essencialmente sobre:

- A arquitetura da Casa Nobre de dois pisos com funções diferentes: o primeiro piso reservado ao Nobre e o rés-do-chão dedicado a serviços e aos trabalhadores;

- A tipologia arquitetónica da Casa Nobre de construção baixa e larga que se caracteriza como propriedade de um soberano com domínio social;

- A importância do elemento Torre como Casa Nobre de habitação e defesa na época Medieval que mais tarde se desenvolve com estruturas adossadas habitacionais preparadas com mais comodidade, nascendo três tipologias - uma Torre ao Centro e duas construções adossadas uma de cada lado; duas torres uma de cada lado no termino da construção que fica no centro; e uma Torre com uma construção adossada num só lado;

- A análise e reflexão sobre as três Nobrezas diferentes nomeadas como - Nobreza de sangue; Nobreza por título ou Dom; e Nobreza titulada pela Burguesia;

- As referências aos materiais de construção utilizados em várias épocas que se adaptavam às edificações como - pedra; madeira; adobe; tijolo; e materiais vegetais;

- Os interiores das Casas com tipologias de aposentos ligados a um corredor ou divisões comunicantes sequencialmente, sendo que o Salão-Nobre era um espaço de grande amplitude para receber a elite. Este espaço é comentado por vários autores como o espaço onde o Nobre depositava todo o seu poder económico decorando-o com talha dourada; esculturas de grande porte; pinturas e outros elementos ornamentais;

- A importância da pintura dos retratos de família quando se encontram e se mantêm porque ajudam a identificar a época e datar a história vivencial do proprietário;

- A dificuldade generalizada de todos os autores em se encontrar o nome do arquiteto ou do homem do risco no projeto de construção civil, no caso, das Casas Nobres que datam desde o séc. XVII até ao início do séc. XIX;

- A Unanimidade dos autores na conclusão de que as Casas com varandas alpendradas, escadarias sumptuosas, fachadas decoradas com elementos decorativos trabalhados em pedra, pátios, jardins, e fontes, marcavam o prestígio social de quem lá residia;

- O estudo sobre a transição da Época do Renascimento para a Época Barroca com a construção "Maneirista" onde se insere a Planta em U;

- A relevante verificação dos vários autores na concordância com exposições narrativas sobre a fundação da Capela no período pós-tridentino onde a Nobreza é a parte interessada na construção da Capela junto à sua Casa, como forma de afirmação social. Todavia, pelo estudo que se efetuou, a construção só era viável respeitando as Constituições Sinodais referentes à sua função e necessidade de construção. O pedido era requerido ao Paço Episcopal, neste caso do Porto, sendo que as garantias para o seu funcionamento exigiam: a "Fábrica da Igreja", para que a Capela pudesse manter o seu espólio litúrgico e a sua conservação; o pagamento anual pelos proprietários com vários bens desde carros de farinha ou milho e até porcos e galinhas, assim como pagamento numerário anual. Além destes considerandos, encontraram-se as justificações no pedido feito pelos proprietários para edificar a Capela, a exemplo - por a Casa se encontrar longe da Igreja Matriz; terem na família pessoas com dificuldade de mobilidade; e porque, em muitos casos, tinham feito promessas ao Divino por curas concebidas de escape à morte quando lutavam nos exércitos em defesa da Pátria. É factual que nem sempre estas normas passaram por um crivo claro,

constatando-se algumas situações, como – a distância, não tão significativa, da Casa à Igreja central, como a exemplo a Quinta dos Condes do Paço de Vitorino em Vilar de Andorinho; a dubiedade nas promessas invocando Deus em vão; e ambiguidade nas doenças apresentadas dos familiares que não podiam deslocar-se à Igreja Matriz. Voltando às normas exigidas pelo Bispado, a principal recai na exigência para o pedido ser aceite, tornar a Capela de cariz semipúblico com a obrigatoriedade no mínimo de uma vez por semana a Capela estar aberta e permitir que o povo pudesse assistir à celebração Eucarística. Este crescente interesse da Nobreza de edificar uma Capela, pelo que se tem investigado, nasce da necessidade de marcar um estatuto social bem visível através de uma construção vertical, sumptuosa, com importância à época, ou seja, um estilo elitista marcando a diferença e a separação da classe social entre a Nobreza e o Povo.

Toda esta panóplia de informações esplanadas por estes autores assim como a leitura de outras bibliografias, com o acompanhamento na análise de documentos que nos oferecem informações primárias, foram absorvidas, estudadas e utilizadas na investigação que nos propusemos a realizar. Obviamente que todas as informações recolhidas em várias publicações contêm muitas matérias umas em concordância entre autores, outras discutíveis. Recolheu-se o essencial, para adicionar o conhecimento adquirido à nossa investigação, estimulando a realização de um estudo que se pautasse com honestidade intelectual e factual.

PARTE II

CAPÍTULO I.

Enquadramento Teório, Histórico e Arquitetónico das Tipologias da Casa de Habitação desde a Idade Média Alta até à Época Barroca

De forma a enquadrar, conhecer e caracterizar as tipologias da Arquitetura Civil, ao longo dos séculos até à época do nosso de estudo, foi pertinente a sua caracterização porque permitiu catalogar tipologias díspares, com expressões cuidadas e precisas. Tentou-se realizar uma coerente interpretação e definição das mesmas, uma vez que existem registos diversos: em espaços físicos geográficos distintos; com áreas de grandes e pequenas dimensões; e dentro de espaços com designações diferentes como, Castelos, Fortalezas, Paços e Quintas, que ao longo dos séculos deixaram marcas com a sua própria existência. Nesse sentido, tendo em conta a evolução da Casa de habitação, tentou-se viajar no tempo fazendo uma retrospetiva sobre o espaço de abrigo do Homem até à época do tema do nosso trabalho de investigação. Neste contexto, iniciou-se uma pesquisa desde a Idade Média Alta, que compreende o período entre os séculos V e XI; incluindo a Idade Média Plena, séculos XI a XIV; Idade Média Tardia, séculos XIV a XVI; e finalizando na Idade Moderna, séculos XVI a XIX.

1. IDADE MÉDIA ALTA - SÉCULOS V A XI

Entrando neste período da Idade Média Alta (Figura 7), na era do Império Romano, verifica-se que as habitações comuns são construídas mais nas zonas montanhosas porque tendo em conta o aumento da população nos Centros Urbanos, a Casa de habitação constrói-se em aglomerados, normalmente em madeira de forma retangular em altura, já com dois ou três pisos e uma loja de trabalho, e comércio no rés-do-chão. Estas Casas tinham pouca durabilidade porque os materiais empregues na construção eram na maioria perecíveis com o tempo. Nenhum exemplo chegou até aos nossos dias e o reconhecimento da sua existência passa por existirem documentos escritos, pinturas e desenhos antigos, que testemunham a sua presença.



Figura 7. Idade Média – Aglomerado de habitações.
Fonte: Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical [CESEM] (2017).

2. IDADE MÉDIA PLENA - SÉCULOS XI A XIV

Chegando à Idade Média Plena, a Casa popular de habitação de pequenas dimensões para o comum dos povos é já construída com materiais onde o uso da pedra é corrente. Se neste percurso Histórico Arquitetónico referimos a Casa de habitação comum, não podemos esquecer que em paralelo existiam os Paços, os Mosteiros, e os Castelos, construções para habitação da elite Clerical, Real e Nobre por linhagem. Todavia, na Época Medieval Plena começou a ser uma constante a construção da Casa-Torre de defesa, de planta quadrada ou retangular destinada a habitação do "Senhor Feudal" (Figura 8), que acabava por ser simultaneamente Casa e Fortificação, como nos refere Carlos Azevedo:

> Quando, na época da reconquista, surgiu a necessidade de se construírem habitações que, por motivos óbvios precisavam de ser fortificadas, era natural que se tivesse aproveitado a lição da arquitetura militar, que oferecia o tipo acabado de casa-forte na forma de uma torre. (Azevedo, 1969, p. 21)



Figura 8. Idade Média Plena – Casa-Torre de Quintela, Vila Real.
Fonte: Trasmontesdepaisagens (2010).

3. IDADE MÉDIA TARDIA - SÉCULOS XIV E XVI

Já na Idade Média Tardia, com a entrada na Idade Moderna, mais propriamente na Época do Renascimento, século XVI, a Casa-Torre ou a Casa Senhorial, que inicialmente tinha a função de habitação, mas também de Fortaleza porque chamava a si as Torres de vigilância, foi sendo transformada para um maior conforto e comodidade, com a construção de estruturas de plano horizontal adossadas ao nível do rés-do-chão colocadas de um e outro lado da Torre. Originavam-se, assim, três tipologias arquitetónicas diferentes, como nos descreve Carlos Azevedo: Casa Senhorial, constituída por uma ala residencial adossada a uma Torre (Figura 9); Casa que adota duas Torres e um corpo de ligação (Figura 10), e Casa em que a Torre ocupa uma posição central (Figura 11) (Azevedo, 1969, p. 26).



Figura 9. Época Medieval de transição para o Renascimento. Casa-Torre com uma ala horizontal - Casa-Torre de Grade, Arcos de Valdevez.
Fonte: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez (s.d.).



Figura 10. Época do Renascimento, tipologia da Casa: duas Torres e uma ala no centro. – Solar dos Távoras, Pinhel, distrito da Guarda.
Fonte: Wikipedia (s.d.a).



Figura 11. Época de transição para o Renascimento com uma Torre no centro do séc. XIV e corpos adossados séc. XVIII – Casa-Torre de Aguiã – Arcos de Valdevez.
Fonte: Portoenorte (s.d.).

4. IDADE MODERNA - SÉCULOS XVI A XIX

A entrada na Idade Moderna obriga a uma maior concentração e perceção de como se desenvolve e evolui a construção da Casa de habitação, tendo em conta que o nosso estudo está implicitamente marcado na Época Barroca, entre os séculos XVII e XVIII – época da investigação do nosso tema. Assim, no capítulo alusivo será feita a descrição sobre a referida matéria que abrange a evolução e transformação da Casa Nobre na Época Barroca, que se interpreta através da investigação, como sendo descendente da Casa-Torre Medieval.

CAPÍTULO II.
Definição de Conceitos

A importância da definição de conceitos nos nossos casos de estudo, reportando-nos à Época Barroca, obriga a uma análise precisa sobre interpretações que se dão aos vários espaços arquitetónicos construídos para Casa de habitação – trabalho essencial para determinar o que se entende por: Casa; Casal; Paço; Palácio; Quinta e Solar - que serão de grande acuidade para o nosso estudo.

1. CASA

Em termos históricos, na Idade Média, a Casa, "CAS" era interpretada como uma residência e Mosteiro onde por exemplo no ano 1208 "manda o mestre Affonso que seu corpo seja soterrado: "En Cas dos Frades Meores de S. Francisco da Guarda] Doc. Da Guarda" (Viterbo, 1865a, p. 169)[11].

São poucos os exemplares de residências denominados como "Casas" de pequenas dimensões, destinadas ao povo, que sobreviveram de um passado longínquo, passado esse que se insere na Idade Média, em particular na Alta Idade Média, entre os séculos V e XI, (ano 476 ao ano 1.000) o que se torna compreensivo, no sentido de serem construções com materiais mais perecíveis como o adobe e a madeira. Algumas habitações Reais, Mosteiros e Castelos foram, de algum modo, resistindo como edifícios de defesa e residência do século XII. A exemplo, a Torre de Refóios, em Ponte de Lima (Figura 12), fundada por D. Afonso Ancemondes, cavaleiro da corte de D. Henrique em 1109, ainda antes da fundação de Portugal (Azevedo, 1969, p. 20).

[11] Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, Ordem dos Frades Menores (O.F.M.) 1744-1822.

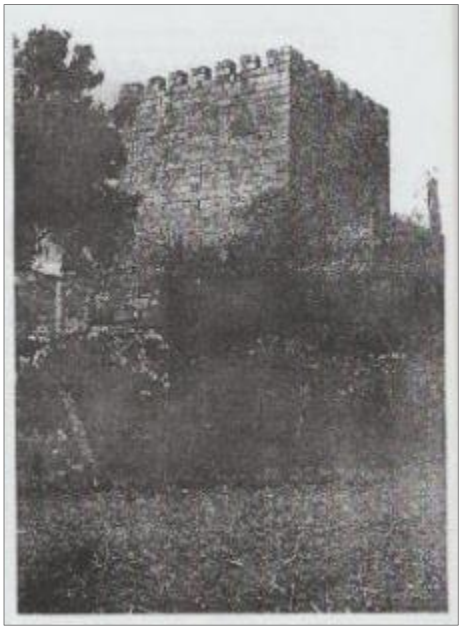


Figura 12. Torre de Refóios de Ponte de Lima.
Fonte: Azevedo (1969, p. 17).

A Casa, ou espaço de habitação, desde a antiguidade, destina-se ao abrigo da família, todavia vários autores defendem, por exemplo, que etnólogos e homens ilustres da cultura concebem a ideia de que a Casa tem uma importância tão grande que chegam a valorizá-la como símbolo nacional e com uma expressão de raça e identidade.: "(…) Por parte de etnólogos e homes de pensamento ténselle concedido, como creación cultural dun pobo, unha importância tan grande que, en casos, chegan a darlle un valor de símbolo nacional ou a considerala suma expresión da raza" (Suárez, 1999, p. 7)[12].

[12] "Vicente Risco manifesta que [A casa-vivenda é o instrumento de acomodación do home na terra, é a ligame, o vencello do home ca paisaxe; a vida toda do home consistente essencialmente nunha relación co meio, exprésase na casa, da cal pódese deducir toda a demais cultura]".
"Xaquín Lorenzo, complementando a visión risquía, di que [O elemento máis interessante de toda a producción popular é, sem dúbida, a casa. Non enche somente o papel de refuxio contra os ataques do medio ambiente senón que é tamén o aglutinante que una entre sí ós membros dunha mesma família]".
"X.M.Beiras assevera que [Constitúe o centro dun tecido de relacións económicas e sociais que deron lugar a unha gama de institucións xurídicas peculiares que constitúen o verdadeiro celme do direito civil enxebre]"
"Mario Orjales expressa que [Ademais de unidade residencial, a **casa** utilízase como sinónimo de património familiar, de célula de producción agrícola, de unidade de consumo, etc.]".
"X.M. Reboredo, [O concepto casa abrangue un conxunto de bens inmobles, como as terras e as edificacións mais tamén inclúe o gando e as persoas que adoitan vivir baixo o seu teito integrando unha família]"
Para "Begoña Bas e Pedro de Llano, a casa é ademais dunha construcción, unha institución creada para servir a un complexo grupo de fins" (Suárez, 1999, pp. 7-8).

2. CASAL

A designação Casal está ligada à habitação individual, com Casas de menor dimensão, que continham parcelas de terra, e que se construíam normalmente dentro de um espaço designado como Quinta, que compunha uma organização administrativa de exploração agrícola. Para Frei Joaquim Viterbo, no Elucidário das Palavras, Termos e Frases Antiquadas da Língua Portuguesa, Casal tem o seguinte significado:

> CASAL, encaheçado. Assim chamavam ao casal, ou prazo fatiosim, que dividido por muitos, ou alguns colonos, num só, a que chamam *Cabeceira, Cabeça ou Cabecel*, he obrigado in solidum a responder pela pensão, e foros, cobrando-os dos mais pessoeiros, e entregando-os elle só ao direito senhorio. No foral, que El-Rei D. Manoel deo à terra de Paiva no de 1513, falando das *luctuosas*, e declarando os casaes, e pessoas, que unicamente as deviam pagar, diz, que a *"Luctuosa seja a milhor joya, ou peça móvel, que ficar aos Reguengueiros Encabeçados, que por si morarem, e morrerem por Cabeceiras dos ditos Casaes. Porem não se levarão às mulheres, posto que por si vivão encabeçadas, e reguengueiras nos ditos Casaes, nem de nenhuns outros herdeiros, e Avoengueiros dos ditos Reguengueiros."*. (Viterbo, 1865a, p. 169)

O autor Alberto Sampaio refere que sobre Casal ou Casales, como se designava nos primeiros séculos da Idade Média, "(…) havia-os de grandezas muito variadas sendo até alguns já possuídos por gente da classe Nobilitada. Primitivamente, porém, teria sido uma pequena extensão cultural com casa; e se esta denominou aquele entre os romanos, aqui foram os marcos – casales, que prestaram o nome" (Sampaio, 1979, p. 71). Também refere que:

> (…) CASAIS eram verdadeiras subunidades culturais, contendo terrenos variados, provavelmente de todas as produções que havia nas vilas. Na desmembração destas transformaram-se em prédios rústicos independentes, persistindo através de todas as convulsões sociais. Mas desde que se tornou efectiva a nova organização da sociedade, a palavra ficou restrita ao prédio rústico não nobre: e talvez, porque se prendia mais à vida do povo, veio a designar em geral o património da família, e neste sentido foi recebida pelo direito civil: passou também à toponímia, e foi muito usada nas outras línguas românicas; na espanhola tem a mesma significação da nossa; em italiano diz-se por um lugarejo, e em Sickel, lê-se – *de casale Paterniano*. (Sampaio, 1979, p. 72)

3. PAÇO

Paço era um espaço para habitação Régia e para o Clero, referindo Alberto Sampaio que, era um espaço com a morada do proprietário de uma Villa que representava habitação Real ou representantes da coroa, reforçando por palavras suas: "Paço (palatium) de modo nenhum se adaptava a habitações particulares; com pequenas áreas adjacentes, aos seus donos faltava a riqueza e posição social do dominus" (Sampaio, 1979, p. 154).

Para Frei Joaquim Viterbo, no Elucidário, a palavra Paço tem vários significados[13], referindo ainda que, "Paço, assim chamavam no século XIII ao cartório de um Tabellião público: porque então escreviam só nos Paços do Concelho. E isto mesmo se praticava em Lisboa, onde havia os Paços dos Escrivães." (Viterbo, 1865b, p. 132).

O vocábulo Paço estava conectado com a raiz da habitação, ou seja, a Casa. Neste sentido, pelas interpretações que fomos seguindo de estudos feitos por vários autores, Alberto Sampaio é perentório quando refere que Paço, "Apesar de ser pousa do rei ou do rico-homem, o paço não era habitação fortificada" "(…) equipara-a à casa, distinguindo-se somente pela qualidade da pessoa, a cuja moradia se destinava. "(…) As fortificações chamavam-se torres, ou castelos" (Sampaio, 1979, p. 167).

Transmite a História que após a queda do Império Romano, séc. V, os Visigodos tomaram o domínio na Península Ibérica reinando desde o séc. V até ao séc. VIII, data da invasão muçulmana. Todavia, os Visigodos deixaram um legado - direito visigótico ou código visigótico, um código legal que formou a base da legislação usada, que se manteve após o seu reinado até ao séc. XV, ou seja, até ao final da Idade Média. Com esta nova forma de reinar na era visigótica, *Paço* ou *Palatium* não se aplicava à habitação da Nobreza, neste caso, *neogoda*, pelo que se compreende a omissão da designação da palavra *Paço* nos diplomas e cartas, sendo certo que a mesma reaparece nas Inquirições ou Confirmações no séc. XIII. Como refere Alberto Sampaio, esta denominação provinha do tempo Romano como aliás se encontra "(…) na toponímia antes do séc. VIII, e basta isto para nos convencer da sua antiguidade" (Sampaio, 1979, p. 167).

De referir ainda com alguma pertinência a opinião de Alberto Sampaio:

> (…) chama-se hoje "paço" a residência real, porque aí se despacham os negócios públicos gerais, e paços do concelho onde se resolvem os da comuna; assim, durante prolongados séculos "palatium", "paço", conservaram a acepção fundamental – a noção de autoridade suprema, que o caracterizava, e não a arquitetura, grandesa ou luxo. (Sampaio, 1979, p. 166)

[13] "No de 1270 se ajustou, que quando os Bispos de Évora fossem visitar as Igrejas de Portel, entre as mais cousas, que pela procuração deveriam receber, seria unúm pacum mediocrem V. TERÇAS PONTIFICAES. Mas que Paço meão, o arrasoado entre o maior, e o mais pequeno seria este? Seria talvez uma meza fragal, Jantar, ou Aposentadoria sem ostentação, e grandeza, qual convinha a gente ecclesiastica; chamando-se ainda hoje em França Pacage o pasto, ou sustento? Com tudo, eu me persuado, que o Paco era carneiro grande, e de boa raça dos que se criavam nas ribeiras do Guadiana, e principalmente no território de Beja, que antigamente se chamou Paca, e d´onde o Paco tomou o nome: bem assim como hoje chamamos Canarios, e Perus as aves, que das Canarias, e do Perú nos vieram; e Olandas, Ostendas Segorias, etc. aos pannos, e lençarias, que são particulares daquelas terras. Nas Indias de Hespanha se servem os moradores de úma especie de carneiros grandes a que chamem Pacos, para conduzirem as barras de prata (que vem finalmente ter á habana) por serem os caminhos e serranias impraticaveis para qualquer qualidade de bestas. E elle he bem certo que os hespanhoes levaram ao novo Mundo a linguagem, que ouviram no antigo. E se daqui levariam também aquella especie de alentados carneiros?" (Viterbo, 1865b, p. 132).

4. PALÁCIO

O conceito de Palácio, na Arquitetura Civil, passa pela sua monumentalidade, mas também o mesmo conceito se aplica a edifícios de menor dimensão, desde que quem a habitasse estivesse ligado à Realeza, ao Clero e à Nobreza. Todavia, nem sempre este fator poderá ser dominante nesta caracterização, pois existem outras questões a explorar uma vez que um edifício com menor monumentalidade, só pelo facto de nele terem permanecido pessoas ligadas à realeza, passa a ser "classificado" também por Palácio. Para Jaime Ferreira-Alves, a dimensão dos dois Palácios no Porto - Palácio Episcopal e Palácio Morais e Castro justificam a sua classificação como Palácios. Este último é mais conhecido por Palácio das Carrancas e hoje Museu Soares dos Reis, e no caso do Palácio Episcopal foi construído para residência dos bispos do Porto e foi aposento, apesar de modesto, na Época Medieval de D. Filipa de Lencastre (1360-1413) aquando do seu casamento com D. João I (1356-1433) no Porto.

Ainda, sobre o Palácio Morais e Castro, considerado na época em que foi construído, entre 1795 e 1805, como o segundo maior Palácio do Porto, deve referir-se que, para o autor, reúne tipologias construtivas que o podem caracterizar como Palácio, uma vez que para além da sua sumptuosidade nas dimensões, os jardins, fontes, elementos esculturais e uma fachada à face da rua, com uma Arquitetura de um novo percurso intitulado como Neoclassicismo que, juntamente com o Barroco, acabam por marcar em termos construtivos a cidade do Porto.

A definição de Palácio encontra nestes dois edifícios duas particularidades que os distinguem: uma pela construção sumptuosa com dupla função de residência e fábrica; outra por ser construído para residência dos bispos do Porto e por ter por lá passado a Realeza – D. Filipa de Lencastre.

Todavia, não podemos deixar de referir que estas definições estão adaptadas a uma época e, se assim não fosse não se poderia entender a designação ao Palácio Arronches-Lafões, conhecido também por Palácio do Corpo da Guarda, no Porto.

Este Palácio, com construção do século XVI não reúne o consenso de sumptuosidade e grandeza, por isso depreende-se que a designação de Palácio só se deve ao facto de ter pertencido e ter sido habitado pela Nobreza titulada (Figura 13).



Figura 13. Palácio Arronches-Lafões, conhecido também por Palácio do Corpo da Guarda, no Porto.
Fonte: Ferreira-Alves (2001, p. 62).

Em reflexão e consultando o Elucidário das palavras, a interpretação de Palácio recai sobre a designação de:

> Convento, casa, mosteiro, vivenda religiosa. No de 1272 deixou D. Aldara "quatro aneis, huma Magestade, hum Camafeo, e uma Cruz de prata com huma pedra preciosa no meio, aos Frades menores de Lamego." (…) antigamente se deo este nome não só à casa, ou residência do Rei, mas também à casa de qualquer vassalo, com tanto que fosse nobre e honrado. (Viterbo, 1865b, pp. 133-134)

5. QUINTA

Segundo o estudo de Alberto Sampaio, as palavras Quintana e Quinta surgem em documentos escritos nos séculos IX e X. Estas denominações são herdadas das *villas romanas* e usadas durante séculos, dando como exemplo: *"*Em 933 Viliufo e mulher vendem – septima portione de quintana de teuuili… in villa… alvarenga… de ipsos suos pumares cum casas et lagar petrinio terras… i que giru sunt sit et in molino" (Sampaio, 1979, p. 72).

Também refere que "Quintana e Quinta eram com os casais, subunidades agrícolas, formadas dentro de vilas; compunham-se como eles de habitações de cultivadores ou proprietários, pomares, terras lavradias, soutos, vinhas etc." (Sampaio, 1979, p. 73).

Neste sentido, sobre as duas designações Quintana e Quinta, subunidades de simples agricultores, verifica-se que, após as inquirições, a designação de Quintana desaparece mantendo-se a designação de Quinta que, como refere o autor, "serviu para designar o prédio rústico com uma habitação nobre" (Sampaio, 1979, p. 73).

Para a aquisição de terras para construir a sua Quinta e empregar aí os seus arrendatários, muitos Nobres cavaleiros declaravam-se isentos de pagamento fiscal, o que seria ilegal

exceto se o rei concedesse o "*Couto"* ou *"Honra"* (Sampaio, 1979, p. 159). Refere Alberto Sampaio que, nas Inquirições chega-se a idêntico resultado: as condições, portanto, eram as mesmas dos séculos VIII a XIII; as habitações, com uma única exceção, são aí designadas por "casa ou casas; e que as dos cavaleiros não tinham outro nome, vê-se de todas as passagens referentes a elas"; (…) e sempre assim; Casa ou Quintana designam vivendas ora populares ou de cavaleiros nobres" (Sampaio, 1979, p. 164).

Assim, compreende-se que se tratava de um espaço que definia poder económico e *Honras* Régias, por isso quem o adquiria era a Nobreza pela sua ligação orgânica com o quadro de ruralidade, mas também a Burguesia que com o seu enriquecimento adquire esse espaço.

A Quinta na Idade Moderna, mais propriamente nos séculos XVII e XVIII, generalizou-se, verificando-se que as divisões de propriedades passaram a ser uma unidade independente, e a apresentar uma função administrativa, uma vez que os seus casais (caseiros) a arrendavam ao proprietário.

Assim, as Quintas no Concelho de Gaia, à época do nosso estudo, poderão ser interpretadas na generalidade: umas como unidade de produção agrícola e outras agregando a produção agrícola e lazer, como Quinta de Recreio e Veraneio.

6. SOLAR

Conforme o título da obra de Carlos de Azevedo – Solares Portugueses, tentou-se encontrar uma definição para um melhor entendimento sobre as características tipológicas arquitetónicas civis na composição de um edifício denominado de Solar. Neste sentido, "Solar é uma herdade, casa ou morada de família Nobre antiga. Ex. Solar de Mateus em Vila Real" (Silva & Calado, 2005, p. 336).

Sendo o Solar uma Casa Nobre, entende-se que existe integração no contexto de que se trata de uma Casa Senhorial cuja construção remonta à Época Medieval, sendo que a sua tipologia inicial começa com uma Torre com a função de Casa e refúgio do Senhor e, como tal, Casa e fortificação. Mais tarde esta Torre, como refere o autor, tornou-se "(…) no mais nobre e evidente sinal do senhorio de uma terra" (Azevedo, 1969, p. 22).

Ainda na descrição do autor Frei Joaquim Viterbo no Elucidário das Palavras:

> *Não se toma aqui Solar*, por *solar grande, solar conhecido, solar com jurisdicção, ou simplesmente solar*, em quanto denota origem, ou berço de alguma ilustre família (de que se

> póde vêr Bluteau, v. *solar de fidalgo.)* Toma-se no sentido, em que os antigos foraes o tomavam, a saber, por quintas, fazendas, casaes, herdades, e outras quaisquer terras de lavoura, onde o seu dono tinha alguns homens assalariados, ou *a bem fazer*, que se empregavam na sua cultura; e isto, ainda que o senhor das taes propriedades, e abegoarias fosse de mais dinheiro, que nobreza. E n´este sentido se disse *solar de solum*, que significa a terra, chão, ou assento, em que alguém está, reside, mora, trabalha, e se sustenta. (Viterbo, 1865b, p. 219)

Sintetizando: Solar é uma palavra que deriva de "Solum" que significa "Chão". Este "Chão" contempla um edifício de família Nobre, que pode ter exploração agrária.

A sua identificação como símbolo de linhagem Nobre contempla uma tipologia arquitetónica de Casa-Torre, inicialmente de defesa, sendo que, a ter Brasão, este classifica a Nobreza de quem habita o Solar.

CAPÍTULO III.

As Origens do Concelho de Vila Nova de Gaia com Passagens Relevantes que fazem a História da Cidade

Longe da presunção de se querer elevar a Cidade de Vila Nova de Gaia às mais altas honras como única e grandiosa, não será desmesurada a adjetivação que se assume, titulando-a como muito Nobre, pois na verdade ela é a força da natureza pelas dádivas de nos presentear com Terra, Sol, Mar e Rio, e que a gentes da terra tão bem souberam aproveitar, tralhando-a de forma árdua e frutífera, corroborando com o historiador Manuel Rodrigues dos Santos quando escreve: "Villa Nova de Gaya ainda até hoje não achou uma penna que descrevesse circumstanciada e devidamente tanta dignidade e tanta gloria!" (Santos, 1861, pp. 6-7).

Falar da Cidade de VNG no período atual é fácil porque a sua evolução é notória em todas as vertentes, pelo que se depreende que em política, com democracia e uma boa administração, tudo é possível desde que, quem lidere o faça bem para obter bons resultados.

Se hoje é fácil falar nesta evolução constante que acontece em VNG será, como é óbvio, difícil falar de tempos remotos. Todavia, a investigação adquire conhecimentos através de documentos históricos e dados arqueológicos que se encontram registados em literaturas, monografias, e essencialmente em documentos de fontes primárias.

Para o nosso estudo, elegeu-se a obra do cidadão de VNG, Manoel Rodrigues dos Santos, – *Descripção Topographica e Historica de Vila Nova de Gaia* de 1861 - com aditamentos e acrescentos de uma outra obra escrita em 1808 por João António Monteiro d´Azevedo, cidadão do Porto, que nos deu a conhecer a História de Gaia. Também, e em simultâneo, foi feita uma consulta à obra do Arqueólogo Joaquim António Gonçalves Guimarães – *Gaia e Vila Nova na Idade Média, Arqueologia de uma área ribeirinha.* Não se pretende com esta seleção dizer que outros autores não foram consultados, mas que simplesmente estes dois foram muito importantes para o presente estudo: o primeiro como fonte primária, escrito em discurso direto narrativo com a vivência no espaço e no tempo; e o segundo, um trabalho técnico, documentado, estudado e apresentado com experiências no terreno, comprovando a

par da História, dados científicos através de levantamentos arqueológicos, com referências a épocas, culturas e vivências do passado.

A obra de Manuel Rodrigues dos Santos considerou-se como prioritária, sendo certo que esteve sempre presente tudo quanto existe escrito sobre a Cidade, através de outras bibliografias, conhecimentos que não poderemos deixar de referir através de um Enquadramento Histórico neste projeto de investigação, projetando alguns atributos de um povo, desde o *Homem* mais simples ao mais letrado e guerreiro, conforme a História assim o comprova.

1. O CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA

Vila Nova de Gaia é um Município português inserido no Distrito do Porto geograficamente na Região Norte (Figura 14). A sua localização está limitada a norte pelo Município do Porto, a leste por Gondomar, a sudeste por Santa Maria da Feira, a sul por Espinho e a oeste pelo Oceano Atlântico.



Figura 14. Vista do Concelho de Vila Nova de Gaia.
Fonte: Imagem da Autora.

Os Paços do Concelho situam-se na Rua Álvares Cabral, de gaveto com a Avenida da República, na Cidade de VNG. A Presidência da Autarquia está a cargo do Professor Doutor Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues.

Seis Pontes separam as margens de VNG e Porto, sendo que por ordem cronológica a mais antiga é a de Maria Pia de 1877; Luiz I de 1886; Ponte da Arrábida de 1963; Ponte de S. João de 1991; Ponte do Freixo de 1995; e Ponte do Infante de 2003.

A zona Ribeirinha de Gaia destaca-se enquanto estaleiro e zona comercial com as caves do vinho do Porto que se encontram no centro Histórico, sendo a sua maior riqueza e símbolo da Cidade.

A sua área geográfica é de 168,7 km^2, sendo o Município na Região Norte de maior população com cerca de 307.444 habitantes, e cuja densidade populacional é de 1.804,012 habitantes por km^2.

Após a reorganização administrativa de 2013, o Município ficou subdividido em quinze freguesias: Arcozelo; Avintes; Canelas; Canidelo; Grijó e Sermonde; Gulpilhares e Valadares; Madalena; Mafamude e Vilar do Paraíso; Oliveira do Douro; Pedroso e Seixezelo; Sandim, Olival, Lever e Crestuma; Santa Marinha e São Pedro da Afurada; São Félix da Marinha; Serzedo e Perosinho; e Vilar de Andorinho.

2. AS ORIGENS DE VILA NOVA DE GAIA

A povoação de Gaia remonta à Pré-História conforme estudos e vestígios arqueológicos encontrados no Concelho que, como refere o arqueólogo Gonçalves Guimarães, "Os vestígios arqueológicos mais antigos de que há notícia, se bem que incipientes, podem remontar ao período neolítico ou início da Idade dos Metais" (Guimarães, 1995, p. 55).

Neste contexto, partiu-se da consulta dos documentos da Idade Média Plena e Tardia, e já do Renascimento, ou seja, os forais atribuídos a VNG, sendo o primeiro foral de *Gaia* doado por D. Afonso III, rei de Portugal, em 1255[14], o segundo, de *Vila Nova de Rey*, por D. Dinis em 1288[15].

Mais tarde, um outro Foral surge em 1518 por D. Manuel I que refere,

> Por sua vez o Foral de D. Manuel doado a villa nova da Gaya termo do porto, e da outra terra sua anexa em 1518, refere a villa de Gaya e vila nova com seu circuito e arravalde, especificando na fl. VII a existência da terra de Gaya maior e da pequena, circunscrições administrativas que virão até ao século XIX. A fls. XI especifica a Rybeira e praya ou praça da dita villa e a fls. XIII ainda há uma referência ao burgo velho e povoação antiga, ou seja, a Vila Nova. Sobre as antigas pesqueiras há agora maior especificidade descritiva: o arynho da furada, homde chamam sam

[14] "O Foral de Gaia de 1255 doado por D. Afonso III define como termos da *Villa de Gaya* todo o reguengo limitado pelo termo de *colimbrianos*, de *candello e de almeara*, para além do *casale quod fuit sedis Portugalensis quod est in Gaya e o de sanctum martinum* se o rei o puder obter. Mas igualmente refere, como povoação diversa, mas também reguenga o *burgo veteri de portu*, para além da terra *devassa*. A jurisdição do *mordomo* e do *porteiro* no rio ía da petra do Boy até *villar* e os pescadores podiam usar as *varguis* reguengas da *furada et de arino*" (Guimarães, 1995, p. 67).

[15] "Em 1288 D. Dinis e D. Isabel concedem foral ao *Burgum vetus ou burgo vetery de portu*, impondo-lhe o nome de *villa nova de Rey*, mas este foral não define os termos da vila, apenas aludindo ao *Rivulo inter villam de Gaiam et villam novam de Rey in Recovedo*, isto é, o ribeiro das Azenhas ou de Santo Antão que separava o território das duas povoações. De igual modo alude à terra devassa e à jurisdição no rio entre *petra de Bovy usque ad villam, além das Vargis de furada et de arino*" (Guimarães, 1995, p. 67).

> payo abaixo de gaya no fundo de santa Caterina e também a veiga do arynho de sam martinho, provavelmente o casal de S. Martinho já referido no Foral de 1255 ou, ainda mais especificamente, no de 1518, desde o camto da furada atee sam martinho da casa da bica. (Guimarães, 1995, pp. 67-69)

Na Descrição Topográfica, por Manoel Rodrigues dos Santos, o autor faz referências aos mesmos Forais, quando refere que o rei D. Afonso III em 1255 concedeu por Foral o nome de *Villa Nova*, para a distinguir da *Villa Velha* ou *Gaya a Velha* (Santos, 1861, pp. 26-27)[16].

Na análise Histórica, entende-se que o nome de Vila Nova de Gaia teve como origem duas povoações denominadas como: Gaia e Vila Nova. A mais antiga *Gaya* ou *Gaya a Velha* (Figura 15) fica a poente da margem esquerda do rio Douro, tendo como referência o monte do Castelo de *Gaya*.

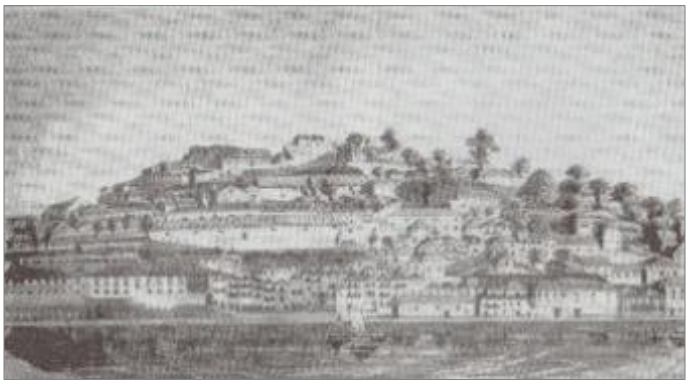


Figura 15. Desenho de Gaya, de Cesário Augusto Pinto, 1848.
Fonte: Guimarães (1995, p. 284).

A *Villa Nova* (Figura 16) fica a nascente, com referência ao Monte da Meijoeira ou Serra, mais tarde Serra do Pilar.

[16] "Foi sim, fundador desta Villa, que é situada na província do Douro, o Senhor Rei D. Affonso 3.º Conde de Bolonha que lhe deu o nome de Villa Nova, para a distinguir da Villa Velha ou Gaya a Velha, que lhe fica próxima. Além de ser o seu fundador, deu-lhe também carta de foral, enriquecendo-a com muitos privilégios e isempções, e aos seus habitantes; pois tinha esta Villa em muita estimação e apreço: e mandou que se fizesse n´ella a descarga e despacho de todas as mercadorias e fazendas que entrassem pela barra, ou viessem de cima do Douro, para cujo fim póz aqui officiaes seus: e tudo isto para auferir os rendimentos que d´ahi provinham ao Bispo e Cabido da Cidade do Porto, com o qual contendia por causa da jurisdicção temporal, que o Bispo fruía, porque tinha o senhorio da Cidade em virtude d´antigas doações, como se deixa vêr do catalogo dos Bispos do Porto – Parte 2.ª pag. 58 e 65. (…) El-Rei D. Diniz, appellidado o Lavrador, confirmou depois em 1288 o foral, que seu Pai D. Afonso 3.º havia dado a esta Villa, e a ampliou, e erigiu também em categoria de Municipio. Foi ultimamente confirmado por El-Rei D. Manoel" (Santos, 1861, pp. 26-27).



Figura 16. Desenho de Villa Nova, de Cesário Augusto Pinto, 1848.
Fonte: Guimarães (1995, p. 298).

Sobre a mais antiga, ou seja, *Gaya*, o autor refere que é "distincta pela sua remota antiguidade, e pela parte importante, que tem tomado em accontecimentos memoráveis, de que alguma vez resultou a salvação da Patria" (Santos, 1861, p. 279). Esta referência à salvação da Pátria tem a ver com várias situações de guerras, sobretudo com a guerra em 1832 da disputa do poder ao trono dos dois irmãos D. Pedro e D. Miguel, onde o povo tão bem soube defender, dando a sua vida, junto ao Mosteiro da Serra do Pilar, para ajudar as tropas de D. Pedo a derrubar as de D. Miguel, pois queriam D. Pedro como seu rei. Mas voltando à antiguidade, *Gaya* foi o primitivo local em toda a zona circunscrita do Porto e Gaia, conforme o autor descreve:

> O doutíssimo Conselheiro João Pedro Ribeiro nos seus novos Additamentos às Dissertaçoens Chronologicas, e Criticas sobre a História, e Jurisprudencia Ecclesiastica, e Civil de Portugal – pôem a questão na mais brilhante evidencia. Diz alli este eruditíssimo Antiquario que ao Tomo 4.º parte 1.ª se deve acrescentar a paginas 23 "que já no seculo 5.º figurava uma povoação com o nome de Portucale" assaz se prova ser neste logar, mas fica indefinida a sua situação. Ella ao menos no seculo 10.ª estava situada ao Sul do Douro; tanto se evidenceia em uma clausula da amplíssima doação feita na era 950 por D. Ordonho 2.º de Leão ao Bispo de Coimbra D. Gosmado, que se retirava para o Mosteiro de Crestuma. Aonde o mesmo Rei o veio visitar, e lhe fez a doação. Acha-se no preto da Sé de Coimbra folio 39.º Entre outros territórios especifica: *Villa de Portucale quomodo dividit eum Villa de Mahamude, et inde per montem termino de Coliinbrianos usque in Galesia:* Temos por tanto (continúa o mesmo sabio) a povoação de Portugal, ou Porto no seu seculo 10.º, não ao Norte, mas ao Sul do Douro, confinado pelo Nascente com Mafamude, pelo Poente com Coimbroens, sítios ainda hoje bem conhecidos, e por tanto reduzido á Gaya actual, antiga Cale. Á face d´este codumento se póde retificar o que os nossos Escriptores, e estrangeiros tem escripto acerca desta povoação, que deu seu nome ao nosso Reino. (…) Fica por tanto fóra de toda a duvida, que a moderna Gaya foi uma Cidade antiquíssima, chamada *Portugale*, e tanto mais antiga, que a do Porto, quanto em Gaya nasceu esta importantíssima Cidade de Portugal, e que o foi só muitos seculos depois d´aquella. (Santos, 1861, pp. 280-282)

Se dúvidas pudessem existir, elas dissipam-se com a informação documental sobre as povoações mais remotas que viveram no Concelho de VNG, conforme tabela exemplificativa abaixo (Guimarães, 1987).

Tabela 1. Informação sobre os diversos períodos da História e referências documentadas em VNG.

PERÍODO	REFERÊNCIAS DOCUMENTADAS
Megalítico	Dezenas de Mamoas, distribuídas por todo o território encontradas nas elevações centrais do Concelho. Um exemplo já estudado encontra-se na freguesia de Sandim
Neolítico à Romanização	Encontrados instrumentos de pedra polida no Monte na freguesia de Pedroso e no litoral entre Lavadores e Valadares
Idade do Bronze	Cerâmica exumada da Necrópole da freguesia de Gulpilhares
Idade do Ferro	A existência de castros, quase um por cada freguesia, que confirmam povoação neste período
Século I a.C.	Castros num período romanizado com várias inscrições Latinas encontrados em Gaia, Pedroso e Crestuma. No Castelo de Gaia, a inscrição do nome de um soldado da X legião Gemina, a Victoriosa
Século II n/e	O Itinerário de Antonin Pio que governava o Imperio Romano pelos anos de 160 da nossa era, refere-se à povoação de Cale, que mais tarde no séc. VI aparece como Portucale

Fonte: Organizada pela Autora.

Escrever sobre as origens de Gaia, sem falar da lenda que envolveu o Castelo de Gaia e por sua vez o protagonista Rei Ramiro de Leão, que até tem lugar de honra no Brasão da Cidade, não faria sentido… Todavia, o nome de *lenda* basta-lhe para ser considerada (ou não) a sua leitura, claro, somente para quem tiver mesmo curiosidade de a ler… Assim, no Brasão, emerge, pelo meio das ameias da coroa do Castelo, o Rei Ramiro, cristão, que com a sua buzina dá sinal à sua tropa que espera junto ao rio para avançar e atacar o Rei mouro Alboazer Alboçadam, por este lhe ter raptado a sua Rainha mulher, de nome D. Aldora. Os motivos deste rapto, a entrada como mendigo no Castelo, e mais pormenores, podem ser consultados na nota de rodapé[17]. De realçar que, como diz o ditado: "quem conta um conto

[17] Lenda de Rei Ramiro II de Leão: esta lenda remonta ao séc. X. Rei Ramiro apaixona-se por uma linda donzela, irmã de Alboazer Alboçadam que vivia no Castelo de Gaia. Para conseguir os seus intentos, estabelece a paz com Alboazer, pensando ser mais fácil pedir a sua mão. Alboazer, logo recusa por motivos óbvios desde: Ramiro ser cristão; ser casado e ter filhos assim como a sua irmã estar já prometida ao rei de Marrocos. Ramiro não aceita essa recusa e rapta a Donzela levando-a para o reino de Leão, batizando-a com o nome de Artiga. Alboazer quer vingança pelo acontecido e decide raptar a legítima esposa do rei Ramiro, D. Aldora. Ramiro, enraivecido, monta as suas tropas com o seu filho D. Ordonho e ruma de Leão até Gaya, aí chegado disfarça-se de mendigo, e junto de uma fonte perto do Castelo, encontra uma das aias de D. Aldora, que tinha ido buscar água para a sua senhora. O mesmo pede-lhe um pouco de água, disfarça e coloca dentro do recipiente, meio camafeu igual à outra metade que D. Aldora tinha. Quando a aia serve a água, a metade do camafeu cai, D. Aldora reconhece e pergunta à aia com quem esteve e diz-lhe para ir buscar esse mendigo, aloja-o em lugar seguro no Castelo até o entregar a Alboazer. Na cena da decisão do castigo, Alboazer pergunta a Ramiro se fosse o contrário que morte lhe daria. Ramiro, esperto e estratega, disse que antes de o matar lhe daria boa comida, o deixaria subir ao lugar mais alto do seu castelo para tocar com toda a força no seu *corno de caça* a ponto de todos ouvirem o seu último sopro. Alboazer, perante o que ouviu, disse: será assim a tua morte, ou seja, igual à que tu me darias. Ramiro, comeu, encheu-se de força, subiu ao lugar mais alto do Castelo, utiliza o *corno*, sopra bem alto com o toque combinado com as suas tropas, iniciando a invasão ao Castelo matando todos que ali se encontravam. Após esta demanda, Rei Ramiro partiu com a sua tropa para Leão, levou consigo a sua esposa D. Aldora contrariada, e já no barco a mesma chora a perda de Alboazer, irritando Ramiro que decide matá-la e lançá-la ao rio, antes, porém diz-lhe: mira, mira bem o Castelo porque vai ser a última vez que o miras! Como tudo isto se passou ainda no rio, em frente ao Castelo já todo incendiado, diz ainda a lenda que por esse motivo o lugar do lado do Porto, recebe o nome de Miragaia.

aumenta-lhe um ponto", e porque existem outras versões sobre esta lenda, reiteramos a necessidade de dizer que se trata de uma lenda, mas alguma veracidade ela terá, pois consta no *Livro de Linhagens* – Lenda de Gaia ou do D. Ramiro.

3. O BRASÃO DE *MEA VILLA DE GAYA – NOME E RENOME* E O BRASÃO ATUAL

Um Brasão, iconográfica e iconologicamente, tem a função de registar atributos heráldicos, narrando histórias percetíveis de interpretar. Por esse motivo, como refere Manoel Rodrigues dos Santos:

> A falta, que sentia esta Villa, de um Brazão d´Armas, que commemorasse indefinidamente os Feitos gloriosos dos seus briosos Filhos; e que servisse também de poderoso estimulo aos vindouros, para sustentarem com igual valor, se tanto fôr necessário, os fóros, que lhes competem d´homens livres, e que aquelles lhes tem legado, comprados com o avultado preço do seu sangue, foi justa, e sabiamente avaliada pelos beneméritos cidadãos, de que se compunha a Camara Municipal do Concelho de Gaya dos anos de 1841, e 1850. (Santos, 1861, pp. 277-278)

Neste sentido, em 1841 a Câmara faz um pedido ao reino para a concessão de um Brasão d´Armas, assim como a elevação da Vila à categoria de Cidade, pedido esse que não foi concedido. Só mais tarde, em 1850, através de um novo requerimento, feito em moldes diferentes, justificando para isso um rol de feitos e virtudes, atributos por demais conhecidos que foram devidamente referidos, foi aceite o pedido de autorização para Gaia ser portadora de um Brasão d´Armas (Santos, 1861, pp. 279-280)[18].

Neste contexto, a interpretação do Brasão de 1850, conforme o autor, descreve iconograficamente vários atributos da seguinte forma (Figura 17).

[18] A Camara Municipal do Concelho de Gaya, zeloza da recuperação dos direitos e prerrogativas da sua Metropole, vem respeitosamente solicitar a Vossa Magestade Fidelissima a concessão d´um Brazão d´Armas na forma, que abaixo se declara. Villa Nova de Gaya contando para mais de – 2:000 fogos, que encerrão quasi 500 – Eleitores, e 100 elegiveis para todos os cargos; guardando dentro em sí o riquíssimo depozito dos generosos Vinhos do Douro no valor de 30 a 40 milhoens de cruzados, e além de tudo isto, capital d´um Concelho de perto de 12:000 fogos, que pagão quasi 20 contos de reis de Decima, distincta pela sua remota antiguidade, e pela parte importante, que tem tomado em acontecimentos memoráveis, de que alguma vez resultou a salvação da Patria, julga-se com direito ao deferimento da sua suplica. He hoje um axioma histórico – que o primitivo local da Cidade do Porto foi em Gaya, e que d´alli passou para a margem oposta, onde axtualmente a vemos, por circumstancias que muitos conjectuaram, e ignoramos nós, quem acertou (Santos, 1861, pp. 279-280).



Figura 17. Brasão do Concelho de Vila Nova de Gaia, em 1850.
Fonte: Santos (1861, p. 285).

> *Um Escudo partido:* no lado *direito* sobre *campo d´ouro* (recordando o rio, que junto corre) *um Castello antigo,* caracterizado com a insiguia designativa das Legions Romanas entre as suas ameias, como um dos pontos mencionados no Itinerario Antonino. No lado *esquerdo em campo de purpura* (alusivo ao sangue derramado na próxima lucta contra a usurpação) *uma fortaleza com zimbório* a comemorar aquelle do Templo da Serra do Pilar, em que os bravos Voluntarios Villa-Novenses se encerraram, e defenderam com a *Bandeira das côres Nacionaes Constitucionaes* triunfante sempre aos repetidos assaltos, com que debalde a pertendião derribar. No centro e meio do Escudo um escudete de azul, circumdando em letras brancas a legenda *"Mea Villa de Gaya"* perpetuará as palavras expressas do Senhor Rei D. Affonso 3.º no Foral poe elle decretado em 1293?. As Armas Reas deste Excelso Monarcha, e as do seu sinete, como se achão em os antigos documentos, serão engastadas neste escudete. Uma corôa mural parece o timbre apropriado a este escudo; e para côr local da legenda popular do sitio e Castello de Gaya, aahirá do centro desta corôa um guerreiro armado embocando uma bozina, simbolizando o Principe Ramiro, quando libertou sua esposa Gaya, rouibada pelo Regula Alboazar. O Escudo he circumdado por uma fita branca, em que se lê como divisa em letras azues *"Nome, e Renome"* alludindo ao nome, que Portugal derivou do Porto de Cale, e ao renome, com quem a fama de seu valor tem sido sustentada. (Santos, 1861, pp. 284-285)

De realçar que a análise descrita iconograficamente pelo autor é feita na ótica do portador do Brasão, ou seja: *Dextra* ou a direita do portador (mas a esquerda do observador); *Sinistra* ou a esquerda do portador (mas a direita para o observador)[19].

A exemplo, entre muitos, temos a Bíblia que atesta várias passagens como: à direita de Deus Pai, todo poderoso…

Sobre o Brasão atual do Município (Figura 18), como consta no Diário da República e que é visível nos Paços do Concelho, Mercado da Beira-rio, etc., a sua descrição é bem elucidativa na simbologia patenteada iconográfica e iconologicamente, contendo uma narrativa heráldica dos grandes feitos e motivos que nos fazem ser orgulhosamente gaienses.

[19] Direita e esquerda, ou em Latim – dextra e sinistra - são termos usados em heráldica para se referir a lugares específicos em um escudo suportando um brasão de armas, e os outros elementos que o compõem. "Dextra" (direita em latim), significa a direita do ponto de vista do portador do escudo, isto é, a própria direita do portador, mas a esquerda do observador. "Sinistra" (esquerda em latim), significa a esquerda do ponto de vista do portador, a própria direita do portador, mas a direita do observador.



Figura 18. Brasão do Concelho de Vila Nova de Gaia, em vigor.
Fonte: Heraldry of the World (s.d.).

> Brasão de armas de prata, com uma torre torreada de negro, aberta e iluminada do campo, rematada por um homem sainte, vestido de vermelho e tocando uma buzina de ouro. A torre acompanhada por dois cachos de uvas de ouro, folhadas e troncadas de verde. Em chefe, dois escudetes das armas antigas de Portugal; em contrachefe duas faixas ondadas de azul. Coroa mural de cinco torres de prata. Listel branco com a legenda "Vila Nova de Gaia" a preto. (Regulamento n.º 167/2019, p. 5795)[20]

Para os mais curiosos, segundo a descrição que faz parte da História, a simbologia deste Brasão brinda-nos – "sem falar" – com passagens que, individualmente, apresentam a sua riqueza interpretativa.

Assim, o Brasão é encimado por uma coroa mural formada por cinco torres, e no escudo a Torre, um dos elementos mais antigos com a alusão ao Castelo de Gaia, que se reporta à Alta Idade Média. O homem sainte emerge no cimo do Castelo, com referência ao Rei Ramiro o conquistador do lugar de *Gaya* aos Muçulmanos, que se encontravam instalados no dito Castelo de Gaia, com povoação nas redondezas, hoje destruído pelas guerras consecutivas. A buzina que o homem segura nas mãos é o atributo perfeito para a invasão total das suas tropas que esperavam, tanto nos navios como em terra, pelo sinal de avanço, emitido pelo sopro da buzina.

Os escudetes das armas antigas de Portugal, de fundo azul, simbolicamente são uma alusão à história de Gaia e à respetiva formação e consolidação da identidade nacional, defendendo ainda os autores da bibliografia dos Brasões de Gaia que:

[20] Regulamento das Insígnias e Distinções Honoríficas de Vila Nova de Gaia, Capítulo II Insígnias, Artigo 5.º Símbolos heráldicos.

> Embora achemos que pode não ter sido essa a justificação dos proponentes do brasão, os dois escudetes, na nossa perspetiva, têm duplo significado. Os dois forais concedidos a Gaia e a Vila Nova. O primeiro de D. Afonso III e o segundo de D. Dinis. (Costa & Vasconcelos, 2013, p. 24)

Os cachos de uvas de ouro – as uvas, pela abundância deste fruto neste território fértil que acompanha o rio Douro no correr do seu curso de nascente a poente nas margens, são o símbolo perfeito à produção e comercialização do vinho do Porto – a cor amarela, conectada com o ouro, simbolicamente chama a atenção do valor deste produto na economia local. As duas faixas ondeadas de azul em contrachefe significam o rio Douro e o Oceano Atlântico. Por fim, envolvendo todo o Brasão, um listel branco com a legenda "Vila Nova de Gaia", nome que nasce naturalmente de: *Gaya* e *Villa Nova*.

4. AS PRIMEIRAS PONTES DE PASSAGEM DE VILA NOVA DE GAIA PARA O PORTO

Na Época Medieval os rios eram um obstáculo para a circulação dos povos e *Gaya* não fugia à regra, até porque era contemplada por riachos e ribeiros que vinham desaguar ao Rio Douro. Ora a travessia dos mesmos só era possível com pequenas pontes. Vestígios das mesmas, dificilmente se encontram, mas documentado, segundo Gonçalves Guimarães:

> A mais importante era a ponte por onde passava *o caminho… para a igreja de Villa Nova* e que fazia a ligação desta povoação com a de Gaia no ribeiro das Azenhas ou de St.º Antão. Como o mesmo documento refere, as cheias do Douro com frequência alagavam o caminho e a ponte. No início deste século esta ainda existia, ali à entrada da Rua da Carvalhosa e das Costeiras, onde o ribeiro tinha uma queda de água. Hoje jaz soterrada debaixo do pavimento actual. (Guimarães, 1995, p. 119)

Estas pequenas pontes serviam para a deslocação dentro da Vila. Para passar para a outra margem, só mesmo fazendo a travessia por barco. A evolução, própria e natural dos tempos, obriga a uma ponte de passagem que exigia alguma envergadura nascendo aí a *Ponte de Barcas* no ano de 1806, tendo a duração de 36 anos porque em 1842 foi substituída pela *Ponte Pênsil* e mais tarde, em 1886, pela *Ponte Luiz I*, não esquecendo a *Ponte de Maria Pia* de 1877 (mas esta com a função de travessia de comboios). Outras até aos nossos dias foram construídas, como já se indicou neste capítulo III item 1, todavia referências só vamos descrever sobre as duas construídas ao início do século XIX, ou seja, a Ponte de Barcas e a Ponte Pênsil.

4.1. A Ponte de Barcas

Sobre a Ponte de Barcas (Figura 19), e mais uma vez recorrendo a Manoel Rodrigues dos Santos, resumidamente, registamos alguns pormenores que consideramos importantes, honrando os "feitos" dos nossos antepassados que, sem os meios que hoje possuímos, faziam obras dignas de serem observadas e admiradas, como refere o autor: "Esta vistosa Ponte, única no seu género em Portugal" (Santos, 1861, p. 99).



Figura 19. Desenho da Ponte de Barcas, 1806.
Fonte: Santos (1861, p. 101).

Esta ponte, chamada de barcas, estava construída com uma plataforma apoiada em trinta e três barcas ancoradas ao fundo do rio e amarradas entre si por correntes de ferro. Segundo o autor, esta construção permitia a passagem entre margens tanto por pessoas a pé; a cavalo; carros de bois; liteiras ou diligências, tal era a sua segurança! Por curiosidade, a travessia a pé para uma pessoa, custava 5 reis. Esta ponte tinha segurança e vantagens porque nas marés altas ou baixas as barcas cediam à água descendo ou subindo com a própria água. Outras vantagens: abria ao meio quando necessário para deixar passar embarcações que iam e vinham do alto Douro e a mesma podia ser desmanchada aquando das cheias fatais em cada ano, mas conforme a narrativa Histórica, nem sempre a tempo de serem retiradas pela força das águas que varriam tudo que encontrassem pela frente… Na História ficou a fatídica tragédia em 29 de Maço de 1809 com a invasão francesa que tomou rumo a Gaia vinda do Norte, dispersando tudo e todos à procura da conquista do nosso reino. A tragédia, segundo o autor, originou cerca de quatrocentas mortes de pessoas que tentavam atravessar para o lado de Gaia. O aglomerado de gente, as tropas a tentar passar galgando tudo, e, quem sabe,

o excesso de peso, motivaram o suplício e aflição a ponto deste povo ser engolido pelas águas de um rio que muito dá, mas que matreiramente também tira. Existe uma escultura de médio/alto relevo, em homenagem às vítimas, que se encontra do lado do Porto na zona da ribeira, obra essa feita pelo escultor Joaquim Teixeira Lopes, pai do então também escultor António Teixeira Lopes, célebre com a sua obra exposta no seu museu/casa em VNG.

4.2. A Ponte Pênsil

A Ponte Pênsil (Figura 20), ou ponte suspensa sobre o rio, é uma obra como refere o autor Manuel Rodrigues dos Santos, "magnífica, digna da maior atenção, e de muita beleza para a Cidade do Porto, e Villa Nova de Gaya" (Santos, 1861, p. 104).



Figura 20. Desenho da Ponte Pênsil, 1842.
Fonte: Santos (1861, p. 109).

A descrição ao pormenor feita pelo mesmo é verdadeiramente cativante, pelo que não podemos deixar de registar alguns pormenores cheios de engenharia aplicada, um regalo para quem assistiu à sua construção e uso diário com o privilégio de fazer a travessia um pouco mais barata do que a travessia da Ponte de Barcas, e também uma forma de conquistar o povo a fazer mais uso dela deixando de utilizar o trajeto através de barco, como era usual. Sobre o lugar da sua construção não foi o mesmo da Ponte de Barcas, mas sim como refere Santos (1861):

> Esta Ponte não he colocada no sitio da antiga, mas sim mais ao Nascente, e nos pontos mais elevados das margens do rio – no sitio chamado do *Penedo* no lado Meridional, e no dos *Guindaes* no lado Septentrional, que forão escolhidos pela grande altura que tem, para poder dar por baixo della passagem livre a todas as embarcações, que girão continuamente no serviço do rio, e que estavão sujeitas a naufragar sobre as amarras da Ponte das Barcas como aconteceu muitas vezes. (p. 104)

Outros detalhes, ver em nota de rodapé[21].

5. AS GUERRAS QUE MARCARAM A POVOAÇÃO DE VILA NOVA DE GAIA

O Concelho de Gaia, como tantos outros ao longo de épocas, sofreu destruição e perdas humanas sempre pelos motivos de ambição pelas terras e pelo poder. Neste século, com a evolução do ser humano, e com a democracia a funcionar, felizmente está ultrapassado esse flagelo, pelo menos nos países desenvolvidos. Todavia, colocando-nos no espaço e no tempo – Época Régia e Clerical – muitas decisões baseadas no poder não olhavam os meios para atingir fins. O povo, mártire, sofreu de forma atroz sempre que estes acontecimentos ocorriam. A História fala por si, mas para que não nos esqueçamos, registamos estes dois episódios de guerras hediondas que VNG sofreu.

5.1. A Guerra Peninsular em 29 de março de 1809

A Segunda Invasão Francesa, que operou no Porto na sequência da guerra Peninsular em 29 de março de 1809, sob as ordens do marechal Nicolas Jean de Dieu Soult, englobou Gaia e grandes prejuízos lhe causou desde as perdas humanas até à destruição dos espaços e bens. Diz-nos a História que este marechal, com o seu exército, vem do Norte, e por onde passa destrói, mata e exige a rendição do povo. Chegado ao Porto, propõe ao Bispo a rendição da Cidade, mas simplesmente o mesmo não cede, perante a determinação do povo português que se manifestava em querer defender a sua Cidade. O marechal Soult colocou em prática as suas pretensões e preparou o ataque de forma veloz causando dor e morte. Apesar da força e vontade da população, que permanecia na Cidade, as pessoas que foram ficando encurraladas dirigiram-se para o rio na tentativa de fugir para o outro lado da margem através da travessia na Ponte de Barcas. Foi nessa altura que a Ponte cedeu, dando origem ao desastre que vitimou muitas centenas de pessoas. Pela resistência oferecida, as Cidades do Porto e

[21] "He chamada Pênsil, e também de Ferro; porque está suspensa de oito grossas correntes, feitas de fios d´arame de ferro, queimado, e coberto de uma espessa crusta de verniz, que o preserva da corrupção; as quaes devididas 4 de cada lado passão por sobre quatro elegantes obliscos, ou columnas de granito, atravessando por uma abertura, que estas tem junto ao capitel, e estão colocadas nos dous extremos da Ponte, duas em cada um delles, e são também ligadas – 2 a 2 – na parte inferior do mesmo capitel por uns tirantes de ferro, sobre os quaes se vê a legenda: D. Maria 2.ª 1842. As ditas correntes, descendo do alto das columnas para baixo, são chumbadas com a maior solidez em rocha viva, e a uma grande profundidade do solo, com chumbadouros grandemente dentados, que agarrão por mui largo espaço a enormidade da rocha. Destas correntes pendem perpendicularmente outras da mesma espécie, mas muito mais delegadas em numero de 211, sendo 108 da banda do Nascente, e 103 da banda do Poente, as quaes devididas com perfeita igualdade de espaços segurão pela extremidade inferior as vigas, sobre que assenta o pavimento da Ponte, que he construído de madeira" (Santos, 1861, pp 104-105).

Gaia foram postas a saque de forma tão violenta, que até mereceu críticas de alguns militares franceses (Santos, 1861)[22].

De nada valeu porque o mal já estava feito, todavia o povo depressa se ergueu com a força e raça de um bom português, com a ajuda dos nossos então aliados ingleses, que não podemos deixar de mencionar como que um testemunho vivo de Manoel Rodrigues dos Santos:

> Apesar dos estragos, que com a entrada dos Francezes sofreu o Porto, e Villa Nova em vidas, e fazendas; apesar das calamidades inherentes a uma guerra activa, diuturna, e assoladora e apezar em fim da nímia carestia, a que tem subido tanto os jornaes, como os materiaes, he todavia depois da expulsão dos mesmos Francezes, que no Porto, e Vila Nova se tem edificado, e continuão a edificar casas de 4, e 5 sobrados, e de um gosto, e magnificência tal, como nunca viram, nem pensaram os nossos maiores! (Santos, 1861, p. 64)

5.2. A Guerra Civil Portuguesa, intitulada por: Guerras Liberais, Guerra Miguelista ou Guerra dos Dois Irmãos, de 1832 a 1834

A sucessão do Rei D. João VI, após a sua morte, no dia 6 de março de 1826, criou disputa no reino entre o filho mais velho Pedro e o irmão Miguel. Pedro, o Príncipe Real de Portugal, era na altura Imperador do Brasil, mas por direito estaria na linha de sucessão. Aclamou-se Rei de Portugal, mas logo se apercebeu que a constituição brasileira o impedia de governar os dois países. Nesse sentido, abdicou do trono português, a favor da filha D. Maria da Glória que na altura tinha sete anos de idade, mas por contrato, quando ela atingisse a idade de casar, o faria com o seu tio (irmão do Pai, D. Miguel), sendo que até lá D. Pedro nomeou D. Miguel como regente em nome da sobrinha e noiva D. Maria da Glória. Passados dois anos, D. Miguel convocou as Cortes, fez-se sentir legítimo sucessor invocando as Leis Fundamentais do Reino, alegando que D. Pedro não podia ter transmitido o reino à filha, uma vez que na opção de voltar para o Brasil anulava a sucessão ao trono, quer dele quer da filha. D. Miguel I considerou-se nesse contexto legítimo sucessor, sendo aclamado como rei de Portugal. D. Pedro, o liberalista, em 1831 abdicou da coroa do Brasil, sucedendo-lhe o seu filho Pedro II, e veio para Portugal defender o alegado direito ao trono português lutando contra o seu irmão D. Miguel I, o absolutista.

[22] "Succumbiu de novo ao jugo francez no infausto dia 29 de Março de 1809; mas logo no dia 12 do seguinte Maio, foi com a Cidade do Porto gloriosamente restaurada pelo exercito anglo-lusitano ás ordens do Duque da Victoria, o famoso lord Wellington. O espolio que do Porto e Villa Nova extrahiram os francezes em numerário, joias, alfaias preciosas e em todo o género de marcadorias, é incalculável: uns o sobem a vinte milhões de cruzados, outros a quarenta, e alguns ainda a mais; sem falar no que eles dilaceraram, e destruíram, ou incendiaram, como por exemplo porcelanas, moveis, bibliotecas, etc etc. Que barbaridade!" (Santos, 1861, pp. 27-28).

Iniciou-se a guerra entre estes dois poderes e Vila Nova de Gaia sofreu horrores por um largo espaço de tempo com a ocupação do exército de D. Miguel que, como nos diz o autor:

> Se apoderou dela e a tractou da maneira mais hostil e atroz, como se elles fossem invasores estrangeiros , ou esta Villa uma terra rebelde, e conquistada, roubando, e destruindo, quanto acharam, e não só eles, mas também os seus adeptos, que tinhão entre o povo, os quaes conhecendo os sentimentos dos vizinhos, lhes buscavam de propósito, e com avidez os bens para saciar nelles a sua vingança; quem viu, digo, tudo isto, bem podia facilmente pensar, que Villa Nova de Gaya tinha desaparecido da superfície da terra, e para já mais tornaria a figurar no numero das grandes povoaçoens! (Santos, 1861, p. 66)

Mas, o povo de *Gaya* mais uma vez deu provas de força, e tal como aconteceu depois da Invasão Francesa – onde a destruição e o vandalismo foram incalculáveis – depressa tudo se reconstruiu, como aliás o mesmo aqui aconteceu com a guerra vencida por D. Pedro que teve ao seu lado o povo como bravos combatentes, a ponto de os ter apelidado de "Polacos", muito embora, e a ter em conta, as almas que se perderam, os feridos e a destruição de suas casas (Santos, 1861, p. 67)[23].

Terminado este flagelo de guerra, o país tinha de escolher entre estes dois irmãos, um D. Pedro, com políticas mais liberais e amigo do povo, e outro, D. Miguel, um absolutista que exercia o poder absoluto, fomentando o desagrado de uma sociedade cansada de sofrer.

Neste sentido, como diz o ditado, depois da tempestade vem a bonança, e com ela a vontade de fazer emergir das cinzas uma nova e bela Cidade, com novas construções, sobretudo na Zona Urbana fronteiriça da margem esquerda do rio Douro.

6. O COMÉRCIO DO VINHO DO PORTO

O cultivo das vinhas no Douro, é descrito no estudo de Natália Fauvrelle:

> A região do Douro é tida, desde a época romana, como produtora de vinho. Assim, o comprovam frequentes achados na região, sendo comuns em alguns locais os lagares escavados na rocha, cuja utilização se prolongou pela Idade Média. Para o período medieval são-nos fornecidos dados mais concretos quer através dos forais, quer através da acção das ordens religiosas, grandes proprietárias nesta região. (Ferreira, 1999, p. 19)

Reportando-nos à Idade Moderna, os ingleses são os grandes impulsionadores na região do Douro, comprando terrenos para desenvolver o negócio tão apetecível das vinhas,

[23] "O largo espaço de onze meses e dez dias, que durou o cêrco, deu tempo bastante para toda a casta de malefícios, e a continuada má sorte das suas armas em todos os encontros, que tiveram com os sitiados, motivo permanente para atiçar a vingança, a qual chegaram por último, e para cumulo de maldade a empregar na acção barbara, e só própria de selvagens, de lançar o fogo aos armazéns de Vinhos no dia 16 d´Agosto de 1833, que reduziu a zero o valor de muitos milhoens de cruzados, em que estavão importantes!" (Santos, 1861, p. 67).

transformando o seu fruto nas melhores castas de vinho e depois comercializando-o para todo o mundo. Segundo a autora, "Este mercado torna-se o elemento chave do comércio do vinho do Douro, também chamado do Porto. A denominação "vinho do Porto" surge pela primeira vez em 1675" (Ferreira, 1999, p. 20). A via de transporte para o Mundo era marítima, por isso a primeira viagem seria descer através do rio Douro, no sentido este para oeste, com as barcas repletas de pipas de vinho e aguardente, com paragem obrigatória em Gaia, onde o armazenamento era feito até ocorrer o embarque para os outros países.

O negócio e as transações iam ficando cada vez mais prósperos, levando a uma produção quase sem controle, não tendo em consideração a qualidade. É neste contexto que os produtores e pessoas entendidas na matéria resolvem solicitar a Marquês do Pombal uma Instituição que pudesse proteger o desenvolvimento controlável, mas sobretudo com qualidade. Nasce então a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, para regulamentar a separação de propriedades segundo a qualidade dos seus vinhos, como refere a autora, "(…) os vinhos eram separados em duas grandes categorias: os de [feitoria] que eram para exportação e os de [ramo], que seriam vendidos nas tabernas do aro do Porto" (Ferreira, 1999, p. 21). Em resumo*:* "Os objectivos da Companhia eram [fomentar a cultura da vinha no Alto Douro, proteger a pureza do produto e controlar os preços]" (Ferreira, 1999, p. 21).

A guerra com os invasores Franceses (Guerra Peninsular, 1809) e a guerra civil (Guerras Liberais ou Guerra dos dois irmãos, 1832/34) nada de bom trouxeram em todos os setores, sendo o do vinho do Porto o mais ressentido, verificando-se inclusive a suspensão da produção vinícola.

Já diz o povo que uma desgraça nunca vem só e, mais uma vez, aqui o povo tem razão, porque não só as Guerras e a paragem da produção se tornaram um problema, como outros problemas surgiram sobre doenças que atormentaram os frutos das vinhas no Alto Douro e se propagaram a outras localidades, doenças essas difíceis de tratar e que requeriam produtos com custos elevados. Como refere a autora, "A doença preambular foi a maromba, igualmente referida como [mal negro ou gamosa] descoberta em 1850 que reflectia a falta de boro nas vinhas. A ela seguiu-se a primeira grande praga: o oídio, também conhecido por {cinzeiro ou polvilho}" (Ferreira, 1999, p. 22).

Com uma crise tão devastadora, os proprietários não tinham como solucionar o problema, e como as dificuldades em manter as suas produções eram muitas, alguns tiveram

de vender as suas quintas e vinhas aos Ingleses que tinham grande poder económico para as manter e tratar. No fundo, negócios construídos, frutos de uma crise.

7. AS CASAS

Através da nossa investigação verificou-se a existência de uma imensidão de Casas Nobres com Capela construídas desde o século XVII até ao século XVIII, onde se insere a Época Barroca época do nosso estudo. Registam-se Casas e Quintas em quantidade considerável que mereceram, uma criteriosa atenção. Nesse sentido, recorreu-se a obras literárias clássicas e técnicas de História e Arqueologia para se encontrar respostas sobre a forma de habitar nessa época em *Gaya,* uma vez que há registos da sua existência, conforme já descrito neste capítulo no item 2, tabela 1.

Não vamos contemplar neste item, nem na nossa investigação, a Casa comum dos gaienses, desde a Idade Média até à Idade Moderna, onde se insere a Época Barroca, porque sabe-se tanto em Gaia como em outras regiões que essas habitações de há trezentos ou quatrocentos anos, hoje, por razões óbvias, não existem.

Também de realçar que neste item não existe a intenção de desenvolver o tema da Casa ao pormenor, em virtude de os nossos casos de estudo (as três Casas Nobres selecionadas), já referidas na introdução da tese, serão tratadas nos respetivos capítulos. Todavia, é importante registar que para compreendermos o presente temos de recorrer ao passado e a Casa Nobre não é exceção. Por isso, foi importante a pesquisa sobre o que já foi escrito em literaturas narrativas históricas e técnicas, sobre o tema da Casa de habitação dos que tinham poder económico. Para o efeito, recorremos a um conterrâneo da época pós-Moderna – Manoel Rodrigues dos Santos – mais concretamente do início do séc. XIX, que escreveu sobre a Cidade e muitos atributos do povo de Gaia, assim como a importância da Nobreza que residia em Vila Nova de Gaia, rodeada de mordomias em propriedades com Casas bem distintas de habitação comum. Já em termos técnicos, o estudo do Arqueólogo – Joaquim António Gonçalves Guimarães – completou a nossa pesquisa com informações sobre a existência de Castros quase um por cada freguesia na Idade do Ferro, assim como habitações Nobres na Idade Média em dois lugares ligados, mas de certo modo separados, como era o caso de *Gaya* (Gaia-a-Grande ou Gaia mayor) e *Villa Nova* (Gaia-a-pequena).

Analisemos então o seguinte: na época da Alta Idade Média, período do ano 476 ao ano 1.000, em *Gaya*, as habitações onde residiam os Nobres de linhagem eram os Castelos mediévicos que se inseriam dentro de um espaço designado como Paço. A comprovar, existem documentos sobre o Castelo de *Gaya*, que foi e será sempre um dos ícones Históricos da Cidade. Atualmente, só o lugar existe devido à destruição que sofreu nas várias Guerras, principalmente aquando das Invasões Francesas em 1809 e depois com as Guerras Liberais em 1832. Bem perto deste Castelo existe ainda hoje a Casa Nobre da Quinta de Campo Belo, que, como refere Gonçalves Guimarães:

> Segundo uma antiga tradição esta casa ergueu-se sobre o Paço árabe destruído pelas tropas do Rei Ramiro das Astúrias. Para além da própria Lenda de Gaia, transcrita por Garrett no *Romanceiro*, à sua consolidação devem ter ajudado o facto de se erguer nas imediações do Castelo de Gaia, ou mesmo ter aproveitado algumas das suas estruturas e de a Casa se ter aformoseado com alguns elementos decorativos mudéjares no século XV. (Guimarães, 1995, p. 156)

Ainda nesta época mediévica e recorrendo ao autor, "não há muitos dados concretos sobre Casas Nobres existentes em Villa Nova. O poder de senhorio de Gaia-a-pequena era exercido a partir da Casa de Quebrantões situada atrás do Monte da Meijoeira, já na freguesia de Oliveira do Douro" (Guimarães, 1995, pp. 162-163). No entanto, o autor refere outras Casas, as quais, perante a nossa análise, são Casas já construídas na Idade Média Tardia, séculos XIV e XV, como é o caso da Quinta do Paço junto à Igreja da freguesia de Canidelo.

Diz a história que D. Pedro e D. Inês de Castro viveram nesta Quinta no ano de 1352 e finais de 1353. O cavaleiro proprietário desta Quinta era João Coelho, que pela amizade e chegado à valia da Corte no reinado de D. Afonso III, ofereceu esta Quinta a D. Pedro.

João Soares Coelho era de uma família abastada em Gaia, proprietária de muitas Casas, sendo que uma delas era o Convento *Corpus Christi*.

Depois destas pequenas referências sobre a habitação no período da Idade Média, não se encontraram, apesar dos esforços enveredados, estudos sobre a habitação na Idade Moderna em Vila Nova de Gaia, investigação que nos propusemos realizar. Conscientes da dificuldade, fez-se o levantamento de quarenta Casas com Capela desse período, abriram-se horizontes nesta matéria, levantando questões, procurando informação, para que, no final, se acrescentasse alguma produção à investigação. Estamos, no entanto, cientes de que esta abertura pró-conhecimento dará lugar no futuro a outros investigadores que se queiram entregar ao estudo de muitas outras Casas que inevitavelmente ficaram por investigar na profundidade. Curiosamente, sobre a época da Idade Pós-Moderna, séc. XIX, existem informações sobre a habitação em Gaia, sobretudo de Casas/Palacetes que emergiram de

forma galopante no após Guerra dos Liberais, ou a guerra dos dois irmãos, entre 1832 e 1834. Estes lutaram pelo poder, destruindo sem piedade a Cidade de Gaia que pertencia a um povo não merecedor destas adversidades. Mas, como refere Manoel Rodrigues dos Santos:

> (…) apezar de tudo isto, apezar de estragos, e calamidades de tanta magnitude, que bem se póde dizer, derão a morte n´aquella ocasião a Villa Nova de Gaya; porque em verdade eles forão duplicamente maiores, do que os que soffreu pelo mesmo motivo a Cidade do Porto ella, permitta-se-me a alegoria, ressuscitou; mas ressuscitou mais bella, e louçaa, do que nunca foi! Eis a razão, porque eu disse no antecedente: que este aumento d´agora bem se póde capitular como prodígio; pois desde logo se cuidou em reparar os estragos, que erão imensos; em compor, e alimpar as ruas, que estavão por toda a parte obstruídas com as barricadas, fossos, e trincheiras, que a tropa tinha levantado para a sua defesa; (…) Mas apesar deste estado tão triste e desanimador, em que estava tudo, tractaram de reformar com todo o cuidado as suas moradas, melhorando-as muito em architectura e ornato: e desde então em diante começaram a sugir por toda a Villa magnificas casas, e palacetes de muita bella perspectiva, e muito elegantes, que se edificaram de novo em grande numero, e no gosto moderno com luxo e grandeza. (Santos, 1861, pp. 67-68)

Estas novas construções e restauros das Casas que sofreram estragos aconteceram mais na zona fronteiriça da Cidade de Gaia junto ao rio Douro e quando muito numa periferia interior que englobam as freguesias de Mafamude, Santa Marinha e Afurada e pouco mais. Estes eram os sítios estratégicos como alvo a abater na conquista de terras por isso o lugar propício onde as guerras aconteciam. Queremos com isto dizer que as Casas situadas noutras freguesias mais afastadas do centro da Cidade não foram as mais afetadas a não ser nas pilhagens e vinganças entre rivais, muitos deles os próprios vizinhos.

Quando no nosso estudo, através da Tabela 2 sobre o inventário que se efetuou, se refere a enorme quantidade de Casas Nobres, a maioria dentro das Quintas que se encontram ainda hoje em VNG, umas habitadas outras em ruínas, o autor Manoel Rodrigues dos Santos escreve o seguinte em 1861:

> Finalmente em quanto ás quintas, que exornão, e enriquecem as freguezias de Villa Nova de Gaya he demasiadamente grande o seu numero; e ainda mesmo as que se fazem mais dignas de particular menção, são tantas, que seria necessário larga escripta, se pertendesse descrever individual, e circunstancialmente este objecto. A magnificência, e o bom gosto, que tanto caracterizão a época actual, não se tem limitado só ao aformoseamento dos prédios urbanos, tem-se levado também às quintas, e casas de campo, que se achão hoje em um gráo de recreio e beleza tal, que se tornão de um preço excessivamente grande pelo muito, que tem custado – jardins, bosques, lagos, fontes, cascatas, pyramides, estufas, etc. (Santos, 1861, pp. 94-95)

Este conteúdo narrativo elucidativo vem reforçar a ideia do espólio arquitetónico que se encontra bem visível aos nossos olhos, que necessita de ser estudado e registado como património histórico e arquitetónico.

Sobre as Casas Nobres que se encontram dentro de Quintas, de pertença à Nobreza de linhagem, à Nobreza de honras e dons e à Nobreza titulada pela Burguesia, que foram identificadas na investigação, são matérias a desenvolver nos nossos casos de estudo onde se vai explorar a Arquitetura da Casa e da Capela, assim como o historial do proprietário da Casa.

CAPÍTULO IV.

Investigação Preliminar sobre a Casa Nobre no Concelho de Vila Nova de Gaia

A metodologia adotada na investigação do tema que se pretendeu desenvolver já foi mencionada anteriormente. Todavia, a aplicação da metodologia vai ser esplanada com base em factos e estudos afincados, sobre a Casa Nobre em VNG.

Nesse sentido, para arquitetar o tema, tivemos de organizar ideias e traçar objetivos iniciando o trabalho com a consulta do PDM e, através do mesmo, produzir uma tabela organizada com as Casas referenciadas em todo o Concelho. O estudo exigia mais, por isso consultamos as Memórias Paroquiais certificando-nos sobre as Casas que existiam em 1758. Atendendo à necessidade de saber a data da construção de todas as Casas existentes, sobretudo as da época do nosso estudo, procurou-se informação através dos Contratos dos Autos de Património que se efetuaram entre o proprietário e o Bispado do Porto, que permitiram a construção da Capela junto à Casa. Nesta pesquisa, a data da construção da Casa não se encontra nos Autos, ou seja, no pedido feito para a construção da Capela, invocava que se pretendia edificar uma Capela junto à sua Casa ou, no caso da Capela já existir, solicitar a permissão para ser restaurada e abençoada para que todos os atos religiosos aí se pudessem praticar. Todavia, depreende-se que quando este pedido é feito para a construção ou restauro da Capela, a Casa ou é construída aquando da Capela ou já existe, e na maioria dos casos, como relatam os documentos dos autos, a Casa é a garantia como património para ter direito a erigir a Capela.

1. INVENTÁRIO DE QUARENTA CASAS/QUINTAS COM CAPELA CONSTRUÇÕES FEITAS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS SÉCULOS XVII E XIX

Este inventário, conforme a Tabela 2, contém quarenta Casas/Quintas com Capela. Temos conhecimento da existência de muitas mais, mas a seleção recaiu nas Casas com Capela adossada, na Época do nosso estudo, mandadas construir pelo proprietário com

autorização do Bispado do Porto, como aliás seria norma corrente em todo o território português.

A elaboração desta tabela com as quarenta Casas/Quintas com Capela, permitiu organizar o estudo sobre a existência da Casa, situando: a freguesia onde se encontra; a designação da Casa como Quinta; o ano do pedido de construção da Capela; o nome do requerente; o Orago; a sua existência, ou não, no ano de 1758 através das Memórias Paroquiais; o seu registo no PDM de VNG e a informação do número do anexo de cada Casa.

Tabela 2. Inventário de Quarenta Casas/Quintas Com Capela - Construções feitas no Período compreendido entre os séculos XVII e XIX.

CASAS E QUINTAS INVENTARIADAS PELOS AUTOS E DOTES DE PATRIMÓNIO MEMÓRIAS PAROQUIAIS-1758 E PDM - PLANO DIRETOR MUNICIPAL							
Freguesias	**Designação[a]**	**Ano[b]**	**Nome do Requerente**	**Orago**	**MP-1758[c]**	**PDM[d]**	**Anexo**
ARCOZELO	Quinta do Corvo	-	-	Sr. dos Amparados	NÃO	SIM	1
AVINTES	Quinta da Gandra	1761	Capitão Manuel Carvalho	N. Sr.ª Carmo	NÃO	SIM	2
	Quinta da Devesa	1758	Padre Manuel Ferreira	N. Sra. Conceição	Qta. Bento Gomes	SIM	3
	Quinta de Porcas	1727	Manuel Távora Ferreira	Sto. António	Manuel Joseph de Távora	SIM	4
	Quinta da Agraceira	1759	Padre Vicente Pereira	N. Sra Graça	NÃO	SIM	5
	Quinta de Campos - Quinta Sto. Inácio	1703	Jorge Maynard da Silva	Sto. Inácio de Loyola	Qta. Sto. Ignácio, de Ana Maria	SIM	6
	Quinta (nome desconhecido)	1747*	-	S. Julião	Qta.de António Alves	SIM	7
	Quinta dos Campinhos	1726	Padre António dos Reis Oliveira	Sto. António	Qta. Dr. José António Oliveira	SIM	8
	Quinta do Conde	-	-	S. Brás - lugar do Paço	Qta. do Conde	SIM	9
CANELAS	Quinta da Rechousa	1751	Tomé Ribeiro de Faria	Sra. Mãe de Deus	Qta. de Tomé Ribeiro	SIM	10
	Quinta da Costa	-	-	S. Tomé	Qta. da Costa	SIM	11
CANIDELO	Quinta do Fojo	1749	João Nevel	S. João Evangelista	SIM	SIM	12
	Quinta do Brandão	1884	António José Sousa Brandão	N. Sra. do Amparo	NÃO	SIM	13
	Quinta do Jordão	-	-	-	-	SIM	14
CRESTUMA	Casa e Capela do Arale	-	-	-	NÃO	SIM	15
GRIJÓ	Quinta da Porfia	-	-	-	-	SIM	16
	Quinta da Carioca	-	-	-	-	SIM	17
GULPILHARES	Quinta da Portella	1682	Gonsallo Chamorro de Queiroz	S. Miguel	SIM	SIM	18
LEVER	Casa da Igreja	-	-	-	-	SIM	19
OLIVAL	Quinta do Cadeado	1898	Sebastião Alves de Freitas	N. Sra. das Necessidades	NÃO	SIM	20

CASAS E QUINTAS INVENTARIADAS PELOS AUTOS E DOTES DE PATRIMÓNIO MEMÓRIAS PAROQUIAIS-1758 E PDM - PLANO DIRETOR MUNICIPAL							
Freguesias	**Designação[a]**	**Ano[b]**	**Nome do Requerente**	**Orago**	**MP-1758[c]**	**PDM[d]**	**Anexo**
	Quinta do Casalinho	-	-	-	-	SIM	21
OLIVEIRA DO DOURO	Quinta de S. Salvador	-	-	-	-	SIM	22
	Quinta dos Frades	-	-	-	-	SIM	23
	Quinta do Sardão	-	-	-	-	SIM	24
	Quinta de Sto. Aleixo	-	-	-	-	SIM	25
	Quinta de Boucinhas	-	-	-	-	SIM	26
	Casa do Casal	-	-	-	-	SIM	27
PEDROSO	Quinta de Codeçais	1696	Catarina Soares	S. Sebastião	SIM	SIM	28
	Quinta da Paradela	1777	José Carneiro de Sousa	S. José	NÃO	SIM	29
	Quinta da Alheira	1752	Alberto Caetano Adrionis	S. João Baptista	SIM	SIM	30
PEROSINHO	Quinta da Pena					SIM	31
SANDIM	Casa Agrícola	1789	Manuel José Fernandes	S. José	NÃO	SIM	32
SANTA MARINHA	Quinta do Campo Belo	1727	Diogo Francisco Leite	N. Sra. Conceição	SIM	SIM	33
	Quinta do Choupelo	1760	José Azevedo	Capela de Jesus, Maria, e José	NÃO	SIM	34
S. FÉLIX DA MARINHA	Casa e Capela S. Tomé	1786	Maria Araújo	S. Tomé	NÃO	SIM	35
SERMONDE	Casa Capela Sra. da Graça	-	-	-	-	SIM	36
SERZEDO	Casa e Capela de Paços	-	-	-	-	SIM	37
VILAR DE ANDORINHO	Quinta das Fontes-Quinta de Soeime	1700	João Araújo Ferraz	S. João Baptista	-	SIM	38
	Quinta de Baixo, ou dos Condes Paço Vitorino	-	José Pinto Monteiro	S. João Baptista	SIM	SIM	39
VILAR DO PARAÍSO	Quinta da Boa Nova	1787	Tomás Rocha Pinto	N. Sra. da Boa Nova	NÃO	SIM	40

[a] Optou-se pela designação mais antiga; [b] Ano do auto do Património Capela; [c] Memórias Paroquiais de 1758; [d] PDM - Plano Diretor Municipal; * Sem data definida; Qta. – Quinta.

Este princípio de estudo permitiu tomar conhecimento em que freguesias estas Casas se situavam, a designação mais antiga da Quinta com nome atribuído, o ano do pedido da construção da Capela ao Bispado, o nome do requerente, o Orago (santo protetor e devocional) e o seu registo antes e depois de 1758. Após a execução desta tabela orientadora, prepararam-se fichas individuais de cada Casa (Anexos de 1 a 40), reunindo a informação possível através do PDM, das MP 1758, dos Autos de Património das Capelas e da visita presencial, fazendo registo fotográfico da existência destes edifícios. Iniciou-se com o entusiasmo de fazer estudos aprofundados de todas as Casas, todavia tornou-se claro que

seria um trabalho de proporções difíceis de alcançar, o que nos levou a selecionar algumas, de forma mais coerente, com as devidas exigências dos casos de estudo.

2. MAPA DO CONCELHO COM AS QUINZE FREGUESIAS IDENTIFICADAS POR CORES DAS TRÊS ZONAS GEOGRÁFICAS DIFERENCIADAS

Para melhor entendimento da existência de características e tipologias diferentes na construção da Casa/Quinta, em VNG, recorreu-se ao mapa do Concelho, no qual se identificaram as quinze freguesias e se sinalizaram com cores os diferentes tipos de freguesias: com a cor verde, as da margem fluvial banhada pelo Rio Douro; de cor castanha, as do interior; e a azul, as da costa marítima atlântica, conforme a Figura 21 exemplifica.

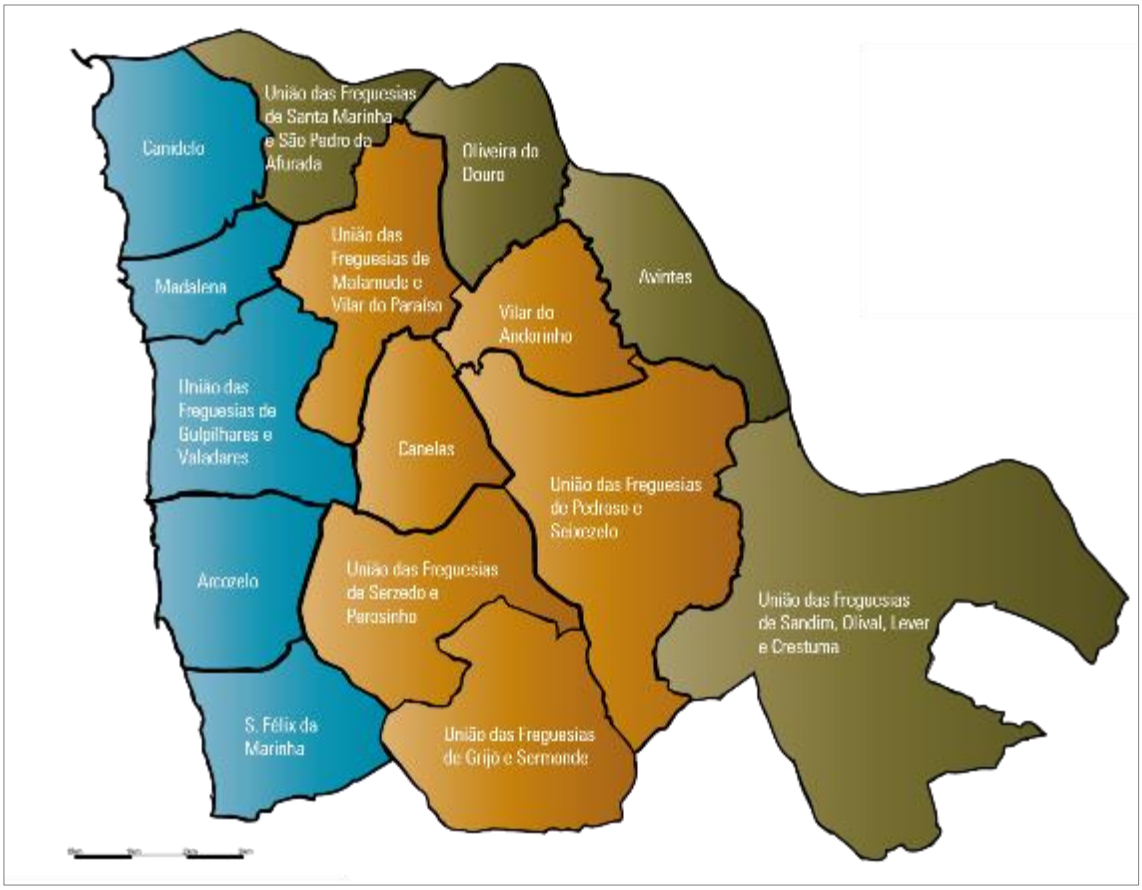


Figura 21. Mapa de freguesias de Vila Nova de Gaia.
Fonte: Imagem da Autora.

Também foi importante a preparação de um mapa com a localização de cada Casa na respetiva freguesia e o correspondente número do Anexo, uma metodologia que ajuda a

consultar com mais celeridade cada uma das quarenta Casas e a sua localização. A partir desta informação, localizaram-se as quarentas Casas inventariadas nas respetivas freguesias conforme o mapa (Figura 22).

Com esta base de dados, selecionaram-se onze Casas das quarenta identificadas no mapa, situadas em três Zonas distintas. Das onze selecionadas escrutinaram-se oito para se elaborar um estudo preliminar e as três restantes, uma por cada Zona Geográfica serão estudadas aprofundadamente na Parte III da Tese, Capítulos I, II e III, com o propósito de serem os nossos casos de estudo.

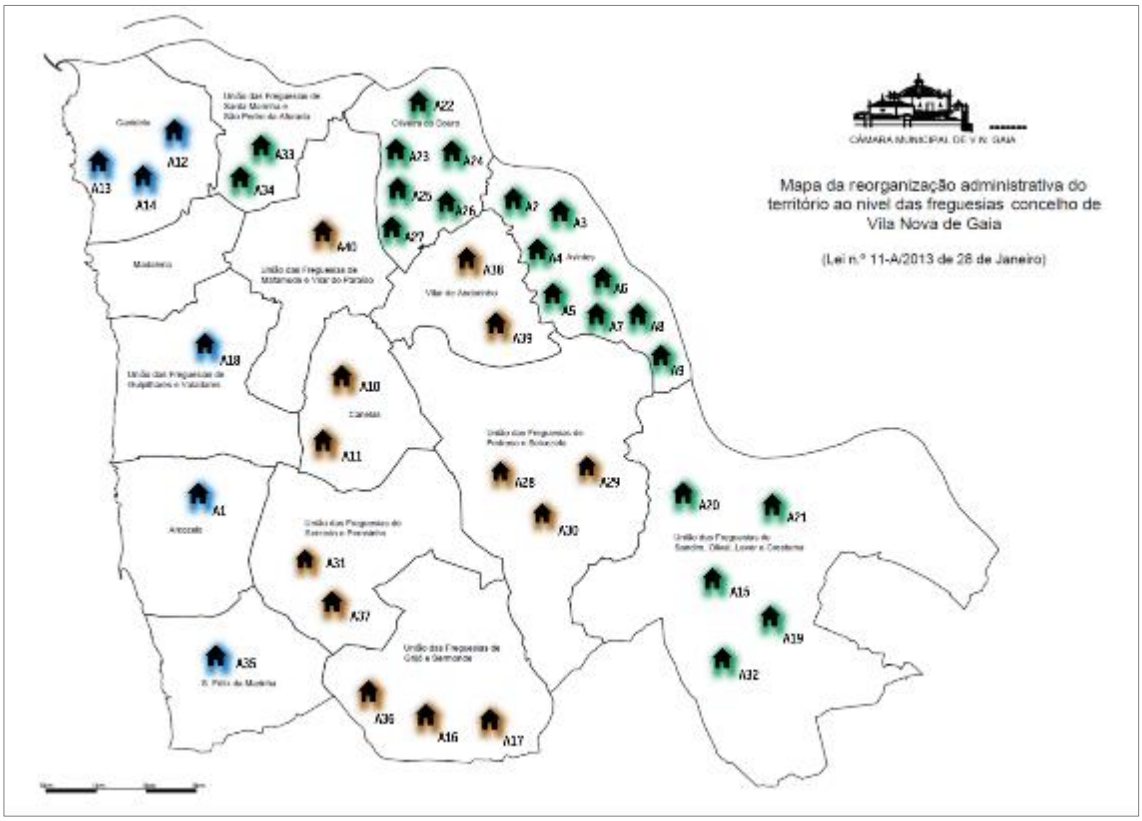


Figura 22. Mapa com a sinalização dos números dos Anexos correspondentes às Casas, situadas em determinada freguesia.
Fonte: Imagem da Autora.
Legenda: A – Anexo.
(Casas a azul, na Zona Marítima; Casas a verde na Zona Fluvial; e Casas a castanho no Interior do Concelho)

3. AS OITO CASAS SELECIONADAS, CONSTRUIDAS EM LOCAIS GEOGRÁFICOS DIFERENTES - ESTUDO PRELIMINAR

Sobre a seleção das oito Casas fez-se um estudo preliminar para melhor perceção do lugar onde se encontram, sinalizando-as no mapa (Figura 23) da seguinte forma: três Casas na Zona Fluvial; três na Zona Interior; e duas na Zona Marítima.

Este estudo preliminar tem como função fazer uma abordagem introdutória sobre a construção deste património arquitetónico que se encontra em locais geográficos diferentes. Numa primeira análise de observação aos edifícios, nestas Zonas diferenciadas, compreendeu-se que a Arquitetura das Casas e a função para a qual foram edificadas reúnem dissemelhanças notórias, apesar de se localizarem no mesmo Concelho.

Também o estudo de cada Casa obrigou à investigação em matérias essenciais de registos históricos, começando-se por: identificar os proprietários assim como a sua história vivencial no espaço e no tempo; descrever tipológica e arquitetonicamente a Casa e a Capela; datar a construção e as alterações sofridas ao longo das épocas; narrar geograficamente os espaços envolventes à propriedade; analisar os Autos de Património inerentes à Capela; e organizar um estudo global com a classificação de cada Casa como - Casa Nobre Rural, Casa Nobre Urbana ou Casa Nobre de Veraneio. Estas classificações foram encontradas em todas as Casas estudadas tanto no conceito de se intitularem como Nobres, como também na função de cada Casa construída que se integra na adjetivação – Rural, Urbana ou de Veraneio.

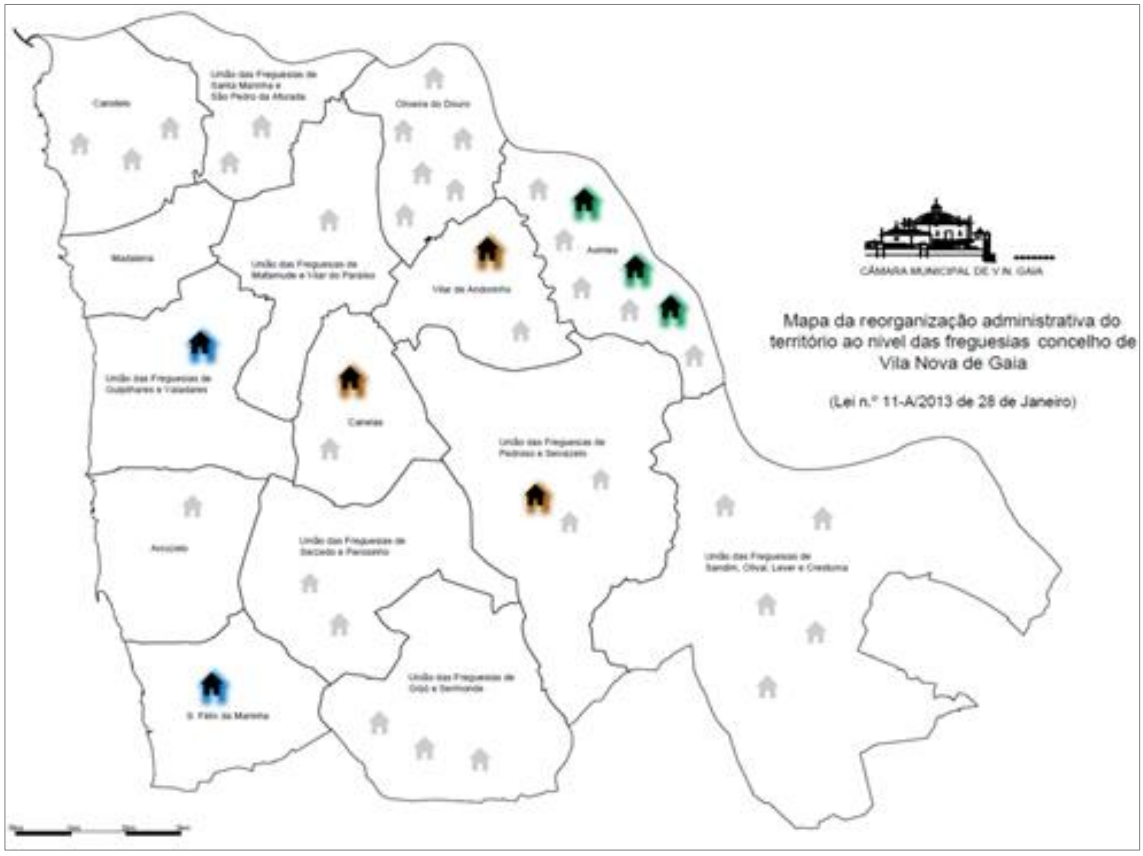


Figura 23. Mapa com oito Casas selecionadas para estudos preliminares.
Fonte: Imagem da Autora.

3.1. Três Casas na Zona Fluvial do Rio Douro

A Tabela 3 apresenta algumas informações gerais sobre as três Casas selecionadas na Zona Fluvial do Rio Douro, na freguesia de Avintes do Concelho de VNG, apresentando-se nas secções seguintes uma descrição estudada e detalhada de cada uma das Casas.

Tabela 3. Características gerais das Casas selecionadas na freguesia de Avintes.

TRÊS CASAS/QUINTAS NA ZONA FLUVIAL DO CONCELHO DE VNG						
Freguesias	**Designação[a]**	**Ano[b]**	**Nome do Requerente**	**Orago**	**MP-1758[c]**	**PDM[d]**
AVINTES	Quinta de Campos - Quinta Sto. Inácio	1703	Jorge Maynard da Silva	Sto. Inácio de Loyola	Qta. Sto. Ignácio, de Ana Maria	SIM
	Quinta da Agraceira	1759	Padre Vicente Pereira	N. Sr.ª Graça	NÃO	SIM
	Quinta da Gandara	1761	Capitão Manuel Carvalho	N. Sr.ª Carmo	NÃO	SIM

[a] Optou-se pela designação mais antiga; [b] Ano do auto do Património Capela; [c] Memórias Paroquiais de 1758; [d] PDM - Plano Diretor Municipal.

3.1.1. Casa/Quinta de Santo Inácio de Fiães

A Casa/Quinta de Santo Inácio (Figura 24), também conhecida como Quinta de Fiães e Quinta do Lugar de Campos (Figura 25), localiza-se na freguesia de Avintes, em VNG (Anexo 6).



Figura 24. Casa/Quinta de Santo Inácio de Fiães.
Fonte: Google Maps (2016).



Figura 25. Entrada da Quinta de Santo Inácio de Fiães.
Fonte: Imagem da Autora.

A primeira referência à Quinta de Fiães como unidade de exploração agrícola data de 1691, quando André Pinto vende a propriedade a Manuel Couto de Morais, que poucos anos depois a vende a Jorge Maynart da Silva (Guedes, 2001).

Segundo Luís Cardoso, no Dicionário Geográfico (Cardoso, 1767) e nos Autos de Património[24], em 1703, a casa pertencia a Jorge Maynart da Silva, cavaleiro da Ordem de Cristo.

À sua morte, a Quinta é legada à sua sobrinha Vitória Maria Maynart, freira em Santa Clara, sendo que a mesma, a deixou por herança a seu primo Pedro van-Zeller em 1773. Os van-Zeller estão associados ao negócio do vinho do Porto da Firma Aveleda (Guedes, 2001).

Agostinho Rebello da Costa, na Descrição da Cidade do Porto, refere-se nos seguintes termos sobre a Quinta:

> (…) segue-se a Quinta dos Fiais, sita na freguesia de S. Pedro de Avintes, pertencente a Pedro van-Zeller, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, rico e acreditado comerciante nesta Praça e nas principais do reino e nações estrangeiras. As casas desta quinta têm cento e setenta e oito palmos de frente, aberta em multiplicadas janelas envidraçadas, que formam o superior andar; e o inferior estão as portas que dão entrada para os armazéns dos frutos, quartos dos criados e outros cómodos precisos. Esta longa fachada remata-se em dois quartões correspondentes em altura e em formalidade igual, que realçam a beleza de todo o edifício. No quartão da parte esquerda está a capela dedicada a Santo Inácio, muito decente e própria para celebrar-se o incruento sacrifício do Altar. Duas formosas escadas de pedra polida, uma da parte da Norte outra do Sul, rematam-se em um asseado pátio que franqueia a passagem para todas as salas, e por baixo dele estão as cavalariças e as cocheiras. Tem na frente um terreiro ou praça, que ocupa em todos os ditos 178 palmos, e em um dos seus lados um grande tanque com três grossas bicas, lançando pequenos borbulhões de bem gostosa água. (Costa, 1789, p. 69)

Consultadas as Memórias Paroquias de 1758, constata-se que existem referências à Quinta de Santo Inácio como pertença a Anna Maria, no lugar de Além do Ribeiro[25].

3.1.1.1. Descrição tipológica e arquitetónica da Casa

A Casa tem a tipologia de planta em L. A estrutura consiste em dois andares: rés-do-chão e andar superior (andar Nobre); telhado de duas águas; e fachada simétrica, com Capela adossada à Casa.

Para além da entrada principal terrestre, a Casa tem um caminho direto para o Rio Douro, onde a travessia por via fluvial, naquela época, era uma outra alternativa.

O edifício é em alvenaria de pedra, rebocada e caiada a branco. Toda a estrutura contempla rés-do-chão e primeiro andar (Figura 26).

[24] Documento de Arquivo: Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/447.
[25] Documento de Arquivo: Memórias Paroquiais de 1758 - PT/TT/MPRQ/5/60, vol. 5, n.º 60, 905-914.

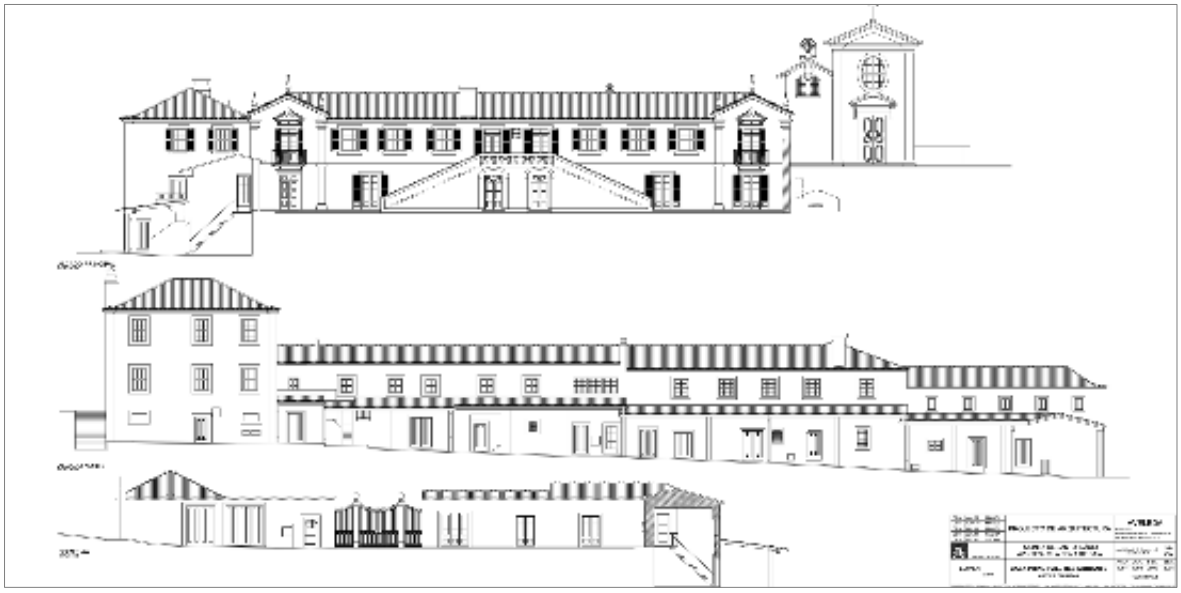


Figura 26. Corte e Fachadas (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100) (Anexo 61)
Fonte: Levantamento topográfico por Arquiteto Diogo Castelo Branco, a pedido de: Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda, S.A.

O rés-do-chão tinha a componente de dependências com funções de: cozinha, de grande dimensão, e serviços vários; uma sala com o serviço de lavandaria, costura e engomagem; e três salas grandes com funções, uma de jantar, outra para saborear provas de vinho (essencialmente vinho do Porto), e uma outra onde se reuniam os fumadores (Figura 27).

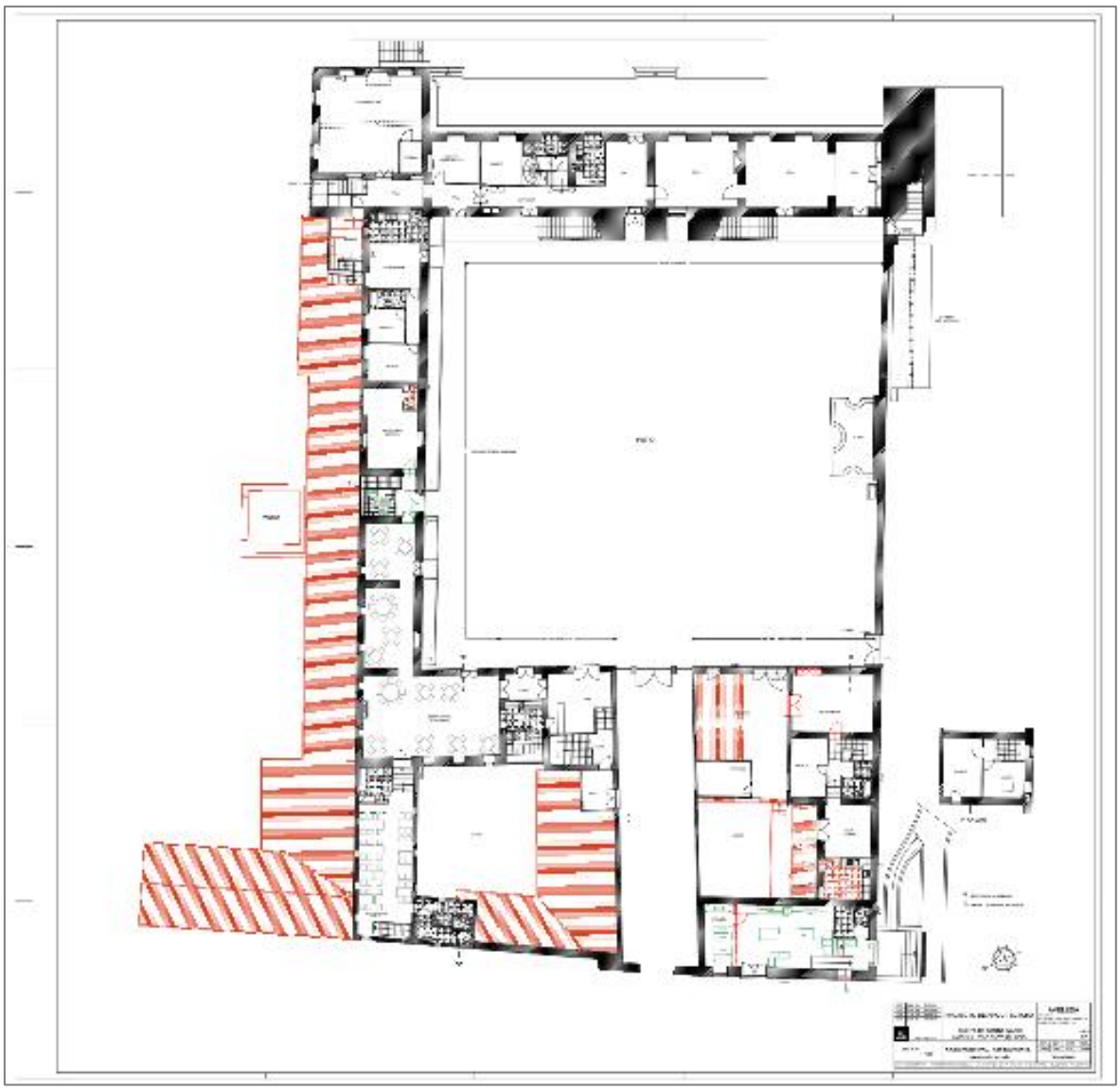


Figura 27. Planta do rés-do-chão (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100) (Anexo 62)
Fonte: Levantamento topográfico por Arquiteto Diogo Castelo Branco, a pedido de: Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda, S.A.

O primeiro andar, considerado o andar Nobre, contempla os quartos e salas com várias funções como: biblioteca; sala de visitas; sala de música e jogos; um escritório; e uma sacristia de apoio à Capela (Figura 28).

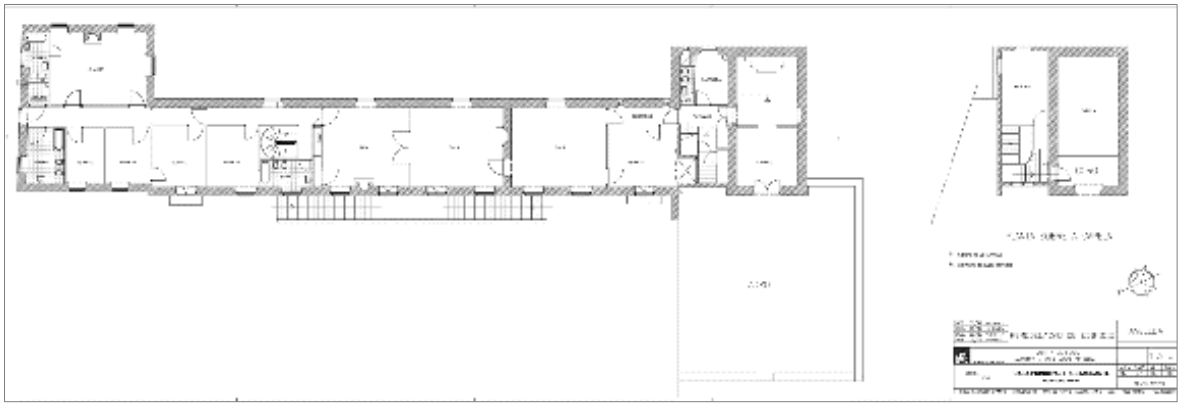


Figura 28. Planta do 1.º andar (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100) (Anexo 63)
Fonte: Levantamento topográfico por Arquiteto Diogo Castelo Branco, a pedido de: Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda, S.A.

A fachada principal de grande dimensão, orientada a oeste (Figura 29) tem uma divisão contínua através de um friso em cantaria, que demarca os dois pisos: o piso térreo e o andar Nobre. No centro da mesma encontra-se a escadaria dupla, em pedra, de acesso ao primeiro andar da Casa, escada essa de um lanço só, terminando num patamar de varandim contemplado por uma balaustrada em cantaria, de acesso a duas portas de entrada, no primeiro andar. No piso térreo registam-se quatro portas de entrada, e o interior também dá acesso, através de escadarias, ao andar superior. Destas quatro portas, destacam-se as duas no eixo central da fachada, sob o pátio da escadaria. No piso superior, andar Nobre, registam-se duas portas e seis janelas. No meio das duas portas encontra-se a Pedra de Armas da família.



Figura 29. Fachada da Casa da Quinta de Santo Inácio de Fiães.
Fonte: Imagem da Autora.

Deste corpo central da fachada, destacam-se dois corpos simétricos, um à direita e outro à esquerda, desenvolvidos em altura, diferenciados do corpo central. Esta tipologia arquitetónica, usada na época, simbolizava o poder senhorial, lembrando as Torres de Menagem de proteção de um Castelo que, na Idade Média, eram também de habitação. Com o decorrer dos séculos, estas Torres Solarengas vão desenvolvendo outros corpos de ligação e prolongamento a habitações mais amplas (Azevedo, 1969, p. 26).

Estes dois corpos esguios, que ressaltam um de cada lado da fachada principal, são delineados por pilastras, em cantaria, terminados em empenas encimadas por três pináculos.

Encontra-se uma porta de entrada em cada corpo no piso térreo, e no andar superior, duas janelas de sacada (uma em cada corpo), com varanda em ferro, encimadas por frontões triangulares interrompidos por um elemento decorativo geométrico no centro. Os telhados são de duas águas e contêm duas chaminés.

Do lado direito da fachada, encontra-se a Capela (Figura 30) adossada a um corpo de ligação à Casa, com entrada pelo interior da mesma, através do coro alto e de uma entrada principal extramuros, de acesso ao público.



Figura 30. Capela e corpo extramuros adossados à Casa na Quinta de Santo Inácio de Fiães.
Fonte: Imagem da Autora.

3.1.1.2. Descrição tipológica da Capela

A Capela, que se encontra no lado direito (na ótica do observador), extramuros, está adossada a uma estrutura que faz a ligação entre a Casa e a Capela. Esta estrutura de ligação,

que se poderá designar como Torre Sineira, é simples, contendo apenas uma janela dupla de padieira curva com óculo cego e encimada por um campanário com sino. A fachada da Capela (Figura 31) é composta por uma porta moldurada em granito com frontão curvo com dois frisos e um óculo de janelão elíptico, encimado por um frontão triangular com uma cruz no vértice central.

De referir que a Capela, estando construída extramuros, era considerada semipública, portanto, de acesso fácil pela porta principal sem a necessidade de entrar na propriedade, todavia com uma passagem pelo interior da Casa dos proprietários para o coro alto da Capela.



Figura 31. Fachada da Capela extramuros da Quinta de Santo Inácio de Fiães.
Fonte: Imagem da Autora.

3.1.1.3. Descrição do corpo da Casa no lado esquerdo e da Fonte no pátio do lado direito

Perpendicular à fachada principal, do lado esquerdo (Figura 32), existe um corpo térreo só de um piso, espaço esse dedicado aos quartos dos caseiros e arrumos de utensílios de trabalho.



Figura 32. Corpo térreo do lado esquerdo com ligação à Casa de Santo Inácio de Fiães.
Fonte: Imagem da Autora.

Do lado direito da entrada, no pátio que antecede a Casa, encontra-se uma fonte de água, de abastada dimensão (Figura 33), adornada com figuras de rostos disformes ou grotescos - "Carrancas". Este fontanário tem como decoração colunas adossadas ao espaldar e duas colunas laterais encimadas por pináculos. Toda a estrutura e decoração com estes elementos decorativos da Época Barroca são um pouco dissonantes da fachada da Casa, desconhecendo-se a sua data de construção.



Figura 33. Tanque e fonte da Quinta de Santo Inácio de Fiães.
Fonte: Imagem da Autora.

3.1.1.4. Descrição geográfica dos espaços de lazer

Nas traseiras da Casa, a norte e nascente da Casa, encontram-se espaços verdes de laser como: um jardim romântico; um jardim formal; um bosque; um borboletário; um pinheiral; e o caminho bem delineado em direção ao rio.

Uma outra descrição que se reporta à época de setecentos, sobre os espaços verdes de lazer referenciados por Agostinho Rebello da Costa em 1789, alude:

> … A fachada que fica do Nascente aparece muito mais graciosa, com a vista de um florido e pomposo jardim, que segue em perfeita quadratura o comprimento das casas e no meio tem uma espaçosa bacia de pedra fina com um repuxo de água que se eleva a diferentes alturas, conforme os registos que se lhe introduzem. A prodigiosa cópia de fontes que nascem desta quinta; os muitos frutos de que abunda, as ruas silvestres que a cortam, a comprida e larga estrada que, principiando, desde a margem do Douro em lingueta de pedra, aonde se desembarca, a atravessa toda com mais de 3000 pés de extensão; a casa particular de campo imediata ao mesmo rio próximo àquela estradas e lingueta, tudo isto concorre para exaltar notavelmente o seu valor e a sua grandeza. (Costa, 1789, p. 69)

Conforme Figura 34 e segundo Roberto Guedes,

> Ainda hoje se mantém muito do que foi descrito no século XVIII, embora todo o entorno que envolve os jardins, ditos agora românticos, seja completamente diferente do inicial devido à plantação de várias variedades de eucaliptos e sobretudo de camélias, rododendros e azáleas. (Guedes, 2001, p. 6)



Figura 34. Planta aérea da Quinta de Santo Inácio de Fiães.
Fonte: Guedes (2001, p. 6).

3.1.1.5. Análise global

A Casa é um edifício sem exuberância, mas marcado pelos dois corpos que se salientam, assim como a Capela, construção que carateriza a imponência da Casa. Poder-se-á classificar o edifício como uma ***Casa Nobre Rural***: Nobre, pela Nobreza de título do proprietário com Brasão e pelos detalhes de embelezamento - várias janelas com funções díspares, desde logo com muita luz, tornando a habitação solarenga; e Rural, porque a Casa se insere num espaço rural, dentro de uma Quinta, onde a produção agrícola era uma evidência, por isso, as janelas não estão isentas também da possibilidade de vigilância, que era comum à época, dos trabalhadores nas suas labutas.

A Capela marca toda a componente de uma família ligada à Nobreza, onde a permissão do direito a erigi-la e a funcionar como culto religioso só era dada às classes distintas e de poder económico elevado, sendo certo que, mesmo sendo um espaço privado, o contrato ditava que a população teria acesso, no mínimo uma vez por semana, para assistir à missa dominical. Neste sentido, a solicitação para a sua construção e bênção para a prática de celebrações religiosas implicava um contrato designado como Auto de Património da Capela. A Quinta de Santo Inácio, na pessoa de Jorge Maynart da Silva, contraiu esse dito contrato (Figuras 35 e 36)[26], solicitando a sua construção e bênção para que naquele espaço se pudessem rezar missas e outras celebrações religiosas. Segundo este contrato com trinta e uma folhas, resumidamente, Jeorge Maynarte da Silva e sua mulher Ursula Pereira da Silva são possuidores de uma Quinta no lugar de Campos da freguesia de Sam Pedo de Avintes, que fica distante da Igreja – quase meia légua – com caminhos e ribeiro pelos quais em ocasiões de chuva a família não pode ir à Igreja, assim como os moradores que eram privados de irem à missa. Diz o *suplicante* que pretende de novo edificar a sua Ermida, ou Capela na dita Quinta, à beira da estrada com porta para a mesma Ermida, dedicada ao Patriarca Santo Inácio de Loyola, imagem do Santo a colocar na dita Capela. Também diz o *suplicante* querer fazer dela uma fábrica com ornamentos necessários para nela dizer missa e além disso dotá-la com renda competente para estar bem *fabricada*, procedendo a uma escritura de dotes com doação, não só monetária, anualmente, como com bens que a terra produzisse.

[26] Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/447.



Figura 35. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Santo Inácio de Fiães, página inicial. (Anexo 64)

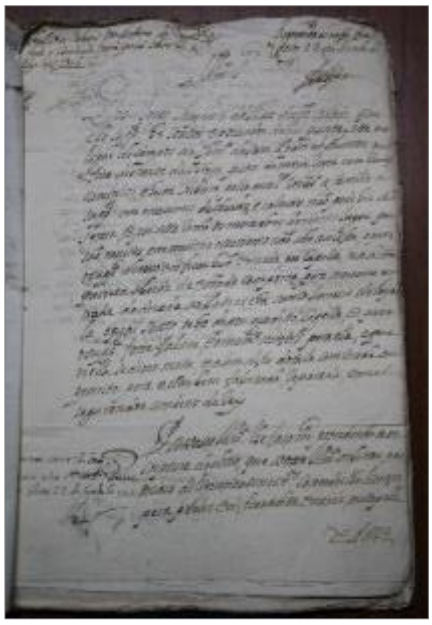


Figura 36. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Santo Inácio de Fiães, p. 2. (Anexo 65)

Todo este processo obrigava a que o proprietário garantisse a capacidade de cumprir, sendo necessário algumas testemunhas, como por exemplo vizinhos, que comprovassem que a produção da Quinta seria uma garantia. Também, e não menos importante, uma outra obrigatoriedade era o facto de que na homilia dominical era lido em voz alta um documento elaborado pelo pároco, e durante oito dias seria fixado na porta da Igreja matriz, alertando as pessoas para se manifestarem no caso de saberem de alguma informação, como por exemplo: se a Quinta tinha problemas de hipoteca, dolo, ou até questionar a pertença da Quinta à pessoa que diz ser proprietário ou não.

3.1.2. Casa/Quinta da Agraceira

A Casa/Quinta da Agraceira (Figuras 37 e 38) localiza-se na encosta voltada para o Rio Douro, na freguesia de Avintes em VNG. Esta freguesia, geograficamente, encontra-se na Zona Fluvial do Rio Douro, no Concelho de VNG (Anexo 5).

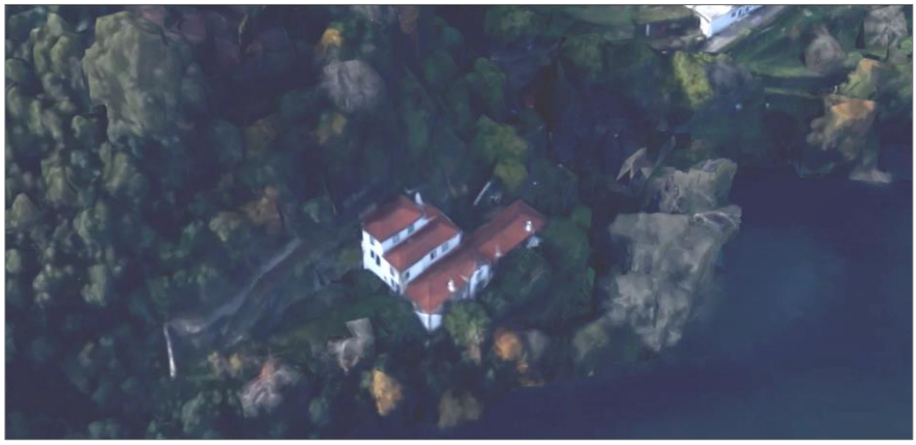


Figura 37. Vista superior da Casa/Quinta da Agraceira.
Fonte: Google Maps (2016).

A Casa encontra-se dentro de uma Quinta, numa encosta voltada para o Rio Douro. "A entrada é efetuada por poente, através dum caminho que conduz a um portão, a partir do qual há uma rampa dirigida à casa e ao rio, a qual se considera um eixo de grande beleza" (CMVNG, 2011).



Figura 38. Casa/Quinta da Agraceira.
Fonte: Liberdade (2008 citado por Costa et al., 2009, p. 418).

3.1.2.1. Documentos sobre o Património

Segundo Notas Monográficas de autores, em 17 de julho de 1780, a Quinta da Agraceira foi vendida por Joaquim de Oliveira Lopo ao Mestre Custódio Pereira, da Congregação Oratório (Costa et al., 2009, p. 416). A informação da venda da Quinta de Joaquim de

Oliveira Lopo requer pesquisa e consulta de documentos de venda no Arquivo Distrital do Porto (ADPRT). Todavia, como esta Casa não está selecionada nos três casos de estudo, e pensando no envolvimento de tempo que exigia, não se aprofundou o levantamento dessa documentação. Uma análise no mínimo foi feita, é que de Joaquim de Oliveira Lopo não há referências nas Memórias Paroquiais de 1758, no arquivo da Torre do Tombo, o que se compreende, em virtude de essa transação ter sido feita no ano de 1759 após o inventário mandado fazer por Marquês de Pombal, em 1758.

Neste contexto, e dando sentido à nossa investigação, apurou-se que nos documentos dos Autos de Património, em 1759, a Casa e Quinta eram propriedade do Padre Vicente Pereira, por trespasse que lhe fez seu irmão Padre Manuel Pereira (Figura 39). Todavia, no ano de 1762, Manuel José Pereira de Sampaio, neto do Capitão Manuel de Távora Pereira, reclamou ser senhorio direto do terreno do Monte da Agraceira, emprazado a Semião Pereira de Carvalho, contestando ao Padre Vicente, a imposição do património de 4$000 reis para a Capela. Foi a questão resolvida por sentença a favor do Padre Vicente Pereira. De referir que, a data do pedido de licença para a Capela, conforme documento dos Autos de Património, é de dia 27 de julho de 1759, e não como vem referido nas Notas Monográficas de Abientes a Avintes, dia 7 de julho de 1750 (Costa et al., 2009, p. 389).

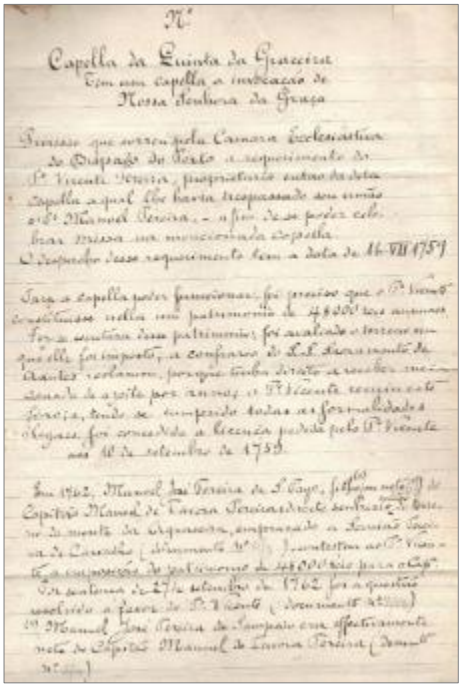


Figura 39. Documento sobre a constituição do património da Capela da Quinta da Agraceira. (Anexo 66)
Fonte: Cedido pelo proprietário atual da Quinta, Dr. Domingos Filipe.

3.1.2.2. Autos de Património da Capela

O registo da data mais antiga que se encontrou referente à Casa está documentado pelos Autos de Património da Capela em 1759 (Figuras 40 e 41)[27], aquando do pedido feito pelo proprietário Padre Vicente Pereira, em 1759, que solicita a bênção da Capela para nela poder celebrar missa, porque a Igreja Paroquial ficava distante, evitando assim que os caseiros, a vizinhança e os que o visitavam, tivessem de se deslocar. Nesse sentido, este património é pertença de uma classe social ligada ao Clero. Este contrato tem a curiosidade de nele constar que, para a fábrica da Capela, o compromisso era testemunhado por várias pessoas (vizinhança) de que a Quinta produzia o suficiente em pão, vinho e azeitonas, assim como as rendas anuais das Casas ali construídas que rendiam bom dinheiro, pois eram Casas já com sobrado, e que no interior já tinham cozinha e água (Figura 42)[27]. Para os mais curiosos e interessados, a leitura na integra deste "contrato", de cerca de sessenta folhas (fls.), e de todos os demais contratos das Quintas em VNG, é aconselhada porque possuem passagens e testemunhos escritos de valor cultural e informativo sobre a vivência e os costumes dos nossos antepassados.



Figura 40. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, página inicial. (Anexo 67)



Figura 41. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, p. 2. (Anexo 68)

[27] Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/440.

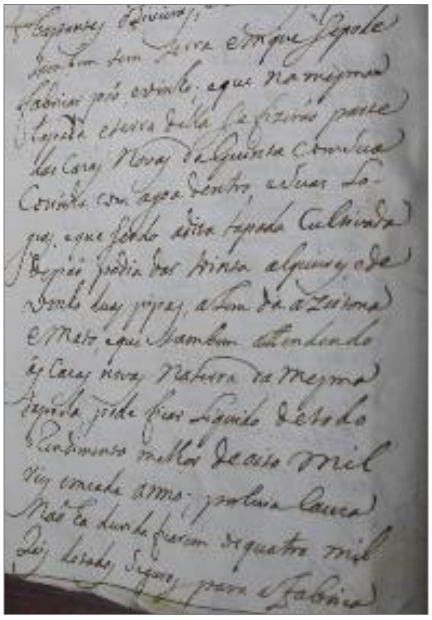


Figura 42. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, página sem número. (Anexo 69)

3.1.2.3. Descrição geográfica

Sobre o espaço onde se encontra a Quinta e a Casa, a entrada principal terrestre é efetuada pelo lado poente através de um caminho que conduz a um portão do qual surge uma rampa longa que nos leva à Casa e ao Rio. Ao longo deste percurso, todo o espaço está decorado com vários nichos com imagens e fontes (Figuras 43 e 44), fazendo uma relação muito forte com a paisagem e com o rio, que contemplava uma entrada portuária de acesso à Quinta para as travessias de barco entre Gaia e Porto, um propósito comum à época de setecentos.



Figura 43. Caminho da entrada da Quinta até à Casa da Agraceira.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 44. Caminho até ao Rio no interior da Quinta da Agraceira.
Fonte: Imagem da Autora.

Todo o espaço envolvente à Casa é caracterizado por socalcos, aliás como se visualiza na construção da Casa em três plataformas (Figura 45), com o aproveitamento do terreno em leiras. Em todas as áreas estão patentes espaços que à época tinham funções lavradias de muita produção, como, por exemplo, vinho.



Figura 45. Fachada do lado nascente da Casa da Agraceira.
Fonte: Imagem da Autora.

3.1.2.4. Descrição tipológica e arquitetónica

A Casa, como já se verificou, é sobranceira ao rio, a sua estrutura é em alvenaria de pedra, rebocada e caiada a branco. A tipologia arquitetónica da planta da Casa está projetada em três plataformas, definindo três corpos. O corpo de maior desenvolvimento integra a Capela com o orago a Maria Santíssima, Nossa Senhora da Graça.

A entrada principal para o interior da Casa é feita pelo lado poente, ao nível do segundo piso, sem aparato, marcando o eixo principal do caminho da entrada na Quinta.

A segunda e terceira plataforma geram dúvidas sobre datas de construção primitiva, uma vez que podem ter sofrido alterações ao longo dos anos, como por exemplo a existência de uma marquise que ampliou um dos espaços.

A fachada do corpo maior (cota inferior) integra a Capela, considerando-se este piso com rés-do-chão e primeiro andar, o mais significativo de toda a Casa (Figura 46).



Figura 46. Fachada principal do lado norte da Casa da Agraceira.
Fonte: Imagem da Autora.

Esta fachada principal concentra-se em três corpos, dois laterais e um central, e é no central que a Capela se encontra ligeiramente avançada aos dois corpos, marcada pelas pilastras em granito.

Nos corpos laterais, as janelas em guilhotina, à data pintadas de verde, encontram-se ladeadas por dois cachorros ao nível do primeiro andar e ao nível do rés-do-chão dois vãos de entrada de luz com gradeamento e uma porta.

Na fachada da Capela (Figura 47) recai toda a carga decorativa concebendo à Casa a sumptuosidade que era devida, numa demonstração da importância do Divino, que o seu proprietário religiosamente cumpria, com a máxima de que para *"Deus tudo".*



Figura 47. Fachada principal do lado norte da Capela da Casa da Agraceira. Fonte: Imagem da Autora.

Assim, a gramática arquitetónica notável da fachada da Capela é caracterizada por uma grande porta em madeira de almofadas de relevo, pintada de cor verde, encimada por um frontão curvo interrompido, e no interior do mesmo um nicho com a imagem de um santo. Sobre este frontão encontra-se um janelão vitral de grande dimensão e sobre o mesmo um friso saliente, que está ladeado por dois cachorros, e um óculo circular moldurado, de iluminação para o interior da Capela. A rematar surgem as pilastras que marcam este corpo central da Capela ligeiramente saliente, são notáveis dois pináculos piramidais, e no centro um campanário com uma sineta, encimado por uma cruz.

No interior da Capela encontra-se um retábulo em madeira lacada a branco, com quatro colunas de ordem coríntia. O orago (Nossa Senhora da Graça) está colocado no centro, ladeado por dois nichos com duas imagens. Tem púlpito numa das paredes laterais, e um pio para a água benta.

Em todas as Casas senhoriais, à época que nos remetemos, as Capelas eram propriedade de quem as construía, todavia, a sua construção só era permitida pelo Bispado do Porto, se as mesmas tivessem uma função semipública, ou seja, a comunidade podia assistir às cerimónias religiosas que ali se realizavam. Não sendo exceção, esta Capela tinha essa função e, como em todas as outras, os proprietários tinham uma passagem particular de sua

Casa para o coro alto da Capela, lugar onde permaneciam para assistirem às cerimónias e assim não se misturarem com a plebe.

3.1.2.5. Análise global

A classificação de ***Casa Nobre Rural***, perante o apurado, será adequada pelos seguintes factos: Nobre, pelo facto do proprietário, Padre Vicente Pereira, ter titularidade por inerência de pertencer ao Clero e pelas características sumptuosas da construção, sobretudo da Capela; e Rural, porque a dimensão do espaço permitia a produção agrícola, adequada ao terreno onde as vinhas, as oliveiras, o milho grosso, trigo, centeio, feijão, frutos e legumes eram uma clarividência. Também, e não menos importante, a Casa da Quinta, neste espaço especial junto ao Rio, poderia acumular uma outra função – a de lazer e de descanso – como aliás os documentos consultados comprovam, dizendo que a Casa tinha a serventia de Casa de férias, onde dois irmãos do Padre Vicente Pereira, também padres, vinham muitas vezes passar uns dias.

3.1.3. Casa/Quinta da Gândara

A Casa/Quinta da Gândara (Figuras 48 e 49) localiza-se na freguesia de Avintes, em VNG (Anexo 2). O seu estado de conservação é desconhecido, por não ser possível visitar o interior da Quinta. Está situada na parte mais alta da Vila de Avintes.



Figura 48. Localização geográfica da Quinta da Gândara.
Fonte: Google Maps (2021).



Figura 49. Caminho desde a entrada da Quinta da Gândara, até à Capela.
Fonte: Imagem da Autora.

A Quinta tem duas entradas: uma mais discreta, que se faz através de um portão simples; a outra mais imponente, com um portão rematado por dois pináculos encimados em duas colunas de granito, embelezando a estrutura que traça o percurso desde a entrada até à Capela, passando pelo meio de um grande arvoredo.

Sobre a historiografia da Quinta da Gândara podemos referir que é um edifício a ser registado e perpetuado, não só pela sua dimensão de espaço geográfico, como também pelo valor a preservar da construção setecentista que privilegia a Capela, uma estrutura arquitetónica histórica pouco comum para a nossa era.

Seria tentador fantasiar uma narrativa para descrever uma história vivencial dos primeiros proprietários conhecidos à época, mas ninguém a poderia descrever de forma tão sentida e verdadeira como Joaquim Costa Gomes, um filho da terra de Avintes que ao longo dos anos tem acompanhado e historiado este património, sendo que muitos outros ícones, também fazem de Avintes um lugar verdadeiramente singular.

Diz o autor que:

> As várias Quintas de Avintes, muitas localizadas junto ao rio Douro, sempre mereceram dos homens de destaque do Porto – comerciantes ou intelectuais – uma simpatia muito especial, por verem nelas, para além da natural valorização social, dizendo o seguinte: Há dias fui à minha quinta; quando estive na minha quinta; quando comprei a minha quinta, etc. (Gomes, 1988, p. 28)

Refere ainda que a Quinta da Gândara está:

> Localizada mesmo no coração de Avintes, tendo caminho público a envolver todo o seu longo perímetro e com horizontes desafogados o Porto; (…) A Quinta da Gândara possui um conjunto de qualidades que em muito a valorizam – uma bela capela com fino barroco em granito e um

> altar de certa importância, de estilo sóbrio: uma nobre moradia da época setecentista e com amplo jardim na frente, onde outrora predominavam as cameleiras; uma bela mata povoada de eucaliptos, pinheiros, carvalhos e austrálias; e uma extensa zona de lavradio, bem tratada no passado, quando era seu caseiro o "Ti Inocêncio Branzelo" , figura muito popular há meio século atrás. E é através deste homem simples que eu sinto acordar em revoada, qual bando de pombas em alvoraço, as imagens inapagáveis de um passado já distante, que faço projectar no vídeo da memória, com toda a sua riqueza de pormenores, envolvidas na capa da saudade. (Gomes, 1988, p. 29)

Ainda sobre os saberes e análise do autor:

> Documentalmente, sabe-se que a Quinta da Gândara já existia nos princípios do século XVIII; A primeira referência é datada de 1734 e diz respeito a um empréstimo concedido pela Colegiada de Oliveira (Quinta dos Frades) ao então proprietário capitão Manuel de Sousa Cardoso e sua mulher Maria do Vale; (…) em 1751 a Quinta por escritura foi vendida pelo seu filho pela quantia de 600.000 reis ao comerciante do Porto e também capitão (possivelmente famílias muito ligadas) Manuel Carvalho da Silva. A Quinta, ainda então muito limitada, compunha-se de duas casas térreas (talvez as que vieram a ser dos caseiros), campos agrícolas, águas exteriores e monte maninho, portanto sem árvores significativas, o que vem comprovar que a vedação de toda a quinta foi feita muito mais tarde, possivelmente pelo novo dono ou pelo posterior, Francisco Marques Rodrigues. (Gomes, 1988, p. 30)

3.1.3.1. Pedido para a construção da Capela com invocação a Nossa Senhora do Carmo

No dia 1 de abril de 1760, o Capitão Manuel Carvalho apresenta um pedido para a construção da Capela na sua Quinta (Figuras 50 e 51)[28], e para que não possam existir dúvidas sobre a pertença deste património, neste caso do requerente, é afixado um edital na porta da Igreja, no ano de 1761, como consta numa das folhas do processo dos Autos de Património a favor da Capela, e que, feita a tradução, nos refere:

> Na forma do Sagrado Concílio Tridentino e constituição deste Bispado, nesta Paróquia da Igreja de São Pedro de Avintes, da Comarca da Feira deste Bispado, li e publiquei legivelmente na Missa Conventual que disse aos meus fregueses, no domingo 12 de julho do ano de 1761, o edital junto do Património da Capela de N. Sr.ª do Carmo sita nesta freguesia, na Quinta da Gândara do Capitão Manuel de Carvalho, da cidade do Porto, e juntamente o fixei por tempo de 8 dias na porta da Igreja. (Gomes, 1988)

[28] Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/439.

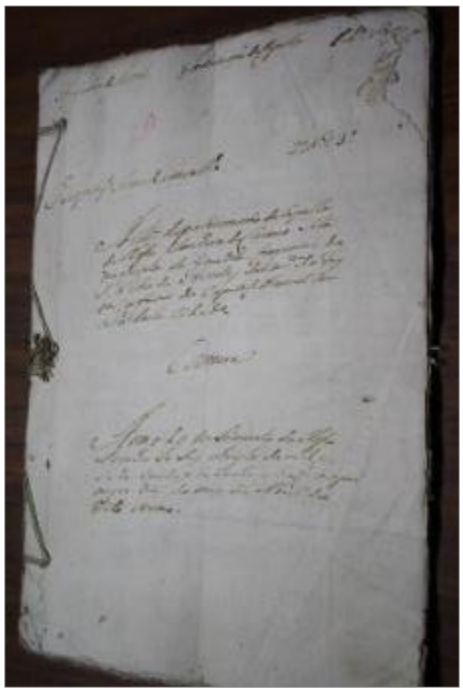


Figura 50. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Gândara, página inicial. (Anexo 70)



Figura 51. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Gândara, p. 2. (Anexo 71)

3.1.3.2. Descrição tipológica e arquitetónica da Casa

A Casa está construída em alvenaria de pedra. A tipologia da Casa na parte posterior é de planta em U. Os travejamentos são de madeira revestidos com telha. O acesso para o andar Nobre é feito através de um lanço de escada em pedra, pela parte posterior da Casa. Pelas imagens que nos são dadas a conhecer (Figuras 52 e 53)[29], os beirais e as janelas em sacada, na fachada frontal da Casa, assim como as janelas simples, na fachada posterior, têm molduras em pedra. Algumas janelas são de abas, outras de guilhotina, com formas originais e primitivas. As varandas ou janelas em sacada têm gradeamento em ferro.

[29] Imagens cedidas pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), processo n.º DRP/CLS-1909.



Figura 52. Fachada principal da Casa da Quinta da Gândara.



Figura 53. Fachada posterior da Casa da Quinta da Gândara.

3.1.3.3. A gramática arquitetónica da Capela

A fachada da Capela é elevada e ligeiramente avançada em relação ao corpo da Casa; é circunscrita por duas pilastras que terminam com dois elementos decorativos em forma de florões, colocados em dois pedestais cilíndricos. A porta de entrada é encimada por um frontão com curvas e contracurvas, emanando do centro um elemento decorativo; por cima do frontão da porta, surge uma rosácea quadrilóbulo (ornamento formado de quatro arcos de círculo) em cantaria, com dois frisos salientes, com a função de iluminar o interior através dos vitrais. Um elemento decorativo encimado embeleza o centro do frontão quebrado, que remata a fachada, elevando-se no eixo central uma cruz de Avis, de grande porte (Figura 54)[30].

[30] Imagem cedida pela DRCN, processo n.º DRP/CLS-1909.



Figura 54. Fachada da Capela da Casa da Quinta da Gândara.

No interior da Capela (Figuras 55[31] e 56), voltamos a Joaquim Costa Gomes, testemunha ocular, que o descreve da seguinte forma:

> No interior da capela o altar pintado e dourado, apresenta-se com quatro colunas cilíndricas de capitel coríntio, a contornarem elegante nicho que contém uma bela imagem de Nossa Senhora do Carmo. Na parte inferior, um outro nicho com uma bela imagem de Nossa Senhora das Dores, e em duas mísulas laterais, com o dossel em concha [em bom estilo joanino], as imagens de S. José e Santo Elias. Na parte superior o entablamento é sobreposto por arcos quebrados, nos quais se sentam duas figuras aladas a apontarem o resplendor central, com o Espírito Santo. De ambos os lados sanefas em fina talha setecentista e, na base, dois alentados arcanjos a segurarem cada um o seu tocheiro. (Gomes, 1994, pp. 269-270)

[31] Imagem cedida pela DRCN, processo n.º DRP/CLS-1909.

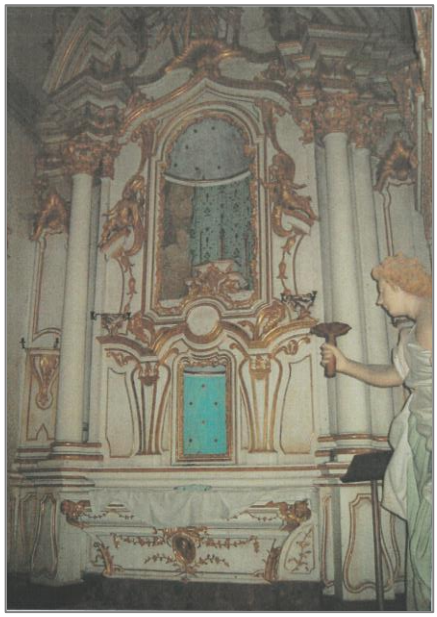


Figura 55. Interior da Capela da Casa da Quinta da Gândara.



Figura 56. Pormenores do altar-mor da Capela da Quinta da Gândara. Fonte: Gomes (1994, p. 269).

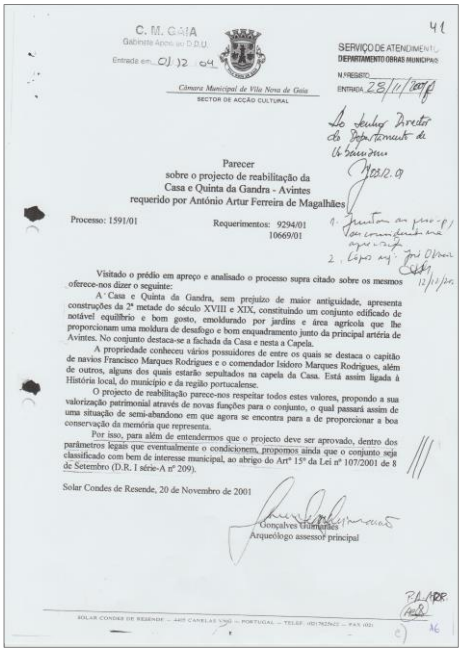
3.1.3.4. Projeto de reabilitação da Casa e Quinta e Pedido de Classificação de Património de Imóvel de Interesse Municipal

A 20 de novembro de 2001, a CMVNG, na base do pedido do proprietário António Artur Ferreira e Magalhães, solicita um parecer sobre o projeto de reabilitação da Casa e Quinta da Gândara, ao técnico Arqueólogo Gonçalves Guimarães. O mesmo fez a sua apreciação com uma visita ao local, constatando que o projeto de reabilitação parecia respeitar todos os requisitos, propondo a sua valorização patrimonial (Figura 57)[32].

Em Assembleia Municipal foi aprovada a proposta da Câmara Municipal quanto ao Pedido de Classificação do Imóvel, como Bem de Interesse Municipal, sendo enviado o pedido ao Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) no dia 4 de fevereiro de 2005.

No dia 16 de agosto de 2006, o IPPAR responde à CMVNG, após análise do processo identificado e, por despacho da Senhora Vice-Presidente do Instituto, com data de 3 de agosto, foi determinado o arquivamento do processo, considerando-se que o interesse patrimonial do Solar da Quinta da Gândara possui um impacto sobretudo local (Anexo 41).

[32] Imagem cedida pela DRCN, processo n.º DRP/CLS-1909.



C. M. GAIA
Gabinete Apoio ao D.D.U.
Entrada em 01 12 04
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
SECTOR DE ACÇÃO CULTURAL

SERVIÇO DE ATENDIMENTO
DEPARTAMENTO OBRAS MUNICIPAIS
N.REGISTO
ENTRADA 28/11/2001

Parecer
sobre o projecto de reabilitação da
Casa e Quinta da Gandra - Avintes
requerido por António Artur Ferreira de Magalhães

Processo: 1591/01
Requerimentos: 9294/01
10669/01

Visitado o prédio em apreço e analisado o processo supra citado sobre os mesmos oferece-nos dizer o seguinte:

A Casa e Quinta da Gandra, sem prejuízo de maior antiguidade, apresenta construções da 2ª metade do século XVIII e XIX, constituindo um conjunto edificado de notável equilíbrio e bom gosto, emoldurado por jardins e área agrícola que lhe proporcionam uma moldura de desafogo e bom enquadramento junto da principal artéria de Avintes. No conjunto destaca-se a fachada da Casa e nesta a Capela.

A propriedade conheceu vários possuidores de entre os quais se destaca o capitão de navios Francisco Marques Rodrigues e o comendador Isidoro Marques Rodrigues, além de outros, alguns dos quais estarão sepultados na capela da Casa. Está assim ligada á História local, do município e da região portucalense.

O projecto de reabilitação parece-nos respeitar todos estes valores, propondo a sua valorização patrimonial através de novas funções para o conjunto, o qual passará assim de uma situação de semi-abandono em que agora se encontra para a de proporcionar a boa conservação da memória que representa.

Por isso, para além de entendermos que o projecto deve ser aprovado, dentro dos parâmetros legais que eventualmente o condicionem, propomos ainda que o conjunto seja classificado com bem de interesse municipal, ao abrigo do Artº 15º da Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro (D.R. I série-A nº 209).

Solar Condes de Resende, 20 de Novembro de 2001

Gonçalves Guimarães
Arqueólogo assessor principal

Figura 57. Parecer da CMVNG sobre o processo de reabilitação da Casa da Quinta da Gândara.

Passados dezassete anos, ainda hoje se pode questionar: que destino para a Casa e Quinta da Gândara? Naturalmente, morrer a cada dia que passa, até que, na memória de todos, este património seja apagado, perdendo-se assim um património único na freguesia, como refere Inocêncio Osório Lopes Gondim, "Avintes é hoje uma das mais belas, das mais ricas e das mais laboriosas aldeias de Portugal" (Gondim, 1990, p. 166).

3.1.3.5. Análise global

A classificação da Casa/Quinta de Manuel de Carvalho como ***Casa Nobre***, perante o apurado sobre o proprietário, será conotada adequadamente como Nobre, não pela Nobreza titulada, mas pela Fidalguia conquistada através do seu poder económico de riqueza adquirida das suas terras ou dos negócios que floresciam (Silva, 1994, p. 318). Analisando o percurso de Manuel Carvalho, proprietário da Quinta em 1760, era um Capitão de Navios de Mar e Guerra que fazia muitas travessias até ao Brasil, fazendo-se negociante, tendo inclusive morada permanente, o que permitiu angariar riqueza tornando-se num Burguês abastado. Pelos relatos e informação obtida através de documentos e literaturas, o espaço envolvente da Quinta de grande dimensão, tinha a função de produzir bens essenciais para a alimentação dos próprios, dos seus caseiros e também de venda pública (Figura 58). Ao

contrário das Casas junto à encosta fluvial do Rio Douro, que para além de serem produtoras de bens agrícolas tinham a função de recolher os seus proprietários para descanso e passar férias, como se de uma Casa de Veraneio se tratasse, a Casa/Quinta da Gândara, situada num local de cariz mais Urbano, era uma Casa de habitação permanente. A tipologia arquitetónica da Casa, localizada no ponto mais alto da encosta da Zona Fluvial, tem características diferenciadas da Quinta da Agraceira, primeiro, pelo facto de o terreno onde foi edificada ser em socalcos, por isso a necessária adaptação da estrutura ao solo, ao contrário da Quinta da Gândara, construída em solo plano; segundo, apesar de serem contemporâneas nas datas de construção, a Quinta da Gândara retém a tipologia de Casa Nobre com um corpo adossado à Capela, e a da Agraceira com dois corpos adossados à Capela, fazendo ambas lembrar a evolução da Casa-Torre, sendo que, não figuram com a ocupação da Torre, mas sim com as Capelas que sobressaem das Casas pela sua elevação, e de forma sublime, marcando uma posição firme de quem a habitava.



Figura 58. Pátio posterior à Casa da Quinta da Gândara.
Fonte: Imagem da Autora.

3.2. Três Casas na Zona do Interior do Concelho

A Tabela 4 apresenta algumas informações gerais sobre as três Casas selecionadas na Zona Interior no Concelho de VNG, nas freguesias de Pedroso, Canelas e Vilar de Andorinho, apresentando-se nos itens seguintes uma descrição detalhada de cada uma.

Tabela 4. Características gerais das Casas selecionadas nas freguesias de Pedroso, Canelas e Vilar de Andorinho.

TRÊS CASAS/QUINTAS NA ZONA INTERIOR DO CONCELHO DE VNG						
Freguesias	**Designação[a]**	**Ano[b]**	**Nome do Requerente**	**Orago**	**MP-1758[c]**	**PDM[d]**
PEDROSO	Quinta de Codeçais	1696	Catarina Soares	S. Sebastião	SIM	SIM
CANELAS	Quinta da Costa- Solar dos Condes de Resende	-	-	S. Tomé	Qta. da Costa	SIM
VILAR DE ANDORINHO	Quinta das Fontes- Quinta de Soeime	1700	João Araújo Ferraz	S. João Baptista	-	SIM

[a] Optou-se pela designação mais antiga; [b] Ano do auto do Património Capela; [c] Memórias Paroquiais de 1758; [d] PDM - Plano Diretor Municipal.

3.2.1. Casa/Quinta de Codeçais

A Casa/Quinta de Codeçais (Figuras 59 e 60) localiza-se na freguesia de Pedroso, em VNG (Anexo 28). O seu estado de conservação é bom, sendo habitada presentemente. A Quinta ocupa uma posição dominante inserida na paisagem, numa planície de campos.



Figura 59. Localização geográfica da Quinta de Codeçais.
Fonte: Google Maps (2016).

A Casa está protegida, relativamente à estrada, através de um pátio fronteiriço, com gradeamento de ferro, e tem a tipologia de planta em U, a nascente. A fachada horizontalizada tem a Capela adossada. O telhado é de quatro águas. Ressaltam dois pisos, um térreo e outro sobreposto, como andar Nobre. A entrada da Casa é feita pela porta central da fachada e, pela tipologia apresentada, faz-nos crer que tem abertura até ao lado posterior como se de um túnel se tratasse. A justificação passa por o andar térreo ter as janelas em

postigo, que demonstra ser um espaço de arrecadação e, quando muito, lateralmente, esta estrutura em forma de "túnel", informação através do PDM, poderá ter escadas de acesso ao primeiro andar. Todavia, a existência de outras escadas pelo lado nascente (fachada posterior) parece ser uma evidência tendencial por vários motivos, como mais adiante se vai escrutinar. Temos analisado outros exemplos de Casas à época que manifestam a abertura de efeito "túnel" até às traseiras da Casa, com a função de recolha e saída dos animas para as pastagens, circulação dos trabalhadores sem interferir com a habitação dos "Senhores" e acesso aos campos de cultivo dentro da Quinta, sendo esta uma tipologia arquitetónica de Casa intrínseca à Casa Rural. Como não foi possível aceder ao interior da Casa, reservamos de certo modo o ímpeto do entusiasmo em fazer mais considerações, deixando-as no imaginário. Sobre as características da gramática arquitetónica da fachada da Casa e da Capela, as mesmas serão desenvolvidas nos itens seguintes. Em relação à data da construção da Casa, plantas ou riscos, a investigação torna-se inglória em todos os casos de estudo porque se trata de construções de há trezentos ou quatrocentos anos. Por esse motivo, recorrendo às Memórias Paroquiais e Autos do Património da Capela, consegue-se apurar a existência da Casa através das datas dos Documentos e das referências quando foi solicitada a licença para erigir a Capela, estando escrito que: pretendem erigir a Capela junto à sua Casa, dentro da sua Quinta.



Figura 60. Casa/Quinta de Codeçais.
Fonte: Imagem da Autora.

3.2.1.1. Pedido para a Construção da Capela com invocação a São Sebastião

À data de 1758, a Casa/Quinta de Codeçais era propriedade do Bacharel António Álvares Correa (Figura 61)[33].

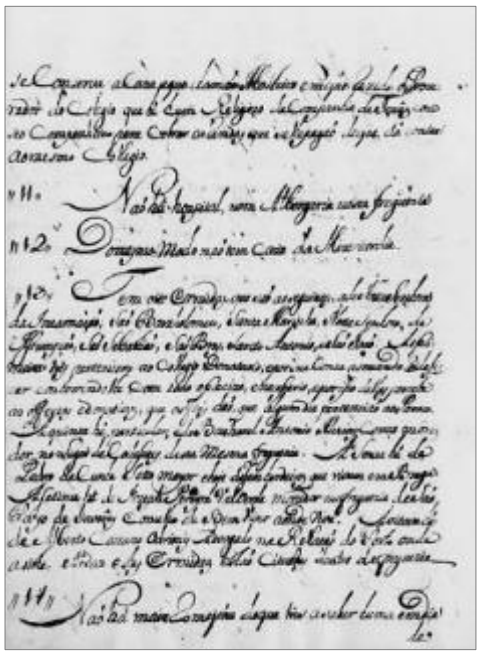


Figura 61. Documento sobre a existência da Quinta de Codeçais em 1758. (Anexo 72)

Os autos do Património da Capela foram celebrados na data de 1696, com pedido para erigir a Capela feito por D. Catherina Soares (filha de Manuel Pereyra e Maria Cardozo). A invocação da Capela é a São Sebastião (Figuras 62 e 63)[34].

[33] Memórias Paroquiais da Freguesia de Pedroso de 1758: PT/TT/MPRQ/28/107, pp. 697-704.
[34] Documento de Arquivo: AEP – PT/AEP/DP/CUR-SGC/465.



Figura 62. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Codeçais, página inicial. (Anexo 73)



Figura 63. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Codeçais, p. 2. (Anexo 74)

O contrato explica o motivo pelo qual D. Catherina Soares solicita a construção da Capela, dado que existia uma Capela próxima da sua morada, com devoção a São Sebastião, mas em más condições porque não havia quem a renovasse e já se encontrava em processo de extinção. Aproveita o pedido para solicitar a transferência das "cousas" que ainda lá se encontram, o que se presume serem os paramentos, as imagens e ornamentos litúrgicos de utilização nas celebrações. Invoca também a razão do seu pedido para erigir a sua Capela, por a Igreja Paroquial ficar distante da sua morada. Por fim, testemunha que tem um bom dote de três mil reis em bens livres anualmente para a fábrica da Capela, comprometendo-se a cuidar bem dela e cumprir com os requisitos obrigatórios de a tornar pública, no mínimo uma vez por semana, para que o povo pudesse assistir à Missa, daí a obrigatoriedade de o edifício ser construído com uma porta voltada para a Rua.

3.2.1.2. Descrição tipológica e arquitetónica da Casa

A Casa/Quinta está circunscrita por um muro de pedra e gradeamento de ferro forjado com os términos em modelo de setas, que a envolve completamente, sendo rematada a sul pelo volume da Casa (Figura 64). O edifício tem uma relação com a planície, com os planos de cultivo a sul que daí se vislumbram, causando uma envolvência original que constitui um equilíbrio global irrepetível.



Figura 64. Fachada da Casa da Quinta de Codeçais.
Fonte: Imagem da Autora.

Adossada à fachada da Casa, do lado esquerdo, encontra-se a Capela seguida de uma entrada com portão de ferro, ladeado por duas colunas simples lisas terminadas em pináculos (Figura 65).



Figura 65. Portão de entrada lateral da Casa de Codeçais.
Fonte: Imagem da Autora.

A estrutura da Casa é em alvenaria de pedra rebocada e pintada a branco. A Casa tem dois níveis, um andar térreo e um andar superior.

A fachada principal da Casa é composta por um piso térreo que contempla três portas de considerada dimensão, uma central (porta de cocheira) (Figura 66), que faz passagem para o pátio interior, duas laterais, com cantaria lisa, e quatro vãos de entrada de luz retangulares estreitos e pequenos com grade em ferro. O andar superior tem, no centro, uma janela de

sacada com varanda de ferro, correspondente à porta central do piso térreo, seis janelas de portada de madeira pintada e telhado de quatro águas, com duas chaminés com chapeleira de pedra.



Figura 66. Porta de entrada na fachada da Casa de Codeçais.
Fonte: Imagem da Autora.

Na fachada lateral, virada a sul, encontram-se, no piso superior, quatro janelas de portada, iguais às da fachada principal e, no piso térreo, quatro vãos de entrada de luz, quadrados, com gradeamento de ferro, ladeados por cantaria simples.

3.2.1.3. A gramática arquitetónica da Capela

A Capela, adossada à fachada principal da Casa, está marcada por duas pilastras, uma porta com moldura em cantaria lisa, rematada com friso saliente, e, por cima, uma trave lisa com um óculo decorado com motivos geométricos, que termina com uma cruz. A rematar a fachada da Capela encontra-se um frontão triangular com Pedra de Armas e grinalda, encimado por uma cruz de grande porte, ao centro, ladeada por dois pináculos. Ainda no corpo da Capela, mas do lado voltado a norte, encontra-se, no telhado, um campanário com sino, encimado por uma cruz. No lado nascente, no vértice do remate do telhado da Capela, é visível outra cruz que faz simetria com a cruz da fachada principal, a poente (Figura 67).



Figura 67. Fachada da Capela da Casa de Codeçais.
Fonte: Imagem da Autora.

Ao caracterizar esta Casa, atribuindo-lhe funções para as quais estariam mais ajustadas à época, e tendo em conta a sua tipologia de grandiosidade, com Brasão de família, e Capela, encontram-se atributos que só o poder económico poderia abraçar (Figura 68).



Figura 68. Pormenor do Brasão no frontão da fachada da Capela.
Fonte: Imagem da Autora.

Neste contexto, destaca-se o Brasão que se encontra no centro do frontão triangular da Capela (ver nota de rodapé[35]).

3.2.1.4. Análise global

A Casa/Quinta encontra-se no interior do concelho, no meio rural, rodeada de terrenos agrícolas, e com a configuração de um piso térreo demasiado fechado, uma Arquitetura com o objetivo de guardar e preservar os bens perecíveis. É notável uma preocupação premente de mostrar "poder", através do seu andar nobre para habitação, com a marca patenteada do Brasão de família, assim como a Capela que só os Nobres poderiam mandar construir. A designação para este edifício poderá ser contemplada por ***Casa Nobre Rural***: Nobre, pela Nobreza titulada da família que nela habitou; e Rural, pelo trabalho de produção nos campos que rodeiam a Casa, tendo em conta o espaço existente no piso térreo da Casa, para guardar a produção das colheitas, assim como os utensílios de trabalho.

Estando localizada na Zona do Interior do Concelho, e considerando que o nosso estudo também recai nas diferenças arquitetónicas que se podem manifestar nas Casas, este edifício poderá ser resposta à nossa investigação, porque comparando as tipologias construtivas na mesma época, as diferenças são cabais, o que se presume ser factual, pelo motivo de se encontrar numa Zona Interior, propícia à produção agrícola em abundância, e que necessitava de mais espaço, não só para o cultivo, como também para o seu armazenamento. Não será por acaso que o piso do rés-do-chão da Quinta de Codeçais é fechado ao exterior, tendo só uns pequenos postigos para que as intempéries (calor ou frio) não prejudicassem os produtos ali guardados. E mesmo assim, constata-se que dentro de uma mesma freguesia, a tipologia difere consoante a sua função.

[35] Informação cedida por António Conde-Técnico Superior da Biblioteca Municipal de VNG - "O Brasão é composto por um Escudo partido: na primeira pala, Barbosa e na segunda Albuquerque antigo ou Maldonado. Timbre de Barbosa. Foi referido que este brasão, não havendo outras indicações, será do último quartel do séc. XVIII.
As armas dos Barbosas, segundo Sanches de Baena, p. 47 – armas em campo de prata uma banda azul carregada de três crescentes de oiro e entre dois leões batalhantes sanguinos. Timbre – um leão do escudo nascente armado de prata.
As armas dos Albuquerque – cinco flores de lis de oito em santor.
Armas do Maldonado – em campo vermelho, cinco flores de lis de prata, em santor.
É provável que a família que requereu carta de brasão para a Quinta de Codeçais, pertença a António Barbosa de Albuquerque, morador na cidade do Porto, que também teve carta de brasão em 1768."

3.2.2. Quinta da Costa – Casa/Quinta dos Condes de Resende

A Casa/Quinta dos Condes de Resende (Figuras 69 e 70) localiza-se na freguesia de Canelas, no lugar de Negrelos, em VNG. Esta freguesia encontra-se geograficamente na Zona Interior da Cidade de VNG (Anexo 11).



Figura 69. Localização geográfica da Quinta dos Condes de Resende.
Fonte: Google Maps (2016).

"O primeiro nome conhecido e associado à Quinta da Costa é o de Thomé da Costa, que já mereceu investigação de diversos autores" (Guimarães, 2006, p. 37).

Segundo as memórias paroquiais de 1758:

> A esta quinta chamada da Costa lhe derão este nome os possuidores della por serem da família dos Costas, usando este apelido athe o Reynado dos Felipes de Castella a quem sérvio Thomes da Costa e seos filhos, nas guerras de Pernabuco e teve o Foro de Fidalgo, herdando esta quinta dos seos Avôs de quem foy possuhida com vários foros e vendas pertencentes a eles. (Memórias Paroquiais PT/TT/MPRQ/9/103, vol. 9, n.º 103, pp. 711-714)



Figura 70. Casa dos Condes de Resende.
Fonte: Imagem da Autora.

Segundo Monteiro (1994 citado por Guimarães, 2006, p. 39), "Thomé da Costa casou com Joana de Miranda, filha de Fernão Camelo de Miranda, Senhor de Vilar de Paraíso". Mais tarde, e referindo de novo as Memórias Paroquiais, estas registam que existe uma:

> Capella com hum só Altar, de que he Patroeyro o Apostollo São Tomé com alguma frequência de devotos no seo dia que está fundada no Terreiro da antigua quinta chamada da Costa contigua a Aldea de Negrellos com porta publica ao povo; mas he particular pertencente à mesma quinta da Costa que hé dos Morgados dos Baldayas, cujo ultimo possuhidor Varão foy o Mestre de Campo, Thomé da Sylva Baldaya, e hoje se acha Senhor della sua neta Dona Maria Clara Baldaya de Souza Menezes e Tovar, que hé cazada com João Alvares Pamplona Carneiro Rangel, Fidalgo da Caza Real Senhor do Morgado de Beyre na Comarca de Penafiel. (Memórias Paroquiais PT/TT/MPRQ/9/103, vol. 9, n.º 103, pp. 711 a 714)

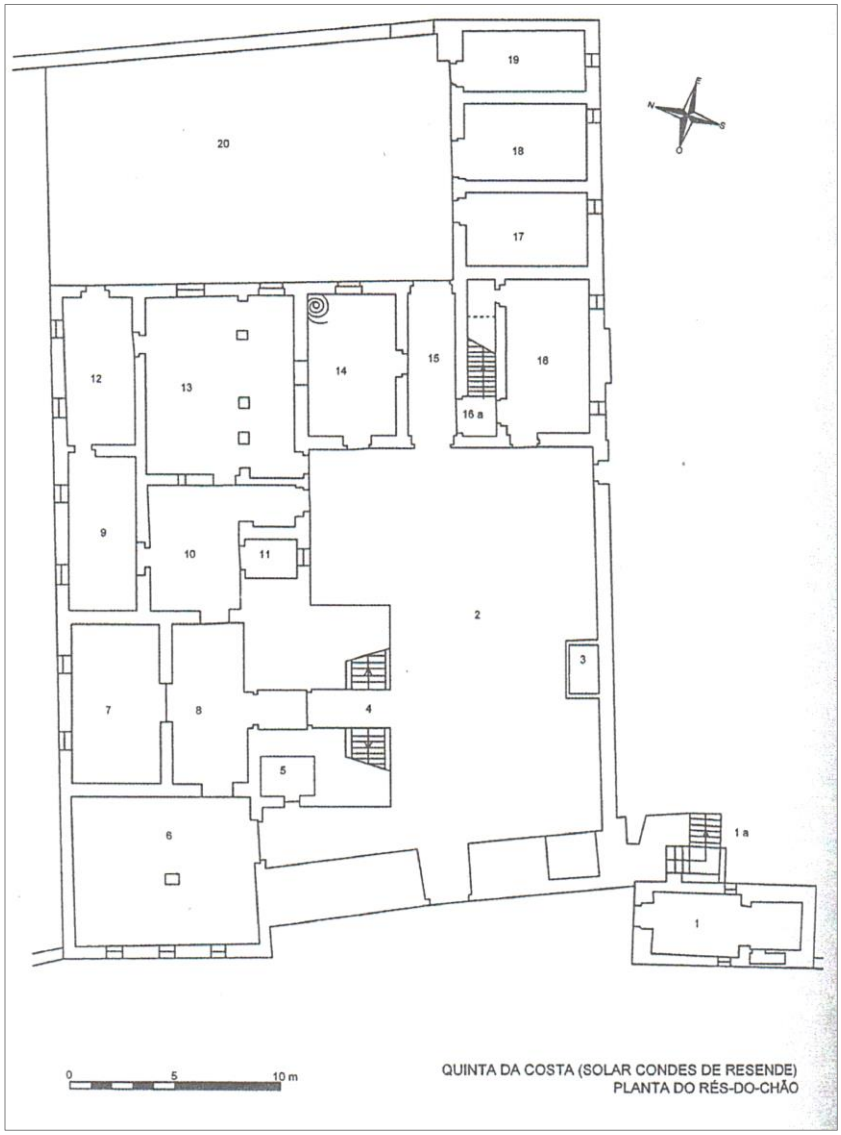
Em relação à autoria do projeto nada se sabe a não ser:

> (…) que em 1716 Tomé da Silva Baldaia e o seu pagem Raimundo de Castro Barros, foram testemunhas dos mestres pedreiros Manuel Fernandes Abreu e Francisco Moreira, ambos de Serzedo e de João Álvares, de Perosinho, num contrato que os levou ao Brasil para trabalharem num Solar: a Torre de Garcia d´Alvila no estado da Baía. (Guimarães, 2006, p. 98)

3.2.2.1. Descrição do Edifício no espaço geográfico

O edifício é composto por três corpos principais, ligados entre si por ângulos retos, definindo dois pátios, ligados por uma passagem aberta no corpo central. A planta da Casa tem a forma de um L, sendo o corpo central comum, que une os dois extremos, e a comunicação entre os três corpos faz-se interiormente.

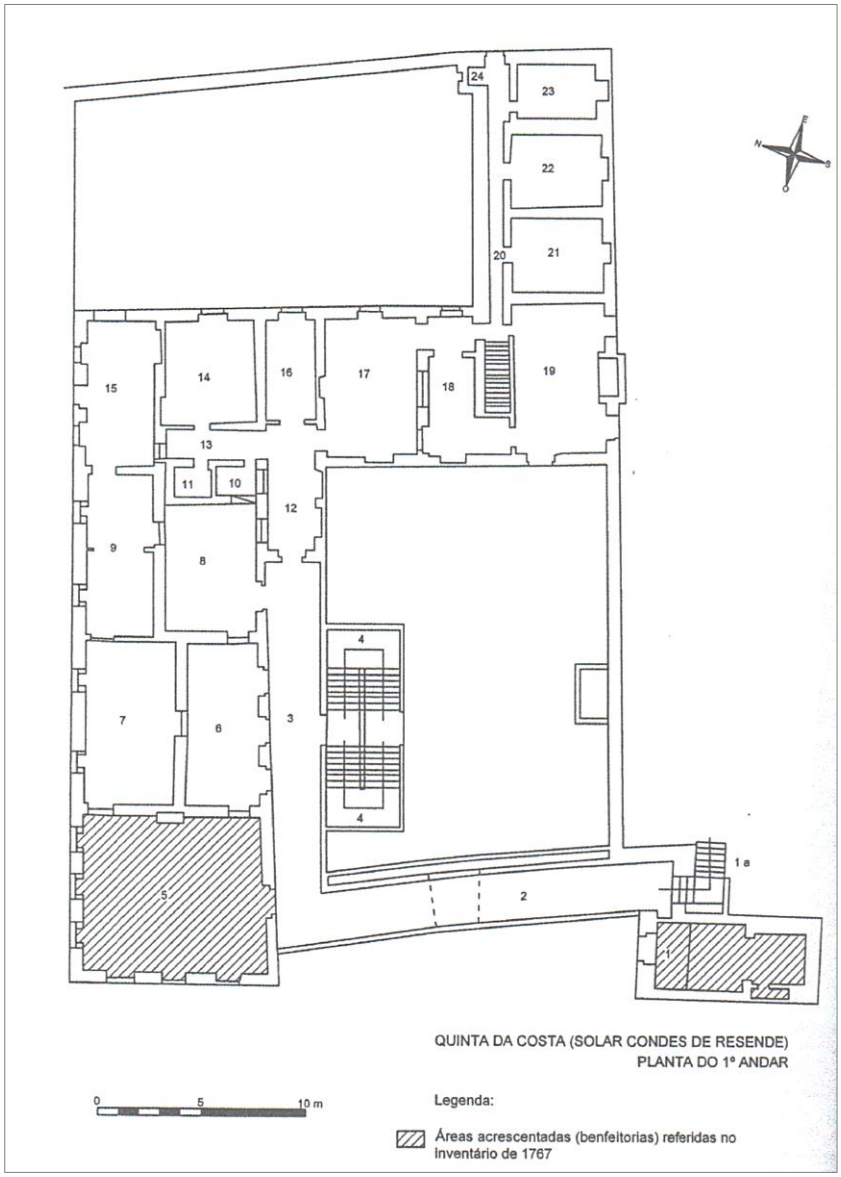
A Casa tem dois andares (rés-do-chão e andar nobre). O rés-do-chão (Figura 71) está ligado às áreas de trabalho, arrecadações, adegas e celeiros, e o primeiro andar, o andar Nobre, à Zona residencial (Figura 72).



Legenda:

1. Capela
1ª. Escadas
2. Pátio de Entrada
3. Fonte do Pátio
4. Escadaria
5. Casa dos Guardas
6. Núcleo Museológico de arqueologia
7. Núcleo Museológico de arqueologia
8. Núcleo Museológico de arqueologia
9. Reservas
10. Reservas
11. Reservas
12. Reservas (já foi casa de banho)
13. Arrecadação
14. Receção (já foi secretaria)
15. Passagem
16. Loja do Solar
16ª. Escadas
17. Arrecadação
18. Arrecadação
19. Arrecadação
20. Auditório

Figura 71. Planta do rés-do-chão da Casa dos Condes de Resende.
Fonte: Guimarães (2006, pp. 88-89).



Legenda:

1ª. Escadaria
2. Acesso
3. Varanda
4. Escadaria
5. Salão Nobre
6. Sala de Exposições
7. Sala de Exposições
8. Sala de Exposições
9. Sala de Exposições
10. Bengaleiro (já foi bar)
11. Arquivo iconográfico
12. Átrio de entrada
13. Corredor
14. Gabinete de coleções
15. Administração
16. Gabinete do diretor
17. Serviços técnicos
18. Copa
19. Sala de Jantar VIP
20. Corredor
21. Sala de trabalho
22. Sala de trabalho
23. Casa de banho
24. Casa de banho

Figura 72. Planta do primeiro andar da Casa dos Condes de Resende.
Fonte: Guimarães (2006, pp. 90-91).

A Quinta engloba um jardim e um muro que circunda a propriedade, sendo a entrada principal feita por um portão de eixo central, direcionado ao corpo frontal. Como a entrada é única, é através desta que se acede aos diversos corpos, incluindo a Capela que é um dos elementos construtivos, com acesso também por dentro da Quinta através de uma escadaria em pedra.

3.2.2.2. Descrição tipológica e arquitetónica da Casa

Todos os complexos edificados contemplam três corpos, tendo em comum as mesmas funções nos dois pisos: o rés-do-chão era a área de trabalho, com lojas (armazenamento de produtos), adegas, lagar, celeiro e cavalariça; e o primeiro andar, Andar Nobre, habitacional, onde se encontra o Salão Nobre, os quartos, a cozinha e a latrina, que se demarcam assim do espaço do rés-do-chão por se tratar do andar que só os proprietários habitavam.

Trata-se de uma Casa em bloco, em que todas as dependências se situam sob o mesmo telhado de quatro águas.

O corpo do lado esquerdo marca a entrada principal para a Casa (Salão Nobre), através de uma escadaria que nasce no pátio até ao primeiro piso, formando uma lógia a todo o comprimento da fachada, lógia essa alpendrada com colunas de ordem dórica (Figura 73).



Figura 73. Corpo do lado esquerdo com entrada principal da Casa onde se situa o Salão Nobre da Casa dos Condes de Resende.
Fonte: Imagem da Autora.

De referir que esta escadaria sofreu alterações aquando da aquisição do Imóvel e recuperação do mesmo pelo Município de VNG, em 1984, conforme documentos apresentados no Anexo 42. A escadaria estava organizada com dois lanços simétricos, um de cada lado (Figura 74)[36]. Hoje tem características diferentes, ou seja, uma escadaria com quatro lanços de degraus, simétricos, dois de cada lado, que divergem e convergem (Figura 75).

[36] Documento de Arquivo, cedido pela DRCN: Processo n.º DRP/CLS-861.



Figura 74. Fachada anterior à reabilitação do edifício da Casa dos Condes de Resende.



Figura 75. Fachada atual da Casa dos Condes de Resende. Fonte: Imagem da Autora.

A maioria das janelas, antes da recuperação do edifício, eram de guilhotina, delineadas por cantaria simples (Figura 76)[37]. Hoje, após intervenção, a sua tipologia é diferente, marcando uma época mais recente. De realçar que existem janelas e portas no corpo do lado esquerdo, onde se encontra o Salão Nobre, com motivos decorativos, em cantaria, que coroam e decoram, com espécies de grinaldas que abraçam a parte superior das janelas e portas, com motivos como volutas enroladas; e no centro, observam-se pináculos, caraterísticas que definem a Época Barroca (Figura 77).

[37] Documento de Arquivo, cedido pela DRCN: Processo n.º DRP/CLS-861.



Figura 76. Janelas de guilhotina anteriores à reabilitação da Casa dos Condes de Resende.



Figura 77. Fachada virada a poente da Casa dos Condes de Resende. Fonte: Imagem da Autora.

Curiosamente, apenas as janelas e portas que são visíveis da rua, pelos lados poente, norte e sul, são diferentes das restantes. Esta diferença decorativa pretende dar um sinal mais exuberante que os proprietários queriam naturalmente exibir.

3.2.2.3. Características sobre a Capela com invocação a S. Tomé

Sobre os Autos de Património da Capela não se encontraram documentos, mesmo com persistentes tentativas de pesquisa no Arquivo do Paço Episcopal do Porto. Todavia é corrente a informação que o Santo devoto é S. Tomé.

A Capela não se encontra adossada à Casa, está construída extramuros com a entrada principal pela rua, e duas entradas pelo interior da Quinta, uma ao nível do rés-do-chão e outra através de uma escadaria de pedra com entrada para o coro alto da Capela (Figura 78).



Figura 78. Porta de entrada para a Capela da Casa dos Condes de Resende.
Fonte: Imagem da Autora.

A fachada da Capela (Figura 79) tem a porta de entrada delineada por cantaria em pedra, e ao seu lado direito, uma cruz em pedra que assenta num plinto, proporcional à dimensão da Cruz. Na fachada lateral da Capela, virada a poente, é visível uma abertura retangular. Ainda, virada a sul, encontra-se uma cruz no telhado, identificando a Capela. No nível superior da Capela, que não acompanha toda a estrutura do telhado do nível inferior, encontra-se, na fachada, um óculo de luz em forma de losango; e ainda no telhado, de duas águas, um campanário, elemento onde era colocado o sino.



Figura 79. Capela extramuros da Casa dos Condes de Resende.
Fonte: Imagem da Autora.

3.2.2.4. Análise global

Tendo em conta a análise efetuada, verifica-se uma forte convicção de se tratar de uma ***Casa Nobre Rural***, também designada por Solar: Nobre, pela Nobreza titulada de quem nela habitou; Rural, pela dimensão dos campos onde a produção agrícola seria uma constante. Também o gosto e o poder económico estiveram presentes pelas características de construção, marcadas por uma época onde a exuberância de fazer ao gosto impunha mostrar o poderio económico, através de: decoração nas fachadas, nas portas e janelas pelo estilo Barroco; construção na horizontalidade, com dois pisos - o rés-do-chão, espaço utilitário para várias funções essencialmente de trabalho, e o primeiro andar intitulado como andar Nobre, onde se encontram os aposentos dos proprietários e salões de receber; uma escadaria que era parte teatral da entrada para a Casa, exibindo a sua sumptuosidade e importância, pois era através dela que as pessoas tinham acesso ao salão principal da Casa, onde seriam recebidos; uma varanda alpendrada com colunas ao estilo dórico; pilastras e barras horizontais que dividem as fachadas, assim como os espaços de cultivo e jardins, características predominantes da Casa Nobre Rural.

Esta Casa/Quinta contempla espaços de lazer, sendo os jardins um fator importante à sociedade de então, como aliás se confirma pela sua existência ainda hoje, com o jardim das camélias nas traseiras da fachada principal, virada a norte, jardim este que se abre em volta de um chafariz central, e onde o escritor Eça de Queiroz passou muito do seu tempo, enamorado pela filha dos Condes de Resende, Emília de Castro, com quem veio a contrair matrimónio no ano de 1886.

3.2.3. Casa/Quinta de Soeime ou Quinta das Fontes

A Casa/Quinta de Soeime (Figuras 80 e 81) localiza-se na freguesia de Vilar de Andorinho, em VNG, na Zona Interior do Concelho (Anexo 38).



Figura 80. Localização geográfica da Quinta de Soeime.
Fonte: Google Maps (2016).

A Quinta de Soeime está situada no coração de Vilar de Andorinho, circundada por uma zona agrícola, jardins, uma fonte monumental, uma Casa Nobre, com indicação de finais do século XVII, e a Capela adossada à Casa.



Figura 81. Casa/Quinta de Soeime
Fonte: Imagem da Autora.

O nome Soeime, em estudos já elaborados, indica Zuleimar, nome muçulmano, naturalmente da pertença de um dos muçulmanos que por aqui viveu, como tantos outros, após a batalha de Guadalete no ano 711.

Na Época Medieval, uma das principais fronteiras que dividiam os cristãos dos mouros era o Rio Douro, razão pela qual os historiadores acreditam na possibilidade de a Quinta de Soieme ter pertencido a um Nobre muçulmano de nome Zuleimar.

Como tudo é efémero, a ser verdade o facto de a Quinta ter sido de sua pertença, acabou este por a perder com novos atentados, assenhorando-se Fernando Magno, com a sua tropa, de todas as terras para sul, mais propriamente até Coimbra, fazendo do Rio Mondego a nova principal fronteira na divisão de povos.

Será bom lembrar a importância deste património histórico que conta mais de mil anos de identidade, acabando por ser mais histórico do que a nossa própria nacionalidade.

Segundo os historiadores Costa e Costa (2013, p. 514), há notícias documentais sobre a existência de atividade agrícola no local onde hoje esta quinta está edificada, no período anterior à existência de Portugal como estado independente. Terá sido um Nobre de nome Zoleima, ou Solima, que fez evoluir o nome da Quinta, como é chamada desde o séc. XVII, de Soeime.

Muito mais aqui gostaríamos de comentar sobre esta época, mas a importância de um desenvolvimento mais recente será pertinente, até porque as curiosidades que envolvem todos os proprietários que se foram sucedendo suscitou um enorme interesse em desvendar e relembrar os feitos na preservação deste património grandioso que muito tem para nos contar (Gomes, 1993a, p. 68).

A Quinta de Soeime sofreu grandes transformações de melhoramentos que a enriqueceram, tanto no exterior como no seu interior, informação do próprio proprietário aquando da nossa visita de estudo à Casa.

Existem estudos documentais de que à data de 1630, a Quinta de Soeime pertencia ao Conde de Miranda, D. Diogo Lopes de Sousa, Governador da Relação do Porto, que a vendeu depois a Nicolau Conforte, por 380$000. Em 1658 foi adquirida por um novo proprietário, Paulo Ferreira Brandão, por 420$000. Em 1911 era habitada pelo comendador Inácio Alberto de Sousa, que a deixou por herança à sua filha D. Maria Efigénia Russel de Sousa Dias de Almeida, que, por sua vez, a deixou aos seus herdeiros, até chegar ao seu proprietário atual, Ilustríssimo Senhor Joaquim da Costa Gomes (Costa & Costa, 2013, p. 514).

Em 1758, nas Memórias Paroquiais, há o registo documental (Figura 82)[38] de que existem, entre outras, a Quinta de Soeime de pertença a D. Joanna Casimira, religiosa do Convento de Santa Clara do Porto.

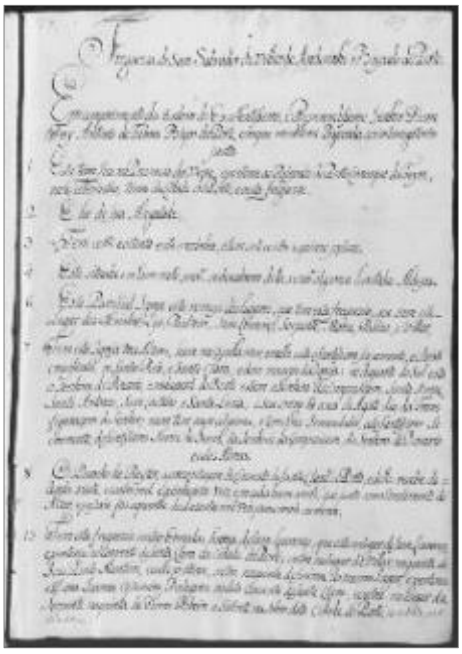


Figura 82. Documento sobre a existência da Quinta de Soeime em 1758. (Anexo 75)

3.2.3.1. Autos do Património da Capela

O pedido para a construção da Capela, com invocação a S. João Baptista, foi feito por João Araújo Ferraz e sua mulher, D. Ana de Azevedo, na data de 1700, e não 1722 (Figuras 83 e 84)[39], como está escrito na primeira folha do documento. Resumidamente, o requerimento diz que João Araújo Ferraz, que pela licença concedida no pedido que apresenta para a Capela na sua Quinta das Fontes, a qual está conforme a dita licença e com toda a decência e capacidade para se poderem celebrar os Sacrifícios da Santa Missa, tendo que ser primeiramente visitada e benzida para lhe ser concedida a licença. Também refere que tem rendimentos para pagar o imposto da fábrica da Capela, de quatro mil reis anuais, por si e pelos seus sucessores. Naturalmente, estes rendimentos são referentes à produção

[38] Documento de Arquivo do Instituto dos Arquivos Nacionais da Torres do Tombo (IANTT) de 1758 - Memórias Paroquiais da freguesia de Vilar de Andorinho, vol. 41, nº 280, 1729-1731.
[39] Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/697.

que a Quinta consegue render, pois em todos os contratos à época, a garantia de ter terra para trabalhar era, por si só, suficiente.



Figura 83. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Soeime, página inicial. (Anexo 76)



Figura 84. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Soeime, p. 2. (Anexo 77)

3.2.3.2. Características tipológicas da Casa

A Casa é composta por dois pisos, um rés-do-chão e um 1.º andar, sendo o acesso ao primeiro piso feito através de uma dupla escadaria central de composição simétrica. Tem telhado de quatro águas; articulação longitudinal; elemento de transição com arco abatido no piso do rés-do-chão; estrutura em alvenaria de pedra na fachada; pilastras em granito rematadas com pináculos; molduras dos vãos em granito e caixilharia de guilhotina em madeira pintada; e janelas de sacada rematadas com frontões triangulares (Figura 85).



Figura 85. Fachada principal da Casa da Quinta de Soeime.
Fonte: Imagem da Autora.

Trata-se de uma quinta com 41 hectares, com uma ampla mata integrada pelas mais variadas espécies arbóreas e fetos, imensos tapetes de campos de cultivo, árvores de fruto e grande roseiral. Desde a entrada do portão até ao pátio da Casa existe uma distância que é resolvida por um eixo de grande extensão com ligação ao pátio e à fachada da Casa. De frente para a Casa encontra-se, encostada a um muro, uma fonte em granito com nicho, com a imagem em barro de S. João Baptista, brotando a água de três bicas para um artístico tanque de Arquitetura Barroca (Figura 86).



Figura 86. Fonte com três bicas no pátio da Casa da Quinta de Soieme.
Fonte: Imagem da Autora.

A Casa, com formato em L, é composta por um telhado de quatro águas. As traseiras da Casa têm ligação ao jardim através de uma escadaria com degraus convergentes e divergentes, que liga a Casa a um jardim de buxo, com cameleiras de espécies raras e flores de várias espécies. Como refere Costa Gomes, "um verdadeiro pulmão verde a antepor-se ao avanço selvático das construções de betão e tijolo, que são verdadeiras ilhas verticais" (Gomes, 1993a, p. 68) (Figura 87).



Figura 87. Fachada posterior da Casa da Quinta de Soeime.
Fonte: Imagem da Autora.

A construção arquitetónica é sobria, sem exuberâncias. Todavia, nos espaços exteriores, elementos como: as fontes; as escadarias posteriores com balaustradas; as esculturas que se encontram em nichos na escadaria da fachada, principal de ligação ao primeiro andar, promovem efeitos decorativos que marcam uma época, a Barroca. O acesso à Casa faz-se de duas formas: pelo rés-do-chão entra-se diretamente para um enorme salão Nobre, que por sua vez no interior tem uma escadaria que liga ao andar superior; e pela escadaria exterior que dá entrada direta ao primeiro andar, onde se encontram salas de receber e aposentos dos proprietários (Figura 88).



Figura 88. Interior do Salão da Casa da Quinta de Soeime – Imagem com o proprietário da Casa, Ilustre Sr. Joaquim Costa Gomes e a autora.
Fonte: Imagem da Autora.

3.2.3.3. Gramática arquitetónica da Capela

A Capela (Figura 89) tem como Orago S. João Baptista. Como está adossada à Casa, a ligação é feita pelo andar superior através do coro alto, e pelo exterior a nível térreo.



Figura 89. Passagem da Casa para o interior da Capela da Quinta de Soeime.
Fonte: Imagem da Autora.

A fachada da Capela está integrada de forma discreta na fachada da Casa, delineada verticalmente por pilastras de granito sem relevo. Observam-se duas colunas simétricas à porta com decoração também em granito. O vão da porta é rematado por cantaria simples. Sobre a porta encontra-se um entablamento que suporta uma decoração, que marca toda a fachada, com elementos como, volutas enroladas encimadas por pináculos e um óculo de luz redondo envolvido em cantaria de relevo, com uma cruz no centro. Pelos elementos construtivos significantes, à época, o Barroco predomina, em arte e estilo (Figura 90).



Figura 90. Fachada da Capela e portão de entrada lateral da Quinta de Soeime.
Fonte: Imagem da Autora.

Adossada à fachada, é visivel uma pequena Torre Sineira e a porta de acesso a um pátio lateral com entrada para a sacristia da Capela. No interior da Capela, de Estilo Barroco, o retábulo do altar-mor em talha de madeira está enriquecido com quatro colunas trabalhadas em espiral, rematadas com capitéis coríntios, decoradas com elementos vegetalistas, como pássaros e frutos, numa Arquitetura elaborada com seis nichos, de cúpula de concha, sendo que o de maior amplitude contempla a imagem central do altar, S. João Baptista, ladeado com as imagens de Santa Ana e S. Vicente. A decoração superior é composta por folhas de acanto, e a completar o altar, mais quatro nichos pequenos sem decoração de relevo (Figura 91).



Figura 91. Retábulo em madeira do altar-mor da Capela da Quinta de Soeime.
Fonte: Imagem da Autora.

3.2.3.4. Análise global

A classificação da Casa/Quinta de Soeime como ***Casa Nobre Rural*** provém de dados Históricos e vivenciais dos seus proprietários ao longo das épocas, tendo em atenção que o título de Nobre, como já fomos escrutinando, terá três conotações e, porque não, conceitos, que se podem dividir em três grupos: Nobreza titulada; Nobreza autárquica e local; e Nobreza de toga (Silva, 1994, pp. 318-319).

Neste contexto, relativamente à Nobreza encontrada nos proprietários desde 1630, só o Conde de Miranda, D. Diogo Lopes de Sousa poderá ter esse título por linhagem, e mesmo assim não há documentação que prove que a Casa de hoje já existisse nessa época. Em 1639, a Quinta é vendida a um comerciante do Porto, Nicolau Conforte, que por sua vez não cumpriu com o estipulado da venda, por isso teria sido vendida em hasta pública a Paulo Ferreira Brandão, oficial do exército, e mais tarde ficaria em posse de D. Joana Casimira, religiosa, familiar do último. Ainda em 1700, no pedido de licença para a Capela, aparece João Araújo Ferraz que não apresenta nenhum título Nobre de linhagem, nem é chamado como tal. Perante este quadro, desenhado com factos, a Nobreza aqui encontrada estará mais ligada à Nobreza autárquica e local, ou seja: senhores de terras que tinham sido agraciados com o título de Dom; comendadores da Ordem de Malta; vereadores; provedores de

confrarias e misericórdias e outras mais profissões, que elevam os cidadãos à Fidalguia (Silva, 1994, p. 320). Fica assim encontrada a Nobreza Senhorial de pessoas que viveram nesta Casa, mas não titulada com Nobreza de linhagem.

Agora, a definição adjetivada de ***Rural*** é, por sua vez, encontrada na Zona Interior do Concelho, no meio Rural, rodeada de terrenos agrícolas, com produção abastada e riqueza adquirida. A Casa de Soeime encontra-se na Zona Interior do Concelho, na mesma freguesia da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino (um dos nossos casos de estudo), ou seja, lado a lado: Quinta de Soieme *vs.* Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, ambas muito distintas e com características completamente díspares. O que será que as distingue? A época? A investigação o dirá… A função? O estudo se encarregará… O poder económico? Será uma possibilidade… A condição social? Questões que naturalmente estão a ser exploradas com alguma clarividência, ao longo deste trabalho.

3.3. Duas Casas na Zona Marítima da Costa Atlântica

A Tabela 5 apresenta algumas informações gerais sobre as duas Casas selecionadas na Zona Marítima no Concelho de VNG, nas freguesias de Gulpilhares e S. Félix da Marinha, apresentando-se nos itens seguintes uma descrição detalhada de cada uma das Casas.

Tabela 5. Características gerais das Casas selecionadas nas freguesias de Gulpilhares e S. Félix da Marinha.

DUAS CASAS/QUINTAS NA ZONA MARÍTIMA DO CONCELHO DE VNG						
Freguesias	**Designação[a]**	**Ano[b]**	**Nome do Requerente**	**Orago**	**MP-1758[c]**	**PDM[d]**
GULPILHARES	Quinta da Portella	1682	Gonsallo Chamorro de Queiroz	S. Miguel	SIM	SIM
S. FÉLIX DA MARINHA	Casa e Capela S. Tomé	1786	Maria Araújo	S. Tomé	NÃO	SIM

[a] Optou-se pela designação mais antiga; [b] Ano do auto do Património Capela; [c] Memórias Paroquiais de 1758; [d] PDM - Plano Diretor Municipal.

3.3.1. Casa/Quinta da Portela

A Casa/Quinta da Portela (Figuras 92 e 93) localiza-se na freguesia de Gulpilhares, em VNG. A sua implantação geográfica encontra-se ligeiramente afastada, cerca de dois quilómetros da Costa Marítima (Anexo 18).



Figura 92. Localização geográfica da Casa/Quinta da Portela.
Fonte: Google Maps (2021).

A Casa está construída dentro da Quinta, sendo que, inicialmente o acesso era feito pela rua da Portela onde existia um cruzeiro no enfiamento do portal de entrada para a Casa, a que se acedia através de um percurso retilíneo. Entretanto, pela necessidade de novos traçados urbanísticos, a Quinta é atravessada por vias de grande impacto territorial – IC1 e ER-18. Todavia, esta articulação com a rua da Portela é quebrada, perdendo-se assim a lógica do assentamento inicial, ou seja, a Quinta tornou-se um enclave entre grandes infraestruturas viárias. Nesse sentido, a rua da Portela desapareceu como via de acesso à Quinta; o cruzeiro primitivo existe, mas acabou por ficar totalmente descontextualizado, assim como todo o sistema referencial da Quinta e construções envolventes[40].



Figura 93. Casa/Quinta da Portela.
Fonte: Imagem da Autora.

[40] PDM - Plano Diretor Municipal.

Para se compreender quem usufruía do poder das terras (Figura 94), é importante entender que o poderio estava nas mãos do Cabido, e esta freguesia de Gulpilhares, como nos descreve Barbosa da Costa, é um dos exemplos de análise sobre as divisões da terra e o que se teria de pagar por elas:

> Em 1785, o Cabido alcançou quatro sentenças, contra Fernando Álvares de Oliveira para pagar 5,5 rasos de todo o pão pelas terras dos Casais de Cima; contra António Fernandes pelo mesmo motivo, e contra José Rodrigues, de Ervilhaca, de Grijó e ainda 2 alqueires para pagar 4 rasos de todo o pão que devia de votos de terras que possuía no Casal do Ribeiro. Em 7 de outubro de 1790, fez-se o auto de apegação, medição e de vedoria do casal da Portela de Cima que estava na posse de Pedrossem da Silva, fidalgo da Casa Real e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e de sua mulher D. Maria de Caminha. Pagavam de foro ao Cabido. 50 reis, 5 alqueires de trigo, 2 de segunda terçado, que eram duas partes de milho e uma de centeio, outro tanto de lutuosa, laudémio de 4,1 e ainda 2 de milho e 2 de cevada de votos.
> As últimas renovações haviam sido feitas em 1698 a João Chamorro de Queirós e sua mulher Mariana Lourença e em 1749 a D. Maria Quitéria Joaquina de Caminha, mãe da eufiteuta de então. A propriedade era constituída pelas parcelas seguintes: Casas de sobrado, cozinha térrea com porta virada ao mar, divididas por um grande quintal murado e arvoredo com muitas árvores de frutos. (Costa, 2004, p. 275)

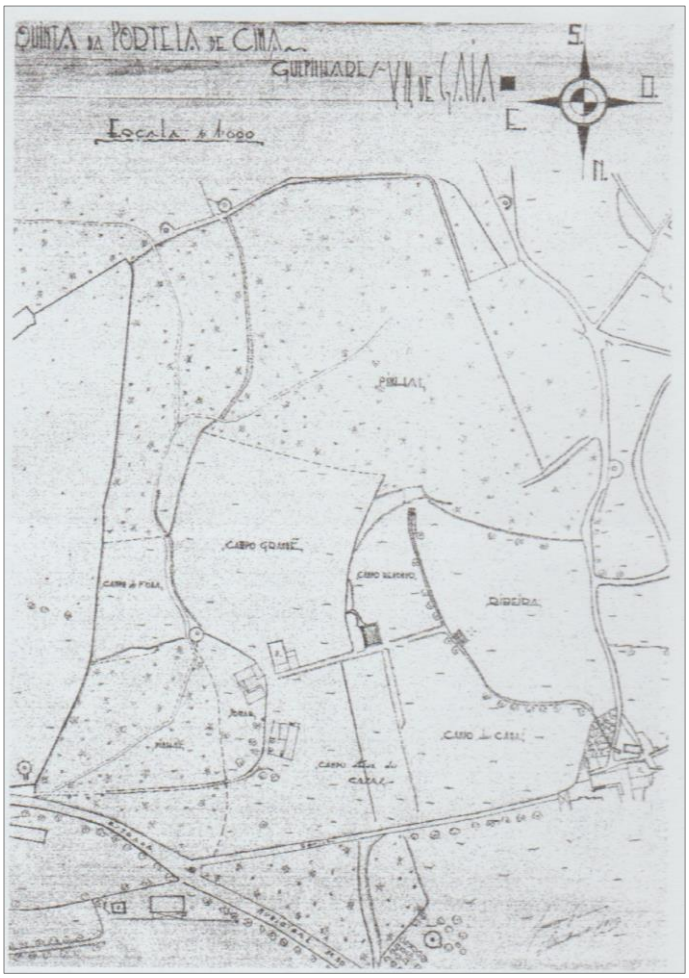


Figura 94. Planta da Quinta da Portela.
Fonte: Costa (2004, p. 275).

Com esta descrição sobre o que se encontra dentro da Quinta, sobretudo do construído, fica-se com a noção da existência de Casas térreas e outra com sobrado, ou seja, com um piso e um andar. Todavia não se encontra mencionada a Charola que faz parte da Capela, mas que se encontra integrada na Casa. Nesse sentido, é possível que alguns acrescentos arquitetónicos ao longo das épocas tenham acontecido, o que, por uma questão de prudência, seria merecido um estudo ao pormenor sobre a tipologia arquitetónica e os materiais construtivos, tentando classificar com uma data mais precisa, a sua construção. Esta Casa e Capela na Quinta da Portela, necessitam de um estudo mais aprofundado, um desafio possível, talvez para futuras investigações.

3.3.1.1. Autos de Património da Capela com invocação a São Miguel

Se é difícil encontrar documento sobre a data da construção da Casa, temos o privilégio de ter encontrado, no Arquivo do Paço Episcopal do Porto, o documento do pedido de autorização para a Capela que se encontra dentro da Quinta, junto à Casa.

Neste sentido, o proprietário Gonsallo Chamorro de Queiroz, na data de 1682, faz o pedido de licença para a Capela (Figuras 95 e 96)[41], onde refere que a sua Ermida se encontra dentro da Quinta, e que nela há mais de 50 anos se rezava missa até 1680. Depreende-se que esteve dois anos parada, pelo motivo de se ter deteriorado, não tendo condições para as celebrações e por não cumprir com os requisitos do ritual romano. No entanto, já existia uma licença da Capela desde 1629 (Figura 97)[42] concedida a Manoel Thome Chamorro (possivelmente pai de Gonsallo Chamorro), sendo que para a fábrica da Capela, o dote era de sete alqueires de trigo e duas galinhas cada ano. Gonsallo Chamorro, no seu pedido, fez referência a estes autos originais, pedindo uma transição da licença, comprometendo-se a fazer obras, ornamentar o altar frontal, ter paramentos, cálix e missal, uma vez que há já dois anos a Capela estava inativa.

O Bispado antes de mandar passar a licença – como era comum – ordenou uma visita à Capela, para vistoriar se tudo estava devidamente bem feito, mas verificando que o dote anterior não seria suficiente, propôs quatro mil reis para a fábrica da Capela, uma garantia para manter assim o seu bom funcionamento e reparações sempre que fossem necessárias.

[41] Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/455.
[42] Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/455.



Figura 95. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página inicial. (Anexo 78)

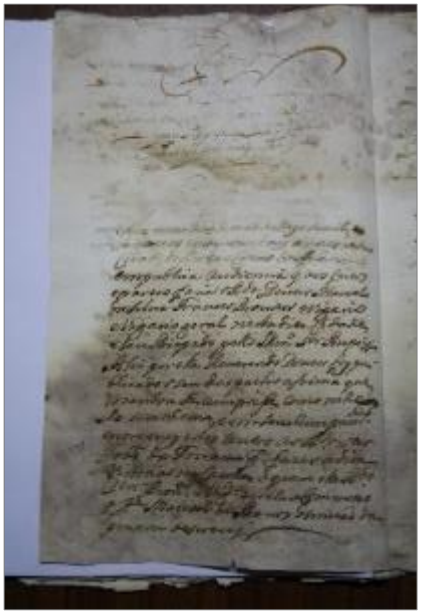


Figura 96. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número. (Anexo 79)

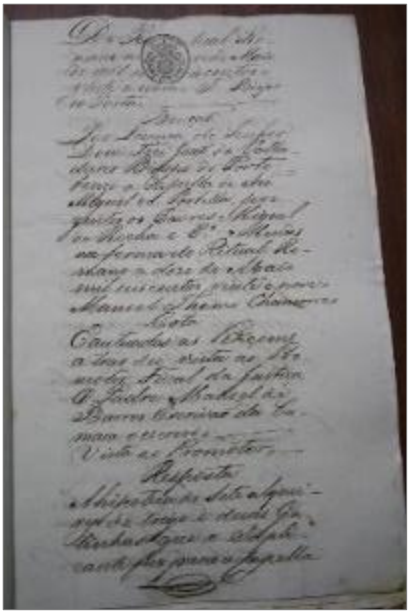


Figura 97. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número. (Anexo 80)

3.3.1.2. Caraterísticas tipológicas arquitetónicas da Casa

Conforme acima já referido, as últimas renovações no final de seiscentos, mandadas fazer por João Chamorro de Queiroz, podem também aqui colocar dúvidas sobre se, nas ditas

renovações, existiram alterações significativas. Todavia, a Casa é sempre referida nas licenças solicitadas para a Capela, onde a sua existência se reporta pela primeira vez a 1629.

No presente, a Casa tem uma tipologia agrícola assente numa ruralidade inequívoca. Articula-se em torno de um pátio que se interliga com um outro, onde se situa o portal principal de acesso à Casa e que remata o antigo percurso de ligação à estrada. Os pátios, com diferentes volumetrias e funções, formam um conjunto fechado para o exterior. As estruturas são em alvenaria de pedra rebocada e pintada a branco; as construções de dois pisos têm telhado de quatro águas e as de um piso, de duas águas com telhas de barro vermelho; as janelas têm um formato em guilhotina; e as caixilharias observadas do exterior são em madeira pintada de vermelho (Figuras 98 e 99).



Figura 98. Casa/Quinta da Portela.
Fonte: Costa (2004, p. 276).



Figura 99. Entrada da Casa/Quinta da Portela.
Fonte: Imagem da Autora.

3.3.1.3. Caraterísticas tipológicas arquitetónicas da Capela

Na impossibilidade de, quando se fez a visita à Casa, podermos ter acesso ao interior, analisamos o conteúdo escrito no PDM que juntamente com o registo fotográfico que se fez no local, permite fazer a seguinte descrição:

A cúpula semiesférica da Capela está integrada no corpo da Casa. O pátio onde se situa o portal de entrada é enquadrado por volumetrias chãs (de um piso) e coberturas de duas águas que tinham a função de arrumos de alfaias agrícolas, antigos celeiros e estábulos. Liga-se ao pátio da Casa, através de dois portões sendo um deles de duas folhas, denominado portão carral, de onde se acede à Capela e à Casa, através de uma escada exterior. Aqui as volumetrias são de dois pisos e a cobertura de quatro águas, sendo de referir a cobertura em calote esférica revestida a telha de canudo da Capela, a qual está situada a eixo dos pátios e no enfiamento do caminho de acesso à Casa da Quinta. A Arquitetura erudita tem uma tipologia agrícola, e a estrutura da Casa é feita em alvenaria de pedra rebocada de branco. Os telhados das volumetrias de dois pisos são de quatro águas e os de um piso, de duas águas. O muro do pátio da Casa é em pedra rebocada de branco com pilastras e coroamento em granito aparente; o pavimento do pátio da Casa em saibro; e o pavimento do pátio de entrada em cubo de granito[43].

3.3.1.4. Análise global

A Casa/Quinta da Portela encontra-se na zona geográfica da Costa Marítima, a cerca de dois quilómetros da Costa. A dimensão do terreno propício à agricultura e a composição de pátios com diferentes volumetrias e funções formam um conjunto fechado para o exterior, ou seja, uma Arquitetura moldada para o interior onde as estruturas que se visualizam no piso térreo são de Arquitetura menos cuidada. Teriam, como era habitual, a função de arrumos de alfaias agrícolas, espaços para guardar os bens alimentícios que a terra produzia (antigos celeiros) e lugares para a guarda de animais (estábulos). Com estas referências, a tipologia global não renega toda a ruralidade que a envolve.

A designação para este complexo edifício, e porque os documentos nos levam a analisar a função deste território onde a Casa e a Capela são elementos estruturantes para o nosso estudo, poderá ser interpretada como uma ***Casa Nobre Rural.*** Casa Nobre, e voltando à definição das três classes associadas ao conceito da Nobreza, porque a Nobreza existe

[43] PDM - Plano Diretor Municipal.

quando o poderio económico consegue elevar a sua condição de cidadão normal a cidadão Burguês, classe que Francisco Ribeiro da Silva coloca como "Nobreza autárquica ou local", e que neste caso engloba os que têm poder económico adquirido ou herdado, sem linhagem titulada, como será o caso do proprietário desta Casa. Teremos de ter em linha de conta que este título de Nobre é também adquirido por ter erigido uma Capela, prodígio que não era para todos, ou seja, só mesmo para quem mostrasse sinais de riqueza, não só pela construção, mas pela sua manutenção e compromisso para com o Bispado, pagando anualmente impostos para ter essa condição.

3.3.2. Casa/Quinta e Capela de S. Tomé

A Casa/Quinta de S. Tomé (Figuras 100 e 101) localiza-se na freguesia de S. Félix da Marinha, em VNG. Esta freguesia geograficamente encontra-se na Zona Marítima (Anexo 35).



Figura 100. Localização geográfica da Casa/Quinta de S. Tomé.
Fonte: Google Maps (2021).



Figura 101. Casa/Quinta de S. Tomé.
Fonte: Imagem da Autora.

A Casa está a uma cota elevada face à EN1-15 e faz cruzamentos com vários arruamentos que estabelecem a ligação com outros núcleos rurais. A nascente mantém no essencial toda a estrutura Rural pré-existente, enquanto a poente sofreu uma forte transformação urbanística, alterando a escala e a relação visual que a Capela mantinha com o mar[44].

Posteriores à Casa, encontram-se espaços verdes, com probabilidade de, à época, serem espaços de produção agrícola, como aliás é referido no documento dos Autos de Património da Capela, onde é mencionada uma dimensão de terrenos que produziam: milho; trigo; centeio; pomares de frutos; e outros.

Foram feitas consultas às Memórias Paroquiais de 1758, que não nos indicam a existência desta Casa e da Capela, pois a sua construção naturalmente é posterior ao inventário mandado fazer por Marquês de Pombal, ou seja, um inventário realizado a nível Nacional que se encontra nos arquivos da Torre do Tombo.

A Proprietária da Casa/Quinta era Maria de Araújo, herdeira de seu tio Manuel Francisco, que por sua vez já tinha herdado de seu primo Manuel António. A data que se conhece é de 1786, pelos Autos de Património, quando Maria de Araújo solicita a edificação da Capela, com o Orago São Tomé. Todavia, nesse pedido não faz referência à Casa, depreendendo-se que, ou a Casa já existia e a Capela foi construída adossada à Casa, ou só existia a Quinta com muito terreno, campos lavradios e outros, conforme é referido nos Autos, sendo que posteriormente com a autorização para edificar a Capela, a Casa tenha sido construída junta.

[44] PDM - Plano Diretor Municipal.

3.3.2.1. Descrição tipológica e arquitetónica da Casa

Sobre este património edificado pode o mesmo ser considerado um legado quase único na freguesia de S. Félix da Marinha.

A sua tipologia demonstra uma construção Rural, muito embora de pessoas abastadas pela importância que adquire com a Capela adossada à Casa.

Toda a estrutura está construída em alvenaria de pedra rebocada e pintada a branco, beiral em telha, telhado de duas águas e planta em L.

A fachada da Casa apresenta um corpo mais elevado que acompanha a estrutura do telhado da Capela (Figura 102), assim como pelo seu interior existe a necessária passagem da Casa para o coro alto da Capela, onde os proprietários assistiam às cerimónias religiosas. A tipologia da Casa contempla dois corpos, um mais elevado e outro mais rebaixado, com dois pisos, sendo o térreo de apoio à agricultura, com adega e arrecadações, e o superior, andar de habitação. Registam-se em toda a fachada quatro janelas de guilhotina de diferentes dimensões, rematadas com pedra lisa, dois vãos de dimensões diferentes, um no corpo mais elevado, e outro muito pequeno no fundo da estrutura mais baixa. A porta de entrada para a Casa é igualmente rematada com cantaria simples.

A fachada da Casa é de uma sobriedade completa contrapondo com a fachada da Capela com elementos identificativos da época, onde recai toda a atenção e observação.



Figura 102. Porta da entrada principal da Casa/Quinta de S. Tomé.
Fonte: Imagem da Autora.

3.3.2.2. Os Autos do Património da Capela

O pedido para erigir a Capela com invocação a São Tomé foi feito por Maria Araújo em 20 de junho de 1786.

Os tramites necessários foram cumpridos, as doações devidamente referidas no pedido, e o edital foi lido na homilia dominical e afixado por oito dias na porta da Igreja, como era comum, pois no caso de surgir alguém a reclamar terrenos ou parcelas, bens ou património, supondo-se donos, os proprietários pudessem contestar atempadamente. E foi o caso de Maria Araújo, pois surgiu uma familia afastada que dizia ter por direito a herança que o tio de Maria de Araújo lhe deixou. Enquanto não foi resolvida toda esta problemática de quem seriam os terrenos deixados por herança, o Bispado não autorizou o pedido da licença para Maria Araújo erigir a sua Capela. Não foi possivel verificar quanto tempo passou até à resolução, mas a verdade é que os "interessados" na disputa da herança, quando se aperceberam do dinheiro que tinham de dispor para levar por diante a disputa, desistiram do processo (Figuras 103 e 104)[45].

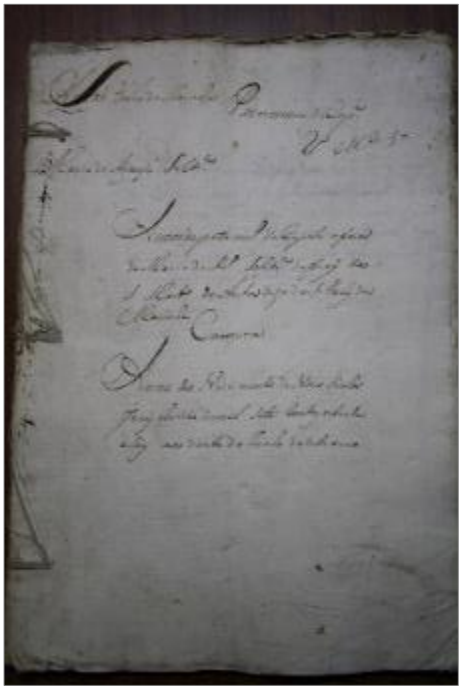


Figura 103. Documento sobre o Auto do Património da Capela de S. Tomé, página inicial. (Anexo 81)



Figura 104. Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número. (Anexo 82)

[45] Documento de Arquivo: AEP – PT/AEP/DP/CUR-SGC/473.

3.3.2.3. A gramática arquitetónica da fachada da Capela

A fachada da Capela está delineada por duas pilastras, encimada por um frontão triangular. A base deste frontão é composta por um entablamento rematado por uma cornija, mas vazado por um óculo de luz. Este frontão é composto por três partes: Cimalha (base); Empenas (lados ou rampas inclinadas); e a superfície central identificada como Tímpano. No alinhamento das pilastras encontram-se dois pedestais, plataformas sobre as quais se elevam dois pináculos. No vértice central do frontão, eleva-se uma cruz de dimensões acentuadas, que dá identidade à Capela (Figura 105). Na parte lateral da Capela, junto ao telhado, encontra-se um pequeno campanário com o sino, assim como uma janela lateral de iluminação para o seu interior (Figura 106). A porta da Capela, em cantaria simples, é coroada por um frontão entrecortado, rematado por um semicírculo.



Figura 105. Fachada da Capela da Casa/Quinta de S. Tomé.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 106. Fachada lateral da Capela da Casa/Quinta de S. Tomé.
Fonte: Imagem da Autora.

3.3.2.4. Análise global

Numa lógica a seguir, poder-se-á considerar este edifício como uma ***Casa Nobre Rural***. Nobre porque quem adquiria ou herdava terras, casas ou bens, em épocas tão remotas, suspirava ascender ao estatuto de um Nobre, Burguês ou Fidalgo, e manter esse estatuto não seria tarefa fácil porque obrigava a compromissos sociais onde a aparência e o *status* se impunham. Assim a caracterização de Nobreza está implícita no que se expôs, já o conceito de Rural atende-se pela dimensão de muito terreno a Nascente (conforme é descrito nos Autos do Património) e pela construção pouco ousada, sobretudo na fachada, que aparenta ser muito fechada, com pouca luz, sinal de salvaguarda dos produtos agrícolas que não convinha apanharem luz para não se deteriorarem, assim como a guarda de utensílios e naturalmente de alguns animais. Uma Casa construída com esta configuração não se pode considerar uma Casa de Veraneio ou de receber, mesmo que a sua localização junto ao mar pudesse ter essa função, pois as características falam por si, não tem como objetivo captar a luz que grandes janelas e varandas emanam para o interior da Casa, ou seja, é uma construção fechada, voltada para si mesma, mas ainda hoje com espaços verdes, com probabilidades de, à época, serem espaços de grande produção agrícola.

4. CONCLUSÃO SOBRE AS DIFERENÇAS ENCONTRADAS NO ESTUDO DAS OITO CASAS NAS TRÊS ZONAS GEOGRÁFICAS DISTINTAS

As diferenças encontradas nas oito Casas estudadas (Figuras 107 a 114) manifestam-se em características tais como: a sua implantação em locais distintos; as tipologias

arquitetónicas; as funções para as quais foram construídas - Casa Nobre Rural ou Urbana, Solar, Paço, Casal ou Quinta.

Conclusivo, se assim se pode alegar, é o facto de que estas Casas têm em comum a habitação e a Capela que as diferenciam das Casas populares, assim como em comum também o título de Casa Nobre, sendo que, pelo estudo efetuado, o conceito de Nobre ficou esclarecido pelas três condições encontradas: Nobreza de sangue e titulada; Nobreza de toga (letrados e cargos distintos); e Nobreza adquirida (Burguesia, honras e dons adquiridos).



Figura 107. Qt.ª St.º Inácio (Casa a)).
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 108. Qt.ª Agraceira (Casa b)).
Fonte: Liberdade (2008 citado por Costa et al., 2009, p. 418).



Figura 109. Qt.ª Gândara (Casa c)).
Fonte: Imagem cedida pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN).



Figura 110. Qt.ª Codeçais (Casa d)).
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 111. Qt.ª Solar dos Condes de Resende (casa e)).
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 112. Qt.ª de Soeime (Casa f)).
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 113. Qt.ª da Portela (Casa g)).
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 114. Qt.ª de S. Tomé (Casa h)).
Fonte: Imagem da Autora.

As Casas a), b) e c) encontram-se na Zona Fluvial, junto ao Rio Douro; as a) e b) sobranceiras ao Rio; e a c) numa cota mais elevada, ou seja, no centro da Vila de Avintes. Estes três exemplos de Casas de setecentos, arquitetonicamente têm tipologias entre elas completamente diferentes. A Casa a) apresenta um conceito predominante de Casa Rural, onde a sua composição denota claramente uma Arquitetura de dois pisos, um com funções de guarda de alimentos, utensílios, cozinha e outros, ou seja, o piso de armazenamento e dos trabalhadores, e o outro piso exclusivo aos proprietários. A fachada analisada ao pormenor contempla dois corpos salientes, um de cada lado do bloco central, o que gera um efeito visual como que de duas Torres se tratasse, herdando a tipologia da Casa-Torre, que se desenvolve na Época Medieval Tardia, nos séculos XIV e XV, ou seja, a Torre que inicialmente era de habitação do Nobre e com função de defesa, mas com pouca comodidade, começa a desenvolver dependências estruturais horizontais, num plano mais baixo em relação à estrutura da Torre, adossadas à mesma, ora com a Torre no centro, ora com duas Torres e o pavilhão no meio, ou somente a Torre adossada a um complexo horizontal. A

Casa Nobre teve este desenvolvimento, com melhoramentos ao longo dos tempos, mas sempre com a necessidade de uma tipologia que marcasse a descendência da Nobreza nobilitada, o que, na análise que fomos fazendo, até a Capela acabou por ser, digamos, como que uma "imitação" da Torre, outrora só um bloco quadrado alto, de habitação fraca, mas boa em defesa, a que só os Nobres tinham direito e que pouco a pouco foi sendo aumentada para mais comodidade, acabando por se tornar num símbolo não só da Nobreza de linhagem, como na representação do poder. A Casa a), com data referenciada de 1691, poder-se-á considerar com esta tipologia de descendência da Casa-Torre. É portadora de Brasão de família, logo se analisarmos e refletirmos sem descurar o que até agora se foi aprendendo, para além de ser uma Casa Nobre Rural, também pode ser classificada como Solar, palavra que deriva de "Solum" que significa "Chão", chão este que contempla uma herdade de exploração agrícola, com edifício de família com Brasão, identificando a Nobreza de quem habita o Solar. A palavra Quinta, em termos globais, significa sempre um espaço de terra para produção, com uma habitação. Neste sentido, a designação para esta Casa seria, na nossa análise, como Solar da Quinta de St.º Inácio.

Sobre a Casa b), denota-se um contraste completo em relação à Casa a), com duas questões visíveis de imediato: o solo onde está construído o edifício é em socalcos; e a sua construção é mais recente em relação à Casa a). Concentrando-nos na fachada principal do corpo maior na cota inferior onde se integra a Capela, na nossa análise (construção primitiva), a Arquitetura demonstra uma tipologia que defendemos ter, tal como a Casa a), descendência da Casa-Torre, com a Capela que sobressai no meio dos dois blocos de habitação, tomando o lugar da Torre. Pela pesquisa que se efetuou, a sua função era também de produção agrícola, com a diferença de que, segundo a documentação consultada, existiam Casas dentro da Quinta, Casas essas de caseiros que tratavam de trabalhar a terra, sendo que a propriedade era pertença do Clero que a utilizava para descanso e lazer, assim como de fonte de rendimento dos produtos da terra. A sua classificação passará sempre por ser uma Casa Nobre Rural e de descanso, Nobre pela Nobreza titulada da classe do Clero, e Rural pela produção, mas também "Casal", designação que está ligada à habitação individual com Casas à sua volta de menor dimensão (dos caseiros), que se situavam dentro do espaço designado como Quinta, que compunha uma organização administrativa de exploração agrícola. Os caseiros trabalhavam para sobreviverem e os rendimentos eram entregues ao "Senhor". A classificação que se poderá aplicar, neste caso, será Casa Nobre Rural na Quinta da Agraceira.

A Casa c), deslocada um pouco da encosta do Rio Douro, não deixa de ter semelhanças com as Casas a) e b) no que respeita à sua função de alguma ruralidade, pois a sua dimensão geográfica era propícia à produção agrícola, daí ter a designação de Quinta. Todavia, a sua implantação está num local Urbano, que outrora ainda mais se poderia considerar, uma vez que estava no centro da Vila onde tudo acontecia, e outras Casas a circundavam fora do espaço da Quinta. A sua tipologia diverge completamente das Casas a) e b), talvez pelo local onde foi edificada, com pretensões de maior visibilidade, sumptuosa. No entanto, a Capela volta a ocupar o lugar da Torre, outrora habitação Nobre, com a clarividência de uma estrutura composta pela Casa construída horizontalmente, adossada à Capela, que antes de ser usual, seria uma Torre coroada com ameias, no início com a função de defesa, mais tarde colocadas como decoração, sinalizando-a como Casa Nobre. Esta tipologia de corpos salientes simétricos, uns com a Capela outros ficticiamente construídos, como é o caso da Casa a), são claramente a continuidade descendente da Casa-Torre, ou seja, a Casa fortificada a que só os Nobres tinham direito. A classificação, em termos de comparação com as outras duas, será naturalmente uma Casa Nobre Urbana, mas com funções de ruralidade, pelas razões expostas.

Passando à Zona do Interior do Concelho, onde se encontram as Casas d), e) e f), consideradas também da época de setecentos, mais uma vez se denota uma Arquitetura entre elas completamente díspar e muito mais diferenciada das anteriores a), b) e c), da Zona Fluvial, como se pode verificar.

Assim, as Casas d), e) e f), com os mesmos atributos básicos de todas até agora comentadas - habitação, Capela, e título de Nobre - têm outras singularidades no que respeita à tipologia empregue em cada um dos exemplares. A Casa d) apresenta uma construção quase em bloco, tem a particularidade de ter uma entrada central no piso térreo, através de uma porta larga denominada por porta-cocheira, uma tipologia própria e usada, à época, na construção da Casa de lavoura, e que seria o local por onde os animais saiam e entravam de e para o local posterior à Casa, com espaços agrícolas e anexos, como aliás acontece com a Casa e), embora de diferente Arquitetura, que usa a mesma porta-cocheira no rés-do-chão, na fachada frontal, que atravessa a largura da Casa para um pátio, com acesso aos campos que naturalmente, à época, seriam de grande dimensão, segundo informações documentais. Continuando na análise da Casa d), como se verifica, a importância da Nobreza está implícita no Brasão do frontão da Capela que, só por si, dá o garante do título Casa Nobre. A Capela ocupa e sobressai da estrutura da Casa, sendo que, mais uma vez, defendemos a tipologia da

descendência da Casa-Torre, onde a Capela toma o lugar da Torre, que era a residência da Nobreza. A sua função não deixa dúvidas sobre a sua ruralidade, mas a localização atual é considerada mais Urbana, mais aberta ao exterior, por isso a sua classificação aproxima-se a uma Casa Nobre Urbana.

Sobre a Casa e), comparativamente com as d) e f), a sua tipologia arquitetónica difere em absoluto e, aqui sim, a Casa tem uma ruralidade extraordinária no sentido de se encontrar murada em toda a sua periferia, definindo bem os campos que se estendem nas traseiras e os jardins, principalmente o jardim do lado lateral esquerdo posterior à Casa, sendo esta uma Casa que se volta para o interior de si mesma. Nesta Casa não se encontra qualquer relação com o conceito de Casa-Torre, a Capela tem um lugar independente da Casa porque está construída extramuros, muito embora com uma entrada privilegiada dos proprietários, através do pátio da Casa. A sua ruralidade acaba por estar patente na Arquitetura da Casa, com a tipologia bem definida de construção de dois pisos, um para serviços, outro de serventia à Nobreza. A designação que já lhe é atribuída, de Solar, é reconhecida pelo facto de, como já referimos nos comentários à Casa a), o Solar estar construído num espaço que contemplava uma herdade de grande dimensão com exploração agrícola, identificada com um Brasão, por isso a sua designação legítima ser Solar dos Condes de Resende.

Quanto à Casa f), com os atributos básicos de todas as Casas até agora comentadas, a Arquitetura da Casa recai numa construção com toda a horizontalidade que se lhe reconhece, específica da época a que se reporta, dentro de uma Quinta de grande dimensão (41 hectares), adequada à exploração agrícola. Não sobressai da fachada qualquer corpo que pudesse fazer ligação à Casa-Torre, muito pelo contrário, o local onde se encontra a Capela é discreto, identificado somente com uma cruz na parede que normalmente era colocada no beiral do telhado com elevação. Todavia, nada nos garante que esta construção da Capela adossada à Casa seja primitiva, pelo contrário, sendo uma Casa que documentalmente se reporta à sua existência em 1630, portanto séc. XVII, a probabilidade de ter sido alterada é consistente. Observando a monumentalidade da Casa verifica-se que ou terminava no local onde agora a Capela está edificada, ou a presença da Torre teria sido uma evidência que veio a ser modificada, saindo um pouco dos cânones da Casa-Torre, habitação Senhorial que, à época, era uma constante e que foi confirmado pelos Autos de Património, cujo pedido para a construção da Capela tem a data de 1700, bem mais tarde do que a existência da Casa. A função da Casa era de habitação permanente, de produção agrícola, Nobre pela Nobreza titulada do Conde de Miranda, sendo certo que a existência do Brasão é desconhecida. Neste

sentido, a sua classificação que nos poderia levar a caracterizá-la por Solar fica um pouco dúbia pelos elementos tipológicos e heráldicos em falta, sendo certo que a atribuição do nome Casa Nobre Rural é uma constatação, pela sua Nobreza já referida, e Rural por se encontrar num complexo de grande dimensão denominado como Quinta.

Por último, as Casas g) e h), que se encontram na Zona Marítima do Concelho, partilham os atributos básicos equivalentes e relacionados com as Casas já comentadas, ou seja, são Casas de habitação que contemplam a Capela e estão ligadas a uma específica Nobreza. No entanto, deparamo-nos com uma revelação de construção única da Capela, e falamos inevitavelmente da Casa g), que no nosso entendimento merecia um estudo mais completo e aprofundado, mas que excede os limites que propusemos para o presente trabalho, pela seleção já comprometida com os nossos casos de estudo, apresentados na Parte III da Tese, nos capítulos I, II e III. No entanto, numa primeira abordagem para uma classificação plausível, esta Casa sinalizada como g), que se encontra a dois quilómetros do mar, numa análise através da documentação consultada, sofreu alterações em 1698 e em 1749, constando que a Casa era assobradada com terreno agrícola. Ainda anterior a estas datas, temos o documento do contrato da Capela com o pedido de autorização para a celebração de atos religiosos, com a data de 1682, depreendendo-se que talvez a Capela já existisse junto à Casa, com esta configuração. A sua tipologia está equidistante das Casas estudadas até ao momento, por se encontrar inserida numa Arquitetura com vários corpos ligados entre si, incluindo a Capela com uma tipologia circular, que não se enquadra, de todo, com a tipologia de nenhuma daquela época. Esta Capela, ou oratório circular, apresenta uma tipologia arquitetónica identificada como Charola, pela sua planta centrada, habitualmente um oratório privativo dos Cavaleiros da Ordem de Cristo, Ordem esta que foi fundada em Portugal em 1319, com descendência da Ordem dos Templários. Na realidade *Pedrossem da Silva*, em 1790, tinha a posse desta propriedade e está identificado como Fidalgo da Casa Real e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo. Como atrás já referimos, esta Casa necessita de um estudo aprofundado, que neste momento não nos é possível desenvolver, para se encontrarem respostas às questões apresentadas. Todavia, em comum com outras, a Casa está construída em torno de um pátio, por isso voltada para o interior de si mesma, as construções principais contemplam dois pisos (o normal, à época), ou seja: o piso do rés-do-chão, de armazenagem e espaço dos empregados; e o piso superior, o dos proprietários. Classificar esta Casa não é tarefa fácil, mas não restam dúvidas de que é uma Casa Nobre

Rural, pela Nobreza adquirida, pela Capela integrada e pela dimensão do espaço dedicado à agricultura.

Quanto à Casa h), que se encontra junto à Costa Marítima, os atributos básicos estão em consonância com as outras, ou seja, é uma Casa de habitação com Capela, por isso associada à Nobreza. A Arquitetura da Casa obedece a uma construção horizontalizada predestinada à sua ruralidade pela forma sóbria estruturante, de contemplar um piso térreo de apoio à agricultura e um sobrado, como habitação da família. A tipologia arquitetónica da Casa é diferenciada das Casas que até ao momento se analisaram, pois apresenta um corpo mais elevado do que o outro, assim como ainda mais elevada se salienta a fachada da Capela. Em contraponto com as outras Casas e à luz dos dias de hoje, o enquadramento da Casa no espaço parece desfasado da realidade, uma vez que uma Casa na Zona Marítima é propícia à função de Casa de habitação e de Veraneio, o que não acontece nesta Casa, porque a sua função, embora de habitação, mais do que isso, é de uma Casa agrícola, repleta de ruralidade, com poucos vãos de iluminação para proteção das colheitas armazenadas. Também, e não menos importante, não poderá ser interpretada como uma Casa Rural comum, porque a Capela distingue de imediato essa caracterização. Na coerência do nosso estudo sobre o desenvolvimento da Casa de habitação dos mais afortunados, e falamos da Nobreza (com três classes distintas) que habitava na Torre, e do desenvolvimento dessa mesma Torre com acrescentos horizontais, que mais tarde vai dar lugar à Capela, demarca-se em absoluto esta tipologia de habitação, com as Casas populares, vulgares e comuns. Nesta Casa está, visualmente, patenteado o que se tem vindo a defender, ou seja, que a Casa Nobre inicialmente era só uma Torre e posteriormente vai sendo ampliada a partir da mesma, sendo que, a evolução própria e natural dos tempos vai deixar cair a Torre dando lugar à Capela. Atendendo ao referido, não se pode de forma alguma registar todas as Casas da época em estudo como Casas-Torres, umas porque ainda as mantêm, como é o caso da Casa de Campo Belo (Figura 115, Anexo 33), e outras porque têm a Capela a ocupar esse lugar. Contudo, é importante registar que esta tipologia da Casa com Capela, construída com um corpo horizontal, não deixa dúvidas que a sua descendência é herdada da Torre de habitação e defesa dos nossos antepassados. Neste sentido, a Casa h), pela dimensão do espaço da Quinta, com a função de produção agrícola, e pela Capela construída adossada à Casa, é classificada como uma Casa Nobre Rural, sendo que a denominação de Nobre ocorre pela pertença dos proprietários à classe da Burguesia com poder económico, como de resto se constata neste exemplo, pela dimensão desmesurada da propriedade herdada por Maria

Araújo, através de seu tio, que incluía, desde campos agrícolas a pinhais, conforme está escrito no contrato dos Autos de Património da Capela em 1786, sobre o pedido feito ao Bispado do Porto, para a construção da Capela.



Figura 115. Imagem da Torre da Casa De Campo Belo em VNG.
Fonte: Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de VNG [GHAVNG] (1986, p. 493).

Concluída a abordagem deste estudo preliminar de oito Casas construídas dentro do mesmo espaço temporal em três Zonas geográficas diferentes, constatou-se a importância de uma clarificação sobre a tipologia arquitetónica que envolveu cada Casa Nobre descendente da Casa-Torre Medieval onde a Capela na Época Barroca é construída no espaço da Torre originando três tipologias distintas: uma com Capela no centro de dois corpos; outra com uma Capela e um só corpo; e uma outra com Capela e um corpo central adossado a este com outra Capela fictícia simétrica à verdadeira.

Este estudo primário permitiu analisar a Arquitetura de cada Casa edificada, projetada e planificada para funções habitacionais a que estavam destinadas, por isso umas com a tipologia predominante de construção Rural, outras Urbanas e ainda outras de lazer ou de Veraneio. Permitiu, também, desbravar o caminho para os casos de estudo que contemplam uma análise mais profunda de três Casas uma por cada Zona Geográfica do Concelho, que se vai desenvolver na Parte III da Tese, com o Capítulo I dedicado à Casa Nobre dos Condes

do Paço de Vitorino; o Capítulo II à Casa Nobre do Choupelo de José de Azevedo e Sousa; e o Capítulo III à Casa Nobre do Fojo de William Nevill.

PARTE III

INTRODUÇÃO

Esta Parte III do trabalho de investigação, que culmina em três casos de estudo, vai ser dividida em três capítulos: o primeiro refere-se ao estudo da Casa Nobre dos Condes do Paço de Vitorino; o segundo à Casa Nobre do Choupelo, de José de Azevedo e Sousa e o terceiro à Casa Nobre do Fojo, de William Nevill. Estes três casos de estudo foram selecionados tendo em conta a sua localização em Zonas distintas que, por consequência, estão associadas a tipologias de construção com funções de habitabilidade diferentes.

Também, por ser pertinente, realçamos esta breve introdução que no fundo se aplica aos nossos três casos de estudo, proferindo que classificar e preservar todo o património que ao longo dos anos se vai acumulando, seria impensável! Todavia, não se pode ignorar a necessidade da proteção de algum, para que "Toda a comunidade humana, qualquer que ela seja, sempre teve e, antropologicamente terá de ter as suas referências de memória, isto é, os seus [monumentos], mesmo que estes sejam orais. Este seu Património cultural é a garantia da sua identidade" (Almeida, 1993, p. 411).

O que se pretende com isto dizer é que o ser humano necessita de alicerces de memória, lugares, razões e aferidores, ou seja, um Património que seja assumido em consciência numa garantia perspética de futuro. Hoje existe mais a noção de que é importante classificar, todavia fazê-lo para salvaguardar não chega! Será, no nosso entender, urgente uma consciencialização cultural do ser humano, aceitando e ligando o património à comunidade e ao lugar onde se encontra, onde cada grupo local deveria aceitar, estimar e não ter só a preocupação de classificar. "Ele não é uma simples reserva, mas deverá ser, antes, uma abraçável aceitação" (Almeida, 1993, p. 413).

Neste contexto, quando toda a sociedade tiver a noção que Património é o "Futuro do nosso Passado" (*slogan* do Ano Europeu do Património), sobretudo aquele Património com que diariamente nos cruzamos, que dá a identidade ao lugar e que, só por si, tem uma História verídica da sua existência, de raridade, por isso um testemunho vivo, como uma Casa, um Cruzeiro, uma Fonte, uma Igreja, um Pelourinho e outros… aí sim, podemos perceber quem fomos, o que fizemos e o que pretendemos ser ou fazer, porque:

> O Património é uma herança, é a [memória] da comunidade e é o que lhe padroniza a qualidade de vida. A ligação do Património à comunidade é uma radicalidade, mas ele só o é, verdadeiramente, quando esta o assume e toma consciência dele. (Almeida, 1993, p. 414)

Nesse sentido, o posicionamento no território das três Casas que doravante vamos desenvolver como casos de estudo, encontra-se sinalizado nas respetivas freguesias, nas Zonas: Interior; Fluvial; e Marítima, conforme mapa (Figura 116).

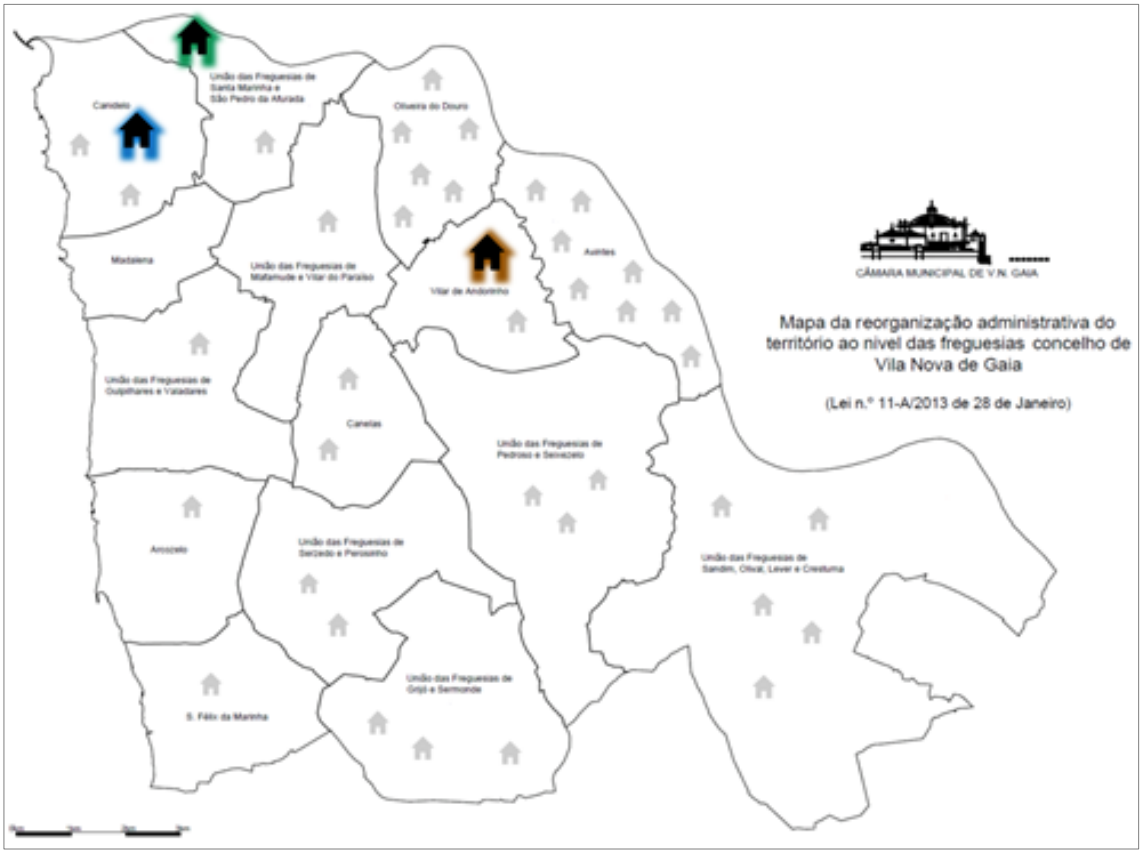


Figura 116. Mapa com as três Casas selecionadas para o caso de estudo.
Fonte: Imagem da Autora.
Legenda: Casa a castanho - Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino; Casa a verde - Casa/Quinta do Choupelo de José de Azevedo e Sousa; Casa a azul – Casa/Quinta do Fojo de William Nevill.

CAPÍTULO I.

Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino

A Quinta dos Condes do Paço de Vitorino – designação atual – encontra-se na freguesia de Vilar de Andorinho, na Zona Interior do Concelho de VNG, também referida como Quinta de Baixo, designação que a população se habitou a utilizar por se encontrar numa cota mais baixa relativamente à Quinta de Soieme, indicada por Quinta de Cima, ambas na mesma freguesia de Vilar de Andorinho. O Paço dos Condes de Vitorino está também registado como Quinta de Vilar e ainda como "Casal", uma designação mais antiga.

A Quinta dos Condes do Paço de Vitorino é uma das muitas Quintas com Casa de habitação construídas desde o século XV (só algumas chegaram aos nossos dias dada a sorte de serem preservadas), verificando-se que outras, infelizmente, se encontram em degradação total pelas intempéries e vandalismo, sem o respeito que lhes é conferido de um património histórico – exemplares únicos – ou seja, um legado não só pela sua vetustez, como pela sua História patrimonial e vivencial.

Com esta pequena introdução pretendemos enquadrar, de forma técnica e histórica, o caso de estudo da Casa da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, sensibilizando para o facto de ser um Património raro, mas em vias de desaparecimento.

Esta Quinta encontra-se em mau estado de conservação, em processo de classificação no Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), com Despacho de Abertura: procedimento prorrogado até 31 de dezembro de 2012 pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, Diário da República (DR), 1.ª série, n.º 232, de 5-12-2011 (Alteração ao Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro); procedimento prorrogado pelo Despacho n.º 19338/2010, (DR), 2.ª série, n.º 252, de 30 de dezembro; despacho de abertura de 10-09-1998 (Figura 117)[46]. O processo completo sobre o pedido da classificação do imóvel, encontra-se no Anexo 43.

[46] Despacho de abertura de 10-09-1998 da DRCN: DRP/CLS-888.

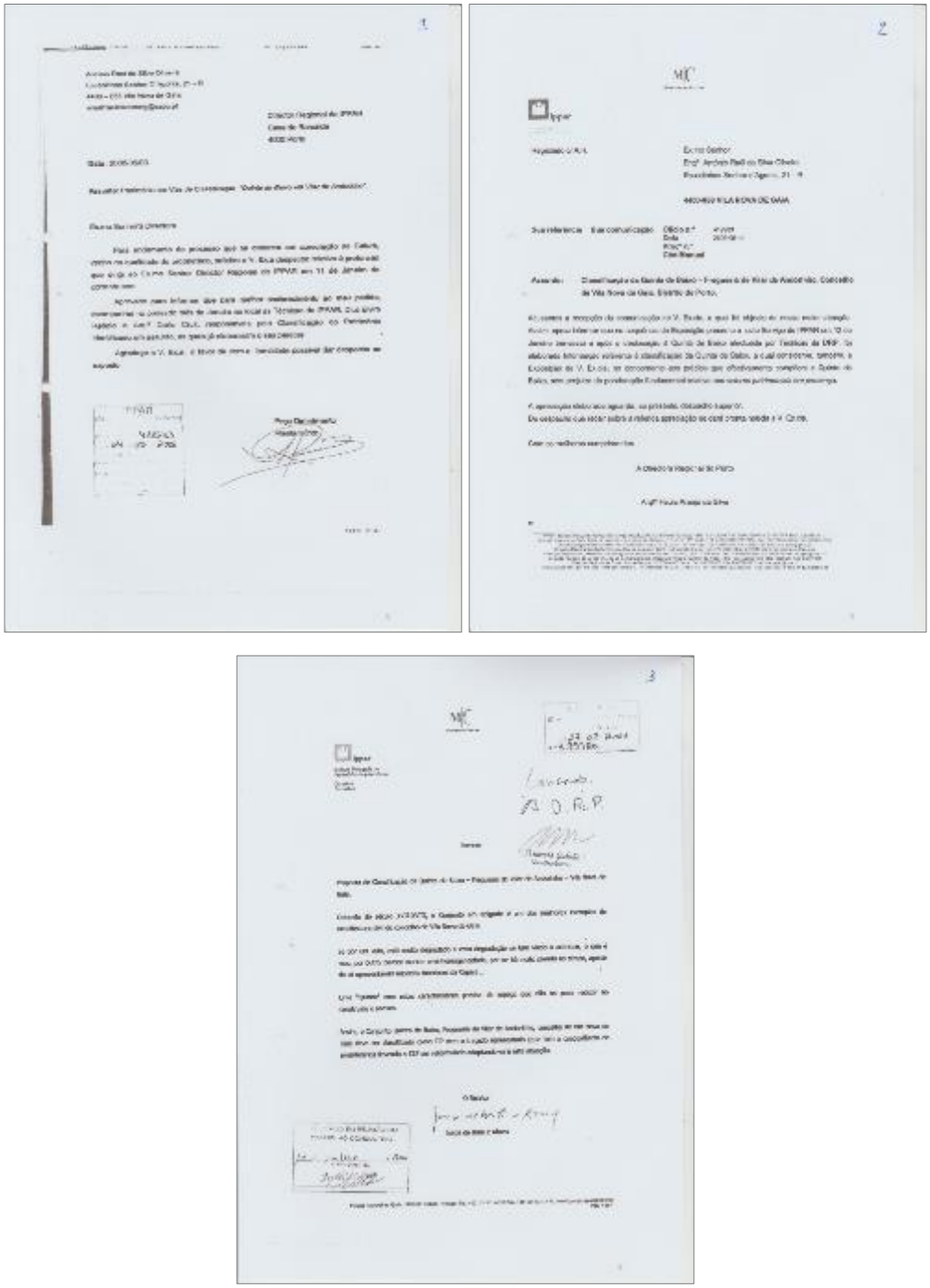
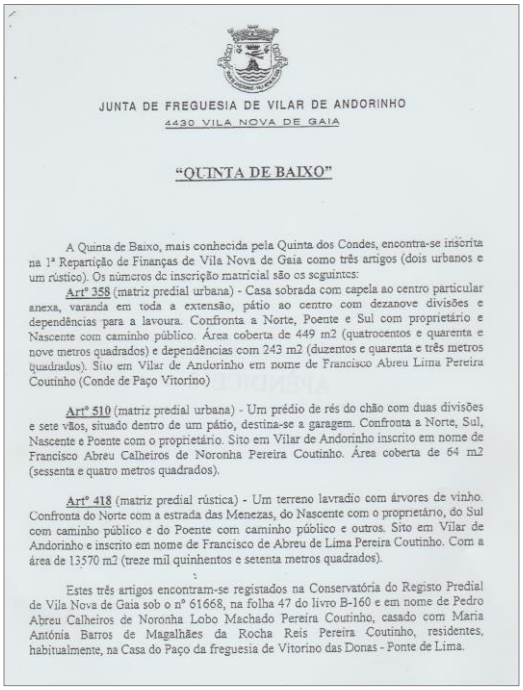


Figura 117. Pedido de classificação como IIP-Imóvel de Interesse Público da Quinta de Baixo ou Quinta dos Condes do Paço de Vitorino.

Encontra-se esta Quinta com inscrição matricial na 1.ª Repartição de Finanças de VNG com três artigos (dois Urbanos e um Rústico) (Figura 118)[47], documento este que foi cedido pela Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho aquando da nossa visita à Quinta.

[47] Documento de Arquivo, cedido pela Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho.



JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR DE ANDORINHO
4430 VILA NOVA DE GAIA

"QUINTA DE BAIXO"

A Quinta de Baixo, mais conhecida pela Quinta dos Condes, encontra-se inscrita na 1ª Repartição de Finanças de Vila Nova de Gaia como três artigos (dois urbanos e um rústico). Os números de inscrição matricial são os seguintes:

Artº 358 (matriz predial urbana) - Casa sobrada com capela ao centro particular anexa, varanda em toda a extensão, pátio ao centro com dezanove divisões e dependências para a lavoura. Confronta a Norte, Poente e Sul com proprietário e Nascente com caminho público. Área coberta de 449 m2 (quatrocentos e quarenta e nove metros quadrados) e dependências com 243 m2 (duzentos e quarenta e três metros quadrados). Sito em Vilar de Andorinho em nome de Francisco Abreu Lima Pereira Coutinho (Conde de Paço Vitorino)

Artº 510 (matriz predial urbana) - Um prédio de rés do chão com duas divisões e sete vãos, situado dentro de um pátio, destina-se a garagem. Confronta a Norte, Sul, Nascente e Poente com o proprietário. Sito em Vilar de Andorinho inscrito em nome de Francisco Abreu Calheiros de Noronha Pereira Coutinho. Área coberta de 64 m2 (sessenta e quatro metros quadrados).

Artº 418 (matriz predial rústica) - Um terreno lavradio com árvores de vinho. Confronta do Norte com a estrada das Menezas, do Nascente com o proprietário, do Sul com caminho público e do Poente com caminho público e outros. Sito em Vilar de Andorinho e inscrito em nome de Francisco de Abreu de Lima Pereira Coutinho. Com a área de 13570 m2 (treze mil quinhentos e setenta metros quadrados).

Estes três artigos encontram-se registados na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o nº 61668, na folha 47 do livro B-160 e em nome de Pedro Abreu Calheiros de Noronha Lobo Machado Pereira Coutinho, casado com Maria Antónia Barros de Magalhães da Rocha Reis Pereira Coutinho, residentes, habitualmente, na Casa do Paço da freguesia de Vitorino das Donas - Ponte de Lima.

Figura 118. Documento cedido pela Junta de Freguesia de Vilar de Paraíso. (Anexo 83)

1. REGISTOS HISTÓRICOS DO PATRIMÓNIO DA QUINTA DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO, COM A DESIGNAÇÃO MAIS ANTIGA DE CASAL DE VILAR DE ANDORINHO; QUINTA DE BAIXO; QUINTA DE VILAR DE ANDORINHO E POR FIM QUINTA DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO

Conhecer o autor do projeto, ou seja, o Arquiteto, o Mestre Pedreiro, ou ainda o Homem do Risco, responsáveis por erigir o edifício, foi como navegar sob denso nevoeiro porque qualquer documento relativo à construção das Casas Nobres, na época do nosso estudo e anteriores, raramente identifica o autor, pois muitas vezes era feito pelo próprio *encomendante*, que esboçava o que pretendia e entregava *a posteriori* ao Mestre Pedreiro, ao Carpinteiro e ao Pintor, habilitados para a execução da obra. Será importante clarificar que o Arquiteto, à época, segundo o que foi apurado – ao longo deste percurso de pesquisa – era reconhecido como a pessoa que continha uma formação diversa, como se constata em Nicolau Nasoni (1691-1773), um polivalente e talentoso artista, um génio que se mostrou com destreza no domínio da arte da Pintura-Decorativa, Arquitetura, Escultura, como Desenhador de Quintas e Jardins e elaboração de obras de Talha Dourada e outros (Brandão, 1987, p. 21). Isto tudo para dizer que, nas obras de grande envergadura, os responsáveis

teriam naturalmente formação, conhecimentos e práticas capazes de fazer crescer edifícios, que ainda hoje se mantêm firmes no solo onde foram implantados.

Neste sentido, e não descurando todos os esforços à procura de um nome, de um dado do autor do risco ou dos responsáveis pelas obras das nossas Casas de estudo, corroboramos com a ideia pertinente de que "(…) sem documentos que o confirmem entramos facilmente no campo perigoso das atribuições" (Ferreira-Alves, 2001, p. 35). Neste sentido, mesmo sendo do nosso conhecimento, através de documentação (Costa & Costa, 2013, pp. 250-263), que na freguesia de Vilar de Andorinho, entre os anos de 1764 e 1794, existiam cidadãos com as profissões de Pedreiros (Tabela 6) e Carpinteiros (Tabela 7), salienta-se, contudo, que *"*Um artífice conquista um lugar impar na história da sua arte, Manuel António de Sousa, com outros, toma a obra da Torre dos Clérigos em 1755, e passados quatro anos assina o distrate, que dava por concluída a obra monumental" (Leão, 1992, pp. 18-24). Com efeito, a lista bem extensa de artífices conceituados, como será o caso do mestre Pedreiro Manuel António de Sousa, que residia nesta freguesia, não valida o facto de que qualquer um pudesse ter executado obras ou alterações na Casa dos Condes do Paço de Vitorino, uma vez que não se encontrou nenhum contrato de compromisso entre o encomendante e o executante. Ainda, num agravamento de defesa à causa, temos outra questão: a Casa da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino tem uma construção muito anterior às datas atrás descritas, como mais adiante iremos apurar.

Tabela 6. Relação de Pedreiros no séc. XVIII.

A PROFISSÃO DE PEDREIRO, NO SÉCULO XVIII, NA FREGUESIA DE VILAR DE ANDORINHO						
	ANO DE 1764		ANO DE 1784		ANO DE 1794	
LUGAR	NOME	IDADE	NOME	IDADE	NOME	IDADE
VILAR	MANUEL DUARTE	50	ANTÓNIO GONÇALVES	40	FRANCISCO PINTO	28
	MIGUEL ARAÚJO	36	MANUEL GONÇALVES	30	ANTÓNIO GONÇALVES	50
	JOSÉ ANTÓNIO	38	JOSÉ DOMINGUES	42	INÁCIO PINTO	28
	MANUEL GONÇALVES	62	JOSÉ RODRIGUES	50	MANUEL GONÇALVES	46
	JOÃO ÁLVARES	50	MANUEL LOPES	45	ANTÓNIO PEREIRA	46
	FRANCISCO DOS SANTOS	20	MANUEL ANTÓNIO	34	MANUEL LOPES	50
	JOÃO GONÇALVES	38	JOÃO ALVES	60	JOSÉ MONTEIRO	40
	JOSÉ DOMINGUES	32	JOSÉ DIAS	30	CUSTÓDIO RODRIGUES	25
	JOSÉ RODRIGUES	37			MANUEL ANTÓNIO	46
	MANUEL MONTEIRO	52			JOSÉ DA COSTA	25
					FRANCISCO DOS SANTOS	30
					JOSÉ RODRIGUES	60
					TOMÁS DOS SANTOS	30
					JOÃO PEREIRA	28
					JOSÉ OLIVEIRA	23
MARIZ	MANUEL FRANCISCO	50	INÁCIO ANTÓNIO	45	FRANCISCO MOREIRA	35
	MANUEL MOREIRA	37	DOMINGOS FRANCISCO	60	MANUEL MOREIRA	55
	FRANCISCO MNTEIRO	44	FRANCISCO MONTEIRO	60	JOSÉ MARTINS	30
	MANUEL ÁLVARES	20	MANUEL MOREIRA	60	ANTÓNIO DOMINGUES	35
	JOSÉ FRANCISCO	25			ANTÓNIO DOS SANTOS	40
	DOMINGOS FRANCISCO	42				
	MANUEL GONÇALVES VILAR	52				
	INÁCIO ANTÓNIO	30				
	GABRIEL FRANCISCO	48				
	DOMINGOS JORGE	48				
BAIZA	MANUEL MONTEIRO	52	DOMINGOS JORGE	52	DOMINGOS JORGE	67
	JOSÉ ANTÓNIO SOUSA	42	JOSÉ FRANCISCO	40	DOMINGOS DE OLIVEIRA	62
SERPENTE	DOMINGOS ANTÓNIO	40	DOMINGOS OLIVEIRA	42	MANUEL DOS SANTOS	42
	ANTÓNIO DOMINGUES	60	MANUEL ANTÓNIO	30	ANTÓNIO DOMINGUES	40
	ANTÓNIO DOMINGUES	30	JOSÉ PEREIRA	45	JOSÉ DOMINGUES	32
			JOÃO DOMINGUES LEITE	32	MANUEL ANTÓNIO CARVALHO	38
			ANTÓNIO DOMINGUES DA CASA NOVA	46	INÁCIO DOMINGUES	35
			ANTÓNIO DOMINGUES	32	JOÃO DOMINGUES	40
					JOSÉ PEREIRA (mestre)	57
					JOSÉ FRANCISCO	39
					MANUEL PEREIRA	27
					MANUEL JOSÉ	34
					ANTÓNIO CARVALHO	30
S.LOURENÇO	ANTÓNIO SÁ	40				
BALTEIRO	MANUEL LOPES	25	MANUEL DOMINGUES	40	MANUEL DOMINGUES (mestre)	51
	MANUEL ANTÓNIO	30				
LIJÓ			ANTÓNIO DE SÁ	50	ANTÓNIO DE SÁ	64
					JOSÉ DE SÁ	27
					MANUEL RODRIGUES	37
					MANUEL ALVES	27

Fonte: Informação consultada em Costa e Costa (2013, pp. 250-263).

Tabela 7. Relação de Carpinteiros no séc. XVIII.

A PROFISSÃO DE CARPINTEIRO, NO SÉCULO XVIII, NA FREGUESIA DE VILAR DE ANDORINHO						
	ANO DE 1764		ANO DE 1784		ANO DE 1794	
LUGAR	NOME	IDADE	NOME	IDADE	NOME	IDADE
VILAR			ANTÓNIO OLIVEIRA	32	MANUEL JOSÉ	46
			MANUEL JOSÉ	30		
MARIZ			FRANCISCO JOSÉ DA COSTA	35	FRANCISCO DA COSTA	36
					DOMINGOS DIAS	25
					JACINTO MOREIRA	35
BAIZA	JOAQUIM DA COST	52	ANTÓNIO GONÇALVES	45	MANUEL GONÇALVES	53
			JOSÉ PEREIRA	30	MANUEL DIAS	40
			ANTÓNIO FRANCISCO	30		
			JOAQUIM DACOSTA	30		
SERPENTE	ANTÓNIO GONÇAI	60			JOSÉ DA COSTA	37
S.LOURENÇO	JOSÉ GOMES	42	JOSÉ GOMES	60		
BALTEIRO			MANUEL CARVALHO	25	INÁCIO FERNANDES	48
UJÓ					JOAQUIM	40

Fonte: Informação consultada em Costa e Costa (2013, pp. 250-263).

Perante esta análise, manda a prudência não arriscar em atribuições tentadoras, pois seria uma atitude especulativa reprovável para uma investigação séria, mas que alerta para uma pesquisa futura por todos os aficionados no conhecimento documental histórico. Muito embora abrace a nossa pesquisa, não está propriamente no âmago do propósito deste levantamento patrimonial arquitetónico saber o nome do Arquiteto ou Mestre Pedreiro, mas sim a pertinência do estudo que recai na estrutura da Casa, quem nela habitou e nas transformações que foi sofrendo ao longo dos anos, ou seja, as interpretações factuais e documentais sobre a sua construção e História de quem a habitou. Fazendo jus, a Casa é o lugar de proteção do ser humano, a essência onde se desenvolve uma família, reúnem amigos, chora, ri, recolhe, descansa, reflete, e abriga, ou seja, é um espaço que o ser humano domina como seu, para desfrutar uma vida que é sua, gerando forças para enfrentar todos os desafios que o esperam. Por conseguinte, a Casa não podia estar mais bem caracterizada em toda a aceção da palavra, como refere Carlos de Azevedo: "A Casa é um documento autêntico da vida do homem – documento de pedra e cal, mas de extraordinária importância para estudarmos os costumes, a evolução do gosto e da vida social" (Azevedo, 1969, p. 13).

Depois desta breve introdução, iremos focar a nossa atenção na Casa dos Condes do Paço de Vitorino, sobre tudo aquilo que pensamos ser produtivo para o conhecimento, como nosso caso de estudo, ou seja: a História dos seus proprietários *vs.* História da Casa; a Arquitetura do edifício e a sua envolvência no espaço que ocupa; a época da sua construção; as transformações sofridas ao longo dos tempos; e por fim, a definição concreta sobre a sua designação e o porquê de se considerar Paço, sabendo-se que inicialmente, no séc. XVI, a sua denominação registada é como "Casal".

Situando-nos atualmente na zona que este património ocupa, recorremos à carta urbanística que localiza o espaço da Casa e do terreno dos Condes do Paço de Vitorino (Figura 119), a uma vista aérea retirada do *Google Maps* (Figura 120) e, não menos importante, à fotografia da fachada da Casa (Figura 121).

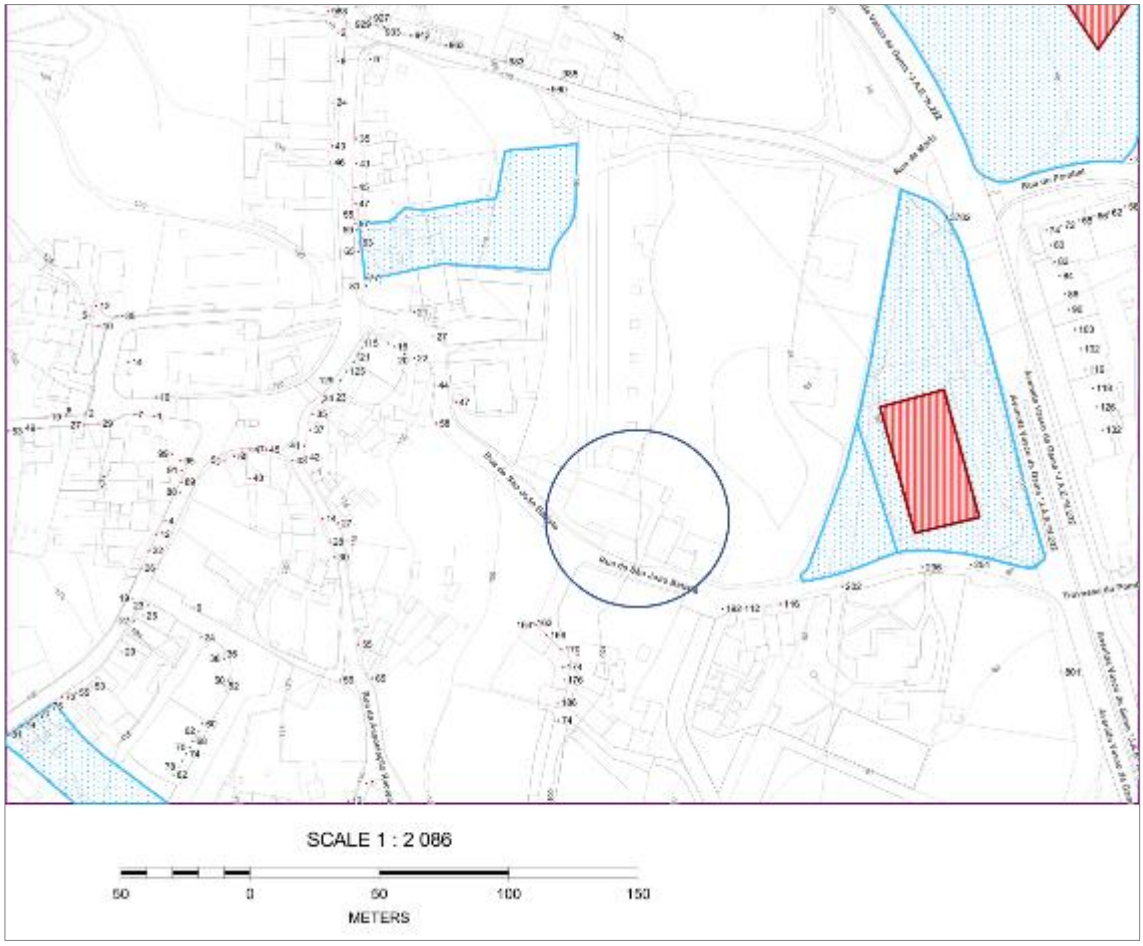


Figura 119. Carta urbanística que localiza o espaço da Casa e do terreno dos Condes do Paço de Vitorino, assinalado com um círculo. (Anexo 84)
Fonte: Gaiurb (s.d.).

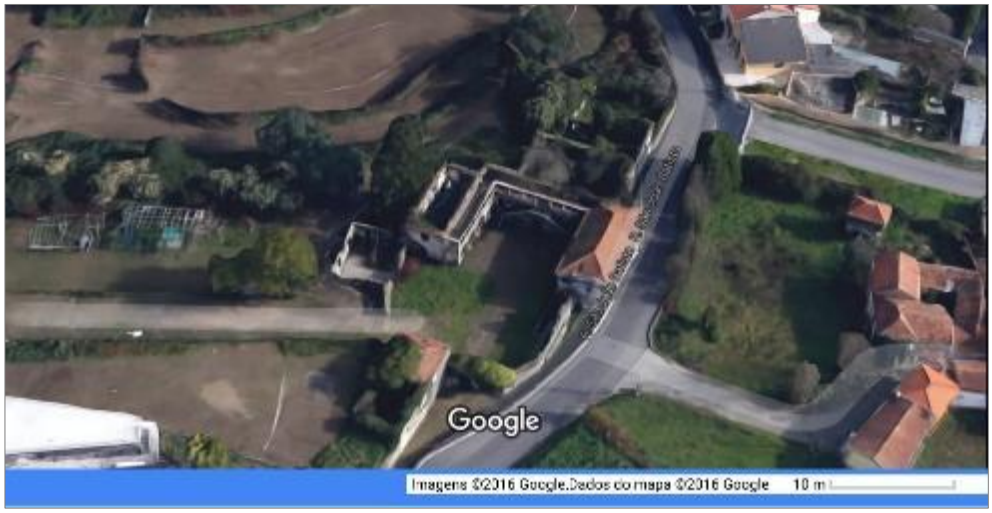


Figura 120. Vista aérea da Casa e do terreno dos Condes do Paço de Vitorino.
Fonte: Google Maps (2016).



Figura 121. Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

A Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino (Anexo 39) é um dos nossos casos de estudo que importa referir ser de grande importância cultural e Histórica: primeiro, pela sua antiguidade; segundo, pela sua tipologia muito singular; e, por fim, pela preocupação do seu estado degradado, em iminência de se extinguir, sem que antes se faça um registo, por se considerar uma obra única de Arquitetura Civil, com assentamentos de proprietários, uns por descendência, outros por aquisição de compra, assim como um acervo fotográfico de 442 imagens que se recolheram no terreno aquando da primeira visita à Quinta. Neste trabalho iremos usar as necessárias, para uma melhor compreensão analítica de pormenores construtivos, documentos de pedra e cal que poderão justificar datas que por escrito não existem. Assim julgamos ser pertinente começar por referir que a Quinta dos Condes do

Paço de Vitorino tem uma História Genealógica, não só de quem a habitou, como de uma outra que se refere à construção e evolução dentro do espaço geográfico da Quinta.

Esta propriedade existe desde o séc. XII, havendo documentos que referem que a mesma se estendia até ao rio Febros, no sítio de Vivilhe, confrontando-se com o lugar de Chãos de Avintes, que era metade de uma Vila e metade de uma Quintã (Costa & Costa, 2013, p. 511).

Através dos livros dos Tombos Gerais do Cabido da Sé do Porto (Costa & Costa, 2013, p. 511) fica claro que, o Cabido, com o dinheiro que deixou o Rei D. Sancho I (Livro 877, fl. 4 e 5) ou o seu filho Rei D. Afonso II (Livro 10) por verba testamentária (dinheiro esse para um aniversário por suas almas), comprou a propriedade em Vilar de Andorinho. Neste sentido, Deão Fernando e cónegos do Cabido adquirem a Teresa Martins e Urraca Martins (irmãs), proprietárias por herança de seus pais, o seguinte: a Teresa Martins, um quarto da Vila que são três Casais e um quarto da Quintã por 280 morabitinos; a Urraca Martins, um quarto da Vila, um quarto da Quintã, e um Casal em Vila Chã por 300 morabitinos[48]. Sendo o Cabido proprietário desses bens, surge no século XV a divisão em dois Casais: o Casal de Vilar e o Casal de Fundo de Vila, desconhecendo-se, no entanto, o interregno de tempo entre os séculos XIII e XV (Costa & Costa, 2013, p. 511). Todavia, há a registar o nome de Afonso Anes que possuía o Casal de Vilar de Andorinho em 1499, de natureza enfitêutica, ou em regime de prazo de vidas (Figuras 122 a 124)[49], tendo como senhorio direto o Cabido da Sé do Porto[50].

[48] Morabitinos tem a designação de diferentes moedas de ouro cunhadas em Portugal entre os reinados de Dom Sancho I e de Dom Afonso III. Também moeda de prata que circulou na Península Ibérica entre os séculos XII e XV. E ainda moeda dos almorávidas que circulou na Península Ibérica, com valor variável, mas geralmente próximo de 27 réis (Infopédia, s.d.).

[49] Documento de Arquivo: Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto, Prazos, Roteiro de Prazos n.º 462, fls. 175 a 177.

[50] No período anterior às reformas liberais, a posse da terra estava muito limitada, estando repartida, basicamente, por instituições como a coroa, as ordens religiosas e militares, as dioceses e as grandes casas senhoriais. Estas Instituições não exploravam diretamente as terras e bens, cediam a sua exploração por um contrato que se designava por enfiteuse, aforamento ou emprazamento. Através desse contrato, o direito de propriedade era desdobrado em duas categorias: o domínio direto ou eminente, conservado pelo senhorio primordial, e o domínio útil ou enfitêutico, transferido para o enfiteuta, com várias reservas. Tinham geralmente, a duração de três vidas, isto é, a do enfiteuta, do cônjuge e um filho, mesmo estes, ao sucederem, tinham que pagar um complemento que se chamava lutuosa. Os prazos podiam ser vendidos, sendo que, em caso de venda, o senhorio direto tinha o direito de preferência, podendo readquirir o domínio útil por um preço mais baixo ou ir buscar parte deste, em caso de cedência a terceiros. Era o chamado laudémio. Celebrado o contrato, o enfiteuta, ou caseiro, passava a deter o domínio útil dos bens que constituíam o prazo, tendo, em contrapartida, que pagar um foro à entidade que lho tinha concedido, que mantinha o domínio direto do imóvel. Os foros eram uma espécie de renda que tinha de ser paga periodicamente, em géneros e/ou dinheiro, e eram pagos, geralmente, no dia de São Miguel, em setembro, depois de feitas as colheitas. Havia, assim, uma dualidade de posses ou domínios da terra – o domínio direto e o domínio útil, dois domínios autónomos de duas pessoas sobre um mesmo bem (Sousa, 2011, p. 15).



Figura 122. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 85)

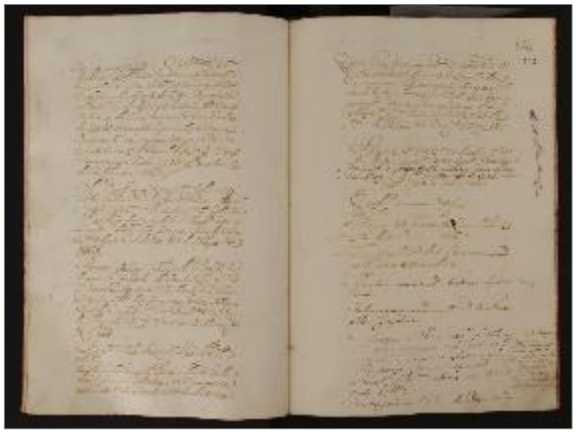


Figura 123. Documento de Arquivo - ADPRT. (Anexo 86)



Figura 124. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 87)

Ainda em 1499, a 22 de maio, ocorre um emprazamento a João Rodrigues e a sua mulher Madalena Anes, herdeira de Afonso Anes, mas verifica-se que o Cabido mais tarde vem a retirar-lhes esse contrato por sentença, por não saberem tratar devidamente das terras, fazendo então um novo emprazamento, a 5 de dezembro de 1505, a Gil Monteiro, mercador do Porto, de natureza de livre nomeação, sendo ele a 1.ª vida. Sucede como 2.ª vida sua filha Violante Monteiro (Figuras 125 e 126)[51] que casou com Fernão Domingos Pinto e deles nasceu um filho de nome Gil Monteiro Pinto, que ficou com o Casal como 3.ª vida. A evolução genealógica, para os interessados na exploração desta matéria, pode ser consultada na Monografia de Vilar de Andorinho que é exímia em documentação na descrição de cinco

[51] Documento de Arquivo: ADPRT – Livro 8 – Tombos Gerais, fls. 77 e 78.

séculos históricos na descendência familiar dos proprietários da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino (Costa & Costa, 2013, p. 136).



Figura 125. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 88)

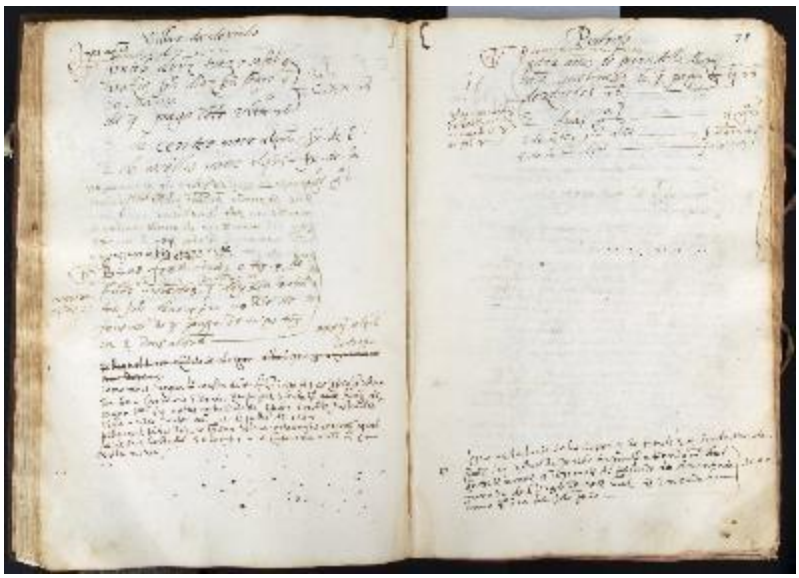


Figura 126. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 89)

Para o nosso trabalho, consoante a necessidade de análise, cirurgicamente abordaremos os proprietários que habitavam a Casa nos séculos XVII e XVIII.

Sendo como "Casal" de Vilar de Andorinho que esta propriedade aparece documentada nos finais do século XV (Costa & Costa, 2013, p. 136), a palavra "Casal" (conforme a nossa

análise nas definições dos conceitos, na Parte II, Capítulo II, item 2) está ligada à habitação individual, com Casas de menor dimensão que continham parcelas de terra e que se construíam normalmente dentro de um espaço designado como Quintã, que possuía uma organização administrativa de exploração agrícola. O autor Alberto Sampaio refere que Casal ou Casales, "(…) havia-os de grandezas muito variadas sendo até alguns já possuídos por gente da classe nobilitada. Primitivamente, porém, teria sido uma pequena extensão cultural com casa" (Sampaio, 1979, p. 71). Neste contexto, o desafio de encontrar respostas sobre o construído dentro do espaço do Casal de Vilar de Andorinho, e que espécie de habitação existia, obrigou a consulta de documentos no ADPRT, que referem cronologicamente o seguinte:

- Ano de 1593: Casa-Torre telhada; Casas terreiras telhadas; lanço de Casas colmadas; Casas em que vive o caseiro; palheiro e currais. Na sua envolvência: campos; pomares; cortinhas e leiras (Figuras 127 e 128)[52].



Figura 127. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 90)



Figura 128. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 91)

- Ano de 1594: Casa-Torre telhada; Casas terreiras pegadas à Casa-Torre; pardieiro pegado às Casas terreiras telhadas; lanço de Casas colmadas; Casas em que vive o caseiro; palheiro e currais. À sua volta como no ano anterior: campos; pomares; cortinhas e leiras (Figuras 129 e 130)[53].

[52] Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1593-maio-18, fls. 135-136v.
[53] Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1594-maio-11, fls. 154-155v.



Figura 129. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 92)



Figura 130. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 93)

- Ano de 1675: Casas de sobrado; Casas do caseiro telhadas e colmadas; pátio com sua fonte e ramada; campos, pomares e leiras (Figuras 131 e 132)[54].

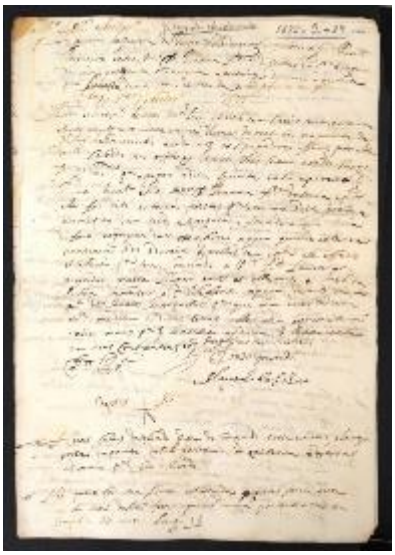


Figura 131. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 94)

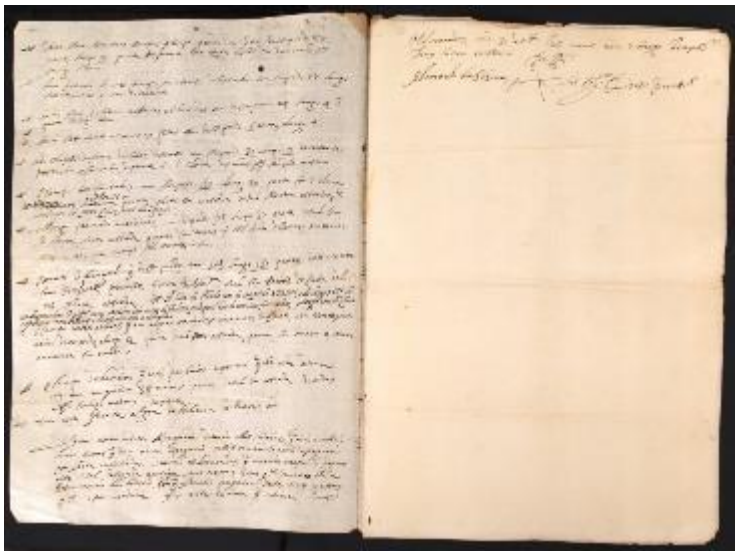


Figura 132. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 95)

- Ano de 1679: Casas de sobrado; Casas do caseiro telhadas e colmadas; pátio com sua fonte; campos, pomares e leiras (Figura 133)[55].

[54] Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1675-outubro-29, fls 100-101.
[55] Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1679-novembro-21, fl. 158v.



Figura 133. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 96)

- Ano de 1772: Casas assobradadas térreas e telhadas com varandas em volta e escadas de pedra com dois lanços; Capela, em que se diz missa com sua tribuna para ela; terreiro com uma fonte com seu tanque; Casa de sobrado e telhada, que serve de adega e lagar; Casa térrea, palheiro e recolha de gados; campos; leiras; hortas; pomar e jardim (Figuras de 134 a 139)[56].

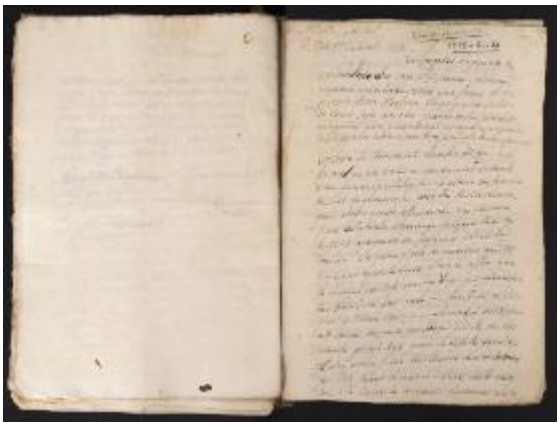


Figura 134. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 97)



Figura 135. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 98)

[56] Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1772-outubro-30, fls. 116-121v.



Figura 136. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 99)



Figura 137. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 100)



Figura 138. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 101)

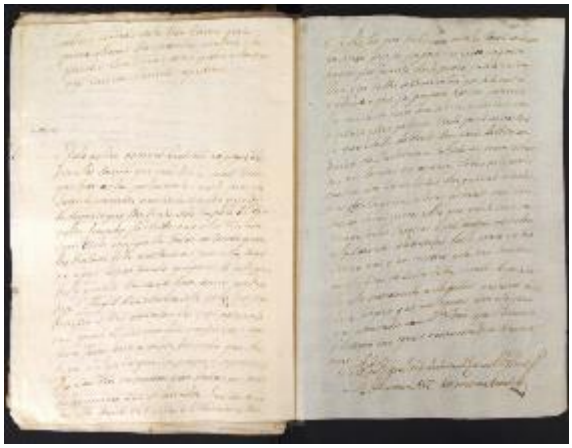


Figura 139. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 102)

- Ano de 1779: pátio grande onde estão edificadas as Casas desta Quinta; Casas assobradadas, com duas salas e mais repartimentos com uma varanda em volta coberta sobre colunas de pedra, e nos baixos, os seus alpendres e áreas, assim como no meio escadas de pedra com duas entradas; Casas com cozinha térrea, com chaminé grande atrás das Casas, com salas e repartimentos, com uma janela de peitoril a sul e outra de vista; Capela pública virada para poente onde tem a sua galilé e frontispício; chafariz com seu tanque no lado sul; jardim, e mais nada é referido no documento que não está concluído (Figuras de 140 a 142)[57].

[57] Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1779-junho-21, fls. 146-148.



Figura 140. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 103)



Figura 141. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 104)



Figura 142. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 105)

- Ano de 1799: Casas, pátio, fonte, Casas do caseiro, corte de gado e Capela; campos e leiras, já referidos no documento anterior (Figuras 143 a 151)[58].



Figura 143. Documento de Arquivo – ADPRT. (anexo 106)

[58] Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1799-outubro-23, fls. 137-145.



Figura 144. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 107)



Figura 145. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 108)



Figura 146. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 109)

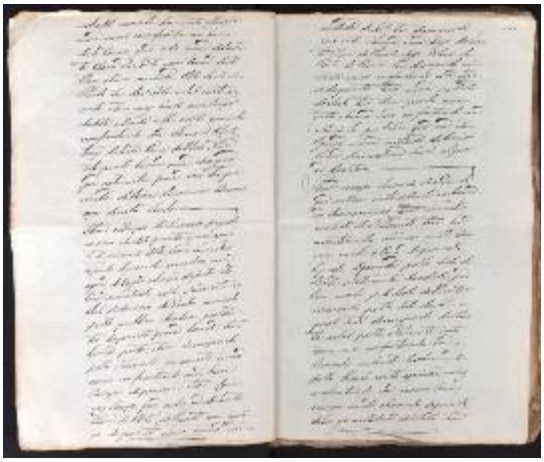


Figura 147. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 110)



Figura 148. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 111)



Figura 149. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 112)



Figura 150. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 113)



Figura 151. Documento de Arquivo – ADPRT. (Anexo 114)

Como se pode constatar na informação analisada, nos anos 1593/4 temos a indicação da existência de uma Casa-Torre, Casas térreas telhadas e Casas colmadas, na Quinta dos Condes do Paço de Vitorino. Neste sentido, pelo que se tem vindo a desenvolver, a Casa-Torre marca o início da História e construção da Casa Senhorial na Idade Média Plena, no período entre os séculos XI e XIII, onde a sua função inicial consistia em ser um espaço de Arquitetura Militar com Torres de defesa e de controle, de moradia Real ou Nobre, protegido com muralhas altas, espessas e muito fechadas, para abrigo dos mesmos, e também local de refúgio do povo. Perante esta informação, a tipologia arquitetónica da Torre, a que só os Nobres tinham acesso nessa época, após as guerras da reconquista será a base da habitação que se vai desenvolver com melhoramentos e acrescentos, tornando-se numa habitação mais confortável, consoante o poder económico. No caso da Casa-Torre, construída na Quinta dos Condes do Paço de Vitorino (hoje não visível), a sua existência, naturalmente, não tinha a função de defesa, mas sim de Torre de habitação do senhorio dessa terra, ou do enfiteuta que tinha os seus aposentos no andar superior, e no térreo, a guarda de produção agrícola. Esta constatação permitiu registar a existência da Torre que tinha duas funções: a da habitação no andar superior; e o rés-do-chão para a guarda de alimentos. Curiosamente, a sua descrição é completada com o esclarecimento de que a Torre era telhada, ou seja, caem as ameias (elementos de defesa) e constroem-se Casas térreas telhadas adossadas à Torre a um nível mais baixo, desenvolvidas horizontalmente como nos indica o documento, e, separadamente, Casas colmadas, numa tipologia ainda mais antiga que se reporta aos finais da Pré-História e início da Idade Média, mas que obviamente neste caso, e na época de quinhentos, não para habitação humana, mas sim para a guarda dos animais e utensílios necessários para lavrar a terra. A Casa-Torre, cuja existência está documentada no espaço do Casal da Quinta de Vilar

– designação à época – é a perfeita demonstração do que se tem vindo a defender, de que a Casa-Torre, que inicialmente tinha várias funções, uma delas de habitação Real e Nobre, foi sendo alterada, em particular a sua Arquitetura, no entanto, partindo sempre desta estrutura em forma de Torre que acaba por ser designada como Torre Solarenga, com aumentos construtivos que contribuíram para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, mas nunca abandonando esta tipologia simbólica de Torre. Pelo contrário, a Torre foi sendo substituída até ao séc. XVIII pela Capela, que ocupa o seu lugar identificado como uma habitação Nobre. O desenvolvimento arquitetónico no aumento de dependências está descrito na Parte II, Capítulo I, item 6, e como nos refere Carlos Azevedo: "A torre solarenga tornou-se, pois, no mais nobre e evidente sinal do senhorio sobre uma terra" (Azevedo, 1969, p. 22).

Continuando na análise do que se encontrou construído nos anos seguintes no espaço da Quinta de Vilar, ou seja, entre 1675 e 1679, a Casa-Torre já não faz parte do espólio anterior, ou seja, o registo só contempla Casas de sobrado, Casas do caseiro telhadas e colmadas.

Pela História percorrida e estudos feitos sobre a evolução da Casa, compreende-se que existiu uma época de transição desde o fim da Idade Média até ao séc. XVII, com notória incidência na Europa, com estilos arquitetónicos diferentes, o que em Portugal não aconteceu. Neste período houve estagnação e, pelo facto, não podemos esquecer que estávamos debaixo do domínio régio espanhol. A partir do conhecimento Histórico e das análises produzidas constata-se que, em seiscentos, a Arquitetura começa a adquirir um cunho próprio, "à nossa maneira". Surge a Casa de planta em U (inspiração francesa), que tinha uma Arquitetura privilegiada, muito embora aproveitando o que até então se tinha construído, ou seja, a Torre que continua a ter um papel preponderante, numa simetria com a Capela quando esta começa a ser construída adossada à Casa. Reforçando o nosso pressuposto, o Historiador Ferreira-Alves, defende nos seus estudos que:

> Ao longo do século XVII, ainda afastada da influência do Barroco romano, a casa nobre permanecerá ligada, como quase toda a arquitetura portuguesa sua contemporânea, ao formulário ensaiado nos finais da centúria anterior, o que arrastará o Maneirismo ao longo de Seiscentos, ainda que, nalguns aspectos, o Barroco se vá afirmando. (Ferreira-Alves, 2007, p. 8)

Esta nova Arquitetura da Casa assobradada e com planta em U no período de seiscentos tem uma composição de alçados de grande singeleza sem aparato decorativo, normalmente fechada ao exterior e movimentada através de um pátio interior a céu aberto, que faz ligação a todas as dependências da Casa, através de uma escada normal sem exuberância para o andar superior e de entradas diretas ao rés-do-chão, lugar de todos os serviços. A informação

documental da existência de Casas assobradadas é clara, muito embora não apareçam identificadas com a forma de planta em U. No entanto, a verdade é que a sua Arquitetura atual promove essa leitura, a de uma construção do início do séc. XVII ou anterior a este, uma vez que não somos possuidores de documentos entre 1594 e 1679 (85 anos de diferença), mas, mesmo que esta tipologia surja no início de seiscentos, uma nova vai acontecer com a Época Barroca, mais incisiva em setecentos.

Sintetizando: as Casas com sobrado, a que os documentos se referem, podem efetivamente ser as que se encontram atualmente, ou seja, a fachada central, a lateral esquerda e uma outra que com o edifício do corpo da Capela fecha a forma da planta em U. Todavia outras questões se levantam quando analisamos os documentos dos anos de 1772 e 1779 (uma diferença de 100 anos em relação à data de 1679), ou seja, na centúria de setecentos já se encontram registos de que estas Casas assobradadas, térreas e telhadas, contemplam varandas em volta e escadas de pedra com dois lanços, o que justifica que as alterações sofridas mudam a tipologia da fachada de forma muito significativa, com características Neoclássicas e elementos decorativos que não fogem ao estilo que se desenvolve à volta do Barroco, em setecentos. Também só nestas datas de 1772 e 1779, é que se vê registada pela primeira vez a referência da existência da Capela, muito embora existam outros documentos que indicam que no ano de 1712 foi celebrado o casamento, nesta Capela, de José Pinto Monteiro, sucessor como terceira vida da Quinta de Vilar de Andorinho. Estas questões vão ser mais desenvolvidas com as plantas do espaço e imagens fotográficas de pormenores construtivos, no item seguinte.

Sobre a genealogia de quem habitou este espaço, como acima se indicou, não vamos descrever todos quantos habitaram, mas sim centrarmo-nos no essencial, sobretudo, nos anos em que se pensa ser pertinente a sua abordagem. Assim, não se perdendo o fio à meada, em 19 de maio de 1568 é nomeado Gil Monteiro Pinto, filho de Violante Monteiro e de Fernão Domingos Pinto, como 3.ª vida. Neste período, no qual a família de Gil Monteiro teve em sua posse o emprazamento das terras e bens do Casal de Vilar de Andorinho, desde 1505 até 1594, sabe-se que a propriedade continha Casas-Torre telhadas, Casas terreiras pegadas à Casa-Torre e ainda Casas colmadas. Passados 85 anos, mais propriamente em 1679, existe uma renovação sobre o prazo de emprazamento a Gonçalo Pinto Monteiro (naturalmente descendente), cidadão do Porto, e a sua mulher D. Joana Francisca de Sousa, moradores na Rua das Flores, a que por sua vez lhes sucede em 3.ª vida, o filho José Pinto Monteiro. Neste período surgem documentadas as Casas de sobrado e Casas do caseiro, depreendendo-se,

então, que foram feitas algumas alterações, uma vez que nos documentos já não são mencionadas as Casas-Torre, mas sim Casas de sobrado e térreas. Em 1772 e também 1779, a documentação já regista as Casas assobradadas com varandas em volta e escadas de pedra de dois lanços, concluindo-se também que no período de 1679 a 1772, ou seja, em 93 anos, as Casas assobradadas foram sujeitas a grandes alterações, sobretudo nas fachadas porque surgem com varandas e escadas até então nunca mencionadas, matéria que adiante iremos desenvolver.

Como já se referiu, encontrar o nome de Arquiteto, Mestre Pedreiro ou Responsável pelo Risco, foi uma tarefa difícil de concretizar, apesar dos esforços enveredados. Todavia, seguiram-se caminhos alternativos, utilizando um levantamento topográfico atual que, juntamente com as imagens fotográficas, talvez permitissem "construir e desconstruir" o edifício, produzindo conhecimento sobre esta Quinta e sobre os imóveis construídos, um legado histórico que se pretende registar pelo seu valor patrimonial e arquitetónico, um ícone no Concelho de VNG.

Neste sentido, o património denominado como Casal de Vilar de Andorinho nos anos de quinhentos, nos finais do séc. XVI, passou a ser designado mais tarde, como Quinta de Vilar, uma evolução em termos de posse de terras, ou seja: inicialmente, Casal, porque funcionava com alguém que tomava conta do espaço, ficava com parte dos frutos da terra, mas pagava ao senhorio a maior fasquia; e Quinta, porque foi adquirido por alguém que, por ter posses ou por ter herdado, residia no espaço, aliás como se verificou noutros casos, à época, esta pessoa ficaria com a maior parte, mas pagava ao Cabido impostos sobre aquilo que produzia. "Pela categoria social elevada do caseiro enfiteuta, a propriedade deixou de se designar Casal para se nobilitar como quinta" (Costa & Costa, 2013, p. 512). Gil Monteiro Pinto, filho de Violante Monteiro, alcançando a categoria social de Fidalgo da Casa de sua Majestade, toma por emprazamento em terceira vida, por herança, a propriedade, nobilitando assim o Casal e passando este a ser denominado como Quinta de Vilar. Mais tarde passou a ser designada como Quinta de Baixo, nome ajustado pela população para a distinguir da Quinta de Cima, Quinta de Soeime e, por último, Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, assim designada até aos nossos dias, por ter pertencido, no séc. XX, à família dos Condes do Paço de Vitorino, título criado pelo Rei D. Carlos, por decreto em 1907, a favor do 1.º Conde Francisco de Abreu de Lima Pereira Coutinho nascido em 1850 (Sousa, 2011, p. 14).

Sucede como proprietário o seu filho, 2.º Conde, Francisco de Abreu de Lima Calheiros Noronha Pereira Coutinho, conforme se poderá comprovar nos documentos (Figuras 152 a

154)[59], que apresenta um requerimento de licença e autorização para obras, que o próprio fez em 1942 à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG), solicitando a construção de um muro de vedação na sua Quinta. Como 3.º Conde sucede o seu filho Pedro de Abreu Calheiros de Noronha Lobo Machado Pereira Coutinho, casado com Maria Antónia Barros de Magalhães Pereira Coutinho, nascendo desta união, três filhos: 4.º Conde, José Bernardino de Magalhães Pereira Coutinho; com o título de Visconde de Cortegaça, Francisco Maria de Magalhães Pereira Coutinho; e Maria da Conceição de Magalhães Pereira Coutinho.

De realçar que esta Quinta ficou pertença do 1.º Conde Francisco de Abreu de Lima Pereira Coutinho, porque o mesmo casou com Sebastiana Maria de Jesus Calheiros de Noronha, proprietária da Quinta de Baixo de Vilar de Andorinho, nome pela qual, à época, era designada, mas que no início do século XX passou a ser chamada por Quinta dos Condes do Paço de Vitorino.



Figura 152. Pedido de licença de obras à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG). (Anexo 115)



Figura 153. Pedido de licença de obras à CMVNG. (Anexo 116)

[59] Documento de Arquivo, cedido pelo Arquivo Sophia de Mello Breyner.

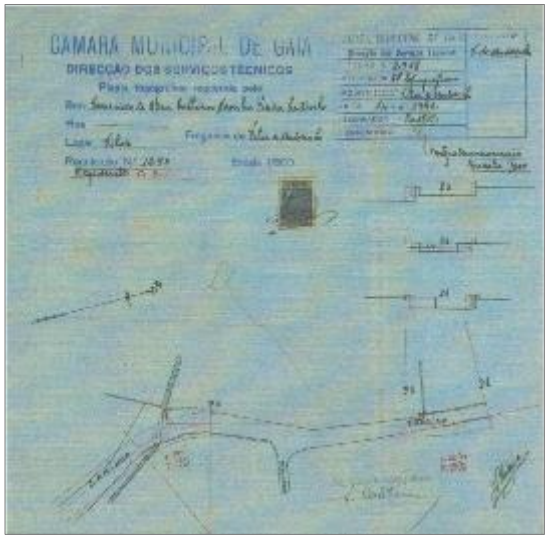


Figura 154. Pedido de licença de obras à CMVNG. (Anexo 117)

É factual, pelos documentos existentes, como atrás já foi referido, que: entre 1593 e 1594 está registada uma Casa Torre telhada; entre 1675 e 1679 registam-se Casas de sobrado; e entre 1772 e 1779 surge o registo da Capela e das Casas de sobrado, com varandas em volta e escadas de pedra com dois lanços. A descrição das Casas assinala que as mesmas são assobradadas, com duas salas e mais repartimentos, com a sua varanda em volta coberta sobre colunas de pedra e, nos baixos, com os seus alpendres e áreas de serviço.

No terreiro, no lado direito, encontram-se duas fontes: uma de tanque largo retangular, rematada com parede em espaldar com três nichos, um central de maior dimensão, ladeado por duas massivas aletas, e dois laterais mais pequenos, reservados naturalmente a esculturas decorativas; e a outra fonte, de dimensão pequena, que contempla outro nicho encimado por um frontão triangular, sendo que o nicho está apoiado numa espécie de altar, em pedra saliente, que, num esforço de observação, quase se poderiam interligar: o nicho com a escultura de S. João Baptista, Orago da Capela, e a bica de água elemento alegórico ao Santo (Figura 155).



Figura 155. Fontes com tanque.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

Com alguma curiosidade referem os documentos que existem Casas a nascente (que na nossa perspetiva fazem parede com as varandas alpendradas), mencionando uma janela de peitoril e uma de vista virada a sul (Figura 156), acrescentando-se duas janelas viradas a nascente (Figura 157). Regista-se também outra casa térrea (a nascente) com cozinha e chaminé grande, ainda visível (Figura 158), e uma mesa com um banco em pedra (Figura 159).



Figura 156. Vista do interior para o exterior com janelas e respiros.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 157. Fachada virada a nascente.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 158. Chaminé da Casa térrea.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 159. Banco e Mesa na cozinha.
Fonte: Imagem da Autora.

Analisando o registado, verifica-se que só em 1772 aparece assinalada a Capela. Todavia, (Figura 160)[60], em 18 de dezembro de 1712 é celebrado, na Capela da Quinta, que tem o Orago de S. João Baptista, o casamento de José Pinto Monteiro com Ana Josefa Luísa Forte, herdeiro e filho de Gonçalo Pinto Monteiro, assim como em 1746, o batizado do neto de José Pinto Monteiro (Figura 161)[61].

[60] Documento de Arquivo da ADPRT: ADPRT-PRQ-PVNG23-002-0002_m0271 José Pinto - Paço Vitorino - 18.12.1712
[61] Documento de Arquivo da ADPRT: ADPRT-PRQ-PVNG23-001-0003_m0587 Dom José n. 06.03.1746

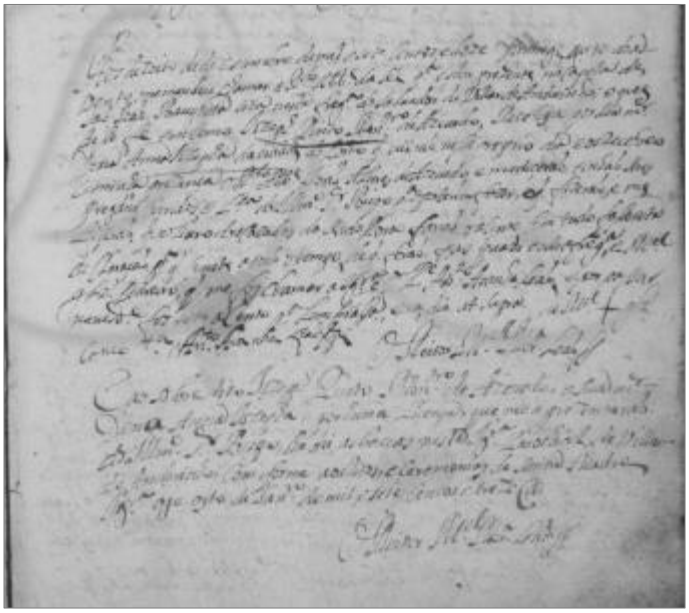


Figura 160. Casamento de José Pinto Monteiro de Azevedo em 18/12/1712. (Anexo 118)



Figura 161. Batizado do neto de José Pinto Monteiro Azevedo em 19/3/1746. (Anexo 119)

Também, outros registos surgem nas Memórias Paroquiais com a informação de que em 1758 a propriedade pertencia a José Pinto Monteiro, assim como a referência à Capela, como sua pertença (Figura 162)[62]. Traduzindo o seu conteúdo, no número 13, verifica-se que o documento menciona o seguinte:

> Tem esta freguesia quatro Ermidas, uma de São Lourenço que está no lugar de São Lourenço que pertence ao Convento de Santa Clara da Cidade do Porto; outra no lugar de Vilar na Quinta de Jozé Pinto Monteiro, de sua pertença; outra na Quinta de Soeime do mesmo lugar que pertence a D. Joanna Casimira, Religiosa no dito Convento de Santa Clara, outra no lugar da Serpente na Quinta de Thomé Ribeiro na sobre dita Cidade do Porto que a ele pertence.[63]

[62] Documento de Arquivo da Torre do Tombo: PT/TT/MPRQ/41/280.
[63] Documento de Arquivo da Torre do Tombo: PT/TT/MPRQ/41/280.

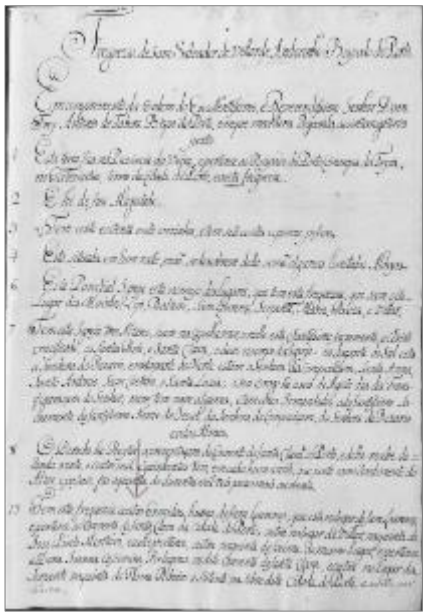


Figura 162. Memórias Paroquiais 1758. (Anexo 120)

Perante esta panóplia de informações de cinco séculos de existência sobre o património da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, é premente desbravar caminhos na tentativa de datar as construções primitivas, que por sua vez foram dando lugar a outras com transformações estruturais que só com documentação e observação cuidada se podem descodificar, conforme se vai desenvolver nos itens 3 e 4.

2. REGISTOS HISTÓRICOS DOCUMENTAIS DO PATRIMÓNIO DA CAPELA DA CASA DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO

Sobre a informação documental da Capela, a investigação foi feita no Arquivo Episcopal da Sé do Porto, de igual forma à que aconteceu nos outros casos de estudo, mas com o infortúnio de não se ter encontrado qualquer vestígio de documentação do processo do Auto de Património da Capela, com a devida autorização para o seu funcionamento. Todavia, a existência da mesma regista-se na época de setecentos, conforme outros documentos da Casa mencionam.

Todo este processo, para a existência de uma Capela, obedecia a critérios implementados, à época, pelo Bispado, com requisitos, regras e normas impostas pelas Constituições Sinodais. Uma razão forte para a autorização da construção da mesma era o facto de se encontrar longe da Igreja Matriz com a justificação de que em alturas de inverno os acessos

nos caminhos com ribeiros dificultavam, por vezes, a passagem das pessoas. Outra forte razão estava implícita no facto de no seio da família existirem pessoas idosas e doentes com falta de mobilidade e também por promessas feitas ao Divino, fosse por curas através de preces, ou por graça de, por exemplo, ter voltado de uma guerra.

Estes critérios seriam os básicos, sendo certo que a necessidade de ter uma Capela dentro do espaço da sua Quinta seria ter um estatuto, marcando a diferença dos restantes estratos sociais.

Reunidos os critérios, o pedido para a edificação da Capela obrigava a responsabilidades que tinham de ser assumidas pelo proprietário, pois na realidade nem todos as poderiam assumir a não ser que fossem senhores de terras, com bens que seriam dados, como hoje se diz, "fianças" ou "garantias" para manter a "fábrica da Capela", de forma a conservá-la asseada, com todos os objetos litúrgicos, paramentos, etc. Estas obrigatoriedades também englobavam parte da produção que era retirada das terras, com entrega ao Bispado, no final de cada ano, como, carros de milho, galinhas e outros, conforme ficava escrito nos Autos.

Neste caso de estudo da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, que tem adossada à Casa a sua Capela, desconhecem-se os trâmites que levaram ao pedido da construção da Capela, uma vez que não existe o processo do Auto de Património. Nesse sentido, este assunto do pedido de construção da Capela feito através dos proprietários de outras Casas, será desenvolvido nos outros dois casos de estudo que estão providos com os seus respetivos documentos bem esclarecedores desta matéria.

Sabe-se, no entanto, que na maioria dos processos encontrados sobre os pedidos da construção das Capelas dentro das Quintas, juntas às Casas, era solicitado pelos proprietários, por isso construções privadas, todavia funcionando como Capela de caráter semipúblico, tinham uma outra obrigatoriedade, imposta pelas regras adotadas pela Diocese, segundo as Constituições Sinodais, de permitir ao povo o seu uso, no mínimo uma vez por semana para assistirem à Missa Dominical.

A investigação documental acaba por aglutinar várias questões, algumas sem respostas, o que para o investigador é uma frustração por não encontrar o que muito deseja. Todavia, a sensibilidade do querer saber conduz a um raciocínio de explorar situações que acabam com respostas inesperadas. Isto para dizer que se questionou, e muito, o porquê de não se encontrarem documentos desta Capela, sendo que a resposta poderá estar no facto de a Quinta ter pertencido ao Paço Episcopal do Porto, que estaria naturalmente dispensado de fazer o pedido da construção da Capela.

3. ARQUITETURA, TIPOLOGIA E IDENTIDADE

A Casa da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino localiza-se geograficamente na Zona Interior Rural do Concelho, na freguesia de Vilar de Andorinho. A sua existência consta desde o séc. XV, sendo identificada como "Casal", cujo possuidor da propriedade, em 1499, foi Afonso Anes, em regime de natureza enfiteuta ou de "prazo de vidas", tendo como senhorio direto o Cabido da Sé do Porto. Pelo já investigado, "Casal" é definido como um lugar que pode ter uma função administrativa com o domínio de vários "Casais", ou um lugar de produção permanente, e não propriamente um lugar que tem ininterruptamente o controlo do Nobre, porque este só o fará sazonalmente para permanecer e habitar a Quinta por lazer e para descanso. No caso da Quinta do Paço, sendo o senhorio direto o Bispado, entende-se que a Quinta se governava no contexto de administração da produção agrícola pelos rendeiros, com supervisão pontual do Senhorio direto (o Cabido), com visitas e permanência no local em aposentos Nobres, não esquecendo que nesta Quinta, na data de quinhentos, existia uma Casa-Torre (como já se referiu anteriormente), ou seja, uma habitação Senhorial diferenciando-a das demais. Sintetizando, sendo um espaço de produção agrícola rodeada de construções adaptadas às funções, a sua ruralidade está patente e, nesse sentido, a tipologia do edifício "Casa" teria também que ser adaptada a várias respostas, tais como: a funcionalidade da vivência de uma comunidade de patrões e empregados, com separação de espaços, por isso o rés-do-chão e o andar Nobre; e as varandas com a escadaria, elementos utilizados para dar Nobreza à Casa, mas também como uma forma de vigilância sobre quem trabalhava a terra. Neste sentido, a Casa da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino tem o enquadramento de construção num espaço Rural, numa Arquitetura adaptada às funções.

É uma construção singular pelas transformações a que ao longo dos séculos foi sujeita, com a difícil tarefa documental de reunir datas precisas nas variadas alterações, mas por observação direta e estudos feitos no local, algumas conclusões foram tiradas, conforme o que a seguir iremos explanar.

Iniciaremos com a descrição da gramática arquitetónica das fachadas da Casa e da Capela, como se encontram atualmente e, de seguida, iremos alicerçar o que nos move nesta investigação, ou seja, tentar datar o que foi construído em épocas diferentes, ao longo de cerca de quinhentos anos da existência deste património.

O edifício da fachada central da Casa virada a poente e os edifícios laterais, no primeiro impacto visual, apresentam a sua planta arquitetónica identificada como planta em U (Figura 163).



Figura 163. Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, fachada virada a poente.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

Nesse sentido, as três estruturas edificadas contemplam dois blocos laterais e um central. Todavia, a parte lateral do lado direito (na ótica do observador), não é um edifício de habitação, mas sim um edifício correspondente à Capela.

Como atrás já se referiu, as Casas primitivas neste espaço estavam desenvolvidas para nascente, por isso, posteriores à fachada central poente, adossadas a esta conforme nos documentam as plantas do rés-do-chão e do 1.º piso (Figuras 164 e 165). Essas Casas organizavam-se em volta de um corredor "pátio" a céu aberto, com umas escadas simples de pedra, de acesso ao primeiro andar, quando este andar superior foi acrescentado, como consta no ano de 1675, ou seja, quando se fala da existência das Casas assobradadas.



Figura 164. Planta do rés-do-chão - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino. (Anexo 121)
Fonte: Planta topográfica de Arqtª Valéria Wiendl.



Figura 165. Planta do 1.º Piso - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino. (Anexo 122)
Fonte: Planta topográfica de Arqtª Valéria Wiendl.

A planta topográfica atual confirma globalmente que se trata de um edifício com três corpos, com uma tipologia de planta em U (Figura 166, planta aérea), mas a memória descritiva do edifício não pode contemplar o corpo da ala direita como Casa, uma vez que se trata do edifício da Capela, extramuros, do lado sul, com a porta de entrada principal virada a poente (Figura 167).

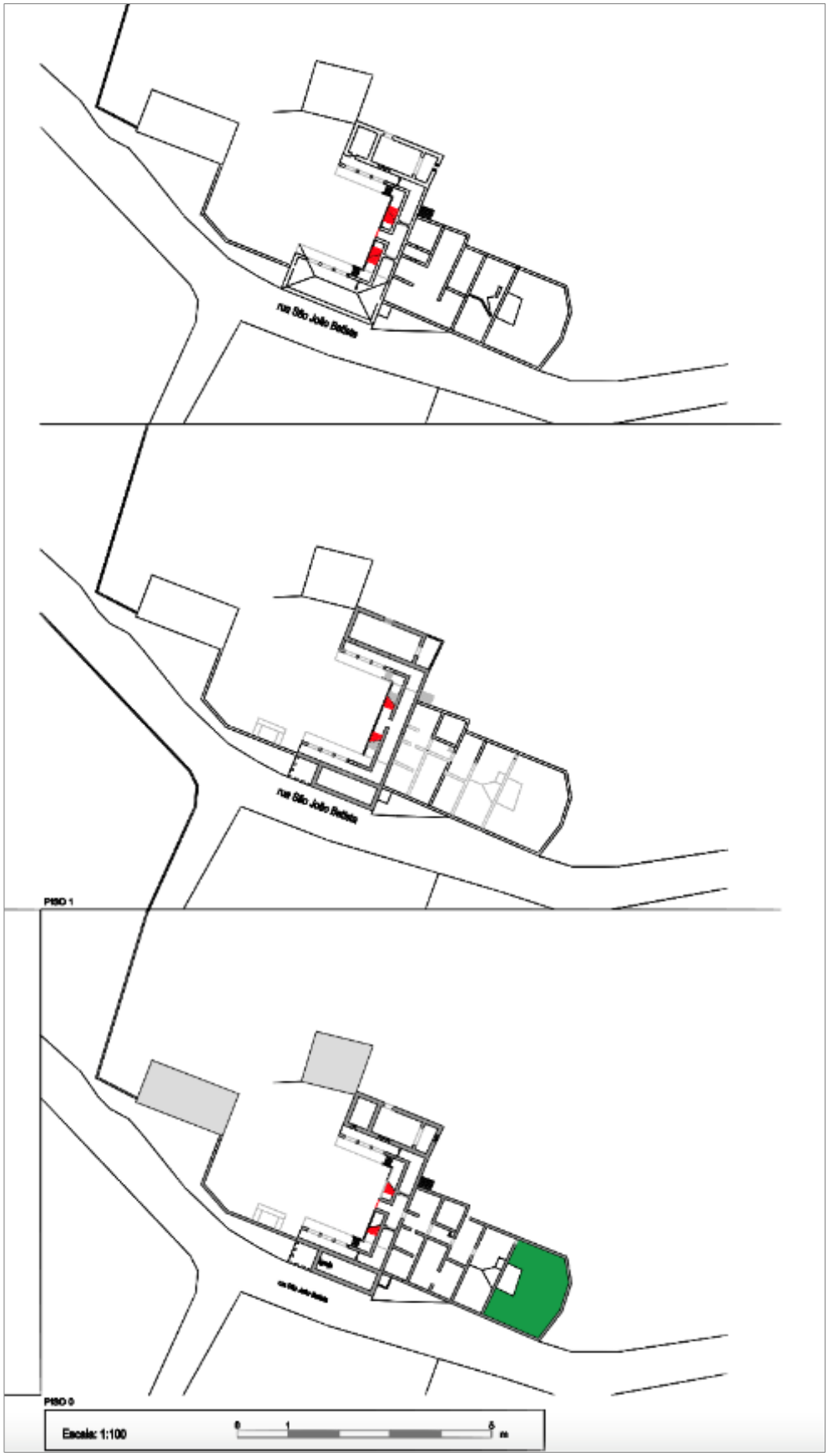


Figura 166. Planta aérea - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino. (Anexo 123)
Fonte: Planta topográfica de Arqtª Valéria Wiendl.



Figura 167. Fachada da Capela virada a poente.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

Nos vários estudos bibliográficos que se consultaram, mesmo no registo do IPPAR, a Casa está descrita como sendo uma Arquitetura Civil de planta em U, naturalmente porque no primeiro impacto visual as varandas alpendradas unem os três corpos, faltando precisamente uma análise técnica e presencial ao edifício para se perceber que o corpo da Capela no lado direito não é Casa de habitação. No entanto, verifica-se que através de uma porta de ligação da varanda ao Coro alto existe uma passagem, que era habitual àquela época, uma entrada privada dos proprietários para a Capela, para não utilizarem a mesma entrada da população que, segundo as regras Sinodais, tinha direito, no mínimo uma vez por semana, a assistir a celebrações religiosas na Capela. Por isso, aquando do pedido da construção da Capela ao Bispado, o proprietário comprometia-se a cumprir essa exigência, abrindo a porta da Capela para todos, com uma entrada sumptuosa que indicava que ali era a Casa de Deus. Todavia, a entrada dos proprietários (como atrás se referiu) era feita através de uma porta na varanda, com ligação direta ao coro alto e daí assistiam às celebrações, não se misturando com a plebe. De realçar que outras entradas existiam quando não havia uma varanda ou um pátio, como por exemplo, uma escadaria feita propositadamente (como acontece em muitos exemplos de Casas que se encontram em anexo nesta tese de estudo), que permitia aos proprietários ocupar o lugar mais elevado que era o coro alto ou a tribuna Nobre, perante um público, num lugar abaixo, que direciona o seu olhar para os proprietários, inclina-se,

cumprimenta e agradece à família o facto de os mesmos lhe permitirem aceder ao Divino num lugar que seguramente não é o deles, mas que lhe permite rezar pela salvação das suas almas. Esta era a mentalidade e forma de se exprimirem num determinado tempo, mas não muito longo como nos possa parecer, uma vez que o Clero e a Nobreza, sempre de mãos dadas, marcaram infindavelmente diferenças entre eles e o povo (Figura 168).



Figura 168. Porta de entrada para o coro alto da Capela.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

A estrutura das fachadas está construída em dois registos diferenciados, como sendo o piso térreo e piso Nobre, com uma escadaria no corpo central de lanços opostos, com arco ao meio e duas portas laterais (Figura 169).



Figura 169. Fachada central virada a poente com os dois corpos laterais.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

O edifício está inserido num grande espaço de terreno, onde se sente a ligação orgânica entre os que habitavam a Casa e os trabalhadores que faziam produzir a terra. A decoração, propriamente dita, das paredes dos aposentos que antecedem as varandas alpendradas que percorrem toda a estrutura do edificado em toda a sua extensão, é sóbria e linear. Os três corpos articulam-se homogeneamente, conferindo uma horizontalidade ao conjunto.

O rés-do-chão da fachada central, com uma entrada principal para o andar superior (andar Nobre), tem adossada uma escadaria dupla de pedra, vazada ao centro por uma entrada em arco abatido, assente em duas pilastras salientes (Figura 170).



Figura 170. Escadaria central de acesso ao 1.º piso.
Fonte: Imagem da Autora.

De cada lado da escadaria, encontram-se duas portas de menor interesse, que dão passagem para as Casas posteriores do lado nascente. Esta escadaria de lanços opostos termina em patamar elevado do chão, nascendo dos patamares dois pequenos lanços de escadas um de cada lado, voltados a poente, que acabam rematados por volutas enroladas, elemento decorativo presente na Arquitetura da Época Barroca de setecentos (Figura 171).



Figura 171. Voluta enrolada.
Fonte: Imagem da Autora.

Ainda no rés-do-chão, os dois corpos laterais, um do lado direito (Figura 172) e outro no lado esquerdo (Figura 173), são simétricos na construção e decoração, assim como ambos contemplam um corredor térreo aberto composto por arcadas assentes em colunas quadradas, que fazem nascer os arcos abatidos, arcos esses cuja altura é inferior a metade da largura[64].



Figura 172. Ala do lado direito.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

[64] Arco Abatido (asa de cesto, sarapanel, rebaixado): formado por três segmentos de círculos diferentes. Arco cuja altura é inferior a metade da largura (Silva & Calado, 2005, p. 36).

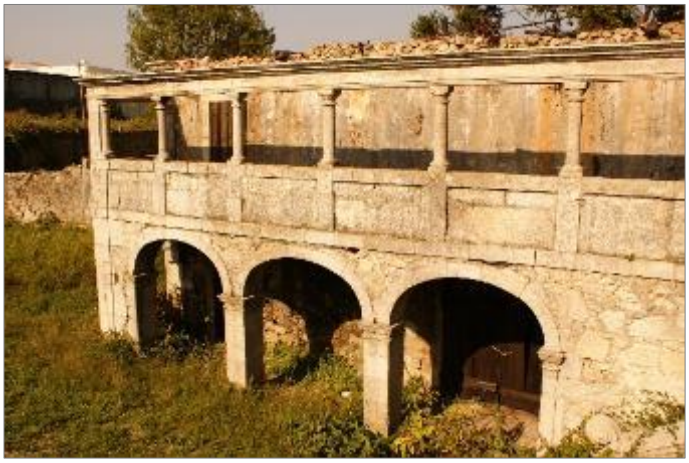


Figura 173. Ala do lado esquerdo.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

A utilização deste piso térreo (rés-do-chão), à época, seria, como se tem constatado noutros exemplos, o lugar da área de trabalho: do armazenamento de produtos e de utensílios; de recolha de animais; das cozinhas e da casa da lenha. De referir que, neste caso, a organização do espaço (sobretudo na guarda de animais) se desenvolvia na parte posterior do edifício, ou seja, a nascente. Todavia, ressalva-se que o lado direito não tem essas funções, uma vez que o rés-do-chão é o interior da Capela com uma porta que faz passagem para o seu interior, normalmente usada pelo sacerdote.

O primeiro andar, denominado por andar Nobre habitacional, permite a entrada para o interior da Casa, com as respetivas portas de entrada, através do percurso feito pela varanda alpendrada (Figura 174), com decoração sumptuosa de uma colunata arquitravada de Ordem Toscana, que compreende três partes: base; fuste; e capitel (Silva & Calado, 2005, p. 264)[65], que suporta o telhado de quatro águas (Figura 175), assim como quatro conjuntos de colunas fasciculadas (Silva & Calado, 2005, p. 103)[66], compostas por um feixe de várias delas, unidas entre si, cujo fuste, de ordem toscana, de todas elas, assentes na platibanda, promovem o ritmo de uma arquitetura formal e simétrica (Figura 176).

[65] Ordem Toscana – Simplificação do dórico romano. Arquitrave e fuste da coluna lisos, sem decoração nem caneluras.
[66] Coluna Fasciculada – a que é composta por vários colunelos unidos entre si; coluna ou pilar, cujo fuste é constituído por um feixe de colunas, geralmente de secção pequena e reunidas constituindo o fuste, por oposição à coluna monostila. Usada na arquitetura gótica sobretudo desde o séc. XIII até ao momento em que se regressa à simplicidade inicial (coluna monocilíndrica) no séc. XV.



Figura 174. Varandim do lado esquerdo.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

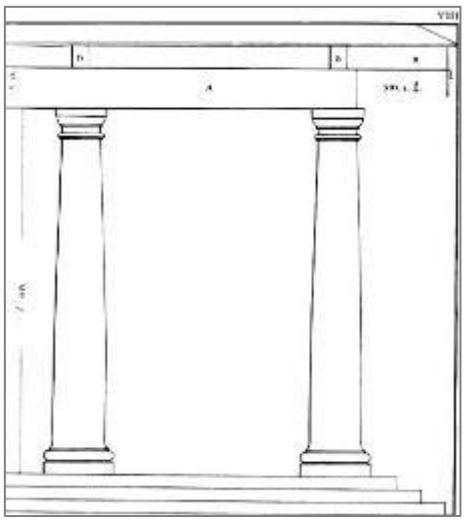


Figura 175. Colunas de Ordem Toscana.
Fonte: Silva e Calado (2005, p. 264).



Figura 176. Conjunto de colunas fasciculadas.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

Analisando o exterior da Capela, adossada ao corpo da varanda alpendrada do lado direito (lado sul), com entrada pelo interior da Quinta para o coro alto através do varandim da Casa ou pela porta que se encontra no rés-do-chão, verifica-se que a entrada principal da Capela é feita pelo lado exterior da Quinta. A fachada está orientada a poente, com o altar-mor orientado a nascente. Tem como Orago São João Baptista e, tal como a Casa, encontra-se em profunda degradação. Na Arquitetura gramatical da fachada são visíveis os elementos arquitetónicos que contemplam três registos: o primeiro (térreo) forma um nártex ou pórtico,

que antecede a entrada para a Capela, pórtico esse delineado com colunas quadrangulares; o segundo registo está cunhado por pilastras laterais, com uma janela ao centro ladeada por cantaria simples em pedra; o terceiro registo está associado a uma estrutura composta por um frontão triangular com um nicho ao centro do tímpano, ornado por aletas, elemento arquitetónico com curva e contracurva encimado por uma espécie de esfera ovalada. No vértice central do frontão, já no telhado, encontra-se o campanário, elemento que suporta o sino, ladeado por duas colunas pequenas de fuste quadrado, constituindo um elemento estrutural de sustentação vertical, em pedra, com base, fuste e capitel simples, de ordem toscana, que se alinham com as pilastras da estrutura do segundo registo.

O interior da Capela encontra-se em muito mau estado de conservação, sendo que apesar da dificuldade em permanecer no espaço, ainda se conseguiu registar digitalmente alguns pormenores de grande interesse. Segundo informações primárias relatadas pelo proprietário, o interior da Capela continha, no altar-mor, um retábulo de talha dourada de estilo joanino que, por atos de vandalismo após o 25 de Abril de 1974, foi roubado e vendido à peça, por pessoas sem noção alguma do valor estimativo e patrimonial que este retábulo continha. Além do retábulo, elemento estruturante da Capela, que não tem presença, existe ainda o coro alto, com uma varanda em madeira decorada com balaustradas. Também é visível a decoração em estuque que revestiu as paredes de pedra, especialmente as janelas e as portas que foram emolduradas por supostas cortinas entrelaçadas, trabalhadas em estuque com alto relevo, conforme as imagens registam, numa dinâmica decorativa que se depreende ter sido realizada na Época Barroca (Figura 177).

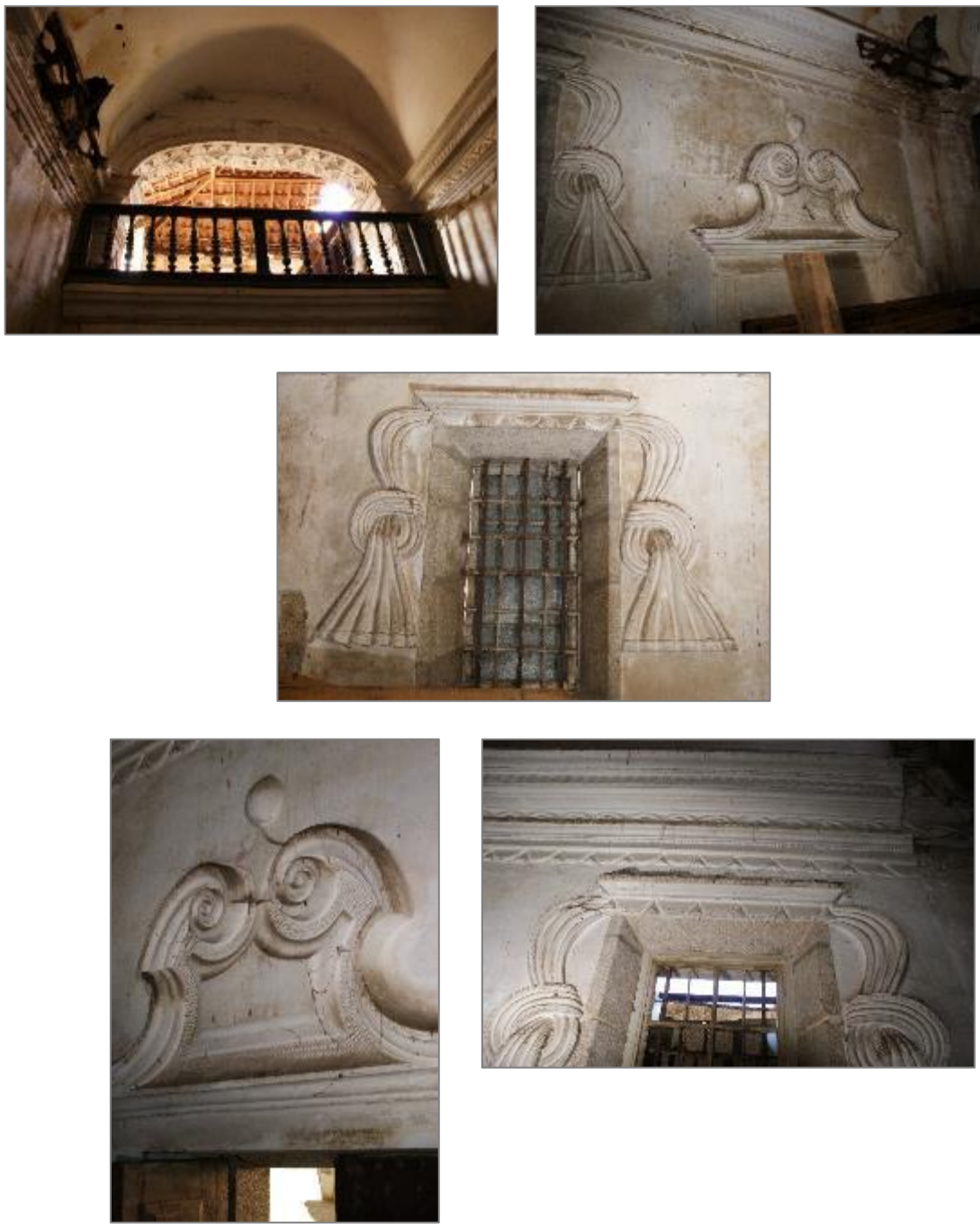


Figura 177. Imagens do interior da Capela.
Fonte: Imagens de Daniel Monteiro.

De salientar que a Capela sofreu visualmente mais uma crueldade no sentido estético, aquando das obras na rua de S. João Baptista, não havendo o cuidado no plano Urbanístico de preservar o espaço necessário em volta do edifício, muito pelo contrário, afundaram-no de forma inconsciente, sem qualquer tipo de respeito por um imóvel que tinha a sua própria identidade, ou seja, um legado Histórico e patrimonial com cerca de cinco séculos de História (Figuras 178 e 179).



Figura 178. Perspetiva lateral da Capela.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 179. Perspetiva frontal da Capela.
Fonte: Imagem da Autora.

4. TRANSFORMAÇÕES E ALTERAÇÕES ARQUITETÓNICAS SOFRIDAS AO LONGO DOS SÉCULOS NOS EDIFÍCIOS DA QUINTA DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO

A importância deste estudo sobre a Casa Nobre na Época Barroca, nos séculos XVII e XVIII, no Concelho de VNG tem, desde o início do enunciado, o propósito de investigar e compreender, não só a sua historiografia, como a tipologia arquitetónica na organização do espaço que ocupa, nos materiais de construção usados, na sua conservação e alterações sofridas ao longo da sua existência, na presença da Capela adossada à Casa, assim como tentar descodificar se existem tipologias diferentes nas Casas em estudo, por se encontrarem em zonas geográficas díspares, sendo que este será mais um dos interesses que move a investigação.

A Quinta dos Condes do Paço de Vitorino era, à época da sua inicial existência, um local onde a ruralidade imperava (longe dos centros urbanos), por isso um lugar procurado pelos Nobres, que se tornavam senhorios de um lugar para habitação permanente, ou para descanso e passar férias. Estes arrendavam parcelas de terrenos a "Enfiteutas" e, através destes, recolhiam proventos. No caso de habitação permanente, a alternativa seria ter caseiros que cuidavam e trabalhavam a terra, sob a sua vigilância. Quanto maior o espaço, mais colheitas e mais lucros conseguiam gerar. Nesse sentido, o espaço tinha de ser organizado para que tudo pudesse funcionar, e a Casa de habitação principal tinha de marcar diferença das dos caseiros, dos abrigos dos animais e da guarda dos bens agrícolas. Pelo que se investigou, é nos finais da Idade Média que a Casa-Torre tem o papel principal da habitação do Nobre, e a Quinta hoje, chamada dos Condes, não fugiu à regra porque, conforme os documentos

referem, a existência de uma Casa-Torre no séc. XVI era sinal da presença de pessoas Nobres, que poderiam ser de: Nobreza de linhagem de sangue e do Clero; Nobreza adquirida pelo Dom que a realeza oferecia a quem prestava serviços ao Rei, quer militares quer os de toga; e ainda Nobreza adquirida pela Burguesia, ou seja, homens de negócios bem sucedidos. Neste caso de estudo, da Quinta do Paço de Vitorino, pelo que já se concluiu com a documentação consultada, desde o séc. XV era pertença do Cabido do Bispado do Porto, uma entidade acima da Nobreza, como aliás nos livros sempre se identificou: Clero; Nobreza; e Povo. Reforçando esta titularidade, a Casa-Torre que existia já naquele século, será uma forte clarificação para a sua designação como um espaço habitacional da Nobreza, e que curiosamente nunca perdeu esse título ao longo dos séculos, conforme temos vindo a constatar e desenvolver em narrativa. Conclui-se, pela História deste património, que mesmo nos dias de hoje, este continua nas mãos de uma Nobreza herdada, família de Brasão, designada como Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, implantada desde sempre numa Zona Rural, com uma tipologia obrigatória para os fins a que se destinava, ou seja: dois pisos, um térreo para serviços e um sobrado para habitação dos proprietários; casas térreas, para os trabalhadores; abrigos para animais; adegas e outros; e, sobretudo, muito espaço para a produção agrícola.

O nosso estudo incide na investigação com a fundamentação de que na Época Barroca esta Casa sofreu grandes alterações, as quais passamos a descrever. No ano de 1593, a existência de uma Casa-Torre telhada, Casas terreiras telhadas e Casas colmadas é factual pelos documentos que o comprovam, assim como em 1594, a sua existência é confirmada com o reforço de que existiam Casas terreiras pegadas à Casa-Torre, certificando assim o nosso estudo sobre a evolução da habitação Nobre que se desenvolve a partir da Torre, com construções de habitação compostas por compartimentos mais cómodos e funcionais que, apesar de serem térreos, vão sendo aumentados com um sobrado (andar superior), como já é documentado nos anos de 1675 e 1679, com a informação sobre a existência de Casas assobradadas.

Será, no nosso entendimento, neste período de início de seiscentos que se dá a grande transformação na construção deste edifício de planta em U, com rés-do-chão e primeiro andar, sem a varanda corrida alpendrada, e com o corpo da Capela como Casa, que só mais tarde terá a função de Capela, como adiante se poderá verificar. De realçar que o varandim e a escadaria de acesso a este, só estão descritos no ano de 1772.

Tentou-se um exercício imaginário, "desconstruindo" o edifício como hoje se encontra, e verifica-se que a principal contribuição do séc. XVII é a Arquitetura da Casa de planta em U de inspiração francesa, sóbria, sem aparato ou qualquer decoração, que corresponde à tipologia arquitetónica de seiscentos, num período de transição entre o Renascimento e o Barroco, ou seja, no séc. XVII que, como refere Carlos Azevedo, as Casas Nobres "(…) começam acusando maior regularidade, desenvolvendo-se em comprimento, e a composição dos alçados caracteriza-se por grande simplicidade repetindo até, um tanto monotonamente as aberturas" (Azevedo, 1969, p. 56).

Como atrás se referiu, "desconstruiu-se" o edifício da Casa através do desenho (Figura 180), verificando-se de certa forma o que se acaba de constatar, que era um edifício com fachadas simples, com vãos necessários (janelas e varandas), sem escadas de acesso, uma vez que esse acesso era feito pela parte de trás da fachada central, através de escadas simples que se encontram no corredor do pátio (quintal) a céu aberto, local onde se desenvolvem, verdadeiramente os aposentos da Casa, assim como outras construções como ainda hoje se verifica, a exemplo, a cozinha. A passagem para as traseiras (lado nascente) era feita pelo arco central, ou pelas portas laterais voltadas a poente. Era a nascente onde tudo acontecia, ou seja, a entrada para a Casa, os espaços comuns de trabalho, a guarda de animais e utensílios, a extensão de área agrícola e, curiosamente, uma porta de entrada para a Quinta, pela rua S. João Baptista, de acesso rápido para o interior da Casa, assim como acesso a todas as outras construções e campos à sua volta. No fundo, a fachada principal da Casa seria a nascente, e a poente seria a traseira da Casa que se embeleza só com as janelas e varandas.



Figura 180. Desenho do edifício da Casa.
Fonte: Imagem de Dra. Márcia Silva Ventura.

É no arco central desta fachada primitiva, virada a poente, que se deteta e se confirma a existência de uma plataforma de base de sustentação[67], que suportava uma varanda ou janela de sacada ao centro (Figura 181), e que conforme a imagem mostra (Figura 182), a base de sustentação desta janela de sacada (que se vê no interior do arco) não foi retirada aquando da construção posterior do acrescento da varanda alpendrada em volta da Casa, onde o chão é assente na base da então plataforma de sustentação (Figura 183). Ainda bem que essa base de sustentação não foi retirada, porque, assim, hoje faz um testemunho vivo de que era a partir dessa fachada que se desenvolvia a Casa para o lado nascente, e que o arco rasgado no piso térreo servia para dar passagem de um lado para o outro, ou seja, do lado poente *vs.* nascente, lugar este onde tudo acontecia. Este pormenor é indicativo de que as fachadas primitivas não contemplavam as varandas alpendradas corridas, o que, na nossa interpretação, só acontece no século seguinte.

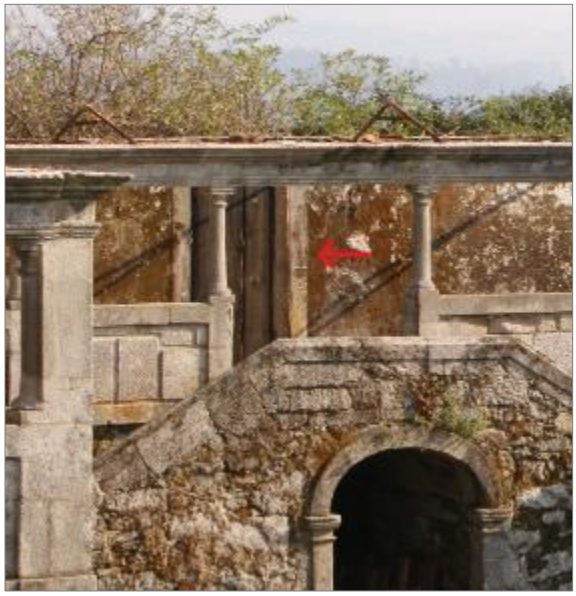


Figura 181. Janela de sacada (ou varanda) da fachada primitiva da Casa.
Fonte: Imagem da Autora.

[67] Varandel - Varanda estreita, plataforma. Guarda corpo das janelas rasgadas até ao solo. Podendo também ser chamada de varandim ou varanda estreita (Silva & Calado, 2005, p. 373).



Figura 182. Plataforma de base de sustentação da janela de sacada que se encontra no piso superior, no centro da fachada virada a poente.
Fonte: Imagens da Autora.



Figura 183. Chão da Varanda Alpendrada feita *a posteriori*.
Fonte: Imagens da Autora.

Também a nossa argumentação sobre a Capela não existir no início de seiscentos, dado que no nosso ponto de vista esse corpo seria constituído pelos três blocos que fazem a planta em U, ou o espaço de outros serviços, vem a confirmar-se, não só pela documentação à época onde a Capela está excluída, como também por observação direta no local, onde se deteta uma alteração na fachada do corpo voltado a sul que, na nossa interpretação, foi habitação, mas que mais tarde se altera para Capela. As transformações arquitetónicas são bem visíveis numa análise por observação e deteção de que parte do corpo que hoje é Capela, inicialmente seria Casa. De outra forma não se pode compreender o porquê da existência de uma pilastra quase a meio do corpo (Figura 184). Entende-se, pela imagem e pelo que foi detetado presencialmente, que o corpo da Casa contempla o espaço entre esse pilar e o outro, junto ao poste de eletricidade. Só mais tarde, no nosso parecer, é que foi aumentado com um corpo quadrangular contendo as colunas e um frontão, raciocínio que mais adiante se irá desenvolver. São várias as razões para esta constatação: a primeira, por a Capela não constar na documentação no séc. XVII; a segunda, pela pilastra ou pilar se encontrar quase a meio do corpo, exprimindo claramente o término do corpo da Casa e início do corpo quadrangular da Capela; a terceira, conforme se vê na imagem (Figura 185), por o beiral em pedra, junto à pilastra onde termina o corpo da Casa, estar desalinhado, ou melhor, estar construído mais recuado, o que, por defeito, demonstra seguramente uma obra feita posteriormente mas que deixa os pormenores falarem por si.



Figura 184. Fachada da Casa, seguida da Capela.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 185. O Beiral em pedra desencontrado.
Fonte: Imagem da Autora.

Sintetizando: neste período do séc. XVII, pelo investigado, é factual a existência das Casas de sobrado na Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, bem como, pelo contrário, a não existência da Capela. Por fim, constata-se que as estruturas das Casas tinham uma tipologia que, à época, era comum, ou seja, fachadas sóbrias, sem decoração, com influência europeia de planta em U, muito embora em Portugal as construções sejam mais maneiristas, uma vez que, dependendo do poder económico do proprietário, a Casa seria de maior ou menor impacto, não esquecendo que a Casa de habitação Nobre tem proveniência da Casa-Torre.

No trilho da nossa caminhada, e chegados ao século seguinte, o de XVIII, a documentação elucida que no ano de 1772 existem Casas assobradadas térreas e telhadas, como no século anterior, e já se registam as varandas em volta e escadas de pedra com lanços, no lado poente, assim como menciona uma Capela em que se diz missa com a sua tribuna. Outras informações foram também recolhidas, como: a existência de um terreiro com uma fonte com o seu tanque; a Casa de sobrado e telhada que serve de adega e lagar; a Casa térrea, palheiro e recolha de gados; campos; leiras; hortas; pomar e jardim.

Perante este quadro documental bem desenhado, localmente analisou-se que efetivamente as varandas alpendradas em volta da Casa são uma realidade, assim como a presença das escadas de dois lanços, isto tudo situado a poente.

Temos de ter presente que neste período, entre 1679 e 1772, existem noventa e três anos de diferença, ou seja, quase um século, tempo suficiente para se fazerem muitas alterações nos edifícios, nos terrenos e na forma de viver. Infelizmente, não se encontraram, até à data, documentos desse período, o que poderá ser um desafio futuro *quiçá* para todos que tenham interesse em pesquisar mais, acrescentando conhecimento ao já trabalhado.

Neste sentido, baseados nas provas documentais e na observação direta dos factos no local, é perentório asseverar que a varanda alpendrada, a toda a volta da Casa, é construída no séc. XVIII, como é indicado no documento dos Autos de Vedoria de 1772. Este registo não invalida que a sua construção seja apontada para o início do século (1700), uma vez que há outros documentos nas Memórias Paroquiais que informam da celebração de um casamento na Capela, em 1712 e em 1758, com a referência também à existência da Capela. Passando aos factos constatados, iremos recorrer às imagens tiradas no local para uma melhor perceção do que se defende.

Já se identificou o arco primitivo térreo através da plataforma que se detetou da varanda que fazia parte da fachada principal da Casa, com passagem por debaixo da mesma, entre o lado poente e o nascente, que é o arco com o número 1 (Figura 186).



Figura 186. Visão perspética de poente a nascente.
Fonte: Imagem da Autora.

É através deste arco 1 que se faz o acrescento para poente, de toda a varanda alpendrada adossada à fachada, ficando o chão entre o arco 1 e o 2, sendo que o arco 2, que está inserido na fachada térrea ao centro, para além de suportar a carga do construído, ou seja, o chão que percorre a varanda em volta da Casa (Figura 187), continua a permitir a passagem de um lado para o outro. Um terceiro arco acaba por ser feito numa outra estrutura da fachada, ou seja, o arco 3, para suportar o patamar e as escadas acrescentadas, conforme apresentado na Figura 188.



Figura 187. Chão da Varanda.
Fonte: Imagem da Autora



Figura 188. Arco da fachada de suporte ao patamar e às escadas de dois lanços.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

A confirmar esta enorme transformação dos alçados principais que, relembrando, eram fachadas simples, sóbrias, só com janelas e varandas, sem acesso ao andar superior pelo exterior, temos ainda a verificação segura, no local, através de várias provas de construção, de as varandas terem sido construídas *a posteriori*, pois como se pode verificar na imagem (Figura 189), o chão da varanda, que foi adossado ao corpo da Casa e da Capela, cortou um vão de entrada de luz de considerável dimensão, podendo-se considerar como pertença da construção primitiva.



Figura 189. Corte do vão de entrada de luz aquando da construção do chão da varanda.
Fonte: Imagem da Autora.

Também devidamente analisado foi o facto de se encontrar nas arcadas térreas, o testemunho do que temos vindo a defender, de que a construção das varandas alpendradas

corridas em torno dos três corpos da Casa foi feita *a posteriori*, conforme as imagens nos asseguram. Ou seja, no corpo do lado direito é perfeitamente visível a mísula que sustenta o arco da arcada, não só na diferença do material, como nitidamente se observa na sua colocação em cima da pilastra que remata o final da construção do corpo da Casa do lado direito (Figura 190), assim como no corpo do lado esquerdo, em que se verifica que a construção é seguramente executada após a Casa, uma vez que o remate de sustentação do chão da varanda, através do arco adossado à fachada, é claramente uma solução de construção após a edificação primitiva da Casa (Figura 191).

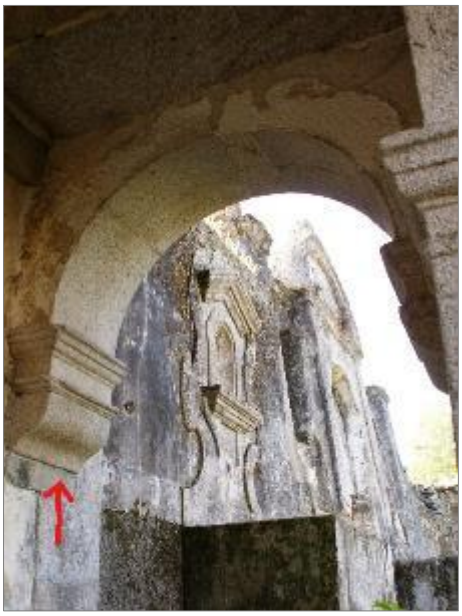


Figura 190. Arcada térrea do lado direito da Casa.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 191. Arcada térrea do lado esquerdo da Casa.
Fonte: Imagem da Autora.

Perante tais factos, como atrás já foi proferido, estas varandas surgem relatadas em 1772, um século após estarem já registadas as Casas assobradadas, o que nos impede de inferir datas muito precisas da construção das referidas varandas. O mesmo acontece com a Capela, verificando-se que em 1679 não é incluída a sua existência, o que só acontece em 1772. Todavia, sabemos que em 1712 foi realizado o casamento de José Pinto Monteiro, filho de Gonçalo Pinto Monteiro, herdando de seu Pai, como terceira vida de prazo, a Quinta. Depreende-se, por isso, que Gonçalo Pinto Monteiro tenha sido o promotor da construção da Capela entre 1679 e 1712, utilizando o corpo da Casa a sul, acrescentando-lhe uma galilé e um frontispício quadrangular (no interior o coro alto) encimado por um frontão, como é

visível na imagem (Figura 192). Esta construção foi seguramente feita *a posteriori*, acrescentada ao corpo da Casa, caso contrário não se justificaria uma pilastra de divisão dos dois corpos e de vigas de sustentação horizontais em cima de colunas quadradas completamente deslocadas, quer da base da coluna (Figura 193), quer da fachada do corpo da Casa (Figura 194), e ainda o desalinhamento do beiral junto ao telhado (Figura 195).



Figura 192. Estrutura quadrangular aumentada à Casa transformando-se em Capela.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 193. Pormenor de assentamento das vigas desalinhadas no aumento da estrutura para a Capela.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 194. Pormenor do desencontro da viga de sustentação da estrutura, que se adossa à pilastra do corpo da Casa.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 195. Pormenor do beiral em pedra junto ao telhado, desalinhado.
Fonte: Imagem da Autora.

Numa observação mais atenta, a sensação visual permite reiterar que a estrutura quadrangular fechada foi ali colocada, assente em colunas de sustentação que formam uma espécie de nártex, e que corresponde ao coro alto, sendo que a mesma estrutura, através do piso térreo, antecede a entrada para o então edifício Casa, que deixa de ser Casa para se transformar em espaço para a Capela. A Capela ficou com o altar organizado ao fundo (a nascente), com um retábulo em madeira de talha dourada, que já não se encontra no local, um coro alto a poente, com varanda de balaustradas em madeira (Figura 196), com duas janelas, uma a poente e outra a sul, assim como uma porta a norte, porta essa de serventia exclusiva aos proprietários. Este aumento estrutural, que se pensa ter acontecido, faz derivar

a Capela, que acaba por o ser exteriormente, através da caracterização que o frontão lhe permite, com alguma decoração de aletas enroladas, e no vértice, um campanário, lugar destinado ao sino. Este frontão indica seguramente a sua construção posteriormente, em relação à Casa, pelo desalinhamento que se verifica no telhado de quatro águas (Figura 197). No interior, a Capela apresenta todos os requisitos normais de um espaço litúrgico, onde não só os proprietários usufruíam das celebrações, como a população, uma vez que a sua organização como Capela semi-pública permitia essa dualidade de critérios. A decoração em estuque de alto relevo que envolve as portas e os vãos de entrada de luz, como que de cortinas envoltas em laços se tratasse, marca a organização do espaço sacro presente no séc. XVIII, uma época onde o Barroco explode com a sumptuosidade que lhe é reconhecida.



Figura 196. Coro alto com varanda em balaustradas de madeira.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.



Figura 197. Frontão desalinhado com o telhado de quatro águas.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

Ainda em referência ao que se defende sobre a Capela que, antes de o ser, seria Casa, constata-se que simetricamente este corpo continha, dos lados sul e norte, uma porta e um vão de entrada de luz de cada lado, sendo que a porta do lado sul (porta de entrada para a Casa) (Figura 198) foi tapada, conforme se verifica no interior da Capela (Figura 199), porque a entrada para a Capela não poderia ser lateral, uma vez que foi feita a verdadeira entrada (mais sublime) pelo lado poente.



Figura 198. Seta que indica o local onde existia a porta de entrada para a Casa.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 199. Porta tapada no interior da Capela na fachada virada a sul.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

Sobre o lado da Casa virada a norte (fachada do corpo da Capela), no exterior (Figura 200) encontra-se uma porta e um vão, que foi cortado a dois terços aquando da construção

da varanda (Figura 201). No interior, a simetria é exímia, um verdadeiro espelho do lado virado a sul, ou seja, frente a frente existem duas portas e dois vãos de entrada de luz (Figura 202).



Figura 200. Porta e vão da fachada virada a norte.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.



Figura 201. Vão cortado no chão da varanda.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 202. Porta e vão do lado virado a norte.
Fonte: Imagem de Daniel Monteiro.

Ainda sobre as alterações sofridas por transformações que ao longo do tempo foram executadas na Quinta, através das Figuras 203 e 204 podemos verificar que a Quinta é murada após o acrescento da Capela, uma forma de colocar a mesma extramuros, evitando a circulação das pessoas no terreiro e na própria Quinta. Neste muro, pelo interior, no terreiro a poente, do lado direito, encontra-se a fonte em espaldar com tanque e bica de água, que faz parede-meia com o muro voltado para o exterior.



Figura 203. Muro de vedação da Quinta.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 204. Muro de vedação da Quinta (ampliação).
Fonte: Imagem da Autora.

Sintetizando: perante a análise e estudo feito através de documentação e constatação de factos na Arquitetura edificada da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, na época a que se propõe este estudo, muitas foram as dúvidas no desenrolar da pesquisa, na procura de respostas às questões que se iam colocando, fazendo exercícios muitas vezes imaginários, retrocedendo a um passado longínquo e tentando localizar-nos no espaço e no tempo. Todavia reconhece-se, mesmo que algumas respostas possam ficar por confirmar, que o caminho trilhado conquistou, desvendou e descodificou bastante informação guardada em documentos, constituindo uma mais-valia para o conhecimento, assim como por observação direta e técnica no edificado, tornando positivo o trabalho elaborado.

O mais relevante neste trabalho foi caracterizar arquitetonicamente a Casa e a Capela, sobre a sua construção visível, numa observação presencial. Todavia, se levássemos só esse caminho, seria uma decisão errada… porque, conforme refere o provérbio, *"as aparências iludem"*. De facto, esta Casa da época Barroca só tem a fachada com uma varanda alpendrada, o piso térreo com arcadas e um bloco quadrangular como frontispício da Capela que foi acrescentado à Casa primitiva. Nesse sentido, um trabalho de pesquisa obedece a uma seriedade desmedida e uma honestidade técnica e intelectual irrepreensível. Fez-se jus a esses princípios, dando sempre o nosso melhor, esperando que outros investigadores possam vir a acrescentar muito mais ao que se conseguiu até este momento.

Dissecando a nossa investigação, pode finalizar-se dizendo que a Quinta, Casal ou Paço, no lugar de Vilar de Andorinho, regista-se já em 1499 como um espaço Rural, com uma Casa-Torre, Casas térreas telhadas e Casas colmadas. É em 1675 e 1679 que se registam Casas de sobrado telhadas e Casas térreas telhadas. Surge o ano de 1772 com a informação documental que regista Casas de sobrado com varanda em volta, escadas adossadas à Casa, com dois lanços, e confirma a existência da Capela. Como se verifica, as varandas, as escadas, e o bloco quadrangular da Capela, assentes em colunas, só podem ter sido construídos no espaço de tempo entre os anos de 1679 e 1772. Como este espaço compreende quase um século, não foi possível confirmar em que década se faz o aumento da varanda alpendrada e se constroem as escadas e a Capela. No entanto, o registo dos materiais diferenciados e da construção propriamente dita foi possível pelo estudo efetuado no local. Há a informação documental do casamento do filho do proprietário, na altura, que se realizou na Capela em 1712. Ora se casou na Capela, esta foi edificada antes deste ano, através de uma transformação do edifício que era Casa, ou espaço de vários serviços agrícolas, do lado sul. A este corpo foi adossada uma construção quadrangular suspensa, mas sustentada por colunas quadrangulares em pedra, embelezada por um frontão decorado, identificativo de que aquele edifício era um lugar dedicado à Casa de Deus, ou seja, uma Capela. Se temos testemunhos documentais de que em 1712 a Capela existia, o mesmo não acontece sobre a construção das varandas alpendradas e das escadas. No entanto, certezas existem que as mesmas foram construídas depois, conforme se verifica no chão do corredor da varanda, onde se encontra um vão de entrada de luz cortado a um terço da sua total dimensão, presente na fachada virada a norte, do corpo que era Casa, que depois é transformado em Capela. Também se verificam e constatam diferenças na construção das arcadas de sustentação das varandas alpendradas em volta de toda a Casa, como atrás já foi especificado. Neste sentido, a transformação da tipologia arquitetónica da fachada da Casa com a varanda alpendrada terá ocorrido no final de seiscentos ou início de setecentos.

Neste contexto, toda a emblemática construtiva que ao longo dos séculos sofre alterações, não invalida a constatação de que estamos perante uma Arquitetura erudita, com pormenores que identificam a sua História como edifício e as suas funções, um exemplar único no Concelho de VNG, muito embora com o lamento de que o seu estado de degradação tem avançado de forma galopante para um destino que será inevitável, perdendo-se um património com Memória Histórica e Identitária jamais recuperável.

Este património Casa/Quinta, com todas as características que lhe são reconhecidas, apesar do seu adiantado estado de degradação, apresenta uma tipologia ao longo da sua existência, como uma Casa/Quinta Nobre Rural.

A mesma contempla tudo o que nos leva a observar sobre o esforço arquitetónico decorativo concentrado nas fachadas: o desenvolvimento horizontal; um piso superior, o chamado piso Nobre e um térreo para várias serventias agrícolas; a escadaria que desempenha um papel primacial no exterior do edifício; os pátios terreiros externos; as fontes com tanques de água para consumo, para regas e para dar de beber aos animais.

O fator mais importante está concentrado na entrada da Casa, normalmente com o aparato necessário numa demonstração viva da importância de quem lá reside, muito embora isso só aconteça quando são construídas as varandas alpendradas e as escadas de dois lanços, elementos que comprovam o prestígio social, com degraus convergentes e divergentes, com patamares decorados no começo, com volutas enroladas.

Em regra, a escadaria na Época Barroca vai culminar em varandas alpendradas espaçosas, compostas por colunatas e pilastras, e a Casa/Quinta dos Condes do Paço de Vitorino não foge à regra, podendo-se considerar efetivamente como uma Casa de habitação Nobre Rural.

Tentou-se refletir e seguir o aconselhamento do autor Carlos Azevedo, que nos estimulou da seguinte forma: "(…) invariavelmente, está dentro das nossas possibilidades chegarmos a soluções muito aproximadas, desde que se observe o edifício com atenção. E isso já é alguma coisa. O exame atento do edifício, portanto, é fundamental" (Azevedo, 1969, p. 14). Na verdade, todo o nosso percurso pautou-se, não só, pela seriedade intelectual como pelo exame atento a cada edifício dos casos de estudo, sem pretensões desmedidas de concretizações perfeitas, impensáveis no domínio da caracterização de datas ou estilos, uma vez que na maioria dos casos, pela sua longevidade, é inevitável a mistura ou sobreposição de elementos sofrendo transformações através de obras, restauros, ampliações, tanto interior como exteriormente.

CAPÍTULO II.

Casa/Quinta do Choupelo de José de Azevedo e Sousa

A Casa de José de Azevedo e Sousa encontra-se na união de freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, na Zona Fluvial do Concelho de VNG. É documentada como Quinta do Choupelo em 1760, e mais tarde como Solar do Choupelo, por ter sido construída no lugar junto à Rua do Choupelo[68]. Atualmente a propriedade pertence à empresa *The Fladgate Partnership S.A.*

A Casa/Quinta de José de Azevedo e Sousa é uma das cerca de quarenta Casas de habitação, com Capela, que se selecionou como caso de estudo, e se dúvidas pudessem existir, como acontece com outros casos de estudos sobre quem manda construir, no caso desta Casa ficam dissipadas uma vez que existe documentação a comprovar claramente que a edificação da Casa na Quinta do Choupelo foi mandada fazer por José de Azevedo e Sousa, no séc. XVIII. Esta Casa resistiu ao tempo, com mais de duzentos e cinquenta anos de existência, encontrando-se atualmente em funcionamento como Museu da Moda e do Têxtil, *Porto Fashion*, depois de ter sofrido alterações arquitetónicas significativas.

Pretende-se com os três casos de estudo que se selecionaram para investigação, sendo que este é o segundo, analisar e conhecer a produção arquitetónica civil portuguesa com a sua evolução ao longo dos séculos, tendo o seu apogeu com a entrada do Barroco em Portugal, no séc. XVIII. As raízes desta Arquitetura, adequada à realidade temporal, remontam à Época Medieval, como já se vem referindo, através da tipologia da Casa-Torre, inspirada na Arquitetura Militar, tipologia única, mas que mais tarde a Torre é aumentada com construções horizontalizadas que vão manter-se até ao início da Época Moderna, pela necessidade de adaptações aos preceitos de uma nova Arquitetura, com mais espaço e comodidade.

[68] "O topónimo Choupelo refere-se a um lugar do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia cuja ocupação remonta, pelo menos, aos tempos modernos. O nome do lugar que, há muito, tem vários arruamentos, foi dado à rua mais central do lugar, a qual tem uma orientação norte/sul, começando junto da igreja paroquial de Santa Marinha e acabando na Rua Conselheiro Veloso da Cruz. Ao longo de cerca de 500 metros a rua do Choupelo segue o trajecto que leva da cota baixa à cota alta do Centro Histórico. O lugar do Choupelo nasceu assim num cerro limitado, a nascente, pela Rua Direita (também conhecida por Calçada de Vila Nova e hoje Rua Cândidos dos Reis) e o vale do Rio Martinho e, a poente, pelo ribeiro que nasce perto de Santo Ovídio e corre a meio da velha Quinta do Maravedi. A norte o lugar do Choupelo, confrontava com as traseiras da igreja paroquial de Santa Marinha e algumas terras que lhe estavam adstritas, nomeadamente o chamado Campo do Sineiro" (Conde, 2014, p. 2).

Depois do levantamento analítico sobre o estado da arte da História da Arquitetura, na Parte I, Capítulo III, concluiu-se que em Portugal, a História da Casa Senhorial tem como descendência o tipo de construção com a Torre quadrada, de paredes espessas, com poucas aberturas e coroada com ameias. Encontram-se algumas construções no Norte, mais propriamente na Região de entre Douro e Minho. Todavia, por falta de conhecimento, é normal que a maioria das pessoas as confundam e as caracterizem somente como Castelos, que no seu tempo tinham a função militar de abrigo e defesa, assim como a ocupação de residência Régia. Na verdade, a maioria teve essa função até ao final da reconquista Cristã, que acontece nos finais do séc. XV, mas a evolução e adaptação do Castelo com as referidas funções progrediu com a construção de corpos adossados onde as comodidades eram uma necessidade. Desta ampliação, o espaço edificado Torre, elemento fundamental para se designar a Casa como Nobre, vem mais tarde, em seiscentos, como se tem vindo a constatar, dar lugar à Capela, elemento esse também de prestígio social, pois só a Nobreza e a Burguesia abarcavam poder económico para a sua edificação.

Sumariando, a Arquitetura civil nas Casas Senhoriais no Norte dá continuidade até muito tarde às Torres medievais, adaptando alguns elementos renascentistas. No entanto, estes, com significado secundário, não originaram alterações na estrutura da Casa, continuando desta forma a Casa-Torre a ter um papel marcante: no início isolada, só com construções secundárias à sua volta; depois, a Torre com um prolongamento estrutural adossado permitindo mais conforto e mais espaço; e mais tarde, a Torre no centro de dois corpos, ou duas Torres nas extremidades de um corpo central, prolongado horizontalmente, ocupando sempre um lugar de honra, ou seja, as Torres como centro das atenções. Inicia-se assim um progresso nos arranjos interiores das Casas, divisões que substanciam os quartos, as salas, a preocupação com a iluminação, as chaminés, o revestimento das paredes com azulejos e as madeiras a revestir os tetos.

Neste sentido, a Casa Nobre, que é a essência do nosso trabalho, exige reflexão, análise e estudo sobre o significado das suas características, um tema que obriga o Historiador de Arte a um alargado campo de pesquisa, colhendo o máximo de conhecimento que este tema exige.

A Casa de José de Azevedo e Sousa foi edificada no séc. XVIII, com a sumptuosidade que ainda hoje lhe é reconhecida. O seu estudo vai permitir situarmo-nos no tempo e no espaço que sempre ocupou. Teve a funcionalidade, naquela Época, que vamos dar a conhecer. Conserva uma História familiar vivencial, desde o proprietário que a mandou

construir até à pertença dos seus legítimos herdeiros, que vamos desenvolver. Sofreu alterações construtivas significativas ao longo dos anos, que iremos verificar com o recurso às plantas que fazem parte do processo da última renovação. Com o levantamento documental pretende-se caracterizar a Arquitetura correspondente à Época, na observação direta dos elementos decorativos que a fachada retém, e desenvolver o estudo da Capela, como elemento fundamental para a compreensão da atribuição deste edifício como Casa Nobre. Por fim, a compilação de todo o trabalho produzido, através de documentação, imagens e estudo presencial, permitirá reunir um legado Histórico e Memorial que se pretende registar, porque aos gaienses diz respeito, pela presença física e identitária a que nos habituou.

Neste contexto, os itens que se seguem, vão: apresentar registos históricos do património da Casa de José de Azevedo e Sousa, também com a designação de Casa ou Solar do Choupelo; aglutinar registos sobre a Arquitetura do edifício com a Capela, sendo que o estudo recai na tipologia arquitetónica e na sua Identidade enquanto Casa Nobre de habitação; também registar as transformações e alterações arquitetónicas sofridas ao longo dos séculos, através de análises feitas localmente às pedras "falantes" do edifício, com o concomitante recurso às plantas existentes, assim como de imagens fotográficas, identificando pormenores que permitem um exercício visual, agente de clarificação a algumas questões que pelo caminho nos vão sendo colocadas.

1. REGISTOS HISTÓRICOS DO PATRIMÓNIO DA CASA DE JOSÉ DE AZEVEDO E SOUSA TAMBÉM COM A DESIGNAÇÃO DE CASA OU SOLAR DO CHOUPELO E ATUALMENTE A FUNCIONAR COMO MUSEU DA MODA E DO TÊXTIL, *PORTO FASHION*

Como no Capítulo I já se referiu, conhecer o autor do projeto da Casa, ou seja, o Arquiteto, o Mestre Pedreiro, ou ainda o Homem do Risco, responsável pela construção do edifício, exigia uma longa e forte investigação documental que dentro do nosso espaço temporal seria difícil incluir, quando o mesmo não permite desvios de um trilho marcado sobre o objetivo a alcançar, que inclui: conhecer a propriedade e os seus proprietários à Época da construção; analisar a Arquitetura da Casa e da Capela sobre o "modo" da construção e complementos decorativos; e investigar as transformações sucessivas, desde a sua edificação até aos nossos dias, pois neste caso de estudo, a Casa de José de Azevedo e Sousa teve a sorte de manter a sua estrutura edificada primitiva bem firme, muito embora

com alguma notória descaracterização nas fachadas pelas alterações sofridas, que deixaremos em aberto para um juízo coletivo. Colocam-se então as questões: Com as alterações, ficou o edifício com funções mais operacionais? Teria sido descaracterizada a essência da raiz de uma Arquitetura que identificava uma Época que teve outras funções? Assinalaram-se diferencialmente elementos identitários com um registo das alterações ao longo das épocas? Pois bem, é sabido que na nossa era é já obrigatório, aquando de um pedido de licença de obras, que as alterações pretendidas para a realização das mesmas se façam constar no processo com memória descritiva, e nesse sentido deve existir um registo. Todavia, para os séculos mais remotos, a dificuldade em encontrar esses pedidos é enorme, por isso só mesmo um trabalho de investigação meticulosa nos permitiu encontrar documentalmente algumas informações que doravante iremos desenvolver.

Situando-nos atualmente na zona que este património ocupa, recorremos: à carta urbanística que localiza a área da Casa e da Capela adossada, assim como os terrenos e edifícios contíguos (Figura 205); a uma vista aérea retirada do *Google Maps* (Figura 206); e, com toda a importância que lhe é devida, à fotografia da fachada da Casa de José de Azevedo e Sousa, anterior à ultima intervenção arquitetónica. (Figura 207).



Figura 205. Carta urbanística que localiza a área da Casa/Quinta do Choupelo de José de Azevedo e Sousa, e da Capela adossada, assinalada com um círculo. (Anexo 124)
Fonte: Gaiurb (s.d.).

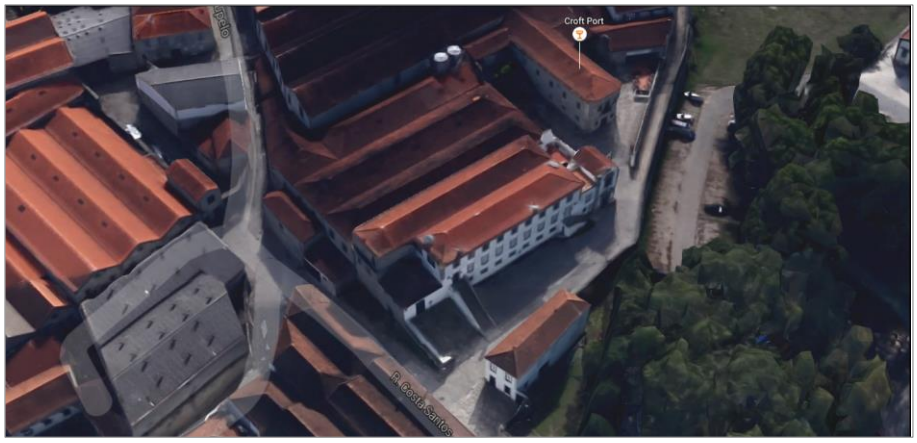


Figura 206. Vista aérea da Casa/Quinta do Choupelo de José de Azevedo e Sousa.
Fonte: Google Maps (2016).

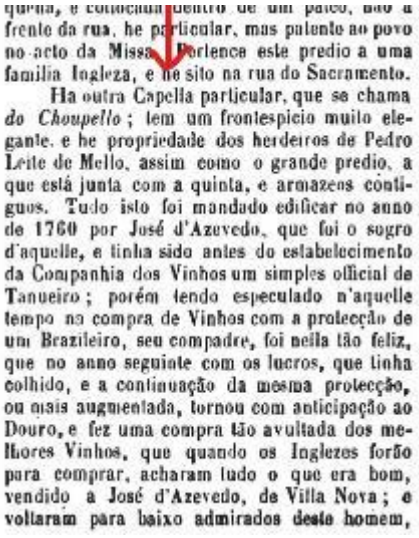


Figura 207. Fachada da Casa e Capela de José de Azevedo e Sousa.
Fonte: Imagem da Autora.

A Casa/Quinta de José de Azevedo e Sousa (Anexo 34) é um dos casos de estudo selecionados, atendendo à grande importância cultural e histórica que lhe está associada: primeiro, pela sua vetustez; segundo, pela sua tipologia distinta; terceiro, pela localização paisagística que adquire, num complexo já caracterizado como Zona do Centro Histórico de VNG; e quarto, pela sua função enquanto habitação e armazém de recolha de pipas de vinho que navegavam pelo rio Douro abaixo, ficando a maturar o seu fruto até ser engarrafado e tomar o seu destino através do caminho marítimo, para todas as partes do Mundo.

Este património arquitetónico civil contem registos históricos que o identificam como sendo uma construção edificada no séc. XVIII, mais concretamente no ano de 1760, conforme informação bibliográfica (Figura 208), que claramente descreve como sendo seu proprietário, José de Azevedo e Sousa (Santos, 1861, p. 58) (Anexo 44).

Sendo uma propriedade construída no ano de 1760, nas Memórias Paroquiais de 1758 não poderia constar o registo da Casa nem da Capela, conforme se pode verificar no documento (Anexo 45).



quena, e collocada dentro de um paço, não a frente da rua, he particular, mas patente ao povo no acto da Missa. Pertence este predio a uma familia Ingleza, e he sito na rua do Sacramento.

Ha outra Capella particular, que se chama *do Choupello*; tem um frontespicio muito elegante, e he propriedade dos herdeiros de Pedro Leite de Mello, assim como o grande predio, a que está junta com a quinta, e armazens contiguos. Tudo isto foi mandado edificar no anno de 1760 por José d'Azevedo, que foi o sogro d'aquelle, e tinha sido antes do estabelecimento da Companhia dos Vinhos um simples official de Tanoeiro; porém tendo especulado n'aquelle tempo na compra de Vinhos com a protecção de um Brazileiro, seu compadre, foi nella tão feliz, que no anno seguinte com os lucros, que tinha colhido, e a continuação da mesma protecção, ou mais augmentada, tornou com anticipação ao Douro, e fez uma compra tão avultada dos melhores Vinhos, que quando os Inglezes forão para comprar, acharam tudo o que era bom, vendido a José d'Azevedo, de Villa Nova; e voltaram para baixo admirados deste homem,

Figura 208. Trecho do livro sobre a existência da Capela de Choupelo. Fonte: Santos (1861, p. 58).



Figura 209. Registo de Batizado de José de Azevedo e Sousa. (Anexo 125)

Sabe-se, contudo, que José de Azevedo e Sousa nasceu a 21 de março de 1723, era filho de Cristóvão de Azevedo e de Inês Maria de Sousa (Figura 209)[69]. Casou com Mariana de Jesus Rocha de quem teve dois filhos. Contraiu um segundo casamento com Mariana de Jesus Azevedo (curiosamente com o mesmo nome próprio da primeira mulher) de quem nasceram cinco filhos, conforme árvore genealógica (Figura 210), destacando-se a sua filha Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa que recebeu o Morgado de Paço de Sousa quando contraiu casamento com o fidalgo Pedro Leite Pereira de Mello, uma família aristocrática de VNG, que era proprietária da Quinta de Campo Belo, designados como os Senhores de Quebrantões e Gaia-a-Pequena.

[69] Documento de Arquivo da ADPRT: PT/ADPRT/PRQ /PVNG16/001/0006.

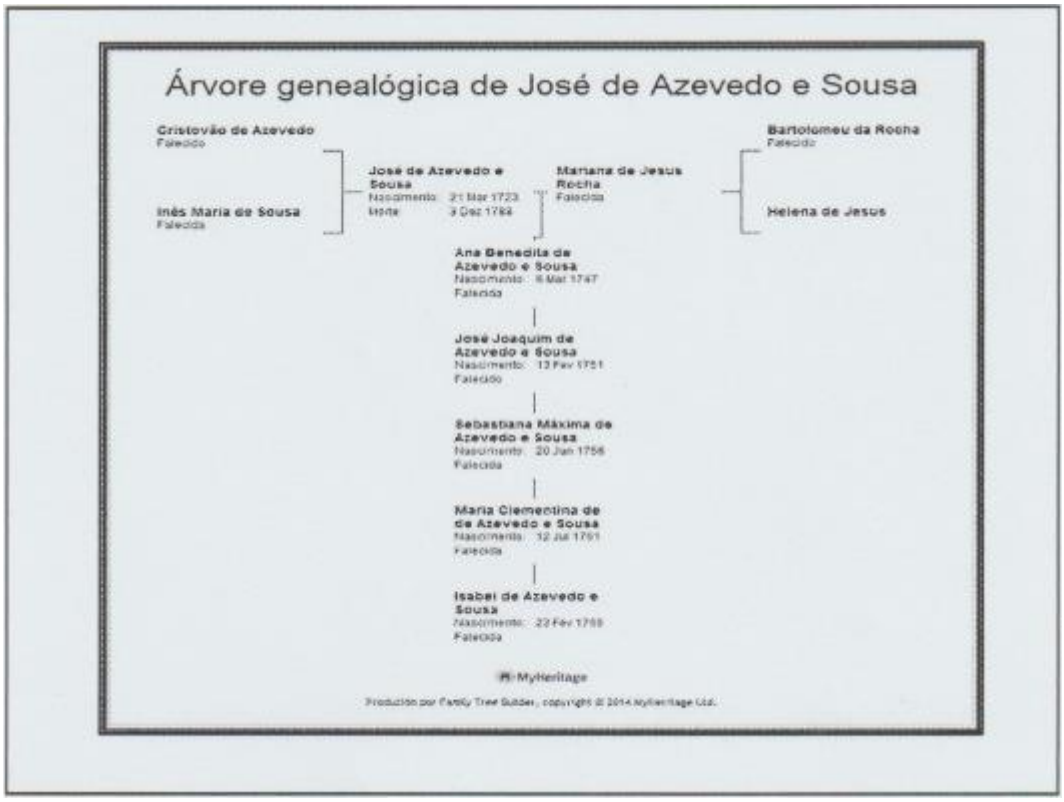


Figura 210. Árvore genealógica de José de Azevedo e Sousa.
Fonte: Gomes (2016, p. 7).

José de Azevedo e Sousa vem a falecer a 3 de dezembro de 1788 (Figura 211), "(…) deixando a sua família completamente dividida, assim como uma herança para dividir" (Gomes, 2016, p. 17). Após a sua morte foi elaborado um inventário de todos os bens, o mesmo pode ser consultado no Arquivo Municipal de Penafiel, assim como o acervo documental do seu testamento, ou seja, um tombo dedicado ao registo da vida e bens de um simples tanoeiro, mas um grande negociante de vinhos do Porto, fazendo fortuna e ascendendo a uma Burguesia conquistada, e posteriormente à Nobreza tão desejada.

Entre muita informação deu-se conta da preocupação de José de Azevedo e Sousa em deixar escrito em testamento que, caso falecesse na Casa/Quinta do Choupelo queria ser sepultado na sua Capela, e a acontecer o falecimento na sua Quinta de Paço de Sousa, ficaria sepultado na Capela dessa Casa. Conforme os documentos escritos, José de Azevedo e Sousa veio a falecer na Quinta do Choupelo em VNG, por isso, e sem pretensão a especular, será previsível que esteja sepultado na respetiva Capela da Casa do Choupelo, com o Orago de

Jesus, Maria e José, cumprindo-se assim a sua vontade expressa no testamento (Figura 212)[70].

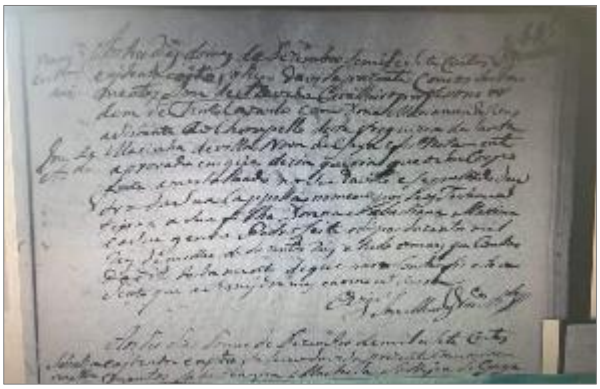


Figura 211. Documento do Óbito de José de Azevedo e Sousa. (Anexo 126)
Fonte: Gomes (2016, p. 17).

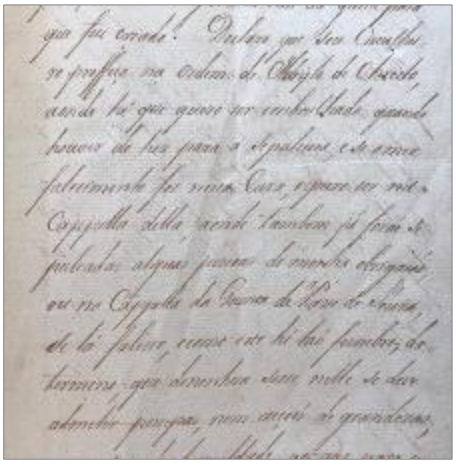


Figura 212. Documento testamentário de José de Azevedo e Sousa. (Anexo 127)

Segundo o estudo de Cecília Gomes, "Outro sinal de riqueza e nobilitação da parte de José de Azevedo e Sousa era este pertencer à Ordem de Cristo, hábito que conseguiu através de uma carta padrão que lhe foi deixada em testamento por Diogo Nunes" (Gomes, 2016, p. 27).

Também, por indicação documental, José de Azevedo e Sousa foi fundador do Morgado de Paço de Sousa, comprando em hasta pública, em 1772, a Casa da Companhia, Quinta e foros, após a extinção da Companhia de Jesus em 1759.

Sobre o historial da vida de José de Azevedo e Sousa, sabe-se que herdou de seu pai a profissão de tanoeiro, que também foi comerciante neste ramo de negócio, e que numa oportunidade de sorte gerou riqueza. Tornou-se num negociante de excelência, no comércio e produção de vinho do Porto, nas vinhas do Alto Douro, fazendo "(…) concorrência aos comerciantes ingleses, inicialmente com a proteção financeira de um brasileiro rico, seu compadre" (Conde, 2014, p. 7), promovendo a especulação nos preços, na aquisição de vinhos, sendo que o sucesso foi esplendoroso a ponto de, nos anos seguintes, com os lucros, ir comprando mais vinhas, como refere António Conde:

> José de Azevedo, correu o Alto Douro comprando a maior parte dos melhores vinhos que encontrou. E com tal perícia o fez que quando os comerciantes ingleses acorreram ao Alto Douro encontraram os melhores lotes de vinho vendidos a José de Azevedo, de Vila Nova, homem de

[70] Documento de Arquivo, cedido pelo Arquivo Municipal de Penafiel.

> quem toda a gente falava no Alto Douro, julgando os ingleses tratar-se de um banqueiro. (Conde, 2014, p. 8)

José de Azevedo e Sousa, o homem de quem tanto se falava no Alto Douro, estimulou no pensamento dos estrangeiros, essencialmente os ingleses, de que se tratava de um homem letrado, alto negociante, fazendo crescer o interesse em conhecê-lo. No entanto, segundo o autor da Descrição Topográfica de VNG de Manuel Rodrigues dos Santos, o espanto dos comerciantes ingleses foi notório quando "(…) encontraram um simples lavrista de Tanueiro; com o qual começaram a tractar a compra dos ditos vinhos, de que lhe resultaram tão grandes interesses, que se fez riquíssimo" (Santos, 1861, pp. 58-59).

Ainda no debruçar do estudo de António Conde, a prosperidade financeira e social de José de Azevedo e Sousa é:

> (…) comprovado pelo facto de, em 1759 ou 1760, ter adquirido a Casa da Companhia de Jesus, sita em Paços de Sousa, concelho de Penafiel e de na mesma data ter dado início à construção da capela e Casa do Choupelo, adquirindo também a Quinta do Pinheiro, em Amarante. Os bens das três propriedades referidas foram instituídos em Morgado, por escritura, a favor da sua filha Sebastiana.
>
> Provavelmente José de Azevedo teria dúvidas se poderia algum dia alcançar a nobilitação, dado a sua condição de burguês de recente data, muito embora, por mercê do rei D. José I, de 1717, lhe tenha sido concedida carta de padrão e tença e de, segundo refere o Conde de Campo Belo D. Henrique Távora e Cernache, tenha sido agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo.
>
> Nessa conformidade José de Azevedo e Sousa terá concebido um plano para instituir o referido morgado a favor de uma das filhas e preterindo os irmãos desta, por não terem um casamento nobre. Desse plano faria parte a vontade de lhe abrir os caminhos à nobilitação através de uma aliança de casamento com um descendente da vizinha casa de Campo Belo, situada a escassas centenas de metros do adro da igreja de Santa Marinha, onde vivia, na colina que dá para o lugar do Castelo de Gaia. Com efeito este desiderato acabará por se concretizar já que, em 15 de abril de 1779, na igreja da freguesia de S. Julião, do concelho de Lisboa, teve lugar o casamento de Pedro Leite Pereira de Mello, nascido em 21 de julho de 1741 na Casa de Campo Belo, em Santa Marinha, com D. Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa, de 23 anos de idade, filha de José de Azevedo e Sousa e de D. Mariana de Jesus de Azevedo. (Conde, 2014, p. 5).

José de Azevedo e Sousa, como já se referiu, era um simples tanoeiro de profissão, conquistou fortuna entrando para a classe da Burguesia, mas isso não o saciava socialmente. Tinha aspiração de chegar à classe da Nobreza, sendo que esse querer só podia ser concretizado através da união com laços de casamento a uma família Nobre, o que veio a acontecer. A sua filha Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa, com registo de batismo em 20 de janeiro de 1756 (Figura 213)[71] veio a casar com Pedro Leite Pereira de Mello, em 15 de abril de 1779 (Figura 214)[72]. Pedro Leite Pereira de Mello nasceu a 21 de julho de 1741

[71] Documento de Arquivo da ADPRT: PT-ADPRT-PRQ-PVNG16-001-0008_m00770, fls. 321.
[72] Documento de Arquivo da ADPRT: PT-ADLSB-PRQ-PLSB60-002-C3_m0076, fls. 69v.

na Casa de Campo Bello, foi batizado na Capela da Casa, teve foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real por Alvará de 22 de abril de 1745 (Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1985, p. 99).



Figura 213. Registo de Batismo de Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa em 20 de janeiro de 1756. (Anexo 128)

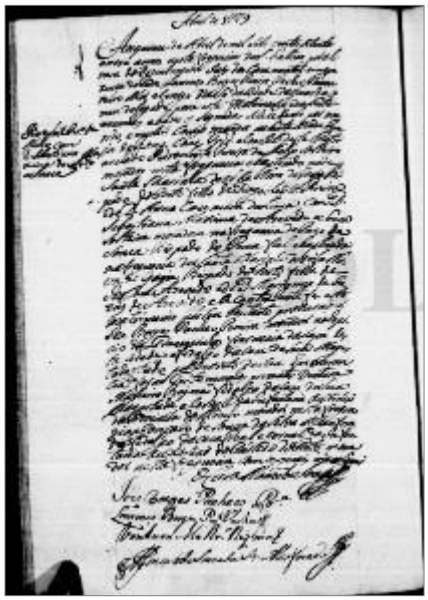


Figura 214. Registo de casamento de Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa e Pedro Leite Pereira de Mello, em 15 de abril de 1779. (Anexo 129)

Este casamento com o filho da fidalguia exigia dotes abastados, e José de Azevedo e Sousa não se fez rogado, tornando a sua filha na primeira Senhora do Morgado de Paço de Sousa e da Casa e Capela do Choupelo, fazendo-a herdeira, e como nos refere Manuel Rodrigues dos Santos, o Morgado de Campo Belo também "(…) não desdenhou aliar-se com o burguez, que vinha de ser inda há pouco um simples artista; e isto num tempo, em que aqueles se lembravam ainda das leis romanescas apoiadas pelas ideias do seculo, que tinhão levantado uma barreira insuperável entre o Patricio e o Plebeu" (Santos, 1861, pp. 58-59).

Ainda sobre o estudo feito pelo Mestre António Conde, claramente se entende que José de Azevedo e Sousa, homem rico, concretizou a sua vontade de pertencer à classe da Nobreza através da união entre famílias, vindo a casar a sua filha com um Nobre, como o autor descreve:

> Numa freguesia como a de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia, no Portugal de Setecentos, onde a grande maioria da população se dividia entre as artes do mar e do rio e a profissão de tanoeiro, como perpassa da consulta dos respectivos registos paroquiais, é de realçar a história deste tanoeiro, descendente de uma família de tanoeiros naturais de uma remota freguesia do interior, ribeirinha do Rio Douro, que numa sociedade profundamente hierarquizada,

> aproveitando as novas potencialidades que o regime de despotismo esclarecido abriu à classe burguesa, conseguiu concretizar o "sonho" de vir a casar uma das suas filhas com um dos fidalgos de Campo Belo. (Conde, 2014, p. 8)

Sendo a Casa de José de Azevedo e Sousa construída no séc. XVIII, conhece-se que cerca de um século depois, ou seja, no séc. XIX, mais propriamente em 1898, esta propriedade transitou para a família Atkinson (Figura 215) e que até aos dias de hoje esteve sempre no seio de Nobres famílias ligadas ao comércio do Vinho do Porto. Atualmente a propriedade é da empresa *The Fladgate Partnership*, sociedade privada liderada por Adrian Bridge, também responsável pelo *The Yeatman Hotel*.

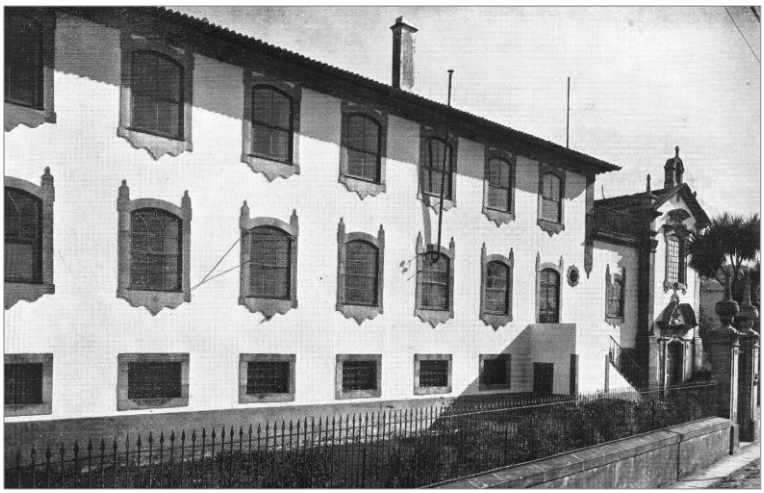


Figura 215. Conservação e Restauro, num estudo liderado pela coordenadora técnica Mestre Sofia Lobo, sobre a Capela da Casa.
Fonte: Imagem cedida pela Empresa Dalmática.

Sem documentação para sustentar qualquer hipótese de transformações sofridas naquele período, através da imagem identifica-se a existência de um espaço ajardinado vedado por um muro com gradeamento, e um portão ladeado com duas colunas de grande porte encimadas por dois pináculos. Todavia, aquando do início da nossa investigação não existia esta configuração, simplesmente constava a fachada da Casa que se ligava diretamente à rua, sem muro e sem portão (Figura 216).



Figura 216. Fachada virada a norte.
Fonte: Imagem da Autora.

Curiosamente e por observação, tudo indica que as duas colunas acabaram por ser aplicadas na entrada do lado Poente, com as remodelações feitas atualmente (Figura 217).



Figura 217. Entrada pelo lado poente.
Fonte: Imagem da Autora.

Neste sentido, a Casa e a Capela mandada construir por José de Azevedo e Sousa, em 1758 ou 1760, têm características notáveis, por isso em 7 de março de 2002, por deliberação da Câmara Municipal de VNG, este património foi considerado como Imóvel de Interesse Concelhio (Anexo 46).

2. REGISTOS HISTÓRICOS DOCUMENTAIS DO PATRIMÓNIO DA CAPELA DA CASA DO CHOUPELO

Sobre informação documental da Capela, a investigação foi feita no Arquivo Episcopal da Sé do Porto, onde se encontram os processos dos Autos de Património das Capelas construídas em VNG.

Neste sentido, foi consultado o processo do pedido feito por José de Azevedo e Sousa e sua mulher Mariana de Jesus, para erigir a Capela, assim como a bênção da mesma, com a permissão de poderem nela celebrar missa e todos os atos litúrgicos (Figuras 218 e 219)[73] (Anexo 47).

Em todo este processo, conforme está referido na narrativa escrita, o pedido é feito para erigir a Capela junto às suas Casas na Quinta, em 1760, o que nos leva a presumir que, nesta data, a Casa já estivesse construída ou em construção.



Figura 218. Documento dos Autos de Património da Capela de José de Azevedo e Sousa, 1760, página inicial. (Anexo 130)



Figura 219. Documento dos Autos de Património da Capela de José de Azevedo e Sousa, 1760, página seguinte. (Anexo 131)

As burocracias, à época, e segundo as normas Sinodais instituídas pelo Bispado, exigiam alguns requisitos como necessários, dando-nos conta do seguinte: teria que existir uma forte razão para a autorização da sua construção e funcionamento, ora por a Casa se encontrar

[73] Documento de Arquivo da AEP: PT/AEP/DP/CUR-SGC/483.

longe da Igreja Matriz, e nos invernos rigorosos a família ter dificuldade em se deslocar; ora por existirem pessoas no seio da família com falta de mobilidade e doentes; ou porque tinham contraído promessas ao Divino de erigir uma Capela se Deus os livrasse do mal ou os protegesse por exemplo em tempo de guerra. Outros motivos ainda eram invocados para obter, de novo, a licença da construção ou restaurar a já existente Capela: uns, por acharem que a sua propriedade merece a fundação da Capela avaliando a Casa, a Quinta e os terrenos com valor avultado; outros, como foi o caso de José de Azevedo e Sousa e sua mulher Mariana de Jesus, que solicitam a construção da Capela só pelo facto de terem construído Casas na sua Quinta, que invocam como motivo suficiente para terem o privilégio de poder construir a Capela.

A estes requisitos seguem-se outros não menos importantes, para além do poder económico para a sua construção como, ter capacidade monetária para sustentar todas as necessidades e despesas correntes, criando a "Fábrica da Capela" que trata dos conteúdos precisos para um bom funcionamento, assim como fazer um contrato de obrigação escrita, com o compromisso do pagamento anual em dinheiro e bens alimentícios, que no caso da Capela de José de Azevedo e Sousa estava instituído em: oito galinhas e sessenta alqueires de milhão grosso; ter testemunhas, como vizinhos, rendeiros e conhecidos, de que estes bens que a terra produzia, eram verdadeiros; ter a escritura das propriedades, sobre as Casas edificadas e terrenos que possuíam, mas que tinham de estar livres de hipotecas ou dolo; ter que aceitar que na porta da Igreja seria afixado um edital bem visível, alertando qualquer cidadão com o direito a se manifestar se alguma propriedade ou terreno lhe pertencesse, assim como na homilia dominical, o mesmo edital tinha que ser lido pelo sacerdote; e ter dentro da Capela todas as alfaias litúrgicas e os paramentos para os sacerdotes usarem nas celebrações, assim como no seu interior imagens de Santos e um Altar-Mor em madeira de talha dourada, ou pintada, sempre de forma asseada.

A estas condições juntam-se outras mais, sendo de realçar uma, que ao menos atento passa despercebida, que é o facto de a obrigatoriedade do proprietário construir a Capela com a porta principal virada para a rua, que no mínimo, uma vez por semana, teria de ser aberta à população para assistir à celebração dominical. Nesse sentido, apesar de ser um património religioso privado acaba por ter um cariz de Capela semi-pública. Neste contexto, a família que manifestava essa bondade, também exibia o seu prestígio e a sua classe social, utilizando uma entrada exclusiva de ligação entre a Casa e o coro alto da Capela, e de lá assistia às celebrações sem precisar de se misturar com o povo.

No fundo, esta era uma Sociedade que nos séculos idos se caracterizava, como refere o autor, "Sociedade civil que se revia, não raras vezes, nas obras religiosas que financia, utilizando para tanto o sagrado, pela atitude mecenática, como espaço de valorização egocêntrica, o destaque social dos que possuem recursos para facilitar à colectividade o encontro com o divino" (Rocha, 1996, p. 57), e é neste sentido que o edifício Capela marca uma posição social, como refere o autor: "Além do prestígio que transmitia ao proprietário da Casa, a posse e manutenção da Capela favorecia a valorização da Quinta" (Rocha, 1996, p. 69).

É nos séculos XVII e XVIII que a prática da construção de Capelas, juntas ou adossadas à Casa, dentro das Quintas, em Zonas Rurais, ou em Zonas Urbanas, se multiplicam, permitindo uma elevação social a que a Burguesia suspirava e a Nobreza, como afirmação, já usava, utilizando investimento próprio ou familiar, apesar das regras instituídas pelas Constituições Sinodais da Diocese do Porto:

> Ainda que he cousa muito pia & louvável edificarem-se ermidas em honra & louvor de Deos nosso Senhor, da Virgem nossa Senhora, & dos Santos, porque com isso se incita & affervora a devoção dos fieis, & se segue a utilidade de aver nas Parochias grandes lugares decentes, em que comodamente se possa celebrar, para administrar o Santissimo Sacramento aos enfermos. (Ferreira, 1690, pp. 370-371)

Como já se compreendeu, para a Capela funcionar tinha de estar devidamente preparada, onde nada faltasse, até porque depois da autorização dada para nela se poder celebrar, obrigava à primeira bênção, e à primeira inspeção verificada por um sacerdote enviado pelo Bispado para averiguar se tudo estava conforme as normas, inclusive fazer um relatório escrito sobre se encontrou todos os elementos que tinham de fazer parte, como os utensílios obrigatórios aos atos litúrgicos.

Curiosamente, através do testamento feito por José de Azevedo e Sousa, verifica-se que o inventário feito em relação aos bens que se encontravam na Capela, só por si, identificam a riqueza de um completo e rico acervo (Anexo 48), conforme uma pequena amostra (Figuras 220 e 221)[74].

[74] Documento de Arquivo, cedido pelo Arquivo Municipal de Penafiel.



Figura 220. Inventário testamentário dos bens da Capela folha 70. (Anexo 132)



Figura 221. Inventário testamentário dos bens da Capela folha 71. (Anexo 133)

3. ARQUITETURA, TIPOLOGIA, IDENTIDADE

A Casa da Quinta do Choupelo, de José de Azevedo e Sousa, localiza-se geograficamente na Zona Fluvial do Concelho de VNG, na união de freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada. A sua existência consta desde o séc. XVIII, mais propriamente com a data atribuída de 1760, data da petição dos Autos de Património para a construção da Capela, sendo que a Casa é referida como base de sustentação ao pedido feito. Este facto não valida uma data precisa da construção da Casa, simplesmente informa a existência da mesma. Na bibliografia de Manuel Rodrigues dos Santos, o mesmo refere que José de Azevedo e Sousa, em 1760 mandou construir a sua Casa e Capela.

Apesar de se registar em todos os documentos como Quinta, a propriedade tinha efetivamente uma produção agrícola, mas o seu posicionamento estava inserido num meio mais Urbano e não Rural, mais precisamente junto à margem do Rio Douro, com muita população residente, onde tudo acontecia: negócios; transações; comércio; e indústria.

A Casa, com a Capela agregada, aquando da sua edificação, indicava ser uma Casa habitacional ligada à Nobreza, Nobreza essa conquistada pelo poder económico de um Burguês, uma vez que José de Azevedo e Sousa não tinha ligações de sangue nem de honras à Nobreza titulada, só mais tarde conquistará esse título quando une por casamento a sua filha a um fidalgo, como já foi referenciado no item anterior. Todavia, e apesar de ter sido tanoeiro de profissão, como seu pai, tornou-se um homem de negócios interessando-se pela

comercialização do vinho do Porto[75], negociando diretamente com os vinhateiros do Alto Douro, onde ganhou fortuna, e a prova disso está na capacidade da construção e compra de Casas, em VNG e em Penafiel (A Casa da Companhia de Paço de Sousa), sendo que com aquele poderio se transformou num Burguês abastado. Este título de Burguês, conquistado através do poder económico, mais tarde encaixa de forma compreensível no título de Nobre, segundo o historiador Francisco Ribeiro da Silva, que divide e interpreta o título da Nobreza em três franjas: Nobreza titulada; Nobreza autárquica e local; e Nobreza de toga (Silva, 1994, p. 318). Como José de Azevedo e Sousa não era letrado, nem nobilitado, a conquista da sua posição "aparente" como Nobre, aproxima-se da Nobreza autárquica e local, pelo destaque de ser um homem endinheirado, ou seja, um Burguês que sob esta designação hierarquizada, englobava os então considerados senhores de bens, e socialmente bem colocados.

Tem sido comum, designar este património como Solar do Choupelo ou Solar da Quinta do Choupelo. Analisando este conceito da palavra Solar através do recurso a algumas definições estudadas por vários autores, e aglutinando também o nosso parecer, poder-se-á concluir que, nos tempos idos, "Solar" era uma "Herdade, casa ou morada de família nobre antiga. Ex. Solar de Mateus de Vila Real" (Silva & Calado, 2005, p. 336). Na verdade, quando a Casa foi mandada edificar por José de Azevedo e Sousa, o mesmo não pertencia à Nobreza titulada nem possuía Brasão, assim como o espaço envolvente não correspondia a uma herdade de grande exploração agrícola, nem nenhuma informação se encontrou de que José de Azevedo e Sousa era possuidor de uma herdade, com rendeiros ou caseiros. Atendendo ao indicado, não poderia ser reconhecido como "senhorio de uma terra", melhor dizendo um "Terra Tenente", quando muito, o espaço de terra que possuía seria uma pequena exploração agrícola de consumo para uso próprio, até porque o lugar estratégico da Casa e Capela e de vários edifícios contíguos tinham a função de armazenamento das pipas de vinho que vinham do Douro para serem depois comercializadas e exportadas para todo o Mundo. Neste sentido, a implantação da Casa e dos armazéns, que ao longo do tempo foram construídos definitivamente em Zona Urbana, junto ao burgo comercial, muito perto da

[75] "O vinho do Porto, na verdade, não é apenas um produto da terra senhorial; ele pressupõe uma comercialização complexa especial, que de certo modo exprime o sentido mais subtil da burguesia do Porto. E como a propósito dos comissários de açúcar do Recife, na expressão de Gilberto Freyre, também os comerciantes do vinho do Porto serão na cidade os fidalgos do comércio – fidalgos, de facto, de longa e apurada tradição de bem viver. Nestas esferas mais elevadas, vemos a burguesia do Porto, fechada a loja, procurar requintes de ambiente e de convívio: cultiva a música e as artes, lê, viaja, instrui-se e fala línguas; educa os filhos em Inglaterra, faz uma vida social intensa, ao mesmo tempo familiar e formal, provinciana e mundana, marcadamente patriarcal, e que não precisa de imitar a nobreza para afirmar os seus valores próprios. É também então que se opera a aproximação e a fusão progressiva dos extratos burguês e nobre da cidade, por uma espécie de aculturação de conceitos, até aí exclusivos de cada um deles." (Oliveira & Galhano, 2003, p. 297).

margem do Rio do Douro, facilitava o transporte de desembarque e embarque de produtos. Voltando à definição e conceito de Solar, é um tema que está desenvolvido na Parte II, Capítulo II, Item 6. Todavia reiteramos que a designação de Solar, que nos tempos idos representava "Solum", que significa "Chão", e nesse dito chão existia uma Casa Nobre com a tipologia inicial de Casa-Torre, que mais tarde se desenvolve com construções anexas para maior comodidade. Assim, essa Casa acaba, pois, por ser o verdadeiro Solar transformando-se "(…) no mais nobre e evidente sinal do senhorio de uma terra" (Azevedo, 1969, p. 22).

Por tudo atrás referido, a Casa de José de Azevedo e Sousa, à época da sua edificação, não usufruía do conceito de Solar nem de Casa Nobre por linhagem, quando muito, pelo edifício sumptuoso construído, seria simplesmente a Casa Nobre de uma família Burguesa, sendo certo que mais tarde ganha a ascensão à Nobreza titulada, através do casamento de sua filha com um fidalgo, como no item anterior já foi referido, assim como lhe ter sido concedido, por mercê do rei D. José I, o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Neste contexto, a designação Solar, numa interpretação plausível, é adquirida, não pela essência da raiz do conceito, "Solum", mas sim por se tratar de um edifício de grande porte, com características solarengas e com uma tipologia arquitetónica bem díspar de todas as construções envolventes.

A descrição e os atributos deste património obedecem a um estudo arquitetónico e à descrição gramatical das fachadas, matéria que alicerçou esta investigação, através de meios técnicos com recurso a plantas topográficas, observação presencial e imagens fotográficas.

Assim, a Casa e Capela de José de Azevedo e Sousa, no início do nosso projeto de estudo, encontrava-se conforme o indicado na Figura 222, sofrendo, entretanto, intervenções no ano de 2021, as quais analisaremos mais adiante.



Figura 222. Fachada da Casa e Capela.
Fonte: Imagem da Autora.

Sobre a construção e os materiais utilizados, constata-se que a fachada é em alvenaria rebocada e caiada a branco. Tem como planta uma construção horizontal. Posteriores ao edifício, existem vários armazéns contíguos de vinho do Porto. Este edifício contempla três pisos: um andar térreo; um primeiro e um segundo andares, destinados à habitação; duas escadarias em granito de acesso ao primeiro andar da Casa; e, adjacentes à Casa, duas construções adossadas, uma do lado poente e outra do lado nascente, ambas rebaixadas em relação à Casa, sendo que a do lado poente tem adossada a si a Capela de invocação a "Jesus, Maria, José".

O andar térreo tem sete janelas quadradas, pequenas, de configuração simples, ladeadas de cantaria lisa e com gradeamento de segurança.

O primeiro andar tem sete janelas de guilhotina, retangulares, altas, de padieira curva, envolvidas em cantaria trabalhada com curvas e contracurvas, rematadas nos cantos superiores com pináculos. A caixilharia tem formas geométricas de cor branca. Neste nível do primeiro andar, encontram-se duas portas de acesso à Casa através de duas escadarias em pedra, decoradas com o mesmo trabalho de cantaria das janelas. De cada lado das portas, existe um óculo de iluminação para o interior. A porta da direita (junto à Capela) tem escadaria de pedra e varandim de ferro, a da esquerda, tem escadaria e corrimão de pedra.

O segundo andar tem nove janelas simétricas às do primeiro andar de configuração igual, exceto na caixilharia.

Na fachada rebaixada, adjacente à Casa, do lado poente de acesso lateral à Capela, existe: um patamar encimado por uma janela idêntica a todas as janelas da fachada principal do rés-do-chão, com gradeamento em ferro; uma outra ao nível do primeiro andar; e uma porta de decoração simples (Figura 223). Esta fachada rebaixada tinha como principal atributo no interior, ao nível do rés-do-chão, ser o lugar da sacristia com porta de ligação à Capela e ao nível do primeiro piso ligação direta ao coro alto da Capela, só de utilização dos proprietários. Na fachada adossada à Casa do lado nascente, encontra-se uma porta de ligação ao armazém no rés-do-chão do edifício.



Figura 223. Fachada de ligação da Casa à Capela com pátio e varanda em ferro. Fonte: Imagem da Autora.

Adjacente a todo o edifício, encontra-se a Capela que, conforme já foi referido, foi construída no ano de 1760. Observa-se uma fachada clássica, delineada por pilastras de grande porte, encimada por um frontão triangular, rematado por dois pináculos laterais. No centro, junto ao vértice do frontão, existe um campanário vazado de quatro arcadas onde o sino é suspenso. A fachada contempla um janelão de cantaria bastante trabalhada com friso e motivos geométricos, de iluminação para o interior da Capela. A mesma contempla, ainda, a porta principal de acesso rematada com um frontão curvo, interrompido por um medalhão trabalhado com motivos decorativos envoltos, e no centro tem uma inscrição, embora com pouca definição, na qual ainda é possível verificar a existência das iniciais do Orago da Capela, ou seja, JMJ (Jesus, Maria, José) (Figura 224), o que curiosamente poderia ser interpretado como o monograma do nome dos proprietários, ou seja, José e Mariana de Jesus que, por devoção, mandaram construir a Capela. Sem qualquer espécie de especulação, mas por hipótese, questionamos esta possível intenção. Seria por convicção, ou pura coincidência? Lembramos que José de Azevedo e Sousa, à data, não tinha Brasão, mas suspirava ter, o que mais tarde acabou por acontecer quando se ligou à família do Conde do Campo Belo.



Figura 224. Medalhão com as iniciais do Orago da Capela Jesus, Maria e José.
Fonte: Imagem da Autora.

De salientar que, em toda esta fachada da Capela, encontram-se motivos decorativos tais como, conchas, volutas enroladas, pendentes e frontões, que predominam no séc. XVIII, Época Barroca, período em que foi construída (Figura 225).



Figura 225. Fachada da Capela.
Fonte: Imagem da Autora.

A construção da Casa, na ótica do observador, tem uma característica que neste estudo deve ser levada em conta, pelo facto de na fachada principal da Casa, virada a norte, nascerem, quase do nada, duas escadarias: uma adossada à fachada do lado direito; e outra no lado esquerdo, em forma de tiro, que descaracterizam, no nosso entender, a fachada

primitiva (no item seguinte, sobre as alterações sofridas ao longo dos tempos, será desenvolvida esta matéria). Pelas traseiras da Casa existia, até à renovação atual, uma escadaria em pedra com corrimão em balaustradas, indicando, pela sua composição, a entrada primitiva principal para a Casa em estudo e também para a outra Casa perpendicular, do lado direito (Figura 226).



Figura 226. Escadas posteriores à Casa.
Fonte: Imagem da Autora.

A edificação da Casa e Capela apresenta duas particularidades interessantes, a referir: a primeira relaciona-se com a opulência presente na Casa com a Capela, que marcava o poderio de quem a habitava, neste caso, os seus proprietários; a segunda, era a manutenção de um reservatório no rés-do-chão para guardar as pipas do vinho que chegavam pelo rio em embarcações, produto das vinhas do Douro. Constata-se também que, não só no rés-do-chão da Casa se armazenava o vinho, como também em vários armazéns contíguos a esta.

Conforme as plantas do autor do projeto, Arquiteto Victor Miranda, gentilmente cedidas pelo mesmo e pelo proprietário, Mister Adrian Bridge da empresa *The Fladgate Partnership S.A.* (Figuras 227 a 230), podemos constatar que a fachada do edifício corresponde aos registos fotográficos que no início deste trabalho se identificaram, mas que posteriormente, como adiante se vai verificar, sofrem alterações significativas.



Figura 227. Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) (Anexo 134)
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda, 2019.

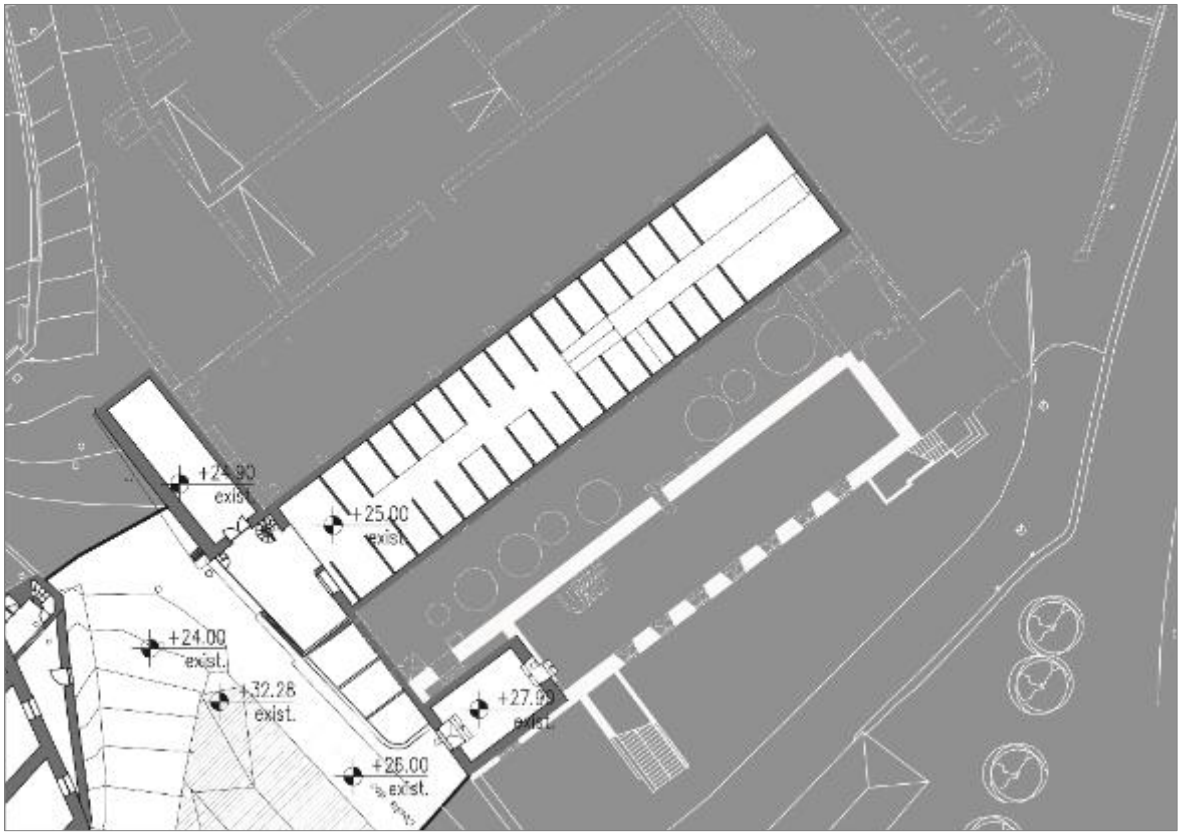


Figura 228. Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) (Anexo 135)
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda, 2019.

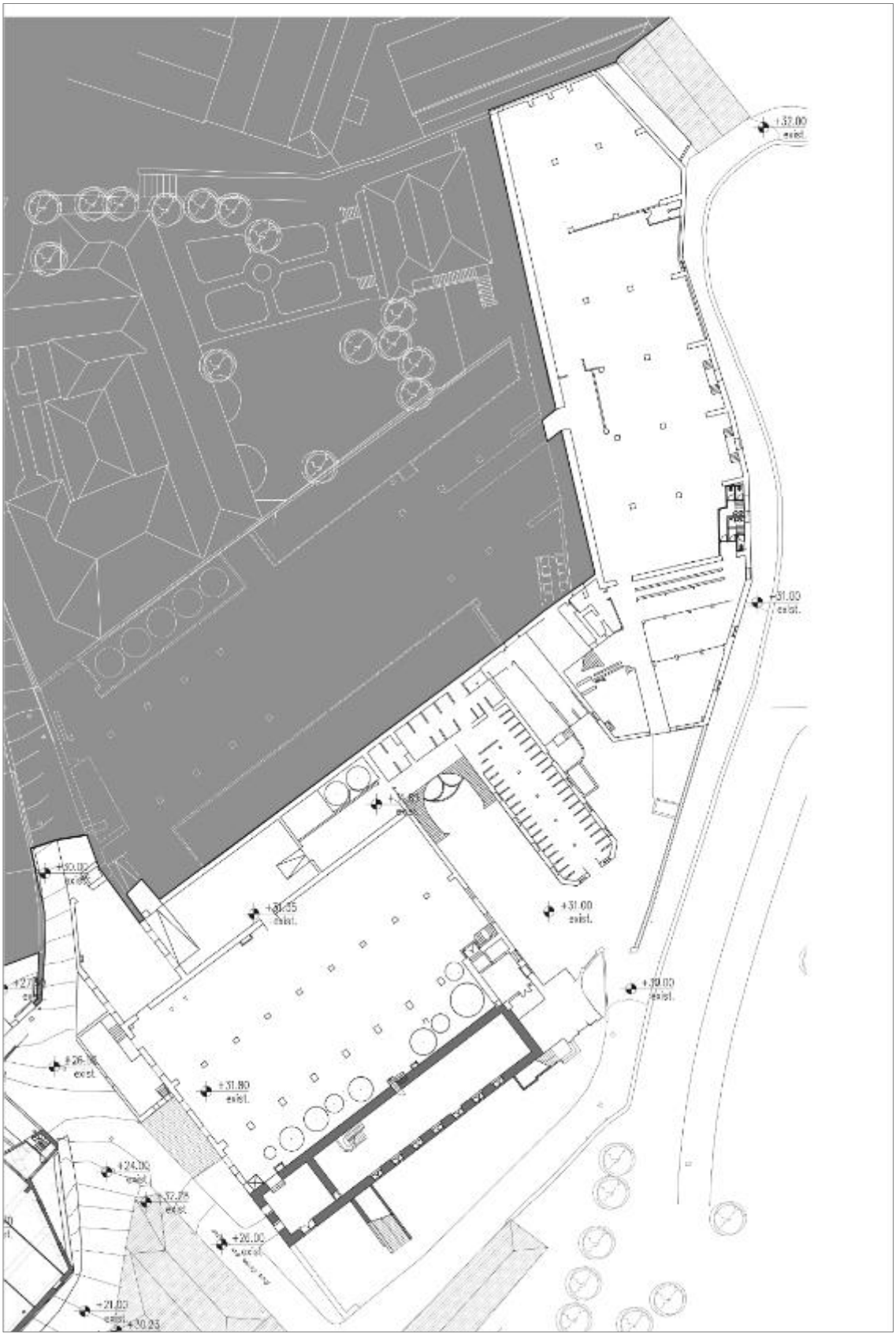


Figura 229. Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) (Anexo 136)
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda, 2019.

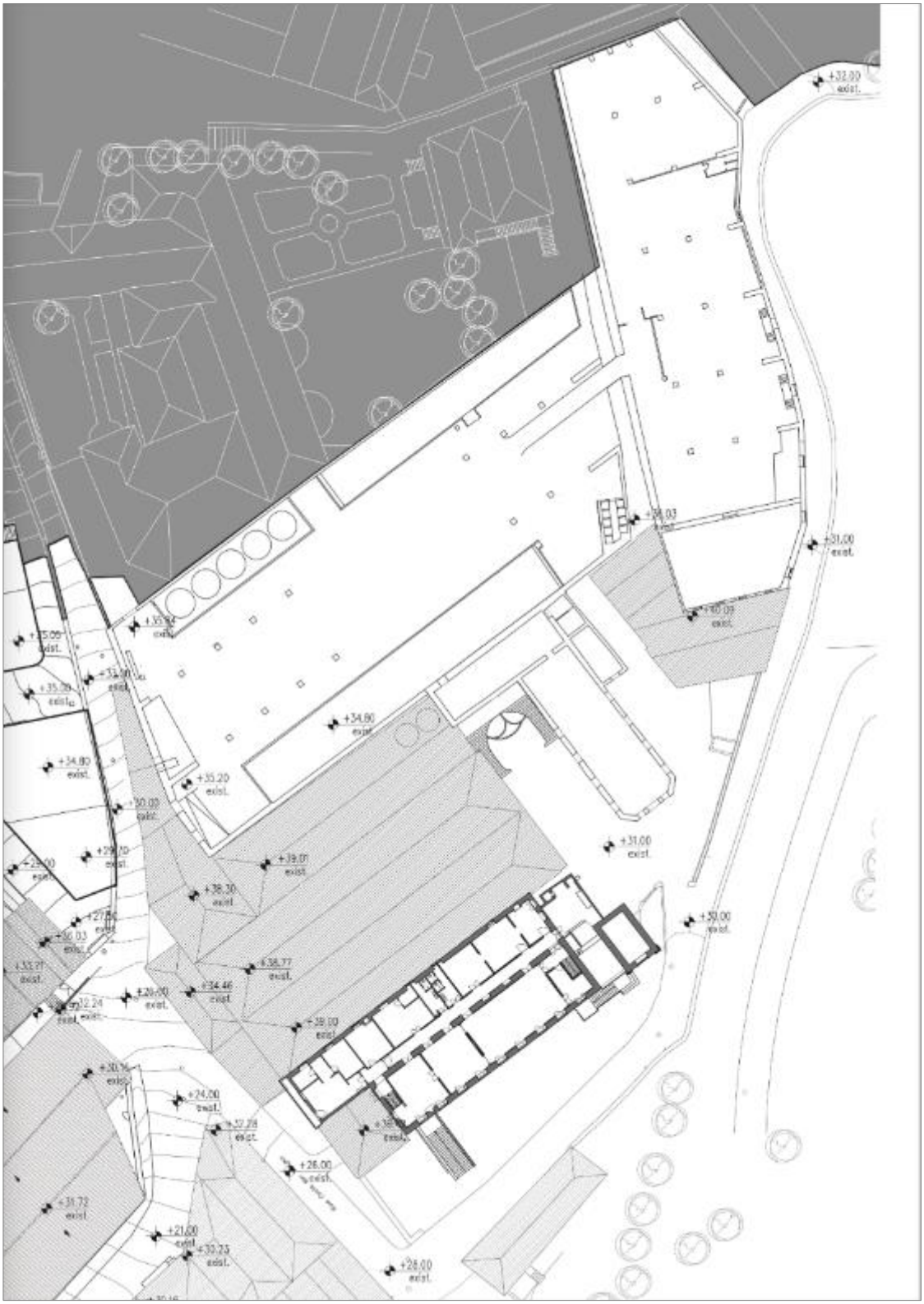


Figura 230. Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200) (Anexo 137)
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda, 2019.

4. TRANSFORMAÇÕES E ALTERAÇÕES ARQUITETÓNICAS SOFRIDAS AO LONGO DOS SÉCULOS NO EDIFÍCIO PRINCIPAL COM A FACHADA VIRADA A NORTE, DA CASA DE JOSÉ DE AZEVEDO E SOUSA

Aquando do início do nosso estudo e da visita ao edifício observou-se uma Arquitetura diferenciada como sendo uma Casa ampla de planta retangular, com construção horizontal de grande aparato arquitetónico, sobressaindo nos níveis dos três pisos, fileiras de janelas ornamentadas, num único correr, com relevância nos dois pisos superiores, assim como o edifício da Capela adossada. Pode afirmar-se, sem dúvida, que a sua grandiosidade manifesta claramente tratar-se de uma Casa Senhorial que vem a tornar-se numa Casa de moradia ligada à Nobreza adquirida.

Neste sentido, desde a Casa-Torre medieval (já estudada) até à afirmação do Neoclassicismo, "(…) a Casa Nobre vai acompanhar as diversas correntes artísticas que caracterizam a arte portuguesa e portuense da Época Moderna" (Ferreira-Alves, 2001, p. 15).

A falta de documentos, até ao momento, sobre a data precisa da construção da Casa não nos permite saber o ano exato nem o autor do projeto. Pelo exposto no item anterior, verifica-se que: em 1760 José de Azevedo e Sousa solicita ao Bispado a construção da Capela e refere que a edificação da mesma será junto às suas Casas; em 1758, nas Memórias Paroquiais, no inventário do Património em Santa Marinha as Casas não constam.

Neste sentido, situando-nos na época da construção da Casa de José de Azevedo e Sousa, a Arquitetura contempla uma tipologia inserida no estilo Barroco, com influência em grande escala nas construções das Casas Nobres no Porto de tipologia baixa e larga, e não das Casas na vertical, esguias e altas, na maioria com os seus negócios no rés-do-chão, mais conotadas com a Burguesia. As que tinham tipologia baixa e larga, com dois pisos e de grandeza na horizontal, com escadarias interiores majestosas, uma vez que as fachadas estavam ligadas diretamente à rua, por se tratar de Zonas Urbanas, acabam por influenciar as construções em Gaia, sobretudo na Zona Urbana, com a edificação de muitas outras, onde o poder económico dos homens de negócios mostra a sua capacidade habitacional ligada à Burguesia.

No nosso primeiro contacto com a Casa e Capela quando foi iniciado o estudo e investigação sobre o edificado, verificou-se que a tipologia remonta à Época Barroca, caracterizada pela gramática arquitetónica visível na fachada, nos materiais utilizados e na sua construção exterior e interior.

Constatou-se que a Casa primitiva aponta para um só bloco horizontal dividido em três pisos, sem qualquer modelo de escadas de entrada pela fachada principal, virada a norte (Figura 231).

A entrada principal indica ter sido nas traseiras virada poente, através de uma escadaria desdobrada em dois lanços, que dava acesso ao primeiro andar e à outra Casa perpendicular à principal.

A existência de uma entrada pelo lado lateral nascente, de grande dimensão – que tinha ligação direta ao piso térreo de armazenamento – confirma uma entrada de trabalho, através de um arruamento de ligação à Rua do Choupelo, com direção à margem do rio Douro, e passagem pela Igreja Matriz de Santa Marinha.

Com a desconstrução, "hipoteticamente falando", da fachada principal, sem as escadas, identifica-se claramente o estilo primitivo da construção, características da tipologia arquitetónica de fachadas com aberturas de janelas simétricas de peitoril e lintéis em pedra lavrada, com decoração de estilo Barroco, acentuando-se ainda mais com a gramática da tipologia arquitetónica à época.

Do que se conseguiu apurar, a construção da Casa em setecentos não continha na fachada principal qualquer tipo de acesso para o interior da Casa, por escadas ou por portas.

O argumento fundamentado passa por ser uma Casa Urbana, com a fachada voltada para a rua, não sendo comum a utilização de escadas para o exterior, mas que, a existirem, teriam de ser de importância monumental, no centro da fachada, identificando a Nobreza da Casa Senhorial, mas murada com um portão de entrada. Pela análise feita, e não se encontrando na tipologia da Casa um acesso à mesma, pela fachada principal, este só poderia ser feito pelo lado poente posterior à Casa, conforme comprovam as escadas que existiam até às recentes modificações, com tipologia em U desdobradas em dois lanços, como estão identificadas na Figura 231.

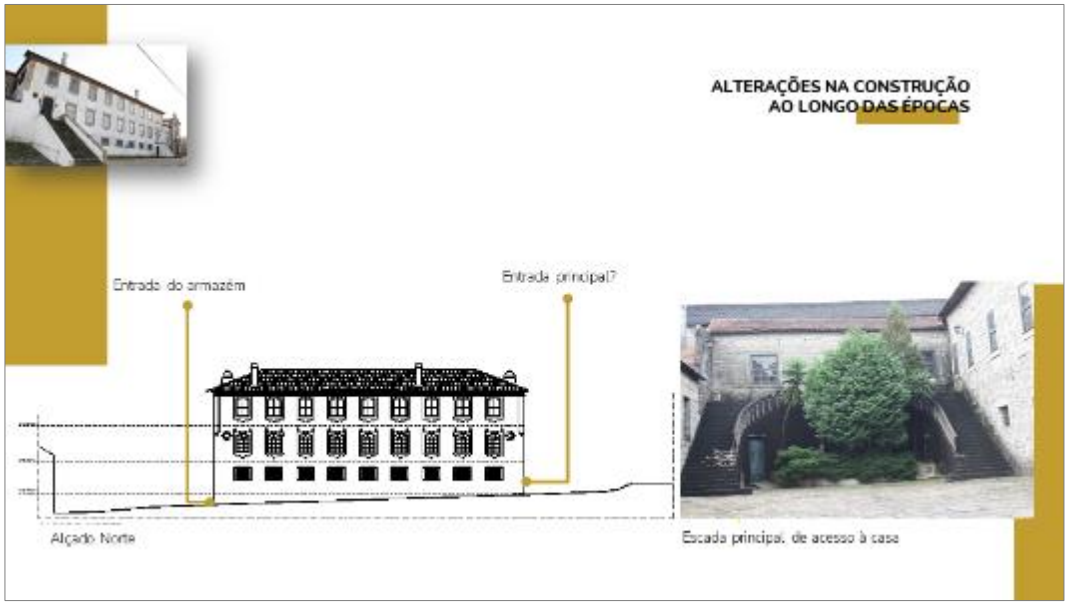


Figura 231. Alçado da Casa do Choupelo, depurado para melhor compreensão do que se entende como fachada primitiva. (Escala 1:200)
Fonte: Adaptado pela Autora do Projeto do Arqt.º Victor Miranda, 2019.

Não só esta fundamentação, como tecnicamente, também se verifica a alteração feita *a posteriori*, com o rasgamento das janelas do primeiro piso, que passam a portas com acesso através de escadas adossadas posteriormente, percetível na diferença do material das mesmas, e que a análise local demonstrou – neste momento o único testemunho de prova – das alterações sofridas (Figuras 232 e 233), provavelmente aquando da aquisição da Casa por Monsieur Robert Atkinson, em 1898.



Figura 232. Pormenor do rasgamento da janela que passa a ser porta do lado esquerdo do edifício.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 233. Pormenor do rasgamento da janela que passa a ser porta do lado direito do edifício.
Fonte: Imagem da Autora.

Estas alterações originaram claramente uma descaracterização da fachada que não identifica de todo o património arquitetónico edificado na primeira metade de setecentos, provocando uma transformação não coerente com a raiz primitiva, que a ser justificada só poderá ser aceite pela funcionalidade e rapidez de entrada para a Casa, através da fachada principal.

Prosseguindo com as alterações que sustentam sempre o desígnio em fazer melhor e tornar mais funcional a utilização dos edifícios, entre 2019 e 2021 o edifício foi submetido a obras de reabilitação, conforme se verifica na Figura 234 que identifica o alçado nascente e o alçado norte.

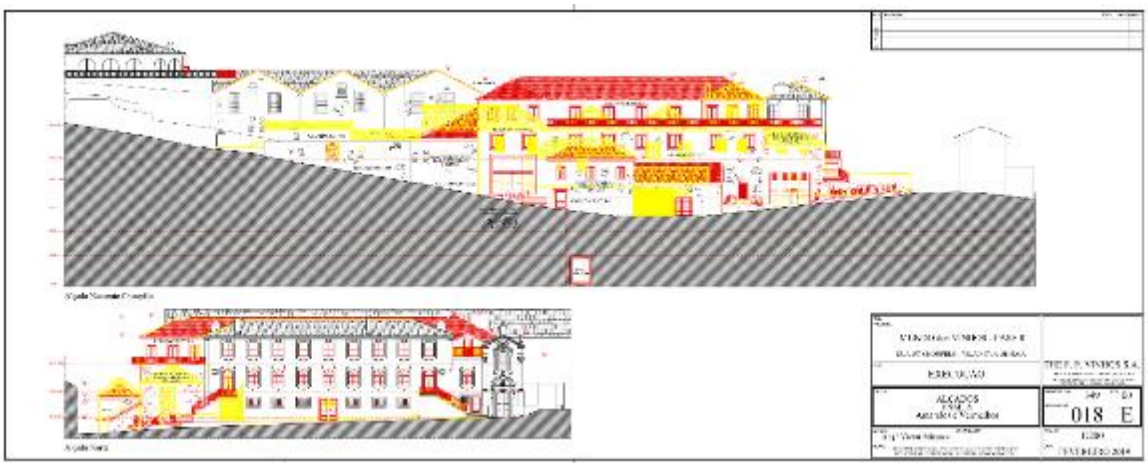


Figura 234. Alçados nascente e norte da Casa do Choupelo. (Escala 1:200) (Anexo 138)
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda.

Nesta última remodelação, com intervenção entre 2019 e 2021, obra a cargo do Arquiteto Victor Miranda (Figura 235), propõem-se alterações significativas de grande porte em todo o empreendimento, sendo que, para o nosso estudo a pertinência recai nas particularidades correspondentes à fachada da Casa.

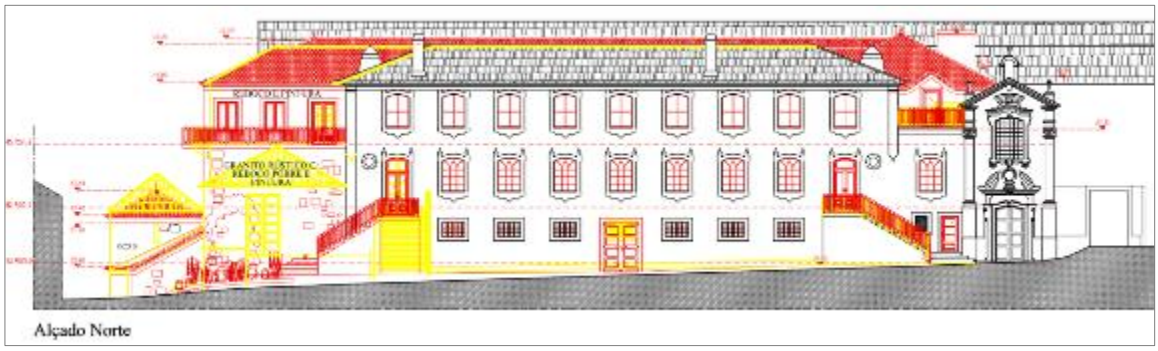


Figura 235. Alçado norte da Casa do Choupelo. (Escala 1:200) (Anexo 139)
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda.

Como se pode apurar: o edifício (Figura 236) identifica a construção da Casa com telhado de quatro águas; observa-se claramente a sua composição de três pisos; identifica-se o rés-do-chão como sendo o armazenamento do vinho que chegava do Douro, hoje compartimentos sediados para os serviços gerais da empresa; observam-se um primeiro e segundo andares, antes de habitação, hoje reservados a eventos de moda e a um museu de têxteis; e identifica-se a Capela adossada à Casa com três entradas, uma pelo exterior na fachada da Capela, outra no interior no piso térreo (espaço de ocupação da sacristia), e ainda

uma outra no primeiro piso que faz ligação da Casa ao coro alto da Capela, passagem restrita aos Senhores da Casa.

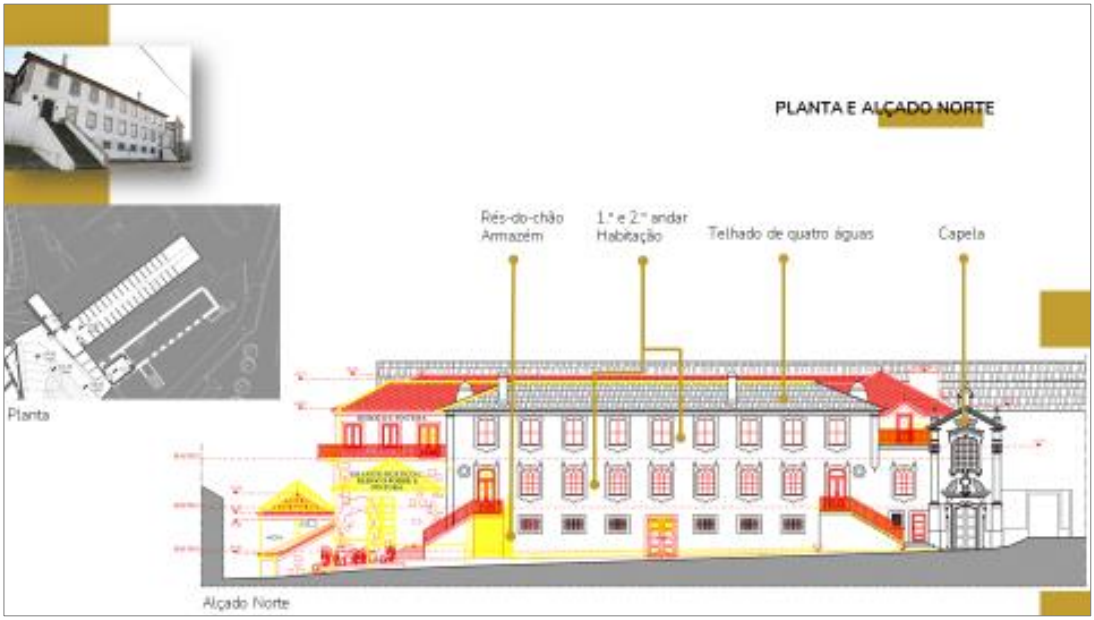


Figura 236. Alçado norte com a informação localizada dos espaços. (Escala 1:200)
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda.

Depois da descrição dos espaços localizados, surgem as transformações significativas (Figura 237).

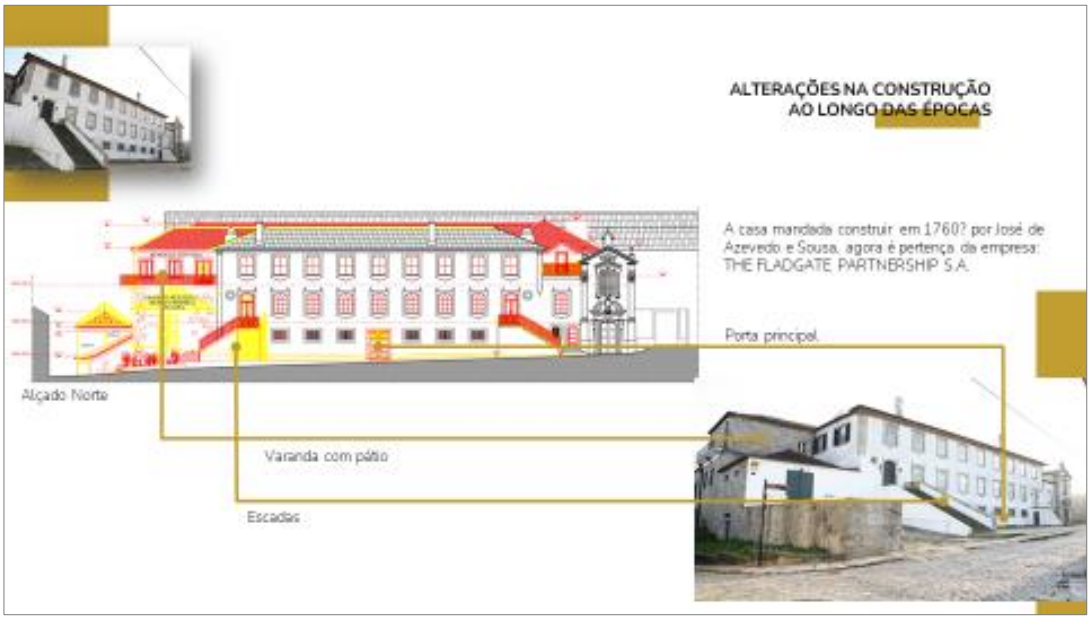


Figura 237. Alçado norte com a informação localizada das alterações construtivas que foram feitas. (Escala 1:200)
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda.

A referir, observa-se: um novo modelo de escadas com pátio (no lado esquerdo na ótica do observador), que foi colocado adossado à fachada, simétrico ao do lado direito, estilisticamente aprimorado em relação às escadas que existiam; e uma nova entrada para o interior da Casa através do rés-do-chão, mesmo no centro do edifício, rasgando um dos sete vãos de entrada de luz, transformando um deles (ficando reduzidos a seis) numa porta de entrada, encimada por uma espécie de pequeno frontão triangular, semelhante à decoração do estilo Barroco (Figura 238), que permite a entrada para o interior da Casa.



Figura 238. Porta de entrada, criada na fachada principal da Casa.
Fonte: Imagem da Autora.

Outra alteração relevante acontece no lado esquerdo da Casa, onde surge uma construção nova, com elevação vertical no bloco existente, formando um pátio com varanda de ferro, aumento esse que ficou ao nível do piso três (Figura 239), sendo que na parede lateral da Casa encontravam-se duas janelas, uma das quais foi transformada em porta para permitir ligação ao pátio. Finalmente, verifica-se a extinção das escadas (Figura 240) na parte posterior da Casa, que na nossa análise seriam as únicas escadas, ou seja, as principais, da entrada para a Casa na construção primitiva, mas que acabaram por deixar de existir pela grande transformação sofrida neste grande complexo patrimonial arquitetónico (Figura 241), dando lugar a novas funções, num progresso inovador, cultural e social, onde todos irão

beneficiar, desfrutando de ofertas como, visitas ao museu do vinho, ao museu dos têxteis, às galerias de arte e outros.

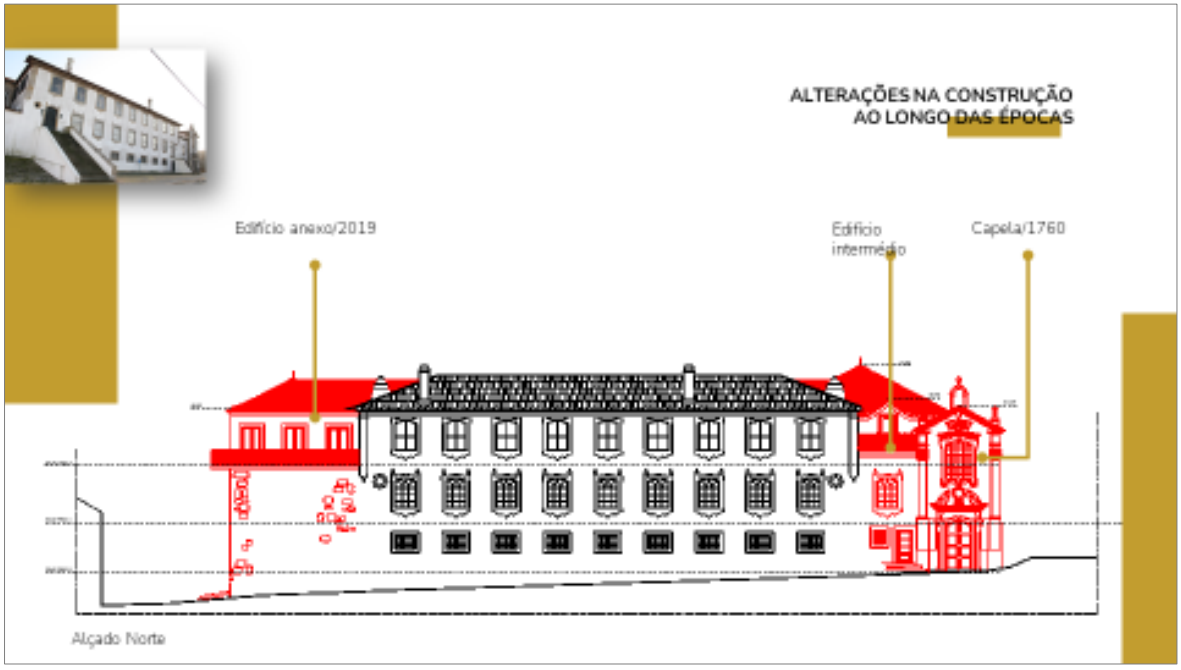


Figura 239. Sobrado do edifício anexo à Casa com pátio e varanda em ferro. (Escala 1:200)
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda.



Figura 240. Escadas posteriores à Casa, existentes até de 2019.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 241. Novo espaço após remodelação, sem as escadas.
Fonte: Imagem da Autora.

Sem saudosismos e entrando no mundo real, o que aos olhos de uns pode assolar, de certa forma, alguma nostalgia de um passado que no fundo nos deixa um legado irreversível marcando a identidade de um povo e de um lugar, aos olhos de outros significa também que

o progresso e inovação são mais valias que não podemos de forma alguma, descurar. De uma coisa iremos ter sempre a certeza: as marcas do tempo não se apagam do rosto das pedras; as mesmas sabem chamar por um olhar mais atento, fazendo-se eternizar com subtileza, com todos aqueles que querem partilhar o seu passado (Figura 242).

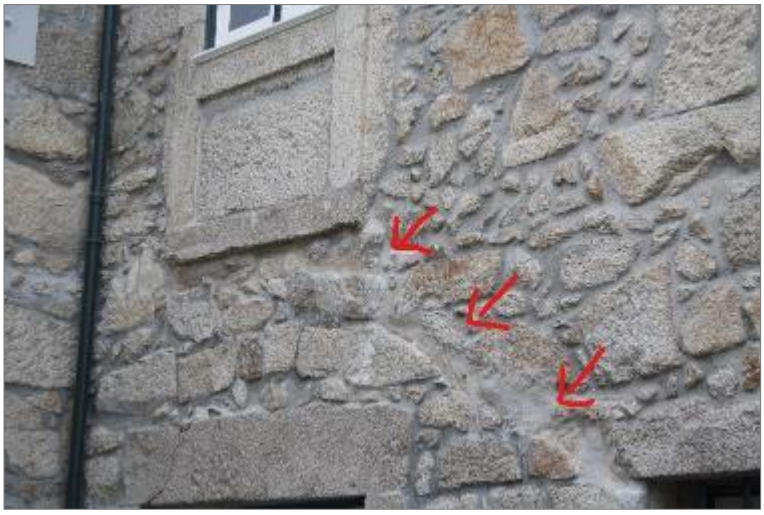


Figura 242. As marcas na pedra, onde as escadas encostavam.
Fonte: Imagem da Autora.

Sobre a gramática arquitetónica da fachada da Capela, a narrativa escrita com a descrição da mesma já foi desenvolvida atrás, restando-nos, entretanto, analisar que a Capela se encontra verdadeiramente integrada com a Casa (Figura 243), sendo certo que a sua construção poderia ter sido feita em data posterior à construção da Casa, ou seja, em 1760, conforme documentos que já foram estudados, apresentados e descritos neste trabalho. Não só a Capela foi edificada, provavelmente *a posteriori*, como também o edifício intermédio entra nesta contenda, uma vez que o espaço era, não só, necessário para albergar uma sacristia a nível do rés-do-chão, mas também essencial para que existisse uma espécie de antecâmara com ligação da Casa à Capela a nível do primeiro piso, entroncando com o coro alto da mesma, lugar de primazia dos Senhores da Casa para assistirem aos atos litúrgicos que se praticavam.

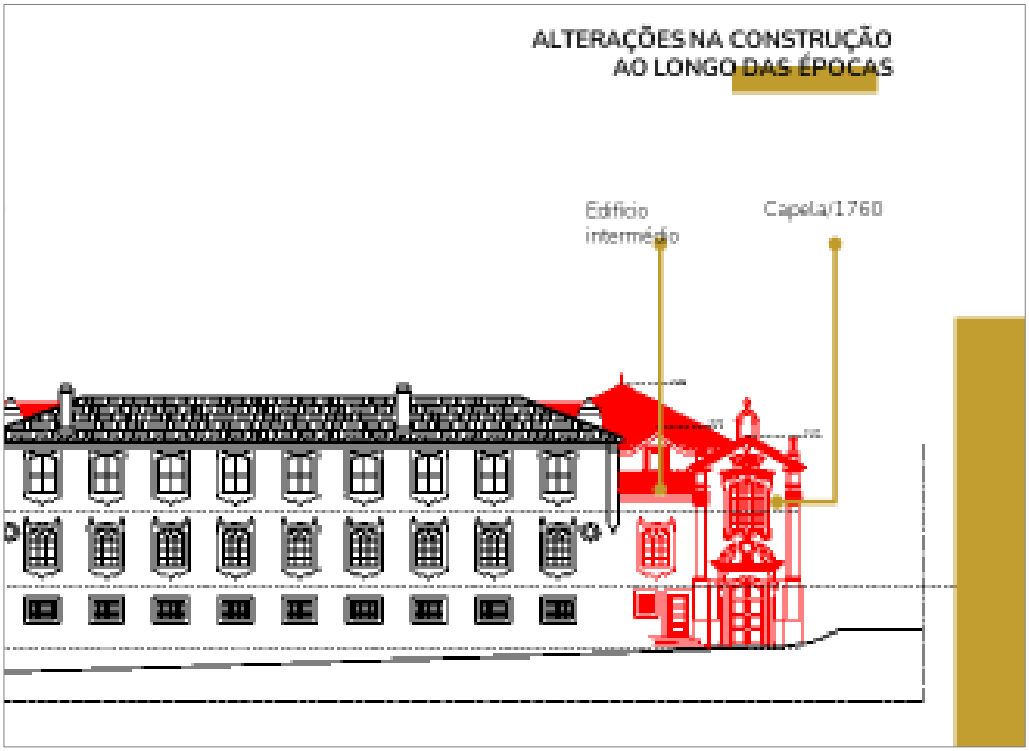


Figura 243. Capela e edifício integrados no edifício da Casa, com a data de construção de 1760. (Escala 1:200)
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda.

O exterior da Capela não sofreu qualquer espécie de alteração arquitetónica, mantendo-se a tipologia primitiva do ano da sua construção, em 1760 (Figura 244).

A invocação ao Orago Jesus, Maria, José, foi por devoção dos proprietários José de Azevedo e Sousa e sua mulher Mariana de Jesus.

Apesar da Capela não ter sofrido alterações arquitetónicas, o seu interior foi restaurado fazendo salientar as pinturas murais de uma beleza extraordinária, pinturas essas sobre as passagens iconológicas bíblicas da vida de Maria, Mãe de Jesus.

Com a intervenção e restauro, verificou-se a confirmação da construção através da pintura gravada que claramente expõe a data de 1760 no lado direito, junto ao teto, naturalmente quando as pinturas foram realizadas. Esta informação preciosa vem confirmar a data dos documentos dos Autos do Património da Capela, quando é solicitada a construção da mesma (Figura 245).



Figura 244. Fachada da Capela sem alterações desde 1760.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 245. Exterior e interior da Capela.
Fonte: Imagem da Autora.

As pinturas murais que se encontram em todo o espaço da Capela são de grande relevância, representando quatro passagens do ciclo Mariano: duas no corpo da Capela, uma de cada lado; e outras duas, também, uma de cada lado no altar mor. No corpo da Capela,

quem entra do lado direito, a primeira passagem bíblica[76] representa, iconograficamente e iconologicamente, o **Arcanjo Gabriel da Anunciação** que visita Maria para lhe transmitir a mensagem de Deus, dando-lhe a boa nova de que ia ser Mãe do Salvador do Mundo, Jesus Cristo (Lucas 1:26-38, p. 1061) (Figura 246).



Figura 246. Anunciação.
Fonte: Imagem da Autora.

Ainda no corpo da Capela, mas do lado esquerdo, observa-se a passagem bíblica da **Visitação** que contempla a visita de Maria à sua parente Isabel (Lucas 1:39-56, p. 1062) (Figura 247).



Figura 247. Visitação.
Fonte: Imagem da Autora.

[76] Bíblia Sagrada, dos Missionários Capuchinhos (1982).

No altar-mor, do lado esquerdo, o **Nascimento de Jesus,** também interpretado como **Natividade**, é uma alusão à passagem do nascimento de Jesus numa manjedoura envolto em panos, com Maria e José (Lucas 2:1-20, p. 1063) (Figura 248).



Figura 248. Nascimento de Jesus.
Fonte: Imagem da Autora.

Ainda no altar-mor, do lado direito, observa-se a representação dos **Três Reis Magos** quando visitam Jesus, levando as ofertas de ouro, incenso e mirra (Mateus 2:1-12, p. 1003) (Figura 249).



Figura 249. Reis Magos.
Fonte: Imagem da Autora.

Também, sobre a autoria das pinturas no restauro e conservação que envolveu uma equipa de vários técnicos da empresa Dalmática – Conservação e Restauro, sob a coordenação da técnica Dr.ª Sofia Lobo, há o reconhecimento de que:

> Embora não tenha ainda sido realizada uma investigação de fundo, quanto às origens da capela e, especificamente, quanto à autoria das pinturas murais, a investigação possível até ao momento já permitiu apurar que existe uma enorme probabilidade de que as pinturas, ou pelo menos o seu projeto, seja da autoria do arquitecto Nicolau Nasoni.[77]

Perante a análise e estudo feito através de documentação e constatação de factos na Arquitetura edificada da Casa/Quinta de José de Azevedo e Sousa, atualmente propriedade da empresa *The Fladgate Partnership S.A*, constata-se que este património se encontra inserido num complexo reabilitado junto à marginal do Rio Douro, e que veio dar lugar ao "*World of Wine*" (WOW), um projeto já concluído nesta data, que promete tornar-se uma das maiores atrações turísticas em Portugal.

Retomando a investigação feita desde a época da construção desta propriedade até agora, reconhece-se que surgiram muitas dúvidas factuais no desenrolar da pesquisa: horas experienciadas em reflexões profundas, acalentando sempre o pensamento na procura de respostas às questões que se iam colocando; e exercícios muitas vezes imaginários retrocedendo a um passado longínquo, numa tentativa de nos localizarmos no espaço e no tempo.

Não se pode dizer que tudo isto foi de ânimo leve, todavia reconhece-se que todo o esforço fortaleceu o caminho trilhado que acabou por ser conquistado, desvendando e descodificado com bastante informação guardada em documentos, fortificando-se ainda mais por observação direta e técnica no edificado, sendo certo que muitas questões, até então desenvolvidas e estudadas, foram uma mais-valia para o conhecimento produzido no trabalho elaborado.

A pretensão deste trabalho era caracterizar arquitetonicamente a Casa e a Capela sobre a sua construção numa observação presencial, analisar as transformações a que o edifício foi sujeito e, sobretudo, clarificar a veracidade dos elementos que compõem a fachada que, no nosso entendimento, não correspondiam à tipologia primitiva, como foi o caso das escadas colocadas provavelmente na Época de oitocentos, mantendo-se as mesmas até serem recentemente alteradas.

[77] Texto sobre a Candidatura ao Prémio Maria Tereza e Vasco Vilalva para recuperação e valorização do património. Conservação e Restauro da Capela de Atkinson. Obra executada pela Empresa Dalmática – Conservação e Restauro: Vila Nova de Gaia, 2019.

Fundamentando a análise e o estudo realizado, constatou-se que a fachada principal não possuía qualquer entrada para a Casa, nem a nível do rés-do-chão nem do primeiro piso, por isso seria uma fachada depurada de qualquer tipo de escadaria. Mais tarde, provavelmente em oitocentos, foram rasgadas duas janelas transformando-as em portas e colocaram-se escadas encostadas ao edifício.

Entretanto, com a remodelação feita entre 2019 e 2021, as escadas foram mantidas, mas uma delas foi substituída por uma outra, sendo certo que com tipologia diferente.

Será problemático defender o princípio da preservação primitiva de um edifício porque a modernidade defende e aplica a funcionalidade do mesmo e, neste caso em concreto, foi mantida a função prática das entradas pela fachada principal, porque na realidade as escadas já existiam aquando destas obras de melhoramento e restauro. No entanto, felizmente imperou o bom senso de melhorar o posicionamento das escadas à esquerda, deixando de ter a forma de "tiro" para dar lugar a uma escada com dois patamares, adossada ao edifício. Neste sentido, e respeitando o que é óbvio, um Arquiteto é um criador de formas, "(…) homem entre os homens, organizador do espaço – criador de felicidade" (Távora, 2015, p. 15), e o autor deste projeto, Arquiteto Victor Miranda, respeitou os princípios na organização do espaço, e melhorou visualmente a forma, de maneira a se tornar mais agradável aos olhos de quem observa. E num reforço oportuno, porque nunca será demais refletir, voltamos a citar:

> Antes de arquiteto, o arquiteto é homem, e homem que utiliza a sua profissão como um instrumento em benefício dos outros homens, da sociedade a que pertence.
> Porque é homem e porque a sua acção não é fatalmente determinada, ele deve procurar criar aquelas formas que melhor serviço possam prestar quer à sociedade quer ao seu semelhante, e para tal a sua acção implicará, para além do drama da escolha, um sentido, um alvo, um desejo permanente de servir. (Távora, 2015, p. 74)

Neste contexto, e não esquecendo aqui o papel não menos importante do Historiador de Arte, naturalmente o mesmo também defende os princípios da funcionalidade, todavia é apanágio seu – talvez por ser um defensor dos princípios identitários de edificações que testemunham uma data ou uma Época – defender o que não deveria ser desvirtuado nos edifícios, mas sim manter a sua raiz tipológica primitiva. Neste caso, e porque nos estudos efetuados se deu conta que o equívoco começa em oitocentos, na aplicação das escadas rasgando duas janelas na fachada, fazendo delas portas para se poder entrar no edifício, aparentemente e no sentido lato, o caminho a percorrer supõe-se que seria manter esta tipologia. Aos olhos do Historiador, o choque dá-se por não se manter o princípio histórico arquitetónico e identitário do edifício primitivo e se aproveitar esta oportunidade para lançar

o repto do necessário acompanhamento e partilha entre Arquiteto/Historiador de Arte, nas renovações, restauros e transformações em edifícios que necessitam de um estudo e registo sobre a sua antiguidade.

De salientar que os materiais construtivos, principalmente a pedra, justificam a argumentação das alterações sofridas na observação local, com uma clareza tão surpreendente, que as diferenças encontradas, tanto na qualidade da pedra como na pigmentação e cor, são verdadeiramente evidentes.

Pensamos ter clarificado nesta investigação que a construção primitiva da Casa não tinha qualquer espécie de entrada através de portas ou escadas na fachada virada a norte, e a entrada para a Casa seria efetuada através de uma escadaria desdobrada em dois lanços, que existia posterior ao edifício, uma prática comum à Época onde os pátios a céu aberto faziam as honras da entrada para a Casa.

Perante o apresentado, este trabalho de pesquisa obedeceu a uma seriedade desmedida e uma honestidade técnica e intelectual de forma a registar a História de um simples tanoeiro que ascendeu a Nobre, assim como o registo da sua Casa com Capela que já leva cerca de dois séculos e meio, com uma identidade arquitetónica que lhe foi já reconhecida como um Imóvel de Interesse Concelhio.

Analisando ainda a complementaridade na nossa investigação, a Capela tornou-se um ponto alto no estudo por se tratar de um edifício que aglutina a Casa, dando-lhe o caráter necessário titulado com a Nobreza, pela sua sumptuosa fachada Clássica quase a fugir para o Neoclassicismo que se vai implantar na Época de oitocentos.

Os estudos sobre a Capela, depois da procura a respostas sobre quem é que a pode possuir, revelam-nos que, no fim da Idade Média, atravessando o Renascimento até ao século XVII, o direito a construir e usufruir era só atributo dado ao Clero, à Nobreza e aos que recebiam honras ou dom Real. A partir de setecentos, a Burguesia cresce com os homens de negócios que com o seu poderio económico reclamam o estatuto de Nobre, por se integrarem nessa sociedade, pela conquista da riqueza e pelos laços matrimoniais combinados entre famílias.

No restauro, como atrás já se referiu, o interior da Capela surpreendeu os técnicos quando viram surgir as pinturas magníficas nas paredes, após o tratamento das mesmas. O estudo sobre o autor da obra pictórica poderá ser um desafio para um futuro próximo, um trabalho desafiante que não poderá ser contemplado neste estudo por se tratar de uma matéria

diferenciada, muito embora estimulante, uma vez que pelo constatado poderemos estar perante uma obra de um grande artista, Nicolau Nasoni.

Neste contexto, toda a emblemática construtiva ao longo do tempo, que nos levou a considerar que a Casa de José de Azevedo e Sousa esteve sujeita a alterações, não invalida a constatação de que estamos perante uma Arquitetura de referências arquitetónicas da Época Barroca, com pormenores que identificam a sua História como edifício e as suas funções, bem como se constatou, que inicialmente era uma Quinta com Casas construídas e armazéns para recolha do vinho proveniente do Douro.

A tipologia da Casa principal apresenta uma fachada com aparato de grandeza Nobilitada pela Burguesia, marcando bem quem lá residia e, como já referido anteriormente, a entrada principal para a Casa era feita pela parte posterior.

A caracterização deste património passa por se identificar como uma Casa Nobre Urbana: Nobre, pela Nobreza conquistada; e Urbana, pela localização junto ao burgo, na Zona Fluvial, que à Época era já uma realidade.

As diferenças tipológicas que separam esta Casa da anterior, ou seja, da Quinta dos Condes do Paço de Vitorino, são notórias, assim como as funções para as quais estavam predestinadas, constatando-se que nada tinham em comum: uma voltada para a rua, por isso Urbana, com um esforço arquitetónico concentrado na fachada, construída com piso térreo para armazenar pipas de vinho; a outra fechada, dentro de uma Quinta no meio Rural (interior do Concelho), com piso térreo para serviços, guarda de utensílios, adegas, cozinha e abrigo dos animais.

Encerrado este capítulo de estudo dedicado à Casa e Capela de José de Azevedo e Sousa, de 1760, poder-se-á concluir que este património sofreu várias alterações ao longo dos anos, como aliás se constata em todos os casos de estudo. Datar as alterações construtivas a que os imóveis foram submetidos foi um trabalho árduo, só possível através dos documentos que se pesquisaram, por observação no local através dos materiais utilizados, e pelo conhecimento adquirido através das várias disciplinas de estudo em História da Arte e Arquitetura, sobre as tipologias arquitetónicas utilizadas em cada época, essencialmente na Época Barroca onde recai este estudo. A Casa de José de Azevedo e Sousa, apesar de ser alvo de transformações, é um património que se encontra neste momento restaurado, depois de ter sido adquirido pela Empresa *The Fladgate Partnership*, sociedade privada, liderada pelo Sir Adrian Bridge (Figura 250).



Figura 250. Casa do Choupelo de José de Azevedo e Sousa, imagem atual.
Fonte: Imagem da Autora.

CAPÍTULO III.
Casa/Quinta do Fojo

A Casa/Quinta do Fojo encontra-se na freguesia de Canidelo, a três quilómetros do oceano Atlântico inserida, portanto, na Zona Marítima do Concelho de VNG.

É uma propriedade fundada com alguma reserva quanto à data que se indica de 1714, uma vez que o seu fundador poderá ter vindo para Portugal alguns anos antes da data indicada. A Casa primitiva preserva a sua fachada, apesar de o edifício sofrer ao longo dos tempos algumas alterações. Mantêm-se, no entanto, os seus excecionais jardins, noras, lagos, matas, e no presente, um campo de golfe e restaurante.

Atualmente a propriedade pertence ao Professor Doutor Paulo de Neville da Cunha Sepúlveda e Lencastre.

A Casa do Fojo é o terceiro caso de estudo, conforme o objetivo proposto nesta investigação. Nesse sentido, as três Casas de estudo encontram-se em Zonas geográficas díspares: a Casa dos Condes do Paço de Vitorino, que se situa na Zona Interior do Concelho; a Casa do Choupelo, de José de Azevedo e Sousa, implantada na Zona Fluvial; e a Casa do Fojo, inserida na Zona Marítima.

A pertinência da seleção deste património arquitetónico civil, por Zonas diferenciadas, recaiu na importância de se encontrarem construções de tipologias distintas, suscitando a curiosidade e análise em se entender as razões e os factos que motivaram esta diversidade de construção no auge de uma época comum entre elas, que se define como Época Barroca, onde a Arquitetura civil vai despoletar a afirmação e a evolução da Casa Nobre. Relembrando o estudo elaborado, não podemos descurar a importância do que já se encontrou no estado da arte, que nos leva a compreender a origem primitiva da Casa Nobre no final da Idade Média e que se mantém até ao final da Época Moderna (1789), como nos refere o autor: “Os seus antecedentes iremos encontra-los no século XV, e a sua continuidade e declínio na centúria de Oitocentos” (Ferreira-Alves, 2001, p. 9).

Neste sentido, a Casa do Fojo, apesar de estar relacionada no mesmo espaço temporal das outras duas Casas (ressalvando a Casa dos Condes do Paço de Vitorino, que de Barroco só tem a fachada), apresenta uma tipologia do edificado que nada tem a ver com os outros dois casos de estudo. O tratamento de dados obedeceu à mesma metodologia de estudo,

começando por uma análise no local do edifício, que contempla a Casa e a Capela, fazendo-se visitas regulares aos espaços exterior e interior, o que gentilmente nos foi permitido pelo seu proprietário residente que nos acompanhou e facilitou o registo fotográfico, assim como todas as informações possíveis sobre a historicidade da Casa e da família ascendente e descendente.

Foi de interesse relevante, aliás comum aos outros casos, fazer um levantamento de registos históricos sobre os proprietários à época da fundação da Casa do Fojo, pelo General inglês William Nevill, que, segundo algumas asserções, veio para Portugal em 1714 depois da guerra de sucessão ao trono com a derrota do Duque de York, tornando-se o 1.º senhor na fundação da Casa do Fojo em VNG.

William Nevill foi General e partidário da sucessão ao trono da Inglaterra do jovem irmão da Rainha Ana Stuart, o católico Jaques III, participando numa luta que acabou com a vitória do sucessor ao trono, do pretendente protestante Jorge I (Silva, s.d., p. 45). Neste sentido, William Nevill é descendente em linha direta de Ralph Neville, avô e bisavô de Reis de Inglaterra (Saavedra, 1935, p. 164).

Foi crucial o estudo feito sobre a identidade e tipologia da Casa através do levantamento arquitetónico de planta e alçados, projeto elaborado pelo topógrafo Luís Pinto, da empresa Planitop, que gentilmente nos cedeu a documentação, com a autorização do proprietário Doutor Paulo Lencastre.

Por fim, o âmago do nosso caso de estudo passou por analisar e registar as transformações e alterações arquitetónicas sofridas ao longo dos séculos na construção da Casa e Capela, um Nobre e histórico edificado dentro da Quinta do Fojo.

A Casa do Fojo encontra-se classificada (Figura 251)[78] como IIP-Imóvel de Interesse Público através do Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12-09-1978 (Anexo 49), sendo feita a sua publicação no Jornal *"O Comércio do Porto"* com a informação da sua classificação (Figura 252).

[78] Documento de Arquivo: DRCN – Processo nº DRP/CLS-1950.

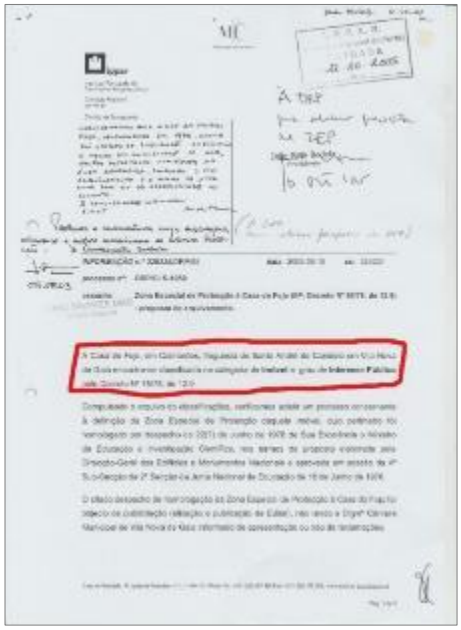


Figura 251. Classificação como IIP - Casa do Fojo.



Figura 252. Notícia no Jornal "O Comércio do Porto", 27 de janeiro de 1978.
Fonte: Jornal "O Comércio do Porto" (1978).

1. REGISTOS HISTÓRICOS DO PATRIMÓNIO DA CASA/QUINTA DO FOJO, DESDE A DATA DA SUA CONSTRUÇÃO ATÉ À CONTEMPORANEIDADE

Como nos capítulos anteriores já se referiu, conhecer o autor do projeto de uma construção que nos remete à centúria de setecentos seria um trabalho único com o propósito fixo de uma pesquisa focada nesse objetivo, sendo certo que, com poucas garantias de se concretizar o desejado, muito pelo contrário, acontecer o infortúnio de nada se encontrar…

Por este motivo, o nosso ponto de focagem não podia permitir desvios de um caminho marcado sobre o objetivo a alcançar, ou seja: através de documentação conhecer a propriedade e os seus proprietários à época da construção; analisar a Arquitetura da Casa e da Capela sobre a forma construtiva e complementos decorativos; investigar as transformações sucessivas desde a sua edificação até aos nossos dias. Neste caso de estudo, a Casa do Fojo teve a sorte de manter a sua estrutura edificada primitiva bem firme, sem alterações significativas na fachada considerada primitiva, caracterizada para o nosso estudo como um património distinto, que se encontra no Concelho de VNG.

Situando-nos geograficamente na Zona que este património ocupa recorremos à carta urbanística que localiza a área da Casa e da Capela adossada, assim como os terrenos e edifícios que se encontram no interior da Quinta (Figura 253).

Também, por observação, através da imagem aérea (Figura 254) constata-se que a Casa contempla dois corpos, formando arquitetonicamente uma tipologia de planta em L.

No terreno, com toda a importância que lhe é devida, regista-se a imagem fotográfica da fachada da Casa e Capela da Quinta do Fojo (Figura 255).



Figura 253. Carta urbanística que localiza a Casa/Quinta do Fojo, assinalada com um círculo. (Anexo 140)
Fonte: gaiurb (s.d.).



Figura 254. Vista aérea da Casa/Quinta do Fojo.
Fonte: Google Maps (2016).



Figura 255. Fachada da Casa e Capela da Quinta do Fojo.
Fonte: Imagem cedida pelo proprietário, Prof. Doutor Paulo Lencastre.

Sendo a Casa/Quinta do Fojo (Anexo 12) o nosso terceiro caso de estudo de grande importância cultural, histórica e arquitetónica, porque não explanar versões também muito relevantes, tais como: geografia humana; física; económica e comercial, com base num espaço geográfico concebido para o bem-estar de quem viveu numa área geográfica, arquitetando uma Casa para a sua vivência e existência na "organização de espaço tendo por agente o próprio homem" (Távora, 2015, p. 13). Refere ainda o autor:

> Mas mesmo nesta base ou dentro desta visão parcial dos fenómenos de organização do espaço, não poderão excluir-se deles quer as formas naturais – e mesmo aquelas que possam considerar-se puras, isto é não tocadas pela mão do homem – quer as suas relações com as obras humanas, relações tão íntimas, infinitas e inesgotáveis, que não é possível saber onde umas acabam e as outras começam (Távora, 2015, p. 13).

A Geografia humana permitiu uma reflexão, porque se trata de uma ciência, no sentido mais lato, pela simples razão de que o Homem deve compreender o espaço geográfico que ocupa, assim como a sua relação com o mesmo. No estudo da Casa Nobre e de quem a habitou, tentou-se dar relevo a esta relação do Homem com o espaço, muitas vezes colocando-nos no tempo à época deste estudo, pelo motivo fundamental da compreensão vivencial dos seus proprietários, refletindo, não só como viviam na época, como entender os seus gostos, prazeres, a sua condição social, os seus costumes e a sua evolução própria e natural. Também, e não menos importante, a sua relação com quem estava ao seu serviço nas tarefas agrícolas que aconteciam nos tempos áureos da Quinta, onde os caseiros, os

criados e os familiares dos mesmos compunham uma comunidade dentro de uma família, fazendo crescer as colheitas anualmente de forma abastada, que abonavam nas dádivas e na comercialização das mesmas.

A Geografia física, por não ser menos importante e que ajudou naturalmente a descrever o solo na ligação com o clima, fez compreender todos os povos sobre o lugar certo para a plantação em espaços climatéricos, mais quentes e soalheiros, ou mais húmidos ou sombrios.

A Geografia económica, também a não esquecer, era utilizada na gestão das produções agrícolas que envolviam toda a comunidade, gerando crescimento económico.

A Geografia comercial, uma sequência da económica, resultava num melhor entendimento de como se comercializavam os produtos produzidos pela mão do Homem que trabalhava a terra.

Por fim, a Geografia histórica poderá ser o *ex-libris* porque envolveu todo o estudo numa produção de conhecimentos baseados em registos escritos documentados que se encontraram nesta investigação sobre o estudo da Casa Nobre, relatos sobre o modo de vida dos Nobres Senhores no Portugal de seiscentos e setecentos, caracterizando todo um estilo de vida numa sociedade que sempre existiu e existirá em qualquer Época.

Esta pequena reflexão sobre as várias temáticas ligadas à Historiografia Geográfica desenvolveu um raciocínio que se foi projetando neste trabalho, confirmando a necessidade de uma prática interdisciplinar no campo da multidisciplinaridade para se produzirem novas formas de conhecimento. Todavia, só foi possível percecionar esta conspeção através de uma sensibilização no âmbito da Ciência Geográfica, transversal ao Seminário de Geografia, Ambiente, Planeamento Rural e Urbano, diligenciado pelo módulo da atividade inserido no 1.º ano curricular do doutoramento. Esta disciplina foi importante para este estudo, porque promoveu e alertou para novas metodologias a serem colocadas na prática, que na maioria se desconheciam, mas que são imprescindíveis na elaboração de trabalhos com a devida exigência e rigor científico.

A Casa/Quinta do Fojo, um património arquitetónico civil privado, contém registos históricos que o identificam como sendo uma construção edificada no início do séc. XVIII (1714), ou antes, em finais do séc. XVII (1688), conforme informação bibliográfica que claramente descreve como sendo seu proprietário, o Nobre general inglês de nome William Nevill que, segundo o autor: "depois da **Guerra das Duas Rosas**, se viu forçado a emigrar para Portugal, depois da derrota do Duque de York, em 1714" (Saavedra, 1935, p. 164). No

nosso ponto de vista existe um lapso de escrita, pois na data de 1714 não se deu a Guerra das Duas Rosas, mas sim a Guerra da sucessão ao trono de Inglaterra.

Entretanto surge outro estudo numa versão diferente, ou seja, no Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, que corrobora o nosso pressuposto, indicando que a informação poderá estar confusa, porque a Guerra das Duas Rosas (Figura 256) – a célebre luta entre as casas de Lancaster e York – acontece entre 1455 até 1485[79], e não em 1714. Quando muito, segundo o autor:

> A derrota e fuga para França do Duque de York (já então rei, com o nome de James II e pai do Pretendente acima citado) deu-se em 1688, quando Guilherme de Orange foi convidado para {salvar o protestantismo inglês e fazer-se aclamar rei.} É, portanto, de supor que fosse nessa ocasião a vinda para Portugal do referido general. (Câmara Municipal do Porto, s.d., p. 407).



Figura 256. Representação da Casa de Lancaster com a rosa vermelha e rosa branca da Casa de York. Fonte: Aguilar (2015).

Feita esta análise, poder-se-á considerar que William Nevill teria vindo então para Portugal já em 1688, primeiramente a viver no Porto (Gomes, 1993b, pp. 121-122) e depois na Casa do Fojo, em VNG, na freguesia de Canidelo, sendo-lhe, portanto, atribuído o título do 1.º senhor da Casa do Fojo. Casou com Mary Tysson, irmã do Almirante inglês com o mesmo apelido, tiveram um filho que herdou o nome do pai, William Nevill, que se tornou no 2.º senhor da Casa do Fojo, que vem a casar com Mary Joan Towshend de nacionalidade irlandesa. Deste casamento nasce Josepha Mary Comba Nevill em 1714, neta de William

[79] A Guerra das Duas Rosas, entre 1455/1487, foi uma série de lutas dinásticas pelo trono de Inglaterra, ocorridas ao longo de trinta anos durante os reinados de Henrique VI, Eduardo IV e Ricardo III. Em campos opostos, encontravam-se as Casas de Iorque (ou York) e de Lencastre (ou Lancaster), ambas originárias da dinastia Plantageneta (dinastia de Reis ingleses) e descendentes de Eduardo III Rei da Inglaterra entre 1327 e 1377. O símbolo da Casa de Iorque era a Rosa branca; o símbolo da Casa de Lencastre era a Rosa vermelha (Wikipédia, s.d.b).

Nevill, 1º senhor da Casa do Fojo. Josepha Neville casou em 1728 (com apenas 14 anos) com George Allen de 29 anos, e em 1730 nasceu o primeiro de doze filhos, sendo que, dez nascem na Casa da Quinta do Fojo, e os dois mais novos na cidade do Porto. Segundo a cronologia traçada pelo autor, abaixo transcrita, desconhece-se a data em que George Allen vem para Portugal, mas a verdade é que por cá ficou tornando-se um grande comerciante no ramo do vinho do Porto.

> (…) não é conhecido o ano em que George Allen veio para Portugal, mas provavelmente emigrou por motivos religiosos e políticos, pois era partidário entusiasta dos Stuarts, que chefiavam a reacção católica em Inglaterra. Note-se que, pelos mesmos motivos, emigrara também para Portugal o avô de sua mulher – William Neville, general inglês, também católico. (Câmara Municipal do Porto, s.d., p. 407)

Neste sentido, Josepha Mary Comba Nevill Allen (1714-1783) e George Allen (1698-1772) viveram na Casa da Quinta do Fojo. George Allen dedicou-se, como acima já se referiu, ao negócio do comércio e exportação de vinhos, tornando-se proprietário de diversos armazéns de vinho em VNG[80].

Como 3.º senhor da Casa do Fojo surge John Nevill, irmão de Josepha Mary Comba Nevill, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, que casou com Maria Joana Nevill, sendo que deste matrimónio nasceram vários filhos (Saavedra, 1935, p. 168). Não se conhece a data em que John Nevill se tornou 3.º senhor da Casa, mas consultadas as Notas Monográficas de Santo André de Canidelo, temos a informação de que "Em 19 de janeiro de 1742, a Quinta pertencia a António de Freitas Faria e que Nevill, comprou a Quinta do Fojo, com todas as suas pertenças, em 18 de dezembro do mesmo ano a Domingos de Freitas Vieira" (Costa & Barros, 2006, p. 311). Depreende-se neste sentido, que a Casa nesta data, não era pertença dos Nevill… adquirindo-a de novo John Nevill.

Sabe-se, entretanto, através dos documentos dos Autos de Património da Capela, que em 1749, John Nevill solicita a permissão do uso da Capela dizendo que a mesma se situava dentro da sua Quinta do Fojo (Figura 257)[81]. Neste documento, o nome aparece escrito como João Nevel e sua mulher Maria Joana Nevel de quem nasceram vários filhos, destacando-se

[80] "(…) fez parte da firma Curtis & Wettenhall – fundada em 1726 – e que se transformou sucessivamente em Towshend & Wettenhall e depois, finalmente, em Allen & Wettenhall. Note-se que Towshend é o apelido da família da sogra de George Allen. Liquidados os negócios à roda do ano de 1754, um ano antes do grande terramoto que arrasou Lisboa, alugou então a diversas firmas importantes os seus armazéns, entre as quais temos conhecimento das seguintes: Croft & Lambert, Bowman & Franklin, Bernardo Clamowse, John Neville, isto além de [três armazéns contíguos huns aos outros] que a Companhia Velha passou a ocupar, e ainda mais dois, que alugou a Manuel da Assunção e a António José da Cunha. Entre outras propriedades, sabemos que possuía {Hua terra e pinhal na Villa de Ovar} que em 1766 foi vendida por trezentos mil réis a um tal Manuel dos Santos, da referida vila. George Allen foi também proprietário de um navio, denominado "RUBY", vendido também na altura em que se retirou dos negócios." (Câmara Municipal do Porto, s.d., p. 409).

[81] Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/001/0448.

a sua filha Josepha Nevill, que casa com José Pinto da Cunha Godinho Saavedra, por sua vez Senhor da Casa da Praça de Provezende, em cuja família continuou a sua descendência (Saavedra, 1935, p. 168). Provezende é uma freguesia localizada no Concelho de Sabrosa, na fértil região demarcada do Douro, onde se produz o afamado vinho do Porto.

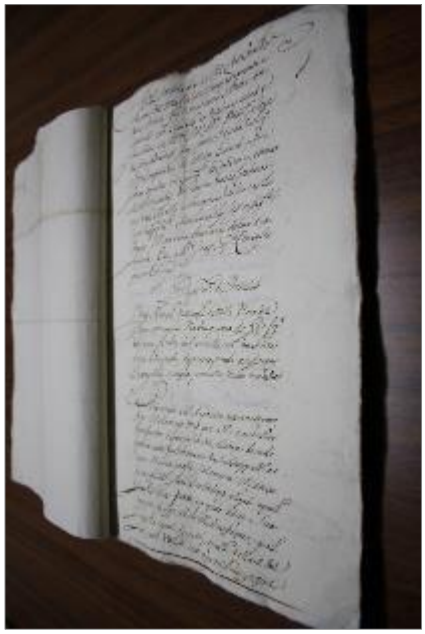


Figura 257. Documento dos Autos do Património da Capela da Casa do Fojo no ano de 1749. (Anexo 141)

Para além da informação de que John Nevill, ou João Nevel, em 1749 faz o pedido para o uso da Capela, sabemos que na data de 1807, João Nevel ainda faz um pedido de aforamento de um terreno extramuros da Quinta com a área de 400 varas de comprimento e 300 varas de largura[82], para lavrar e semear como já o tinha feito em tempos (Figuras 258 a 261)[83]. O documento completo pode ser consultado no Anexo 50.

[82] As medições antigas eram feitas por varas, que têm a equivalência métrica de uma vara ser igual a 1,10 m.
[83] Documento de Arquivo n.º 213658, cedido pelo Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner, CMVNG.



Figura 258. Documento sobre o pedido de aforamento de terreno, feito por João Nevil em 1807 (parte 1).

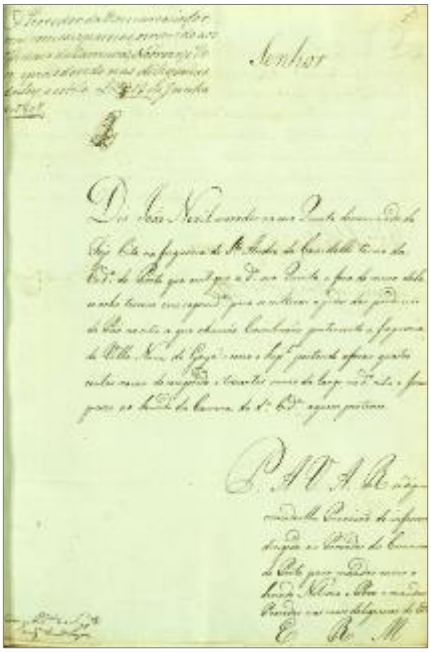


Figura 259. Documento sobre o pedido de aforamento de terreno, feito por João Nevil em 1807 (parte 2).



Figura 260. Documento sobre o pedido de aforamento de terreno, feito por João Nevil em 1807 (detalhe 1).

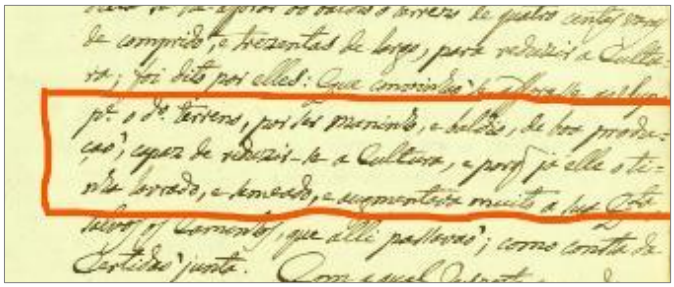


Figura 261. Documento sobre o pedido de aforamento de terreno, feito por João Nevil em 1807 (detalhe 2).

No seguimento cronológico, o documento abaixo informa que John Nevil falece em 1815, pelo que a sua irmã Ana Nevil, solteira (Anexo 51), habilita-se como cabeça de casal a fazer novo pedido de emprazamento de vários terrenos pertencentes à Quinta (Figuras 262 e 263)[84].

[84] Documento de Arquivo, n.º 213658 cedido pelo Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner, CMVNG.

Surge nesta cronologia Josepha Nevill, filha de John Nevill, que casa com José Pinto da Cunha Godinho Saavedra e dá continuidade à sua descendência, vindo a culminar no atual proprietário Doutor Paulo de Neville da Cunha Sepúlveda e Lencastre[85], filho de Dom José Paulo da Silveira de Queirós e Lencastre (Figura 264).



Figura 262. Documento de pedido de aforamento de terrenos, feito por Ana Nevil em 1815, após a morte do seu irmão John Nevil (parte 1).

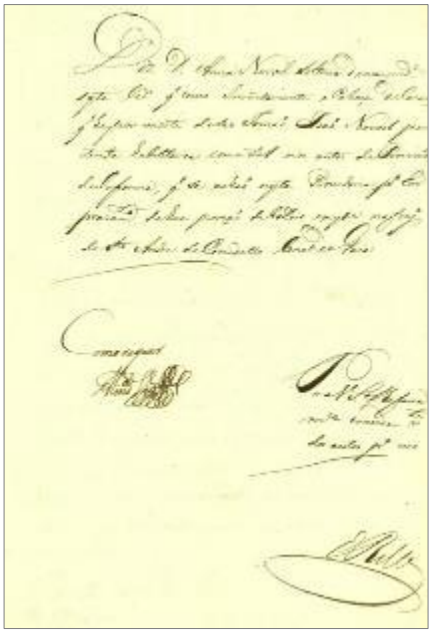


Figura 263. Documento de pedido de aforamento de terrenos, feito por Ana Nevil em 1815, após a morte do seu irmão John Nevil (parte 2).

[85] Para um melhor entendimento de como se desenrola a continuidade da família, segue uma breve descrição: após o casamento de Josepha Nevill (5ª Avó de Paulo Lencastre) com José Pinto da Cunha Godinho Saavedra, nasce José Pinto da Cunha Saavedra que tem um filho de nome José Augusto Pinto da Cunha Saavedra, tendo este uma filha de nome Maria Emília Neville da Cunha Saavedra (bisavó do atual proprietário Paulo Lencastre), que por sua vez tem um filho de nome José Neville Pinto da Cunha Saavedra, sendo que este falece não deixando filhos, ficando a propriedade em posse da sua irmã, Maria Olímpia Neville de Ascenção Pinto da Cunha Saavedra (avó materna de Paulo Lencastre), que deixa a propriedade a seu filho Manuel Jorge Saavedra Sepúlveda e Sampaio, mas que vindo a falecer deixa a Casa a sua irmã Maria Emília Saavedra Sepúlveda e Sampaio, que casa com José Paulo da Silveira de Queirós e Lencastre, pais de Paulo Lencastre, atual proprietário da Casa/Quinta do Fojo, que por sua vez tem como herdeiras três filhas: Joana Prieto Afonso de Neville e Lencastre; Leonor Mosqueira Afonso de Sepúlveda e Lencastre; Teresa Brun Afonso de Camacho e Lencastre (estas informações foram cedidas, na primeira pessoa, Professor Doutor Paulo de Neville da Cunha Sepúlveda e Lencastre).



Figura 264. Varonia de Dom José Paulo da Silveira de Queiroz e Lencastre
Fonte: Imagem cedida por Prof. Doutor Paulo de Neville da Cunha Sepúlveda e Lencastre (filho).

A Casa do Fojo foi, por várias vezes, quartel-general. Uma delas pela ocupação de vários generais ingleses que estiveram hospedados na Casa como forças anglo-portuguesas, distinguindo-se o general Wellington, entre outros, como: Beresford; Trant; Hamilton, como confirmam as *Ordens da Divisão,* datadas do *Quartel General do Fojo*, aquando da batalha no Porto em 29 de março de 1809, durante a segunda invasão Francesa no âmbito da Guerra Peninsular ou Napoleónica. José Pinto da Cunha Godinho Saavedra, à época chefe da família, com o seu irmão e seus filhos também fizeram parte da campanha como ajudantes de campo de vários generais ingleses (Saavedra, 1935, p. 165).

Outra ocupação, com data a registar, acontece com a Guerra Civil Portuguesa também conhecida como Guerra dos Liberais, Guerra Miguelista, ou Guerra dos dois irmãos, D. Miguel e D. Pedro, numa luta pela ascensão a título de Rei de Portugal, que ocorre entre 1832 e 1834. Estas lutas entre liberais e absolutistas (ver Parte II, Capítulo III, Item 5.2.) também marcaram a História da Casa do Fojo, que mais uma vez serviu de quartel-general ao exército absolutista fiel a D. Miguel, mas que após a derrota, os liberais de D. Pedro, vitoriosos, logo se dirigiram à Casa do Fojo para os expulsarem. Destaca-se nesta investida, porque iniciou a sua carreira na Casa do Fojo, o Marechal Duque de Saldanha, que segundo o autor, era:

> Amigo de infância dos filhos de José Saavedra, e que o mesmo pediu a D. Josefa Nevill para interceder, junto dos generais, para ser nomeado ajudante de campo, ao que eles recusaram, por terem já todos os lugares preenchidos. D Josefa, tirando a espada de um dos seus filhos, e batendo no ombro de Saldanha disse-lhe: [Eu te armo cavaleiro e ajudante de campo do general]. O

> general inglês, sorrindo desta {investidura}, aceitou-o também. Chegado mais tarde aos mais elevados cargos, conservou sempre a maior gratidão e amizade pela proteção que lhe dispensou D. Josefa Neville, o que era raro então, e hoje ainda mais. (Saavedra, 1935, p. 165)

Ainda outra ocupação a registar, que fez História na data de 1847, sucede quando o Coronel José Maria de Magalhães permaneceu na Casa do Fojo com o 10.º Regimento de Infantaria, aguardando o resultado da *Convenção de Gramido*, celebrada entre o general da Junta, César de Vasconcelos, e o general castelhano Concha, convenção que acabou por ser assinada em 30 de junho do referido ano, determinando assim o fim da guerra da Maria da Fonte ou da Patuleia (Saavedra, 1935, p. 166).

Recorrendo de novo à historicidade da Casa do Fojo, que tem como base da sua existência, presumivelmente, o ano de 1714, a documentação das Memórias Paroquiais de 1758 (Anexo 52) comprova que o inquérito mandado fazer por Marquês do Pombal a cada freguesia do reino, atesta que na freguesia de Canidelo "tem outra capela dentro de sua quinta que possui João Nevel de nação Britânica com o nome de São João Evangelista." (Figura 265)[86].

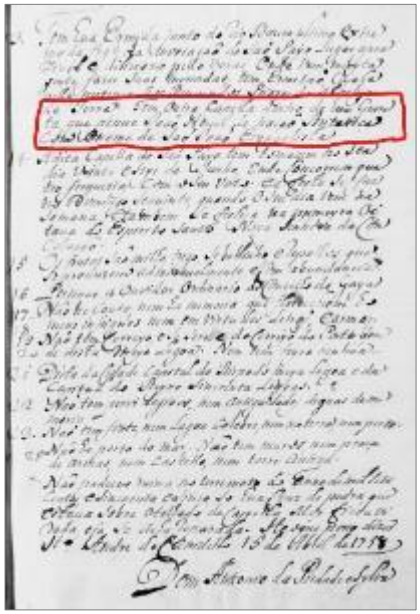


Figura 265. Documento das Memórias Paroquiais da Freguesia de Canidelo. (Anexo 142)

[86] Documento de Arquivo: Memórias Paroquiais de 1758 - PT/TT/MPRQ/9/108.

2. REGISTOS HISTÓRICOS DOCUMENTAIS DO PATRIMÓNIO DA CAPELA DA CASA/QUINTA DO FOJO

A informação documental da Capela provém do Arquivo Episcopal da Sé do Porto, onde a investigação levada a cabo no nosso estudo passou por uma pesquisa minuciosa aos processos dos Autos de Património das Capelas construídas em VNG.

Neste contexto, a pesquisa feita para encontrar o processo do pedido feito por John Nevill e sua mulher Maria Joana Nevill não foi propriamente uma tarefa fácil, pela dificuldade até na grafia utilizada em várias épocas onde o nome de Nevill aparece escrito diferencialmente como: Nevel; Nerwill; Nuil; Nevill. Neste sentido, John Nevill e sua mulher Maria Joana Nevill são referidos em 1749, nos autos de Património da Capela e nas Memórias Paroquiais de 1758, como João Nevel e Maria Joana Nevel. O nome Nevill é o mesmo que Neville, todavia estamos a utilizar Nevill por ser o indicado na bibliografia (Saavedra, 1935, pp 167-168).

Encontrado e consultado o processo dos Autos de Património, verifica-se que o pedido feito e assinado por João Nevel e sua mulher Maria Joanna Nevel (Figuras 266 e 267)[87] é um documento claramente comprovativo da existência da Capela à data de 1749 (Figuras 268 e 269)[88], com o pedido para o funcionamento da Capela e permissão de poderem nela celebrar missa e todos os atos litúrgicos (Anexo 53).

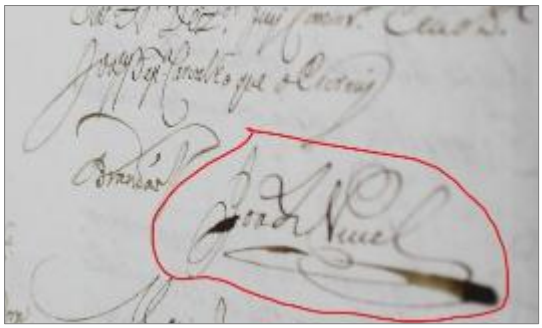


Figura 266. Assinatura de João Nevel.

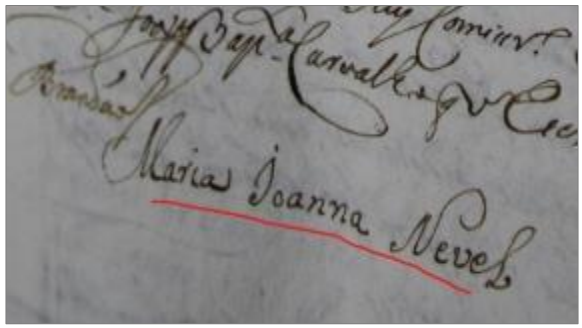


Figura 267. Assinatura de Maria Joanna Nevel.

[87] Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/001/0448.
[88] Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/001/0448.



Figura 268. Documentos dos Autos de Património da Capela da Casa do Fojo de 20/6/1749 (parte 1). (Anexo 143)

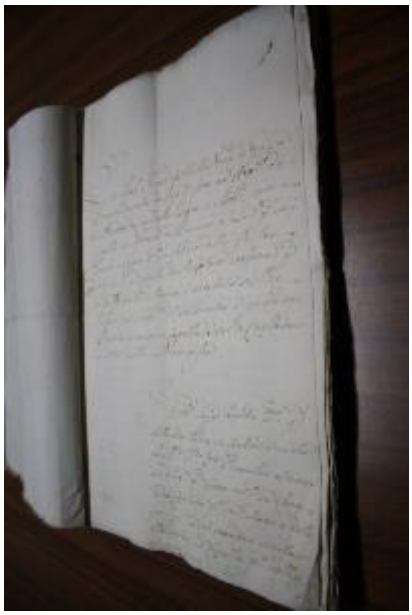


Figura 269. Documentos dos Autos de Património da Capela da Casa do Fojo de 20/6/1749 (parte 2). (Anexo 144)

Ainda sobre o pedido feito para a autorização do funcionamento da Capela, este só poderia ser aceite se fossem cumpridos todos os requisitos necessários, uma prática análoga à utilizada nos séculos XVII e XVIII como já temos vindo a referir, ou seja, um atributo a que só os Nobres tinham direito: primeiro, pela capacidade financeira de construir; segundo, pelo beneficio de pertencerem à Nobreza, usando o edifício não só para o conforto de não se deslocarem até à Igreja local, como também por afirmação social; terceiro, pelo investimento próprio, mas sempre sobre o olhar e regras exigidas pelas Constituições Sinodais da Diocese do Porto, já referidas nos estudos anteriores.

A verdade é que, mesmo com todo o poder económico e sendo socialmente a família ligada à Nobreza de descendência Régia, o pedido para a autorização de edificar uma Capela junto à sua Casa tinha sempre como base um motivo do prestígio e da fé que abraçava os crentes.

No caso em estudo, apesar dos requisitos cumpridos, o funcionamento da Capela para todas as celebrações de atos litúrgicos exigiu um dote de património para a fábrica da Capela que, no caso da Casa/Quinta do Fojo, na data de 1749, foi um campo agrícola junto à Quinta, também propriedade de João Nevel (ver descrição em nota de rodapé)[89].

Este documento permite-nos perceber que John Nevill (no documento dos Autos, assina em português, João Nevel) tinha residência em Santa Marinha, o que não surpreende, uma vez que sua irmã Josepha Mary Comba Nevill vivia na Casa do Fojo, onde nasceram doze filhos, e só os dois mais novos nasceram no Porto, presumindo-se que tenha deixado a Casa do Fojo. Esta suposição fará todo o sentido porque a Quinta passou a ter outro proprietário – António de Freitas Faria – e depois – Domingos de Freitas Vieira, naturalmente familiar – sendo que é a este último que John Nevill, irmão de Josepha Mary Nevill, adquiri a Quinta em 1742, voltando a propriedade para os Nevill. John Nevill surge assim como 3.º senhor, dando origem a algumas alterações na Casa, incluindo o pedido para o funcionamento da Capela.

A consulta e leitura de documentos, para além de fascinante, abunda com surpresas e informações relevantes que nos obrigam a colocarmo-nos no tempo e no espaço, permitindo encontrar outros dados que isoladamente seriam impossíveis de detetar. Isto para dizer que, curiosamente, viemos a encontrar como testemunha crucial para esta família dos Nevill da Casa do Fojo, a personagem de José de Azevedo, proprietário da Casa do Choupelo, em Santa Marinha, uma das três Casas do nosso estudo, com a diferença de que José de Azevedo tinha apenas 23 anos e não era ainda proprietário da Casa do Choupelo, era solteiro, vivia numa casa com os pais, todos com a profissão de tanoeiros, na mesma freguesia de Santa Marinha.

[89] Um campo que valia duzentos mil reis e que bem semeado rendia três carros de pão todos os anos, podendo um dos carros, com o seu valor de venda, ser exclusivo para a fábrica da Capela, assim como outras colheitas, como por exemplo o feijão que ali se retirava da terra. Todavia, os proprietários, tinham que provar: que o campo de cultivo, por escritura era propriedade sua; quanto valia; que não estava hipotecado, nem embargado, nem tão pouco vinculado a algum Morgado, mas sim livre e desembargado; que não tinha mais nenhum senhorio; e que não pagava pensão alguma, nem foro, nem censo. Neste contexto, não bastava que os proprietários provassem estes requisitos, por si próprios, sendo necessárias testemunhas que comprovassem as informações. Nesse sentido, no documento surgem quatro pessoas reconhecidas do lugar, incluindo um trabalhador da Quinta, que confirmam o valor do património, a sua produção e reconhecem, inclusivamente, João Nevel e sua mulher Maria Joanna Nevel como únicos senhorios.
Apesar de todos estes requisitos burocráticos e cautelosos a cumprir, o Bispado, por último, ainda fazia correr um edital que era colocado na porta da Igreja e lido na homilia pelo reverendo, onde constava a informação da pertença da propriedade, e, caso alguém se sentisse lesado, tinha oito dias para contestar.
Por fim, ainda a exigência de uma procuração que neste caso foi feita a Francisco Lourenço, ficando este responsável com mais duas testemunhas: Ventura Pinto e José de Azevedo e Sousa, moradores no lugar de Santa Marinha, documento esse que prometia e obrigava que o campo dotado para o património da Capela como Dízimo a Deus, seria intocável não podendo ser dado ou doado ou até mesmo trocado ou alienado. O documento foi assinado em 11 de julho de 1749, por todos, na presença do Tabelião, na casa de João Nevel e sua mulher, em Santa Marinha (Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/001/0448).

Sobre a Capela da Quinta do Fojo, verifica-se que tem o Orago de invocação a S. João Evangelista, sendo que o interior da Capela é bem demonstrativo da grande fé católica dos Nevill, cuja divisa era: *Tranquilus – Semper – Justus* (Figura 270). A descrição contempla: "Escudo inteiro: em campo de púrpura, duas bandas de prata, em aspa, tendo no seu centro uma rosa de púrpura. Elmo aberto encimado por uma coroa ducal. Timbre, um leão de prata. Legenda – TRANQUILUS SEMPER JUSTUS" (Silva, s.d., p. 43).



Figura 270. Brasão da Família dos Nevill.
Fonte: Imagem da Autora.

3. ARQUITETURA, TIPOLOGIA E IDENTIDADE

A Casa da Quinta do Fojo, como atrás já referido, teve como primeiro proprietário William Nevill de nacionalidade britânica, um ilustre Nobre ligado à aristocracia inglesa. Descendente em linha direta de Ralph Nevill, avô e bisavô de reis ingleses, William Nevill foi o segundo filho de Sir Christopher Nevill, seguiu a carreira militar tornando-se general ao serviço do Duque de York. Participou nas disputas político-religiosas que devastaram o reino de Inglaterra nos finais do séc. XVII, com a guerra da sucessão ao trono, sendo vencido o lado pelo qual lutava, ou seja, o lado do Duque de York.

Como também já referido, William Nevill, desalentado com o insucesso, veio para Portugal com a sua esposa Mary Tysson, sendo que:

> Escolheu o Porto porque sabia da existência aqui de uma importante colónia inglesa. Após a sua chegada, tratou de procurar um espaço rústico e sossegado que não só lhe proporcionasse a tranquilidade de que carecia, como também lhe evocasse uma paisagem semelhante aos arredores de Londres. (Gomes, 1993b, p. 122)

Foi nesta sequência que encontrou um lugar aprazível no Fojo, na freguesia de Canidelo, geograficamente na Zona Marítima de VNG.

Tomando-se o ano de 1714 como sendo a data da fundação da Casa do Fojo, muito embora sem certezas, uma vez que a sua neta (filha do 2.º William Nevill) nasceu a 22 de setembro de 1714 em VNG (Câmara Municipal do Porto, s.d., p. 406), depreende-se, nesse sentido, que a Casa do Fojo possa ter sido construída antes da data referida, ou seja: se a derrota e fuga para França do Duque de York (já então rei, com o nome de James II) conforme refere o autor - "(…) deu-se em 1688, quando Guilherme de Orange foi convidado para {salvar o protestantismo inglês e fazer-se aclamar rei}" (Câmara Municipal do Porto, s.d., p. 407), é muito provável que a fundação e construção da Casa do Fojo tenha sido iniciada ainda no final do séc. XVII. Segundo outro autor a "(…) construção se arrastou por vários anos, pois sabe-se que coube ao filho, de igual nome, a conclusão das obras e mesmo o aumento, por novas aquisições, da parte rústica" (Gomes, 1993b, p. 122), sendo que à presente investigação acrescentamos o já referido nascimento da neta em 1714.

A Casa da Quinta do Fojo, apesar de se caracterizar como uma Casa de residência permanente, não deixa de ser de veraneio com características solarengas, por se inserir numa Zona Litoral, num meio que à data da sua construção seria rural, hoje cimentada numa Zona Urbanizada. Pela sua extensão à época, os terrenos envoltos seriam de cultivo, todavia no espaço de um século, entre 1860 e 1960, os terrenos virados a nascente foram alvo de dois cortes: um em 1860, para dar passagem à linha férrea no percurso até à Estação das Devesas; e outro em 1960, por força do traçado da autoestrada Porto-Carvalhos (Gomes, 1993b, p. 121).

A Casa, pela sua grandiosidade e com a Capela agregada, demonstra, sem dúvida, ser uma Casa habitacional ligada a Nobreza titulada, com ligações de sangue e de honras.

Habitualmente, para além de ser referenciada como Casa da Quinta do Fojo, é também designada como Solar da Casa do Fojo, atributo que lhe é reconhecido como já referido na Parte II, Capítulo II, Item 6, uma vez que *Solar* é uma herdade, Casa ou morada de família Nobre antiga. Curiosamente, tal como temos vindo a defender, a Casa Nobre ou Senhorial que remonta à Época Medieval com a tipologia inicial de uma Torre com a função de Casa e refúgio, como tal Casa-Torre fortificada, e que mais tarde se desenvolve com construções anexas para mais comodidade, acaba por ser o verdadeiro Solar implantado numa extensa área de terra com senhorio próprio. Verifica-se, também, na Arquitetura de todas essas construções, que ano após ano, o lugar da Torre é cedido à construção da Capela com a

tipologia de plano elevado, com toda a verticalidade que lhe é reconhecida identificando o Nobre que lá habita.

A descrição e os atributos deste património obedeceram a um estudo arquitetónico e à descrição gramatical da fachada, matéria que apoiou esta investigação, através de meios técnicos, com recurso a plantas topográficas, observação presencial e imagens fotográficas.

Ao primeiro impacto, por observação visual, a fachada da Casa e Capela da Quinta do Fojo contempla uma tipologia arquitetónica sentida através da influência do risco do Arquiteto inglês John Carr, autor do projeto do Hospital de Santo António, na cidade do Porto, um emblemático edifício palladiano português. John Carr foi um Arquiteto que adotou um estilo sóbrio, austero, que se conotava com as regras tratadísticas de Andrea Palladio.

Sendo a Arquitetura uma construção criada com o intuito de organizar um espaço, num determinado lugar, sem esquecer que nos edifícios que vão estar expostos ao tempo, os materiais, que são parte integrante na composição de um todo, devem garantir a durabilidade, mas também a obrigatoriedade de recriar uma harmonia estilística, a Casa do Fojo não foge a esses critérios. Entre os diversos materiais incluem-se a pedra, o tijolo, a argamassa, o ferro, o vidro, o reboco e as tintas.

A Casa do Fojo, arquitetonicamente, envolve dois pisos, rés-do-chão e 1.º andar, com ligação interior e exterior, apresentando-se caiada e rebocada a branco (Figura 271), sendo que a sua planta construtiva se desenvolve em L para o lado Nascente (Figura 272).



Figura 271. Fachada da Casa e Capela da Quinta do Fojo.
Fonte: Imagem cedida pelo proprietário Professor Doutor Paulo Lencastre.



Figura 272. Planta da Casa do Fojo. (Anexo 145)
Fonte: Imagem cedida pelo Topógrafo Luís Pinto, da Empresa Planitop.

A fachada principal divide-se em três corpos, um central e dois que o ladeiam. O corpo do lado esquerdo, adossado à fachada principal, corresponde à Capela que tem ligação interior à Casa através do coro alto. O corpo do lado direito, construção simétrica ao corpo do lado esquerdo (Capela), tem uma porta de entrada que dá acesso ao rés-do-chão. Outro corpo a norte, adossado à Capela, designado como pátio ou terraço, tem várias estátuas como elementos decorativos, completando a fachada do edifício no seu todo. Do lado direito, adjacente ao terceiro corpo da fachada principal, encontra-se uma escadaria em pedra, seguida de um pátio com alpendre que faz ligação ao interior da Casa através do 1.º andar. Sendo a fachada principal a mais imponente, pelos elementos que a compõem, o seu registo passa por vários componentes que a seguir se descrevem.

O corpo central (Figura 273) inclui rés-do-chão e 1.º andar, sendo que, o rés-do-chão é constituído por uma porta principal marcada por uma forte moldura em cantaria, ladeada por quatro janelas retangulares de bandas fixas, e duas portadas com caixilharia quadriculada branca, rematadas por cantaria simples, com gradeamento de barriga em ferro.



Figura 273. Fachada do corpo central da Casa do Fojo.
Fonte: Imagem da Autora.

O 1.º andar, em seguimento da porta principal, tem uma janela de sacada alta com pequeno patamar, resguardada com varanda de ferro, rematada por um frontão triangular, onde, dentro do mesmo, no tímpano (Figura 274), existe uma concha, elemento característico da Época Barroca.

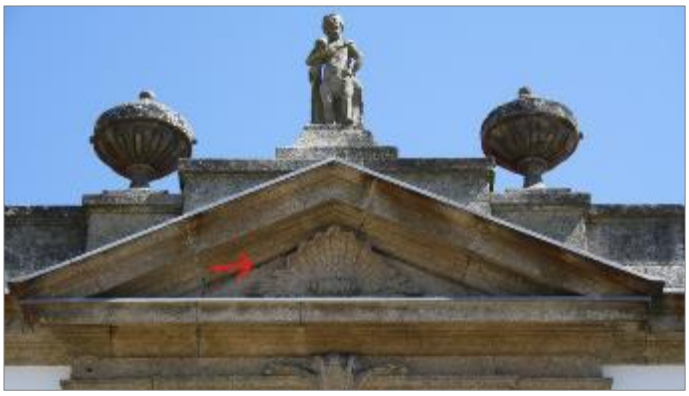


Figura 274. Frontão triangular com o elemento concha da Época Barroca, que se insere na Época Moderna (séculos XVII e XVIII).
Fonte: Imagem da Autora.

Esta janela de sacada principal (hoje chamada de varanda) é ladeada por outras quatro janelas de sacada com as respetivas varandas de construção simétrica. O remate encimado deste corpo central, junto ao telhado de várias águas, é composto por uma sacada de pedra com aberturas de balaustradas interrompidas pelo frontão triangular que permite um movimento rítmico à fachada. Nesta sacada de pedra observam-se quatro coruchéus

redondos, encimados por pináculos, e no centro, no seguimento do frontão triangular central, contempla-se uma estátua (Figura 275).



Figura 275. Remate junto ao telhado com balaustradas.
Fonte: Imagem da Autora.

Ainda na fachada central, do lado direito, no espaço entre as duas janelas de sacada no 1.º andar, encontra-se a Pedra de Armas, Brasão da família (Figura 276) com a representação da Casa de Lancaster e da Casa de York.



Figura 276. Brasão da família.
Fonte: Imagem da Autora.

Os dois corpos adossados à Casa, um à esquerda (Figura 277) e o outro à direita (Figura 278), na ótica do observador, têm a mesma simetria de construção, embora com funções diferentes.



Figura 277. Fachada do Corpo da Capela do lado esquerdo da Casa.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 278. Fachada do Corpo do lado direito da Casa.
Fonte: Imagem da Autora.

O do lado esquerdo é a Capela, e o do lado direito tem acesso ao interior da Casa pelo rés-do-chão, mas atualmente não é utilizado. Os elementos arquitetónicos que os compõem são as portas encimadas por frontões semicirculares e janelas bífores rematadas por um aro semicircular. Estes dois corpos são encimados por um outro frontão semicircular, e dentro dos frontões, no tímpano, encontra-se um óculo cego em cada corpo. Os dois lados do frontão rematam o mesmo com volutas enroladas, terminando com dois plintos quadrados (um de cada lado), servindo de base aos fogaréus. A rematar, para criar simetria, cada corpo tem uma cruz encimada, muito embora só a do corpo à esquerda faça a sinalização de que se trata da Capela, edifício imprescindível na linhagem católica que acompanha esta família Nobre, de descendência Régia.

Ainda do lado esquerdo da fachada da Casa, adossada à Capela, existe outra construção com rés-do-chão e andar superior recuado, com pátio decorado com elementos estatuários (Figura 279). A porta que se encontra no rés-do-chão, rematada com cantaria simples, dá acesso ao interior da Casa para o rés-do-chão com porta interior lateral de acesso à Capela. No andar superior encontra-se uma construção recuada, destinada ao Salão Nobre, cuja entrada é efetuada primeiro através do arco rasgado no edifício e depois através de uma escadaria lateral exterior, de acesso ao primeiro andar.



Figura 279. Corpo adossado à Capela.
Fonte: Imagem da Autora.

Presume-se, através do investigado, que este corpo do lado esquerdo do edifício, apesar de ter sofrido alterações (assunto a desenvolver no item seguinte), seria o lado primitivo como entrada principal para a Casa, e a comprová-lo percebemos a importância do portão sumptuoso de entrada, do lado nordeste, marcando um eixo axial até à entrada da Casa (Figuras 280 e 281).



Figura 280. Vista do lado de fora do portão.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 281. Vista do lado de dentro do portão.
Fonte: Imagem da Autora.

Tratado o lado esquerdo do edifício, passamos ao lado direito onde se encontra adossada lateralmente ao corpo da Casa, uma escadaria exterior que termina num pátio alpendrado, de acesso ao andar Nobre (Figura 282). Os elementos decorativos trabalhados na pedra, que

embelezam a escadaria e o contorno do alpendre, predominam a Época Barroca, tais como, flores, grinaldas e festões, todavia, será de referir que estes ornatos vão acompanhando até tardiamente alguns edifícios, chegando mesmo a atingir o início do séc. XX. Voltando ao elemento da composição das escadas, é unânime entre todos aqueles que se interessam pelas obras arquitetónicas do passado, essencialmente pelo que já foi escrito e dito sobre a Casa do Fojo, que as referidas escadas foram construídas *a posteriori*, ou seja, não se julgam primitivas. De facto, documentado não existe nada sobre a matéria… Nesse sentido, e porque neste estudo queremos mais, tentamos, por observação no local a pormenores da construção, encontrar sustentação e argumentação para as alterações e transformações do edifício do caso de estudo, aspetos estes que serão desenvolvidos no item seguinte.



Figura 282. Escadaria e alpendre de acesso ao andar superior da Casa.
Fonte: Imagem da Autora.

Comentada a fachada principal do edifício virada a poente, e por nos ter sido permitido pelo proprietário registar um documentário fotográfico de todo o espaço envolvente da Quinta, anexamos algumas imagens das partes laterais e posteriores da Casa, na perspetiva de dar a conhecer com profundidade a tipologia arquitetónica do construído (Figuras 283 a 288).



Figura 283. Fachada lateral a norte.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 284. Fachada posterior nascente recuada.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 285. Fachada posterior nascente.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 286. Fachada posterior sul recuada.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 287. Fachada posterior nascente.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 288. Fachada lateral sul.
Fonte: Imagem da Autora.

No exterior, o edifício é envolvido, em vários ângulos, por jardins e por uma extensa propriedade murada. Todo o espaço envolvente integra lagos, jardins e uma mata de grande beleza natural (imagens da Figura 289). Ainda neste espaço, que se poderá dizer único, encontra-se um polo de desenvolvimento na modalidade do Golfe e um restaurante vocacionado para festas e convívios sociais e de negócios.



Figura 289. Jardins, matas e campos na Casa da Quinta do Fojo (Várias imagens).
Fonte: Imagens da Autora.

Reportando-nos agora ao interior da Casa poder-se-á, através da planta do rés-do-chão (Figura 290), verificar a composição de todos os espaços, nomeadamente da cozinha antiga com mesa em pedra e de um outro espaço com uma lareira sob uma chaminé de grande

dimensão (restaurada), atributos clarificadores e comuns na tipologia do piso baixo, na Época de seiscentos e setecentos.

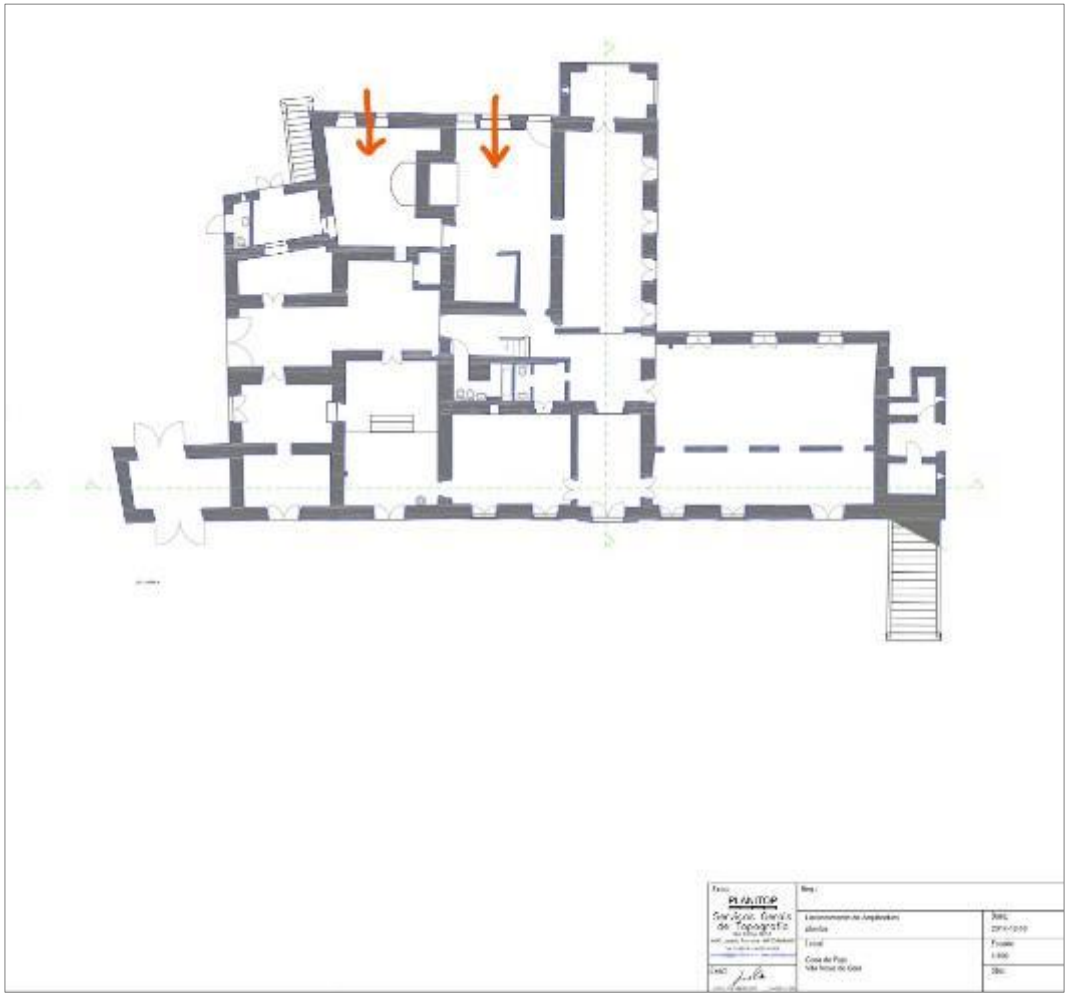


Figura 290. Planta do rés-do-chão da Casa do Fojo. (Escala 1:100)
Fonte: Imagem cedida por Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop.

Observam-se outros aposentos ainda no rés-do-chão que, à época, seriam para serventia dos trabalhos a fazer pelos empregados, e guarda de utensílios de lavoura, assim como um outro, que seria o espaço de antecâmara da Capela, ou seja, a sacristia, onde o sacerdote se preparava para os atos litúrgicos na Capela.

Neste contexto, pela porta de entrada para o rés-do-chão (que se encontra no centro do edifício) existe uma galeria do lado esquerdo e outra do lado direito, conforme a planta exemplifica. Hoje, do lado esquerdo, essa galeria contempla espaços de salas comunicantes entre si, que chegam até à parte lateral da Capela com porta interior (Figuras 291 e 292), e do lado direito, um espaço ainda aberto, a ser restaurado (Figura 293). Contíguos, a estes

espaços, desenvolvem-se para a parte posterior outros espaços que teriam a funcionalidade que atrás já foi descrita.



Figura 291. Lado esquerdo no rés-do-chão da Casa do Fojo.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 292. Uma das salas no rés-do-chão da Casa do Fojo.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 293. Lado direito do rés-do-chão da Casa do Fojo.
Fonte: Imagem da Autora.

Por fim, apesar de existir acesso interior ao andar superior, através de escadas pouco significativas (Figura 294), a entrada principal para o chamado andar Nobre é feita pelo exterior através de duas escadarias em pedra: uma do lado direito (a sul) do edifício; e outra do lado esquerdo lateral (a nordeste). Como já atrás foi referido, sobre a escadaria com alpendre a sul, presume-se ser de construção mais recente, uma vez que primitivamente a Casa só contemplava uma entrada pelo exterior, neste caso a escadaria lateral a nordeste. No

item seguinte esta análise irá ser alargada através de observações sobre as transformações submetidas por razões óbvias, que o edifício foi sofrendo ao longo das épocas.

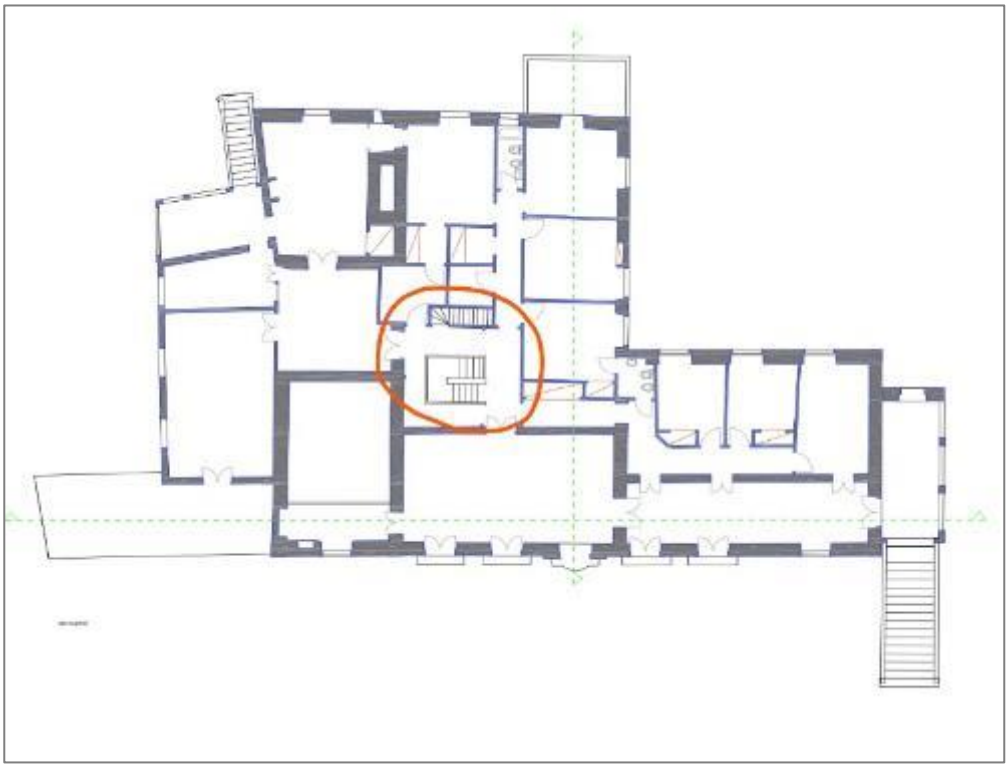


Figura 294. Planta do 1.º andar, da Casa do Fojo. (Escala 1:100)
Fonte: Imagem cedida por Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop.

Neste sentido, no interior do rés-do-chão e do 1º piso, conforme demonstra o levantamento topográfico do edifício, fica clara a disposição de todas as divisões dos espaços que a Casa contempla (Figura 295).



Figura 295. Planta topográfica do telhado, 1.º andar e rés-do-chão. (Escala 1:100)
Fonte: Imagem cedida por Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop.

Depois da descrição feita sobre o rés-do-chão, passamos a comentar o espaço do piso 1 através da Figura 296, começando pela entrada através da escadaria a Sul, que culmina num alpendre de ligação à Casa.



Figura 296. Escadas que fazem ligação ao andar Nobre pelo lado sul.
Fonte: Imagem da Autora.

Transpondo a porta no pátio do alpendre (Figura 297), surge a Galeria Nobre (Figura 298) que faz ligação ao salão de receber (Figura 299), sucedendo a este a Capela com ligação ao coro alto, onde os Senhores da Casa assistiam às celebrações religiosas (Figura 300). Sobre o interior da Capela, é tema a desenvolver com mais pormenores no item seguinte, uma vez que sofreu algumas alterações.

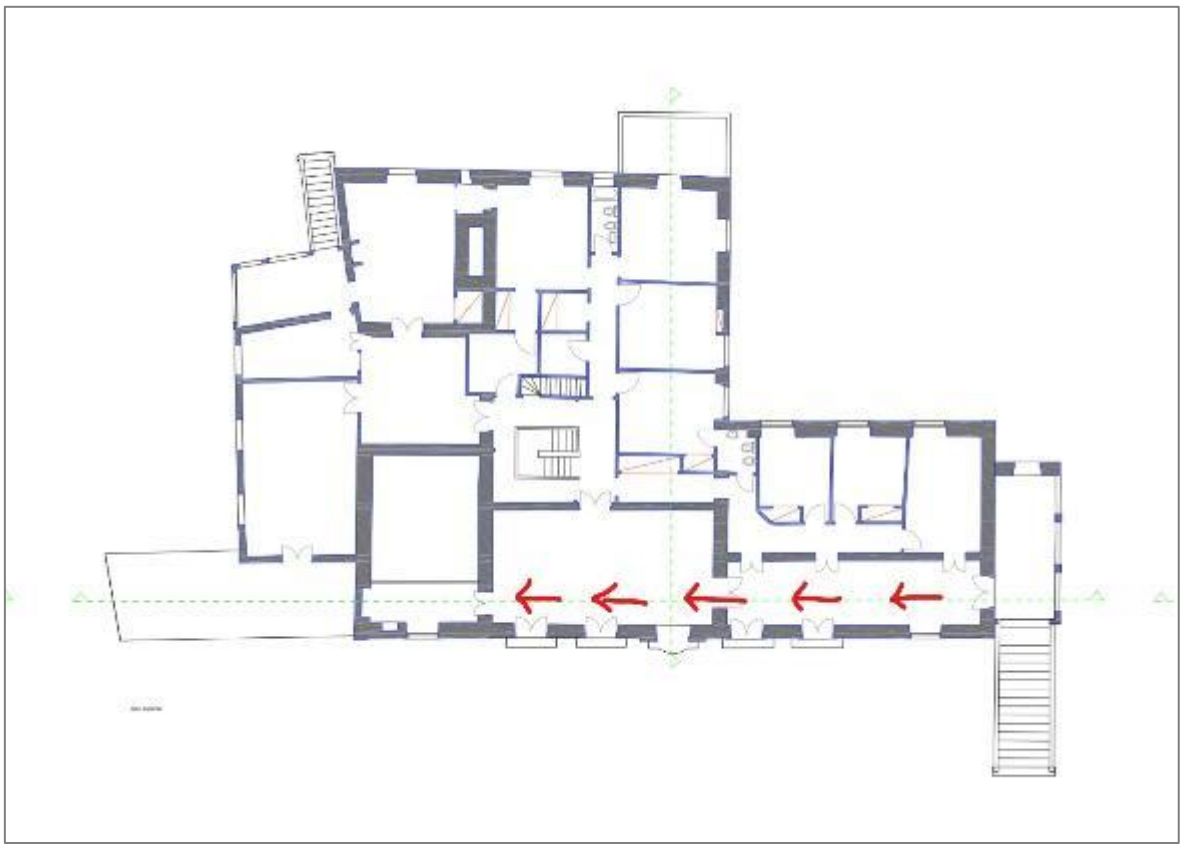


Figura 297. Galeria assinalada desde a entrada da Casa até à Capela. Planta topográfica do 1.º andar. (Escala 1:100)
Fonte: Imagem cedida por Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop.



Figura 298. Galeria Nobre da Casa da Quinta do Fojo.
Fonte: Imagem cedida pelo proprietário, Prof. Doutor Paulo Lencastre.



Figura 299. Salão da Casa da Quinta do Fojo.
Fonte: Imagem cedida pelo proprietário, Prof. Doutor Paulo Lencastre.



Figura 300. Salão com a indicação da porta para a Capela. Fonte: Imagem cedida pelo proprietário, Prof. Doutor Paulo Lencastre.

Atravessando a Capela, pelo coro alto, acede-se a um pátio (Figura 301) que é visível do espaço exterior a poente, porque faz parte da fachada principal. Neste pátio existe uma porta de entrada para o Salão Nobre (Figura 302), independentemente de uma outra entrada (a primitiva) que é feita pela escadaria exterior a noroeste, escadaria essa que através de uma varanda/marquise faz passagem direta para este salão, considerado o Nobre (Figura 303).



Figura 301. Pátio de saída do coro alto da Capela.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 302. Salão Nobre com indicação da porta que dá para o pátio e Capela.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 303. Escadaria primitiva a noroeste, entrada principal para a Casa com ligação ao Salão Nobre.
Fonte: Imagem da Autora.

4. TRANSFORMAÇÕES E ALTERAÇÕES ARQUITETÓNICAS SOFRIDAS AO LONGO DOS SÉCULOS NO EDIFÍCIO DA CASA/QUINTA DO FOJO

A Casa do Fojo, assim como as outras Casas selecionadas e já apresentadas neste estudo, exigiu uma observação cuidada na sua análise por se tratar de um edifício que contempla uma existência de mais de trezentos anos, que se mantém resistente ao tempo merecendo todo o apreço como um património edificado com identidade própria, a preservar.

Ao primeiro impacto visual da fachada, a construção oferece uma forma retangular horizontalizada de grande aparato arquitetónico, de acordo com indicações do seu proprietário William Nevill de nacionalidade inglesa (Figura 304).



Figura 304. Fachada da Casa da Quinta do Fojo.
Fonte: Imagem cedida pelo proprietário, Prof. Doutor Paulo Lencastre.

A tipologia arquitetónica da Casa e Capela contempla uma construção de planta em L, com telhado de quatro águas e dois pisos, rés-do-chão e 1.º andar. O rés-do-chão, à época da construção, estava destinado a espaços de aposentos dos trabalhadores, espaços reservados para os serviços da Casa, cozinha e arrumos de utensílios. Ao contrário das outras Casas estudadas, não se encontram vestígios no piso térreo de espaços para a guarda de animais, até porque não se trata de uma Casa Rural como, a exemplo, a Casa dos Condes do Paço de Vitorino, ou de uma Casa com armazém para as pipas de vinho, como era o caso da Casa do Choupelo que se espraiava numa tipologia de Casa Urbana.

Como em todas as Casas Nobres em estudo, o primeiro andar dedicado ao piso Nobre foi uma constante, o que se pode considerar uma tipologia de construção da Casa que se relaciona com uma questão social bem esclarecida, ou seja, é visível a divisão entre a classe dos trabalhadores e a dos Nobres que habitavam a Casa (Figura 305).

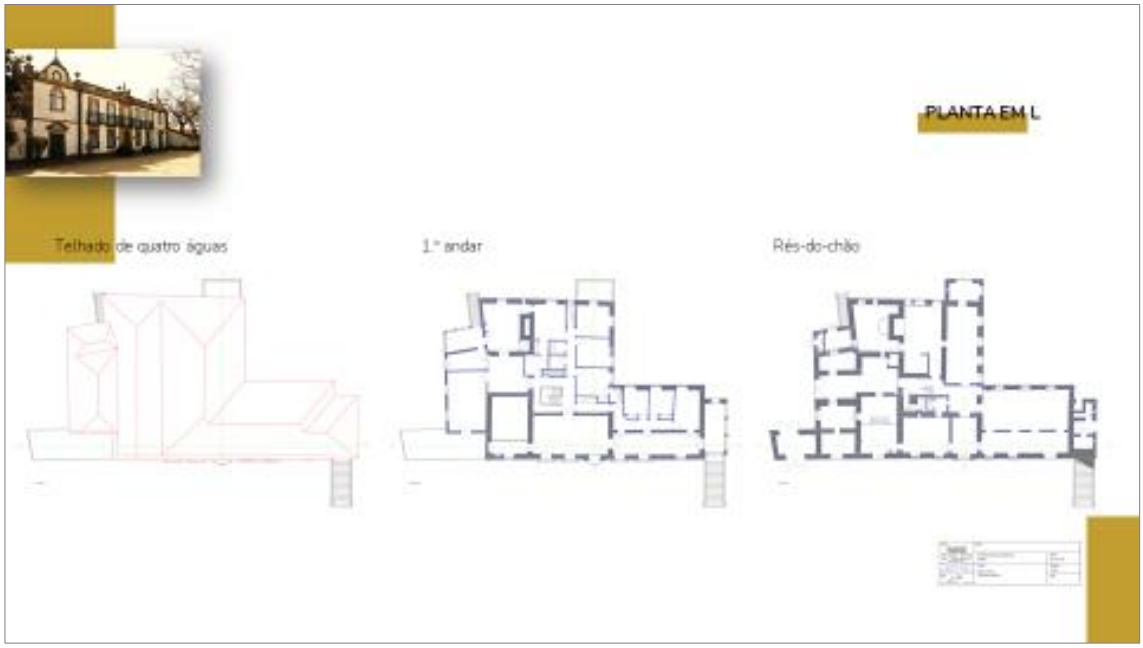


Figura 305. Planta Arquitetónica da Casa do Fojo. (Escala 1:100)
Fonte: Imagem cedida por Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop.

A fachada principal (Figura 306), já com a descrição dos elementos que a compõe, feita neste capítulo, no item 2, foi sofrendo algumas alterações ao longo das épocas, às quais daremos a melhor atenção começando por descodificar e "desconstruir" o edifício que tem vindo a ser referido por vários historiadores, no que respeita a diversas transformações, sobretudo a construção tardia da escadaria da fachada no lado direito, sendo todos unânimes em afirmar que a edificação da referida escadaria foi obra feita posteriormente, não sendo portanto primitiva, todavia os historiadores não apontam uma fundamentação para tal suposição.

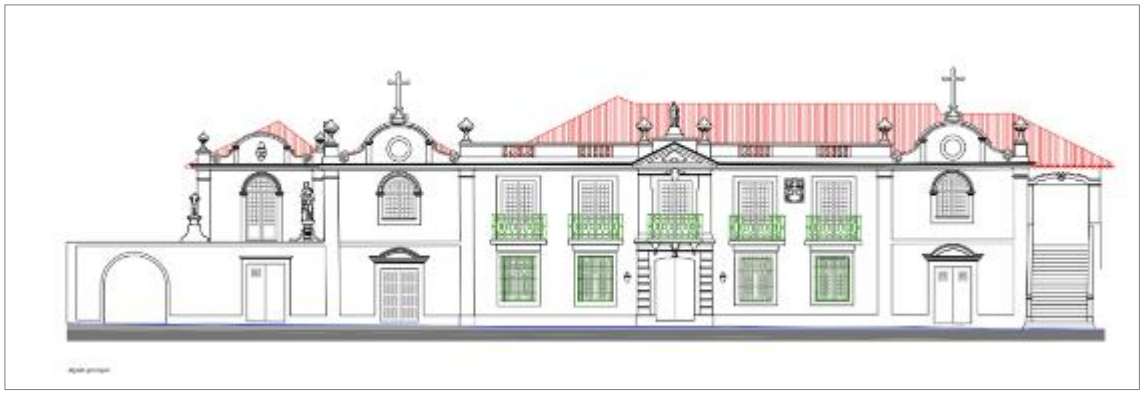


Figura 306. Alçado principal da Casa do Fojo virado a poente. (Escala 1:100) (Anexo 146)
Fonte: Imagem cedida por Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop.

Debruçados sobre o assunto das referidas escadas com alpendre no lado direito do edifício, procuraram-se razões fortes que fundamentem o facto de terem sido feitas *a posteriori*, entregando-nos à análise dos materiais e observação do espaço utilizado que nos levou à conclusão de que a Quinta era murada, e a Casa ocupava o seu espaço de forma proporcional à área, também protegida por outro muro com vão de entrada, encimado por dois plintos que suportam dois elementos decorativos, muro este que faz a separação entre o espaço do pátio da habitação e o campo de produção agrícola. Analisado o local, será incompreensível aceitar que primitivamente tivessem construído o edifício com a escadaria colada ao muro de divisão, conforme se pode verificar nas imagens (Figuras 307 a 309), o que, por este e outros factos, permitiu-nos constatar que o alargamento da Casa com a escadaria será obra edificada depois de construído o corpo da Casa primitiva.



Figura 307. Escadaria colada ao muro de vedação.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 308. Pormenor do muro colado à escadaria.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 309. Extensão do muro colado à escadaria.
Fonte: Imagem da Autora.

Outro estudo, ainda no âmbito da escadaria na fachada principal, comprova que os materiais usados na sua construção são completamente distintos dos materiais aplicados nas escadas que marcam a entrada principal para o andar Nobre, na parte lateral da Casa (nordeste) perto do portão da entrada da Quinta, estas sim, primitivas, conforme a Figura 310 bem o demonstra.



Figura 310. Escadaria primitiva de entrada principal para a Casa virada a nordeste.
Fonte: Imagem da Autora.

Neste sentido, apesar de se verificar o cuidado na construção da escadaria da fachada principal (a poente), à semelhança da primitiva, é bem visível a diferença construtiva na forma e nos materiais de ambas. Não se consegue datar a escadaria na fachada principal da

Casa do lado sul, mas seguramente não pode ser considerada original, porque sabendo-se que João Nevel foi um dos grandes impulsionadores no desenvolvimento da Quinta, adquirindo mais terrenos para o seu aumento e que até conseguiu no Bispado o funcionamento da Capela, poder-se-á apontar a construção desta escadaria numa data balizada entre o ano de 1742 e finais de setecentos porque, entretanto, o falecimento de João Nevel acontece em 1815.

Se as nossas conclusões fundamentadas corresponderem à realidade dos factos, a fachada da Casa do Fojo, sem a escadaria do lado direito (Figura 311), teria a tipologia arquitetónica conforme a imagem do alçado da fachada principal (Figura 312).

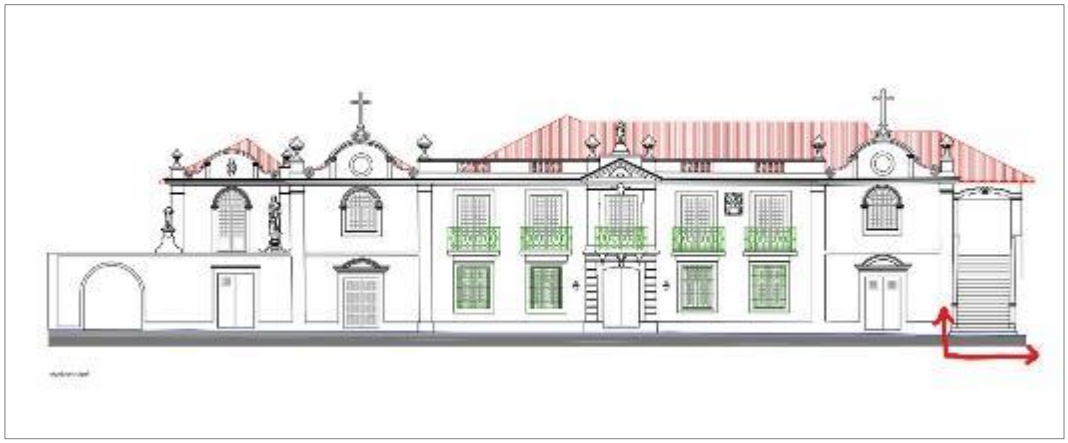


Figura 311. Casa do Fojo - levantamento de arquitetura. (Escala 1:100)
Fonte: Imagem cedida por Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop.

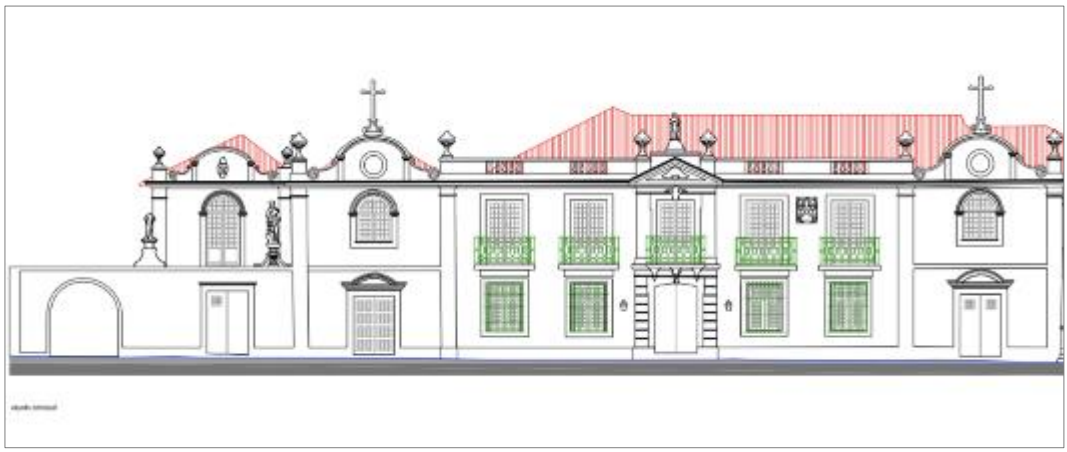


Figura 312. Alçado principal sem a escadaria adossada à Casa. (Escala 1:100)
Fonte: Imagem cedida por Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop.

Ainda na fachada principal, levanta-se uma outra questão referente ao corpo à direita da fachada da Casa, junto à escadaria (Figura 313), que não poderá ser primitivo, mas sim

edificado quando foram aumentadas as escadas. Neste sentido, a tipologia primitiva da Casa sem o corpo e as escadas adossadas, teria a configuração conforme a Figura 314. Esta é uma tese que de certa maneira defendemos, não só pelo constatado, como também por interpretação pessoal do proprietário, que nos foi narrando informações adquiridas desde pequeno através dos pais, inclusive de alguns Arquitetos que são visitas da Casa, que comentam e alvitram.

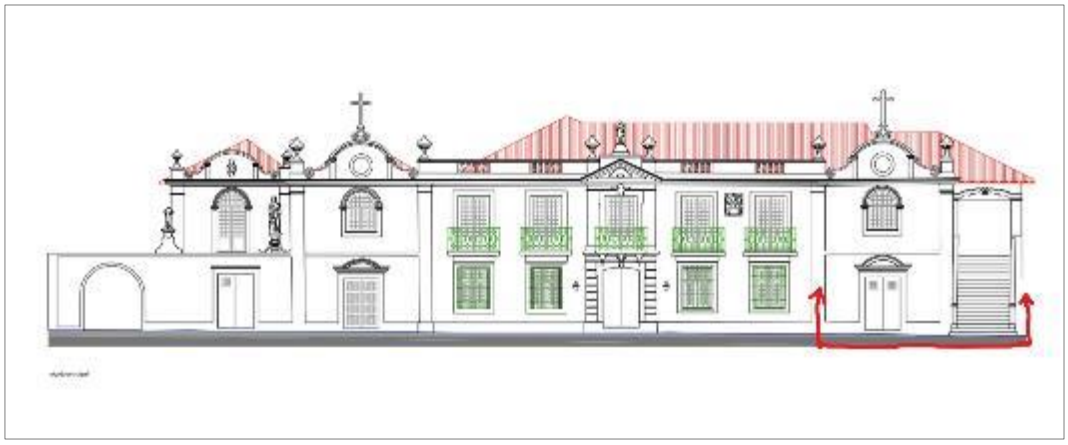


Figura 313. Casa do Fojo - levantamento de arquitetura. (Escala 1:100)
Fonte: Imagem cedida por Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop.



Figura 314. Alçado principal sem o corpo e escadaria adossados à Casa. (Escala 1:100)
Fonte: Imagem cedida por Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop.

Neste contexto, as dúvidas do corpo à direita da fachada da Casa, que tem forma simétrica ao da Capela, surgem porque no interior da Casa, mais propriamente no rés-do-chão, do lado direito, encontram-se quatro apoios em pedra na parede, que seguramente são

cunhas de sustentação de vigas, indicando que ali existia uma parede mestra, onde terminaria a construção da Casa (Figura 315).



Figura 315. Pormenor das quatro cunhas ou (cachorros) de pedra na parede no interior da Casa no rés-do-chão.
Fonte: Imagem da Autora.

Fez-se uma análise através de medições no interior e no exterior deste edificado, confirmando-se a correspondência de dimensões entre si, como se verifica no esboço com as medidas feitas no local, ou seja, iguais no interior e exterior (Figura 316), percebendo-se onde poderia terminar a Casa, e mais tarde seria acrescentado o corpo com a escadaria adossada (Figuras 317 e 318).

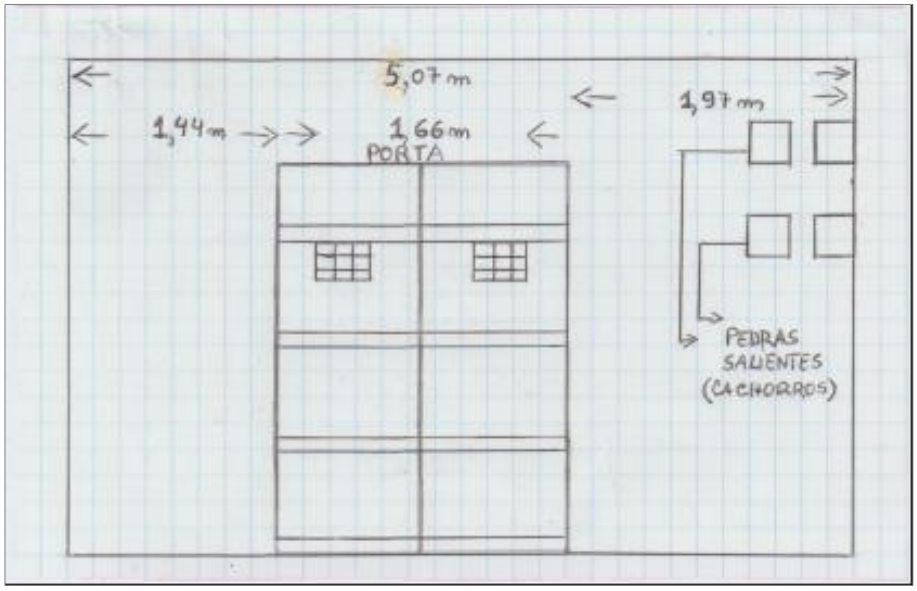


Figura 316. Esboço com as medições da parede interior, iguais às medidas do corpo exterior da Casa.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 317. Interior do rés-do-chão correspondente ao corpo da figura 321
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 318. Fachada do corpo edificado à direita, adossado à escadaria
Fonte: Imagem da Autora.

Prosseguindo-se ainda com as alterações na fachada, regista-se que no ano de 1949, o proprietário da Casa do Fojo, Dr. José Nevill Ascenção Pinto da Cunha Saavedra, morador no Porto, na Rua Sampaio Bruno, n.º 12-3.º, fez um pedido de licença de obras à Câmara Municipal de VNG (Anexo 54 com o processo completo), para modificar e restaurar o seu

edifício (Figuras 319 a 321)[90]. Este pedido foi acompanhado de uma declaração do responsável da obra, Arquiteto Carlos Henrique da Silva Neves, assim como de um documento redigido com a memória descritiva das alterações a fazer ao edifício, anexando plantas e alçados, conforme os requisitos obrigatórios a apresentar.

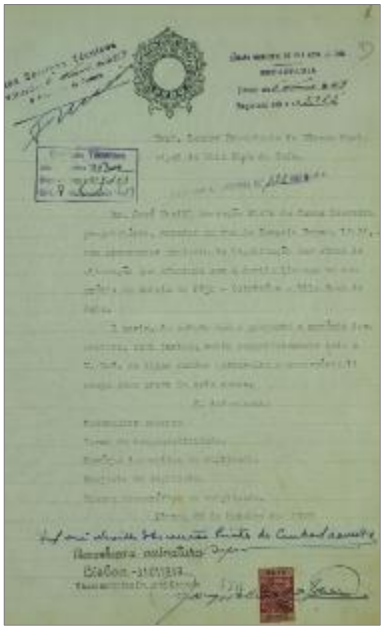


Figura 319. Pedido de Licença de obras da Casa do Fojo.

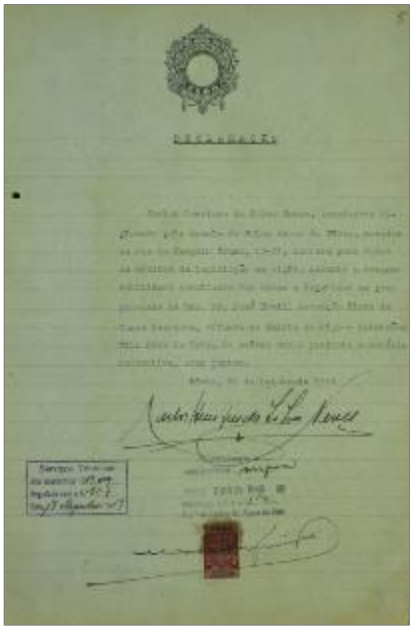


Figura 320. Declaração do Arqt.º Carlos Henrique da Silva Neves.



Figura 321. Memória descritiva para o restauro da Casa.

[90] Documento de Arquivo: Doc. n.º 71625 do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner em Vila Nova de Gaia.

A memória descritiva, num parágrafo refere que por ele se verifica que uma parte anexa ao edifício, e posterior à primitiva traça, foi demolida de forma que o mesmo conjunto se mantenha.

Se bem se interpreta, o Arquiteto encontrou uma tipologia que já tinha sido adulterada, em relação à primitiva traça, depreendendo-se que quando a Casa sofreu alterações na construção da escadaria, obras no período de vivência de John Nevill, o pátio que era aberto, foi fechado conforme se encontrava em 1949 (Figuras 322 e 323)[91]. Segundo o Arqt.º atrás referido, a pedido do Dr. José Nevill Saavedra, o pátio voltou a ser aberto com a configuração primitiva, incluindo a decoração com estátuas, pátio este que tem ligação ao salão Nobre que se encontra mais recuado, como inicialmente o edifício tinha sido feito. Assim, a fachada atual, adossada à Capela, com a intervenção que acabamos de descrever, recuperou a "traça" original conforme se pode verificar nos alçados.

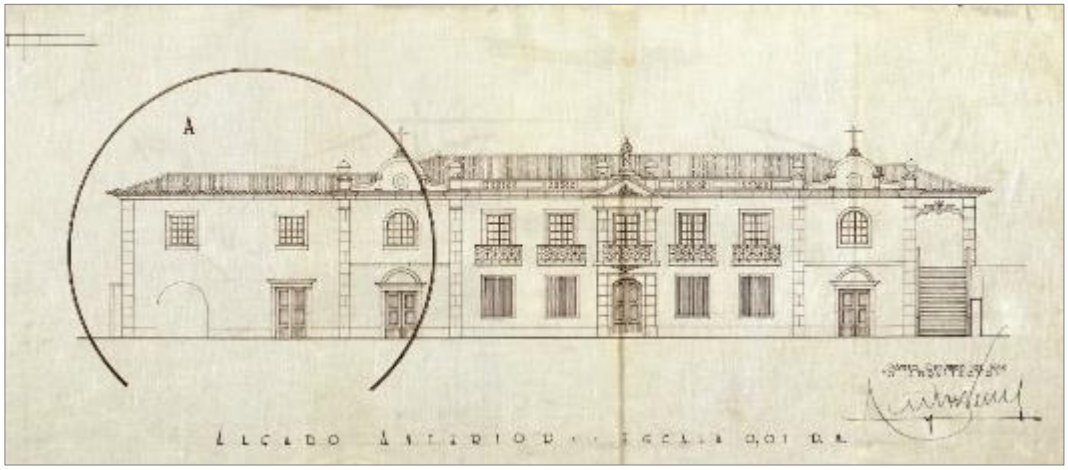


Figura 322. Alçado antigo, mas não o primitivo da Casa, segundo a versão da Memória Descritiva do autor do projeto - Arqt.º Carlos Henrique da Silva Neves.

[91] Documento de Arquivo: Doc. n.º 71625 Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner em Vila Nova de Gaia.

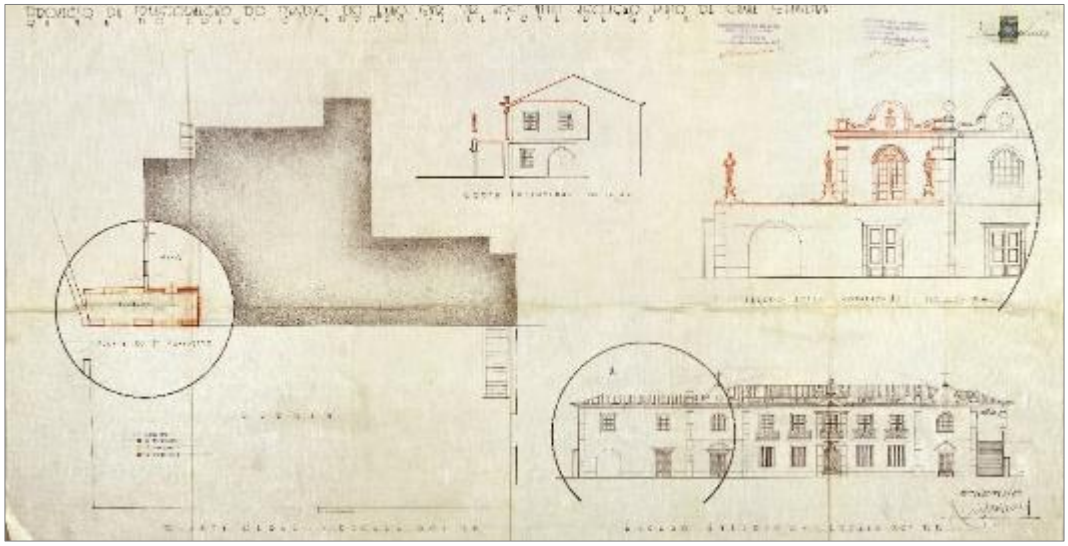


Figura 323. Alçado atual e antigo da Casa do Fojo – Autor do projeto: Arqt.º Carlos Henrique da Silva Neves.

Para uma visualização mais clarificadora, a Figura 324[92] demonstra as alterações efetuadas.

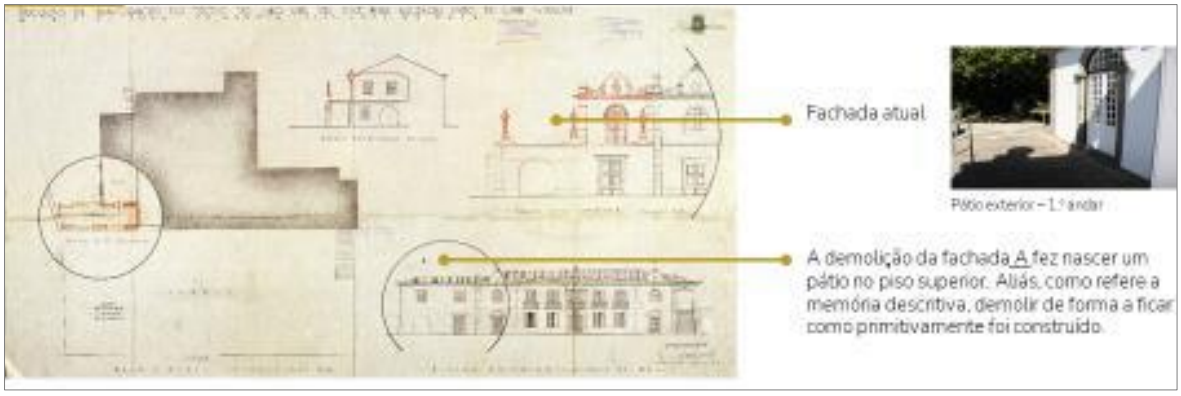


Figura 324. Alterações no edifício no ano de 1949 - Autor do projeto: Arqt.º Carlos Henrique da Silva Neves.

Mais tarde, a Casa do Fojo, a 30 de abril de 1955, foi notícia no Jornal "O Comércio do Porto" (Figuras 325 e 326) pelos piores motivos, com a informação de que no dia anterior, 29 de abril, um violento incendido tinha deflagrado na Casa do Fojo, destruindo parte do interior no primeiro piso, mas não afetando demasiado a Capela. O alerta foi dado pelos caseiros que residiam próximo, e da peritagem sai o veredito de que um curto-circuito teria sido a causa da desgraça. Pela documentação, à época, o proprietário era o Dr. José Nevill

[92] Documento de Arquivo: Doc. n.º 71625 Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner em Vila Nova de Gaia.

Ascenção Pinto da Cunha Saavedra, nascido em 1895, médico muito considerado, que residia e exercia as suas funções em Lisboa, deslocando-se sempre que podia para esta sua Casa do Fojo, em Canidelo, VNG.

Os prejuízos foram, como seria espectável, de grande monta não só pelo edifício que apenas manteve a estrutura com as suas espessas paredes, como pelo recheio que do mesmo modo seria precioso, nomeadamente: pratas; mobiliário; as mais variadas obras de arte; livros e outros. Todavia, o proprietário não se poupou a esforços, contratando especialistas para recuperar de novo a sua Casa e assim preservar o seu património que regista uma época, um legado com história naturalmente a conservar.


O Comércio do Porto

O antiquissimo palacete da Quinta do Fojo,
em Coimbrões,
foi destruido, na manhã de ontem,
por um incendio de grandes proporções

Figura 325. Notícia do Jornal "O Comércio do Porto" na data de 30 de abril de 1955, sobre o incêndio que tinha deflagrado no dia anterior, 29 de abril na Casa do Fojo (parte 1). (Anexo 147)
Fonte: Recortes do Jornal cedidos pelo proprietário, Prof. Doutor Paulo Lencastre.


De Macau a Manila

Figura 326. Notícia do Jornal "O Comércio do Porto" na data de 30 de abril de 1955, sobre o incêndio que tinha deflagrado no dia anterior, 29 de abril na Casa do Fojo (parte 2). (Anexo 148)
Fonte: Recortes do Jornal cedidos pelo proprietário, Prof. Doutor Paulo Lencastre.

No seguimento da tragédia, e como atrás já se referiu, em conversa com o proprietário atual, Doutor Paulo Lencastre, o mesmo mencionou que cresceu a ouvir dizer que depois do incêndio na Casa, a reconstrução tinha sido feita pelo Arquiteto Fernando Távora e que se recorda do mesmo ser visita da Casa, todavia como era pequeno, pouco ou mais nada sabia, nem era portador de documentação desse feito.

Perante esta informação, a curiosidade do detalhe fez com que se procedesse a uma pesquisa sobre todas as conceções arquitetónicas realizadas por Fernando Távora, e dentro de uma panóplia de informação escrita, de projetos efetuados de Norte a Sul de Portugal[93], nada se encontrou sobre a reconstrução de grande envergadura que foi feita na Casa do Fojo. Nesse sentido, é factual que a investigação obriga à insistência na procura, e só com essa persistência foi possível encontrar nos Arquivos da Fundação Marques da Silva, um acervo particular de Fernando Távora, onde se encontra toda a documentação da obra de reconstrução da Casa do Fojo, desde: plantas; memória descritiva do trabalho a executar; valor da obra; compromisso escrito, através de vários artigos que a Lei obrigava a cumprir; empreiteiro nomeado; orçamentos para materiais; recibos de valores pagos; e curiosamente cartas escritas pelo Dr. José Nevill, enviadas de Lisboa para o Porto, querendo saber como é que a obra se ia desenvolvendo e também para fazer sentir os seus pareceres, por vezes bons, outras vezes, nem por isso, zangando-se e exigindo mais rapidez e material de primeira, conforme o acordado com o empreiteiro, assim como para informar quando vinha ao Porto para ver a obra, cuja previsão seria de ficar pronta no prazo de 5 a 6 meses (Figuras 327 a 330)[94].

[93] Fernando Luís Cardoso Meneses de Tavares e Távora (Porto, 25 de agosto de 1923 – Matosinhos, 3 de setembro de 2005) foi um Arquiteto português estabelecido no Porto, diplomado pela Escola de Belas-Artes do Porto em Arquitetura no ano de 1952. O Governo português criou, em sua homenagem, o Prémio Fernando Távora de Arquitetura no ano de 2005, que é atribuído a todos os Arquitetos inscritos na Ordem dos Arquitetos de Portugal que apresentem a melhor proposta de viagem de investigação arquitetónica. A sua obra fala por si: construiu blocos habitacionais; Bairro Social; Mercado; Pavilhão; Escola; Casas de Férias; fez remodelações; restauros; ampliações; outros mais assim como o Museu Municipal em Penafiel que foi terminado pelo seu filho José Bernardo Távora.

[94] Documento de Arquivo, cedido pela Fundação Marques da Silva no Porto: FIMS/FT/0029-pd0001.

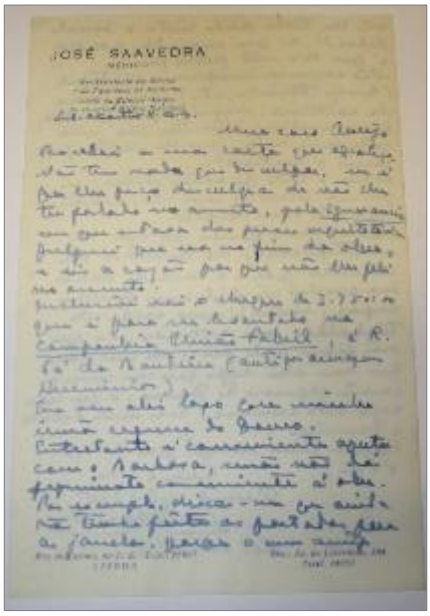


Figura 327. Envio de cheque no valor de 3.750$00. (Anexo 149)

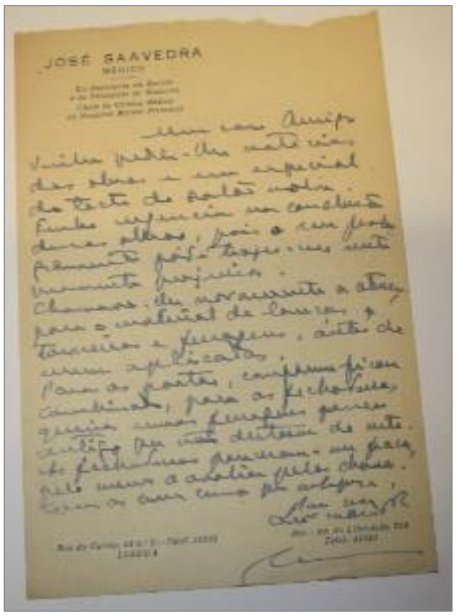


Figura 328. Pedido de notícias sobre as obras, especialmente sobre o teto do Salão Nobre. (Anexo 150)

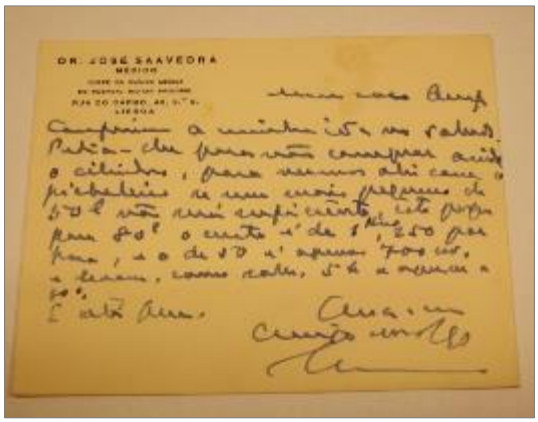


Figura 329. Carta a confirmar a ida no sábado à Casa do Fojo, e a combinar um encontro. (Anexo 151)

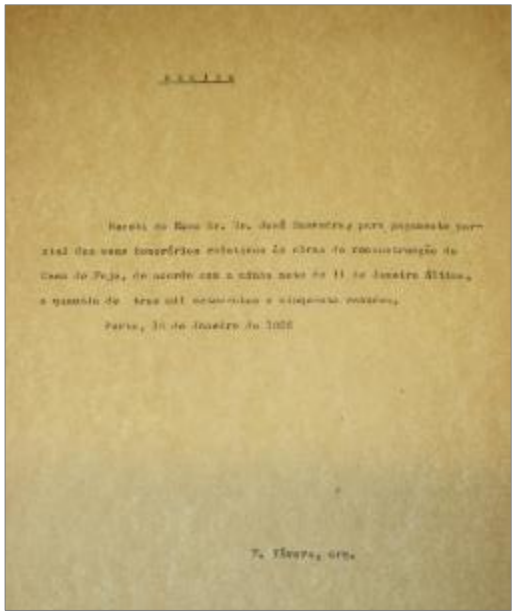


Figura 330. Recibo de 3.750$00 assinado por Fernando Távora. (Anexo 152)

O Arquiteto Fernando Távora, apenas com 32 anos, tinha já uma visão de conceção arquitetónica particular, em que as suas intervenções defendiam a conservação e organização das áreas existentes, com uma preocupação premente de criar novos espaços que se

complementavam com os outros, não retirando a identidade de cada um, como aconteceu com a reabilitação da Casa do Fojo.

A proposta para a Casa, feita por Fernando Távora, à luz da planta (Figura 331)[95] e dos alçados posteriores da Casa (Figura 332)[96], regista com clareza a disposição e divisão dos espaços da mesma. Pelas informações que constam na memória descritiva, a parte posterior sofreu algumas alterações nos aposentos, uma vez que com o incêndio este piso ficou destruído, mas as modificações que se destacam para o nosso estudo são as transformações na galeria do 1.º andar, com a entrada pela escadaria do lado sul, porque a tipologia da construção na Época Barroca era marcante na forma como a compartimentação se organizava.

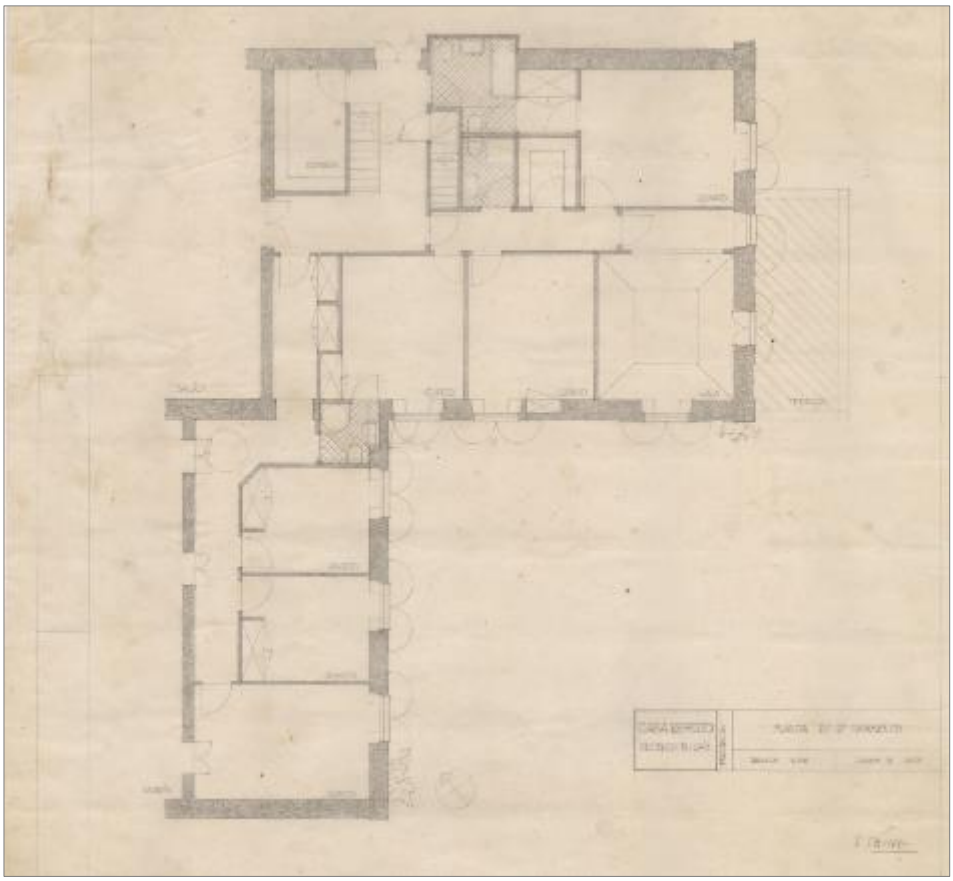


Figura 331. Planta do 2.º piso da Casa do Fojo – Projeto do Arqt.º Fernando Távora de junho de 1955. (Escala 1:50) (Anexo 153)

[95] Documento de Arquivo, cedido pela Fundação Marques da Silva – FIMS/FT/0029-pd0002.
[96] Documento de Arquivo, cedido pela Fundação Marques da Silva – FIMS/FT/0029-pd0001.

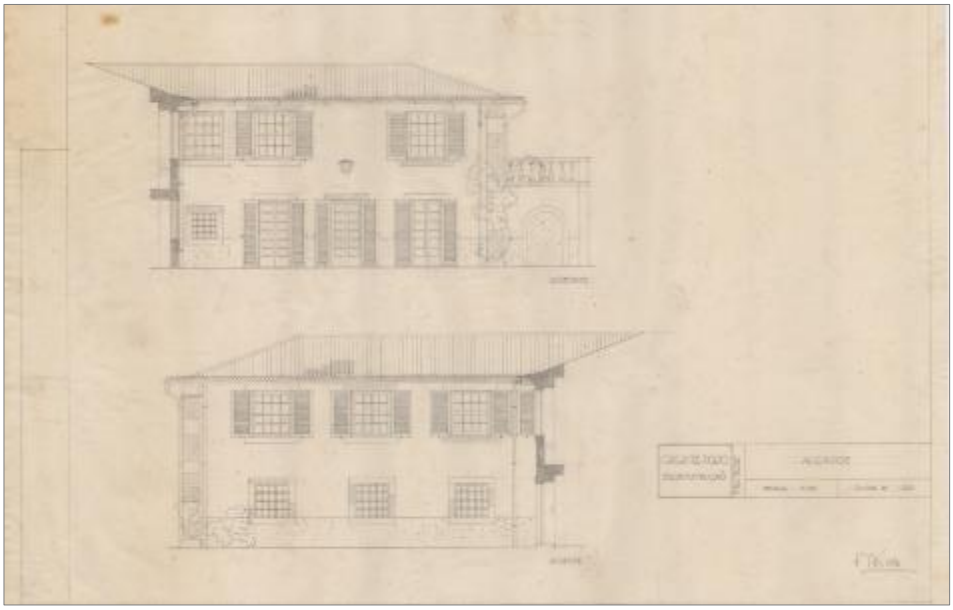


Figura 332. Alçados posteriores da Casa do Fojo – Projeto do Arqt.º Fernando Távora de junho de 1955. (Escala 1:50) (Anexo 154)

Neste contexto, reiteramos que as Casas Nobres, horizontalizadas com rés-do-chão e primeiro andar, construídas no interior de Quintas, nos séculos XVII e XVIII, adquirem a construção de uma escadaria no exterior, no centro da fachada da Casa, que faz a ligação direta às salas de receber, principalmente ao intitulado Salão Nobre, como por exemplo a Casa/Quinta de Santo Inácio, e a Casa/Quinta dos Condes de Resende, referenciadas na Parte II, Capítulo IV, item 3. Todavia, o caso da Casa do Fojo não se iguala de forma alguma a esta tipologia, uma vez que a entrada principal é feita lateralmente, como mais à frente iremos descrever, ou seja, contempla uma galeria a todo o correr da Casa, com portas laterais, neste caso à direita, com ligação direta aos aposentos.

Também outra forma de tipologia, como a Casa/Quinta de Soeime, referida no mesmo item, apesar da sua dupla escadaria no exterior com ligação ao piso superior, Salão Nobre, existe uma entrada para o rés-do-chão, com escadas interiores que fazem ligação ao 1.º andar, colocadas lateralmente, escadas essas em madeira e corrimões com balaustradas, e no meio das mesmas forma-se um hall de entrada de grande importância. Apesar deste espaço ocupado pelas escadas no piso térreo, a área enorme deste piso comporta todas as zonas de serviço, dos aposentos dos empregados e da dita cozinha grande. Estas Casas, que acabamos de referir, têm o seu grau de ruralidade por isso é evidente esta tipologia marcante da divisão social dos dois pisos, com uma entrada privilegiada através da aparatosa escadaria no exterior.

Ao contrário, no caso das Casas Nobres Urbanas, como é o caso da Casa/Quinta do Choupelo (descrita na Parte III, Capítulo I), a entrada não foi concebida pela fachada principal da Casa com escadaria faustosa, mas sim pela parte posterior do edifício com ligação ao 1.º andar, mas sem grande aparato arquitetónico. Por conseguinte, na Casa do Fojo, a questão da tipologia arquitetónica das escadas no meio da fachada não se coloca, uma vez que o edifício foi construído num formato diferente, com uma entrada para o 1.º piso através de uma escadaria (a primitiva) do lado nordeste, de ligação ao Salão Nobre. Mais tarde, foi construída uma outra escadaria alpendrada do lado sul, que nos conduz diretamente à galeria, como se de um corredor largo se tratasse. Esta galeria contínua leva-nos até à Capela e ao Salão Nobre. Do lado esquerdo encontram-se as varandas voltadas a poente. Do lado direito encontram-se portas que primitivamente faziam ligação direta aos aposentos de dormir, como se pode verificar na planta (Figura 333)[97].

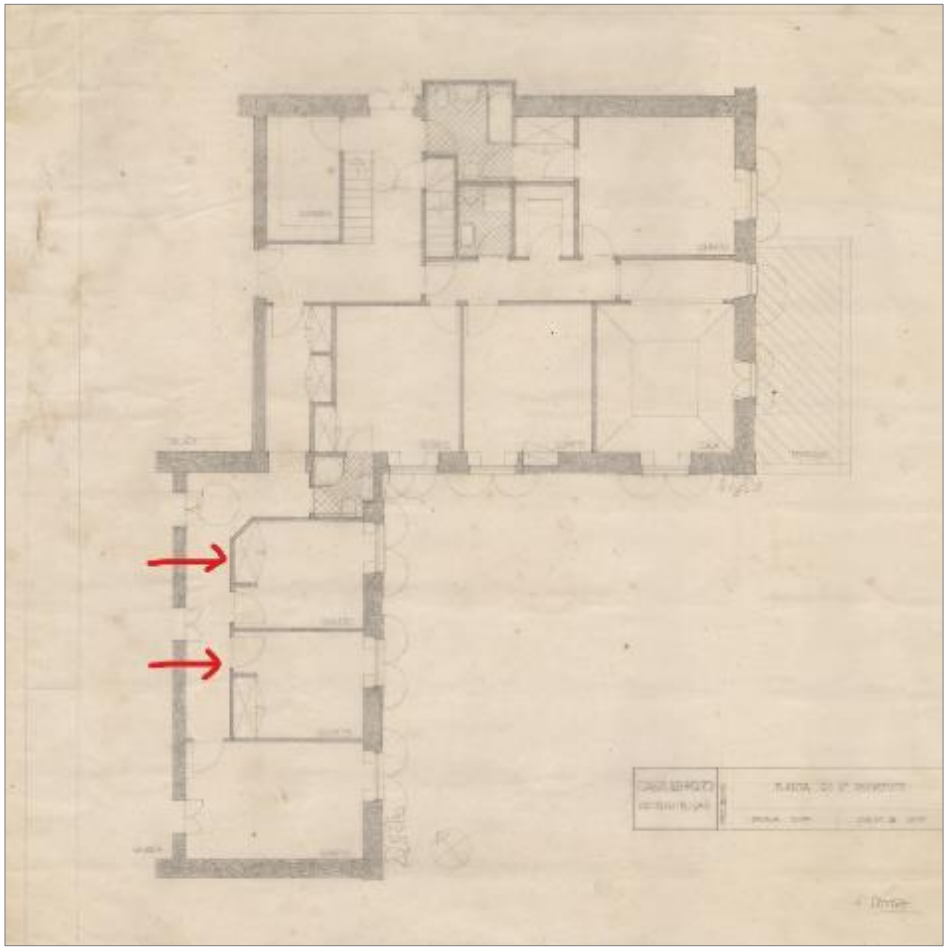


Figura 333. Planta do 2.º piso da Casa do Fojo – Projeto do Arqt.º Fernando Távora de junho de 1955. (Escala 1:100)

[97] Documento de Arquivo, cedido pela Fundação Marques da Silva – FIMS/FT/0029-pd0002.

Como atrás já referido, durante a reconstrução, o Arquiteto Fernando Távora alterou vários espaços, sendo que o espaço da galeria, a todo o comprimento da Casa, inserida na fachada principal virada a poente, granjeando e emanando através das suas grandes e várias janelas um sol radiante e aromas de maresia do Atlântico, atraiu mais a atenção deste estudo pela pertinência de se verificar uma alteração da tipologia primitiva que marcava uma época. Esta particularidade, acabou por dar uma funcionalidade diferente à Casa, talvez mais prática, condizente com os novos tempos, acabando com a entrada direta da galeria aos aposentos e construindo um corredor entre a galeria e os quartos, que lhes retirou alguma área, mas pouco significativa, uma vez que os quartos antigos eram contemplados com áreas consideráveis.

Neste contexto, para uma análise mais pormenorizada, organizou-se um pequeno esquema exemplificativo com as alterações identificadas na galeria do 1.º andar da Casa, com entrada pelo lado sul, e a construção do corredor entre a galeria e os quartos, privilegiando de certa forma uma maior privacidade (Figura 334).

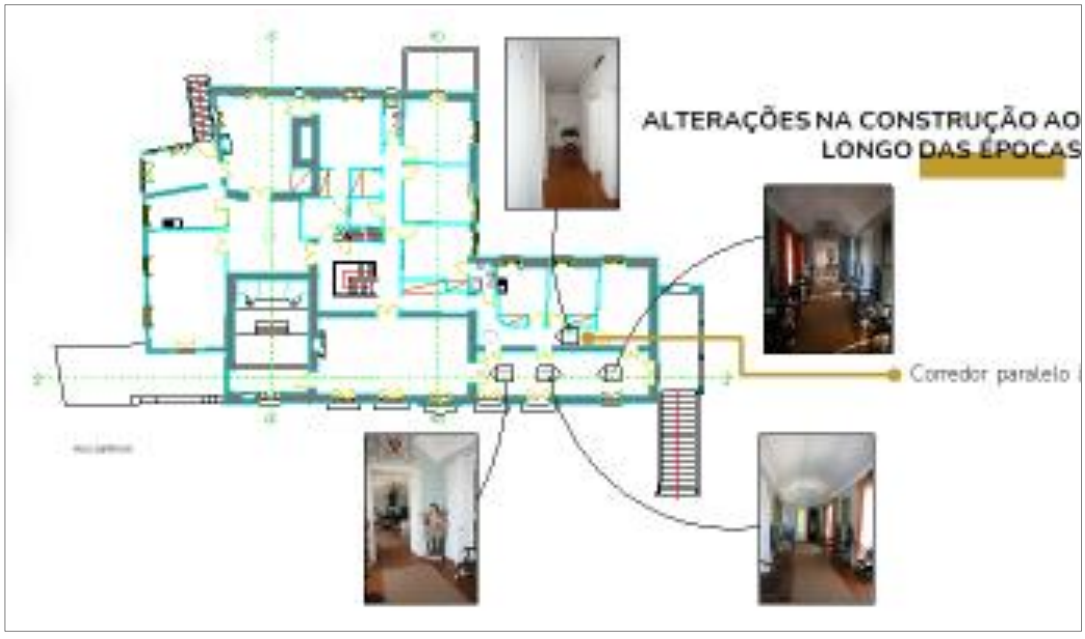


Figura 334. Esquema exemplificativo das alterações construtivas no 1.º piso da Casa do Fojo. (Anexo 155)
Fonte: Trabalho da Autora.

Por fim, sobre a Capela, com o Orago de S. João Evangelista, mas que comporta outras imagens de devoção a outras santidades, sabe-se que não foi tão fustigada pelo incêndio, mas que algumas alterações foram executadas, tais como pinturas, tetos estucados e o chão, que por sua vez era soalho de madeira que estando em mau estado foi retirado, fazendo surgir

um chão que se pode concluir ser primitivo, pelo seu desenho e pelos materiais usados, que confirmam a sua origem, ou seja, a época de construção, que curiosamente, se não igual, tem semelhanças por exemplo com o chão da Capela da Casa do Choupelo que, aquando das recentes obras, também foi posto a descoberto, igualando-se ao chão da Capela da Casa do Fojo, com desenhos geométricos diferentes mas com iguais materiais utilizados (Figura 335). Sobre o retábulo de talha dourada (Figura 336), com alguma contenção sugere-se que não se deve tratar do primitivo, porque no levantamento do chão de madeira foi verificado que o mesmo estava assente em madeira, e não no chão original, conforme nos informou o proprietário, embora também com algumas dúvidas, uma vez que são informações que vão passando de familiar a familiar. No entanto, não sendo área de nosso domínio, deixamos o desafio para um estudo mais afincado sobre esta obra de arte, que mesmo podendo não ser o retábulo original da Casa, à data de 1714, será naturalmente uma peça vetusta notável.



Figura 335. Chão da Capela da Casa do Fojo.
Fonte: Imagem da Autora.



Figura 336. Retábulo no Altar Mor da Capela da Casa do Fojo.
Fonte: Imagem da Autora.

Concluído, mas nunca terminado o estudo sobre a História e a Arquitetura da Casa do Fojo, queremos realçar toda a emblemática arquitetónica das suas alterações ao longo de três séculos, sem nunca lhe ter sido retirada a identidade, pelo cuidado de ao longo dos tempos se ter mantido a fachada, embora com recursos a restaurar o que o tempo não perdoa, desde pinturas, madeiras e ferros, materiais que necessitam de tratamento para a sua conservação, ou substituição, e muito importante ainda, a permanência descendente de uma família que soube preservar e conservar um património que pela sua presença e historicidade foi analisado e estudado.

Estamos, portanto, perante uma referência arquitetónica do séc. XVIII, Época Barroca, com pormenores e materiais construtivos que identificam a sua História como edifício e as suas funções, que poderemos classificar como uma Casa de residência permanente, pelo seu fundador General William Nevill, e também uma Casa de Veraneio pela sua localização, perto do mar, na Zona Marítima de VNG.

Um dos objetivos deste estudo foi também tentar perceber o porquê de tipologias diferenciadas de Casas construídas em zonas distintas, dentro da cronologia balizada. Perante a questão, pensamos ter encontrado algumas razões para essas diferenças, principalmente pela função que se queria dar à Casa e também pelo gosto pessoal de uma

construção à maneira do seu proprietário. Se umas estão mais predestinadas à produção agrícola, naturalmente encontram-se nas Zonas Rurais no interior do Concelho. Outras, com funções mais comerciais, procuram estar mais perto das Zonas Urbanas, e no caso de VNG, à época, a zona mais urbanizada onde tudo se concentrava era junto à margem do Rio Douro. Ainda outras têm como finalidade serem Casas de permanência, mas também segundas Casas, neste caso para descansar e fugir das zonas mais aglomeradas de pessoas e comércios, como acontecia na margem do outro lado do Rio, ou seja, no Porto. Na Casa do Fojo encontra-se uma tipologia de Casa solarenga, de residência permanente, que apresenta uma fachada com aparato de grandeza Nobilitada marcando bem quem na época lá residia.

Neste sentido, a caracterização da Casa/Quinta do Fojo passa por se identificar como uma Casa Nobre que está ligada à realeza por linhagem de sangue e honras, concluindo-se que a mesma possui diferenças substanciais, como aliás se pode verificar nos três casos de estudo que se apresentam com tipologias e funções diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa Nobre em VNG, edificada na Época Barroca entre os séculos XVII e XVIII, foi o tema desta investigação. Todavia, no desenvolvimento deste estudo, inseriu-se o edifício adossado à Casa, ou seja, a Capela. Este elemento arquitetónico religioso com a sua presença à época, assumia claramente uma afirmação da elite social, caracterizada como a classe da Nobreza.

O tema abraçou diversidade de conteúdos, mas como prioritário, o estudo recaiu na Arquitetura e História da Casa. Foi esclarecedora a identificação arquitetónica civil, neste caso – a Casa – construída de forma estrutural horizontalizada com rés-do-chão e primeiro andar (andar Nobre), um protótipo comum a todas as Casas da Nobreza, à época. Também foi importante e obrigatório o acompanhamento histórico da Casa e dos proprietários.

Reconheceu-se que os elementos decorativos, que acompanham todo o esforço arquitetónico, concentrados na fachada, motivaram transformações que romperam com a sobriedade da construção austera de fachadas lisas, ou seja, a tipologia das Casas edificadas no século de transição entre o Renascimento e o Barroco, onde a mestria do Barroco adotou uma decoração artística trabalhada na pedra, utilizando elementos como: frontões de diversas formas; conchas; volutas enroladas nas escadarias; estátuas; elementos vegetais como: frutos, folhas e flores.

Na análise à Arquitetura da Casa encontraram-se respostas sobre a construção de grandes varandas e escadarias, uma característica singular usada na Época Barroca como forma de mostrar esplendor e extravagância, pois só mandava construir uma Casa com estas pessoalidades, quem possuísse poder económico.

Sobre a essência da Arquitetura da Casa Nobre, que atravessou vários séculos, deparamo-nos com várias dificuldades em encontrar o responsável do risco arquitetónico do projeto e do planeamento para a criação da forma de construção adaptada às funções. Sabemos, no entanto, que a forma da sua construção era imposta por uma tendência talvez caprichosa do encomendado, utilizando o seu poder financeiro, para marcar a diferença do proprietário e edificar algo surpreendente, díspar, que no fundo acompanhasse uma nova modernidade trazida por um dos mais influentes Arquitetos à época que formou escola em Portugal, Nicolau Nasoni.

Neste estudo, para além da caracterização das Casas e da sua descrição arquitetónica, um dos focos desta investigação foi colocado na tipologia da Casa, obrigando-nos a analisar plantas e alçados através de levantamentos topográficos atuais, que, em consonância com a observação ao edifício no terreno, detetaram-se e identificaram-se alterações sofridas ao

longo dos tempos. Desconstruímos os edifícios através de esboços simples, cruzamos informação com documentos narrativos escritos, observamos o construído e obtiveram-se respostas claras e visíveis de vestígios antigos construídos, assim como da utilização de materiais de construção diferentes.

No desenvolvimento das pesquisas, concluiu-se que a Casa Nobre da Época Barroca é descendente da Torre Medieval, sendo que esta, para além de habitação, tinha a função de edifício militar e de defesa. Mais tarde, depois da Reconquista Cristã, e entrando no Renascimento, a Torre Medieval sofreu alterações com aumentos estruturais, com alas residenciais adossadas num plano horizontal, com mais conforto, uma vez que a Torre normalmente quadrada, onde cada andar estava confinado a um só aposento, não oferecia as condições desejadas. Com essas alterações, no final da Época Medieval e no Renascimento, surgiram três tipologias diferentes: a Torre com o aumento de estruturas residenciais adossadas, passa a ser considerada como Casa-Torre Medieval, ou seja, a Torre com uma ala habitacional adossada; duas Torres com uma ala no centro; e uma Torre no meio de duas alas (Azevedo, 1969, p. 26).

Conclui-se ao longo desta investigação – podendo-se considerar um dos novos dados – que, com a evolução da Arquitetura da Casa Nobre ao longo dos séculos – que se reitera ser descendente da Casa-Torre Medieval – a Torre, que era indicativa da Nobreza de quem a habitava, deixou de fazer sentido pela falta de comodidade e espaço. Assim, por ter sido aumentada com outros edifícios contíguos, acabou por sofrer a sua exclusão após o Renascimento, deixando de ser construída. Todavia, voltando aos novos dados, conclui-se que o simbolismo da Torre como habitação Nobre na época Barroca promove uma evolução e o surgimento de uma nova tipologia com a construção da Capela adossada à Casa, no lugar simbólico da Torre, gerando as mesmas três tipologias que a Torre Medieval tinha adotado: a Capela (Torre) adossada à construção da Casa; duas Capelas (Torres), uma delas fictícia mas simétrica à verdadeira, com a Casa no centro; e uma Capela (Torre) no meio de duas construções habitacionais, conforme os exemplos que se encontraram nas Casas estudadas.

Esta inovação da construção da Capela no lugar da Torre veio garantir a continuidade e o simbolismo da Nobreza, uma classe social com estatuto, que permitia essa afirmação, através da presença da Capela.

Foi indissociável e importante o estudo sobre a construção da Capela, que se encontra num plano mais elevado em relação à Casa, uma forma estrutural perpendicular adossada à mesma, que marca a verticalidade arquitetónica do edifício que rompe a linha do corpo do

telhado da Casa, dando lugar a um frontão elevado que constitui o remate característico da entrada da Capela numa demonstração admirável como lugar sagrado, assim como o indicador da classe da Nobreza que ali habitava. Neste sentido, concluiu-se que é a Capela que caracteriza a Casa, como Casa Nobre, em três versões de Nobreza diferentes: (1) Nobreza Nobilitada, onde se insere o Clero, a Realeza e os Nobres de linhagem ou sangue; (2) Nobreza autárquica e local (os senhores das terras e os agraciados com Honras, com o título de Dom); (3) Nobreza de Toga (homens letrados, com altos postos de trabalho administrativo intitulando-se como Fidalgos da Casa Real), ou seja, a Burguesia que ascende à Nobreza (Silva, 1994, p. 318).

Assim, as três versões encontradas sobre a Nobreza titulada permitiram classificar as Casas estudadas com esses atributos, nomeadamente as três selecionadas como casos de estudo. Assim, o estatuto da Nobreza atribuído à Casa dos Condes do Paço de Vitorino foi uma Nobreza inicialmente ligada ao Clero, depois a um senhorio de terras, por isso considerada primeiro como Nobreza Nobilitada, depois como Nobreza local, com senhorio e pagamento de foros. À Casa do Choupelo foi atribuída uma Nobreza autárquica e local, onde o seu proprietário, um Burguês, ascendeu à Nobreza pelo poder económico. Por fim, à Casa do Fojo, o atributo de Nobreza Nobilitada ocorreu pela linhagem Régia do seu proprietário.

Outra conclusão desta investigação foi a associação de tipologias arquitetónicas diferentes às três Zonas Geográficas distintas onde se localizam as Casas: Zona Interior; Zona Fluvial; e Zona Marítima, constatando-se que, apesar de todas pertenceram à mesma época de construção, as suas diferenças na arquitetura, e nas funções de habitabilidade, materializaram um resultado satisfatório nesta investigação, pelas seguintes razões:

- As Zonas Interiores, as Rurais, usufruíam de um clima mais seco, por isso a produção agrícola fluía e a quantidade de gado necessitava de grandes espaços, o que, por estas razões, originou uma forma tipológica do edifício que obedeceu a características adaptadas à funcionalidade da Casa, com piso térreo para a guarda dos animais e utensílios e um piso superior o andar Nobre, como é exemplo a Casa Nobre dos Condes do Paço de Vitorino.
- Por sua vez, na Zona Urbana, que no caso de VNG estava localizada junto à margem do Rio Douro, Zona mais húmida, patenteou a tipologia da Casa Nobre do Choupelo que estava predestinada a ter uma outra função, contemplando um espaço de armazém, quer no piso térreo, quer em edifícios contíguos para armazenamento dos vinhos que

chegavam nas embarcações do Alto Douro e que ali ficavam a maturar para posteriormente viajarem para todo o mundo.

- Por fim, a Zona junto ao mar voltada para o ocidente, que clarificou uma outra tipologia com particularidades de grandes aberturas de janelas e varandas nas fachadas, por isso Solarengas e Veraneias, como é o caso da Casa Nobre do Fojo, onde o piso térreo, apesar de menos dominante que o primeiro, seria um complemento da Casa com espaços funcionais para prestação de serviços necessários à Casa.

Estas conclusões não invalidaram, contudo, o reconhecimento de que todas as Casas situadas nestas Zonas díspares tiveram funções que à época eram uma constante: umas com maior área de grande produção agrícola, porque viviam e comercializavam as colheitas; e outras com menor área, mas não deixando, no entanto, de terem os seus campos, quintais e jardins com lagos, fontes e matas, tornando aprazível uma habitação na envolvência da natureza e também um espaço com uma função direcionada para a produção de bens alimentícios, para sustento e para comercialização, mas naturalmente em menor escala.

Este tema sobre a Casa Nobre em VNG na época Barroca tinha também como objetivo, para além de todos os outros acima indicados, fazer um registo do património edificado, algum preservado, outro em ruínas, legados históricos que se vão perdendo se não existir uma consciência de todos os intervenientes, sobretudo, aqueles que localmente convivem com estas verdadeiras obras arquitetónicas com História, que incitamos a erguer a sua voz, reclamando por um trato digno deste património, quanto mais não seja para assegurar identidade à sua terra.

Finalmente, devemos salientar que as diferenças que separam as três Casas estudadas foram caracterizadas e identificadas individualmente ao longo da investigação, na certeza, porém, de sempre prevalecer o sentimento de inacabado. Por tudo isto, temos a consciência de que esta investigação não se poderá dar como terminada, ao contrário, será sempre uma porta aberta a outros estudos e desenvolvimentos em todas as matérias inerentes, não deixando esgotar o que não foi possível explorar e, por conseguinte, poder acrescentar ainda mais conhecimento ao que foi adquirido.

Estamos cientes de que com este trabalho realizado, uma porta se abriu a novas descobertas para quem sofre de um mal que é o da insatisfação pelo desejo de querer saber sempre mais, colocando-nos, portanto, na posição de um aprendiz, constatando que o nosso estado de alma se traduz perentoriamente numa frase simples, mas sempre atual, referida pelo filósofo Sócrates: “Só sei que nada sei”.

BIBLIOGRAFIA

Aguilar, A. M. (2015). *Guerra das duas Rosas – Prof. Altair Aguilar*. Slideshare. https://pt.slideshare.net/AltairMoissAguilar/guerra-das-duas-rosas

Albergaria, I. S. (2011). *O Trabalho da Pedra nas Casas Nobres Micaelenses dos séculos XVII e XVIII: Sistemas Construtivos e Elementos Arquitetónicos Desenvolvidos Localmente por Técnicas e Profissionais ligados ao Trabalho da Pedra*. Actas do 2.º Congresso Internacional – Casa Nobre um Património para o Futuro. Município de Arcos de Valdevez.

Almeida, C. A. F. de (1981). Território paroquial no Entre-Douro-e-Minho: sua sacralização. *Nova Renascença: Revista Trimestral de Cultura*, *1*(2), 202-212.

Almeida, C. A. F. de (1993). Património – Riegl e Hoje. *Revista da Faculdade de Letras, 10,* 407-416. https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/historia/article/view/5694/5359

Almeida, C. A. F. de (2001). *História da Arte em Portugal – O Românico* (1.ª ed). Editorial Presença.

Almeida, C. A. F. de, & Barroca, M. J. (2002). *História da Arte em Portugal – O Gótico* (1.ª ed.). Editorial Presença.

Amaral, A. F. (2011). Nobreza, Fidalguia, Honra e Principalidade em Portugal na Idade Moderna. *Actas do 2.º Congresso Internacional - Casa Nobre um Património para o Futuro,* Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, Portugal.

Azevedo, C. (1969). *Solares Portugueses*. Livros Horizonte.

Câmara Municipal do Porto (s.d.). *Apontamentos sobre a Família de João Allen*. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.

Borges, N. C. (s.d.). *História da Arte em Portugal - Do barroco ao rococó*. Publicações Alfa.

Brandão, D., de Pinho, D., Rocha, M. J. M., & Loureiro, O. M. da C. (1987). *Nicolau Nasoni – Vida e Obra de um Grande Artista*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras.

Câmara Municipal de Arcos de Valdevez (s.d.). https://www.cmav.pt/cmarcos/uploads/poi/image/652/Torre_Grade_002_1_1000_1000.JPG

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (2011). *O Património das Encostas do Douro. Por Unidade de Paisagem*. Vila Nova de Gaia

Capela, J. V., Matos, H., & Borralheiro, R. (2009). *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758.* Colecção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758.

Cardoso, P. L. (1747). *Dicionário Geográfico ou Notícia Histórica*. Régia Officina Salvyana, Edição da Academia Real.

Cardoso, L. (1767). *Dicionário Geográfico, ou Notícias de Todas as Cidades, Villas, Lugares, Aldeias, Rios, Ribeiras e Serras dos Reynos de Portugal e Algrave, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim como antigos, como modernos, Tomos I*. Régia oficina Sylviana e da Academis Real.

Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical [CESEM] (2017). *Encontro Paisagem Sonora Histórica | Évora 2017. Paisagem Sonora e Património Musical das Cidades.* https://cesem.fcsh.unl.pt/event/encontro-paisagem-sonora-historica-evora-2017-paisagem-sonora-e-patrimonio-musical-das-cidades/

Choay, F. (2006). *A Alegoria do Património* (1ª ed.). Edições 70 Lda.

Conde, A. A. A. (2014). *José de Azevedo e Sousa e a capela e solar do Choupelo. Vila Nova de Gaia*. Universidade do Porto. https://www.academia.edu/10774142/Jos%C3%A9_de_Azevedo_e_Sousa_e_a_capela_e_solar_do_Choupelo

Conselho Internacional dos Monumentos e dos Lugares [ICOMOS] National Committee. (1965). *The Venice Charter translated in Portuguese* (M. B. Correia, & F. Lopes, Trad.) https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.icomos.org%2Fcharters%2FVenice%2520Charter%2520-%2520Portuguese.DOC&wdOrigin=BROWSELINK

Costa, A. R. d. (1789). *Descripção da Cidade do Porto*. Officina de Antonio Alvarez Ribeiro.

Costa, F. B. da (1983). *Memórias Paroquiais.* Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia.

Costa, F. B. da (2004). *Santa Maria de Gulpilhares. Notas Monográficas*. Junta Freguesia de Gulpilhares.

Costa, F. B. da, & Costa, P. (2013). *São Salvador de Vilar de Andorinho. Notas Monográficas*. Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho.

Costa, P. J. C. S., & Vasconcelos, H. (2013). *Brasões de Gaia. Uma só alma*. Empresa Diário do Porto, Lda.

Costa, F. B. da, Vaz, J., & Costa, P. (2009). *De Abientes a Avintes. Notas Monográficas*. Audientis.

Dias, P. (1994). *A Arquitetura Gótica Portuguesa*. Editorial Estampa.

Decreto n.º 129/77 - Diário da República, I Série, n.º 226, de 29 de setembro, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica.

Decreto-Lei n.º 115/2011 - Diário da República, 1.ª série, n.º 232, de 5 de dezembro (Alteração ao Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro), Presidência do Conselho de Ministros.

Despacho n.º 19338/2010 - Diário da República, 2.ª série, n.º 252, de 30 de dezembro, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.a). *Casa do Fojo – detalhe*. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74710/

Direção-Geral do Património Cultural (s.d.b). *Paço do Campo Belo, incluindo a capela e todo o seu conjunto circundante, nomeadamente os jardins* http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74709

Ferreira, J. (1690). *Constituições Synodaes do Bispado do Porto Novamente Feitas, E Ordenadas Pelo Illustrissimo E Reverendissimo Dom Joam de Sousa Bispo do Dito Bispado, do Conselho de Sua Magestade & seu Sumilher de Cortina Propostas e Aceitas em o Synodo Diocesano que o dito Senhor celebrou em 18 de Mayo do Anno de 1687*. Universidade de Coimbra.

Ferreira, N. M. F. d. C. (1999). Quintas do Douro. As arquitecturas do vinho do Porto (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Ferreira-Alves, J. J. B. (2001). *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*. Edições Inapa.

Ferreira-Alves, J. J. B. (2007). *Da Torre Solarenga à Torre de Aparato: Formas da Casa Nobre do século XVI* [Palestra]. Universidade do Porto-Faculdade de Letras, Porto, Portugal.

Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia [GHAVNG] (1985). História de Gaia. *Fascículo 20*, 99-107.

Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia [GHAVNG] (1986). Casa de Campo Belo. *Fascículo 14*, 491-493.

Gaiurb (s.d.). *Gaurb, em Urbanismo e Habitação*. https://www.gaiurb.pt

Golfe da Quinta do Fojo (s.d.). *Golfe da Quinta do Fojo*. https://www.golfojo.com/contato

Gomes, C. J. B. (2016). Casa da Companhia: O Morgado de Paço de Sousa e o seu fundador. *Atas do I Seminário: Penafiel e Penafidelenses na História*, Amigos do Arquivo de Penafiel, Penafiel.

Gomes, J. C. (1988). Quinta da Gândara (Figuras e factos). *Boletim da Associação dos Amigos de Gaia, 4*(25), 28-33.

Gomes, J. C. (1993a). *Monografia de Vilar de Andorinho*. Gráfica Claret.

Gomes, J. C. (1993b). A Quinta do Fojo em Vila Nova de Gaia, Seu passado e seu futuro. *Revista o Tripeiro*, (4), 120-124.

Gomes, J. C. (1994). Para a Quinta da Ganja em Avintes que destino? *Revista o Tripeiro*, (8-9), 268-271.

Gondim, I. O. L. (1990). *Avintes e suas Antiguidades*. Junta Freguesia de Avintes.

Guedes, R. (2001). *Casa da Quinta de Santo Inácio de Fiães. Empreendimentos Turísticos, Lda*. Impressão Multitema.

Guimarães, J. A. G. (1995). *Gaia e Vila Nova na Idade Média*. Universidade Portucalense.

Guimarães, J. A. G. (1987). *Gaia Mostra/ 87*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, GHAVNG.

Guimarães, S. C. G. G. (2006). *A Quinta da Costa em Canelas, Vila Nova de Gaia (1766-1816) – Família, Património e Casa*. Palimage

Henriques, D. (Coord.) (2011). *O Património das Encostas do Douro por Unidade de Paisagem*. Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Heraldry of the World (s.d.). *Vila Nova de Gaia*. https://www.heraldry-wiki.com/heraldrywiki/wiki/Vila_Nova_de_Gaia

Infopédia (s.d.). *Morabitino.* https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/morabitino

Kubler, G. (2005). *A Arquitetura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706* (2ª ed.). Nova Vega Lda.

Leão, P. M. (1992). Artífices Gaienses no Século XVIII. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, *5*(33), 18-24.

Markl, D. (s.d.). *História da Arte em Portugal, O Renascimento* (Vol. 6). Publicações Alfa.

Missionários Capuchinhos (1982). *Bíblia Sagrada*. Difusora Bíblica.

O Comércio do Porto (1978). *Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Edital*. O Comércio do Porto.

Oliveira, E. V. de, & Galhano, F. (2003). *Arquitetura Tradicional Portuguesa* (5.ª ed.). Edições D. Quixote.

O´Neill, H. (2011). A Casa Nobre-Recuperação de um Símbolo Ameaçado da Cultura Portuguesa. *Actas do 2.º Congresso Internacional - Casa Nobre um Património para o Futuro*, Ed. Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, Portugal.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO]. (1972). *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.* UNESCO: http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf

Paiva, M. A. da S. (2011). A Casa Nobre no Concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: Rupturas e Evolução do Espaço Urbano Quatrocentista. *Actas do 2.º Congresso Internacional - Casa Nobre um Património para o Futuro*, Ed. Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, Portugal.

Pereira, J. F. (1992). *A Arquitectura Barroca em Portugal* (2.ª ed.). Gráfica Maiadouro.

Pereira, P. (2011). *História da Arte Portuguesa. História Essencial* (1.ª ed.). Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Portoenorte (s.d.). *Torre de Aguiã*. http://www.portoenorte.pt/pt/o-que-fazer/torre-de-aguia/

Regulamento n.º 167/2019 - Regulamento das Insígnias e Distinções Honoríficas de Vila Nova de Gaia, Diário da República, 2.ª série, nº 35, 19 de fevereiro de 2019.

Rocha, M. J. M. da (1996). Espaços de culto público e privado nas margens do Douro: uma abordagem. *Revista Poligrafia*, (5), 57-72.

Rocha, M. J. M. da (2010). *Manifestações do barroco português: casas e quintas com capela*. IV Seminário Internacional Luso-Brasileiro: A Encomenda. O Artista. A Obra, Coord. Natália Marinho Ferreira-Alves, CEPESE-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Sampaio, A. (1979). *Estudos Históricos e Económicos – As Vilas do Norte de Portugal*. Editorial Vega – Editora Gráfica Portuguesa, Lda.

Santos, M. R. d. (1861). *Descripção Topographica e Historica de Villa Nova de Gaia. Festividade que em acção de Graças pela Gloriosa restauração de Portugal se celebrou na Igreja Matriz da mesma Villa no dia 11 de Dezembro de 1808* (3.ª ed.). Imprensa Real.

Saavedra, J. A. P. d. C. (1935). *Provezende Antigo e Moderno*. Livraria Varedero.

Silva, F. R. d. (1994). *Tempos Modernos. História do Porto*. Porto Editora.

Silva, J. C. O. D. (s.d.). Moradias. *Blogue Timetoast*. https://www.timetoast.com/timelines/moradias

Silva, J. C. O. D. (2007). *A Casa Nobre no Concelho de Lousada* (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Silva, J. C. V. (1995). *Paços Medievais Portugueses*. Edições Asa.

Silva, J. H. P. d., & Calado, M. (2005). *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Editorial Presença.

Sousa, D. A. O. (2011). A Quinta de Vilar de Andorinho. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, *13*(73), 14-17.

Sousa, G. d. V. (2011). O Retrato na Casa Nobre do Norte de Portugal. *Actas do 2.º Congresso Internacional - Casa Nobre um Património para o Futuro*. Ed. Município de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, Portugal.

Stoop, A. (2000). *Palácios e Casas Senhoriais do Minho* (2.ª ed.). Editorial Civilização.

Suárez, M. C. (1999). *A Casa popular*. Museo do Pobo Galego, Fundação CaixaGalicia.

Távora, F. (2015). *Da Organização do Espaço* (9.ª ed.). Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Trasmontesdepaisagens (2010, 28 de dezembro). *Torre de Quintela*. https://trasmontesdepaisagens.blogs.sapo.pt/150767.html

Viterbo, Fr. J. de S. R. de (1865a). *Elucidário das Palavras, Termos e Frases Antiquadas da Língua Portuguesa* (Vol. 1, 2ª ed.). A. J. Fernando Lopes.

Viterbo, Fr. J. de S. R. de (1865b). Elucidário das Palavras, Termos e Frases Antiquadas da Língua Portuguesa (Vol. 2, 2ª ed.). A. J. Fernando Lopes.

Wikipédia (s.d.a). *Solar dos Távoras*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Solar_dos_T%C3%A1voras

Wikipédia (s.d.b). *Guerra das Rosas*. http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_das_Rosas

Wittmann, A. (2016). *Fachwerk, a técnica construtiva enxaimel*. Vitruvius. https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/16.187/6131

Documentos de Arquivo

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto, Prazos, Roteiro de Prazos n.º 462, fls. 175 a 177.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Livro 8 – Tombos Gerais, fls. 77 e 78.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1593-maio-18, fls. 135-136v.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1594-maio-11, fls. 154-155v.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1675-outubro-29, fls 100-101.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1679-novembro-21, fl. 158v.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1772-outubro-30, fls. 116-121v.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1779-junho-21, fls. 146-148.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1799-outubro-23, fls. 137-145.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - ADPRT-PRQ-PVNG23-002-0002_m0271 José Pinto - Paço Vitorino - 18.12.1712.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - ADPRT-PRQ-PVNG23-001-0003_m0587 Dom José n. 06.03.1746.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - PT/ADPRT/PRQ /PVNG16/001/0006.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - PT-ADPRT-PRQ-PVNG16-001-0008_m00770, fls. 321.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - PT-ADLSB-PRQ-PLSB60-002-C3¬¬_m0076, fls. 69v.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Po2: Liv. 147: fl. 53 a 55.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Po2: Liv. 156: fl. 180.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Po2: Liv. 194: fls. 100 a 103v.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Po: Liv. 239: fl. 44.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Po2: Liv. 281: fls. 107v a 109.

Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Po1: Liv. 517: fls. 99v a 101.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/439.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/440.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/441.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/443.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/444.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/447.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/455.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/465.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/466.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/468

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) – PT/AEP/DP/CUR-SGC/473.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/483.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/486

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/488.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/567.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/673.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/694.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) – PT/AEP/DP/CUR-SGC/697.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/001/0448.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner - Doc. n.º 71625 do Pedido de Licença de Obras feito por Dr. José Nevill Ascensão Pinto da Cunha Saavedra.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Doc. n.º 213658 do Pedido de aforamento de terreno, feito por João Nevil em 1807.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Doc. n.º 213658 do Pedido feito por Ana Nevil em 1815.

Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), Processo n.º DRP/CLS-861.

Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), Processo n.º DRP/CLS-1909.

Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), Processo nº DRP/CLS-1950.

Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), Despacho de abertura de 10-09-1998: DRP/CLS-888.

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT) de 1758 - Memórias Paroquiais da freguesia de Vilar de Andorinho, vol. 41, nº 280, 1729-1731.

Fundação Marques da Silva – FIMS/FT/0029-pd0001.

Fundação Marques da Silva – FIMS/FT/0029-pd0002.

Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo em Caminha: PT-TT-CF-159¬_m 0132, fl. 115.

Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo em Caminha: PT-TT-CF-159_m 0163.

Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo do Mogadouro: PT-TT-CF-159¬_m 0095, fl. 79.

Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo do Mogadouro: PT-TT-CF-159_m 0155. Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas do Castelo de Freixo de Espada à Cinta PT-TT-CF-159_m 0093, fl. 77.

Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas do Castelo de Freixo de Espada à Cinta: PT-TT-CF-159_m 0154.

Memórias Paroquiais de 1758: PT/TT/MPRQ/5/60, vol. 5, n.º 60, 905-914.

Memórias Paroquiais de 1758: PT/TT/MPRQ/9/108.

Memórias Paroquiais de 1758: PT/TT/MPRQ/28/107.
Memórias Paroquiais de 1758: PT/TT/MPRQ/40/239

Torre do Tombo: PT/TT/MPRQ/41/280.

ANEXOS

ANEXO 1. QUINTA DO CORVO



Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta do Corvo – Casa

LOCALIZAÇÃO – Rua do Espírito Santo – EN-15. Lugar do Corvo

FREGUESIA – Arcozelo - Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA - Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Mau

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Séc. XVIII (DMPCC)

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Não consta, o que pode significar que a sua construção tenha sido feita no final do século XVIII, mais propriamente após o ano 1758.

ORAGO – Sr. dos Desamparados

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Não consta

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – É um edifício de planta em U, com três corpos, um central e dois laterais. O corpo da fachada central é composto por três pisos. Os corpos laterais têm uma elevação de dois pisos. É fechado ao exterior com muros altos e portão em ferro,

formando um pátio (jardim). O acesso à Casa é feito através de uma escadaria de dois lanços, um de cada lado, adossados à Casa que culminam num patamar com gradeamento em ferro. As janelas são de guilhotina em madeira. As molduras das janelas, varandas e beirais, são em pedra. O edifício está composto por alvenaria de pedra. A cobertura do edifício tem estrutura de madeira coberta a telha. Inclui uma Capelinha do Senhor dos Desamparados, mas não é visível do exterior pelo que se depreende que a mesma esteja no interior da Casa, como era comum à época quando a Capela não se edificava em edifício próprio de dimensão maior, junto à Casa, adossada ou não, com a função de um serviço mais semipúblico.

ANEXO 2. QUINTA DA GÂNDARA





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Gândara – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua cinco de outubro/Rua da Gandra/Rua Poeta Mesquita e Melo

FREGUESIA – Avintes – Vila Nova de Gaia.

TIPOLOGIA: Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Desconhecido

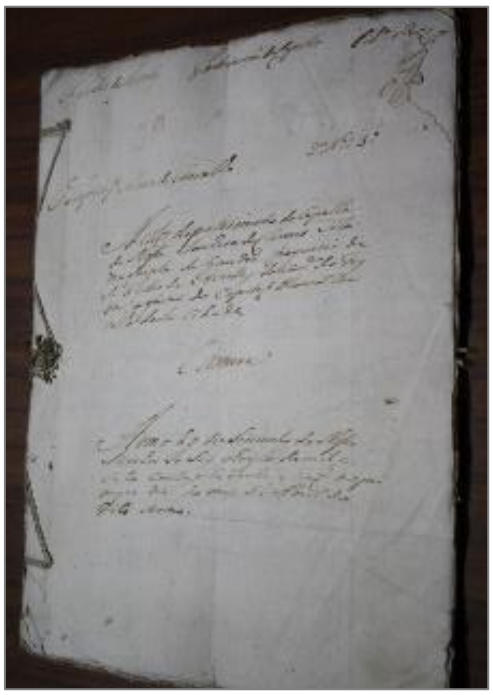
INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – 1734 – Manuel de Sousa Cardoso (Gomes, 1994, pp. 268-271)

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Não consta

ORAGO – N. Sr.ª do Carmo

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Capitão Manuel de Carvalho, 1760 – Docs. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/439)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Edifício de planta em U de composição simétrica, com dois pisos e com Capela adossada. É murada em volta da Quinta. Tem duas entradas sendo a principal com eixo axial de percurso que segue até à Capela.

Estrutura em alvenaria de pedra. Travejamentos de madeira revestidos com telha. Janelas de duas abas em madeira, originalmente de guilhotina como ainda se mantêm na fachada posterior. Beirais e molduras dos vãos em pedra. Gradeamentos das varandas em ferro.

A Capela, adossada à Casa, tem entrada pelo lado nascente e para o piso Nobre a entrada faz-se pelo lado poente.

ANEXO 3. QUINTA DA DEVESA



Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Devesa – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua do Paço – Caminho de Avintes

FREGUESIA – Avintes – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Mau

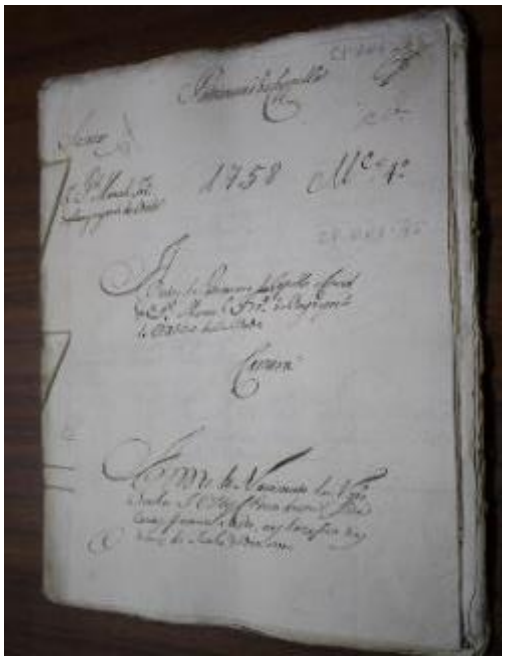
INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecida

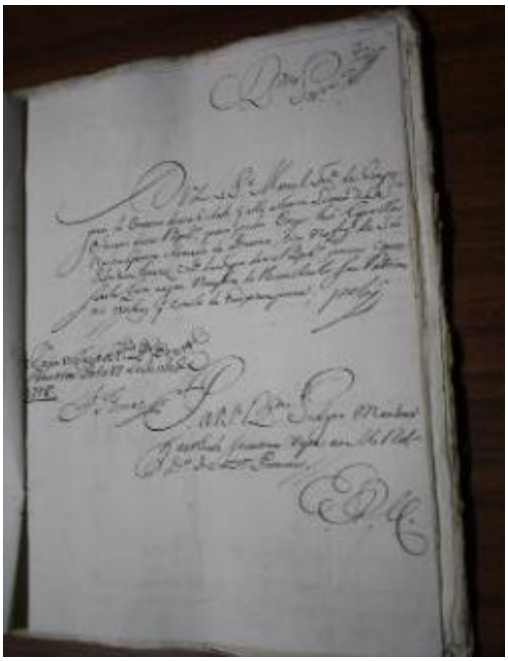
MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta com o nome de: Quinta Bento Gomes

ORAGO – N. Sr. Conceição

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Padre Manuel Ferreira, 1758 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/441)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Localiza-se numa cota intermédia, entre a beira-rio e o aglomerado, pelo que daí se avista uma envolvente que inclui a margem norte do Rio Douro. O edifício, de Arquitetura erudita, originalmente assentava uma planta em L, formada por dois corpos que se intersetam na Capela. Sofreu posteriormente grandes alterações a nível formal e volumétrico, pelo que se confunde numa leitura mais rigorosa. O conjunto localiza-se no interior da parcela. O percurso para a Casa acede ao pátio através de um arco por baixo do volume mais recente, o qual estabelece uma relação visual com o alçado da Capela. A Capela apresenta-se num plano que interseta o volume da Casa na diagonal, voltando-se para a entrada do pátio. Dois pisos, o térreo para arrecadações e o Nobre para habitação (cuja entrada se

perdeu). O alçado da Capela salienta-se do conjunto pela Nobreza do tratamento formal e pela escala dos vãos. Estrutura original em alvenaria de pedra rebocada e pintada. Travejamentos de madeira revestidos a telha. Molduras dos vãos primitivamente em granito à vista. Fenestração de guilhotina e portas de madeira pintada. A Capela tem uma marcação dos cunhais e do beiral em trabalho fino de pedra e remates de pináculos (PDM - Plano Diretor Municipal).

ANEXO 4. QUINTA DE PORCAS



Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta de Porcas – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua Dona Amélia Margarida Borges

FREGUESIA – Avintes – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – A Casa atual, habitável

INTERESSE PATRIMONIAL – Paisagístico

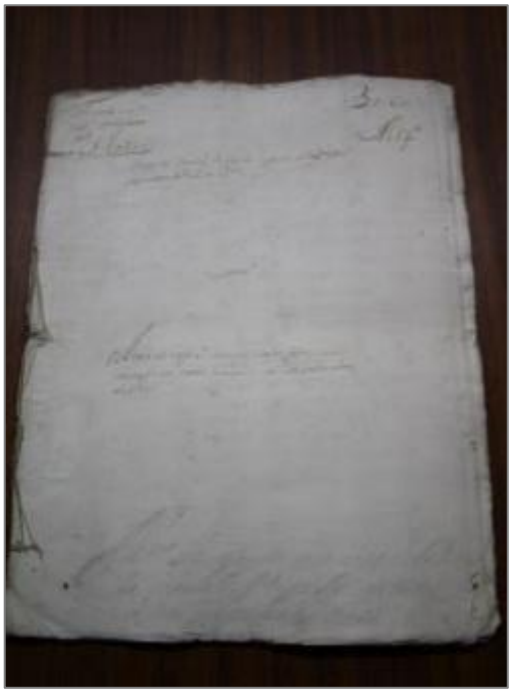
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – A Casa original não existe, sendo construída no lugar a atual. A Capela e o Fontanário registam-se pelo séc. XVIII. Sobre a Casa primitiva conhecem-se as seguintes datas e os seus respetivos proprietários:

- 1689 – Abade de Avintes, Domingos de Afonseca comprou a Quinta à viúva de Pedro Correia e sua neta D. Catarina Soares (Documento de Arquivo: Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Po2: Liv. 147: fol. 53 a 55)
- 1695 – 27 de abril, a viúva de Pedro Correia volta a vender mais uma parte da quinta ao Abade Domingos de Afonseca (Documento de Arquivo: ADPRT - Po2: Liv. 156: fol. 180)
- 1710 – 5 de setembro, o Padre Joaquim da Fonseca e Silva vende a quinta ao capitão Manuel de Távora Ferreira. (Documento de Arquivo: ADPRT - Po2: Liv. 194: fols. 100 a 103v)
- 1727 – Capitão Manuel Távora Ferreira (Documento de Arquivo: ADPRT - Po: Liv. 239: fol. 44)

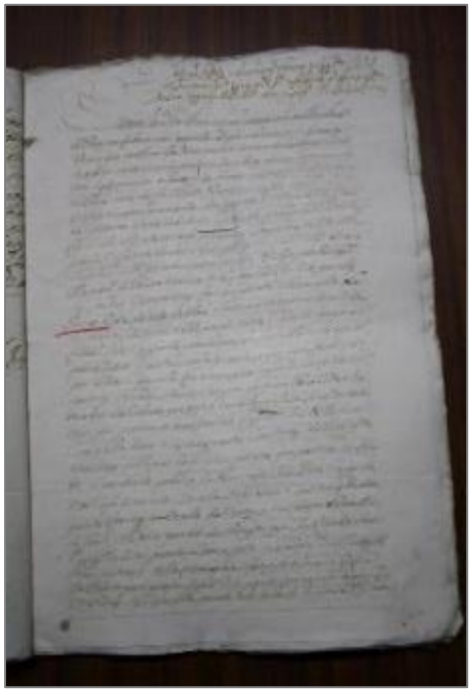
MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta com o nome de Manuel Joseph de Távora

ORAGO – St.º António

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DE PATRIMÓNIO DA CAPELA – Manuel Távora Ferreira, 1727 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/443)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Localiza-se numa cota intermédia, entre a beira-rio e o aglomerado, pelo que daí se avista uma envolvente que inclui a margem norte do Rio Douro.

À não existência da Casa original, o foco recai na Capela que se encontra orientada para nascente no alinhamento visual do Rio Douro.

A Capela tem uma estrutura em alvenaria de pedra rebocada e pintada, com exceção de elementos estruturais como o beiral e as pilastras. Travejamentos de madeira revestidos a telha, e porta em madeira.

A fachada da Capela é composta por duas pilastras rematadas por pináculos. A porta tem como remate um frontão triangular interrompido com curva e contracurva, estilo barroco, onde nasce um elemento decorativo. Dois óculos de luz, e uma cruz encimada no remate superior da Capela.

Existe uma construção adossada à Capela, que se presume ser a sacristia. É neste corpo construído que está colocado o sino, dentro de um campanário.

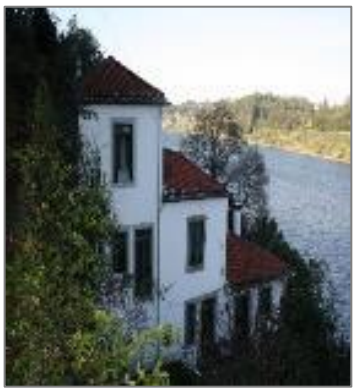
É um espaço envolvido por muros, genericamente construídos em alvenaria de pedra colocada à mão, dentro de muros, extensão de percursos, vegetação, presença de um fontanário de frente com a Casa, destacando-se um nicho sagrado a S. João Baptista com uma bica adornada de uma figura com a forma de um rosto disforme ou grotesco, "carranca". Este espaldar do fontanário tem como decoração dois pináculos um de cada lado, e no centro duas volutas enroladas.

Para além das matas existe um jardim na frente da casa, virada a norte (PDM).

ANEXO 5. QUINTA DA AGRACEIRA








Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇAO – Quinta da Agraceira – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua da Agraceira

FREGUESIA – Avintes – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

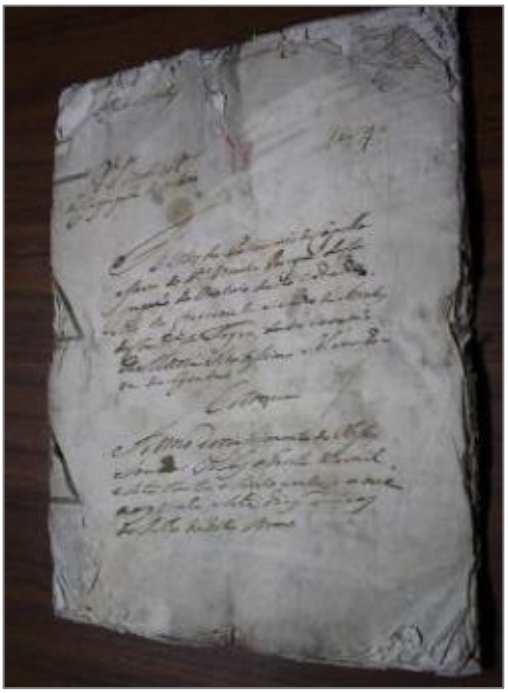
INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Séc. XVIII (DMPCC)

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Não consta

ORAGO – Maria Santíssima, N. Sr.ª da Graça

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Padre Vicente Pereira 1759 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/440)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Localiza-se numa encosta, a nascente voltada para o Rio Douro, e a poente é definida por um muro de granito.

A entrada é efetuada por poente através de um caminho que conduz a um portão a partir do qual há uma rampa dirigida à Casa e ao rio. A rampa é um eixo de grande beleza paisagística. No caminho da entrada principal até à Casa encontram-se vários nichos com imagens e fontes.

A Casa tem uma relação muito forte com o rio, dispondo-se em três plataformas definindo três corpos. Na primeira plataforma, no corpo da direita ao nível do primeiro andar encontram-se três janelas de guilhotina ladeadas por dois cachorros e ao nível do rés-do-chão dois vãos de luz e uma porta; no corpo da esquerda, uma janela de guilhotina também ladeada por dois cachorros, e uma porta; no centro o corpo de maior aparato, integra a Capela. A construção é

em alvenaria de pedra, travejamentos de madeira revestidos em telha de barro, caixilharias de madeira em guilhotina pintadas e paredes exteriores rebocadas e pintadas (PDM).

A fachada da Capela e o corpo central da Casa têm uma gramática arquitetónica notável. Na porta está encimado um frontão curvo interrompido, e no interior do mesmo um nicho com uma imagem. Ainda sobre este frontão encontra-se um vitral de grande dimensão ladeado por dois cachorros e um óculo circular moldurado de iluminação para o interior. A rematar as pilastras que marcam o corpo central da Casa, ligeiramente saliente, encontram-se dois pináculos piramidais e no centro uma sineta encimada por uma cruz. A entrada é contemplada por uma grande porta em madeira de almofadas de relevo, pintada a verde.

No interior da Capela encontra-se um retábulo em madeira lacado a branco, com quatro colunas de ordem coríntia, o Orago está colocado no centro ladeado por dois nichos com duas imagens. Tem ligação à Casa pelo coro alto, e por uma porta que dá para o piso de baixo. Tem púlpito numa das paredes laterais. Tem um pio para a água benta.

Os telhados de todas as estruturas são de quatro águas.

A entrada principal para a Casa faz-se pela parte de trás ao nível do segundo piso, sem aparato, marcando o eixo principal do caminho da entrada na Quinta.

ANEXO 6. QUINTA DE FIÃES OU DE SANTO INÁCIO (Quinta Lugar de Campos)













Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta de Fiães ou de St. º Inácio – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua Cinco de outubro/Rua Maria Isabel Van Zeller/ Rua Souto de Fiães/Travessa das Azenhas/Travessa da Quinta de Fiães

FREGUESIA – Avintes – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

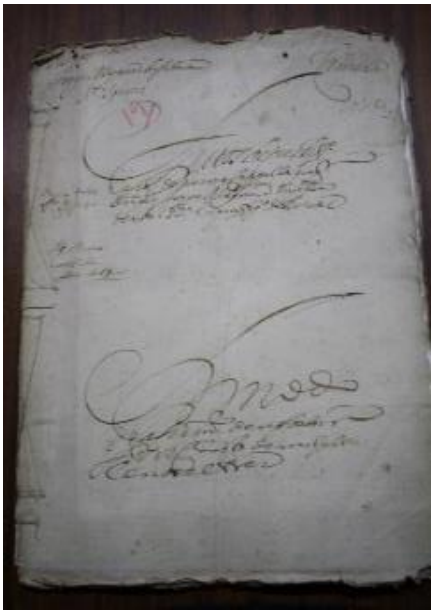
INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Séc. XVIII (DMPCC)

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta com o nome de Quinta de St. º Ignácio, de Ana Maria

ORAGO – St. º Inácio de Loyola

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DE PATRIMÓNIO DA CAPELA – Jorge Maynard da Silva, 1703 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/447)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – A Casa é composta por uma planta em L, com fachada simétrica de dois andares (rés-do-chão e andar nobre) e telhado de duas águas. Ao nível do rés-do-chão, o lado que completa a planta em L correspondia aos armazéns de frutos, arrecadação de utensílios e quartos dos criados. Na fachada principal do rés-do-chão a entrada contempla uma grande sala de receção, e outras dependências tais como: sala designada de roupeira, onde se lavava, cosia e engomava a roupa; uma cozinha de grandes dimensões; três salas, uma de jantar, outra para saborear o vinho do Porto; sala dos fumadores, local onde os homens discutiam ou planeavam negócios, assim como outras atividades. No primeiro andar

organizam-se os quartos, no total de cinco, um de maior dimensão, outros dedicados aos filhos e outro da ama. Mais compartimentos como sala de leitura, biblioteca, sala de visitas, sala da música, jogos e um escritório.

ANEXO 7. QUINTA DE S. JULIÃO






Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta de S. Julião – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua de São Julião/Rua Doutor Inocêncio Osório L. Gondim

FREGUESIA – Avintes – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Em ruínas

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecido

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta com o nome de Quinta de António Alves

ORAGO – S. Julião

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Desconhecido

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Em 2008 ainda se conservava a fachada da Casa, de possível leitura (Costa et al., 2009, p. 396).

Situa-se na margem do Rio Douro, em encosta orientada a nascente. Integra o contínuo de áreas florestadas que caracterizam o vale do Douro. Consta de uma propriedade rural maioritariamente florestada, de declives muito acentuados e situada entre o rio e a cota 110m (aproximadamente). Inclui Capela e outros edifícios de construção tradicional implantados numa clareira de topografia mais estável, aproximadamente entre as cotas 25 e 35 m, associada à linha de drenagem natural. Ao longo do rio e nas áreas envolventes à referida clareira existem matas de especial interesse que formam uma unidade de grande valor paisagístico, destacando-se das restantes áreas florestais da Quinta (PDM).

Conforme informação do autor, *Padre Luís Cardoso*, a Capela de São Julião, na Quinta de S. Julião, no lugar de S. Julião, teve como proprietário António Alves, com a seguinte descrição:

> hum so altar e nelle a imagem de Christo Crucificado (…) He tradição antiga que esta veneranda Imagem appareceo no mesmo sitio no qual alguns devotos edificarao tal capella colocando-lhe a imagem de S. Julião de que tomou o nome. Acha-se no mesmo altar a imagem de S. João Bautista obrada com tal arte que infunde devoção. Todas estas imagens são frequentadas de romagens pelos contínuos milagres que obram, especialmente o do Senhor. (Cardoso, 1747)

ANEXO 8. QUINTA DOS CAMPINHOS








Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta dos Campinhos – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua de São Julião

FREGUESIA – Avintes – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Mau estado

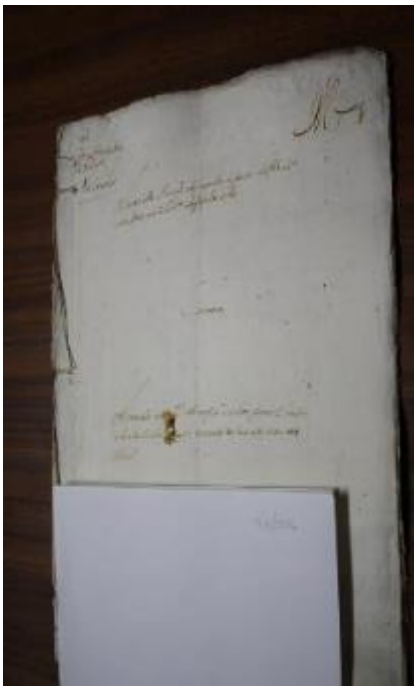
INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecido

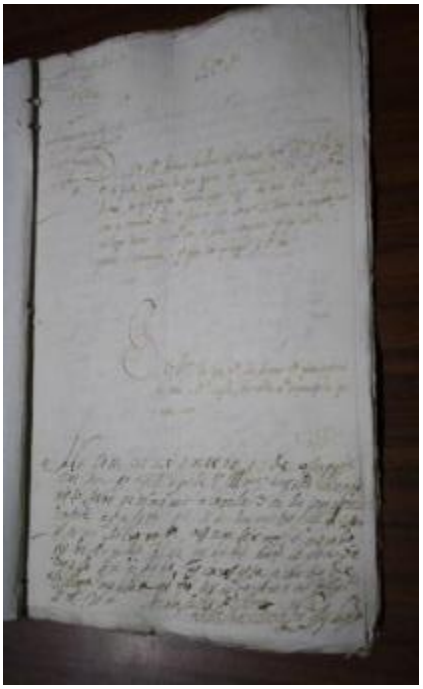
MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta como Quinta Dr. José António Oliveira

ORAGO – St. º António

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA — Padre António dos Reis Oliveira, 1726 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/444)



a)

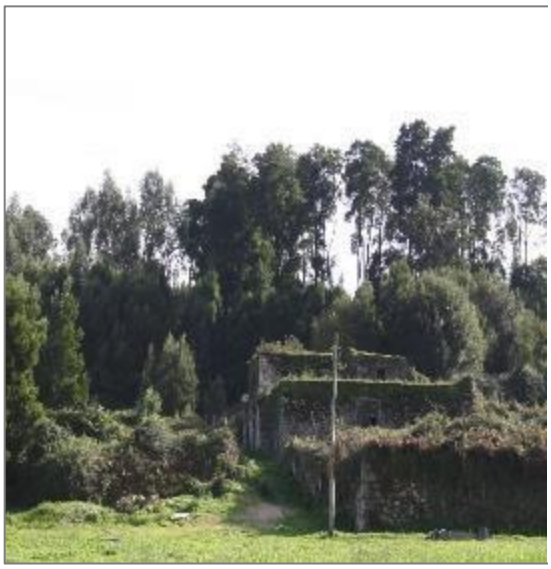


b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS: A Quinta de Campinhos está localizada a 16,25 Km da foz do Rio Douro, na proximidade do lugar de Arnelas contígua à Quinta de S. Julião e à Quinta do Cadeado ou do Sebastião. Numa posição sobranceira ao Rio Douro, a uma cota de aproximadamente 110 metros, a Quinta apresenta uma topografia muito acidentada, pelo que se encontra maioritariamente florestada e organizada em socalcos, que se alargam e estreitam, conferindo muito ritmo à paisagem da Quinta. Quanto ao edificado, encontra-se numa pequena plataforma à cota de 25 m, com vista para a foz do Rio Sousa. Na margem ribeirinha da Quinta é de salientar a presença de um corredor ripícola com uma largura superior a 20 metros. Relativamente ao edificado, assiste-se a uma descaracterização do mesmo, existindo ainda vestígios de um património arquitetónico de interesse, tal como se pode ver nas fotografias apresentadas. A sul, a Quinta encontra-se limitada por uma unidade industrial. Quanto ao património natural, a Quinta apresenta elevado interesse ecológico, pela existência de vegetação

autóctone e de pomares (Henriques, 2011). A Capela encontra-se adossada à Casa, tem comunicação para o interior da mesma através do coro alto. A fachada está marcada com quatro pilastras encimadas por pináculos. A porta de entrada e janela são molduradas por pedra de granito. Por cima da porta marca um friso saliente também em granito. Telhado de duas águas. Remata no topo da fachada um campanário encimado por uma cruz. Por sua vez, adossada à Capela encontra-se uma fonte com espaldar. Este espaldar do fontanário tem como decoração, uma bica adornada por uma figura com a forma de um rosto disforme ou grotesco. "carranca", e imediatamente acima um elemento decorativo ao centro, formado por duas volutas enroladas, com um nicho encimado por um elemento em forma de bola.

ANEXO 9. QUINTA DO PAÇO



a) Casa primitiva.



b) Ruínas da Casa primitiva.



c) Ruínas da Casa primitiva.



d) Ruínas de uma das fachadas da Casa.



e) Casa primitiva na cota baixa. Na cota alta a segunda casa mas descaracterizada pelo acrescento em altura que nos anos 80 sofreu.



f) Fachada para a rua (caminho de Avintes).



g) Fachada no interior da Quinta.



h) Acrescento inadequado à Casa e Capela, descaracterizando a essencia da construção existente.

Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta do Paço – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua do Paço/Rua do Areinho/Caminho de Avintes

FREGUESIA – Avintes – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Mau

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – A Casa primitiva remonta ao séc. XVI a segunda construção ao séc. XIX

Em 29 de abril de 1749 – Morador na Quinta do Paço – Dr. António da Fonseca (Documento de Arquivo: ADPRT - Po2: liv. 281: fls. 107v a 109)

Em 21 de junho de 1802 – Morador na Quinta do Paço – João Xavier de Oliveira Barros (Documento de Arquivo: ADPRT - Po1: liv. 517: fls. 99v a 101)

Na década de quarenta do século XIX, o Conde de Avintes vendeu a Quinta do Paço ao seu secretário Luís Woodhouse (Costa et al., 2009, p. 416)

A Casa primitiva junto ao Rio, onde só existem ruínas, era donatário do couto de Avintes D. Luís de Almeida, Conde de Avintes, tendo sido o primeiro titular, o seu 3.º avô, D. Luís de Almeida, por mercê de D. Afonso VI, por carta passada em 17 de fevereiro de 1664 (Documento de Arquivo: Memórias Paroquiais de 1758 - PT/TT/MPRQ/5/60)

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta como Quinta do Conde

ORAGO – S. Brás

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DE PATRIMÓNIO DA CAPELA – Desconhecido

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Quinta ribeirinha do Douro bordejada por ampla vegetação. Na Idade Média situava-se entre os lugares mais antigos de Avintes e Espinhaço. Ocupa uma posição dominante sobre a paisagem do rio. A Quinta remonta à Idade Média e a Casa primitiva encontra-se em ruínas conforme as imagens de a) a e), mesmo junto ao Areinho de Avintes. A Capela, de séc. XVII, foi reimplantada para uma cota superior da Quinta, onde foi construída a segunda Casa em meados do séc. XIX, ficando a mesma adossada à casa, conforme as imagens f), g) e h). A Casa, alvo de uma intervenção menos feliz nos anos 80 do séc. XX, é um volume de dois pisos assente numa planta retangular cujo eixo maior é desenvolvido na direção nascente/poente. A fachada da Capela possui elementos mais antigos designadamente a porta e o Brasão da família. A estrutura dos dois pisos primitivos é em alvenaria de pedra, e as molduras dos vãos em pedra de granito. (Henriques, 2011)

ANEXO 10. QUINTA DA RECHOUSA





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Rechousa – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua da Rechousa – EN-1, 342/Praça da Madre de Deus/Rua da Madre de Deus

FREGUESIA – Canelas/Vilar de Andorinho, atualmente Canelas - Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

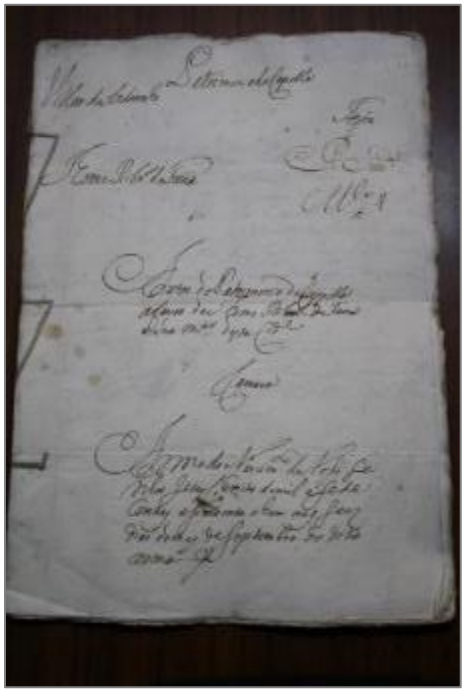
INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Não consta

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta

ORAGO – Senhora Mãe de Deus

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – – Tomé Ribeiro de Faria, 1751 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/468)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – A fachada da Casa destaca-se pela sua linearidade, os materiais usados são em cantaria e as estruturas das pilastras são em granito assim como todas as guarnições dos vãos. As janelas na fachada da Casa são de guilhotina, todas simétricas entre si. O acesso ao andar superior da Casa é feito através de uma escadaria de um só lanço. O telhado é de quatro águas, situa-se ligeiramente saliente ao nível da cornija. A Capela é adossada à Casa.

ANEXO 11. CASA/QUINTA DOS CONDES DE RESENDE





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Costa – Solar dos Condes de Resende – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Travessa dos Condes de Resende

FREGUESIA – Canelas – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Arqueológico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecido

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta como Quinta da Costa

ORAGO – S. Tomé

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Desconhecido

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – O edifício é composto por três corpos principais, ligados entre si por ângulos retos, definindo dois pátios ligados por uma passagem aberta no corpo central. A planta da Casa tem a forma de um "L", sendo o corpo central comum, que une os dois extremos, e a comunicação entre os três corpos faz-se interiormente.

A Casa tem dois andares (rés-do-chão e andar nobre). O rés-do-chão estava ligado às áreas de trabalho, arrecadações, adegas e celeiros, e o primeiro andar, o andar Nobre, zona residencial.

Exteriormente, a área da entrada engloba um jardim, o salão Nobre e o muro que circunda a propriedade. Ao centro encontra-se a porta de acesso à Quinta onde se encontra a Pedra de Armas da família, e faz a ligação entre os diversos espaços, incluindo à Capela de S. Tomé, que era um dos elementos que permitia o acesso pelo exterior da Casa, isto porque o seu culto se destinava também ao culto externo. No interior da Capela destaca-se o coro sobrelevado.

Trata-se de uma Casa bloco, e todas as dependências se situam sob o mesmo telhado. A fachada por onde se efetua a entrada, voltada a oeste, tem do seu lado direito a Capela de S. Tomé. O acesso a esta Capela faz-se por três entradas, uma voltada para o exterior do edifício, a norte, isto por causa do seu caráter semipúblico, outro faz-se pelo interior, por uma entrada virada a este, mas ao nível inferior, e ainda outro na zona do coro, ao nível do 1.º andar, também orientado a este. Outros elementos espaciais se destacam, tais como, o amplo pátio da entrada, lajeado, onde se encontra uma fonte, e a passagem ao outro pátio interior (outrora chamado de "pátio das vacas" e era em terra batida).

No lado Norte da Casa, à esquerda da entrada, destaca-se a sua imponente escadaria, com acentuado movimento em profundidade, que faz a ligação do pátio ao primeiro andar, a uma lógia alpendrada com colunas da ordem dórica, ao salão Nobre e a várias salas de índole habitacional. O salão Nobre possui uma lareira e o seu teto é em masseira, sendo o atual uma reconstrução do que lá existia. As janelas deste salão são providas de assentos de pedra, mais ornamentados do que as restantes salas contíguas. Ao nível do rés-do-chão estava situado o lagar da Casa, áreas de armazenamento e lojas.

No corpo frontal, fachada a Oeste, com as mesmas funções, ou seja, no rés-do-chão a área de trabalho e de armazenamento, e no primeiro andar as salas e copa de apoio. O corpo que se desenvolve de Oeste para Este possuía no rés-do-chão a cavalariça e a vacaria e no primeiro andar encontravam-se os quartos, a cozinha e latrina.

Outros elementos se destacam no conjunto habitacional, tais como, azenha, para onde eram encaminhadas as águas colhidas no tanque, que depois eram canalizadas para outras áreas da Casa, um pequeno tanque, a eira e suas Casas, dois espigueiros (um sobre a eira e o outro perto da entrada), vacaria, pocilga, armazém de alfaias, palheiro e campos de cultivo.

Para além do complexo é de destacar também o Jardim das Camélias onde existe um grande tanque em cantaria que recebe água da fonte de São Mamede da Serra de Canelas, as grandes massas de arvoredos, caminhos cobertos com vegetação com arruamentos rodeados de buxo e a estátua em Bronze do escritor Eça de Queirós da autoria do escultor Hélder de Carvalho.

ANEXO 12. QUINTA DO FOJO




Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta do Fojo – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua Nova do Fojo/Rua de Entre Muros

FREGUESIA – Canidelo – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico, Paisagístico e Arqueológico

GRAU DE PROTEÇÃO – Imóvel de Interesse Público-Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12-09-1978

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – 1714

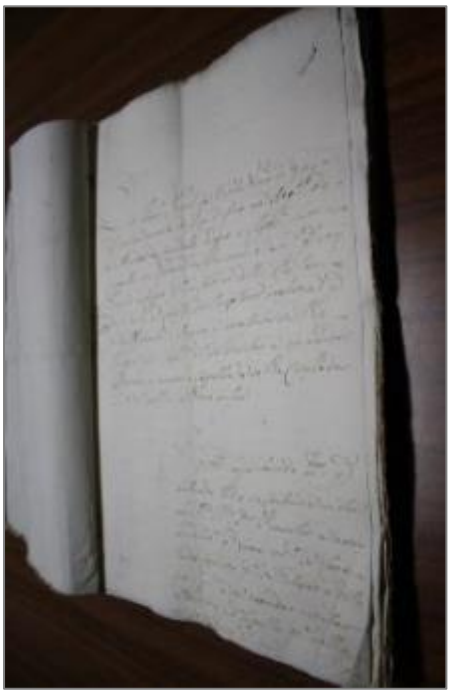
MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta

ORAGO – S. João Evangelista

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – João Nevel, 1749 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/001/0448)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – A Casa do Fojo foi fundada em 1714, pelo general inglês William Neville, que depois da guerra da sucessão em 1714, em Inglaterra, que provocou a derrota do Duque de York, o general William Neville viu-se forçado a emigrar para Portugal, instalando-se e construindo a Casa dentro da Quinta do Fojo (Saavedra, 1935, p. 164). A Quinta do Fojo surge já mencionada nas Memórias Paroquiais de 1758, onde se refere que a freguesia de Santo André de Canidelo tinha "outra Capella dentro de hua quinta que possue João Nevil, de nação Britânica com o nome de São João Evangelista". Nesta época a propriedade encontrava-se já na posse de um descendente - João Nevil ou Neville.

Desconhecemos quem foi o responsável pela construção da Casa de habitação, mas o imóvel que hoje conhecemos, composto por Casa, Capela e pátio, pode ainda inscrever-se numa linguagem setecentista, onde a fachada se impõe como principal elemento dinamizador da Arquitetura, com vãos simétricos, cujo ritmo converge ao centro, na composição formada pelo portal e janela de sacada no piso Nobre. Todavia, encontramos aqui muitos elementos que anunciam soluções próprias do Neoclassicismo que se impôs na cidade do Porto, no último terço do século XVIII, por influência da comunidade inglesa aí estabelecida. Compreende-se este facto se tomarmos em consideração a nacionalidade dos seus proprietários, que assim anteciparam uma linha arquitetónica que viria a caracterizar o Norte do país, por oposição ao Barroco de Nasoni preponderante até então.

Estes elementos são particularmente visíveis ao nível da composição central da fachada, com moldura em cantaria de junta fendida ou rusticada, que recorda tantos outros edifícios portuenses, entre os quais destacamos o Hospital de Santo António, que se viria a afirmar como modelo privilegiado do novo gosto. Remata esta secção um frontão triangular que interrompe a balaustrada de pedra. Este tornar-se-á um dos recursos mais empregues na Arquitetura portuguesa, muitas vezes entendido enquanto sinal de prestígio.

A Casa tem uma estrutura arquitetónica de planta em L, de dois pisos, com janelas retangulares na fachada principal, de sacada no andar Nobre. Ladeiam a frontaria dois corpos idênticos, com portal reto encimado por frontão semicircular e janela, a que se sobrepõe um frontão com óculo cego. O da esquerda corresponde à Capela, dedicada, como referimos, a São João Evangelista. Todo o conjunto denota grande unidade e simetria, a par de uma austeridade decorativa que se afasta dos modelos barrocos. As restantes fachadas apresentam uma configuração simples, com vãos proporcionados de moldura reta, apenas quebrada por diversas varandas e alpendres de desenho mais cuidado, entre os quais se salienta o terraço junto à Capela, com estatuária. (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.a)

ANEXO 13. QUINTA DO BRANDÃO



Fonte: Imagem da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta do Brandão – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua da Capela/Rua da Fontinha

FREGUESIA – Canidelo – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Séc. XIX – 1883 (DMPCC - Direção Municipal de Património Cultura e Ciência)

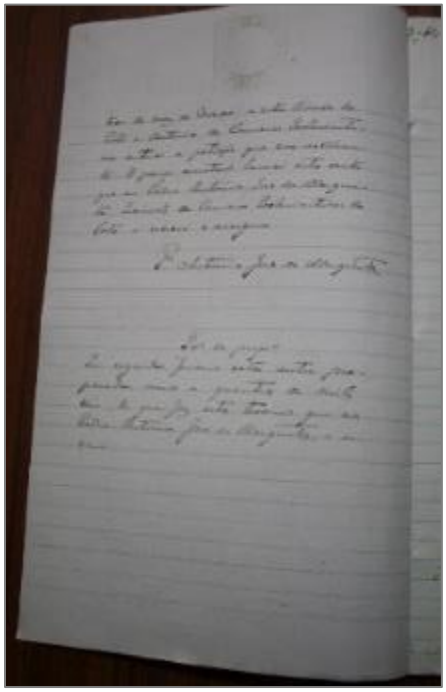
MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Não consta

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – António José Sousa Brandão, 1884 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/694)

ORAGO – N. Sr.ª do Amparo



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Era uma Quinta com grande extensão até aos anos sessenta e setenta do séc. XX, depois foi dividida em lotes para moradias. A Capela faz parte da Quinta. O edifício de dois pisos é em alvenaria de pedra e revestido por dois tipos de azulejo. Cobertura em telha de Marselha. As janelas das fachadas têm moldura de pedra de granito, as caixilharias são de madeira de cor branca com duas folhas e bandeira fixa. As janelas de loja do piso térreo têm grade de ferro. A porta da Capela é retangular com cornija, tem pequeno campanário encimado por uma cruzeta latina e dos lados tem pináculos. Do lado da Capela e por cima do muro tem campanário de pedra de granito com desenhos e dentro do campanário está o sino feito de ferro e de madeira. (PDM)

ANEXO 14. QUINTA DO JORDÃO





Fonte: Imagem da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta do Jordão – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua do Jordão

FREGUESIA – Canidelo – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Não consta

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Não consta

ORAGO – Não consta

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Não consta

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Constitui por si uma unidade de valor paisagístico onde se reconhece o modelo tradicional de uso do solo que corresponde à utilização de solos aráveis –vales – para fins agrícolas e a arborização das áreas topograficamente irregulares. É uma propriedade com altos muros de granito, limitada a norte pela Rua de Jordão, a poente e sul pelo vale da ribeira de Santarém e a nascente pela Rua Doutor Ribeiro Magalhães. É um conjunto de desenho programado, de Arquitetura erudita especialmente na composição dos espaços exteriores. A Casa principal localiza-se à face da Rua de Jordão. A fachada sul, oposta à da entrada, confronta com um jardim de planta quadrangular com o qual confronta outra Casa que se desenvolve em U, sobre o jardim, cujo centro se implanta em eixo de uma longa alameda arborizada que se estende para poente e é ladeada por dois jardins de inspiração Barroca. Este conjunto articula-se com uma estrutura agrícola em quadrícula a sul, ao qual se associa outro edifício com pátio aberto para sul e acesso por caminho entre muros a partir da Rua Doutor Ribeiro Magalhães. À Casa principal da Quinta associa-se uma Capela, a poente, que está num eixo perpendicular ao da alameda arborizada. Trata-se de um volume térreo isolado com cobertura de duas águas e frontão triangular com remate em cruz central e dois pináculos laterais. A Casa principal, implantada à face da rua, consta de um edifício de três pisos e dois torreões recuados, com cobertura de quatro águas interrompida pelos torreões. O edifício que se situa a sul desta tem planta em U sobre o jardim e consta de três corpos com coberturas de duas águas. A restante Casa em U, voltada a sul, consta de três corpos com coberturas de duas águas. A estrutura em alvenaria de pedra rebocada, travejamento em madeira revestido com telha de barro vermelho, caixilharia em madeira pintada, em guilhotina, molduras das fenestrações, pilastras dos portões, lintéis e padieiras em granito. (PDM)

ANEXO 15. QUINTA DO ARALE





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Casa e Capela do Arale

LOCALIZAÇÃO – Rua Central, 206

FREGUESIA – Crestuma

TIPOLOGIA – Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecido

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Não consta

ORAGO – Desconhecido

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Não consta

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Arquitetura tradicional Rural. Topologicamente afirma-se no lugar. Edifício assente numa plataforma que estabiliza um morro no centro de Crestuma, com uma envolvente altamente declivosa. Planta em U. Edifício de dois pisos com Capela adossada que completa um corpo lateral. Tem dois acessos: um efetuado por escadaria de um lanço que parte da rua para a Casa; e outro em rampa que articula a rua com a Capela. Andar como habitação e piso térreo com adega, aido e arrecadações. Estrutura em alvenaria de pedra. Travejamentos em madeira cobertos com telha de barro e beirais em ardósia. Caixilharias em madeira pintada com tinta a óleo. Marcação dos vãos e dos remates da Capela com elementos de granito (pináculos). Marcação dos parapeitos com pedra de ardósia. (PDM)

ANEXO 16. QUINTA DA PORFIA





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Porfia – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua da Porfia

FREGUESIA – Grijó

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecido

MEMORÍAS PAROQUIAIS 1758 - Não consta

ORAGO – Desconhecido

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Desconhecido

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Arquitetura popular.[98] Casa de rés-do-chão e andar com Capela adossada a nascente e um corpo de anexos a poente. O corpo da Casa e dos anexos relaciona-se através de um alpendre que assinala a entrada com clareza. Estrutura em alvenaria de pedra. Travejamentos de madeira. Cobertura em telha. Paredes exteriores rebocadas e caiadas. (PDM)

[98] A designação popular, remetendo-nos para uma data mais remota, será um conceito a verificar uma vez que a dimensão da Casa à época não é propriamente uma Casa comum assim como o facto de conter Capela, que só as pessoas com poder económico as podiam construir ou seja a Nobreza ou a Burguesia, melhor dizendo os senhores da terra… Arquitetura Senhorial Rural, talvez se aplique como melhor definição.

ANEXO 17. QUINTA DA CARIOCA – CASA DE VILA FLOR





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Carioca

LOCALIZAÇÃO – Rua do Loureiro de Cima, 151

FREGUESIA – Grijó

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Sem informação

INTERESSE PATRIMONIAL – Sem informação

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Sem informação

MEMORÍAS PAROQUIAIS 1758 – Não consta

ORAGO – Não consta

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Não consta

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – A Capela é de Arquitetura Contemporânea

ANEXO 18. QUINTA DA PORTELA





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Porttela – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua da Portela

FREGUESIA – Gulpilhares

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arqueológico, Paisagístico e Arqueológico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Anterior ao séc. XVII

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta

ORAGO – S. Miguel

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA — Gonsallo Chamorro de Queiroz, 1682 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/455)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – A Casa de tipologia Rural articula-se em torno de um pátio que se interliga com um outro onde se situa o portal principal de acesso à Casa e que remata o antigo percurso de ligação à estrada. A sucessão de pátios corresponde a diferentes volumetrias e funções, formando um conjunto fechado para o exterior cujas empenas cegas de reboco branco e os telhados de barro vermelho, recortam o fundo verde da paisagem rural. Assinalam-se as volumetrias maiores de dois pisos. A cúpula semiesférica da Capela, o corpo da Casa e a fila de janelas da galeria. O pátio onde se situa o portal de entrada é enquadrado por volumetrias chãs (de um piso) e coberturas de duas águas que tinham a função de arrumos de alfaias agrícolas, antigos celeiros e estábulos. Liga-se ao pátio da Casa, através de dois portões sendo um deles de duas folhas, denominado portão carral, de onde se acede à Capela e à Casa através de uma escada exterior. Aqui as volumetrias são de dois pisos e cobertura de quatro águas sendo de referir a cobertura em calote esférica revestida a telha de canudo da Capela a qual está situada a eixo dos pátios e no enfiamento do caminho de acesso à Casa da Quinta. Arquitetura e estrutura erudita de tipologia agrícola. Estrutura de alvenaria de pedra rebocada de branco. Telhados das volumetrias de dois pisos de quatro águas e os de um piso de duas águas em telha de barro vermelho. Caixilharias exteriores em madeira pintada de vermelho. Janelas de guilhotina. Muro do pátio da Casa em pedra rebocada de branco com pilastras e coroamento em granito, e escadas de acesso à Casa em granito aparente. Pavimento do pátio da Casa em saibro e pavimento do pátio de entrada em cubo de granito. (PDM)

ANEXO 19. QUINTA DA IGREJA





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Igreja – Casa e Igreja

LOCALIZAÇÃO – Avenida da Igreja Velha/Rua do Peso

FREGUESIA – Lever

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – 1755 (DMPCC)

MEMORÍAS PAROQUIAIS 1758 – Sem informação precisa

ORAGO – Sem informação precisa

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Sem informação

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Arquitetura erudita. Volume com dois pisos na cota mais baixa. Planta em L cujo eixo maior é rematado e polarizado pela fachada da entrada principal. Todo o edifício é contido por um muro em xisto que o interseta na pilastra da fachada principal, marcada por uma composição simétrica e com uma carga decorativa em contraponto ao restante edifício. A porta é destacada por quatro pilastras que rematam em pináculos em forma de jarra e encimada por uma platibanda que em curvas e contracurvas desenham um frontão falso que contem o Brasão. A estrutura é em alvenaria de pedra. Paramentos cujos reboco e pintura se encontram degradados. Travejamentos de madeira revestidos a telha de barro. Molduras dos vãos em pedra. Caixilharias de madeira pintada em guilhotina. (PDM)

ANEXO 20. QUINTA DO CADEADO



Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta do Cadeado ou Quinta do Sebastião – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Arnelas

FREGUESIA – Olival

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Séc. XIX – 1878. (DMPCC)

No início do séc. XVIII, João Chamorro de Queiroz e Castelo Branco, senhor da Casa e Quinta da Portela em Gulpilhares, e feitor da Casa do Paço da Madeira em Lisboa, adquire o domínio da Quinta, a qual se mantém na posse dos seus descentes até meados do séc. XIX. É

posteriormente comprada por Sebastião Alves de Freitas, em cuja família se mantém. O atual proprietário é Sr. Alberto de Freitas bisneto de Sebastião Alves de Freitas. (Costa et al., 2009, p. 415)

MEMORÍAS PAROQUIAIS 1758 – Não consta

ORAGO – N. Sr.ª das Necessidades

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA — Sebastião Alves de Freitas, 1898 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/673)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – A Quinta do Cadeado, também é conhecida como Quinta do Sebastião, por ter sido proprietário, Sebastião Alves de Freitas

A Quinta desenvolve-se numa plataforma sustentada por um grande muro em xisto, que a separa do areal ali existente. O elemento com maior destaque no conjunto edificado é a Casa principal, de 3 pisos. A entrada é feita pelo piso térreo, e o acesso faz-se pelo jardim que tem um caminho ladeado por árvores *Camellia japónica* (japoneiras), e por uma pequena ramada.

A fachada da Casa tem assimetria, a estrutura é em alvenaria de pedra. Todas as janelas são rematadas a pedra, são de guilhotina, de madeira. Na fachada principal contam-se quatro no segundo piso, mais outras quatro no terceiro piso. Ainda nestes dois pisos encontram-se mais

duas janelas de sacada em cada um com guardas em ferro fundido trabalhado. No piso térreo, cinco portas.

A Capela tem invocação à Nossa Senhora do Bom Sucesso, mas conforme o Auto de Património de 1898, a invocação é à N. Senhora das Necessidades.

A fachada da Capela está voltada para o Rio, perpendicular ao eixo da Casa.

ANEXO 21. QUINTA DO CASALINHO



Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta do Casalinho – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua Dr. António de Magalhães

FREGUESIA – Olival

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Mau

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecido

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Informação imprecisa

ORAGO – Sem informação precisa

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Requer pesquisa

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Não sendo uma Arquitetura erudita, não obstante há elementos formais com qualidade, como o portal adossado ao muro, a Capela e a composição geral da Quinta. Da antiga estrada para Arnelas parte um percurso que conduz à Casa, havendo ainda outro (secundário) que da cota mais alta (a eira) articula com a EN222 antiga. Há duas características que a assemelham à Quinta de Soeime de Vilar de Andorinho: uma leitura discreta da Casa não observável a partir dos acessos principais e uma composição organizada por um pátio retangular voltado a poente. No topo do eixo maior deste pátio (à cota baixa) colocou-se a Capela voltada a sul e isolada da Casa. A cota da eira e a cota do pátio constituem duas plataformas morfológicas estáveis e clarificadas: uma serve de base de assentamento à Casa e à Capela e é a charneira das vertentes que descem para o Rio e a plataforma da eira voltada para os campos de cultivo da Quinta. O portal voltado para a estrada de Arnelas é o mais importante e elaborado, sendo que a cerca do lado nascente é mais expressiva (à semelhança da Quinta do Bispo na Granja). Estrutura em alvenaria de pedra rebocada com argamassa de saibro e pintada em cor que se desconhece. Elementos importantes como pilastras, beirais e molduras dos vãos em alvenaria de pedra aparente. Telhado e caixilharias inexistentes. Travejamentos de madeira (revestidos a telha na cobertura) igualmente abatidos.

ANEXO 22. QUINTA DE SÃO SALVADOR





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta de São Salvador – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua da Fábrica

FREGUESIA – Oliveira do Douro

TIPOLOGIA – Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Séc. XVIII (DMPCC)

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Informações imprecisas

ORAGO – Informações imprecisas

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Requer pesquisa

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – A Quinta de São Salvador localiza-se a cerca de 6,6km da foz do Rio Douro e ocupa uma área de 1,55 hectares. Apesar de não ser marginal ao Douro, localiza-se a meia encosta, beneficiando de excelente vista para o Rio. Faz parte de um conjunto historicamente designado por Quinta de Quebrantões, dividida em Quinta de Cima e Quinta de Baixo, sendo esta última a atual Quinta de S. Salvador. Constituída por uma Mansão Senhorial oitocentista, formada por um complexo de corpos adossados entre si e implantados num plano horizontal formando uma Casa com Capela de porte simples, mas elegante.

Remontam ao séc. XV as origens desta propriedade, associada à família dos Pintos desde o séc. XVI. Finalmente, com profundas alterações ao traçado original da Casa, a Quinta foi transformada em unidade hoteleira, com sete quartos duplos, restaurante e cinco salões para realização de eventos – que oferecia logo à chegada dos visitantes "fruta fresca, água mineral e Vinho do Porto". (Henriques, 2011)

ANEXO 23. QUINTA DOS FRADES



Fonte: Imagem da ficha de Inventário do PDM.

DESIGNAÇÃO – Quinta dos Frades ou Convento e Quinta de Nossa Senhora da Conceição
LOCALIZAÇÃO – Rua dos Frades
FREGUESIA – Oliveira do Douro
TIPOLOGIA – Quinta Rural
ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Desconhecido
INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO -- Desconhecido
MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Informação imprecisa
ORAGO – N. Sr.ª da Conceição
NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Requer pesquisa
CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – A Quinta dos Frades, também conhecida por Quinta da Nossa Senhora da Conceição e, mais recentemente e vulgarmente por Quinta dos Ingleses (por ter sido adquirida por uma família inglesa), está situada a 10,2 km da foz do Rio Douro e junto à foz do Rio Febros, a jusante do Areinho de Avintes, e representa uma frente de Rio de 135 m. Com uma área de 9,87 hectares, faz parte de um conjunto de propriedades rurais que dominavam o território de Oliveira do Douro.

Estava associada ao Mosteiro de N. S. da Conceição, que dava em tempos nome à Quinta. O edifício religioso foi mandado construir em 1679 por António Leite de Albuquerque, ano em que se fundou a Real Congregação de N. Sr.ª de Oliveira do Douro, pelos Cónegos de S. João Evangelista, que atuavam principalmente no campo da assistência hospitalar. Assim, na vasta

propriedade do seu fundador, localizada numa encosta sobre o Rio Douro, passaram a ser acolhidos sacerdotes doentes, cegos, etc, que não tinham meios de subsistência.

Com a extinção das ordens religiosas, a propriedade ficou em posse particular: em 1842 foi adquirida por Marcelino Máximo de Azevedo e Melo, 1.º Visconde de Oliveira; em 1873 vivia ainda na Quinta a Viscondessa de Oliveira; em 1984 foi adquirida pela GAF, Lda.

No que toca aos elementos construídos, conserva-se o edifício seiscentista, composto por uma só nave, torre e ala conventual, disposto em torno de um pátio de forma pentagonal. Parte dele foi recuperado e adaptado para habitação. A Igreja, de planta linear e dimensão modesta, com cobertura apenas nas áreas correspondentes à Capela-Mor e à Capela lateral. Apresenta um elevado estado de degradação, apresentando, no entanto, fortes possibilidades de recuperação.

No site do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) é referido que o imóvel se encontra em vias de classificação – homologado como imóvel de Interesse Público – de acordo com o despacho de 14 de fevereiro de 1980 e com o despacho de homologação de 29 de junho de 1976. (Henriques, 2011)

ANEXO 24. QUINTA DO SARDÃO





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta do Sardão – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua do Colégio do Sardão

FREGUESIA – Oliveira do Douro

TIPOLOGIA – Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecido

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Informação imprecisa

ORAGO – Informação imprecisa

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Requer pesquisa

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – O edifício ocupa uma posição de charneira nos limites da Quinta. É a fachada maior do arruamento homónimo com frontalidade – demonstrada pela sua dimensão e regularidade da composição do alçado. Arquitetura erudita do séc. XVIII. Edifício formado por dois corpos retangulares cujo eixo maior é desenvolvido paralelamente à rua. A articulação volumétrica e compositiva dos dois corpos é resolvida pela Capela da Casa (consagrada a N. Sr.ª da Penha de França), com estrutura portante em alvenaria de pedra rebocada e pintada. Travejamentos de madeira revestidos de telha. Molduras dos vãos em granito. Fenestração em caixilharia de madeira pintada.

Nota: Esta Quinta, onde viveu o escritor Almeida Garrett, foi fundada pelo seu avô José Bento Leitão no século XVIII. A Quinta e o Palacete eram abastecidos de água desde o Monte da Virgem pelo aqueduto homónimo. (PDM)

ANEXO 25. QUINTA DE SANTO ALEIXO





Fonte: Imagem da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta de Santo Aleixo – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua Azevedo de Magalhães/Vereda do Bolhão

FREGUESIA – Oliveira do Douro

TIPOLOGIA – Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecido

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Informação Imprecisa

ORAGO – Informação imprecisa

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Requer pesquisa

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Esta Quinta ocupa uma cota alta na antiga estrada que de Oliveira do Douro se dirigia a Vila Nova de Gaia. O contexto atual é distorcido porque a Quinta apresenta-se isoladamente por força da implantação dos traineis do IC23 e do nó da VL 10 a cotas muito inferiores do terreno original (fossos). Estes novos traçados viários configuram uma plataforma sustentada por muros de suporte e articulada com a malha original por viadutos. Este desenho Urbano é frágil porque é intolerante face ao tecido original. De Arquitetura erudita, edifício de dois pisos sendo o térreo para arrecadação e o Nobre acedido por escada através do pátio. A Quinta era murada em todo o seu perímetro, mas foi retalhada pelo IC23. Preservou-se a configuração do pátio original que estabelece a relação da Casa com o exterior e da Quinta com a estrada. O portão principal é um elemento barroco que se desenvolve num plano posterior ao pano da fachada da Casa, movimento este reforçado pela marcação das pilastras e pela curva em planta do acesso. Os elementos decorativos do portão e da fonte bem como a representação do pano cego do lado nascente da Capela (encimada por cruz) são da mesma inspiração estilística e formam uma unidade no tratamento do espaço exterior da entrada da Quinta. A Casa e o corpo adossado da Capela desenvolvem-se numa planta de base em L cujo alçado mais antigo faceia a Vereda do Bolhão e se volta ao núcleo que em torno da Quinta se estabeleceu. Este facto é demonstrado pela presença do vão de uma porta pré-existente encimada por varanda (o local da porta foi tapado) e pelo tratamento rústico do beiral. O alçado do portão principal é o da estrada que conduzia para Vila Nova de Gaia e que apresenta um caracter mais formal designadamente na marcação do cunhal em pilastra, na qualidade da telha, no trabalho do beiral e do embasamento em granito aparente, bem como pela marcação (apesar de tudo discreta) da Capela (pináculos) e da sua porta lateral.

Estrutura portante em alvenaria de pedra originalmente rebocada e pintada de branco. O reboco e a pintura do alçado poente foram picados recentemente, o granito é agora aparente e, para todos os efeitos, o pano de fachada está despido. Travejamentos de madeira revestidos de telha. Molduras dos vãos em granito. Fenestração em caixilharia de guilhotina em madeira pintada. (PDM)

ANEXO 26. QUINTA DA BOUCINHA





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Boucinha ou Quinta da Fonte Formosa – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Av. Vasco da Gama – EN222

FREGUESIA – Oliveira do Douro

TIPOLOGIA – Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Remonta ao Séc. XVIII; requer pesquisa

MEMORÍAS PAROQUIAIS 1758 – Informação imprecisa

ORAGO – N. Sr.ª de Penha de França

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Requer pesquisa

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – A Casa da Quinta da Boucinha tem Arquitetura erudita com planta em L com pátio voltado a sul. Abre-se a poente para um jardim barroco de grande apuro formal com elementos decorativos (fontes). O desenho do conjunto obedece a uma malha de percursos interiores e exteriores. O pátio é um espaço intermédio entre a escadaria do piso Nobre e a rua. A Capela está orientada com entrada para a rua, para nascente, determinando um alargamento do espaço público face ao qual o muro é rasgado pelo portal de entrada na Quinta. Composição simétrica da fachada do corpo principal da Casa, na colocação dos vãos e na marcação da linha do beiral. A Capela está adossada à Casa e a marcação dos cunhais define a sua autonomia formal relativamente ao muro e à Casa, cujos alçados estão num plano posterior. Os cunhais são rematados por pináculos piramidais e a projeção do telhado na fachada por uma linha de beiral triangular outrora encimada no vértice da cumeeira por uma cruz. Tendo o alçado da Capela um desenvolvimento acentuado na vertical, a proporção é resolvida pela marcação da padieira da porta e pela continuação, no desenho da fachada, da linha do beiral da Casa que contorna o óculo – pelo que não é um elemento portante, mas decorativo. A colocação do sino (ausente) num plano posterior exalta o seu despojamento, reforçando a sua singularidade. A estrutura portante em alvenaria de pedra rebocada e pintada, travejamentos de madeira revestidos a telha de barro, molduras dos vãos e elementos portantes, cunhais e beirais em pedra de granito aparente. Fenestração de guilhotina e portas de madeira pintada. (PDM)

ANEXO 27. CASA DO CASAL




Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Casa do Casal – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua do Casal, 125

FREGUESIA – Oliveira do Douro

TIPOLOGIA – Quinta com Casa e Capela

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Mau

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecido

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Informação Imprecisa

ORAGO – Desconhecido

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Requer pesquisa

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Trabalho a desenvolver

ANEXO 28. QUINTA DE CODEÇAIS





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta de Codeçais – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua da Quinta de Codeçais, 247 a 253/ Travessa da Quinta de Codeçais/Rua de Codeçais

FREGUESIA – Pedroso

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Em estudo

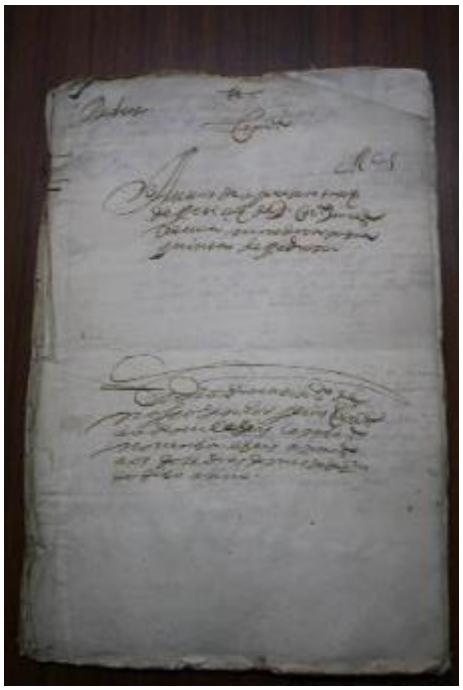
MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta

ORAGO – S. Sebastião

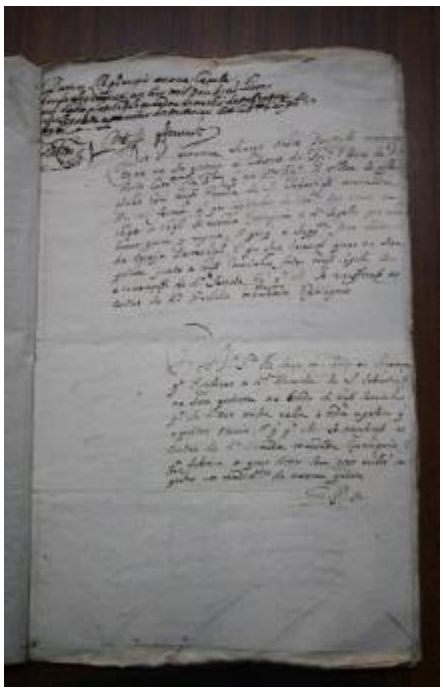
NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Catarina Soares, 1696 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/465)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – A Quinta ocupa uma posição dominante na paisagem pela sua inserção na planície. É cinturada por um muro que a envolve completamente, é rematada a sul pelo volume da Casa. A Casa está adossada ao muro a nascente e poente, mas recua relativamente à estrada através de um pátio gradeado. Da relação com a planície, os planos de cultivo a sul e o Monte murado, se vislumbra a sua envolvente original constituindo um equilíbrio irrepetível. Arquitetura erudita, planta em U sobre um pátio voltado a Norte. Composição simétrica do alçado principal. Dois pisos: um térreo para arrecadações inter-relacionado com o pátio e os campos da Quinta e o Nobre marcado pelo cuidado compositivo dos vãos e da marcação da entrada central que conduz ao pátio. O acesso ao piso Nobre é efetuado pelo pátio posterior através de escada. A Capela está adossada do lado poente do corpo principal. Estrutura portante em alvenaria de pedra rebocada e pintada. Travejamentos de

madeira revestidos de telha. Molduras dos vãos em granito. Fenestração em caixilharia de madeira pintada. (PDM)



a)



b)

ANEXO 29. QUINTA DA PARADELA







Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Paradela – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua da Paradela, 252

FREGUESIA – Pedroso – Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Casa Senhorial

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

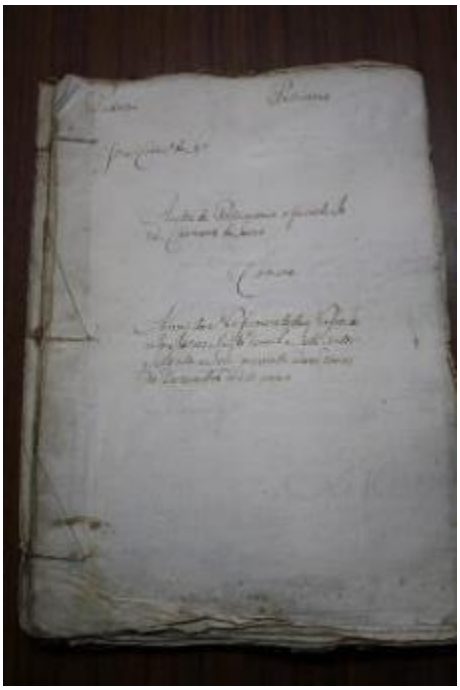
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Precisa de estudo

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta

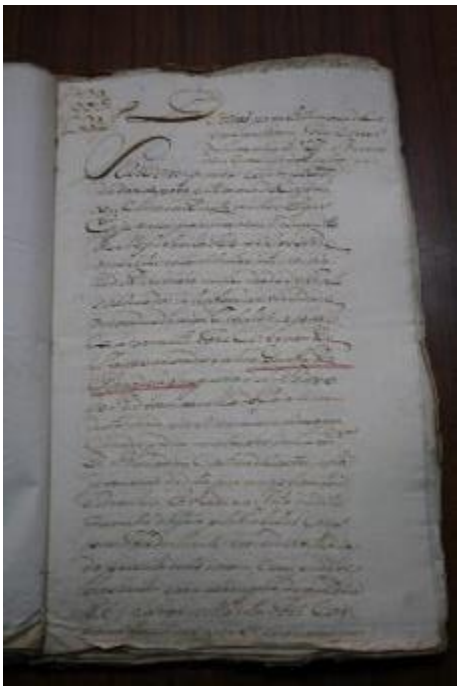
ORAGO – S. José

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – José Carneiro de Sousa, 1777 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/466)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Precisa de estudo



a)



b)

ANEXO 30. QUINTA DA ALHEIRA







Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Alheira – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua das Alheiras, 670/672

FREGUESIA – Pedroso

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Deteriorada

INTERESSE PATRIMONIAL – Histórico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Precisa de estudo

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta

ORAGO – S. João Baptista

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Alberto Caetano Adrionis, 1752 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo - PT/AEP/DP/CUR-SGC/467)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Casa com dois pisos, um térreo com duas janelas e um superior com duas janelas e uma porta, com ligação ao exterior através de uma escadaria colocada recentemente, que se presume ter sido uma outra janela. Uma escadaria redonda de sete degraus faz a ligação ao interior da Quinta. Telhado de duas águas. Adossada à Casa numa cota inferior encontra-se a Capela. Numa cota ainda mais inferior, pois o terreno é em declive, um portão de entrada marcado por dois pináculos piramidais indicando a entrada Nobre da Casa.

A Capela tem na porta principal da rua uma inscrição antiga de difícil descrição:

D. O S P Y O? A E E S A Nº, 666. ã

Telhado de duas águas. A fachada da Capela é encimada por um campanário e uma Cruz. Num dos vértices da Capela encontra-se um pináculo de dimensão acentuada.

Não foi possível a entrada na Casa, mas pelas fotografias que se conseguiram tirar do exterior constata-se que nas traseiras da Casa se encontram outras construções que se presume estarem ligadas a arrecadações e espaços para os animais. Um espigueiro. Espaço de cultivo. Por informação do caseiro, o mesmo ainda paga a sua renda anual ao seu senhorio, com quatro carros de milho.

ANEXO 31. QUINTA DA PENA





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Pena – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua de Alzira Pacheco/Rua Padre Joaquim/Rua 25 de Abril/Rua das Colectividades

FREGUESIA – Perosinho, Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Razoável

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecido

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Requer pesquisa

ORAGO – S. Salvador

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Requer pesquisa

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Situa-se à ilharga no núcleo antigo de Perosinho, próxima da Igreja. A poente, todo o vale até ao sopé da Serra de Canelas constitui exploração agrícola integrada na Quinta. A Quinta tem uma forte relação paisagística com a Serra. É atravessada por uma obra hidráulica antiga, um canal, que regularizou uma linha de água existente. Os muros e calçadas em granito de aparelho irregular, além de outras construções existentes (tais como: esteios das ramadas, canais das levadas de água em granito, engenho, mirante), são estruturas a salvaguardar. Não obstante esta qualidade, a Quinta é muito penalizada por usos introduzidos mais recentemente e que incluem um campo de tiro, estufas em plástico e uma pocilga. Casa de Arquitetura erudita de meados do séc. XIX. Planta em L estruturada em torno de um pátio que estabelece a relação com a rua. Volume de dois pisos e um mirante do lado poente. O mirante é um torreão com grande presença, quer do pátio quer da Quinta, designadamente porque é por baixo desse que se situa o portão. Composição com rigor métrico. A sul existe um jardim romântico desenhado na tradição francesa.

Casa de estrutura portante em alvenaria de pedra rebocada e pintada. Travejamentos de madeira revestidos a telha de barro na cobertura. Moldura dos vãos em granito aparente. Fenestração de guilhotina e portas de madeira pintada. Cunhais do mirante e platibanda em pedra trabalhada. O beiral do telhado do pátio é trabalhado em madeira ou ferro pintado. O portão da entrada em ferro forjado. (PDM)

ANEXO 32. CASA AGRÍCOLA





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Casa Agrícola – Quinta, Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua de Gende/Travessa n.º 2 de Gende

FREGUESIA – Sandim, Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Casa Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Mau

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

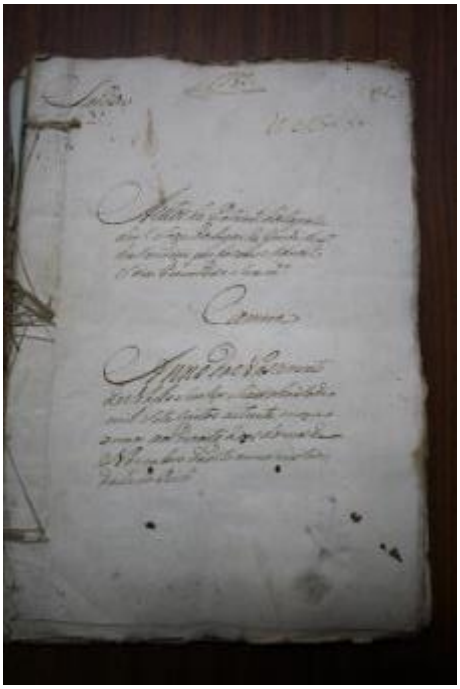
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Final do séc. XVIII (DMPCC)

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Não consta

ORAGO – S. José

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Manuel José Fernandes, 1789 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/488)

A Capela mostra o registo do ano de 1730. É possível que a sua construção tenha sido nessa data e o pedido para o funcionamento da mesma tenha sido em 1789 conforme os Autos de Património da Capela.



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Em estudo

ANEXO 33. QUINTA DO CAMPO BELO





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta do Campo Belo ou Paço do Campo Belo, incluindo a Capela e todo o seu conjunto circundante, nomeadamente os jardins.

LOCALIZAÇÃO – Rua de Rei Ramiro, 25

FREGUESIA – Santa Marinha, Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Arquitetura civil residencial

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

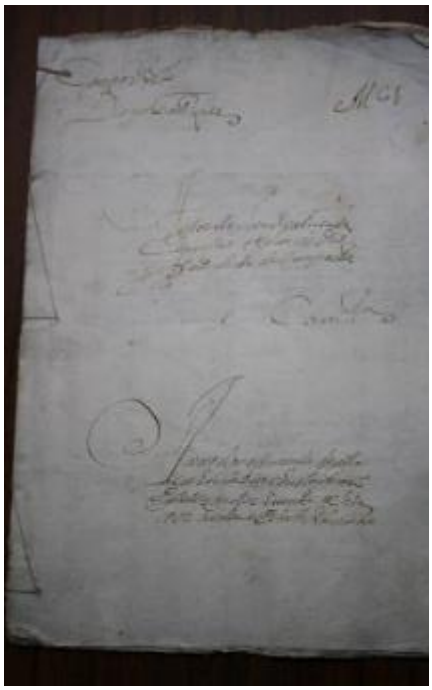
INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Casa primitiva remonta ao séc. XV

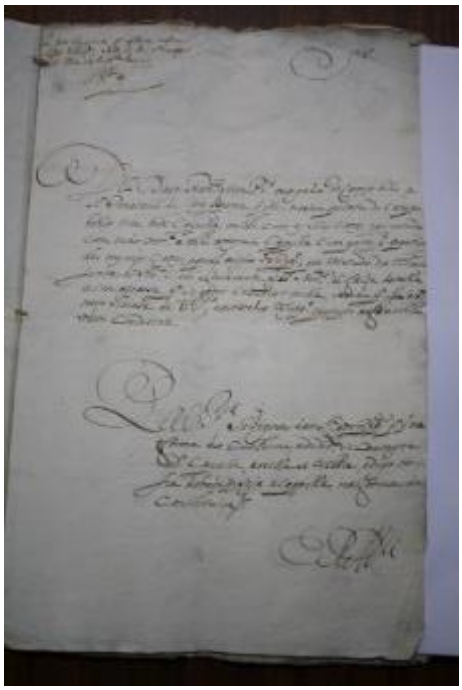
MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta

ORAGO – N. Sr.ª da Conceição

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Diogo Francisco Leite, 1727 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/567)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – A Quinta é composta por Casa, Capela e dependências agrícolas. A Casa tem a tipologia da Casa-Torre de planta em U. O portão de entrada é encimado por três pináculos e na parte central tem o Brasão de pedra/armas da família.

> O imóvel, construído no século XVII, foi alvo de intervenções nas centúrias seguintes. Ainda que, muito possivelmente, a Casa tenha pertencido sempre à mesma família, o título de Campo Belo é mais recente, tendo sido criado pelo Rei D. Luís, em fevereiro de 1887, para distinguir aquele que foi o seu primeiro titular - Adriano de Paiva de Faria Leite Brandão, natural de Braga (1847-1907), que se salientou na área da Física e Química.
>
> A Casa apresenta uma configuração singular, que se desenvolve numa planta em "U", onde se enquadra a habitação, a capela e a torre. Esta última remata um dos topos do conjunto, recordando o modelo medieval da denominada casa-torre, o primeiro tipo evoluído da residência nobre portuguesa que se manteve ao longo dos séculos, principalmente no norte do país. De três andares, a torre desenvolve-se em altura, contrastando vivamente com o restante imóvel também ao nível dos materiais.
>
> Do lado oposto, a capela é uma construção de cariz barroco, onde se percebe já a influência rococó nos concheados das molduras e recortes dos vãos. A fachada, de dimensões reduzidas, é dominada pela composição central que engloba o portal, a janela superior e o brasão da família. A frontaria termina em frontão contracurvado, com cruz no eixo central e fogaréus laterais. O alçado lateral é rasgado por duas grandes janelas, e o oposto liga-se à casa através de uma secção reduzida, em ângulo recto com o corpo principal.
>
> Este, em forma de "L", apresenta uma arcaria no piso térreo, cujo ritmo é interrompido pelas escadas exteriores de acesso ao andar nobre. Situação semelhante acontece ao nível do piso superior, onde se abrem múltiplos vãos, entre uma arcaria recta formada por colunas de capitel dórico, sendo a sua leitura quebrada pela porta principal, antecedida por um alpendre. (Carvalho citado por Direção-Geral do Património Cultural, s.d.b)

Sobre a Arquitetura da Casa primitiva, que passa por várias épocas, ela é composta por Solar e dependências agrícolas vernáculas, integrando Casas de assalariados, rodeada por um grande jardim e mata. Solar do tipo "Casa-Torre", de planta ligeiramente irregular, em U, integrando Capela longitudinal, de nave única, e torre quadrangular em cada um dos braços. Da construção primitiva quatrocentista resta a torre, com reformas maneiristas ao nível das fachadas, e a ala que se lhe segue, profundamente remodelada no séc. XVIII, segundo o gosto barroco, tal como aconteceu com a outra ala, ambas percorridas superiormente por varanda corrida, alpendrada, suportada por colunata, com acesso ao piso Nobre por escadaria a terminar em alpendre. O corpo que faz a interseção das duas alas corresponde ao salão nobre, e poder-se-á atribuir ao último quartel do séc. XVI, com chaminés cónicas nos ângulos, tal como o portal principal exterior, de verga, boleada, encimado por pedra de armas e pináculos.

A Capela, de construção Barroca, apresenta ao nível das fachadas já uma decoração rococó, com uso profuso de concheados associados a elementos fitomórficos e florais.

O jardim barroco é disposto ao longo da encosta, voltado à paisagem em três patamares, como um anfiteatro, o superior com organização formal com canteiros de buxo e zona de estar com sebes de camélias topiadas, estatuária, bancos com pés volutados, conversadeiras e urnas, e o inferior com zona de pomar de citrinos. No extremo da propriedade desenvolve-se densa mata, com acesso por caminhos que partem do jardim, alguns com latadas de vinha.

As pilastras que dividem os panos da fachada principal da torre sobrepõem-se às ombreiras das janelas, criando uma estreita composição vertical, com a simulação do prolongamento das molduras e união das janelas.

A Torre possui ao nível do remate altos pináculos a imitar torreões, procurando simetria com as originais chaminés cónicas do corpo do salão nobre, destacado em altura entre as duas alas. As chaminés que correspondem interiormente a quatro lareiras existentes nos cantos do salão nobre, terão sido inspiradas na forma das chaminés do Paço da Vila de Sintra. O jardim alberga pormenores notáveis de camélias, algumas das quais, segundo a tradição, poderão ser as mais antigas da Europa, trazidas do Japão por um antepassado para a Casa do Campo Belo, no séc. XVI.

Classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP).

Decreto n.º 129/77, Diário da República, I Série, n.º 226, de 29-09-1977, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica.

ANEXO 34. QUINTA DO CHOUPELO



Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta do Choupelo de José de Azevedo e Sousa – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua Barão de Forrester, 404

FREGUESIA – Santa Marinha, Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Urbana

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

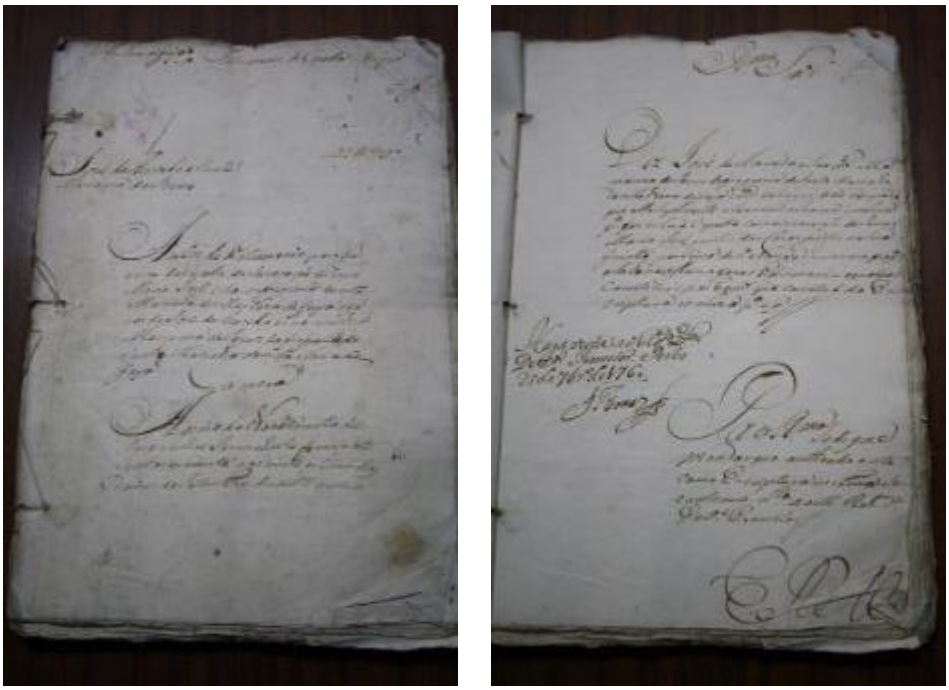
INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Paisagístico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – 1760

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Não consta

ORAGO – Jesus Maria José

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – José de Azevedo e Sousa, 1760 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/483)



a) b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Trata-se de um edifício de três pisos sendo o primeiro e segundo andares destinados a habitação. A nível da fachada encontram-se sete janelas no primeiro andar e nove janelas no segundo. As portas de entrada situam-se de cada um dos lados da fachada, ao nível do primeiro andar o acesso é feito por duas escadarias em granito bastante discretas. Adjacente ao edifício da Casa, para poente, encontra-se uma Capela adossada, cujo Orago tem invocação a Jesus, Maria e José. A Casa não tem qualquer Brasão nem consta ou existe qualquer indício de que o tivesse.

ANEXO 35. CASA E CAPELA DE SÃO TOMÉ





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua de S. Tomé, 1/Rua de S. Vicente de Ferrer

FREGUESIA – São Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Casa Rural Senhorial

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

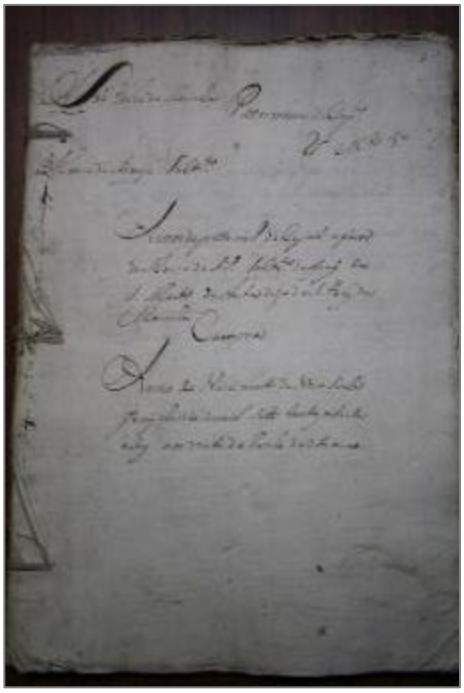
INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Arqueológico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Em estudo

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Informação imprecisa

ORAGO – S. Tomé

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Maria Araújo, 1785 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/473)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Localiza-se numa cota elevada face à EN1-15 e no cruzamento com vários arruamentos que estabelecem a ligação entre vários núcleos rurais. A nascente mantém-se no essencial toda a estrutura pré-existente rural, enquanto a poente sofreu forte transformação urbanística alterando a escala e a relação visual que a Capela mantinha com o Mar. Casa de rés-do-chão e andar com Capela adossada a norte/poente de composição erudita. O volume com dois pisos, sendo o térreo de apoio à agricultura – adega e arrecadações – e o andar para habitação. Planta original em L. Fachada voltada para a rua com maior rigor compositivo, com marcação quer da entrada principal da habitação, quer da Capela. Estrutura em alvenaria de pedra rebocada e pintada. Beiral em telha. Travejamentos em madeira revestidos a telha de barro. Soalho de madeira. Caixilharias de guilhotina em madeira pintada

ANEXO 36. QUINTA DA CAPELA DA SENHORA DA GRAÇA



Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Capela da Senhora da Graça – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua Senhora da Graça (entre 108 e 114)

FREGUESIA – Sermonde, Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Casa Rural Senhorial

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Arqueológico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO - Desconhecido

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Informação imprecisa

ORAGO – Nossa Senhora da Graça

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Requer pesquisa

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Originalmente a Capela era parte integrante de uma Casa agrícola, tendo essa sido profundamente alterada, mantem-se, todavia, o portão de entrada para o pátio que estabelece com a fachada da Capela uma relação de escala e de linguagem coerente. A fachada da Capela está no alinhamento do eixo que daí se desenvolve atá ao Largo homónimo, apresentando-se frontalmente e com uma relação intensa com o espaço público. Pilastras encimadas por pináculos de ponta boleada. Frontão quebrado com curvas e contracurvas rebocado e pintado, rematado por cruz. Interiormente, a Capela é completa em todos os seus elementos e materiais, carecendo de obras de beneficiação.

Estrutura portante em alvenaria de pedra. Travejamentos em madeira. Alvenaria rebocada e pintada. Teto em madeira. (PDM)

ANEXO 37. CASA E CAPELA DE PASSOS







Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Casa e Capela de Passos – Quinta

LOCALIZAÇÃO – Rua de Passos, 636

FREGUESIA – Serzedo, Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Deteriorado

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Desconhecido

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Informação imprecisa

ORAGO – Desconhecido

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Requer pesquisa

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Casa e Capela cintada por um muro adossado, com uma entrada direta pela rua para o piso da cave e outra pelo lado nascente para o segundo piso, através de um pátio contíguo ao espaço público. A Casa é um volume formado por vários corpos que isolam um pátio interior. O corpo de maior desenvolvimento é de planta retangular e tem dois pisos: a cave resolve o desnível entre o arruamento e a plataforma do pátio; o piso superior é o de habitação. Fenestração original de abas e portas em madeira pintada.

A Capela remata o corpo da Casa no topo nascente revelando-se no espaço público. Composição com rigor métrico e marcação de elementos portantes, beiral e pilastras encimadas por dois pináculos. A fachada da Capela é composta por uma porta em madeira pintada e moldurada por duas pilastras terminando com um arco de volta perfeita, salientando-se no fecho do mesmo uma cruz. A fachada é completada com um frontão triangular de onde se ergue uma cruz de grande dimensão. Estrutura em alvenaria de pedra com reboco e pintura. Revestimento da Capela em azulejo sendo que na fachada nascente ainda se encontra intacto, mas a norte encontra-se muito deteriorado. Travejamentos em madeira revestidos a telha, em perigo de ruína.

ANEXO 38. QUINTA DE SOEIME ou QUINTA DAS FONTES







Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta de Soeime – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua dos Heróis do Ultramar/Rua do Comendador Inácio de Sousa/Rua Água da Sombra

FREGUESIA – Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

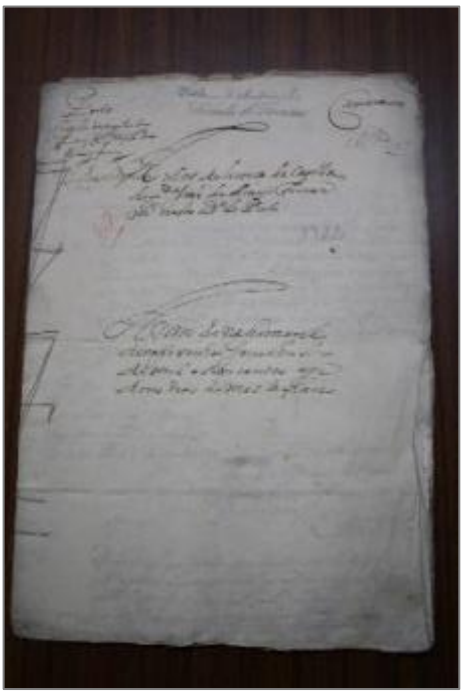
INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico e Arqueológico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Em 1630 pertencia ao Conde de Miranda, D. Diogo Lopes de Sousa (Costa & Costa, 2013, p. 514)

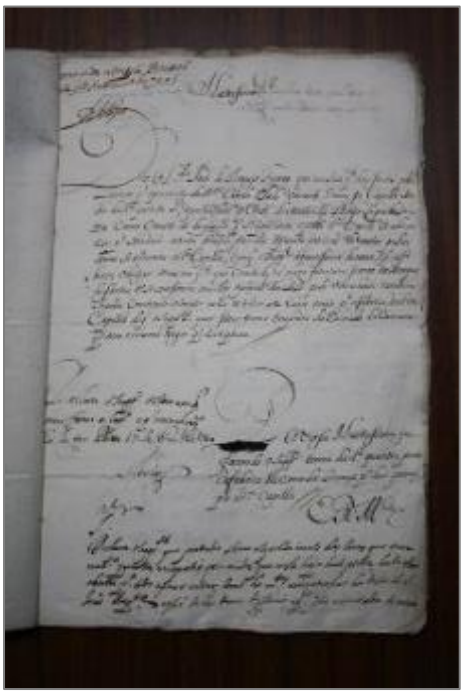
MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 - Consta

ORAGO – S. João Baptista

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – João Araújo Ferraz, 1722 – Doc. a) e b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/697)



a)



b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – À época o sítio da construção ocupava uma cota intermédia entre o pinhal do Monte da Virgem e terrenos agrícolas a sul e a nascente. A uma cota mais abaixo situava-se outra Quinta com a mesma importância, a do Paço de Vitorino. A norte estruturava-se um núcleo centrado à volta da Igreja Paroquial. Em tempos mais recentes, a envolvente contígua da Quinta sofreu um processo de urbanização (loteamentos de habitação uni e multifamiliar) e de infraestruturação viária (IP1) que são descaracterizadores da ambiência única desta unidade rural. A Quinta subsiste até hoje como uma paisagem exemplar de tipologia que constitui mata, terrenos de cultivo, árvores de frutos, jardins e cerca que a rematam. Arquitetura erudita. A distância entre o portão de entrada e o pátio nobre é resolvida por um eixo de grande extensão. As adegas, arrecadações, espigueiro e habitação do caseiro situam-se afastadas da Casa principal, espelhando uma hierarquia vincada das várias funções dos espaços o que remete para a sua antiguidade. O pátio é claramente definido pelo volume da habitação (com Capela) e por um elemento de composição que integra uma fonte (S. João). Ao volume longitudinal da Casa foi acrescentada uma ala no sentido transversal que configura um jardim posterior. Este espaço é um jardim barroco de buxo com cameleiras e uma fonte central de usufruto restrito aos residentes da Casa. A Quinta de Soeime é talvez, das Quintas estudadas,

aquela que melhor expressa o “sentir” do jardim barroco português pela sua estrutura, havendo influências de leitura romana pelo esquema geometrizado do jardim. Casa e dependências predominantemente com dois pisos. Acesso do pátio ao piso Nobre através de dupla escadaria central. Composição simétrica. A articulação entre o volume longitudinal e a ala tem um elemento de transição com arco abatido. Estrutura de alvenaria de pedra. Travejamentos de madeira revestidos de telha. Marcação das pilastras em granito aparente trabalhado e remates com pináculos. Molduras dos vãos em granito. Fenestração em caixilharia de guilhotina em madeira pintada.

ANEXO 39. QUINTA DE BAIXO ou QUINTA DOS CONDES DE PAÇO DE VITORINO









Fonte: Imagens de Daniel Monteiro.

DESIGNAÇÃO – Quinta de Baixo ou Quinta dos Condes do Paço de Vitorino – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua de Mariz/Rua de S. João Baptista

FREGUESIA – Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Quinta Rural

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Mau

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico, Paisagístico e Arqueológico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO - Remonta ao século XVII

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Consta

ORAGO – S. João Baptista

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Requer pesquisa

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Casa de planta em U, a estrutura está construída em dois registos diferenciados como sendo o piso térreo e piso Nobre, com escadaria no corpo central de lances opostos e Capela adossada a uma das alas, com acesso dos proprietários pelo interior e com uma porta principal no exterior. A Casa está inserida num grande espaço de terreno onde se sente a ligação orgânica entre os que habitavam a Casa e os trabalhadores que faziam produzir a terra. A decoração propriamente dita da fachada da Casa, não se pode considerar grandiosa no sentido estilístico, no entanto devemos referir a varanda alpendrada no andar Nobre que permite o percurso a todos os aposentos, com a decoração de relevante importância, ou seja, uma colunata arquitravada que suporta o telhado de quatro águas, sendo que os colunelos de ordem toscana assentes na platibanda fazem o ritmo de uma Arquitetura formal e simétrica. No piso térreo, composto por arcadas, a estrutura está marcada pelos vãos ritmados da verticalidade das pilastras que fazem nascer os arcos de volta perfeita.

A Capela, também de acesso à população, tem como Orago S. João Baptista, mas tal como a Casa, encontra-se em profunda degradação. No interior, fazia parte da decoração, no altar, um retábulo em talha dourada ao estilo Joanino, e ainda visível se encontra uma balaustrada que remata o coro alto. (PDM)

ANEXO 40. QUINTA DA BOA NOVA ou QUINTA DA CONDESSA DE S. TIAGO DE LOBÃO





Fonte: Imagens da Autora.

DESIGNAÇÃO – Quinta da Boa Nova ou Quinta da Condessa de S. Tiago de Lobão – Casa e Capela

LOCALIZAÇÃO – Rua Doutor Flórido Toscano – EN1-15, 20

FREGUESIA – Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia

TIPOLOGIA – Casa Urbana Senhorial

ESTADO DE CONSERVAÇÃO – Bom

INTERESSE PATRIMONIAL – Arquitetónico

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Séc. XIX (DMPCC)

MEMÓRIAS PAROQUIAIS 1758 – Informação imprecisa

ORAGO – Nossa Senhora da Boa Nova

NOME DO REQUERENTE E DATA DO AUTO DO PATRIMÓNIO DA CAPELA – Tomás Rocha Pinto, 1787 – Doc. a) a b) (Documento de Arquivo: PT/AEP/DP/CUR-SGC/486)



a)



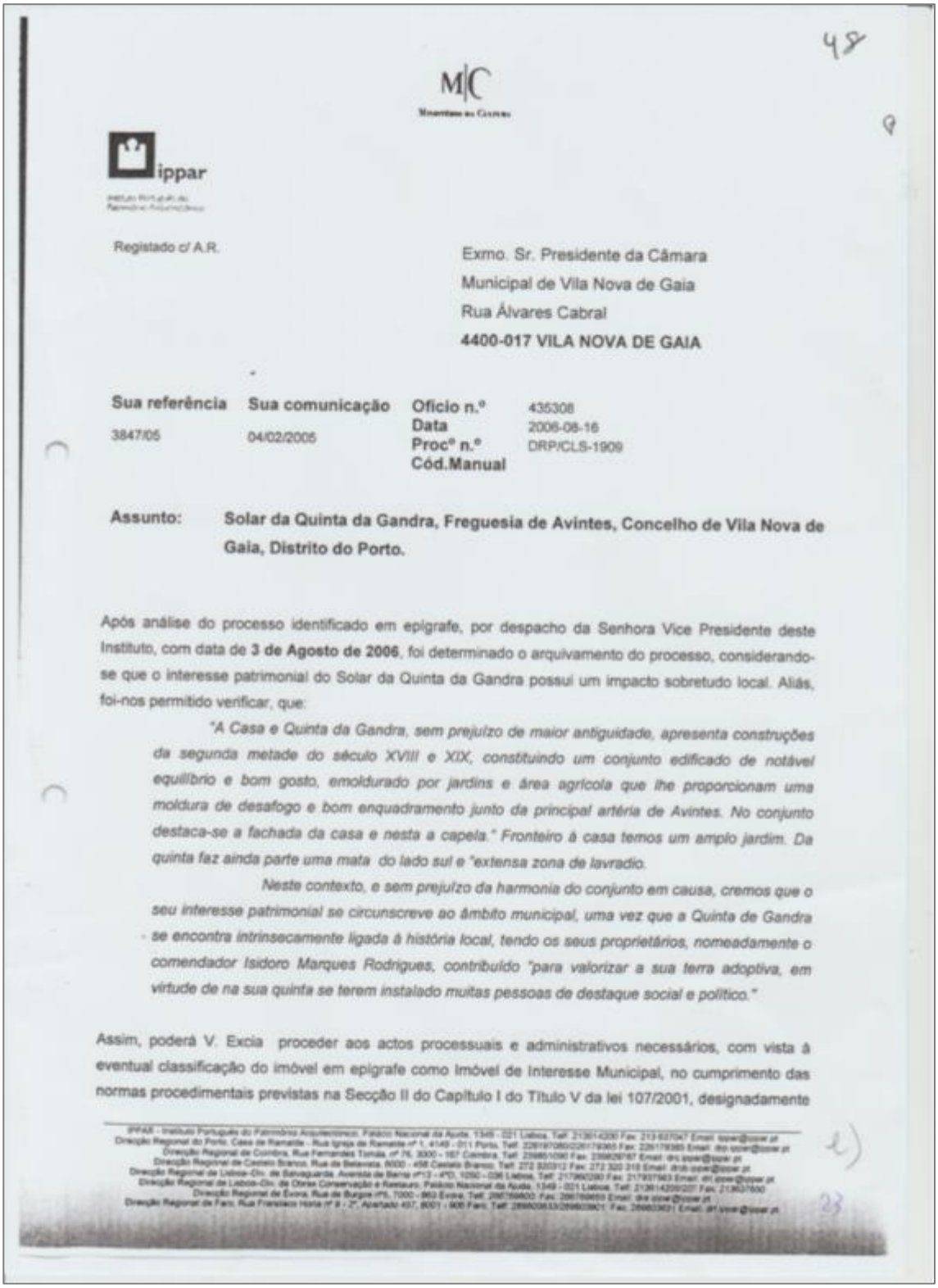
b)

CARACTERÍSTICAS TIPOLÓGICAS – Localiza-se face à antiga Estrada que ligava o Porto a Espinho, atravessando um território outrora pontuado por quintas apalaçadas, as quais ainda subsistem na sua maioria. À época da sua construção a propriedade estendia-se para sul e poente da demarcação atual, conferindo ao edifício a importância devida na sua relação de escala com a envolvente. Situa-se numa plataforma com uma forte relação visual com o Monte de S. Caetano e respetiva Capela, assim como com a Igreja Matriz da freguesia (antigo Solar dos Camelos). Apesar das transformações no território decorrentes de intervenções não planeadas, os núcleos de cariz rural nas imediações desta propriedade ainda mantêm a traça original. Constitui um traçado regulador da envolvente direta, nomeadamente da “Vila Alice”.

Arquitetura erudita. Volume de dois pisos. Capela adossada com acesso principal pelo exterior. Composição simétrica do alçado anterior. Cobertura em telhado que se projeta do alçado colocando em evidência a Capela, a entrada principal e o tomo Norte (este por razões de simetria). Sendo uma Casa apalaçada, ambos os pisos eram de habitação e o acesso ao piso Nobre efetuado por escada interna. O jardim posterior deu lugar a construções de apoio à função corrente do edifício (Escola de Música e Dança).

Estrutura portante em alvenaria de pedra rebocada e pintada e revestida a azulejo no segundo piso. Travejamentos de madeira revestidos a telha de barro. Molduras dos vãos, elementos portantes e remates em pedra de granito aparente. Portas e janelas em madeira pintada. Janelas originais de guilhotina. Embasamento que se presume primitivamente em pedra à vista. (PDM)

ANEXO 41. CLASSIFICAÇÃO DA QUINTA DA GÂNDARA COMO IIM- IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL



48

M|C

ippar

Registado c/ A.R.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Municipal de Vila Nova de Gaia
Rua Álvares Cabral
4400-017 VILA NOVA DE GAIA

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	435308
3847/05	04/02/2005	Data	2006-08-16
		Proc.º n.º	DRP/CLS-1909
		Cód.Manual	

Assunto: **Solar da Quinta da Gandra, Freguesia de Avintes, Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto.**

Após análise do processo identificado em epígrafe, por despacho da Senhora Vice Presidente deste Instituto, com data de **3 de Agosto de 2006**, foi determinado o arquivamento do processo, considerando-se que o interesse patrimonial do Solar da Quinta da Gandra possui um impacto sobretudo local. Aliás, foi-nos permitido verificar, que:

"A Casa e Quinta da Gandra, sem prejuízo de maior antiguidade, apresenta construções da segunda metade do século XVIII e XIX, constituindo um conjunto edificado de notável equilíbrio e bom gosto, emoldurado por jardins e área agrícola que lhe proporcionam uma moldura de desafogo e bom enquadramento junto da principal artéria de Avintes. No conjunto destaca-se a fachada da casa e nesta a capela." Fronteiro à casa temos um amplo jardim. Da quinta faz ainda parte uma mata do lado sul e "extensa zona de lavradio.

Neste contexto, e sem prejuízo da harmonia do conjunto em causa, cremos que o seu interesse patrimonial se circunscreve ao âmbito municipal, uma vez que a Quinta de Gandra se encontra intrinsecamente ligada à história local, tendo os seus proprietários, nomeadamente o comendador Isidoro Marques Rodrigues, contribuído "para valorizar a sua terra adoptiva, em virtude de na sua quinta se terem instalado muitas pessoas de destaque social e político."

Assim, poderá V. Excia proceder aos actos processuais e administrativos necessários, com vista à eventual classificação do imóvel em epígrafe como Imóvel de Interesse Municipal, no cumprimento das normas procedimentais previstas na Secção II do Capítulo I do Título V da lei 107/2001, designadamente

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, Palácio Nacional da Ajuda, 1349 - 021 Lisboa, Telf. 213614200 Fax. 213637047 Email: ippar@ippar.pt
Direcção Regional do Porto, Casa de Ramalde - Rua Igreja de Ramalde nº 1, 4149 - 011 Porto, Telf. 226187060/226178365 Fax. 226178385 Email: drp.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Coimbra, Rua Fernandes Tomás, nº 76, 3000 - 167 Coimbra, Telf. 239850090 Fax. 239829787 Email: drc.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Castelo Branco, Rua da Beleveia, 6000 - 458 Castelo Branco, Telf. 272 320312 Fax. 272 320 315 Email: drcb.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Lisboa-Div. de Salvaguarda, Avenida da Barra nº12 - 4ºD, 1250 - 036 Lisboa, Telf. 213960280 Fax. 213937963 Email: drl.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Lisboa-Div. de Obras Conservação e Restauro, Palácio Nacional da Ajuda, 1349 - 021 Lisboa, Telf. 213614200/207 Fax. 213637550
Direcção Regional de Évora, Rua de Burgos nº5, 7000 - 863 Évora, Telf. 266759600 Fax. 266759650 Email: dre.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Faro, Rua Francisco Horta nº 8 - 2º, Apartado 457, 8001 - 906 Faro, Telf. 289806633/289803901 Fax. 289803401 Email: drf.ippar@ippar.pt

23

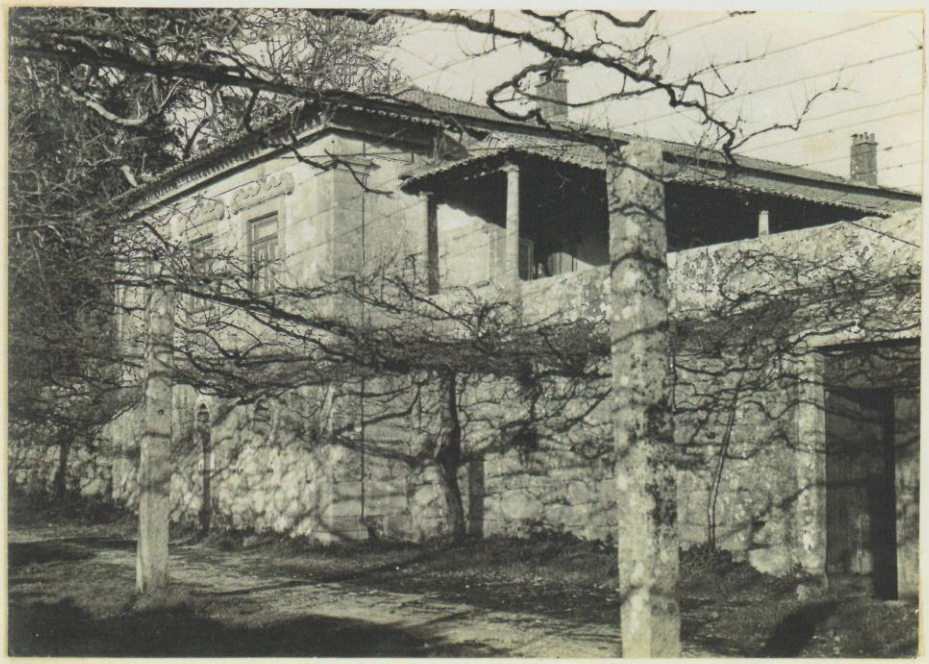
Documento cedido por: DRCN-Direção Regional da Cultura do Norte - DRP/CLS-1909

ANEXO 42. PEDIDO DE CLASSIFICAÇÃO E RESTAURO DO SOLAR DOS CONDES DE RESENDE



2





MINISTERIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
SECRETARIA DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
REPARTIÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

3

PATRIMÓNIO
ENTRADA N.º 1114
8 FEV 1979

Exmº. Senhor 75/25-17(2) 23-2-79
Director-Geral do Património Cultural
Rua Ocidental ao Campo Grande, 83
(Edifício da Biblioteca Nacional)

LISBOA

S/ referência	S/ comunicação de	N/ referência	Praça do Comércio Ala Oriental LISBOA - 2
		580	

-8. FEV. 1979

Pela Junta de Freguesia de Canelas, concelho de Vila Nova de Gaia, foi solicitado a esta Direcção-Geral a classificação e restauro do Solar dos Condes de Resende.

Sobre o assunto, tenho a honra de informar V.Exª. de que o Solar em causa é uma construção do séc.XVIII, de feição arquitectónica singela, de características inferiores a outras existentes na localidade, a qual, por isso, se considera não reunir as condições mínimas para se encarar qualquer classificação.

No entanto, julga-se que sobre o problema deveria ser ouvida a Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural.

Para melhor esclarecimento juntam-se 4 fotografias do conjunto.

Com os melhores cumprimentos.

O Director-Geral

...../..... AR.

Mod. 01 — 10 000 ex. — 4-77 — S. G. L. C.

4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Encaminhado
à C.O.I.S.P.C.N.
5.3.79

ASSUNTO:

79/25-JJ(2)

INFORMAÇÃO

Para fim o assunto deve ser levado, para apreciação, à Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural.

Pas, S. Exª. determinará

Lisboa 28/2/79

Mod. PC-4

5

10. MAR. 1979

COMISSÃO ORGANIZADORA DO INSTITUTO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL
Proc.º 73/163(79)
Em 101 31 79

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Organizadora do
Instituto de Salvaguarda do Património
Cultural e Natural
Alameda D. Afonso Henriques, nº60 3º-Dº
LISBOA - 1

79/25-17(2)

-9 MAR. 79-002887

A fim de ser submetido a apreciação dessa Comissão, junto envio o processo desta Direcção-Geral nº 79/25-17(2) instruído com os processos nºs _____

Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR-GERAL,

SM/AF

6

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

COMISSÃO ORGANIZADORA DO
INSTITUTO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL

ASSUNTO: Classificação do Solar dos Condes de Resende, freguesia de Canelas, Vila Nova de Gaia

HOMOLOGO
14/12/79

DELIBERAÇÃO

A Comissão Organizadora do I.S.P.C.N. delibera devolver o presente processo à Direcção-Geral, a fim de o mesmo ser devidamente informado pelos seus Serviços.

Lisboa, em 13 Dezembro de 1979,

O PRESIDENTE,

Viana de Lima

Soc
18-12

MINISTÉRIO DA CULTURA E CIÊNCIA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

O processo deverá ser presente ao Sr. D. Samuel de Matos para informar
8-1-1980

ASSUNTO:

79/DS-27(3)

INFORMAÇÃO

Em face do solicitado pela Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, V. Ex.ª dignar-se-á determinar qual o técnico que se deve pronunciar sobre o assunto.

Em 7-1-80
Maria do Céu

Mod. PC-4

Enviar a D.R. Porto 8
7.12.92

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL

79/25-17(2)

Carcavelo. Aguarde-se deslocação de um técnico ao Porto que documentará e informará devidamente o processo
19.2.81

ASSUNTO:

INFORMAÇÃO

Face à informação, contida no ofício da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, de que existem outros edifícios perto deste de melhor qualidade, foi julgada necessário a deslocação de um técnico a esta freguesia, a qual até ao presente não se pôde concretizar.

Assim parece de aguardar a fim de não se proceder à classificação isolada de um imóvel, existindo nas suas proximidades outros mais merecedores, o que dará exteriormente a imagem de ausência de qualquer critério na escolha dos edifícios a classificar.

Superiormente se determinará.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 1981.

Mod. PC-4

OFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE CANELAS REFERENTE AO

SOLAR DOS CONDES DE RESENDE

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Canelas, referente à aquisição, por parte da Câmara, do Solar dos Condes de Resende, sito na Rua do mesmo nome, daquela freguesia.

A Câmara, depois de ponderar o assunto, deliberou iniciar contactos com os proprietários no sentido da aquisição, deliberando ainda, encarregar o Senhor Fernando Barros de proceder a uma primeira indicação quanto a preços.

PEDIDO DE SUBSÍDIO

A Câmara tomou conhecimento de um ofício que foi dirigido ao Senhor Presidente, pelo Provedor da Misericórdia de Gaia, solicitando a atribuição de um subsídio de Esc. 600 000$00, para cobrir as despesascom as obras efectuadas nos Lares Salvador Brandão e José Tavares Bastos.

A Câmara, para poder pronunciar-se, deliberou solicitar o envio de uma memória descritiva das obras e dos respectivos custos.

PROPRIEDADE HORIZONTAL

Foi apresentado um pedido para efeito de constituição de regime de propriedade horizontal do prédio sito na Rua Conde Silva Monteiro, 460, e 468, da freguesia de Oliveira do Douro, em que é requerente ARMINDA MARQUES TAVARES.

Junto ao processo, encontra-se uma informação prestada pelos Serviços Jurídicos, em cumprimento de uma deliberação anterior, quanto à existência de um armazém nas trazeiras do referido prédio, onde se diz que as duas construções constituem dois prédios urbanos distintos, cada um com inscrição matricial própria.

Nestas circunstâncias, a Câmara, concordando com a informação, deliberou considerar em regime de propriedade horizontal o prédio sito na Rua Conde Silva Monteiro nºs 460 e 468, freguesia de Oliveira do Douro, propriedade de ARMINDA MARQUES TAVARES, dado que pelo auto de vistoria, apenso ao processo se vê que o mesmo reune as condições necessárias para o efeito.

10

CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA

SERVIÇOS TÉCNICOS

ANO 1979

INFORMAÇÃO N.º

PROCESSO N.º Doc. Nº 6

DATA ___/___/___

FREGUESIA DE _____

ASSUNTO: _____

Estado de conservação: Está práticamente abandonado, com graves mutilações nos seus elementos originais, com elementos decorativos e de pintura irrecuperáveis e com a marca da ruína que se adivinha a médio prazo se não fôr alvo da atenção que deve merecer.

Destino útil: Parece-nos uma propriedade talhada para as duas primeiras funções que a Junta de freguesia de Canelas a propõe desde que as obras de recuperação a que se deve proceder por fases sejam realizadas sob a vigilância de um técnico de reconhecida competência.

Valor da propriedade: Embora nos falte capacidade para avaliar obra de uma grandeza que nos diminui e que por isso mais nos escandaliza o seu abandono parece-nos de atribuir à propriedade em função apenas dos elementos materiais existentes o seguinte valor:

Terreno no seu conjunto:	8.264 m2 x	120$00 =	991 000$00
Espaços cobertos (cave + rés do chão)	716 m2 x	4 000$00/m=	2 864 000$00
Muros	1.200 m2 x	300$00/m=	360 000$00
Tanque e águas correntes			250 000$00
		TOTAL ::::::	4 465 000$00

O Conservador de Escolas,

11

CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA

SERVIÇOS TÉCNICOS

ANO 1979

INFORMAÇÃO N.º

PROCESSO N.º

Dez. 84

DATA 4 / 7 / 79

FREGUESIA DE CANELAS

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DO SOLAR DOS CONDES DE RESENDE

9.7.79

Exmº. Senhor Presidente da Câmara

Em cumprimento do deliberado pela Exmª. Câmara em sua reunião de 20.6.79 sobre o assunto em epígrafe julgo de relatar o seguinte quanto ao prédio em causa.

Situação: O prédio está situado no lugar de Aldeia de Negrelos à margem de um caminho que se julga ter sido em outros tempos privativo da propriedade, em ambiente desafogado, na encosta poente da Serra de Negrelos, dominando o Oceano Atlântico, numa grandeza que se perde na linha do horizonte.

Características: É uma propriedade mista com 8.300 m2 de área de forma poligonal irregular, vedada com um muro de alvenaria com 3,00m de altura média, em cujo espaço se destaca uma casa solarenga, de cave e rés do chão elevado e com Capela privativa.

O terreno livre desenvolve-se em socalcos no sentido poente-nascente com ramadas, espaços de cultivo, pomares e uma área ajardinada com predomínio de camélias numa cortina maciça que protege o solar pelo lado Norte. Dispõe de água de nascente com origem na Serra de Negrelos e que é represada em dois tanques.

.../...

12 S. E. Escrita Nº

Júlio de Oliveira Santos
SOLICITADOR ENCARTADO
Escritório:
RUA DE TRAS, 7-2.º (aos Lóios)
Telefones 27533 e 27534
PORTO

Exmº. Senhor
Presidente da Camara Municipal de
VILA NOVA DE GAIA

Aos Serviços Técnicos
30 OUT 1979
Em
O PRESIDENTE

Doc. Nº 13

Refª.: Oficio nº. 9758 de 20 de Setembro de 1979
-"Solar dos Condes de Rezende"-

Exmº. Senhor Presidente,

Só agora tenho possibilidade de acusar o oficio de V. Exª., porque tive de contactar com os herdeiros da Exm Srª. D. Margaria Elvira Pereira Machado de Castro.

A única herdeira daquela senhora, é sua filha, D. Maria Benedita de Castro, que se encontra internada numa casa de saíde.

Porque foi decretada a interdição por incapacidade mental, é tutora uma sua filha.

Assim, qualquer transacção que venha a realizar-se, terá de ser sempre atravez do inventário que corre termos nesta comarca do Porto.

A tutora e demais familia e eu, como testamenteiro da Srª. Condessa de Resende, acordamos em proceder a uma avaliação do Solar para o que, já foi encarregado um engenheiro.

Oportunamente, voltarei a contactar com V.Exª

Apresentando os meus cumprimentos, com consideração, subscrevo-me

De V. Exª.
Mtº. Atº. e Obrgº.

Porto, 26. Outubro. 979

CÂMARA MUNICIPAL DE V.N. DE GAIA
017664 30 OUT. 7
ENTRADA

13

S. R.

JUNTA DE FREGUESIA DE CANELAS
VILA NOVA DE GAIA
4415 CARVALHOS

Doc. Nº

Dep. Serviços Técnicos

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal
VILA NOVA DE GAIA

01863 -4 FEV. 80

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Canelas-V. N. de Gaia
		26	29 JAN/80

ASSUNTO: Solar Condes de Resende

Tendo conhecimento de que há já cerca de dois meses, os herdeiros dos Condes de Resende mandaram a esta freguesia dois avalistas para aquilatarem da justeza da proposta da Câmara para a aquisição do Solar sito na Rua Nuno Brito e Cunha com ligação para Condes de Resende, nesta freguesia, peço a V. Exª mande informar esta Junta se os herdeiros apresentaram já a contra-proposta.

Caso negativo, solicito que os serviços camarários, incumbidos do processo, renovem o pedido de urgência na resposta.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta

José Heitor Meireles Carvalheiras

S. R.

Doc. Nº 15

JUNTA DE FREGUESIA DE CANELAS

VILA NOVA DE GAIA

4415 CARVALHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE V.N. DE GAIA
004534 ENTRADA

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal
VILA NOVA DE GAIA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Canelas-V. N. de Gaia
		51	14 MAR/80

ASSUNTO Solar dos Condes de Resende

Encontrando-se práticamente em ponto morto as negociações que decorriam entre a Câmara e os Herdeiros dos Condes de Resende com vista á aquisição do Solar s to na Rua dos Condes de Resende (a Brito e Cunha), situação provocada pela falta da apresentação da contraposta destes áproposta camarária, e pela não-insistência da Câmara em solicitar a resposta daqueles herdeiros, venho por este meio solicitar a V. Exª se digne mandar o sector competente (Snr. Fernando Barros) a voltar de novo ao contacto com aqueles para que apresentem rápidamente a sua contra-proposta tanto mais que temos conhecimento que há mais de três meses eles mandaramaó Solar um grupo de técnicos para avaliarem o mesmo.

Cumpre-nos ainda alertar a Câmara para o facto de o procurador dos Herdeiros dos Condes de Resende ser pessoa, ao que nos informam fontes próximas áqueles, com pouco interesse em que o assunto se resolva depressa, por razões que não nos cumpre estar a dissecar.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta

José Heitor Meireles Carvalheiras

fls. 23 1 15

CÂMARA MUNICIPAL DE V. N. DE GAIA

SECRETARIA

nessa matéria, - o Professor Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva. Creio bem que aquele Solar poderia, a meu ver, ser a sede condigna (num pl: no de reconversão a médio prazo) do futuro Museu de Arqueologia e Etnograf: a que o Concelho de Vila Nova de Gaia têm direito.

7.- Em boa verdade é vasto e rico, o potencial de valores em trajes que, já vem sendo tarde ir adquirindo, como "fundos" museológicos, ainda de toda a sorte de objectos que eram parte constante de vélhos jogos, ou de usos e costumes das comunidades e das pessoas.
É a hora de reunir o que ainda resta do ARTESANATO CONCELHIO, com valor indiscutível, sem falarmos, porque não virá ao caso, na revivificação do mesmo. Não seria, ali, o Solar um local minimamente apto a poder receber todos esses valores? E transformar aquela casa num Museu vivo ?

8.- Entretanto durante a visita foi-me referenciado que o imóvel poderia ser destinado a Lar para a Terceira Idade, pelo que me parece sobre esse assunto dever ser ouvido o Colega Vereador Exmº.Senhor Alberto Andrade que também já tinha, anteriormente, visitado o Solar.

9.- Mas porque me foi pedido parecer, embora da minha especialidade, não me eximo a afirmar que bem gostaria que os Lares da Terceira Idade tivessem outra perspectiva de enquadramento arquitectónico e por certo de comodidades que aquele casarão não dará para oferecer. Se é certo que há carências, e graves, nesse domínio, convenhamos que não é, segundo o meu ponto de vista pessoal, o encaminhamento ideal para o Solar.

10.- Portanto, o meu parecer, em relação à visita efectuada e, ainda, a um sequente pedido de informação, pedido à Câmara pelo Vereador Exmº.Senhor Alberto Andrade é o seguinte:

a) A Câmara deve adquirir o imóvel, assunto aliás já mencionado na acta da reunião de 16 de Julho de 1979, do anterior Executivo de que, anexo fotocópias;

b) Sobre os fins do aproveitamento já os emiti, quer no campo da cultura quer sobre o ponto de vista de assistência.

Vila Nova de Gaia, 30 de Dezembro de 1980

O VEREADOR,

(João José Rodrigues de Freitas)

Doc. fls. 24 11/16

CÂMARA MUNICIPAL DE V. N. DE GAIA

SECRETARIA

A/ correcção
+/1981

Exmº.Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Vila Nova de Gaia

61

Comunicação Interna nº.204/80
REFª.SOLAR CONDES DE RESENDE

Para conhecimento da Câmara Municipal e em referência ao assunto mencionado em epígrafe, informo o seguinte:

1.- No passado dia 12 de Novembro desloquei-me, a convite do Presidente da Junta de Freguesia de Canelas, àquela localidade, com o fim de ver "in loco" o Solar dos Condes de Resende. Acompanhou-me nessa visita o Exmº.Snr.Dr.Francisco Barbosa da Costa;

2.- Desconhecia, então, que correra já e corre ainda os seus trâmites nesta Câmara, o processo relativo à compra daquela imóvel e, ao ver-me perguntado do possivel interesse para o Turismo no domínio da hotelaria, julguei-o, de imediato, inviável.

3.- Embora a visita apenas fosse feita exteriormente, desconhecendo, por isso, o estado interior do Solar, trata-se de uma construção tìpicamente barroca oitocentista, acusando ausência de conservação, embora se lhe note, bem vivincadamente, o seu carácter e grandeza, próprios aliás, da época que representa;

4.- Deve porém a Câmara assegurar aquele imóvel, peça única existente no Concelho, seja qual for o fim a que os homens o queiram destinar, e o deve fazer de imediato, antes que o processo de degradação, que é evidente, no exterior (e não sabemos o que será no interior) acelere a sua destruição.

5.- Como Técnico de Turismo entendo que o Concelho não deve perder aquela "peça" de real valor arquitectónico e, se posso ser interrogado quanto ao fim a que deveria ser destinado o Solar, teria de longamente me debruçar sobre o problema.

6.- Tem o Concelho de Vila Nova de Gaia um espólio valiosíssimo nos domínios de Arqueologia. Atentemos só que a Necrópole de Gulpilhares é considerada desde já como o que há de mais importante nesse domínio na Península Ibérica, e que a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia tem a honra de contar com um "Expert" de nível internacional, como seu colaborador

Fls. 26

Exmº Senhor
Dr. Miguel Horta da Costa
Rua das Chagas, 20 - 4º - Esqº

1200 LISBOA

0 01103 * 19. FEV. 1981

PROTECÇÃO E RECUPERAÇÃO DO "SOLAR DOS CONDES DE RESENDE"

Não tendo V. Exª respondido ao ofício nº 9760/C que lhe foi remetido em 20.9.79 e como a carta recebida do Senhor Júlio de Oliveira Santos, em representação dos Herdeiros do imóvel em epígrafe, não contém bases capazes de fazer evoluir o processo para uma solução amigável como tanto se deseja, encarecidamente solicito a V. Exª todas as diligências pessoais que possam concorrer para que a propriedade em causa nos seja cedida pela importância já oferecida de 4 465 000$00.

Ao agradecer desde já a sua valiosa colaboração não deixo de lembrar que a esta Câmara apenas anima a vontade de evitar a perda de um imóvel que por ser único neste Concelho terá de merecer a nossa protecção.

Entretanto, na resposta que espero dentro do prazo de 15 dias a contar da data deste ofício agradeço que faça constar o nome, idade, grau de parentesco, naturalidade e residência de todas as pessoas que terão de intervir na eventual escritura e ainda os elementos que identificam a propriedade na Matriz e na Conservatória.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara,

(Engº Hermenegildo José da Silva Tavares)

FB/FP

S. R.

Doc. fls. 27 1058 18

JUNTA DE FREGUESIA DE CANELAS
VILA NOVA DE GAIA
4415 CARVALHOS

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal
VILA NOVA DE GAIA

CÂMARA MUNICIPAL DE V. N. DE GAIA
016289 16 OUT. 81
ENTRADA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Canelas-V. N. de Gaia
		91	9 OUT 81

ASSUNTO: "AQUISIÇÃO DO SOLAR DOS CONDES DE RESENDE"

Uma vez mais, Senhor Presidente, venho solicitar a fineza de informar esta Junta sobre o ponto da situação da aquisição do Solar dos Condes de Resende, nesta Freguesia.

Recorda-se V. Exª que numa reunião conjunta entre os Executivos da Câmara e da Junta de Canelas, realizada em 2 de Abril do ano em curso, ficou deliberado proceder-se de imediato ao aceleramento do processo (aberto em 1978) da aquisição do referido Solar, tendo sido decidido começar-se por contactar os herdeiros e procurador destes para darem uma resposta no prazo de 30 dias á proposta da Câmara e que, caso este prazo não fosse cumprido, se desencadearia de imediato a acção conducente á classificação de utilidade municipal com vista ao processo de expropriação.

Como já vão decorridos longos meses da realização do encontro com ambos os Executivos e como a Câmara continua sem responder aos nossos oficios, solicito, pela última vez, que nos seja feito, em oficio o ponto da situação, com a maior brevidade.

Caso não mereçamos a deferência da Câmara, teremos de solicitar a V. Exª mais uma reunião conjunta entre ambos os Executivos.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta

José Heitor Meireles Carvalheiras

Doc. fls. 28

19

Reunião de 3.4.81

PONTO PRÉVIO Nº.13

TABELA DE TAXAS E LICENÇAS

A Câmara deliberou que fosse presente à próxima reunião a tabela de Taxas e Licenças.

Passou, depois a Câmara a deliberar sobre os assuntos da agenda, da forma como se refere:

REUNIÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE CANELAS

Presentes nesta fase da reunião os componentes da Junta de Freguesia de Canelas, Snrs. José Heitor Meireles Carvalheira, Manuel Puga de Matos e Manuel Pinho Félix

AQUISIÇÃO DO SOLAR DOS CONDES DE RESENDE

Quanto à aquisição do solar e dado que já se havia feito algumas diligências no sentido da sua aquisição a Câmara deliberou:

1 - Contactar com o herdeiro responsável e com o procurador mantendo a proposta feita para a compra do edifício, jardim e o logradouro entre muros;

A ausência de resposta no prazo de 30 dias levará a Câmara a iniciar o processo de expropriação;

2 - Definir de imediato quais as normas a seguir para a obtenção da declaração de interesse público;

3 - Propor a expropriação.

SERRA DE CANELAS - DESTRUIÇÃO DE ZONAS VERDES

A Câmara deliberou mandar notificar a TANIMAR de que se no prazo de 15 dias não mandar retirar os resíduos que depositou na Serra de Canelas, a Câmara mandará executar a obra e debitar-lhe-há os custos, dada a contaminação das nascentes de águas públicas.

JARDIM ESCOLA E INFANTÁRIO

O Pelouro da Saúde e Segurança Social diligenciará oficialmente no sentido de esclarecer o ponto da situação em relação à Secretaria de Estado da Segurança Social, depois da Junta de Freguesia fornecer os dados necessários.

LOTEAMENTO DE JOSÉ DOMINGUES VIEIRA DE ALMEIDA

Os serviços de Urbanização deverão elaborar um estudo global onde as vias previstas estejam delineadas, abrangendo os projectos de loteamento de José Domingues Vieira de Almeida, Francisco Torres Barbosa e Urbacan.

Doc. fls 29

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
Gabinete do Pelouro de Turismo, Cultura e Desporto

Comunicação Interna n. 257/81

Exmº. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
VILA NOVA DE GAIA

V.N.Gaia, -2[illegible]81

Em referência ao ofício n. 91 de 9 de Outubro do corrente ano da Junta de Freguesia de Crestuma e de acordo com o s/despacho de 13 de Outubro passo a expôr, pela segunda vez, o seguinte, posição aliás que perfilha a Excelentíssima Junta de Freguesia e que expus na informação que foi à Câmara em30/12/80.

Posteriormente, e como reforço do meu ponto de vista, tive uma conversa com o Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva que, igualmente está de acordo em que aquele imóvel seja adquirido para servir de Museu Arqueológico de Vila Nova de Gaia ou seja nele, por fases se possam estudar e expôr fundos museológicos dos Campos de Trabalho de Gulpilhares e Valadares.

É um problema a estudar mas a aquisição para esse fim é a mais conveniente e poderá contar na fase de reconstrucção e equipamento com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Com os melhores cumprimentos.

O VEREADOR

(João José Rodrigues de Freitas)

V/MAP

Doc. fls. 34

Exmº Senhor
Júlio de Oliveira Santos
Rua de Trás, 7 - 2º

4000 PORTO

004291 17 MAI 1982

PROTECÇÃO E RECUPERAÇÃO DO "SOLAR DOS CONDES DE RESENDE"

Através do ofício nº 1103 de 9.2.81, de que se junta fotocópia, foi solicitado ao Senhor Dr. Miguel Horta da Costa, como herdeiro dos bens em causa, a sua valiosa intervenção pessoal no sentido de se conseguir a posse do imóvel em epígrafe já que o valor que lhe foi atribuido constante da carta que V. Exª nos remeteu com data de 20.9.79 foi considerado por esta Câmara como inaceitável.

Como da diligência apontada não se obteve qualquer resultado deliberou esta Câmara contactar novamente V. Exª informando-o que se mantém o valor oferecido de 4 465 000$00 aguardando uma resposta durante o prazo de 30 dias a contar da data deste ofício findo o qual será iniciado o processo tendente à expropriação por utilidade pública do "Solar dos Condes de Resende", seu jardim e logradouro entre muros.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara,

(Engº Hermenegildo José da Silva Tavares)

PE/PP

22

Doc. fls. 35

Exmº Senhor
Dr. Miguel Horta da Costa
Rua das Chagas, 20 - 4º - Esqº

1200 LISBOA

004292 17 MAI 1982

PROTECÇÃO E RECUPERAÇÃO DO "SOLAR DOS CONDES DE RESENDE"

Como do pedido formulado a V. Exª através do ofício nº 1103 de 5.2.81 não se obteve qualquer resultado juntamente remeto a V. Exª fotocópia do ofício que nesta data é endereçado ao Senhor Júlio de Oliveira Santos sobre o caso em epígrafe esperançado de que ainda será possível um acordo amigável como tanto se deseja.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara,

(Engº Hermenegildo José da Silva Tavares)

FL/FP

23

Doc fl. 36

CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA

SERVIÇOS TÉCNICOS

ANO 1982

INFORMAÇÃO N.º

PROCESSO N.º

DATA 14 / 5 / 82

FREGUESIA DE CANELAS

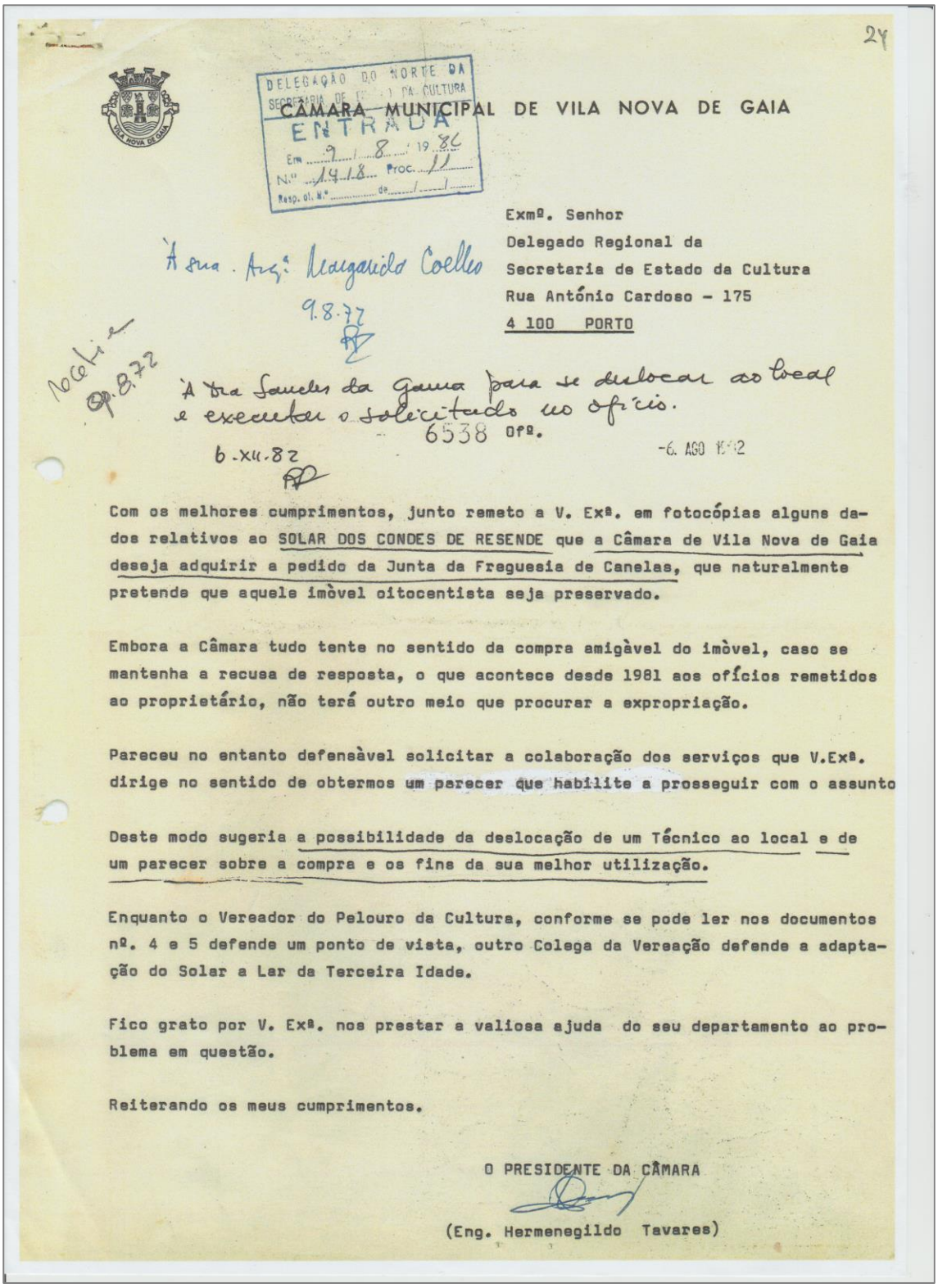
ASSUNTO: PROTECÇÃO E RECUPERAÇAO DO "SOLAR DOS CONDES DE RESENDE"

Exmº Senhor Presidente da Câmara

Enquanto se aguarda a resposta aos ofícios que nesta data são enviados a um dos herdeiros e representante dos demais co-proprietários dos bens em causa a partir da resposta aos quais será de propôr à Assembleia Municipal a compra amigável ou litigiosa da propriedade em epígrafe parece-nos que os Serviços do Pelouro de Turismo, Cultura e Desporto devem contactar a Secretaria de Estado da Cultura no sentido de melhor encaminhar o eventual processo de expropriação talvez a preceder da declaração do imóvel como de interesse pública aliás como aponta a deliberação da Câmara de 3.4.81.

CONCORDO
À VEREAÇÃO
SR. DR. PRESIDENTE
18/5/82

O Fiscal Técnico Principal,



24

DELEGAÇÃO DO NORTE DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
ENTRADA
Em 9 / 8 / 1986
N.º 1418 Proc. 11
Resp. ol. N.º ... de ... / ... / ...

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Exmº. Senhor
Delegado Regional da
Secretaria de Estado da Cultura
Rua António Cardoso - 175
4 100 PORTO

À Sra. Arqª Margarida Coelho
9.8.77

Noted 9.8.77

À Dra Sandra da Gama para se deslocar ao local e executar o solicitado no ofício.

6538 Ofº.

6.XII.82

-6. AGO 19[illegible]2

Com os melhores cumprimentos, junto remeto a V. Exª. em fotocópias alguns dados relativos ao SOLAR DOS CONDES DE RESENDE que a Câmara de Vila Nova de Gaia deseja adquirir a pedido da Junta da Freguesia de Canelas, que naturalmente pretende que aquele imóvel oitocentista seja preservado.

Embora a Câmara tudo tente no sentido da compra amigável do imóvel, caso se mantenha a recusa de resposta, o que acontece desde 1981 aos ofícios remetidos ao proprietário, não terá outro meio que procurar a expropriação.

Pareceu no entanto defensável solicitar a colaboração dos serviços que V.Exª. dirige no sentido de obtermos um parecer que habilite a prosseguir com o assunto

Deste modo sugeria a possibilidade da deslocação de um Técnico ao local e de um parecer sobre a compra e os fins da sua melhor utilização.

Enquanto o Vereador do Pelouro da Cultura, conforme se pode ler nos documentos nº. 4 e 5 defende um ponto de vista, outro Colega da Vereação defende a adaptação do Solar a Lar da Terceira Idade.

Fico grato por V. Exª. nos prestar a valiosa ajuda do seu departamento ao problema em questão.

Reiterando os meus cumprimentos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(Eng. Hermenegildo Tavares)

Documento cedido pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN): DRP/CLS-861.

ANEXO 43. PEDIDO DE CLASSIFICAÇÃO DA QUINTA DE BAIXO OU DOS CONDES DO PAÇO DE VITORINO



MUNICÍPIO DE V. N. GAIA
Gaia Cidade D'Avenir

PARA
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
RUA IGREJA DE RAMALDE
4149-011 PORTO

Reg. c/ A/R

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		3114/05	2005/11/16

ASSUNTO: **PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA**
CONSULTA RELATIVA À LOCALIZAÇÃO DA PRETENSÃO DENTRO DO LIMITE DE PROTECÇÃO DE PATRIMÓNIO EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO **(QUINTA DE BAIXO)**

REQUERENTE: ANTÓNIO MATINS E FILHOS LDA
PROC. Nº 5125/05 - VILAR DE ANDORINHO
REQUER.Nº 2448/05
LOCAL: RUA DE S. JOÃO BAPTISTA

Tendo sido apresentado um **Pedido de Informação Prévia** através do requerimento indicado em epígrafe, nos termos do disposto no D.L. 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção conferida pelo D.L. 177/01 de 4 de Junho e no disposto no D.L. 13/85 de 6 de Julho, solicito que seja emitido um parecer relativo às condicionantes eventualmente existentes, decorrentes da pretensão se encontrar **situada dentro do limite de protecção de Património em vias de Classificação (QUINTA DE BAIXO).**

Com os melhores cumprimentos.

O Director Municipal

(Eng. João Melro Silva)

IPAR - D.R.PORTO
Código Sistema 373867
Data 18/11/05

Para tratar de qualquer assunto relacionado com o presente ofício / processo deve contactar o Gabinete de Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia - Empresa Municipal
Rua Diogo Gassis, nº 118/120 4430-999 Vila Nova de Gaia Tel.: 22 374 50 00 Fax: 22 374 50 09

MC

ippar

Registado c/ A.R.

À GAIURB
Rua Diogo Cassels, 121, lj.5
4430-076 VILA NOVA DE GAIA

Sua referência	**Sua comunicação**	**Ofício n.º**	456357
		Data	2006-11-22
		Proc.º n.º	DRP/CLS- 888
		Cód.Manual	

Assunto: **Classificação da Quinta de Baixo - freguesia de Vilar de Andorinho, Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto.**

No âmbito do processo de classificação em referência, foi este Serviço contactado pelo Ex.mo Senhor Engº António Raul da Silva Oliveira solicitando que o IPPAR reconheça, junto da GAIURB, que o terreno de que é proprietário, adjacente à Quinta de Baixo em Vilar de Andorinho, não faz parte integrante daquela propriedade.

Neste contexto, temos por necessário levar ao conhecimento de V. Ex.cia que, no quadro do processo de classificação da Quinta de Baixo, foi elaborada a Informação nº 395380/DRP/05, de 17 de Fevereiro de 2006, no âmbito da qual foi *revista a área a classificar* e elaborada a correspondente *proposta de decisão de perímetro de zona especial de protecção da Quinta de Baixo* e que, por despacho da Senhora Vice Presidente do IPPAR, de 12 de Julho de 2006, exarado sobre Parecer do Digmº Conselho Consultivo do IPPAR, foi emitida concordância com o *traçado da proposta de classificação* e, concomitantemente, *determinado o estudo de uma zona especial de protecção mais alargada*, nos termos da documentação anexa ao presente ofício.

Ainda, temos por oportuno informar V. Ex.cia de que, nesta data, se transmite a presente informação ao Sr. Engº António Raul da Silva Oliveira ressalvando-se, não obstante, que as competências do IPPAR se situam na esfera da patrimonialização em sede institucional-legal por via do instrumento da classificação e não na certificação da titularidade da propriedade.

Com os melhores cumprimentos,

A Directora Regional do Porto

(Arqtª Paula Araújo da Silva)

Anexo: O referido

er

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, Palácio Nacional da Ajuda, 1349 - 021 Lisboa, Telf. 213614080 Fax. 213620047 Email: ippar@ippar.pt
Direcção Regional do Porto, Casa de Ramalde - Rua Igreja de Ramalde nº 1, 4149 - 011 Porto, Telf. 226179580/226179590 Fax. 226179595 Email: drp.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Coimbra, Rua Fernandes Tomás, nº 76, 3000 - 167 Coimbra, Telf. 239851080 Fax. 239829787 Email: drc.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Castelo Branco, Rua da Misericórdia, 40/50, 6000 Castelo Branco, Telf. 272 320310 Fax. 272 320 315 Email: drcb.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Lisboa-Div. de Salvaguarda, Avenida de Berna nº13 - 4º/D, 1050 - 036 Lisboa, Telf. 217931080 Fax. 217931083 Email: drl.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Lisboa-Div. de Obras Conservação e Recursos, Palácio Nacional da Ajuda, 1349 - 021 Lisboa, Telf. 213614095/097 Fax. 213637583

I. P. P. A. R.
(Direcção Regional do Porto)
ENTRADA
Em 9 / NOV / 2006
N.º 45337 Proc.

António Raul da Silva Oliveira
Escadinhas Senhor D'Agonia, 21 R
4400 – 058 Vila Nova de Gaia

Director regional do IPPAR
Casa de Ramalde
4000 Porto

Dir Salvaguarda
2006 11 09

Data: 2006/11/09

Assunto: Definição da delimitação da área da Quinta de Baixo em Vilar de Andorinho – Vila Nova de Gaia

Ex.ma Senhora Directora,

Relativamente à exposição que dirigi a V. Ex.as., em 11 de Janeiro de 2006, venho de novo solicitar deferimento da mesma, considerando que tenho pendente na Gaiurb um processo que aguarda o despacho de V. Ex.as., no sentido de reconhecer que a minha propriedade não é parte integrante da Quinta de Baixo em assunto, conforme é provado nos documentos que anexei à exposição referida.

Agradeço atenção que possa ser dispensada ao exposto.

Com os melhores cumprimentos.

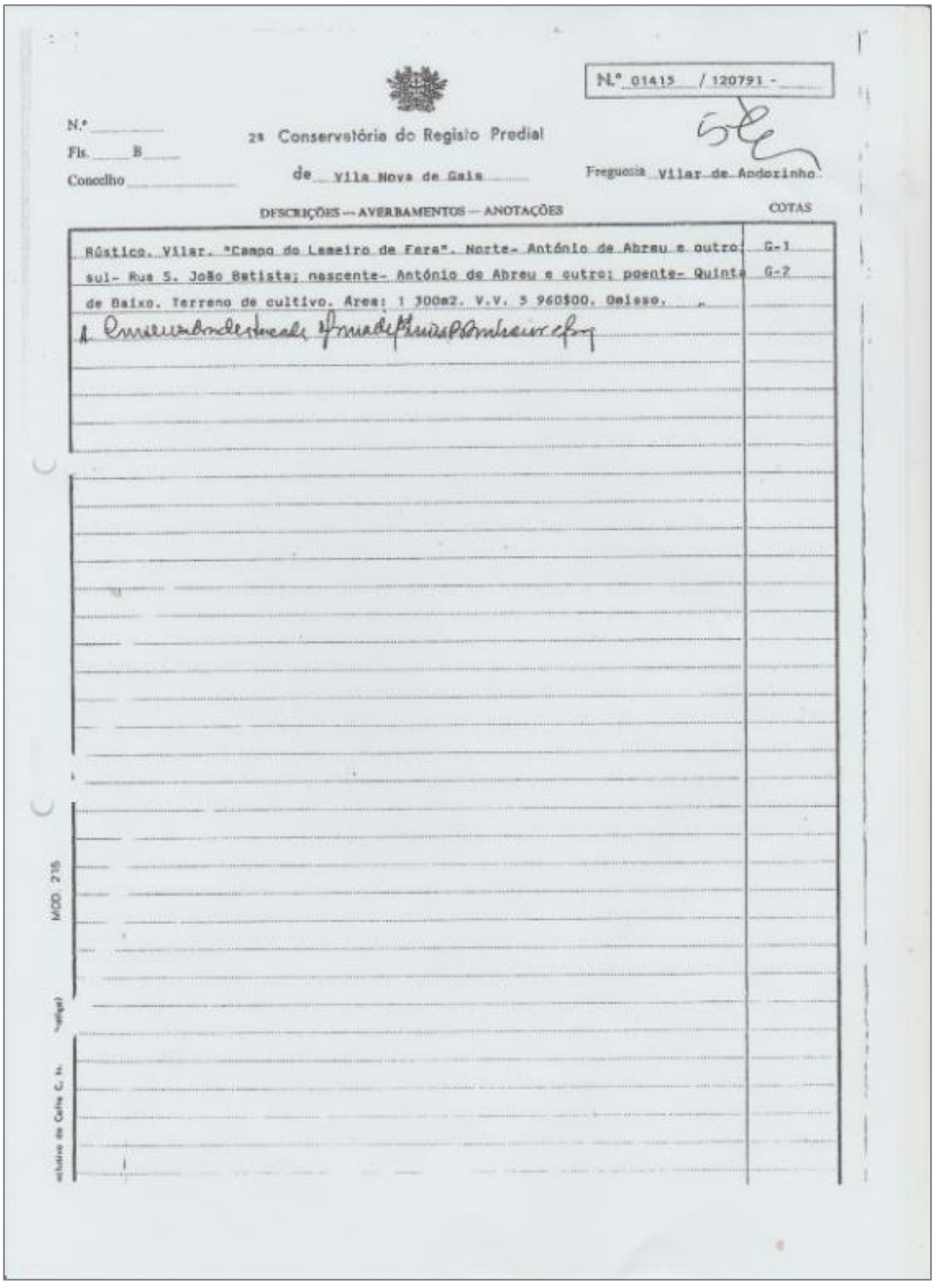
Atentamente

TOTAL P.01

N.º 01415 / 120791 -

68

COTAS	INSCRIÇÕES — AVERBAMENTOS — ANOTAÇÕES	OBS.
G-1	Ap.28/120791- Aquisição a favor de Pedro de Abreu Calheiros de Noronha Lobo Machado Pereira Coutinho, c.c. Maria António Barros de Magalhães da Rocha Reis Pereira Coutinho, separação, Casa do Poço, Vitorino das Donas, Ponte de Lima por partilha da herança de Maria da Conceição Lobo Machado de Melo e Sampaio Abreu Coutinho, casada que foi com Francisco de Abreu Calheiros de Noronha Pereira Coutinho, em comunhão geral e residente no Lugar do Paço, Vitorino das Donas, dita. Abrange 3 prédios. — A Ordenança Arbitrada, Almeida Ferreira Andrade e [illegible]	
G-2	Ap.20/250392- Aquisição a favor de António Raúl Silva Oliveira, c.c. Maria da Conceição Alves Teixeira de Oliveira, comunhão de adquiridos, Rua das Carvalheiras, 601, Vilar de Andorinho, V.N.Gaia, por compra. Abrange 3 prédios. A cau	



N.º 01415 / 120791 -

N.º _____

Fls. 8

Concelho _____

2ª Conservatória do Registo Predial

de Vila Nova de Gaia

Freguesia Vilar de Andorinho

DESCRIÇÕES — AVERBAMENTOS — ANOTAÇÕES

COTAS

Rústico. Vilar. "Campo do Lameiro de Fora". Norte- António de Abreu e outro; G-1
sul- Rua S. João Batista; nascente- António de Abreu e outro; poente- Quinta G-2
de Baixo. Terreno de cultivo. Área: 1 300m2. V.V. 5 960$00. Omisso. "

1 Omissão Ondertekende Amadeu Pinto Bombarda

MOD. 215

N.º 01414 /120791 -

COTAS	INSCRIÇÕES — AVERBAMENTOS — ANOTAÇÕES	OBS.
G-1	Ap.19/201174. Aquisição de 1/2 a favor de António de Abreu Calheiros de Noronha Lobo Machado Pereira Coutinho, c.c. Maria Adelaide de Almeida Carneiro Pereira Coutinho, separação de bens, casa do Paço, Vitorino das Donas, Ponte de Lima, por partilha da herança de Francisco de Abreu Calheiros de Noronha Pereira Coutinho e sua falecida mulher Maria da Conceição Lobo Machado de Melo e Sampaio Abreu. Abrange 13 prédios [Extractada da inscrição G-1 do nº.01413/120791].	
G-2	Ap.28/120791. Aquisição de 1/2 a favor de Pedro de Abreu Calheiros de Noronha Lobo Machado Pereira Coutinho, c.c. Maria Antónia Barros de Magalhães da Rocha Reis Pereira Coutinho, separação, Casa do Poço, Vitorino das Donas, Ponte de Lima, por partilha da herança de Maria da Conceição Lobo Machado de Melo e Sampaio Abreu Coutinho, casada que foi com Francisco de Abreu Calheiros de Noronha Pereira Coutinho, comunhão geral, residente no lugar do Paço, Vitorino das Donas, dita. Abrange 3 prédios.	
G-3	Ap.20/250392- Aquisição a favor de António Raúl Silva Oliveira, c.c. Maria da Conceição Alves Teixeira de Oliveira, comunhão de adquiridos, Rua das Carvalheiras, 601, Vilar de Andorinho, V.N.Gaia, por compra. Abrange 3 prédios.	

N.º 01414 / 120791 -

N.º _____

Fls. ____ B ____

Concelho _____

2ª. Conservatória do Registo Predial

de Vila Nova de Gaia

Freguesia Vilar de Andorinho

DESCRIÇÕES — AVERBAMENTOS — ANOTAÇÕES	CUTAS
Rústico. Vilar. Norte - Rua de Mariz; Sul - Rua de S./Batista; Nascente - Avª. João Vasco da Gama; Poente - Quinta de Baixo e Pedro de Abreu Calheiros de Noronha Lobo Machado Pereira Coutinho. Terreno de cultivo e roço. Area-6 000m2. V.V.- 87 780$00. Omisso. Desanexado do nº.01413/120791 Entrelinhei:"João". A Conservadora Estagiária (Maria Adelaide Pinto Pinheiro)	G-1 G-2 G-3

MOD. 215

Exclusivo da Cofre C. N. e F. (Lisboa)

2.ª CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL 2

DE

VILA NOVA DE GAIA

CERTIDÃO

CERTIFICO que as 01 fotocópias que se seguem, de fls três a fls. 06 desta certidão requisitada sob o n.º C-9748 em 29 de Dezembro/2005 data até à qual se encontram efectuados os registos, são, sucessivamente, os teores da(s) descrição(ões), da(s) inscrição(ões) de titularidade e dos encargos em vigor, tudo respeitante a O prédio(s) n.ºs 0414 e 0415 respectivamente, a fls. do(s) livro(s) B da(s) ficha(s) da(s) freguesia(s) de Vilar do Paraíso

Foram elas por mim numeradas e rubricadas, levam o selo branco desta Repartição e vão conformes com os originais.

2.ª Vila Nova de Gaia, 15 de Dezembro de 2005

O Ajudante,
O(A) Escriturário(a) Superior

CONTA:

Art.º 9.2	€	27,00
Art.º 9.2.1	€	
Art.º 9.2.2	€	
Art.º 9.3	€	
Soma	€	27,00
21%	€	5,25
	€	
TOTAL	€	32,25

São € trinta e dois euros e vinte e cinco cêntimos

Registada sob o n.º 4323 em 15/12/2005

83 - RB

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado
www.dgrn.mj.pt

Requisição de CERTIDÃO N.º | Conta N.º | Mod. B (art.º 111.º, 2, CRP)

Segunda
Conservatória do Registo Predial de VILA NOVA DE GAIA

Requisitante
Nome e estado [illegible]
Residência: [illegible]
B. I. n.º [illegible], de [illegible], de [illegible] Telef. [illegible]

Requisição
N.º [illegible] Preparo ..... € [illegible]
Data [illegible] Rubrica do Funcionário [illegible]

CERTIDÃO PRETENDIDA	N.ºs das descrições / freguesia
☐ Teor da(s) descrição(ões)	
☒ Teor da(s) descrição(ões) e inscrição(ões) a favor do último proprietário	01416 e 01415 de V.Pas de Sandoriz
☐ Teor da(s) descrição(ões) e de todas as inscrições em vigor	
☐ Teor da(s) descrição(ões) e _____	
☐ Teor d _____ arquivado sob o n.º _____, em ___/___/___	
☐ _____	

Obs.: _____

O requisitante,

[illegible]

1. O requisitante deve preencher com uma cruz a quadrícula respeitante à certidão pretendida.

2. Se os prédios não constarem de fichas, a indicação da freguesia deve ser substituída pela menção das folhas e dos números dos livros.

- 201 - PGI

António Raul da Silva Oliveira
Escadinhas Senhor D'Agonia, 21-R
4400 – 058 V N Gaia

Director Regional IPPAR
Casa de Ramalde
4000 Porto

Data: 2006 / 01 / 11

Assunto: Património em Vias de Classificação " Quinta de Baixo ".

Ex.mo Senhor.,

Na qualidade de proprietário dos prédios inscritos na matriz rústica sob o n.ºs R-1781 e R-1779 na freguesia de Vilar de Andorinho, concelho de Vila Nova de Gaia, denominados "Campo do Lameiro de Fora" e parte da "Quinta do Pombal" os quais confrontam a poente com a "Quinta de Baixo", conforme descrição anexa da Conservatória do Registo Predial de V N Gaia, considerando que estas não se encontram integradas no imóvel em Vias de Classificação em assunto, venho solicitar a V. Ex.as., o favor de mandar proceder á exclusão das mesmas, na mancha de protecção do Património (IPPAR), referenciado no Extracto da Planta de Outras Condicionantes passada pela Gaiurb, EM.



Peço Deferimento
Atentamente

Anexos:
- Fotocópias da Certidão
do Registo Predial de V N Gaia

prédio autónomo, ainda que o seu antigo proprietário tenha sido o mesmo da Quinta de Baixo[4].

Considerada a abertura da instrução do processo de classificação em 1996;
Atendendo à involução da sua preservação;
Tendo presente a transformação na sua envolvente;
Colocamos à consideração superior a eventual classificação da Quinta de Baixo, limitando-se esta, eventualmente, aos elementos construídos de maior expressão – *casa, capela, muro integrando fonte e portão* – e o espaço aberto correspondente ao terreiro, fundamental para a caracterização da casa nobre cra em causa. Nesta circunstância, a zona especial de protecção integraria a Quinta de Baixo e terrenos contíguos conforme explicitação constante da planta que faz parte integrante da presente informação.

À Consideração Superior,

As Técnica Superiores

(Elvira Rebelo, drª) (Carla Cruz, arqtª)

Anexo: Planta + Procº DRP/CLS-888

[4] «Número Setenta: **Quinta de Baixo de Baixo de Vilar do Andorinho** composta de casa senhorial, capela, casa de caseiro, terreno de cultivo e vinha com água privativa, a confrontar do norte com a estrada, do nascente com bens do casal, do sul com caminho e do poente com Joaquim Ferreira Lopes e outros, inscrita na matriz urbana nos artigos trezentos e cinquenta e oito e quinhentos e dez na matriz rústica no artigo quatrocentos e dezoito [...] Número Setenta e Um: **Quinta do Pombal**, de cultivo e roço, a confrontar do norte com a estrada das Menezas do nascente com caminho e estrada das Menezas, do sul com caminho e do poente com bens do casal, é atravessada pela estrada nova e acha-se inscrita na matriz rustica no artigo duzentos no valor oitenta e sete mil setecentos e oitenta escudos [...]»

acesso principal à Casa, através do já referido portão armoriado, orientado a Oeste, importa sublinhar a existência de uma entrada complementar, a Norte, organizada em alameda, ainda legível. Considerando a inexistência, em sede de processo de classificação, de informação decorrente de fontes documentais, atribuímos (conjecturalmente) a Casa da Quinta de Baixo ao século XVII. Com efeito, trata-se de um edifício de planta U, planta que concretiza a principal contribuição século XVII; igualmente importa notar a composição regular e o desenvolvimento em comprimento, e, bem assim como a agregação da capela à casa, mantendo a altura da capela, características patenteadas pela Casa da Quinta de Baixo.

Contudo, e na perspectiva da patrimonialização institucional-legal da Quinta de Baixo, julgamos dever apelar ao necessário confronto do valor desta arquitectura, presumivelmente seiscentista, com a sua subsistência temporal, atendendo à que, como tivemos oportunidade de expressar anteriormente, os últimos 10 anos foram marcados por uma paulatina degradação.

Finalmente, neste momento em que colocamos à consideração superior a eventual classificação da Quinta de Baixo, um outro aspecto assume particular relevância: a clarificação da área correspondente à referida Quinta, a partir dos elementos entretanto presentes à DRP. Com efeito, em Janeiro último e decorrente de consulta tendente à formalização de processo de licenciamento de obras particulares[3], foi recepcionada uma Exposição do proprietário do terreno contíguo à Quinta de Baixo e identificado, no âmbito do processo de classificação, como parte integrante da Quinta de Baixo. Tendo presente a documentação que acompanha a Exposição, poder-se-á concluir que o referido terreno, referenciado como Quinta do Pombal, constitui um

[3] A pretensão exposta pelo Engª Raúl Oliveira visa a instalação de um pavilhão para instalação de empresa. A este respeito, importa chamar a colação a fundamentação técnica dos pareceres que têm vindo a ser emitido no contexto da servidão decorrente da classificação da Quinta de Baixo (cf. DRP/13201; DRP/12906), designadamente no que concerne à nova realidade territorial que foi determinada pela abertura da EN 222 e do A1-IP1, potenciando a instalação de unidades fabris e espaços comerciais/empresariais de grande dimensão, dinâmica territorial que encontra pleno acolhimento em sede do instrumento de planeamento territorial em vigor.

*estado de ruína em que o deixaram cair. [...] **3.** O imóvel, pelas suas características, poderá vir a funcionar como Casa da Cultura em Vilar de Andorinho, transformando-se num centro de estudo, de pesquisa e de actividades culturais polivalentes (recuperação de património, oficinas, exposições, espectáculos, auditório para manifestações várias, biblioteca, videoteca...), colmatando uma falha grave na formação da população. **4.** Em reunião ordinária da Assembleia de Freguesia de Vilar de Andorinho, em 27/06/97 foi aprovada, por unanimidade, aclamação e com efeitos imediatos, uma proposta que tem por objectivo a aquisição da dita Quinta de Baixo. **5.** A decisão da Assembleia de Freguesia encheu de júbilo este executivo, não só por vir ao encontro dos seus objectivos, mas sobretudo, por dar voz às necessidades da população. **6.** A aquisição do imóvel ultrapassa as verbas cabimentadas para a gestão de vários mandatos de qualquer Executivo, pelo que esta Junta não está em condições de a efectuar. Assim sendo, o executivo da Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho propôs à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a aquisição do citado imóvel pelos motivos acima indicados».*

Em notícia publicada a 29 de Agosto daquele ano, o Jornal de Notícia ecoava os anseios da população, cuja Junta de *Freguesia «quer fazer da quinta uma Casa de Cultura»*, assim promovendo a preservação do património arquitectónico local.

Passados quase 10 anos sobre a abertura do processo de classificação – *processo que colhe, igualmente, o interesse e concordância do seu proprietário, Conde de Paço Vitorino* – e sem prejuízo do interesse histórico da Quinta de Baixo bem como do que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva, verifica-se uma paulatina degradação do imóvel, conforme documentam as fotografias constantes do processo de classificação, datadas de Janeiro último.

Trata-se de uma casa de planta em U, aberta para um terreiro murado, integrando fonte espaldar com dois nichos e tanque adossado; o muro integra portal armoriado, ladeado por pináculos. O topo de uma das extremidades do volume da casa dois pisos é a fachada principal da capela cujo frontão de empena triangular se apresenta rematado, ao centro, por campanário de arco de volta perfeita. Claramente, importa sublinhar o facto da capela se apresentar antecedida de galilé, elemento que configura alguma excepcionalidade no âmbito da arquitectura religiosa particular. Para além do

MC

ippar
Instituto Português do Património Arquitectónico
Direcção Regional do Porto
Divisão de Salvaguarda

Concordo.
À consideração superior
2006.05.15

R. MAIA PINTO
Chefe de Divisão

Concordo c/ o procedimento proposto
À consideração superior
3.5.06

Andreia Galvão
Vice-Presidente

Dr. Bruno Barreto
Bom para subir ao Conselho
Andreia Galvão 7.6.06
Vice-Presidente

Ao Conselho
Concordo.
1.6.06
Andreia Galvão
Vice-Presidente

INFORMAÇÃO n.º 395380/DRP/05 **data:** 2006-02-17 **cs:** 395380

processo nº: DRP/CLS-888

assunto: **Classificação da Quinta de Baixo – Freguesia de Vilar de Andorinho, Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto.**

Por despacho de 10 de Setembro de 1998, do Ex.mo Senhor Vice Presidente do IPPAR, foi determinada a abertura da instrução do procedimento administrativo referente à eventual classificação da Quinta de Baixo, conforme identificado em epígrafe. Na origem do processo ora em apreço encontra-se o alerta para o interesse patrimonial da Quinta de Baixo, despoletado pela Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho[1] em concomitância com o alerta para o interesse patrimonial da Quinta de Baixo expresso na imprensa diária de então[2].

Em comunicação dirigida a este Serviço do IPPAR, a Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho afirmava: *«1. Existe, na nossa Freguesia, um imóvel setecentista, referido por Quinta de Baixo ou Quinta dos Condes, propriedade dos Condes de Paço Vitorino, residentes em Ponte de Lima e que se situa entre as ruas de Mariz e de São João Baptista. O imóvel, composto por três artigos matriciais registados na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o nº 61668, sempre tem sido considerado pelos habitantes, quer pelos vários Executivos da Freguesia como de grande valor artístico, com traça e elementos arquitectónicos, merecedor de ser preservado do*

[1] Ofº 1409/97/L.C., de 10.07.97.
[2] JN, 29 de Agosto de 1997.

3

MC

ippar
Instituto Português do Património Arquitectónico
Conselho Consultivo

Entrada
Em 27.07.2006
N.º 3.95380

Concordo.
À D.R.P.
Andreia Galvão
Vice-Presidente

Parecer

Proposta de Classificação da Quinta de Baixo – Freguesia de Vilar de Andorinho – Vila Nova de Gaia.

Datando do século XVII-XVIII, o Conjunto em epígrafe é um dos melhores exemplos de arquitectura civil do concelho de Vila Nova de Gaia.

Se por um lado, está muito degradado e essa degradação se tem vindo a acentuar, o que é mau, por outro, parece manter uma homogeneidade, por ter há muito parado no tempo, apesar de só apresentarem aspectos interiores da Capela...

Uma "Quinta" com estas características precisa de espaço que não se pode reduzir ao construído e anexos.

Assim, o Conjunto Quinta de Baixo, Freguesia de Vilar de Andorinho, concelho de Vila Nova de Gaia deve ser classificado como IIP com o traçado apresentado (que tem a concordância do proprietário) devendo a ZEP ser reformulada adaptando-se a esta situação.

O Relator

Jorge de Brito e Abreu

APROVADO EM REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO
12 / Julho / 2006
O PRESIDENTE,
Andreia Galvão

Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, Portugal, Tel.: +351 21 361 42 00 Fax: +351 21 363 70 47, www.ippar.pt, ippar@ippar.pt

M|C

I.P.A.R. (Direcção Regional do Porto)
ENTRADA
Em 27 07 2006
N.º 395380

Ippar
Instituto Português do Património Arquitectónico
Conselho Consultivo

Concordo.
À D.R.P.
Andreia Galvão
Vice-Presidente

Parecer

Proposta de Classificação da Quinta de Baixo – Freguesia de Vilar de Andorinho – Vila Nova de Gaia.

Datando do século XVII-XVIII, o Conjunto em epígrafe é um dos melhores exemplos de arquitectura civil do concelho de Vila Nova de Gaia.

Se por um lado, está muito degradado e essa degradação se tem vindo a acentuar, o que é mau, por outro, parece manter uma homogeneidade, por ter há muito parado no tempo, apesar de só apresentarem aspectos interiores da Capela...

Uma "Quinta" com estas características precisa de espaço que não se pode reduzir ao construído e anexos.

Assim, o Conjunto Quinta de Baixo, Freguesia de Vilar de Andorinho, concelho de Vila Nova de Gaia deve ser classificado como IIP com o traçado apresentado (que tem a concordância do proprietário) devendo a ZEP ser reformulada adaptando-se a esta situação.

O Relator

Jorge de Brito e Abreu

APROVADO EM REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO
12 / Julho / 2006
O PRESIDENTE,
Andreia Galvão
Vice-Presidente

Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, Portugal. Tel.: +351 21 361 42 00 Fax: +351 21 363 70 47. www.ippar.pt, ippar@ippar.pt

MC

Ministério da Cultura

ippar

Instituto Português do Património Arquitectónico

Registado c/ A.R.

Ex.mo Senhor
Engº António Raúl da Silva Oliveira
Escadinhas Senhor d'Agonia, 21 – R

4400-058 VILA NOVA DE GAIA

Sua referência	**Sua comunicação**	**Ofício n.º**	412939
		Data	2006-05-11
		Procº n.º	
		Cód.Manual	

Assunto: **Classificação da Quinta de Baixo – Freguesia de Vilar de Andorinho, Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto.**

Acusamos a recepção da comunicação de V. Ex.cia, a qual foi objecto da nossa maior atenção. Assim, apraz informar que na sequência da Exposição presente a este Serviço do IPPAR em 12 de Janeiro transacto e após a deslocação à Quinta de Baixo efectuada por Técnicas da DRP, foi elaborada Informação referente à classificação da Quinta de Baixo, a qual considerou, *também*, a Exposição de V. Ex.cia, no concernente aos prédios que efectivamente compõem a Quinta de Baixo, sem prejuízo da ponderação fundamental relativa aos *valores patrimoniais em presença*.

A apreciação elaborada aguarda, ao presente, despacho superior.
Do despacho que recair sobre a referida apreciação se dará pronta notícia a V. Ex.cia.

Com os melhores cumprimentos.

A Directora Regional do Porto

Arqtª Paula Araújo da Silva

er

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, Palácio Nacional da Ajuda, 1349 - 021 Lisboa, Telf: 213614200 Fax: 213 637047 Email: ippar@ippar.pt
Direcção Regional do Porto, Casa de Ramalde - Rua Igreja de Ramalde nº 1, 4149 - 011 Porto, Telf: 226107060/226176365 Fax: 226176365 Email: drp.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Coimbra, Rua Fernandes Tomás, nº 76, 3000 - 167 Coimbra, Telf: 239851060 Fax: 239829747 Email: drc.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Castelo Branco, Rua da Barateira, 6000 - 458 Castelo Branco, Telf: 272 320 252 Fax: 272 320 315 Email: drcb.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Lisboa -Div. de Salvaguarda, Avenida de Berna nº13 - 4º, 1050 - 035 Lisboa, Telf: 217980290 Fax: 217937583 Email: dl.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Lisboa -Div. de Obras Conservação e Restauro, Palácio Nacional da Ajuda, 1349 - 021 Lisboa, Telf: 213614205/207 Fax: 213637650
Direcção Regional de Évora, Rua de Burgos nº5, 7000 - 863 Évora, Telf: 266769600 Fax: 266769609 Email: dre.ippar@ippar.pt
Direcção Regional de Faro, Rua Francisco Horta nº 9 - 2º, Apartado 497, 8001 - 906 Faro, Telf: 289803833/289803901 Fax: 289803927 Email: drf.ippar@ippar.pt

António Raul da Silva Oliveira
Escadinhas Senhor D'Agonia, 21 – R
4400 – 058 Vila Nova de Gaia
email:rauloliveiraeg@sapo.pt

Director Regional do IPPAR
Casa de Ramalde
4000 Porto

Data: 2006/05/03

Assunto: Património em Vias de Classificação *"Quinta de Baixo em Vilar de Andorinho"*.

Ex.ma Senhora Directora

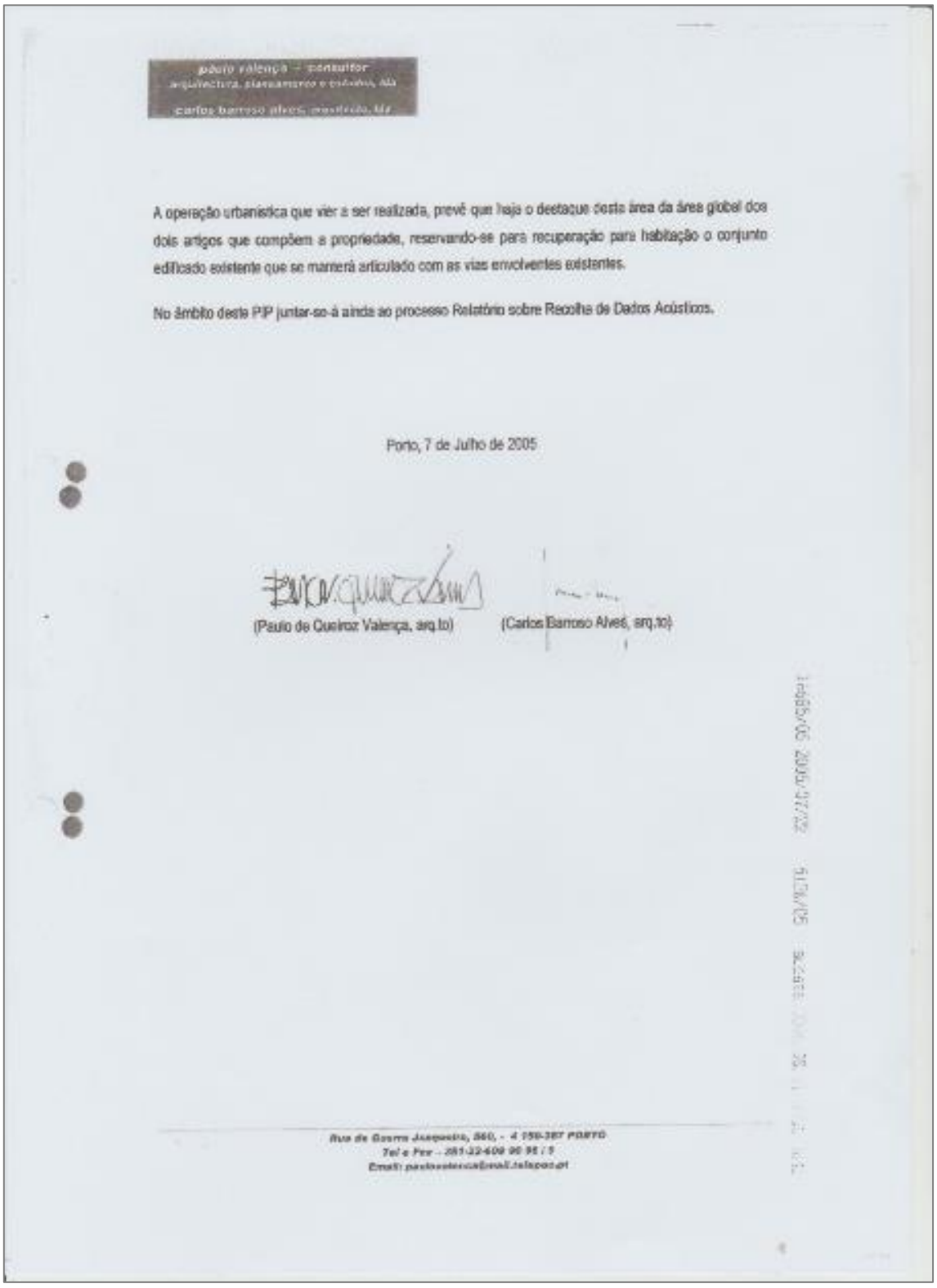
Para andamento do processo que se encontra em apreciação na Gaiurb, venho na qualidade de proprietário, solicitar a V. Ex.a despacho relativo à pretensão que dirigi ao Ex.mo Senhor Director Regional do IPPAR em 11 de Janeiro do corrente ano.

Aproveito para informar que para melhor esclarecimento ao meu pedido, acompanhei no passado mês de Janeiro ao local as Técnicas do IPPAR, Dr.a Elvira Rebelo e Arq.ª Carla Cruz, responsáveis pela Classificação do Património identificado em assunto, as quais já elaboraram o seu parecer.

Agradeço a V. Ex.a., o favor de com a brevidade possível dar despacho ao exposto.

IPPAR
[Direcção Regional do Porto]
ENTRADA
Cód. 411543
Dat. 04 / 05 / 2006

Peço Deferimento
Atentamente



paulo valença + consultor
arquitectura, planeamento e cultura, lda
carlos barroso alves, mestrado, lda

A operação urbanística que vier a ser realizada, prevê que haja o destaque desta área da área global dos dois artigos que compõem a propriedade, reservando-se para recuperação para habitação o conjunto edificado existente que se manterá articulado com as vias envolventes existentes.

No âmbito deste PIP juntar-se-á ainda ao processo Relatório sobre Recolha de Dados Acústicos.

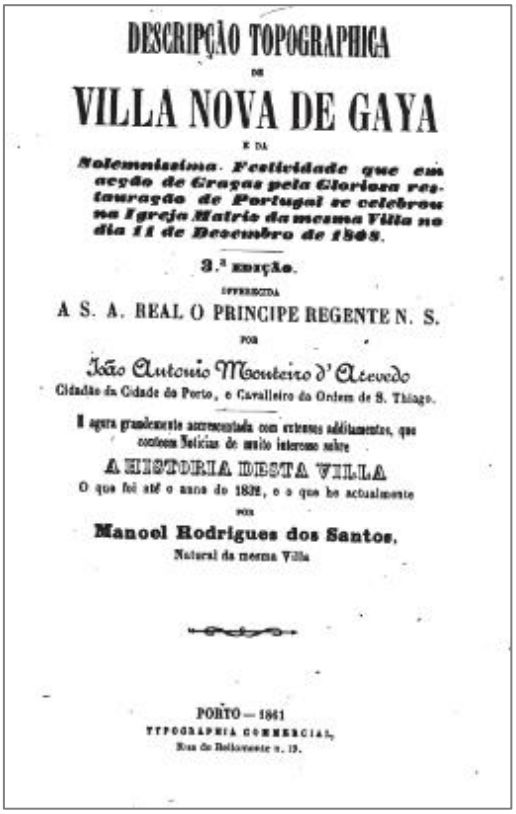
Porto, 7 de Julho de 2005

(Paulo de Queiroz Valença, arq.to) (Carlos Barroso Alves, arq.to)

Rua de Guerra Junqueiro, 360, - 4 150-387 PORTO
Tel e Fax - 226 09 95 / 9
Email: paulovalenca@mail.telepac.pt

Fonte: Documento cedido pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN): DRP/CLS-888.

ANEXO 44. BIBLIOGRAFIA DA DESCRIPÇÃO TOPOGRAPHICA DE VILA NOVA DE GAIA



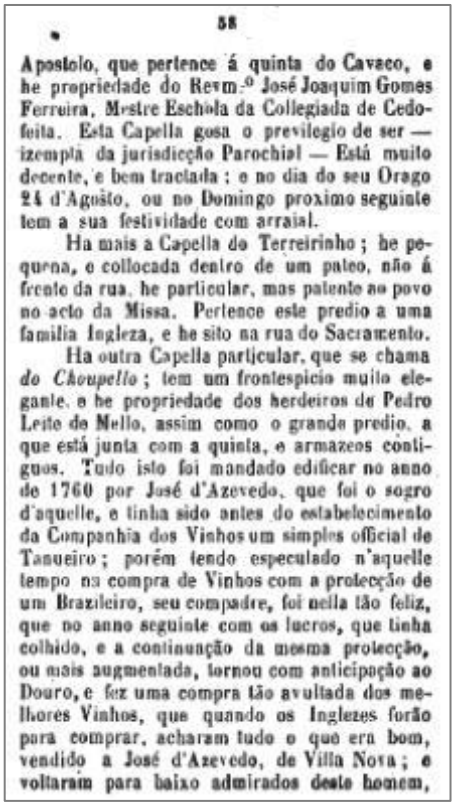
DESCRIPÇÃO TOPOGRAPHICA
DE
VILLA NOVA DE GAYA
E DA
Solemnissima Festividade que em acção de Graças pela Gloriosa restauração de Portugal se celebrou na Igreja Matriz da mesma Villa no dia 11 de Dezembro de 1808.

3.ª EDIÇÃO.

OFFERECIDA
A S. A. REAL O PRINCIPE REGENTE N. S.
POR
João Antonio Monteiro d'Azevedo
Cidadão da Cidade do Porto, e Cavalleiro da Ordem de S. Thiago.

E agora grandemente accrescentada com extensos additamentos, que contem Noticias de muito interesse sobre
A HISTORIA DESTA VILLA
O que foi até o anno de 1832, e o que he actualmente
POR
Manoel Rodrigues dos Santos,
Natural da mesma Villa

PORTO — 1861
TYPOGRAPHIA COMMERCIAL,
Rua de Bellomonte n. 19.



58

Apostolo, que pertence á quinta do Cavaco, e he propriedade do Revm.º José Joaquim Gomes Ferreira, Mestre Eschola da Collegiada de Cedofeita. Esta Capella gosa o previlegio de ser — izempta da jurisdicção Parochial — Está muito decente, e bem tractada; e no dia do seu Orago 24 d'Agosto, ou no Domingo proximo seguinte tem a sua festividade com arraial.

Ha mais a Capella do Terreirinho; he pequena, e collocada dentro de um pateo, não á frente da rua, he particular, mas patente ao povo no acto da Missa. Pertence este predio a uma familia Ingleza, e he sito na rua do Sacramento.

Ha outra Capella particular, que se chama *do Choupello*; tem um frontespicio muito elegante, e he propriedade dos herdeiros de Pedro Leite de Mello, assim como o grande predio, a que está junta com a quinta, e armazens contiguos. Tudo isto foi mandado edificar no anno de 1760 por José d'Azevedo, que foi o sogro d'aquelle, e tinha sido antes do estabelecimento da Companhia dos Vinhos um simples official de Tanoeiro; porém tendo especulado n'aquelle tempo na compra de Vinhos com a protecção de um Brazileiro, seu compadre, foi nella tão feliz, que no anno seguinte com os lucros, que tinha colhido, e a continuação da mesma protecção, ou mais augmentada, tornou com anticipação ao Douro, e fez uma compra tão avultada dos melhores Vinhos, que quando os Inglezes forão para comprar, acharam tudo o que era bom, vendido a José d'Azevedo, de Villa Nova; e voltaram para baixo admirados deste homem,

59

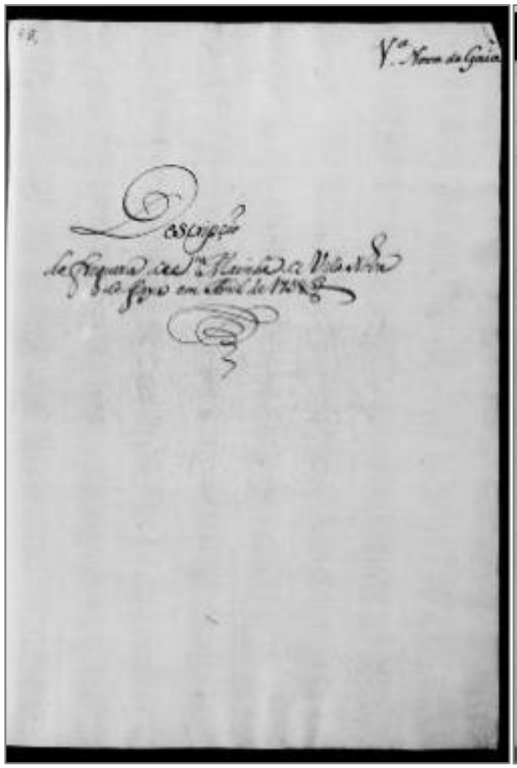
que não conhecião, e no qual se fallava por todo o Douro! Hindo depois procural-o, julgavão achar algum *banqueiro*, mas mais admirados ficaram, quando em vez d'aquelle, o encontraram um simples lavrista de Tanoeiro; com o qual começaram a tractar a compra dos ditos Vinhos, de que lhe resultaram tão grandes interesses, que se fez riquissimo (no conceito d'aquelles tempos) a ponto de casar depois sua filha com um Fidalgo, que por aquella razão, que já então dominava (quanto mais agora, que o *tempo he dinheiro*!) não desdenhou aliar-se com o burguez, que vinha de ser inda ha pouco um simples artista; e isto no tempo, em que aquelles se lembravão ainda das leis romanescas apoiadas pelas ideias do seculo, que tinhão levantado uma barreira insuperavel entre o *Patricio*, e o *Plebeu* — dessas leis absurdas, que infelizmente ainda enchem o vacuo da nossa Legislação, como aquella que rege o Mandato, fazendo-o gratuito, mesmo no caso da confissão do devedor!! como os nossos Juizes tem julgado com offensa de todos os principios d'equidade e boa razão, e até do Preceito Evangelico — Dignus est mercenarius mercede sua. —

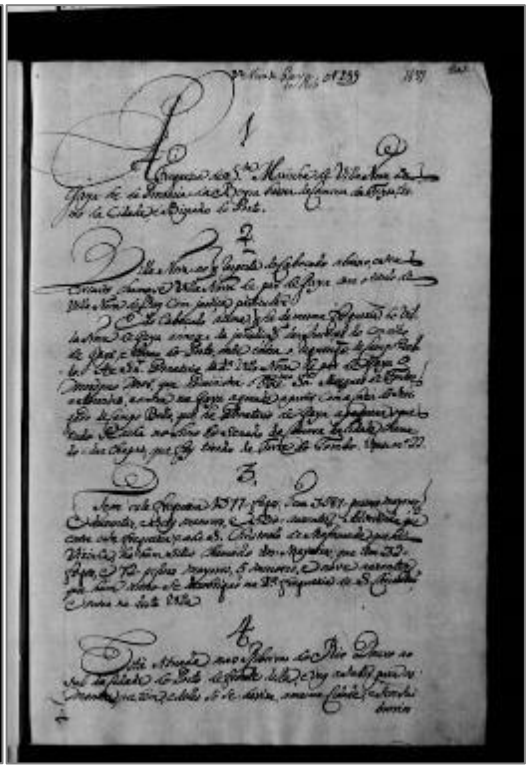
Na Freguezia de Santa Marinha ha mais algumas Capellas publicas, muito notaveis pela sua extensão, e collocação no centro de grandes povoações; e são as seguintes:

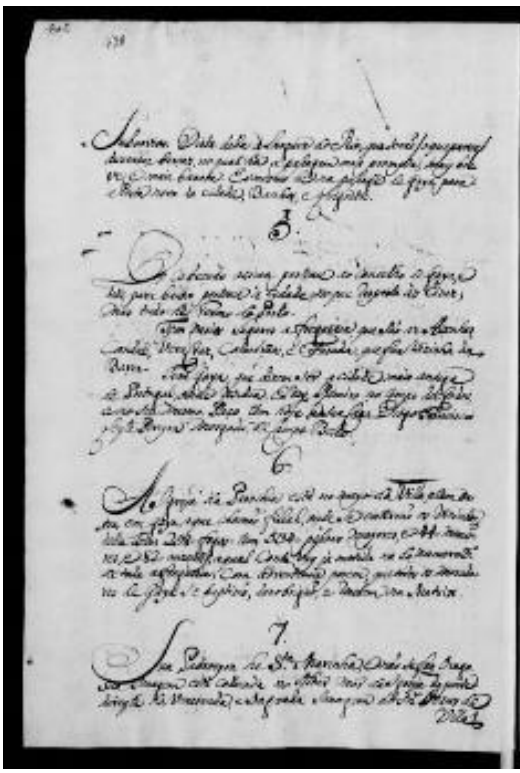
A Capella do Senhor da Vera Cruz, sita no logar do Candal, e virada ao Nascente, foi edificada no anno de 1610; he muito grande esta Capella, e de summa vantagem pelo muito

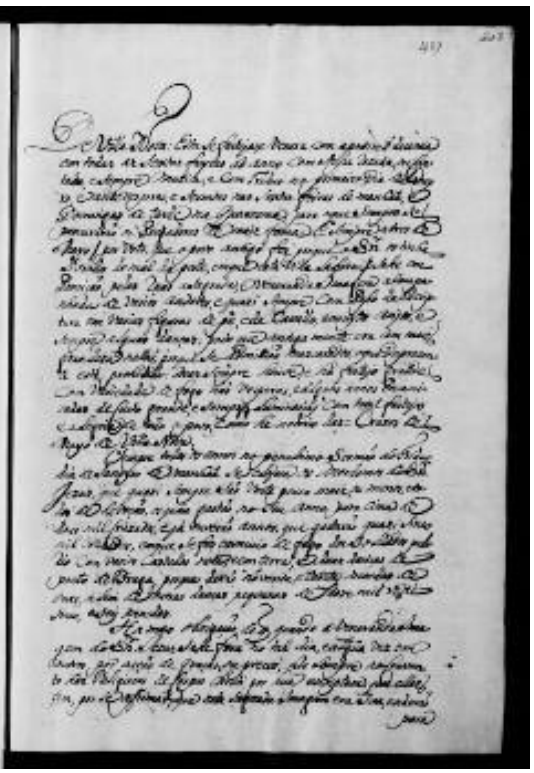
Santos (1861, pp. 58-59)

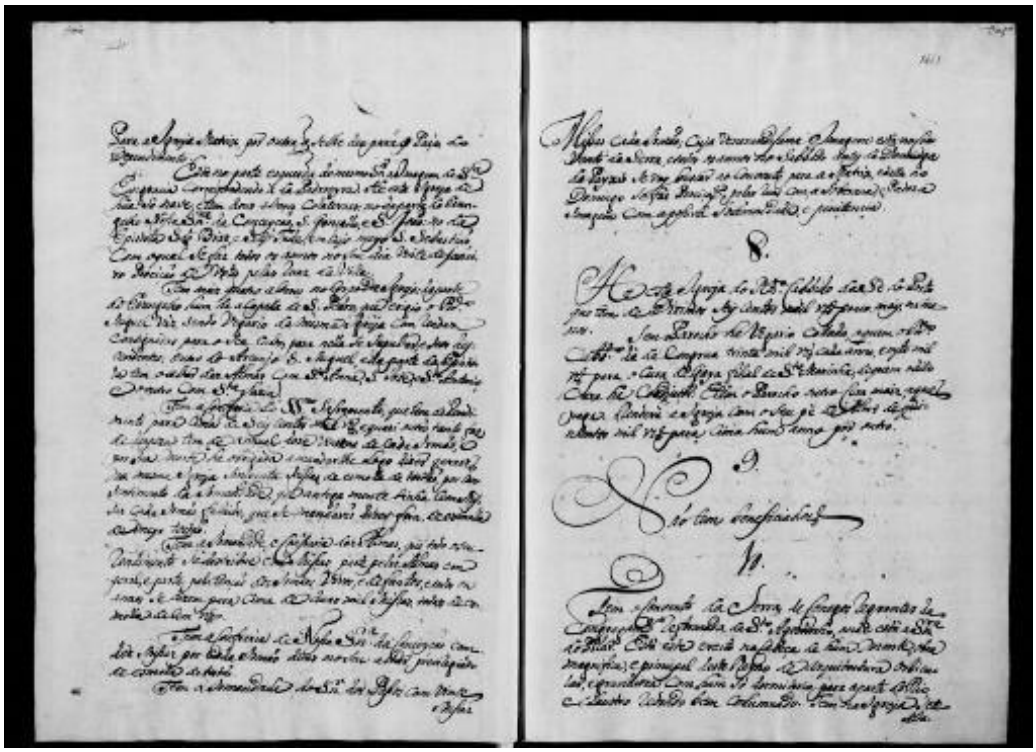
ANEXO 45. MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758 DA FREGUESIA DE SANTA MARINHA

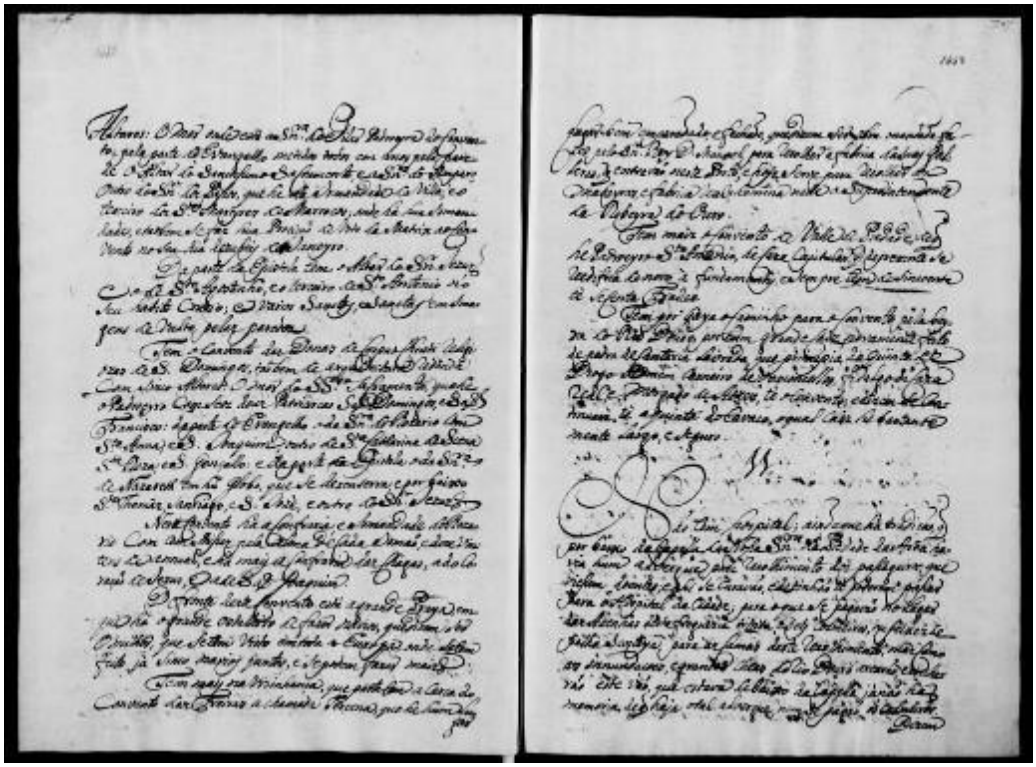


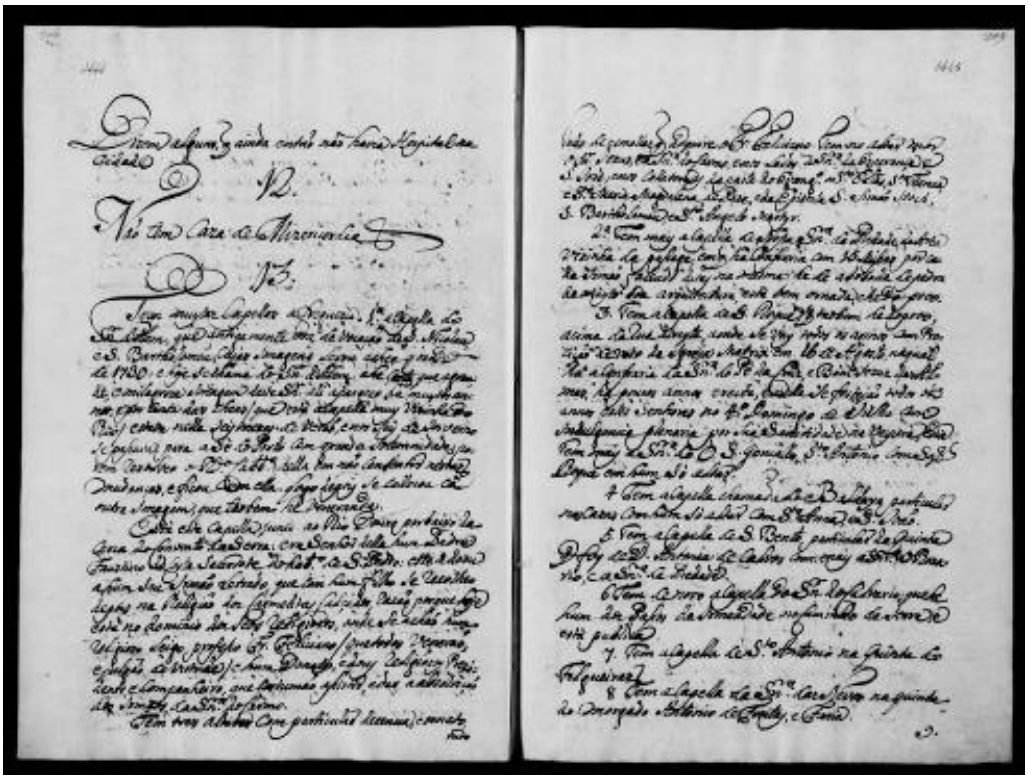


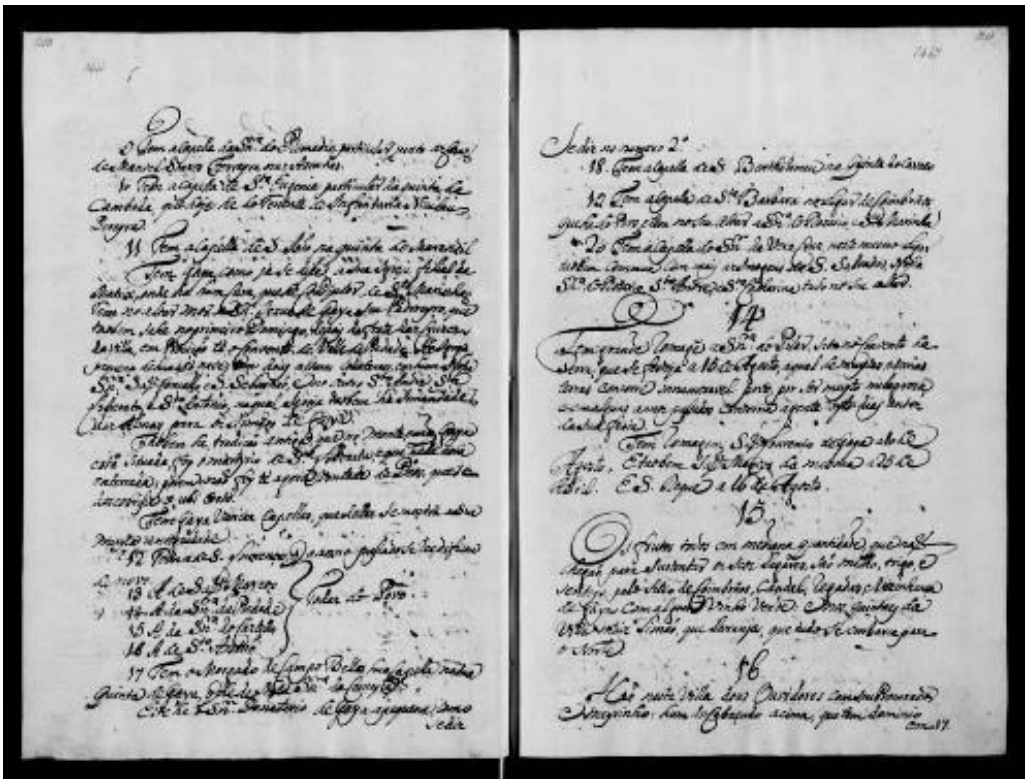


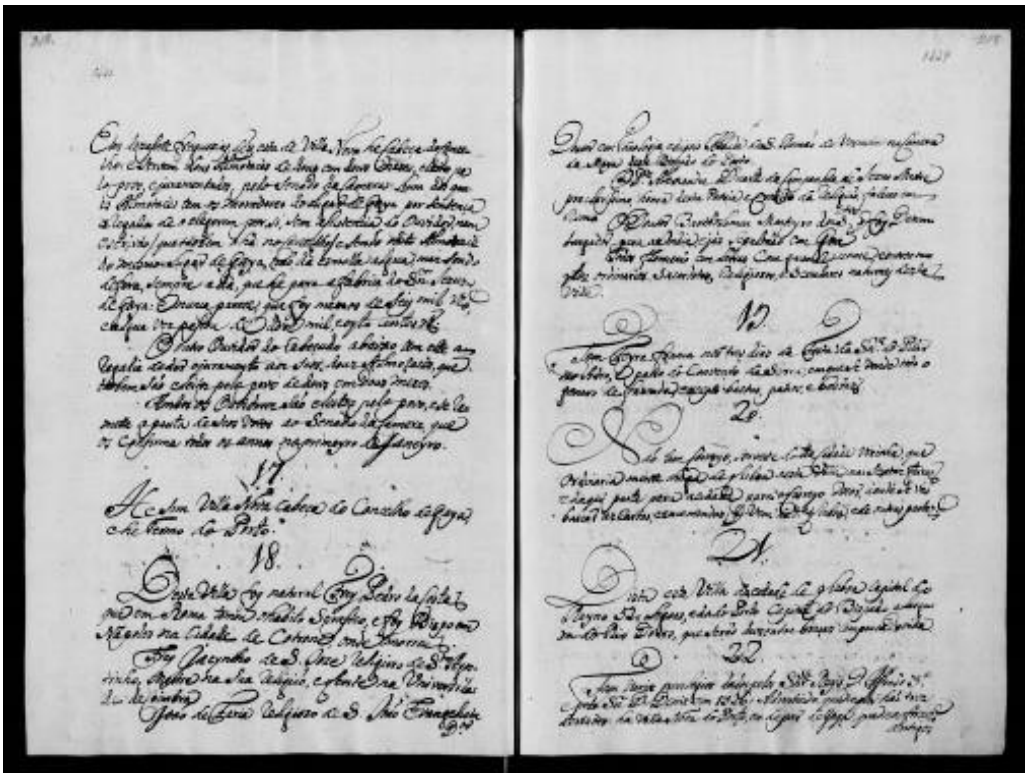


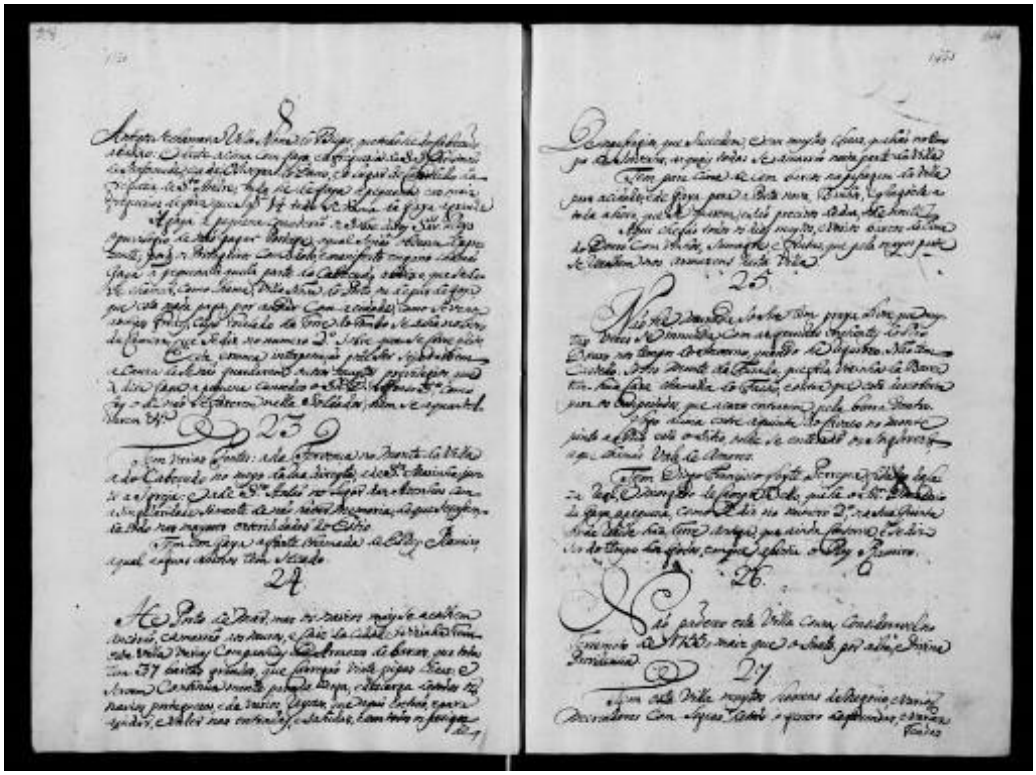


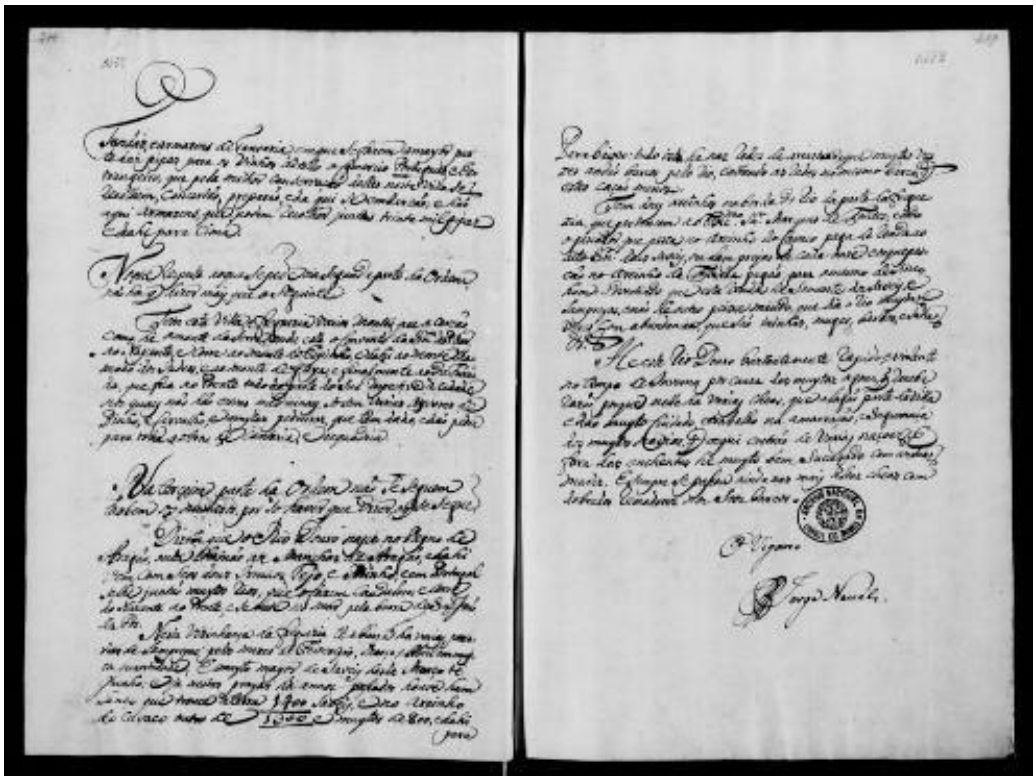












Documento de Arquivo: Memórias Paroquiais de 1758 - PT/TT/MPRQ/40/239

ANEXO 46. CLASSIFICAÇÃO DA QUINTA DO CHOUPELO COMO IIC-IMÓVEL DE INTERESSE CONCELHIO

CÂMARA MUNICIPAL DE V.N.GAIA
Gaia Cidade D´ouro

207 T87
2 4 02
PARA: JV
CC: AWnB/AJSS

Ex.mº Senhor:
Administrador da empresa Taylor Fladgate & Yeatman Vinhos, SA
Rua do Choupelo, 250
4400-088 Vila Nova de Gaia

003800 28 MAR 2002

ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE IMÓVEL

V/ Ref.ª AJSS/gs.-N.º57.01 DE 26.11.2001

Relativamente ao supra mencionado assunto informo V. Ex.ª que esta Câmara Municipal, na sua reunião de 2002.03.07, deliberou "*emitir declaração classificando o edifício sito na Rua Barão de Forrester n.º 404, Vila Nova de Gaia, como imóvel de interesse concelhio.*"

Com os melhores cumprimentos,

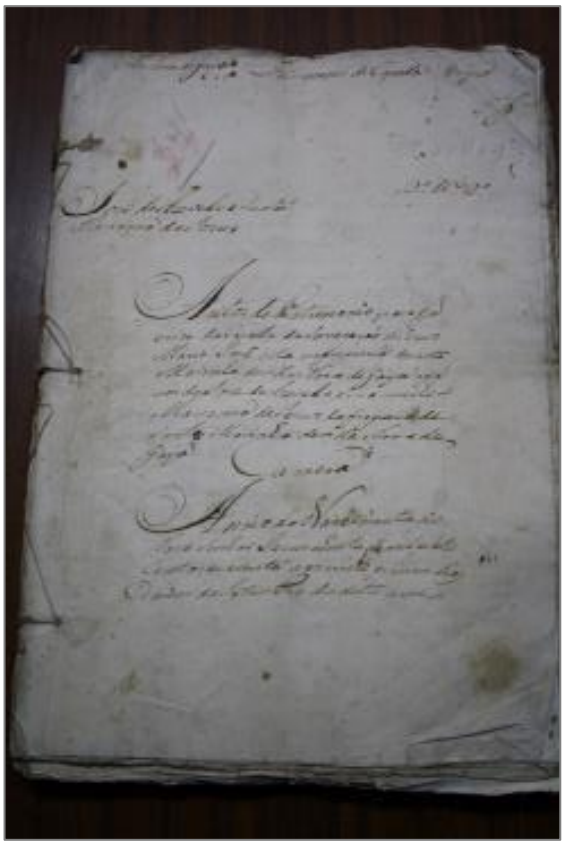
O Director Municipal de Administração Geral,

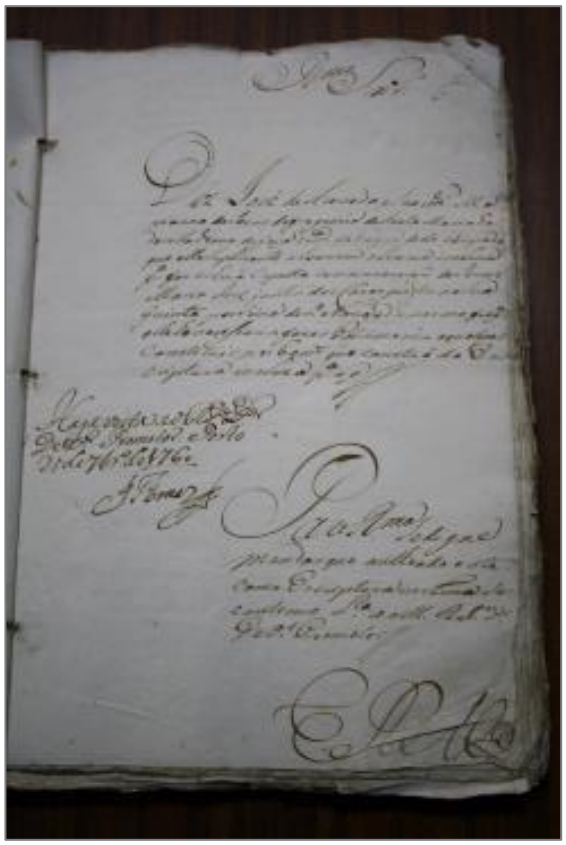
-A. Carlos Sousa Pinto-

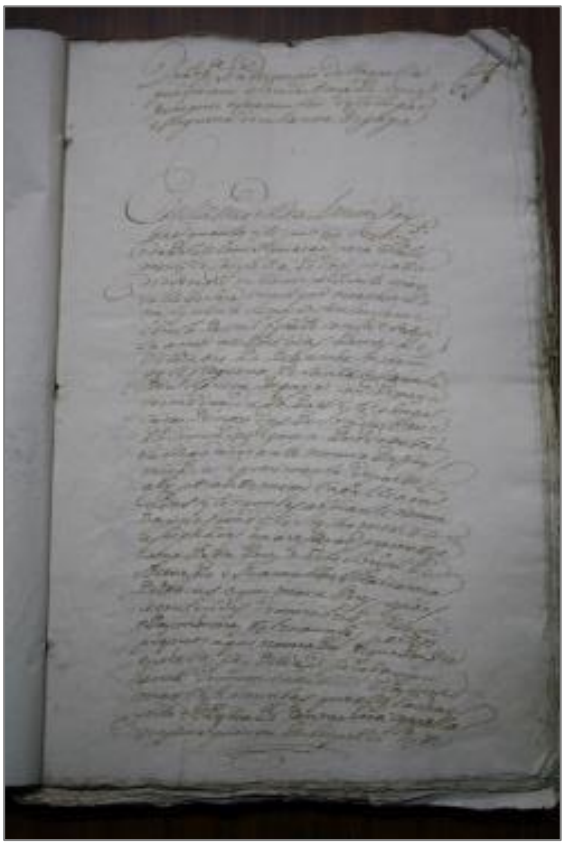
CONTRIBUINTE Nº 680 017 178 - RUA ÁLVARES CABRAL - 4400-017 VILA NOVA DE GAIA - TELEF. 22 370 25 59 - FAX 22 375 39 30

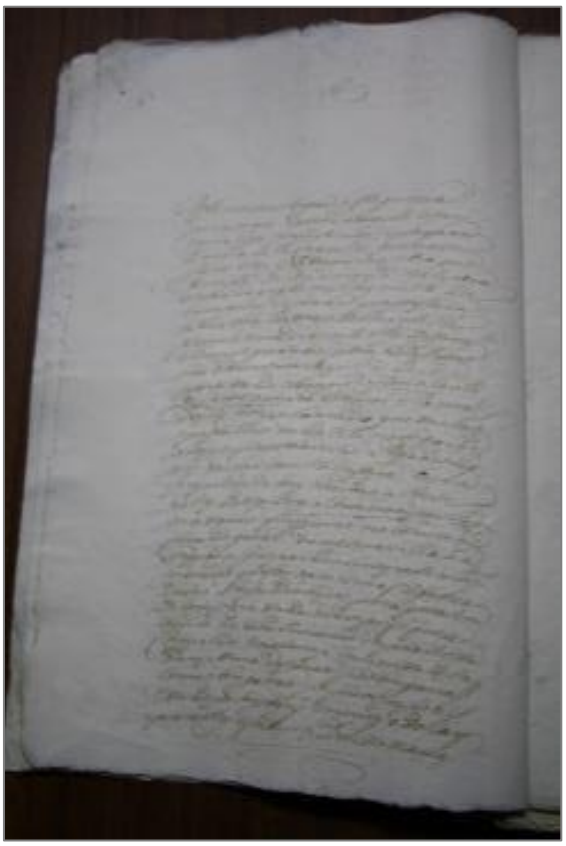
Documento cedido pela Empresa The Fladgate Partnership S.A.

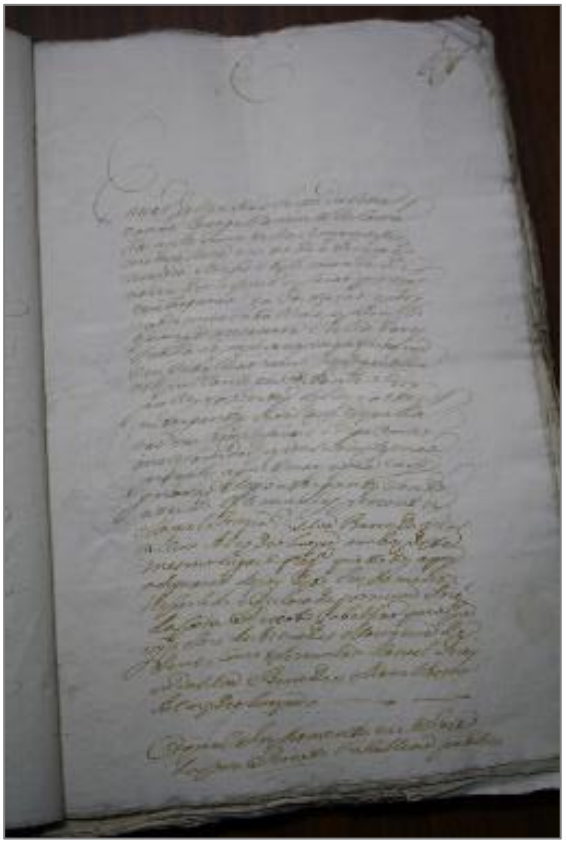
ANEXO 47. AUTOS DO PATRIMÓNIO DA CAPELA DE JOSÉ DE AZEVEDO E SOUSA OU QUINTA DO CHOUPELO

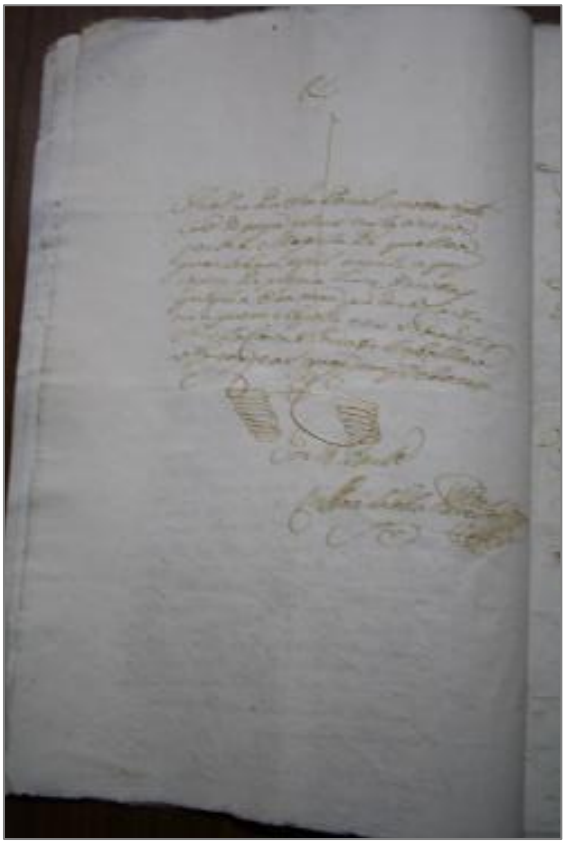


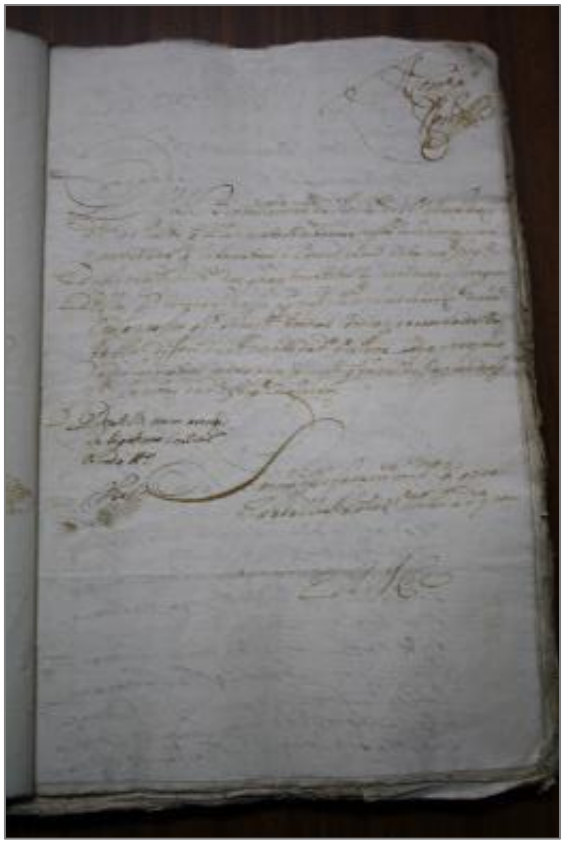


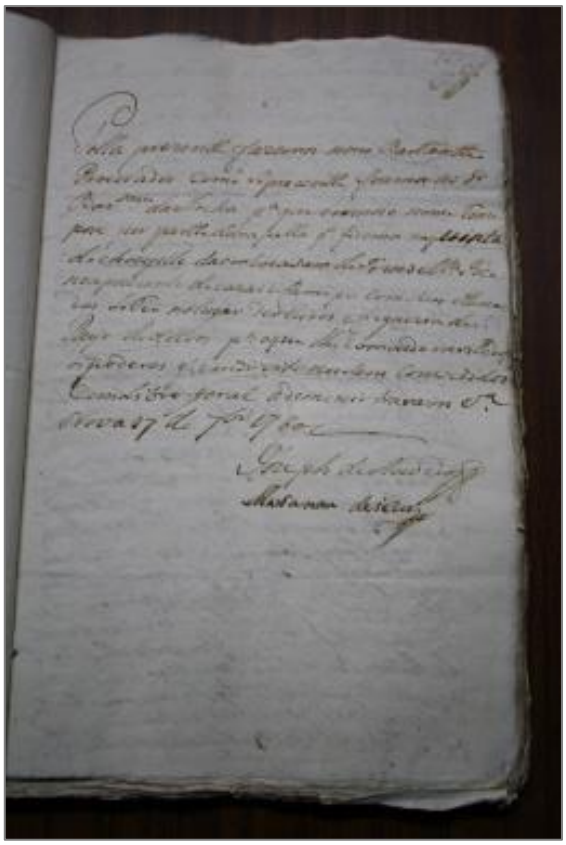


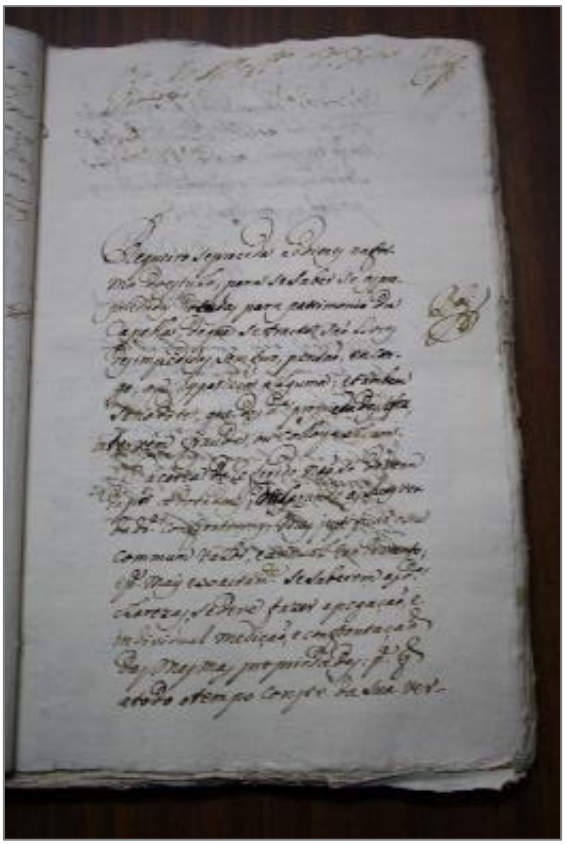


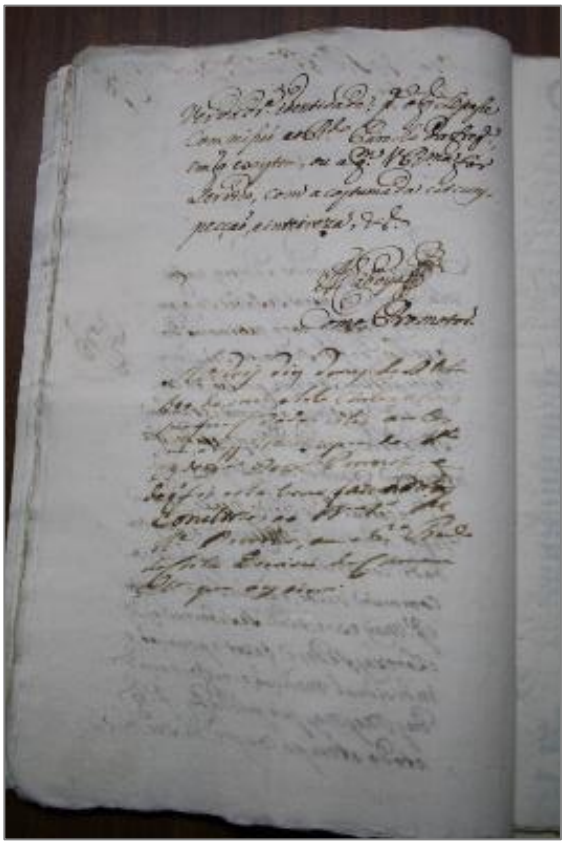


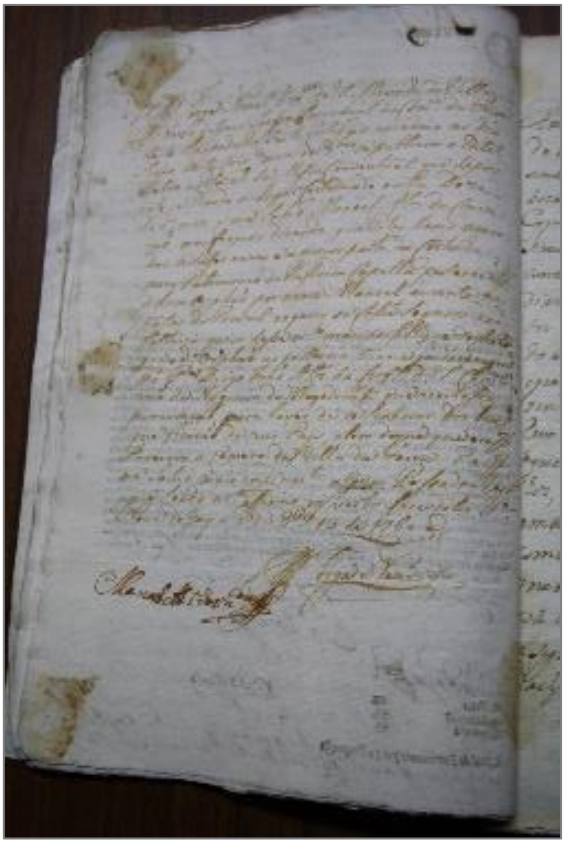


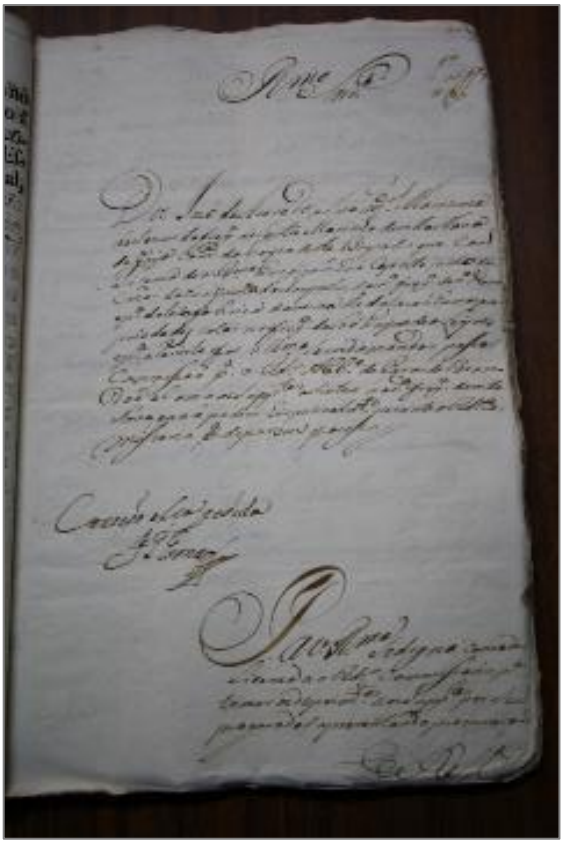


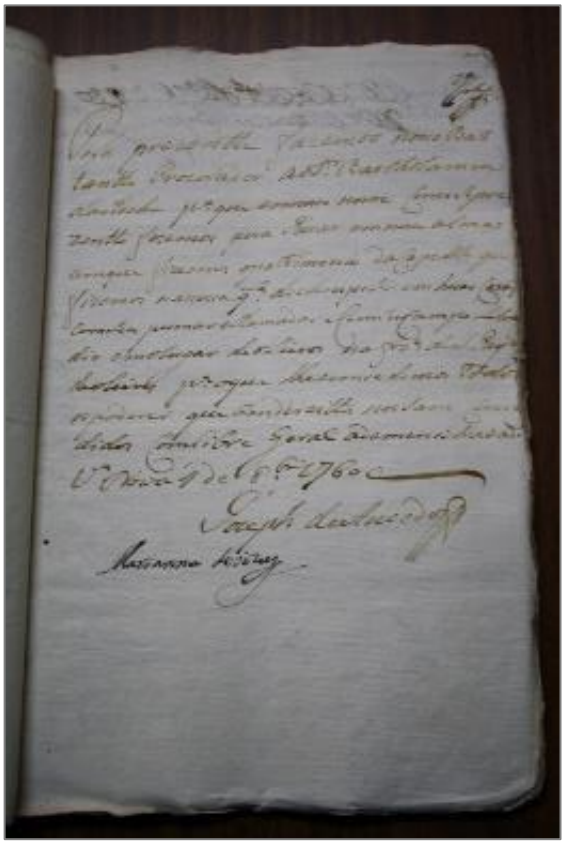


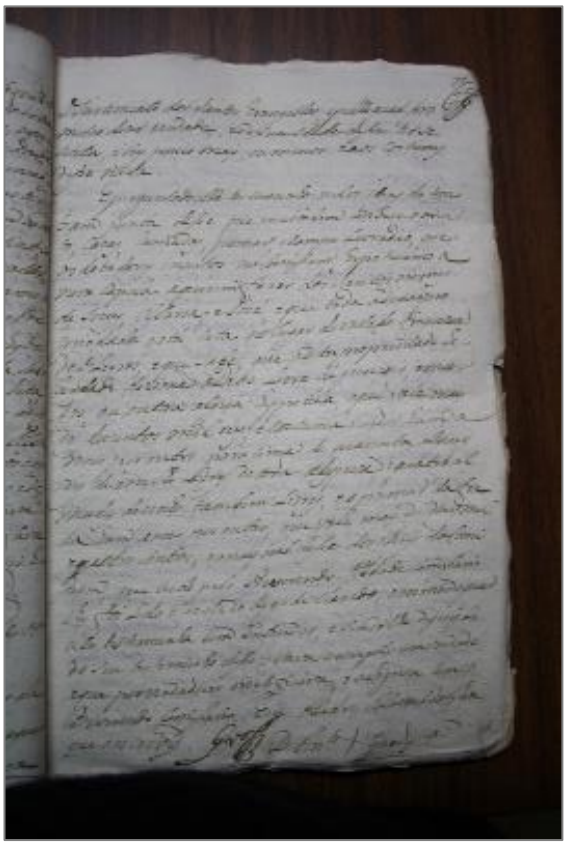






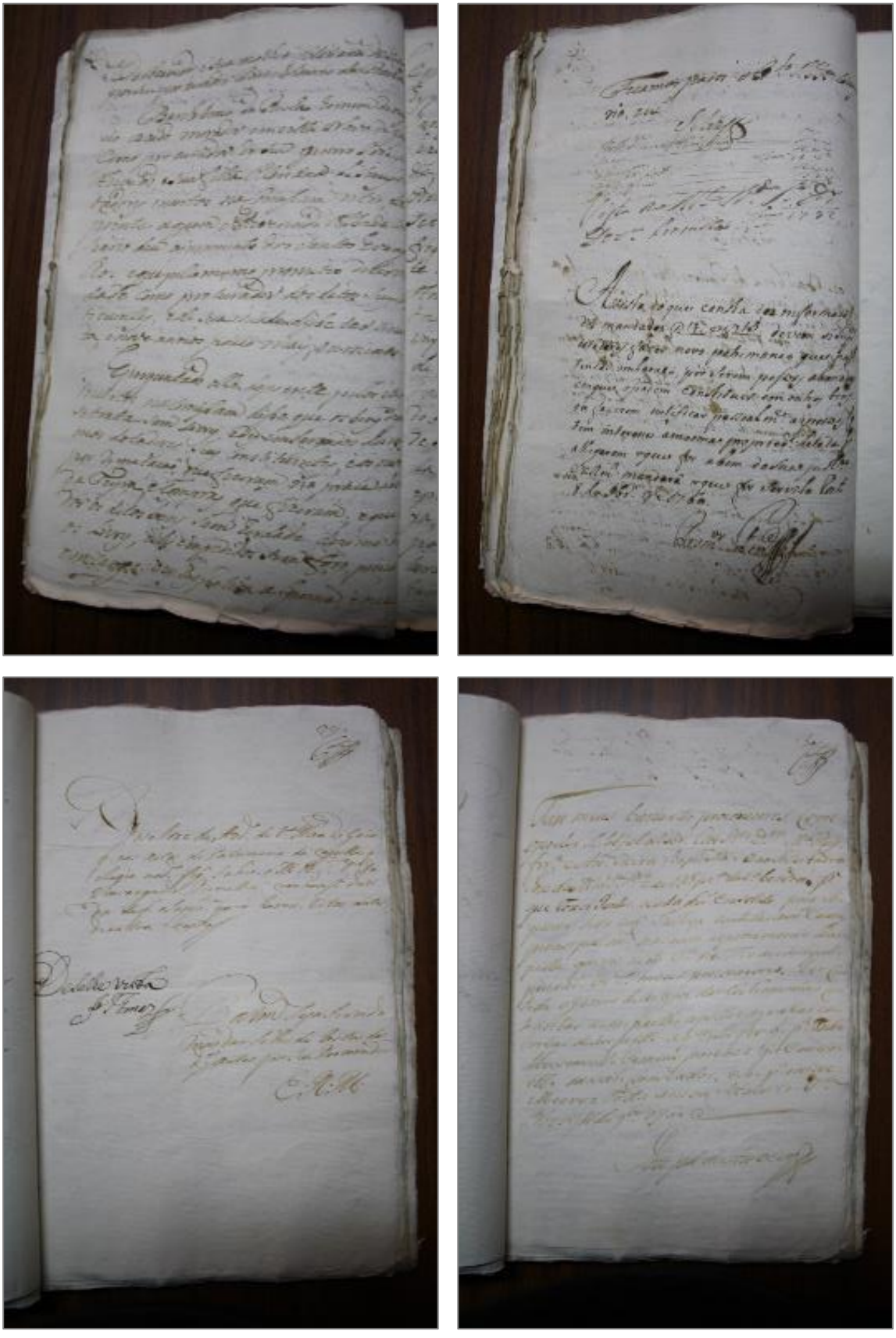






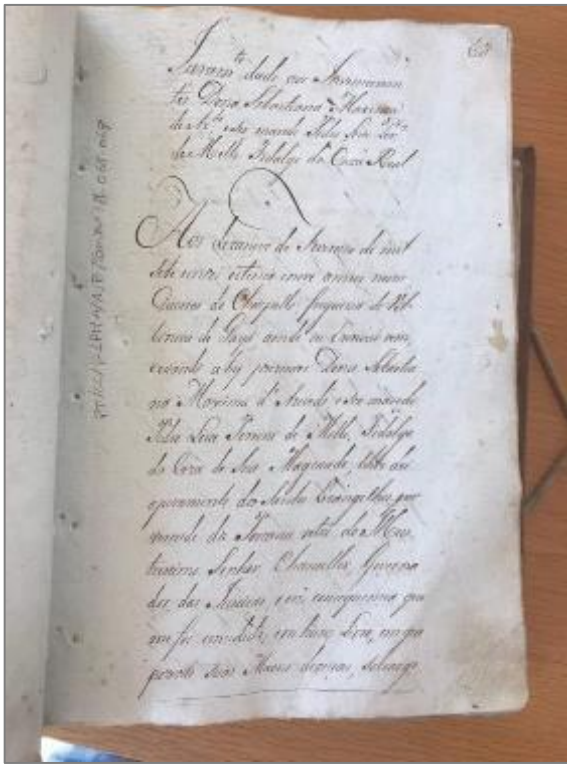


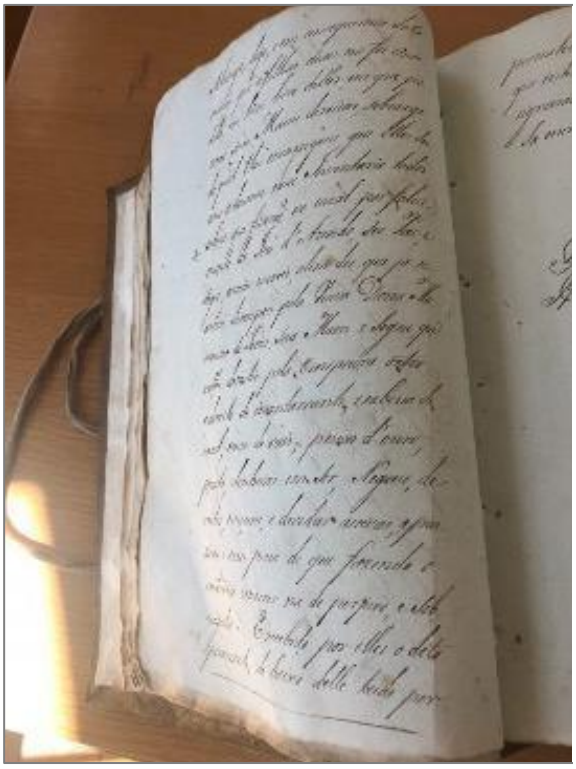


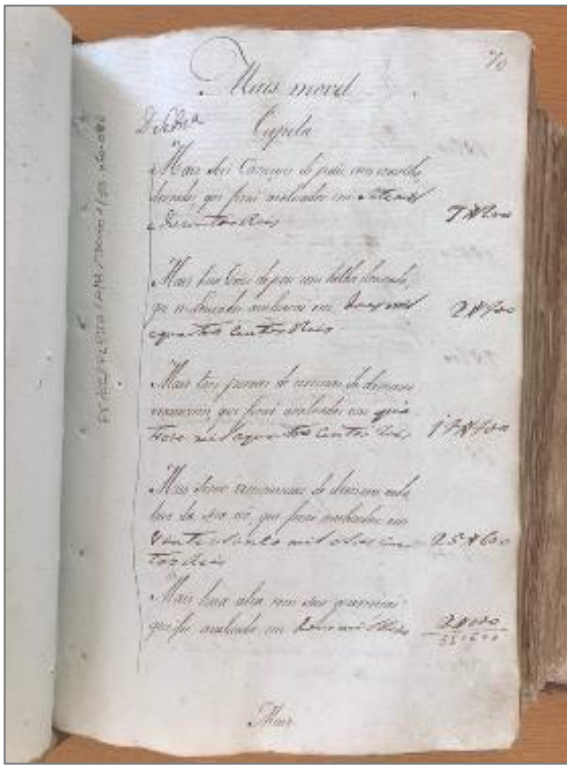


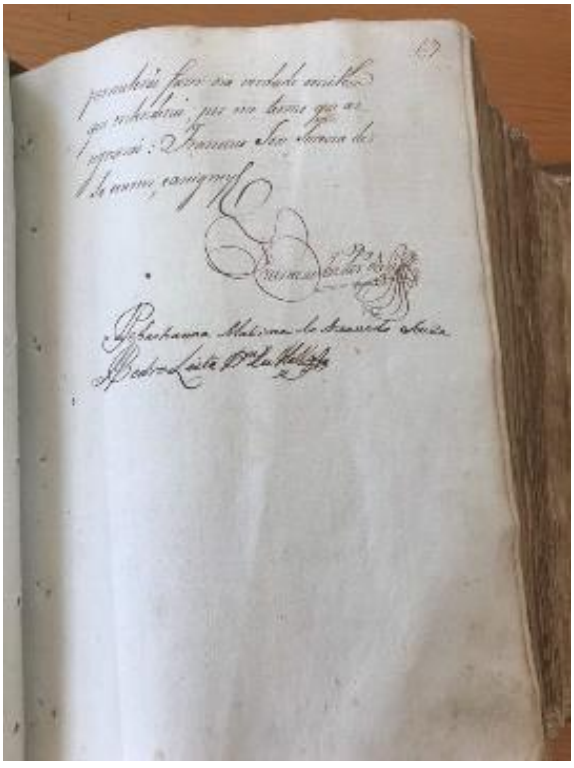
Autos do Património da Capela de José de Azevedo e Sousa: PT/AEP/DP/CUR-SGC/483

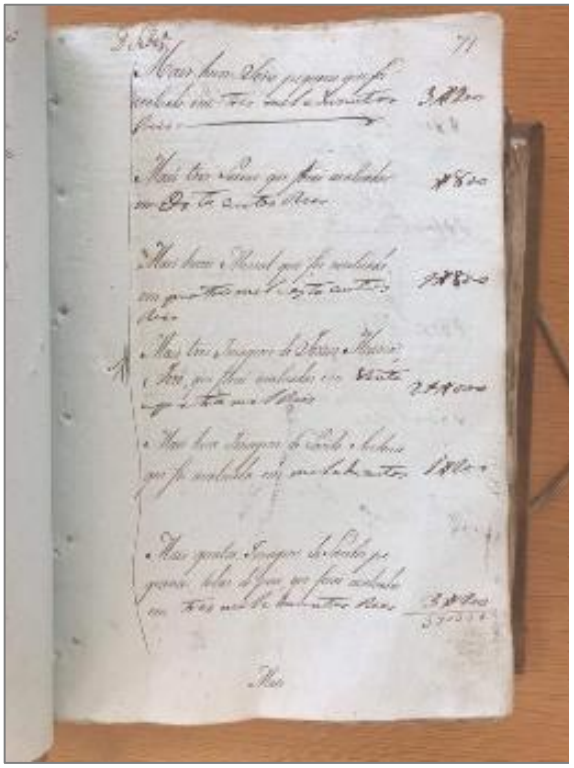
ANEXO 48. INVENTÁRIO DO TESTAMENTO DE JOSÉ DE AZEVEDO E SOUSA



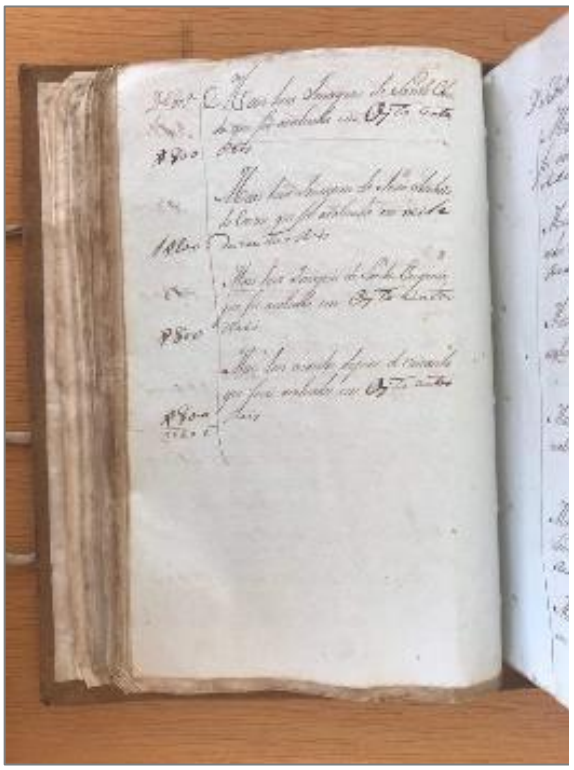


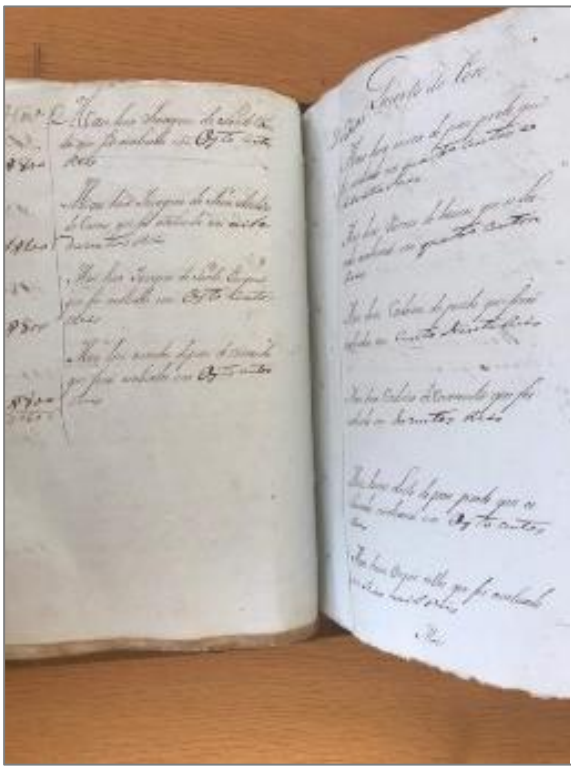


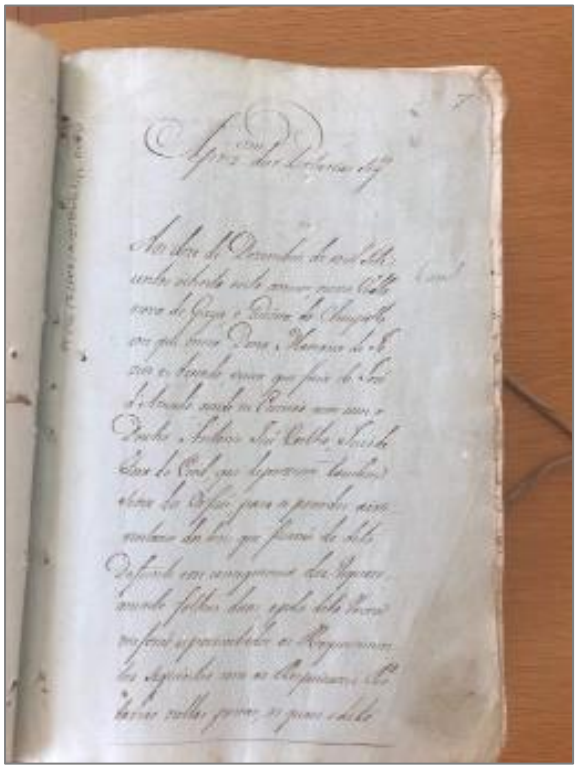


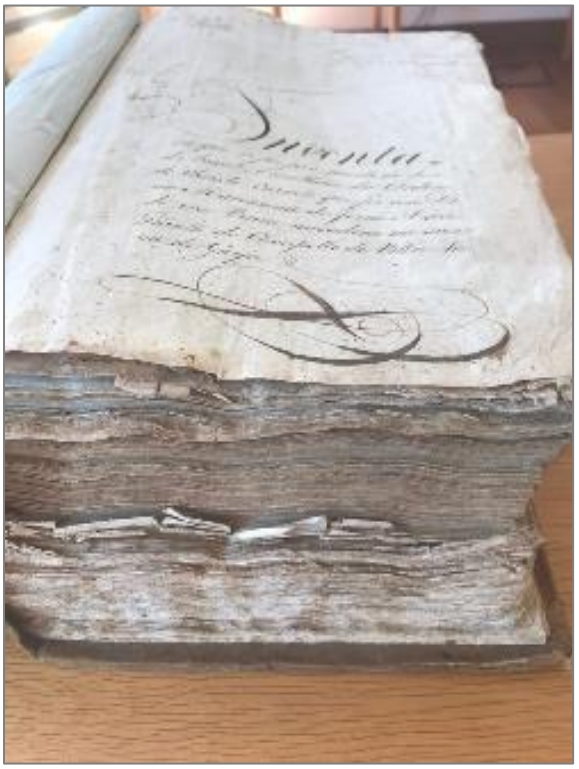


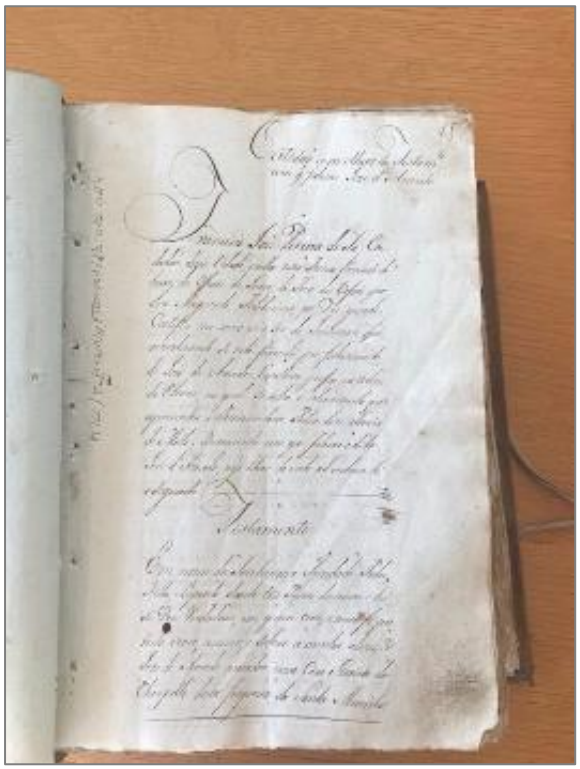


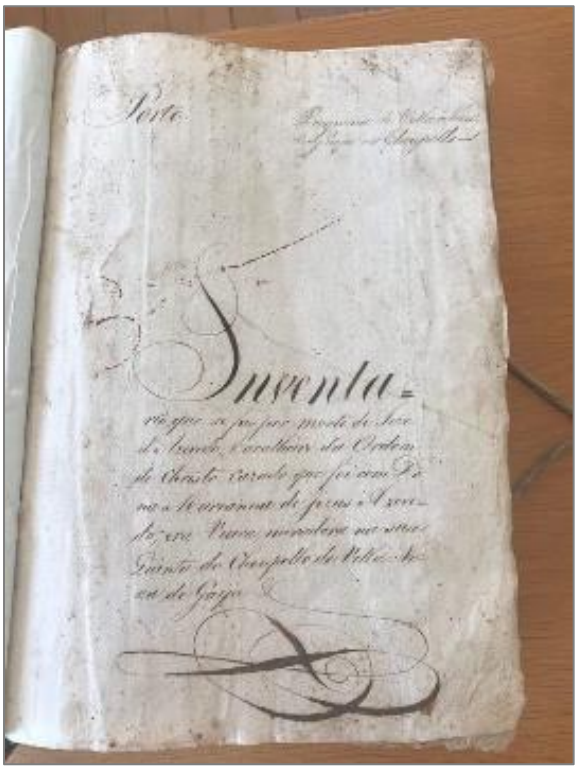


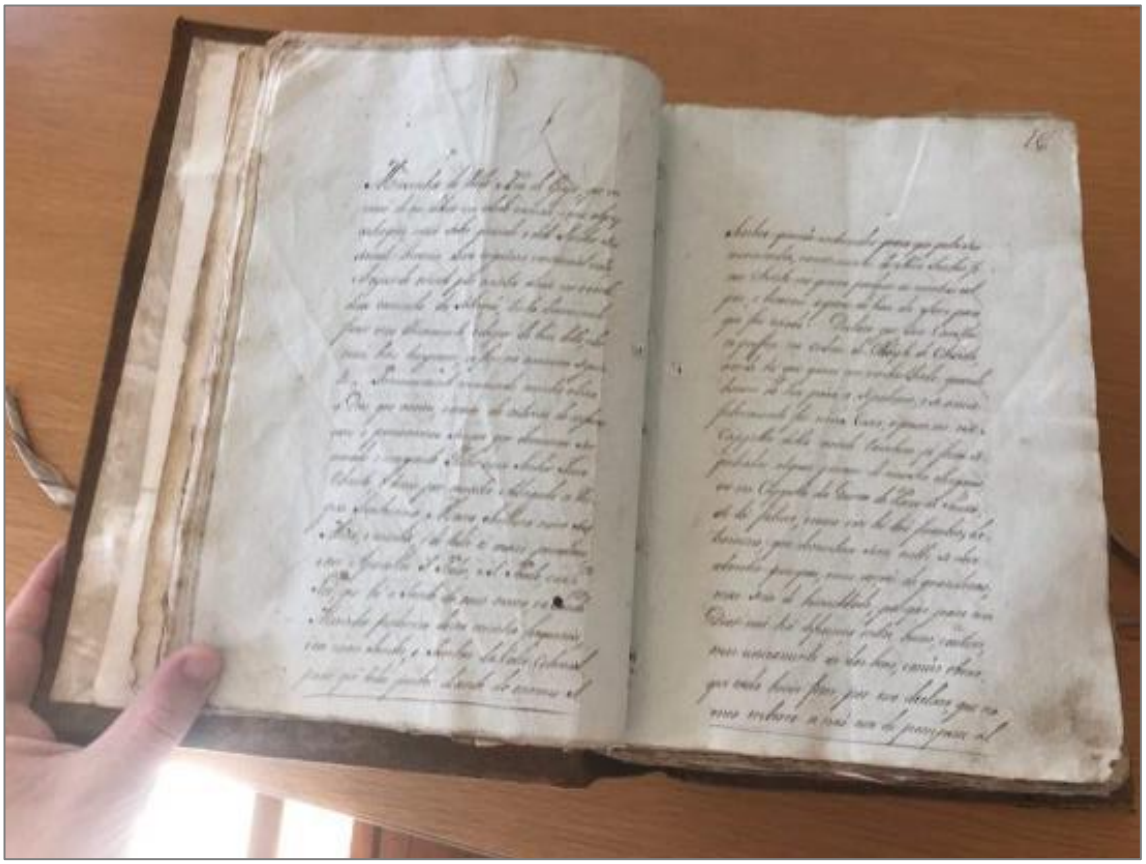


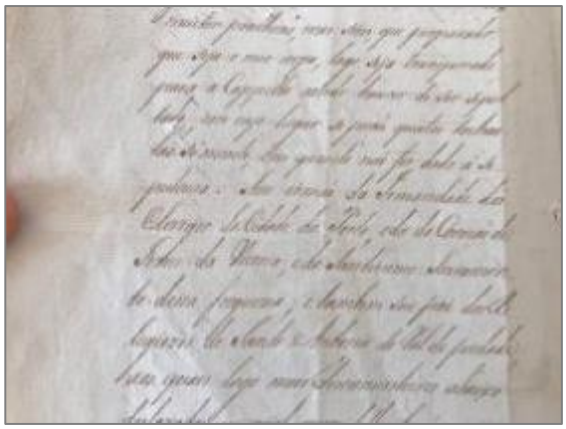


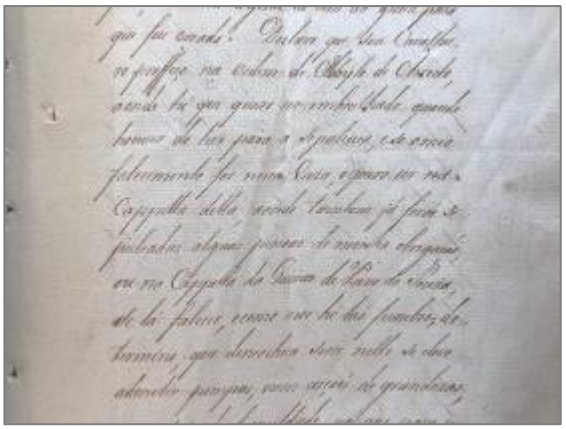






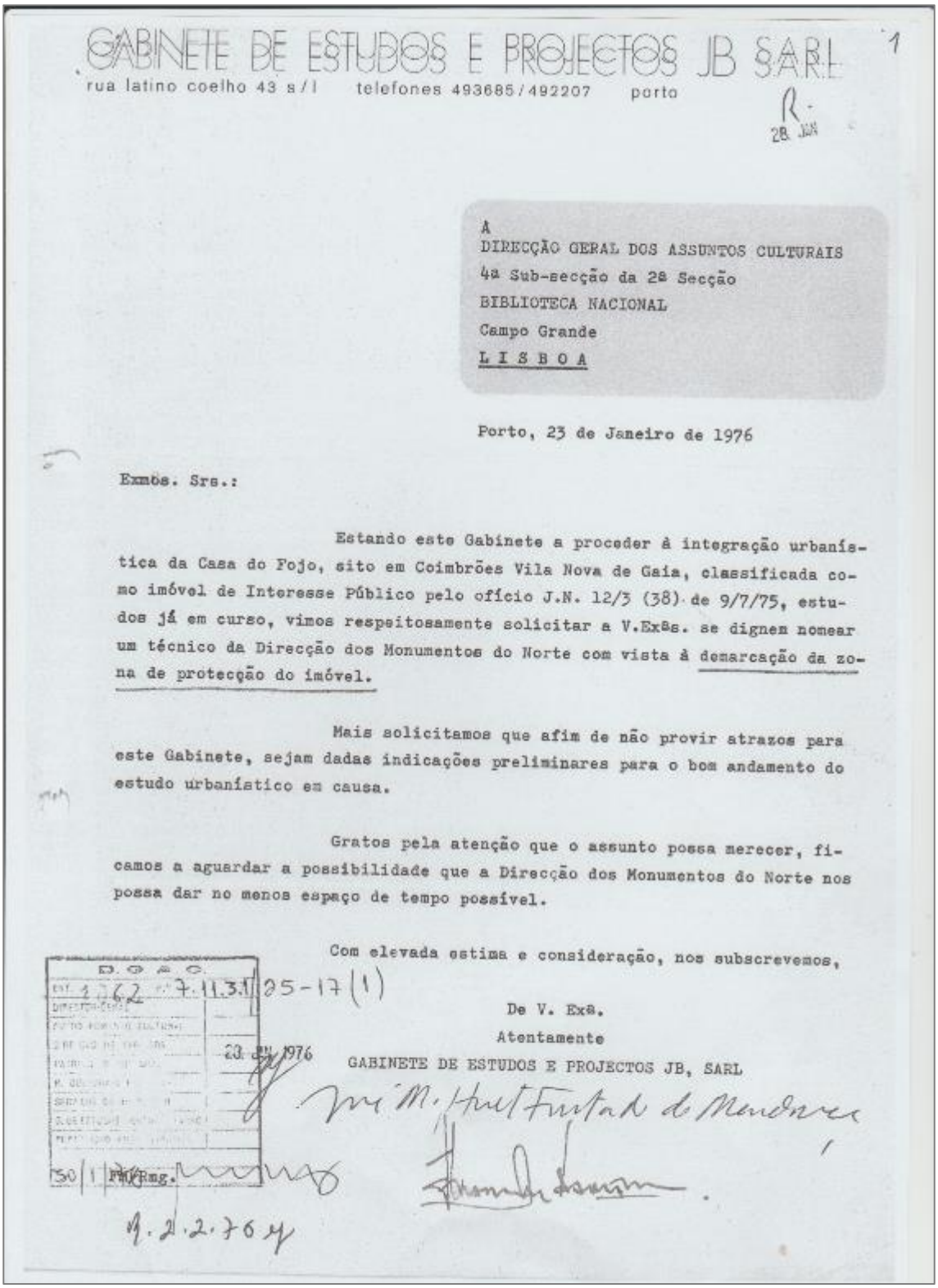






Documentos do Tombo testamentário, de José de Azevedo e Sousa, cedido pelo Arquivo Municipal de Penafiel.

ANEXO 49. INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA DA CASA DO FOJO



GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS JB SARL

rua latino coelho 43 s/l telefones 493685/492207 porto

1

28 JAN

A
DIRECÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS
4a Sub-secção da 2ª Secção
BIBLIOTECA NACIONAL
Campo Grande
L I S B O A

Porto, 23 de Janeiro de 1976

Exmos. Srs.:

Estando este Gabinete a proceder à integração urbanística da Casa do Fojo, sito em Coimbrões Vila Nova de Gaia, classificada como imóvel de Interesse Público pelo ofício J.N. 12/3 (38) de 9/7/75, estudos já em curso, vimos respeitosamente solicitar a V.Exãs. se dignem nomear um técnico da Direcção dos Monumentos do Norte com vista à demarcação da zona de protecção do imóvel.

Mais solicitamos que afim de não provir atrazos para este Gabinete, sejam dadas indicações preliminares para o bom andamento do estudo urbanístico em causa.

Gratos pela atenção que o assunto possa merecer, ficamos a aguardar a possibilidade que a Direcção dos Monumentos do Norte nos possa dar no menos espaço de tempo possível.

Com elevada estima e consideração, nos subscrevemos,

De V. Exa.
Atentamente
GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS JB, SARL

D.G.A.C.
Ent. 1062 7.11.3.1 25-17 (1)
23 JAN 1976
30/1 PMG/mg.
9.2.76

DIRECÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS
INFORMAÇÃO

Concordo
5.2.76

Informação

4.33.3.1/25-37(1)

A Casa do Forjo, situada em Coimbrão, Vila Nova de Gaia, encontra-se em vias de classificação como "imóvel de interesse público".

Nos termos da al) f) do §1º. do artº. 39º. do Decreto 46349 de 22.5.65, compete à DJE: - "A definição de zonas especiais de protecção estética ou arqueológica, sempre que pelo valor e características delas ou por outra circunstância a zona normal de 50 m se mostre insuficiente". Assim, parece dever ser dada à D.J.E./M.H. a colaboração para o feito com vista dando-se, simultaneamente, conhecimento ao peticionário do estudo e projecto JB, SARL da diligência feita.

À consideração superior.

Fátima Gomes
Lisboa 4.2.76

Lisboa
4.2.76

Mod. AC 5

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS
REPARTIÇÃO TÉCNICA

MEMÓRIA

CASA DO FOJO
em Stª. André de Canidelo
- VILA NOVA DE GAIA -
Imóvel de Interesse Público

A casa do Fojo, em Coimbrões, na freguesia de Stª. André de Canidelo, do concelho de Vila Nova de Gaia foi classificada como Imóvel de Interesse Público por Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente que nos foi transmitido pelo ofício nº. 9751 de 4 de Julho de 1975 da Direcção Geral dos Assuntos Culturais.

Foi fundada esta casa pelo general inglês William Neville que, depois da derrota do Duque de York, em 1716, na Guerra das Duas Rosas, se viu obrigado a emigrar para Portugal e aqui fixou residência dando origem à família dos Neville de Portugal que por aliança matrimonial com a dos Saavedras de Provezende ainda hoje se conserva na posse desta casa.

Um século mais tarde, a quando das invasões francesas, o general Beresford que veio organizar e comandar a Leal Legião Lusitana, bem como os generais Wellington, Trant, Mackelero, Hamilton, etc. trouxeram cartas de apresentação para esta conhecida família Neville, sua compatriota pela origem e, por vezes, aqui estabeleceram o seu quartel general como atestam as ordens assinadas do "Quartel General do Fojo".

José Pinto da Cunha Godinho Saavedra, casado com Dª. Josefa Neville, bisneta do general William Neville, 1º. senhor desta casa, foi nomeado, bem como seus filhos, ajudante de campo dos vários generais ingleses intervenientes no combate às invasões francesas.

Nesta casa e por iniciativa da sua proprietária, D. Josefa de Neville, iniciou a sua carreira como ajudante de campo o futuro Marechal Saldanha.

Mais tarde, em 1832-1834, foi quartel general do exército realista estacionado ao Sul do Rio Douro.

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS
REPARTIÇÃO TÉCNICA

MEMÓRIA

Além do seu valor histórico e talvez que em igual plano temos a considerar o seu valor arquitectónico.

É uma casa senhorial dos começos do século XVIII, de óptimas proporções, rodeada de uma bela quinta, toda cercada e a dois passos da cidade do Porto como é característica das casas de famílias inglesas que aqui fixaram residência.

Esta propriedade foi interceptada por duas vias de grande circulação: a linha de caminho de ferro Porto-Lisboa e a auto-estrada.

Tanto num caso como no outro houve a preocupação de manter-lhe a unidade por meio de uma ponte no primeiro e por duas passagens em túnel no segundo que permitem a passagem de viaturas. No entanto a unidade do conjunto ficou bastante prejudicada por estas duas vias.

Ora, é justamente com a preocupação de manter o que resta da unidade da propriedade que nos parece devermos estabelecer a zona de protecção e nesse sentido procurou-se: que a zona vedada à construção abrangêsse não só a casa de habitação e respectivos anexos como também os dois espelhos de água e mirante que fazendo parte integrante deste conjunto ; por isso, merecem ser incluidos na mesma classificação; e que a zona de protecção englobasse uma maior área da propriedade, indispensável para a valorização do conjunto, e ao mesmo tempo protegêsse as alamedas com árgores decorativas de acesso à casa (uma com japoneiras e outra castanheiros da Índia e ao mesmo tempo permitisse a construção condicionada junto das vias que circundam a propriedade.

Por outro lado, e com o mesmo intuito de preservar a unidade destas casas senhoriais que últimamente teem sido classificadas em grande número, parece-nos que deveria ser estabelecida doutrina no sentido de a classificação ser mais ampla ou, pelo menos, de que as zonas de protecção e vedadas à construção abrangessem uma vasta área por forma a que não venha a ser prejudicado o todo que a casa forma com a propriedade anexa.

O conjunto da casa com os espaços livres, jardins (por vezes com elementos arquitectónicos ou decorativos de grande interesse) campos de cultivo e matas de recreio ou não, taças de água, etc., formam um todo que nos parece deveria ser mantido e defendido. É o caso também dos conventos e mosteiros espalhados pela província cuja classificação deveria abranger o conjunto formado pelo edifício ou edifícios e a respectiva cêrca e, caso isto não fosse viável, que ao menos a respectiva zona de protecção abrangesse toda a área da cêrca.

VISTO
O ARQUITECTO DIRECTOR

Porto, 26 de Abril de 1976
O arquitecto de 2ª. classe

Exmº. Senhor
Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de

VILA NOVA DE GAIA

7.11.3.1/25-17(1)

Zona de protecção da Casa do Fojo, em Coimbrões, na freguesia de Stº. André de Canidelo, concelho de Vila Nova de Gaia

10209 - 1 JUL 76

Nos termos dos artºs. 1º. e 2º. do Decreto-Lei nº. 181/70, de 28 de Abril e para cumprimento urgente do disposto no artº. 3º. do mesmo diploma, comunico a V.Exª. que, por despacho de Sua Excelência o Ministro da Educação e Investigação Científica, foi homologada uma proposta da 4ª.Subsecção da 2ª. Secção da Junta Nacional da Educação, para fixação da zona de protecção da Casa do Fojo, em Coimbrões, na freguesia de Stº.André de Canidelo, nesse concelho.

Para os devidos efeitos junto envio a V.Exª., a título devolutivo, a planta com os limites da zona de protecção agora proposta.

Os imóveis abrangidos pela zona de protecção do imóvel classificado, ficarão sujeitas às disposições legais em vigor, designadamente às que constam dos artºs.25º.,26º.,45º. e 46º., do Decreto nº. 20 985, de 7 de Março de 1932, do Decreto nº. 38 888, de 29 de Agosto de 1952, do Decreto-Lei nº. 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938, do Decreto-Lei nº.39 600, de 3 de Abril de 1954, e da alínea g) do nº.2, do §1º., do Artº. 19º., do Decreto nº. 46 349, de 22 de Maio de 1965.

Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR-GERAL,

CAM/CAM

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Aprovado em sessão da
4ª Sub-Secção da 2ª Secção da
Junta Nacional da Educação
18 de Junho de 1976
P/O PRESIDENTE

7.11.3. [illegible]/25-17 (1)

A D.G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais
envia o estudo da zona especial de protec-
ção da Casa do Fojo em Coimbra.

UMA NOTA DE GALA

O estudo em apreciação está em condições
de merecer aprovação.

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Concordo
24.2.77

ASSUNTO:
1.3.3/25-37(1)

INFORMAÇÃO

O edifício cuja fotografia e C. Gr. de Vila Franca de Xira diz respeito é classificado como imóvel de interesse público de Casa do Forjo, pertencendo o seu processo aos autos de bens cuja protecção foi requerida à Junta de Freguesia do edifício referido à zona de protecção de Casa do Forjo (comunicada àquela Câmara através do Of. 10209 de 7.7.76). Nestas condições, parece-me não haver inconveniente em o assunto ser tratado directamente com a Câmara Municipal.

V.Exª determinará

Dalila Rodrigues
em 23-2-77

Mod. AC 4

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal de

VILA NOVA DE GAIA

Ofº 139/D 21-1-77 7.11.3.1/25-17(1)

Zona de protecção da Casa do Fojo em Coimbrões, freguesia de Santo André de Canidelo - Vila Nova de Gaia.

Em referência ao ofício acima indicado, informo V. Exa. que o que se pretendia saber era se tinha sido publicado e afixado o edital referente á zona de protecção da Casa do Fojo (n/ ofício 10 209 de 1-7-76), porquanto o agora enviado diz respeito á classificação como imóvel de interesse público da referida Casa.

Nestas condições, solicito novamente de V. Exa. o envio de um exemplar do Edital afixado, bem como a indicação do jornal e data em que o mesmo foi publicado.

Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR-GERAL,

MP/MAL.

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de

VILA NOVA DE GAIA

S 7.11.3.1/25-17(1)
2109-1-3-77

Zona de protecção da Casa do Vejo em Coimbrões, freguesia de Santo André de Canidelo- Vila Nova de Gaia

Em referência ao meu ofício acima mencionado, solicito de V. Exa. se digne informar-me se já foi publicado e afixado o edital respeitante à zona de protecção em causa.

Em caso afirmativo deverá ser enviado, com a possível urgência, a esta Direcção-Geral um exemplar do referido Edital, bem como a indicação do jornal e data em que o mesmo foi publicado.

Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR-GERAL,

MC/CPa

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA

EDITAL

ANTÓNIO COUTINHO GONÇALVES DA FONSECA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA:

Em seguimento aopedido que no mesmo sentido foi recebido da Direcção Geral do Património Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, e em cumprimento do disposto no artº 3º do Decreto-Lei nº 181/70, de 28 de Abril, se faz publico que por despacho de Sua Excelência o Ministro da Educação e Investigação Científica, foi homologada uma propostada 4ª Subsecção da 2ª Secção da Junta Nacional da Educação, para fixação da zona de protecção da CASA DO FOJO, em Coimbrões, na freguesia de Santo André de Canidelo, deste concelho.

Os imóveis abrangidos pela zona de protecção do imóvel classificado ficarão sujeitos às disposições legais em vigor, designadamente às que constam dos artigos 25º, 26º, 45º e 46º, do Decreto nº 20 985, de 7 de Março de 1932, do Decreto nº 38 888, de 29 de Agosto de 1952, do Decreto-Lei nº 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938, do Decreto-Lei nº 39 600, de 3 de Abril de 1954, e da alínea g) do nº 2, do § 1º, do artº 19º , do Decreto-Lei nº 46 349, de 22 de Maio de 1965.

Para constar e devidos efeitos se fez o presente e outros de igual teor a que vai ser dada a publicidade usual.

E eu, [illegible], Chefe da Secretaria, o subscrevi.

Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia, 24 de Janeiro de 1978 (23/2)

O PRESIDENTE DA CÂMARA

[illegible]

S. R.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SECRETARIA

Exmº Senhor
Director do Jornal

" O Comércio do Porto"

PORTO

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		884 /c	24.1.78

ASSUNTO: "PUBLICAÇÃO DE EDITAL"

Junto remeto a V. Exª para publicação nesse jornal um **edital** relativo a **"Zona de Protecção da Casa do Fojo"**

Agradece-se que seja enviado a esta Câmara, um exemplar do jornal em que o mesmo venha publicado.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da ~~Comissão Administrativa~~

O Presidente da Câmara

(António Coutinho Gonçalves da Fonseca)

E.M.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 57, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-CHENOP), a que se refere o processo 8/60 614, arquivo 2 784, para o estabelecimento em S. Lourenço, freguesia de Cela, concelho de Chaves, de uma linha aérea a 15 kV, com 262 metros, do poste n.º 23 da linha para o Posto de Transformação de S. Lourenço, da CS mara Municipal de Chaves ao Posto de Transformação de Ribeira do Pinheiro — Cela II, da mesma entidade.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção - Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 17 de Janeiro de 1978.

Pel'O Engenheiro-Chefe,

Joaquim Gonçalves dos Santos

Serviços Municipalizados de Gondomar

INTERRUPÇÃO DE CORRENTE

Por motivo de remodelação no Posto de Transformação da Rua da Escola Dramática, na freguesia de Valbom não haverá energia eléctrica no próximo Sábado, 28 do corrente, das 8 às 17 horas, nas zonas abrangidas pelo mesmo.

Pelo mesmo motivo e ainda por trabalhos a realizar na rede, não haverá energia eléctrica no mesmo dia e à mesma hora no Posto de Transformação da Azenha, freguesia de Jovim.

Gondomar, 26 de Janeiro de 1978

A Direcção

(ex-CHENOP), a que se refere o processo 8/60 873, arquivo 2 784, para o estabelecimento na freguesia de S. Vicente, concelho de Chaves, de uma linha aérea a 15 kV, com 184 metros, do poste n.º 54 da linha para o Posto de Transformação de Segirei — S. Vicente I, da Câmara Municipal de Chaves ao posto de transformação de Aveleda — S. Vicente IV, da mesma Câmara, e sito no lugar de Aveleda.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção - Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 17 de Janeiro de 1978.

Pel'O Engenheiro-Chefe,

Joaquim Gonçalves dos Santos

Terceiro Cartório Notarial do Porto

A CARGO DO NOTÁRIO JOSÉ CABRAL DE MATOS

Certifico que de fls. 76v.º a 77 do L.º de notas C-877, deste Cartório, se encontra exarada, com data de 18 de Janeiro corrente, uma escritura de habilitação por óbito de MANUEL AUGUSTO DIAS DA COSTA, natural da freguesia de São Martinho da Gândara, do concelho de Oliveira de Azeméis, falecido em 28 de Agosto de 1977, no seu domicílio à Rua de Santa Catarina, n.º 487, 1.º andar, desta cidade, sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, no estado de casado em primeiras núpcias com [illegible] e sob o regime da comunhão geral de bens, com Laura Fernandes de Oliveira, ora viúva, do qual único herdeiro uma filha legítima, Maria Manuela de Oliveira e Costa Tavares Madeira, casada com José Joaquim Tavares Madeira sob o regime da comunhão geral de bens, residente na Rua Prof. Gomes Teixeira, n.º 0, 4.º andar, esquerdo, da cidade de Lisboa.

Está conforme e de teor que na parte omitida da referida escritura nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve. — Porto, 26 de Janeiro de 1978.

O Ajudante do 2.º Cartório

Carlos Osvaldo da Cunha Fernandes

Câmara Municipal do Concelho de Vila Nova de Gaia

27/1/78 — 26/2/78

EDITAL

ANTÓNIO COUTINHO GONÇALVES DA FONSECA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA

Em seguimento ao pedido que no mesmo sentido foi recebido da Direcção Geral do Património Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, e em cumprimento do disposto no art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de Abril, se faz público que por despacho de Sua Excelência o Ministro da Educação e Investigação Científica, foi homologada uma proposta da 4.ª Subsecção da 2.ª Secção da Junta Nacional da Educação, para fixação da zona de protecção da CASA DO FOJO, em Coimbrões, na freguesia de Santo André de Canidelo, deste concelho.

Os imóveis abrangidos pela zona de protecção do imóvel classificado ficarão sujeitos às disposições legais em vigor, designadamente às que constam dos artigos 25.º, 26.º, 45.º, e 46.º, do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, do Decreto n.º 38 888, de 28 de Agosto de 1952, do Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938, do Decreto-Lei n.º 39 600, de 3 de Abril de 1954, e da alínea g) do n.º 2, do § 1.º, do art.º 19.º, do Decreto-Lei n.º 46 348, de 22 de Maio de 1965.

Para constar e devidos efeitos se fez o presente e outros de igual teor a que vai ser dada a publicidade usual.

E eu (assinatura ilegível), Chefe da Secretaria, o subscrevi.

Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia, 24 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Câmara

António Coutinho Gonçalves da Fonseca

Sindicato dos Profissio... Relojoaria e Ofícios ...

CONVOC...

Convocam-se todos os ... Quinzenária e Relojoaria/Mo... realizar no próximo Sábado, ... Sede do Sindicato dos Trabal... de Fernandes Tomás, n.º 620 ... com a seguinte

ORDEM DE ...

1. — Análise e discussão d...
2. — Informações.

NÃO FALTES! COMPARE...

Porto, 25 de Janeiro de ...

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 57, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-CHENOP), a que se refere o processo 8/60 586, arquivo 2 784, para o estabelecimento em Vale de Lobo, freguesia de Cedães, concelho de Mirandela, de uma linha aérea a 30 k... com 484 metros, do poste n.º 231 da linha Macedo de Cav... Meixedo — Mirandela — Jales ... Posto de Transformação ... Vale de Lobo — Cedães III, ... Câmara Municipal de Mira... dela.

Todas as reclamações cont... a aprovação deste projecto ... verão ser presentes na referi... Direcção - Geral, dentro ... citado prazo.

Repartição de Licenciamen... em 17 de Janeiro de 1978.

Pel'O Engenheiro-Chefe,

SERRA DO MARÃO — Viagens e Turismo, Lda.

VILA REAL

UMA ORGANIZAÇÃO TRANSMONTANA AO SERVIÇO DOS TRANSMONTANOS

BRAGANÇA — LISBOA — BRAGANÇA

Viagens Turísticas

Serviço expresso em luxuosos autocarros das Empresas CABANELAS e TAMEGA

NOVO HORÁRIO A PARTIR DO DIA 1 DE FEVEREIRO DE 1978 — ALTERAÇÃO SÓ NO SENTIDO BRAGANÇA — LISBOA

S.

DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL
R.
ENTRADA N.º 1245
1 FEV. 1978
PROCESSO 7.11.3.1/28-17(1)
2/2/780

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SECRETARIA

Exmo. Senhor Director-Geral do

Património Cultural

Secretaria de Estado da Cultura

Edifício da Biblioteca Nacional

LISBOA 5

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	DATA
7.11.3.1/28-17(1) 2108-1-3-77 575	13.1.78	1039 /C	27.1.78

ASSUNTO. ZONA DE PROTECÇÃO DA CASA DO FOJO EM COIMBRÕES
FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ DE CANIDELO- VILA NOVA DE GAIA

Em referência ao ofício de V.Exª acima indicado, incluso remeto um exemplar do EDITAL, devidamente certificado, bem como um exemplar do Jornal "O Comércio do Porto", de hoje, onde foi publicado o mesmo, respeitantes ao assunto que vai referido em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara

E.M.

(António Coutinho Gonçalves da Fonseca)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Concordo
15.2.78

ASSUNTO:

7.11.3.1 (25.17(1))

INFORMAÇÃO

Em face do que se informa e do que consta do processo, parece de admitir que a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Coa a declaração de utilidade pública, a título definitivo, acompanhada o Ofício 10209, de 1 de Julho de 1976, e informe, se julgado o prazo regulamentar, se foram apresentadas quaisquer reclamações, sobre o caso se a planta em causa foi afixada para conhecimento público.

Deve ainda dar-se conhecimento aos Governos de Distrito e Prefeitos da B, A.A.M.I., da posição do processo.

Com V.ª decisão.

16.2.78

Mod. PC-4

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal de

VILA NOVA DE GAIA

Of. 1034/C 27-1-78 7.11.3.1/25-17(1)

Zona de protecção da Casa do Fojo, em Coimbrões, freguesia de Santo André de Canidelo-Vila Nova de Gaia.

Em referência ao ofício acima mencionado, solicito de V. Exa. se digne devolver-me a planta que, a título devolutivo, acompanhou o ofício nº 11 113, de 1 de Julho de 1976, e informar-me se, expirado o prazo regulamentar, foram apresentadas quaisquer reclamações, bem como se a planta em causa foi afixada para conhecimento público.

Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR-GERAL,

MC/JH

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Vila Nova de Gaia

4400 VILA NOVA DE GAIA

7.11.3.1/25-17(1)
Of9s4348 23-3-82ABR.82-305002
1102 22-1-82
3665 10-3-82

Zona de protecção da Casa do Fojo situada no lugar de Coimbrões, freguesia de Santo André de Canidelo, concelho de Vila Nova de Gaia.

Em referência aos ofícios acima mencionados, solicito a V. Exa. se digne devolver a planta enviada a essa Câmara através do ofício nº 10209, deste Instituto, de 1-7-76 e informar se, expirado o prazo regulamentar, foram apresentadas quaisquer reclamações, bem como se a planta foi afixada para conhecimento público.

Com os melhores cumprimentos.

A PRESIDENTE,

AO/AC

Dra. Elvira 17.10.05

MC
Ministério da Cultura

I. P. P. A. R.
Direcção Regional do Porto
ENTRADA
12/10/2005
Proc.

ippar
Instituto Português do Património Arquitectónico
Direcção Regional do Porto
Divisão de Salvaguarda

À DRP
para abrir processo de ZEP.
João Belo Rodeia
Presidente

Considerando que a ZEP da Casa do Fojo, homologada em 1976, nunca foi objecto de publicação definitiva e tendo em consideração as alterações entretanto verificadas na área abrangida, ponderado o seu arquivamento e a futura definição de uma nova ZEP ou de alteração ao contrato.
À consideração superior
1.10.05

Propondo a concordância com o arquivamento, incumbe-se a área funcionalizada de efectuar notificação.
À Conservação Superior
05.08.03

(À DRP para abrir proposta de ZEP)

LINO TAVARES DIAS
Director Regional

INFORMAÇÃO n.º 328324/DRP/05 **data:** 2005-05-10 **cs:** 328324

processo nº: **DRP/CLS-1950**

assunto: **Zona Especial de Protecção à Casa do Fojo (IIP, Decreto Nº 95/78, de 12.9) - proposta de arquivamento.**

A Casa do Fojo, em Coimbrões, freguesia de Santo André de Canidelo em Vila Nova de Gaia encontra-se classificada na categoria de **Imóvel** e grau de **Interesse Público** pelo Decreto Nº 75/78, de 12.9.

Compulsado o arquivo de classificações, verificamos existir um processo concernente à definição da Zona Especial de Protecção daquele imóvel, cujo perímetro foi homologado por despacho de 22(7) de Junho de 1976 de Sua Excelência o Ministro da Educação e Investigação Científica, nos termos da proposta elaborada pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e aprovada em sessão da 4ª Sub-Secção da 2ª Secção da Junta Nacional de Educação de 18 de Junho de 1976.

O citado despacho de homologação da Zona Especial de Protecção à Casa do Fojo foi objecto de publicitação (afixação e publicação de Edital), não tendo a Dgmª Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia informado da apresentação ou não de reclamações.

Casa de Ramalde, R. Igreja de Ramalde, nº 1, 4149-011 Porto Tel.: +351 226 197 000 Fax: +351 226 178 385, www.ippar.pt, ippar@ippar.pt

MC
Ministério da Cultura

ippar
Instituto Português do Património Arquitectónico
Direcção Regional do Porto
Divisão de Salvaguarda

Em face do exposto, cumpre colocarar à consideração superior:

- pese embora a antiguidade de processo (remonta a 1976), o mesmo era desconhecido neste Serviço, só tendo sido localizado recentemente;
- pelo que, no lapso de tempo transcorrido entre aquela data – 1976 – e o presente momento, as transformações ocorridas dentro do perímetro da Zona Especial de Protecção não foram objecto de apreciação por este Serviço;
- sendo ainda de sublinhar que a publicitação do despacho de homologação da Zona Especial de Protecção não contemplou planta contendo a marcação do perímetro definido;
- importando ainda notar que o perímetro então definido (integrando uma vasta área vedada à construção) procura unificar em função da salvaguarda da Casa do Fojo um território marcado pela descontinuidade que lhe advém de ser cortado pela Auto Estrada do Norte (e, com menor impacto, o caminho de ferro);
- razão de se propor o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de se vir a ponderar uma eventual reclassificação da Casa do Fojo e/ou definição de uma Zona Especial de Protecção ajustada à sua actual circunstância de implantação no território.

À Consideração Superior

A Técnica Superior Principal

(Elvira Rebelo)

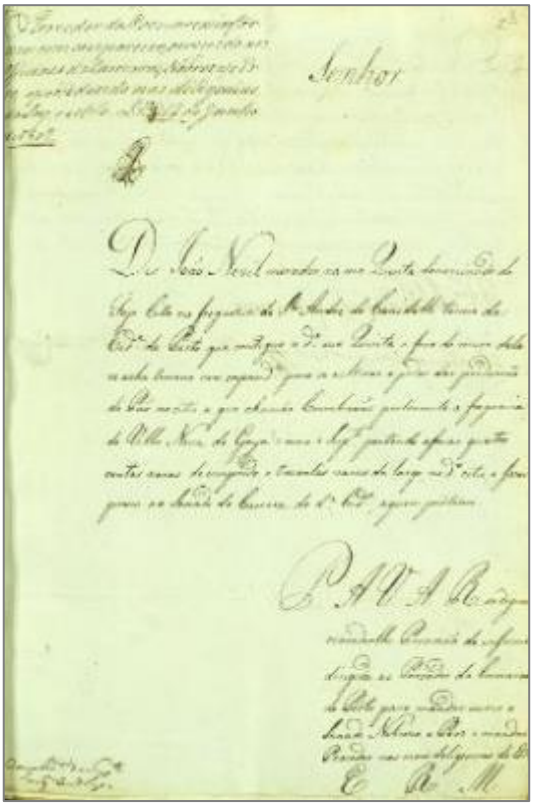
Anexo: Proc.º DRP/CLS- 1950

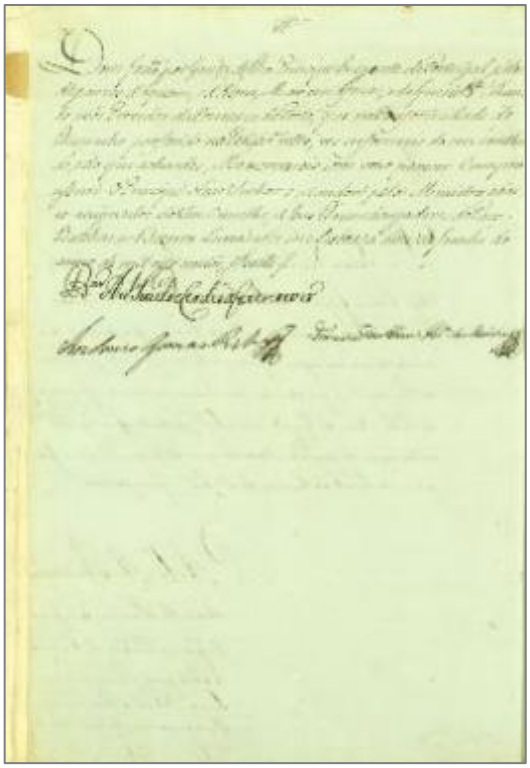
Casa de Ramalde, R. Igreja de Ramalde, nº 1, 4149 - 011 Porto Tel.: +351 226 197 080 Fax. +351 226 179 365, www.ippar.pt, ippar@ippar.pt

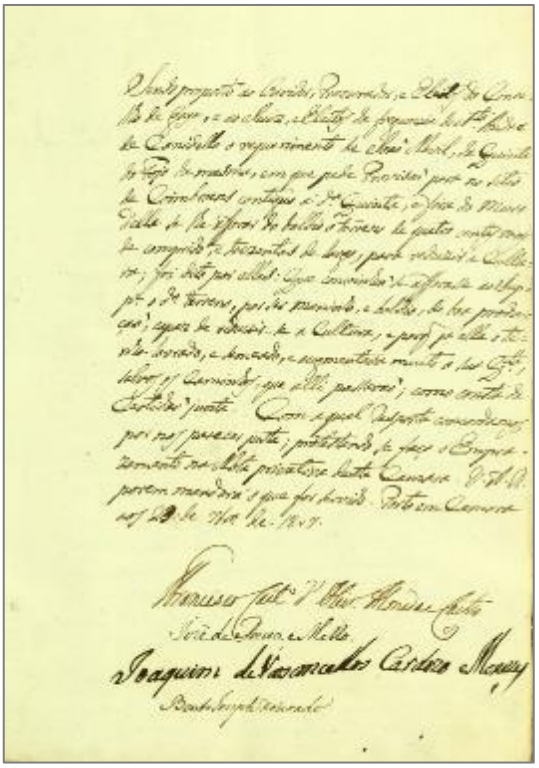
Informação cedida por: DRCN – Processo DRP/CLS-1950

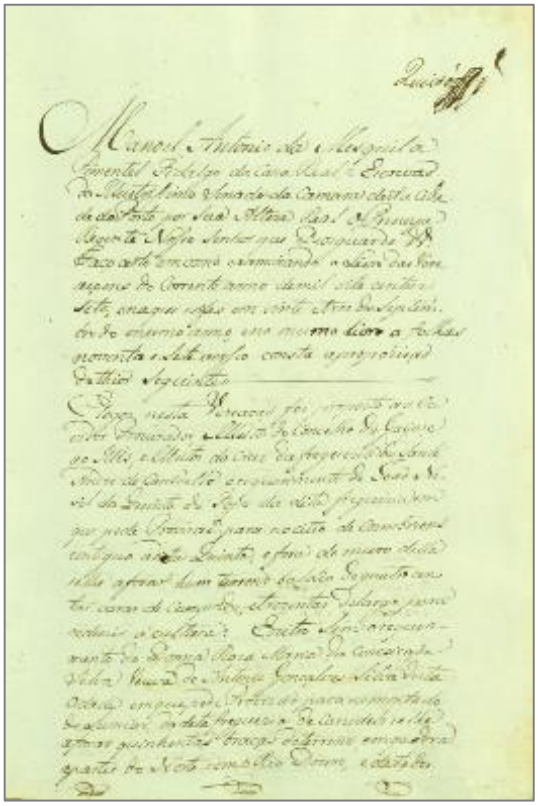
ANEXO 50. PEDIDO DE AFORAMENTO DE TERRENO FEITO POR JOÃO NEVIL EM 1807

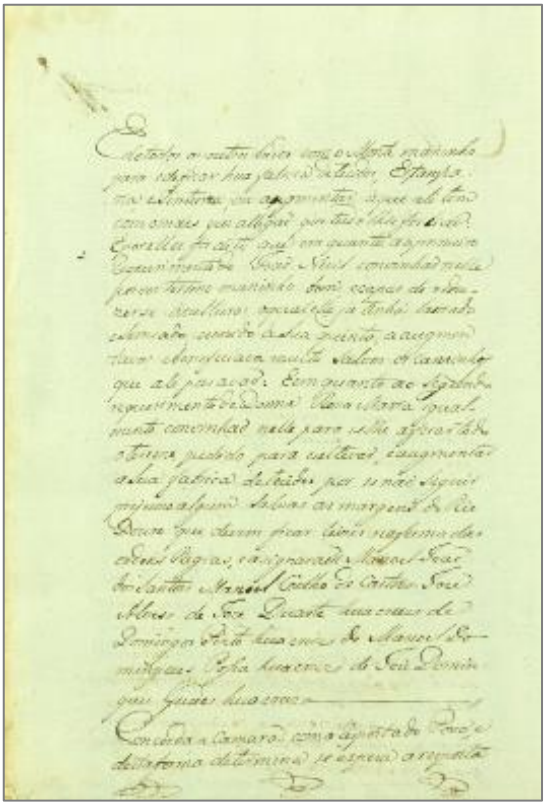


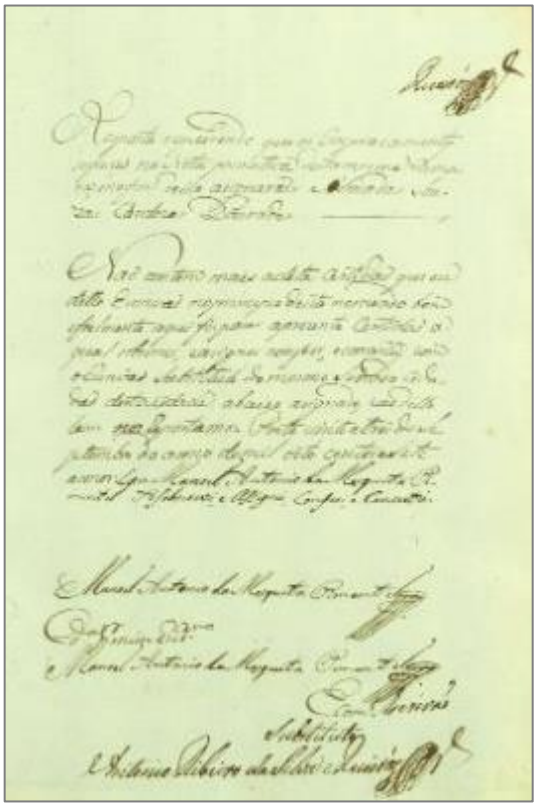






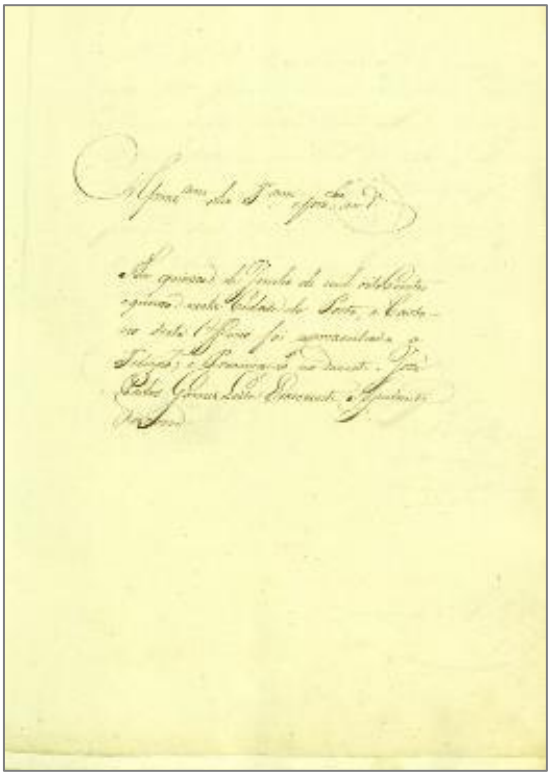


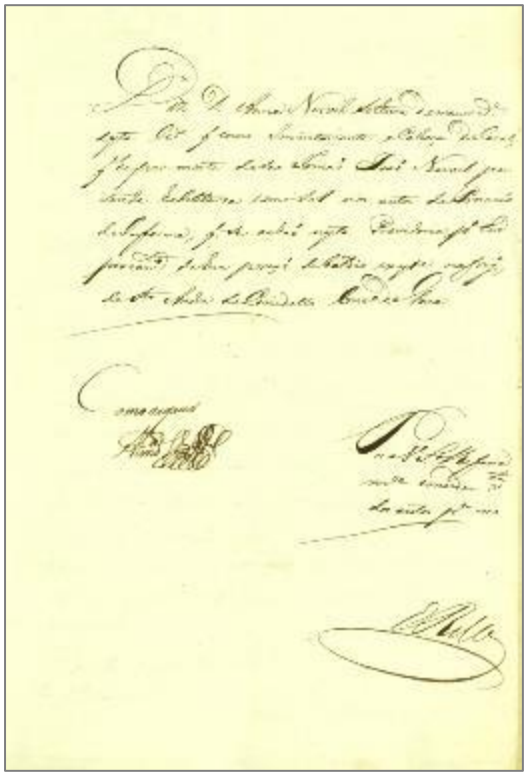


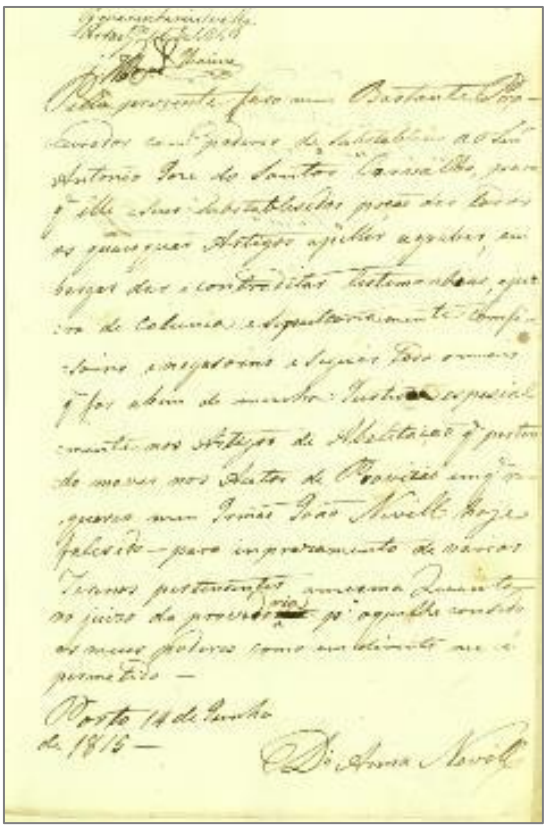


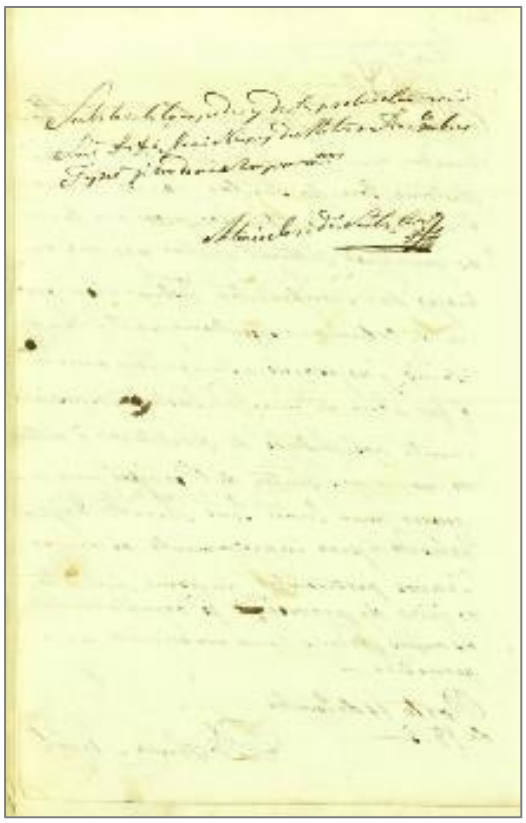
Fonte: Documento n.º 213658 do pedido de aforamento de terreno, feito por João Nevil em 1807 – Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner.

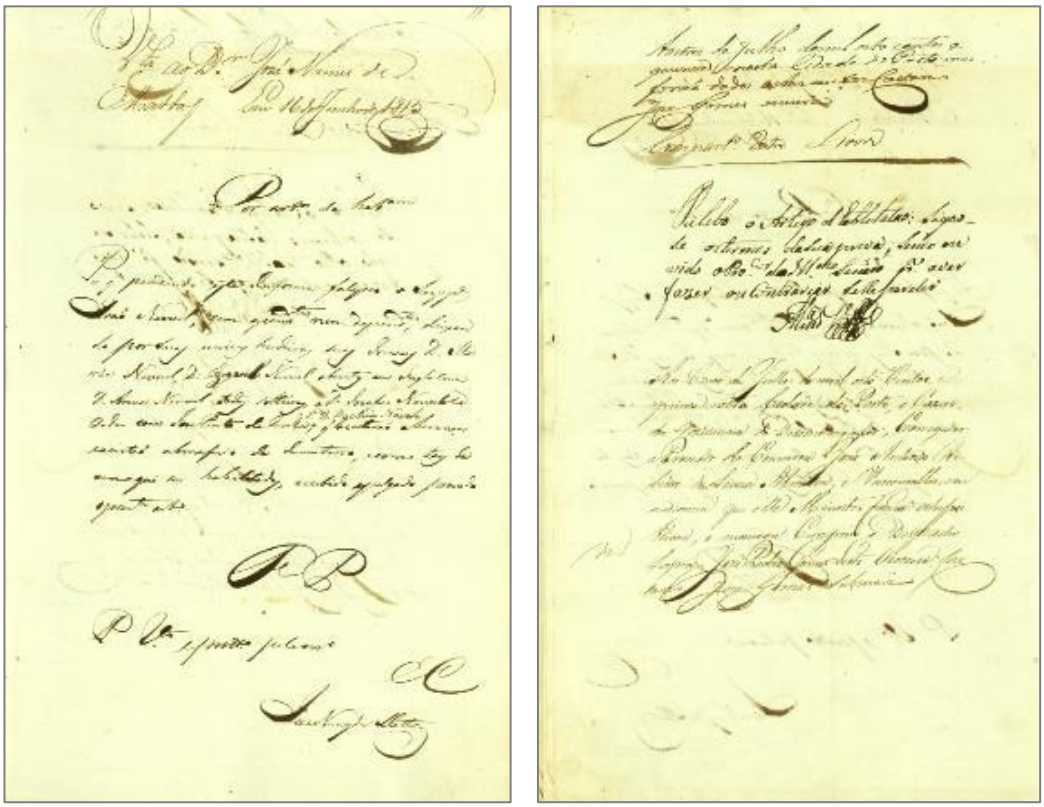
ANEXO 51. PEDIDO DE AFORAMENTO DE TERRENO FEITO POR ANA NEVIL EM 1815





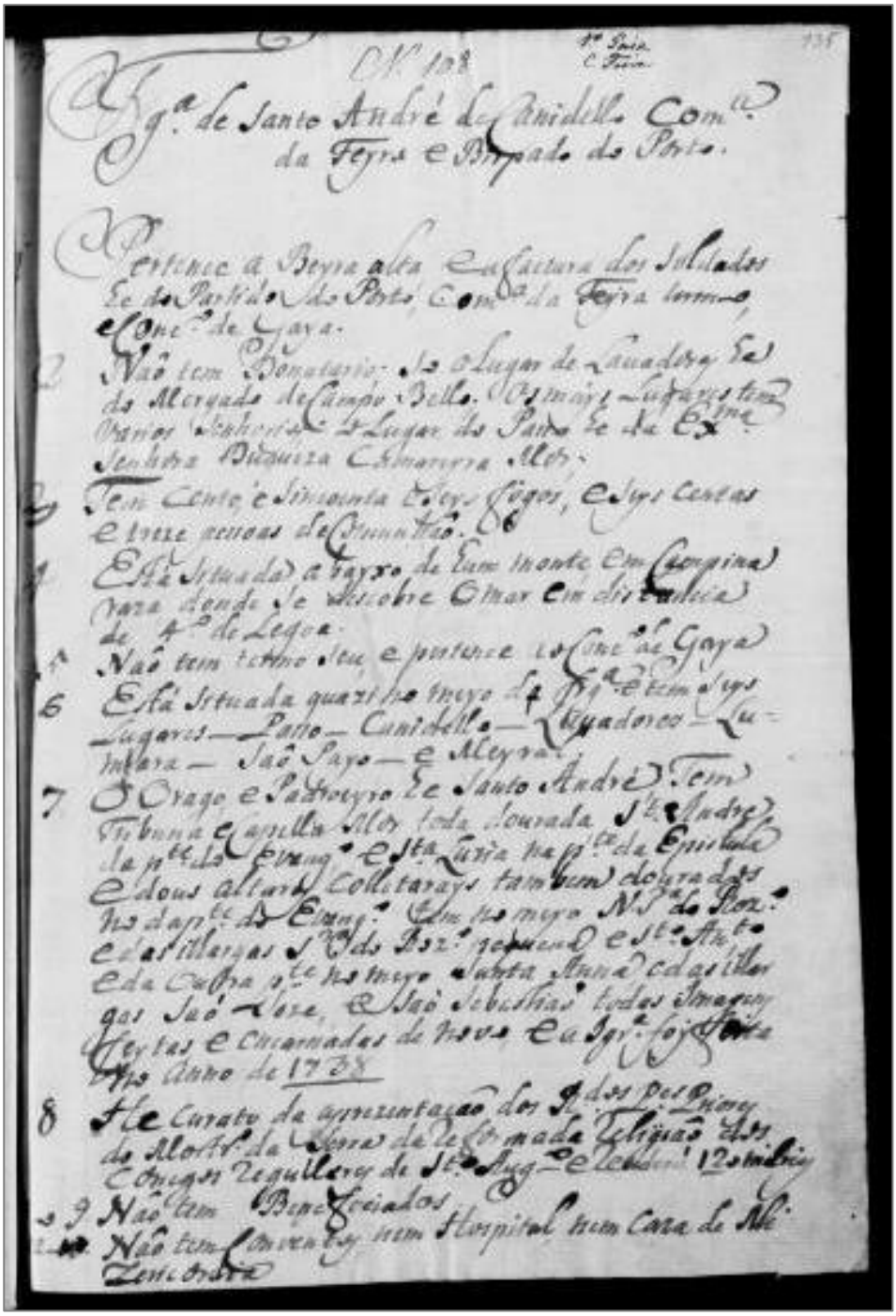


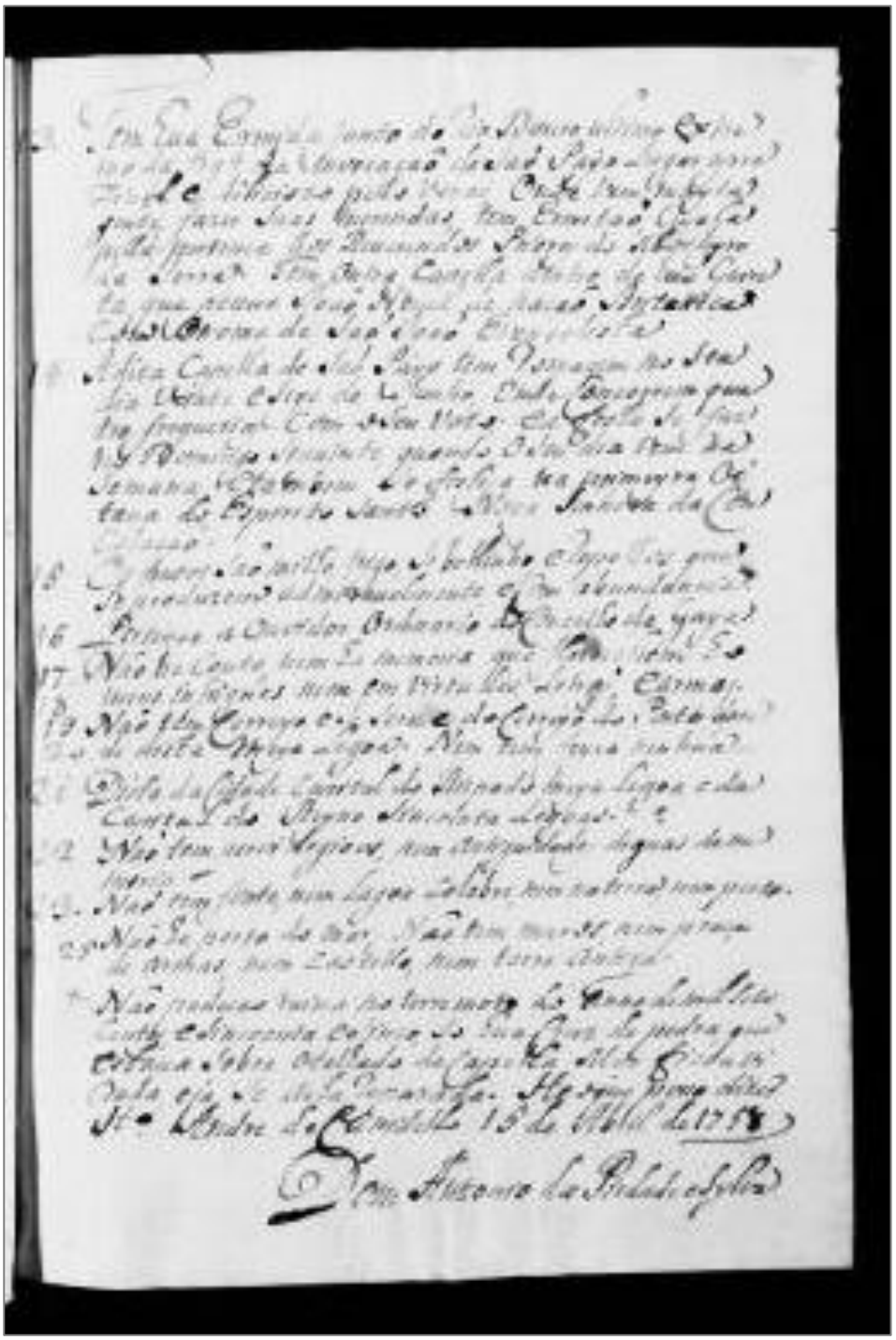




Fonte: Documento n.º 213658 do pedido de aforamento de terreno, feito por Ana Nevil em 1815 – Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner.

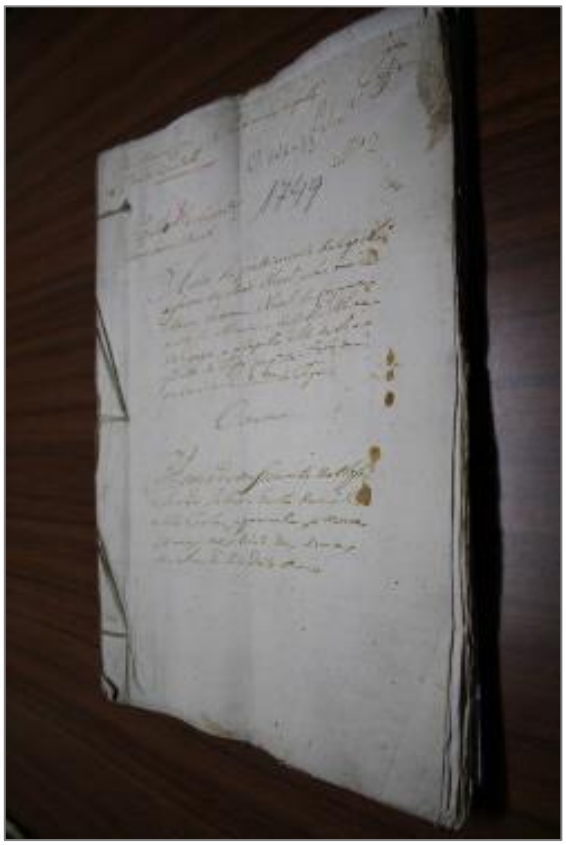
ANEXO 52. MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758 DA FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ DE CANIDELO

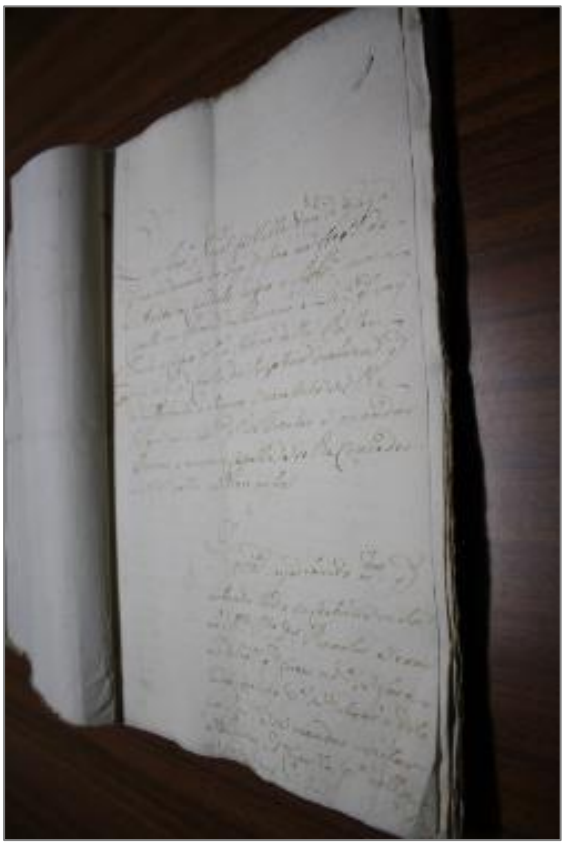




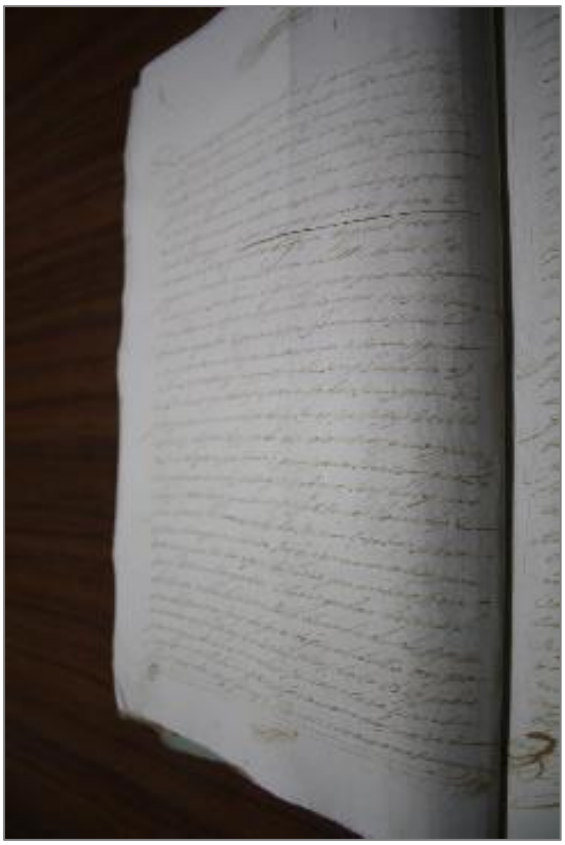
Fonte: Documento de Arquivo: Memórias Paroquiais de 1758 - PT/TT/MPRQ/9/108

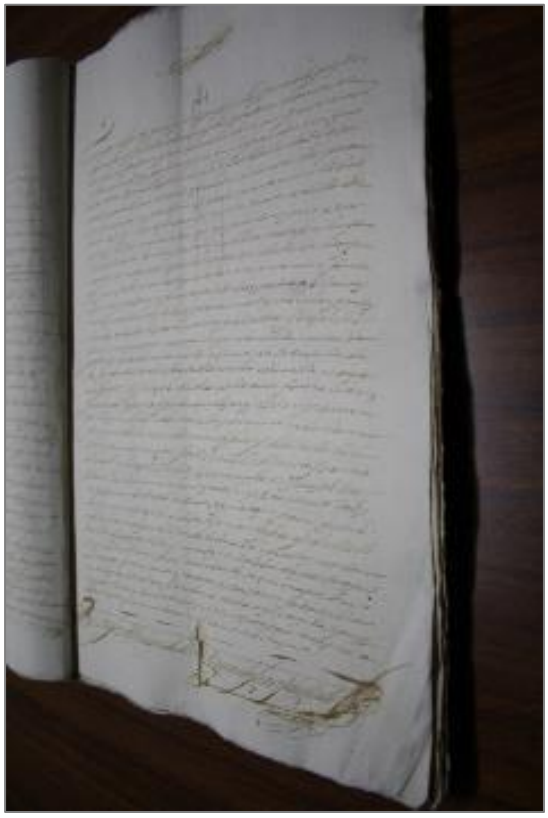
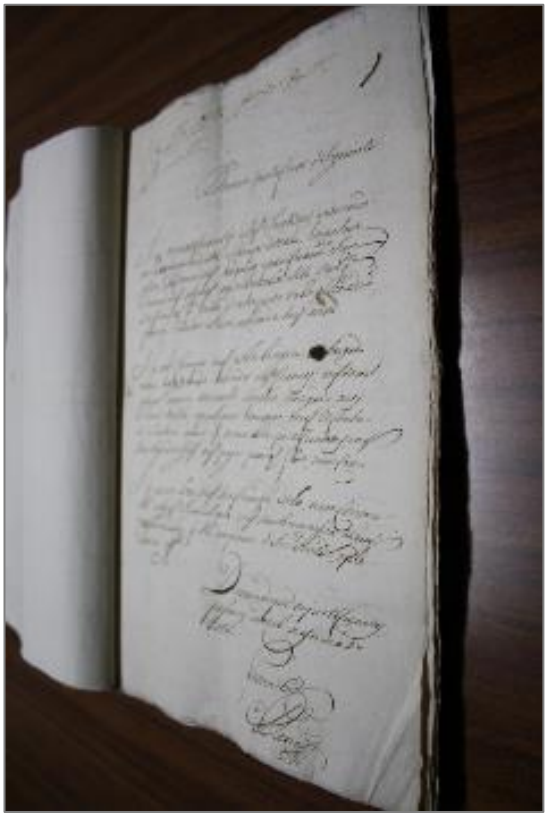
ANEXO 53. AUTOS DO PATRIMÓNIO DA CAPELA DA CASA DO FOJO

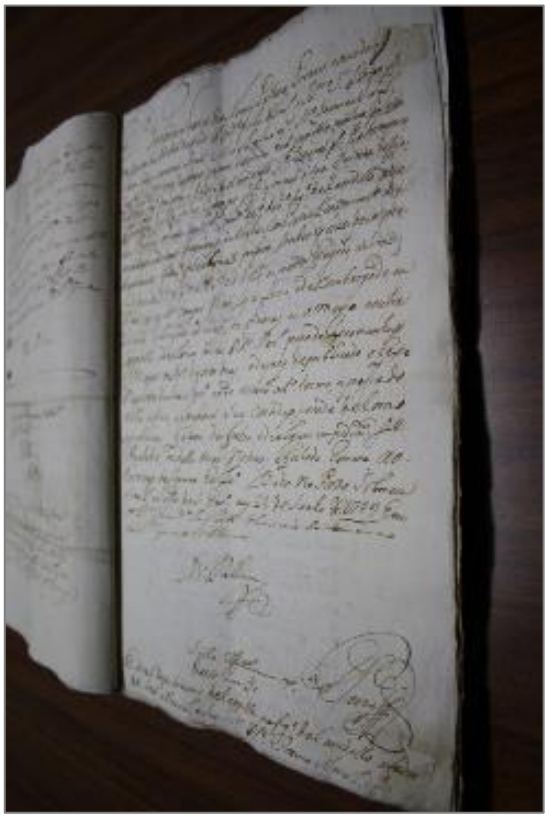


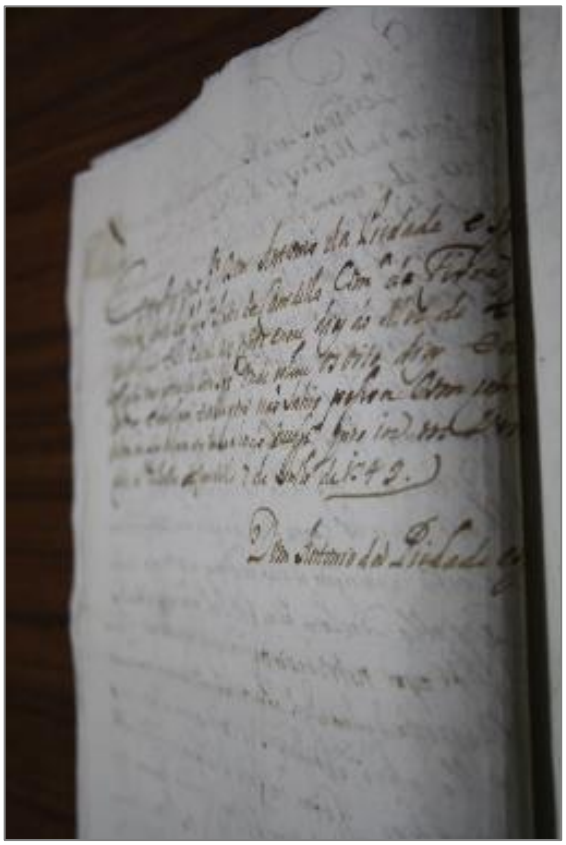
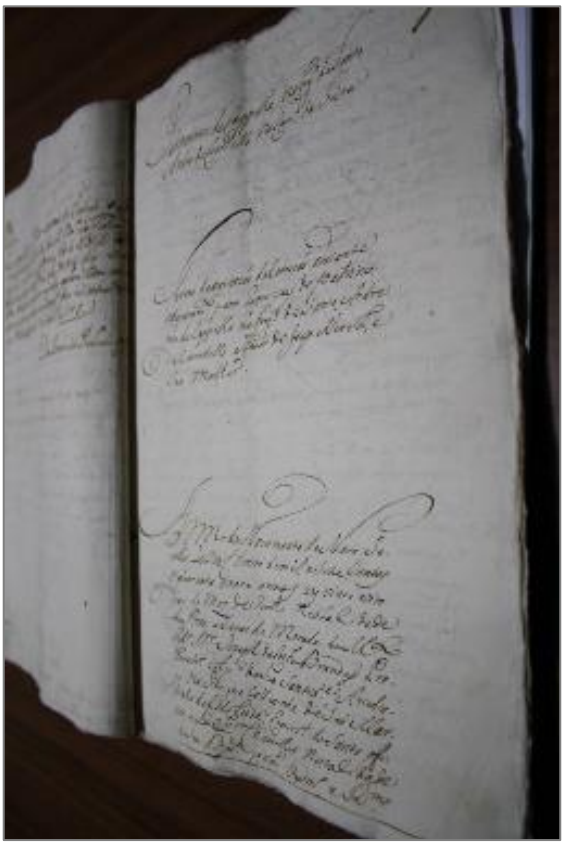


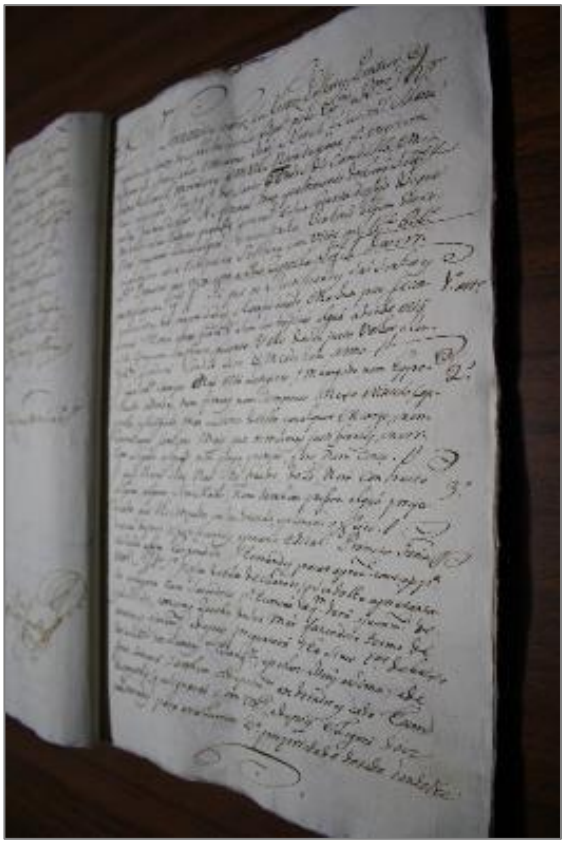


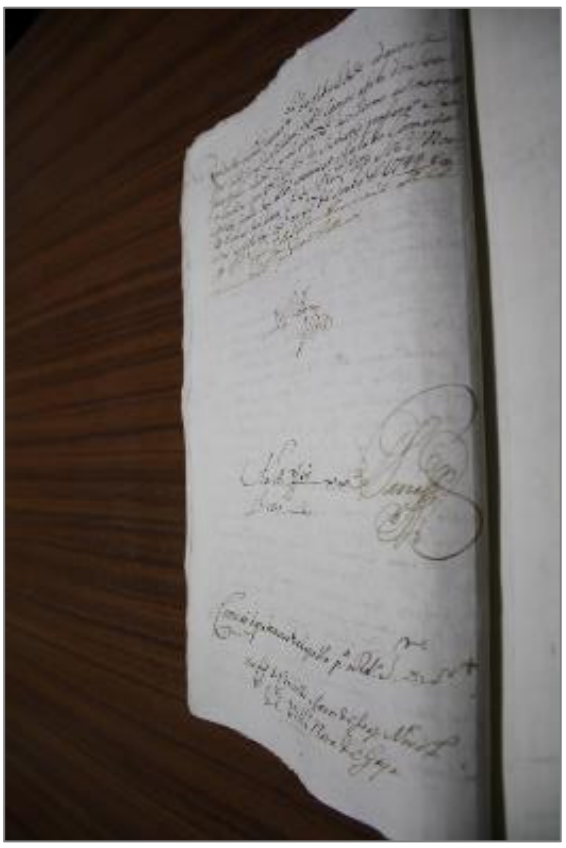


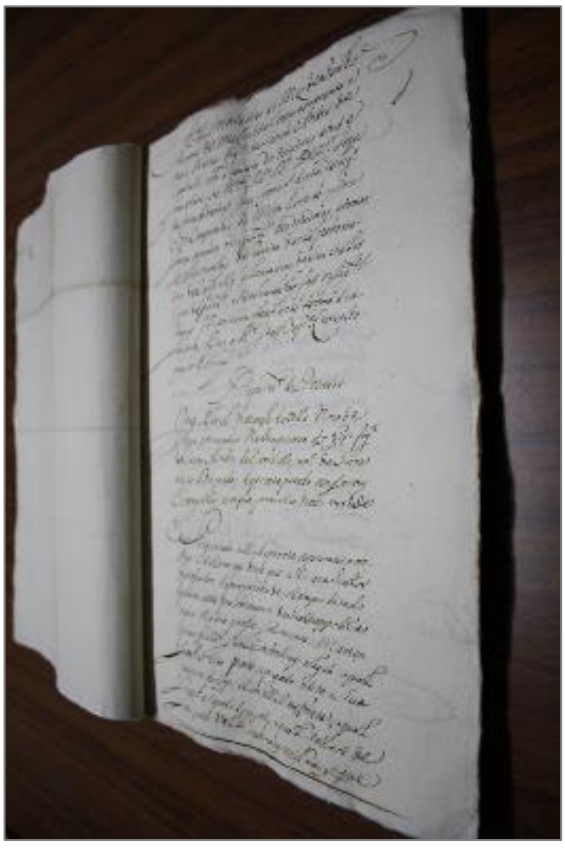



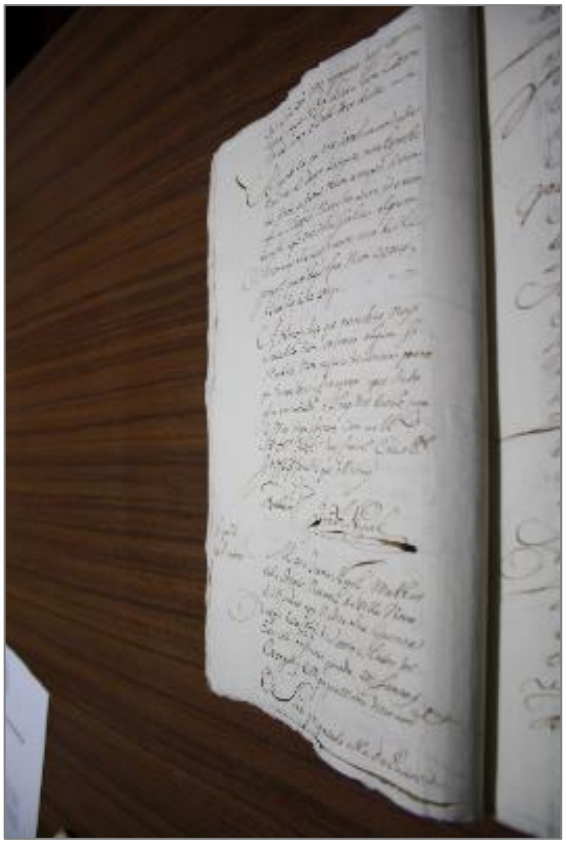


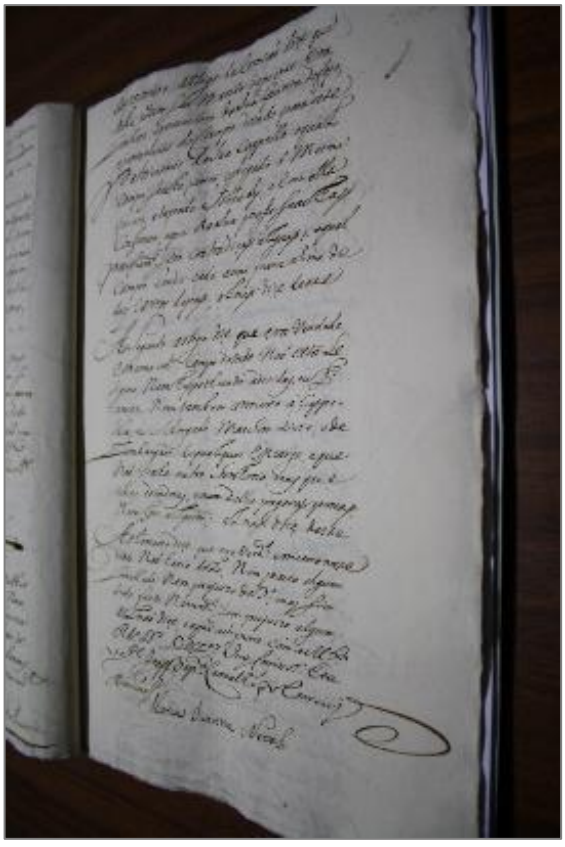



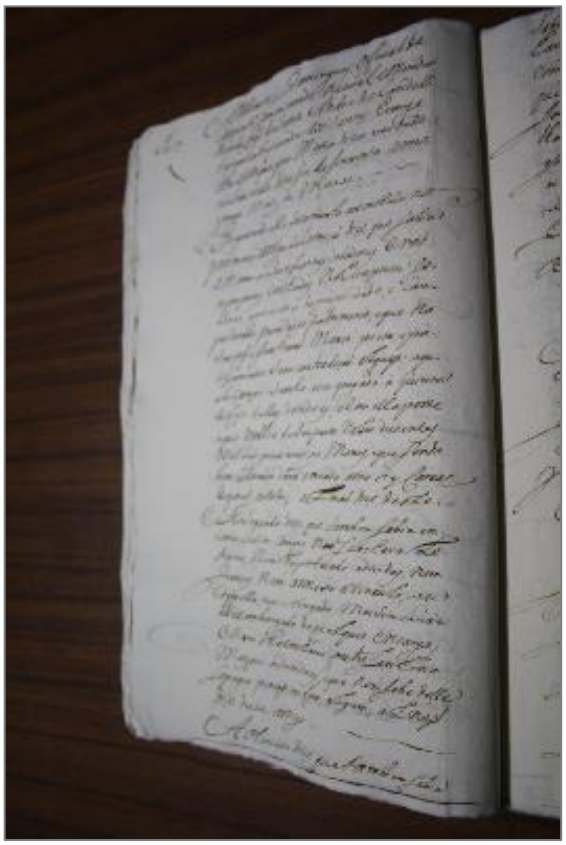
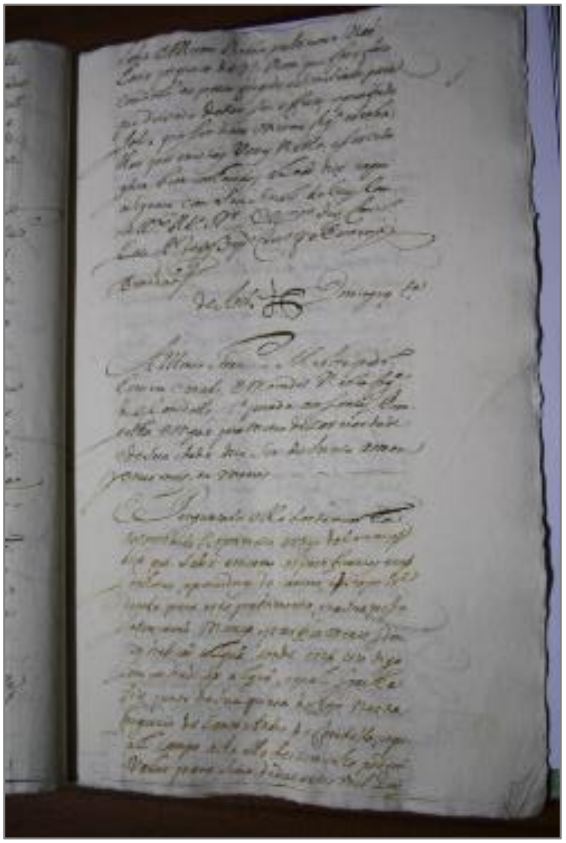
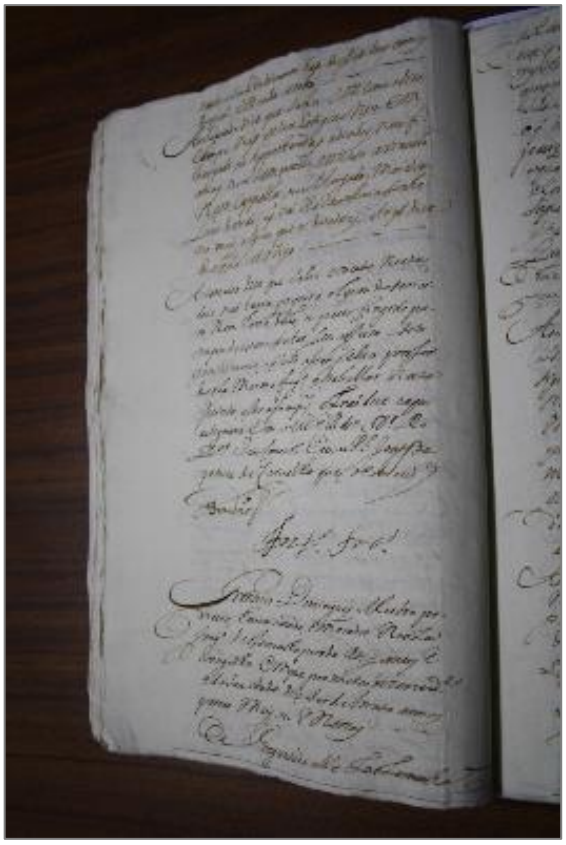
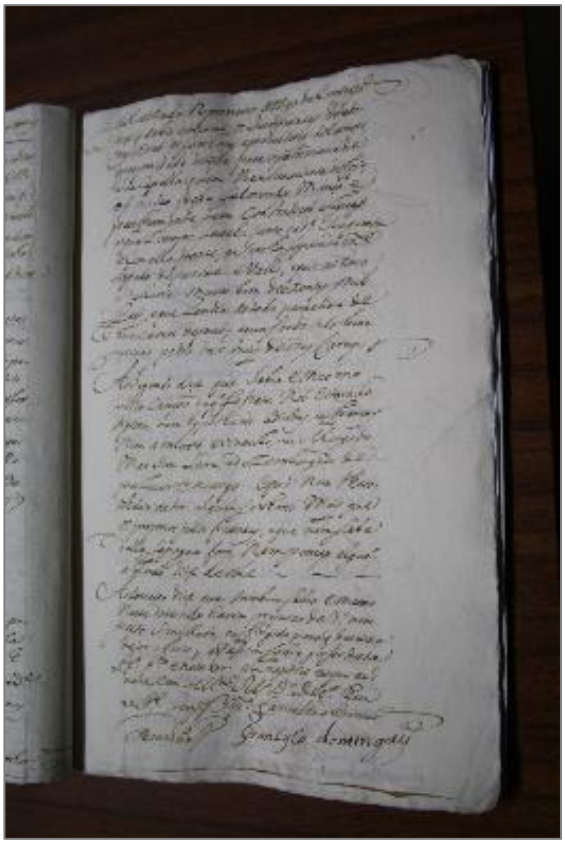


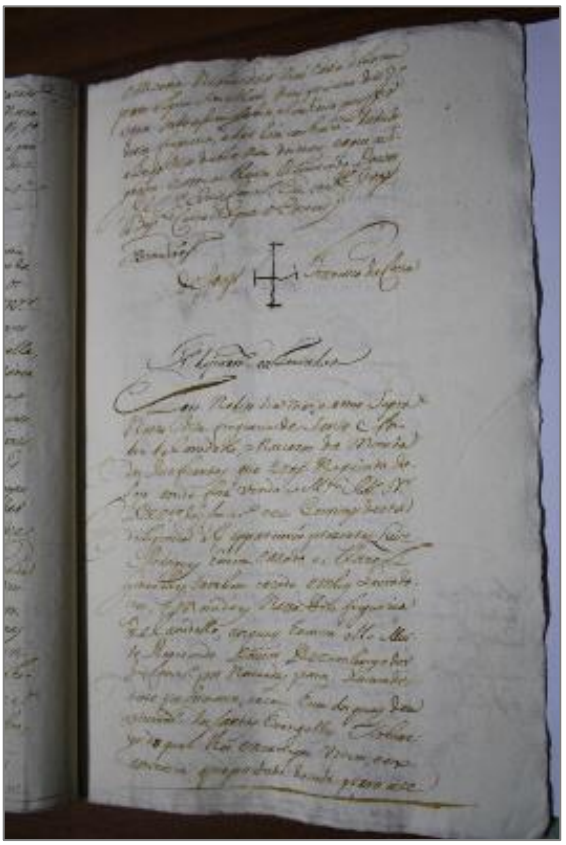


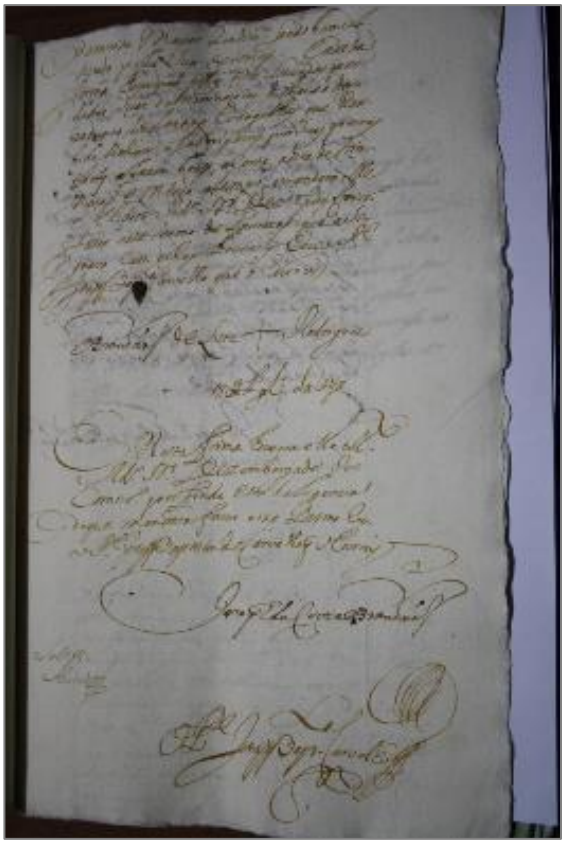


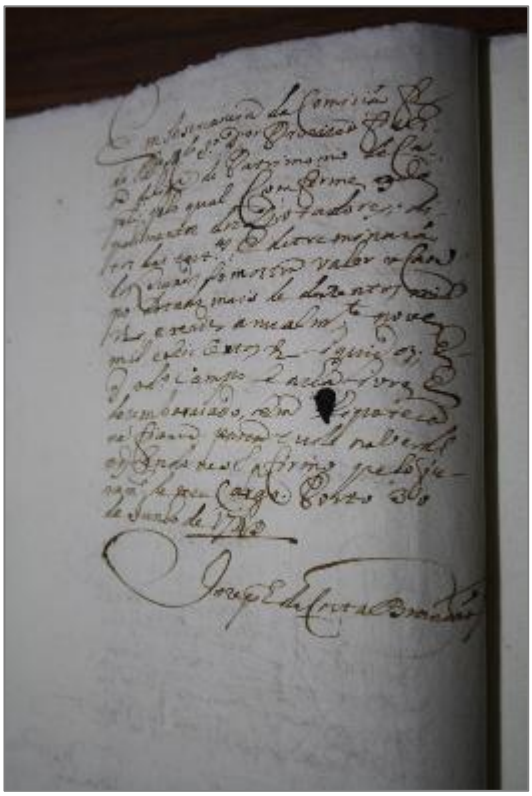


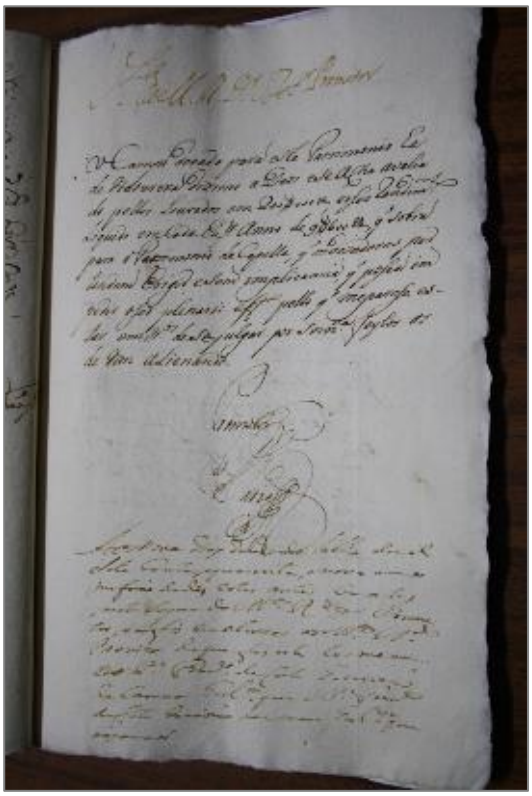


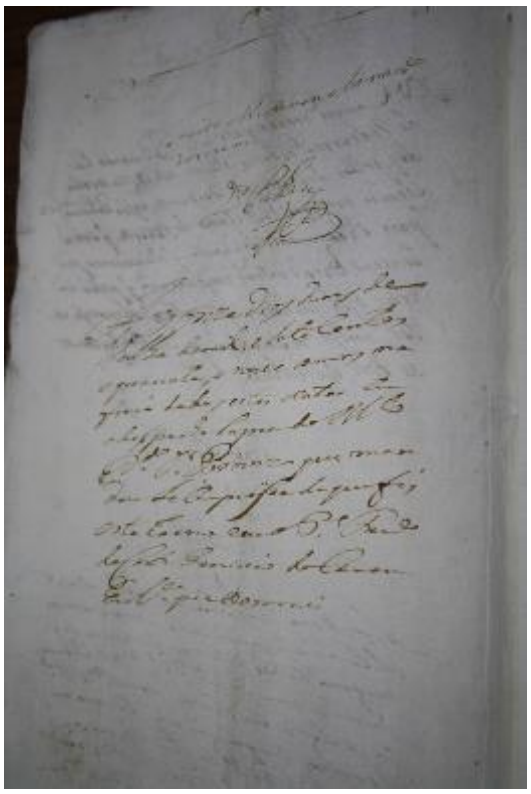





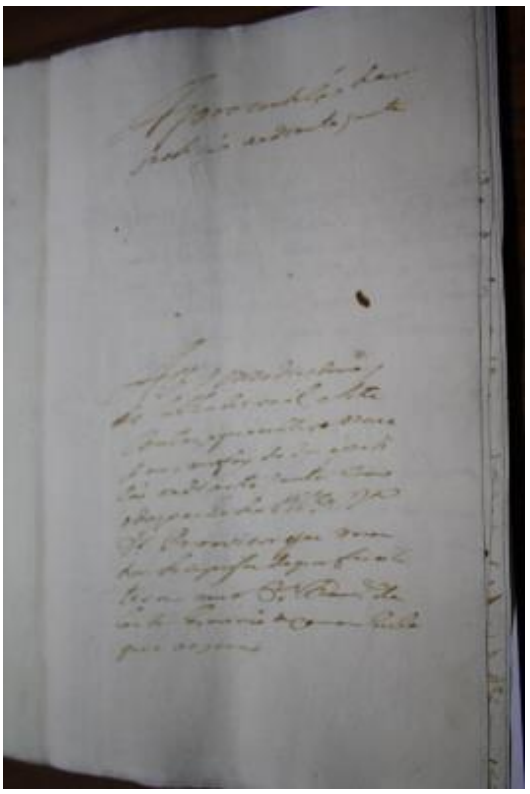



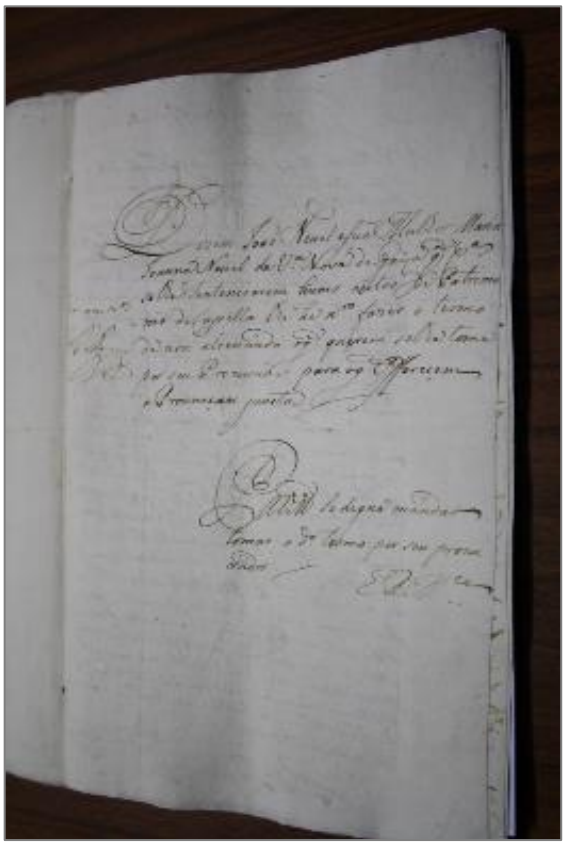


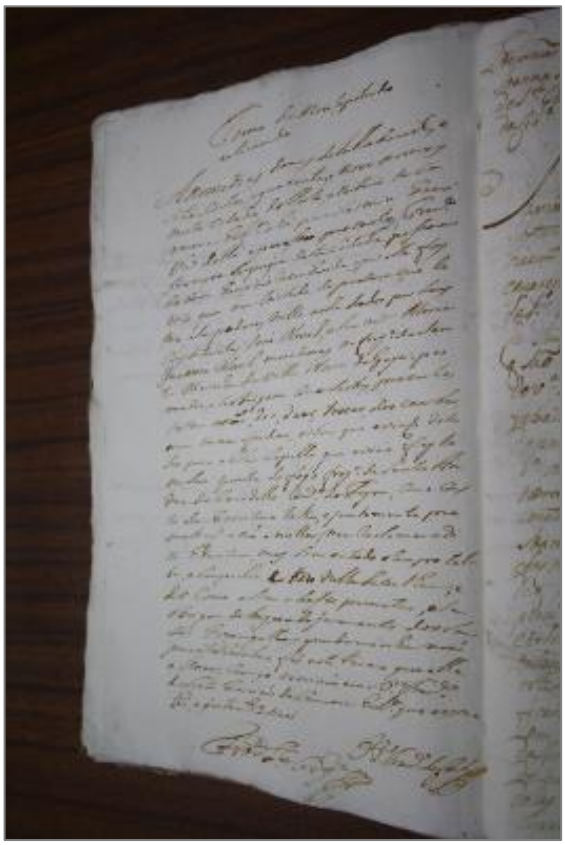


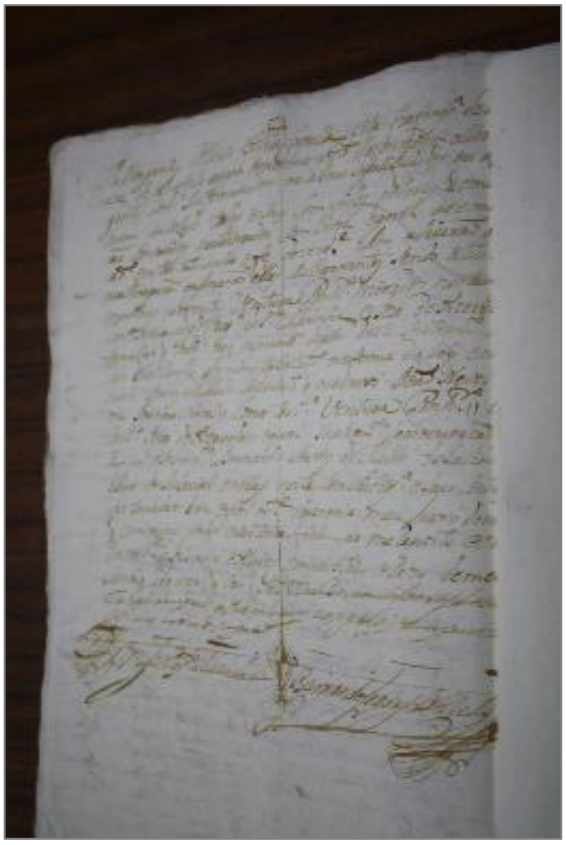


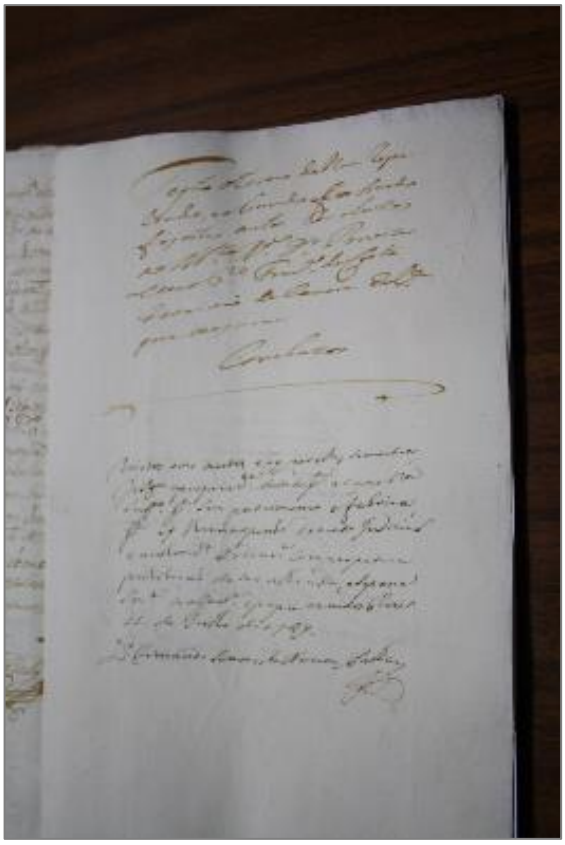


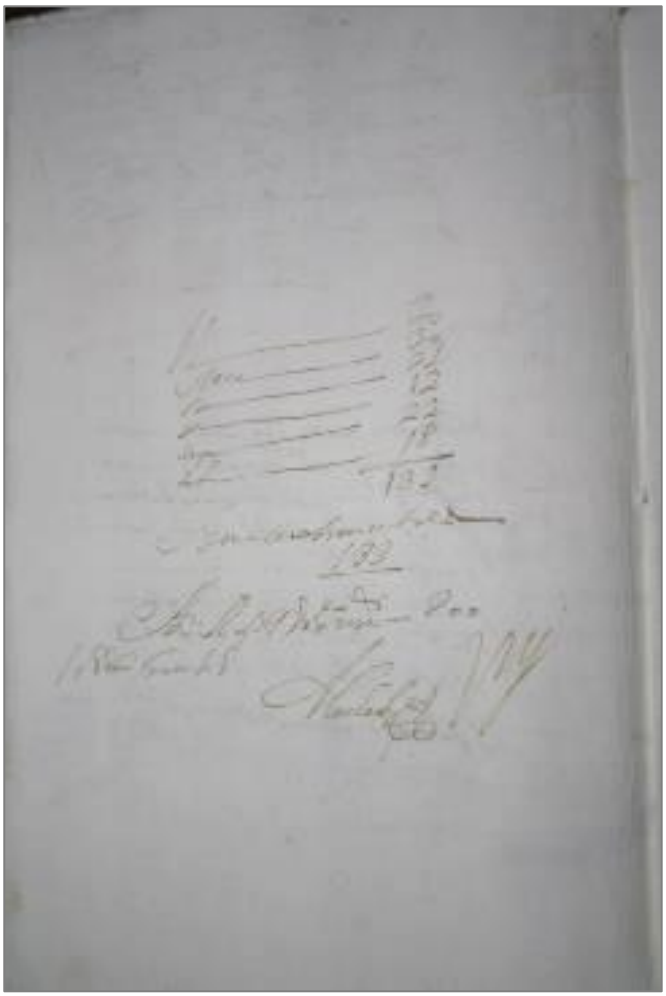






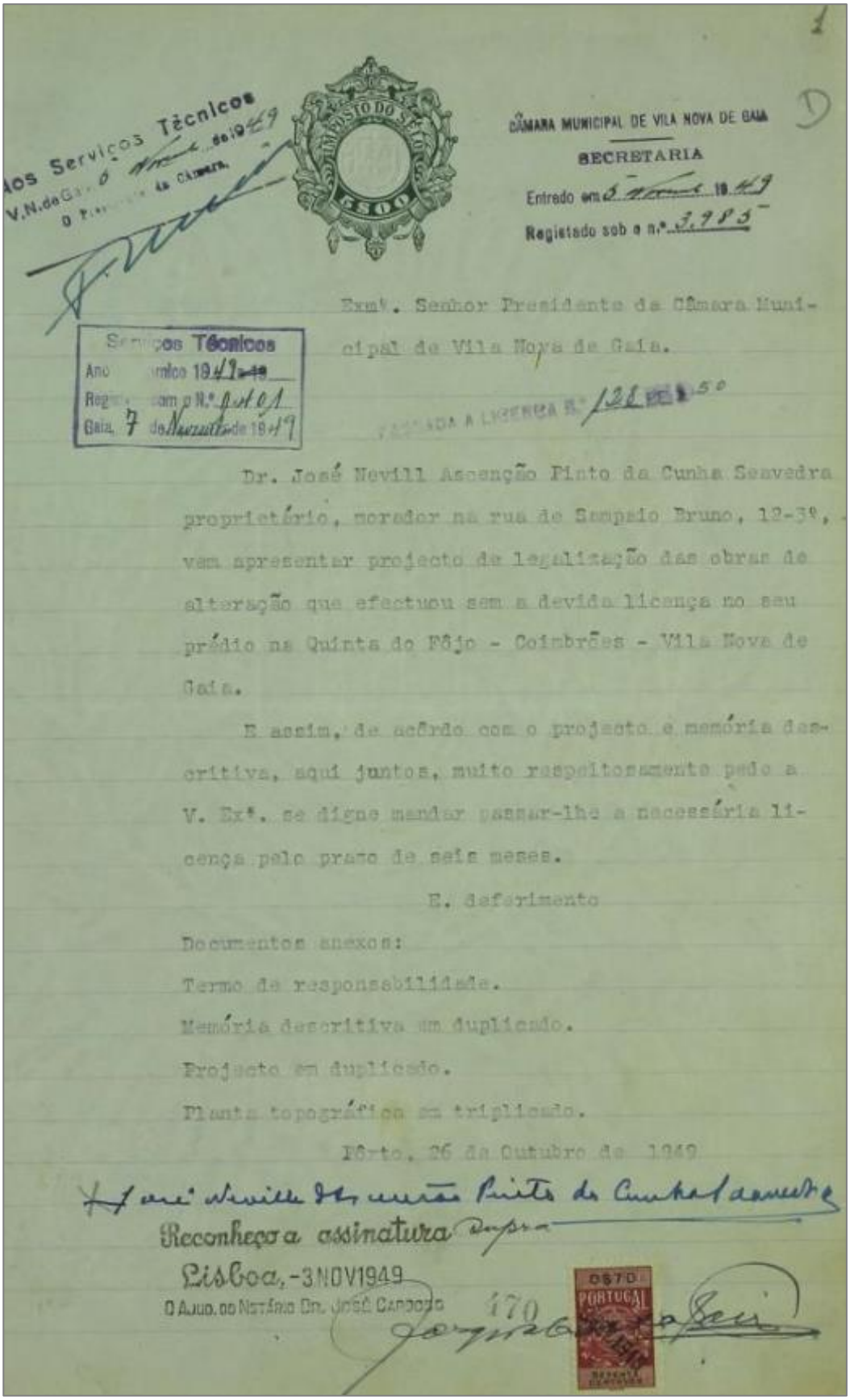






Fonte: Documento de Arquivo: Arquivo Episcopal do Porto (AEP) - PT/AEP/DP/CUR-SGC/001/0448

ANEXO 54. PEDIDO DE LICENÇA DE OBRAS FEITO POR DR. JOSÉ NEVILL ASCENÇÃO PINTO DA CUNHA SAAVEDRA EM 1949



1

...os Serviços Técnicos
V.N.de Gaia, 6 Nov de 1949
O Presidente da Câmara,

ESTADO DO ESTADO
$500

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
SECRETARIA
Entrado em 6 Nov 1949
Registado sob o n.º 3.985

Serviços Técnicos
Ano económico 1941-49
Registado com o N.º 1401
Gaia, 7 de Novembro de 1949

Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

PASSADA A LICENÇA N.º 122 EM $50

Dr. José Nevill Ascenção Pinto da Cunha Seavedra proprietário, morador na rua de Sampaio Bruno, 12-3º, vem apresentar projecto de legalização das obras de alteração que efectuou sem a devida licença no seu prédio na Quinta do Fôjo - Coimbrões - Vila Nova de Gaia.

E assim, de acôrdo com o projecto e memória descritiva, aqui juntos, muito respeitosamente pede a V. Exª. se digne mandar passar-lhe a necessária licença pelo prazo de seis meses.

E. deferimento

Documentos anexos:
Termo de responsabilidade.
Memória descritiva em duplicado.
Projecto em duplicado.
Planta topográfica em triplicado.

Pôrto, 26 de Outubro de 1949

José Nevill Ascenção Pinto da Cunha Saavedra

Reconheço a assinatura supra
Lisboa, - 3 NOV 1949
O Ajud. do Notário Dr. José Carpinteiro

170

0$70 PORTUGAL

VISTO

Baia, 30 de Dezembro 1949

O Vereador do Pelouro das Obras

Informação:

Em face do parecer da Subdelegação de Saúde e da Comissão Municipal de Estética e Urbanização, pode ser deferido o presente requerimento, para o qual se junta as condições para o alvará de licença.

O ENGENHEIRO MUNICIPAL

DEFERIDO nos termos da informação.

Em reunião de 30 de Dezembro de 1949

O Presidente,

CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA
Direcção dos Serviços Técnicos

Requerimento N.º 3.985/49
Processo N.º 163

Requerente Snr. D.ª Josefina Nuzzi Assunção Couto da Cunha Saavedra
Residente em Rua de Sampaio Bruno, 12-3.º Freguesia de Porto
Local da obra Quinta do Feijo, Coimbrões Freguesia de Santa Marinha
Objecto da obra Modificar edifício destinado a habitação.

INFORMAÇÃO:

DEFERIDO nos termos da informação.
Em reunião de 30 de Dezembro de 1949
O Presidente,

Este requerimento pode ser deferido sob as seguintes condições:

1.ª Pagar de taxa de licença Esc. 486$00 ~~e dois exemplares de Esc. $~~.

2.ª Observar o alinhamento indicado na planta topografica.

3.ª Requerer em devido tempo a respectiva vistoria, logo que a obra seja concluida.

4.ª Não alterar o projecto sem prévia autorização da Câmara e aprovação do aditamento respectivo.

5.ª Não utilizar côres cinzentas ou escuras em pinturas ou caiações exteriores.

6.ª Observar o Regulamento do Betão Armado.

7.ª Observar o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, e respectivas alterações).

8.ª Não poderá abrir o pôço a distância nunca inferior a 5 metros da estrada ou caminho e á distancia mínima de 10 metros de qualquer fossa.

9.ª Não poderá prejudicar lavadouros e fontes públicas ou águas adquiridas por documentos legais, nem atravessar com minas ou canalizações o sob solo da via pública sem prévia autorização da Câmara.

10.ª A fossa deve ser completamente estanque e de tipo _____, e estar distanciada de qualquer pôço, o mínimo de 10 metros.

11.ª Executar a obra no prazo de seis mêses (180 dias).

12.ª _____

13.ª _____

Gaia, 30/12/1949

O ENGENHEIRO MUNICIPAL
Alfredo A. Rodrigues

Medições para efeito de Aplicação de Taxas

(Segundo determina o Código Administrativo)

Superficie a construir, modificar ou ampliar, ... m² ..... m²

..... m² ..... m² *Superficie total:* ..... m²

..... m² ..... m² ..... m²

Construção de janelas de sacada, balcões ou varandas corridas que se projectam sobre a via pública, com balanço não superior a 0,m50.

Comprimento ..... metros.

Idem, idem, idem com balanço superior a 0m,50. Comprimento ..... metros.

Construção de marquises ou corpos salientes, projectando-se sôbre a via pública, até 0m,50 de balanço ....., ... metros ....., ... metros

..... metros ....., ... metros.

Idem, idem, idem, com mais de 0,m50 de balanço. ....., ... metros.

....., ... metros ....., ... metros ....., ... metros.

Construção de alpendres, com balanço não superior a 1,m00. Comprimento ..... metros.

Idem, idem, idem, com balanço superior a 1.m00. Comprimento. ..... metros.

Construção de terraços no prolongamento dos pavimentos dos edifícios ou servindo-lhes de cobertura utilizável, como logradouro, esplanada, etc. ..... m².

Construção de muros e grades de vedação difinitivos, confinantes com a via pública ..... metros.

Construção de vedações de madeira (não compreendendo tapumes para obras) *ou quaisquer vedações de caracter provisório de sistema ligeiro confinante com a via pública* ..... metros.

Terrenos anexos, logradouros e jardins, confinantes ou não com a via pública ..... metros.

Construção de telheiros, capoeiras e congéneres em logradouros, quintais ou jardins ..... m²

Modificação das fachadas principais dos edifícios

Abertura, ampliação ou fechamento de vãos de porta ou janela número de vãos. .....

Reforma ou alteração da fachada 112,00 metros quadrados.

Taxas de licença

Termo de responsabilidade Esc. 30$00

Prazo . . . . Esc. 120$00

Reforma de fachada 112,00 m² 336$00

486$00

..... $

..... $

..... $

$

3

CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

Requerimento da Secretaria N.º 3.785 de 1947

Requerimento dos Serviços Técnicos N.º 1.101 de 1947

Envie-se à Comissão Municipal de Estética e Ordenamento

Gaia, 8 de Novembro de 1947

P/O Engenheiro Director dos Serviços Técnicos,

M. Pinto Ferreira

Informação: Aprovado

Vila Nova de Gaia, 12 de Novembro de 1947

4

CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

SUBDELEGAÇÃO DE SAUDE
Entrado em 8 NOV 1949 de 19
Registado sob o n.º

Requerimento da Secretaria N.º 3.985 de 1947
Requerimento dos Serviços Técnicos N.º 1.401 de 1949

Envie-se à Subdelegação de Saúde

Gaia, 8 de Novembro de 1949

P/ O Engenheiro Director dos Serviços Técnicos,

Informação:

VISTO
SATISFAZ
SUBDEL. DE SAÚDE DE V. N. DE GAIA
em 12 NOV 1949
O SUBDEL. DE SAÚDE

Vila Nova de Gaia, de de 194

5

IMPOSTO DO SELO
$500

D E C L A R A Ç Ã O

Carlos Henrique da Silva Neves, arquitecto diplomado pela Escola de Belas Artes do Pôrto, morador na rua de Sampaio Bruno, 12-3º, declara para todos os efeitos da legislação em vigôr, assumir a responsabilidade resultante das obras a legalizar na propriedade do Snr. Dr. José Nevill Ascenção Pinto da Cunha Seavedra, situada na Quinta do Fôjo - Coimbrões Vila Nova de Gaia, de acôrdo com o projecto e memória descritiva, aqui juntos.

Pôrto, 26 de Outubrode 1949

Carlos Henrique da Silva Neves

Engenheiros e Arquitectura

PORTO 28 NOV. 1949

Registado sob o n.º 150

P. o Chefe da secção Sr. Pinto de Sousa

Serviços Técnicos
Ano economico 1949
Registado com o N.º 507
Gaia 17 de Novembro de 1949

D 6

IMPOSTO DO SELO 5$00

MEMÓRIA DESCRITIVA

O presente projecto refere-se a obras de restauração do edifício de habitação de caracter solarengo, situado na propriedade denominada Quinta do Fôjo,- Coimbrões - Vila Nova de Gaia.

Por ele se verifica que uma parte anexa ao edifício e posterior á primitiva traça, foi demolida de forma a que o mesmo conjunto primitivo se mantenha.

A nova parte a construir será integrada no mesmo conjunto.

As paredes serão de perpeanho. Os frisos dos portais, pilastras e platibandas serão de cantaria lavrada.

A caixilharia de madeira para pintar e envidraçar.

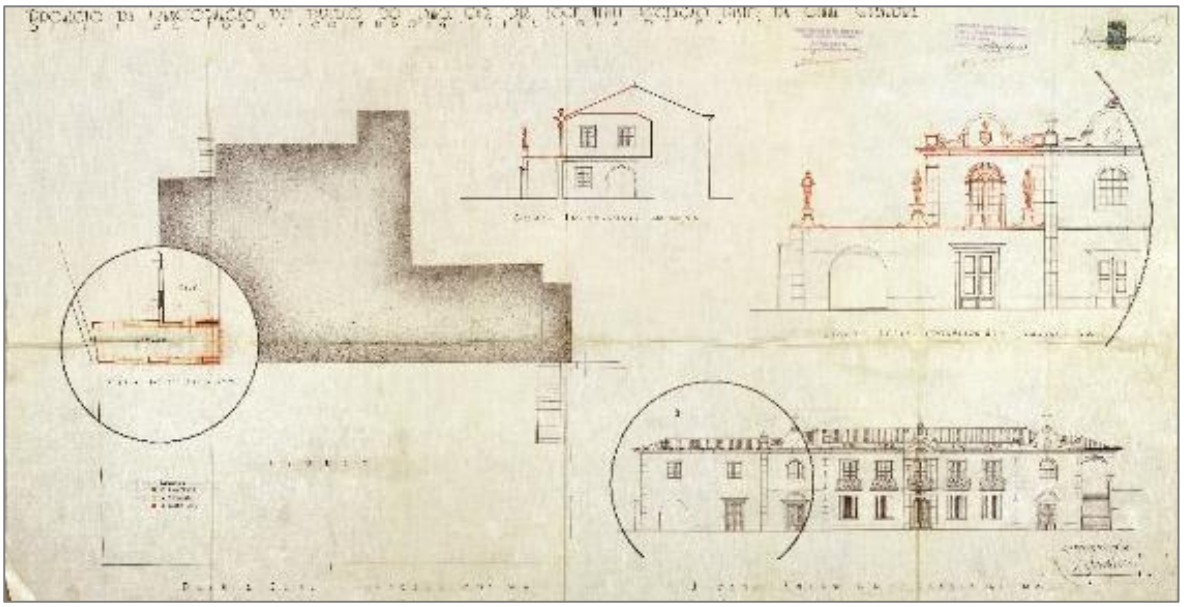
Os rebocos serão feitos a cal hidráulica e caiados a côr clara.

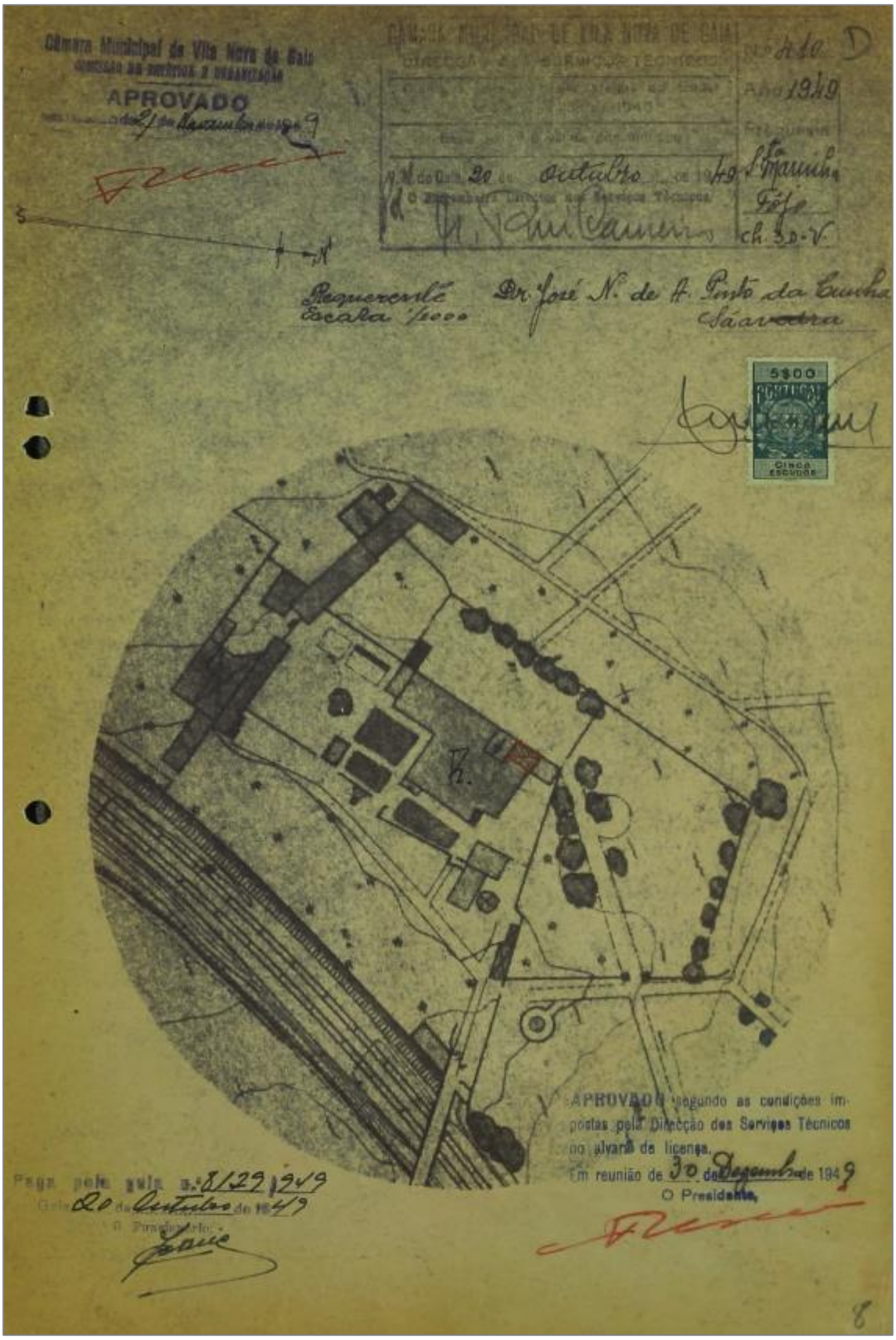
A cobertura será de madeira para receber telha canelada.

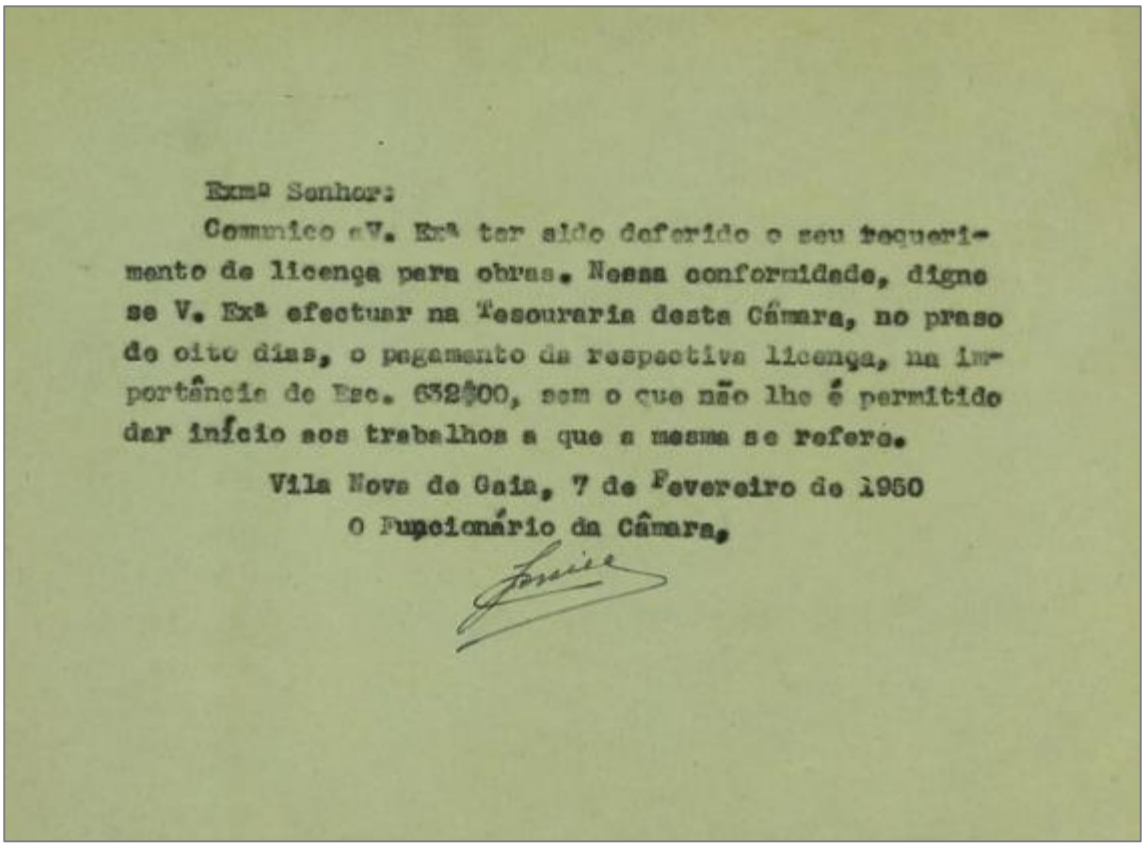
O pavimento do terraço é lageado em pedra lavrada.

Pôrto, 25 de Outubro de 1949

O Arquitecto.




Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
APROVADO
Requerente Dr. José N.º de A. Pinto da Cunha Sáavedra
Escala 1/1000
5$00
CINCO ESCUDOS
APROVADO segundo as condições impostas pela Direcção dos Serviços Técnicos no alvará de licença.
Em reunião de 30 de Dezembro de 1949
O Presidente,
Paga pela guia n.º 8129/1949
20 de Outubro de 1949



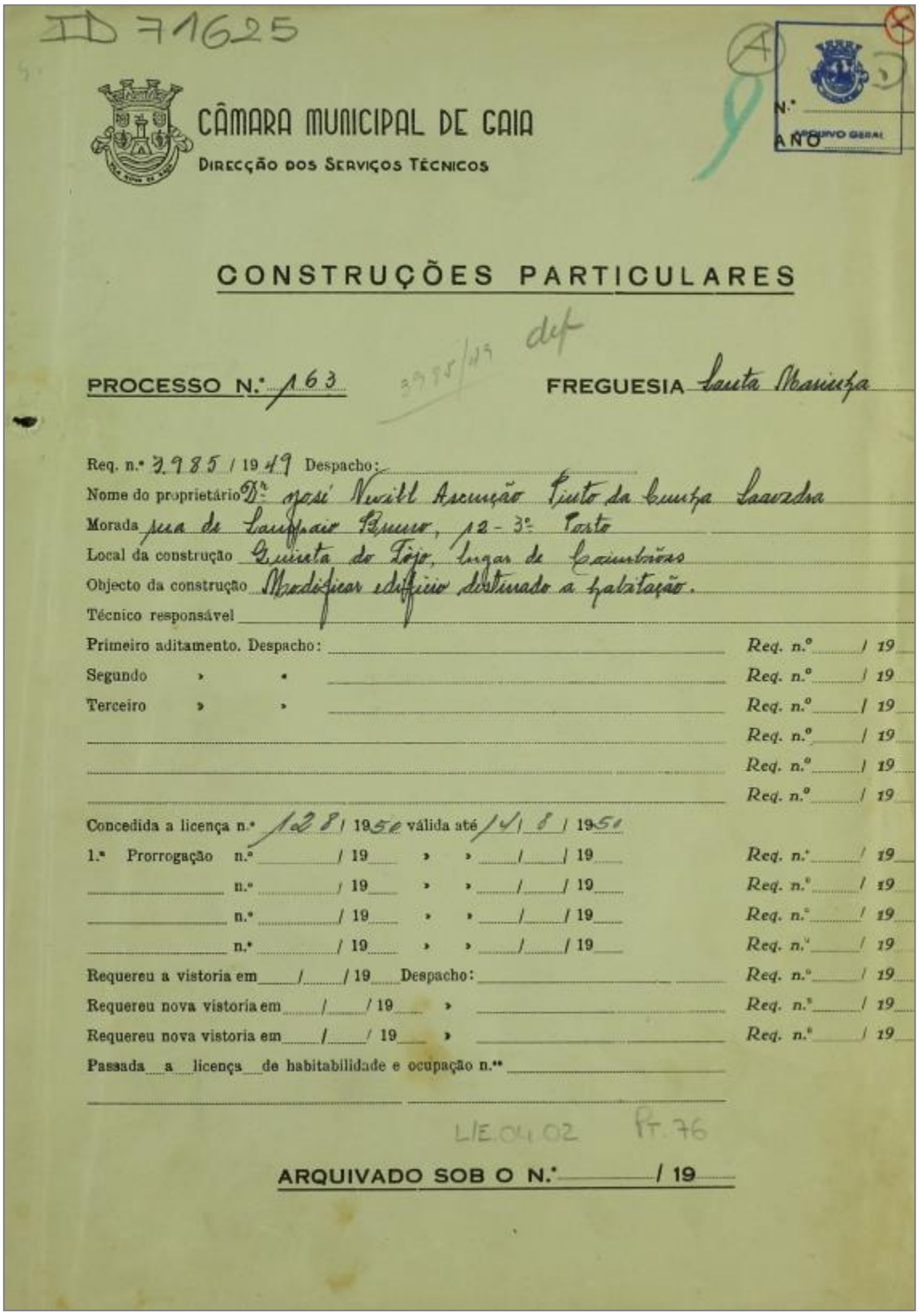
Exmº Senhor:

Comunico a V. Exª ter sido deferido o seu requerimento de licença para obras. Nessa conformidade, digne se V. Exª efectuar na Tesouraria desta Câmara, no praso de oito dias, o pagamento da respectiva licença, na importância de Esc. 632$00, sem o que não lhe é permitido dar início aos trabalhos a que a mesma se refere.

Vila Nova de Gaia, 7 de Fevereiro de 1960

O Funcionário da Câmara,

Fonte: Documento n.º 71625 do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Pedido de Licença de Obras feito por Dr. José Nevill Ascensão Pinto da Cunha Saavedra, dirigido à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.



ID 71625

CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

N.º ____ ANO ____ ARQUIVO GERAL

CONSTRUÇÕES PARTICULARES

PROCESSO N.º 163 FREGUESIA Santa Marinha

Req. n.º 3.985 / 1949 Despacho: _____

Nome do proprietário Dr. José Nevill Ascensão Pinto da Cunha Saavedra

Morada Rua de Serpa Pinto, 12 - 3.º Porto

Local da construção Quinta do Tojo, Lugar de Coimbrões

Objecto da construção Modificar edifício destinado a habitação.

Técnico responsável _____

Primeiro aditamento. Despacho: _____ Req. n.º ____ / 19__

Segundo » » _____ Req. n.º ____ / 19__

Terceiro » » _____ Req. n.º ____ / 19__

_____ Req. n.º ____ / 19__

_____ Req. n.º ____ / 19__

_____ Req. n.º ____ / 19__

Concedida a licença n.º 1281 / 1950 válida até 14 / 8 / 1951

1.ª Prorrogação n.º ____ / 19__ » » ____ / ____ / 19__ Req. n.º ____ / 19__

_____ n.º ____ / 19__ » » ____ / ____ / 19__ Req. n.º ____ / 19__

_____ n.º ____ / 19__ » » ____ / ____ / 19__ Req. n.º ____ / 19__

_____ n.º ____ / 19__ » » ____ / ____ / 19__ Req. n.º ____ / 19__

Requereu a vistoria em ____ / ____ / 19__ Despacho: _____ Req. n.º ____ / 19__

Requereu nova vistoria em ____ / ____ / 19__ » _____ Req. n.º ____ / 19__

Requereu nova vistoria em ____ / ____ / 19__ » _____ Req. n.º ____ / 19__

Passada a licença de habitabilidade e ocupação n.º _____

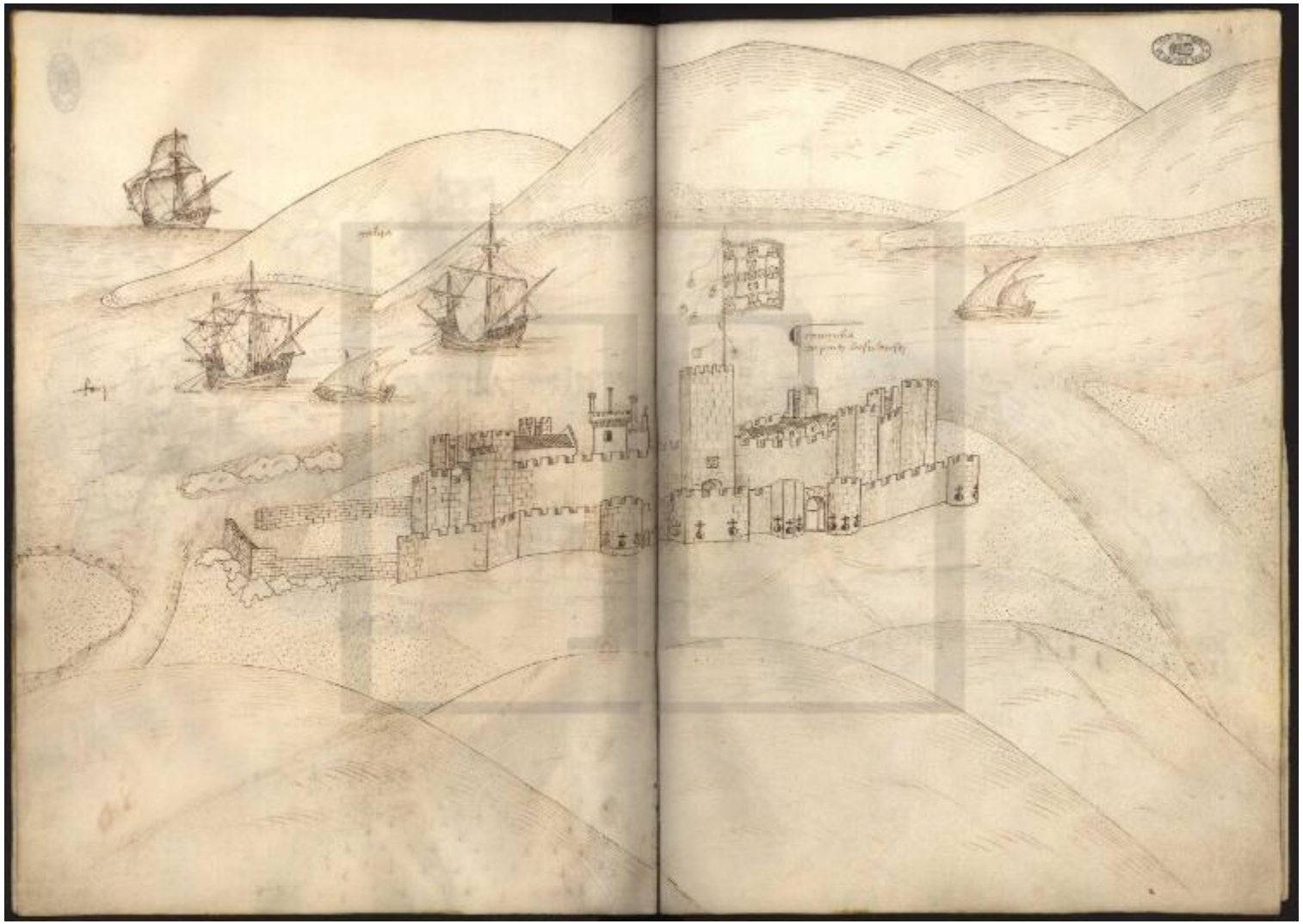
_____

LIE.04.02 Pt. 76

ARQUIVADO SOB O N.º ____ / 19__

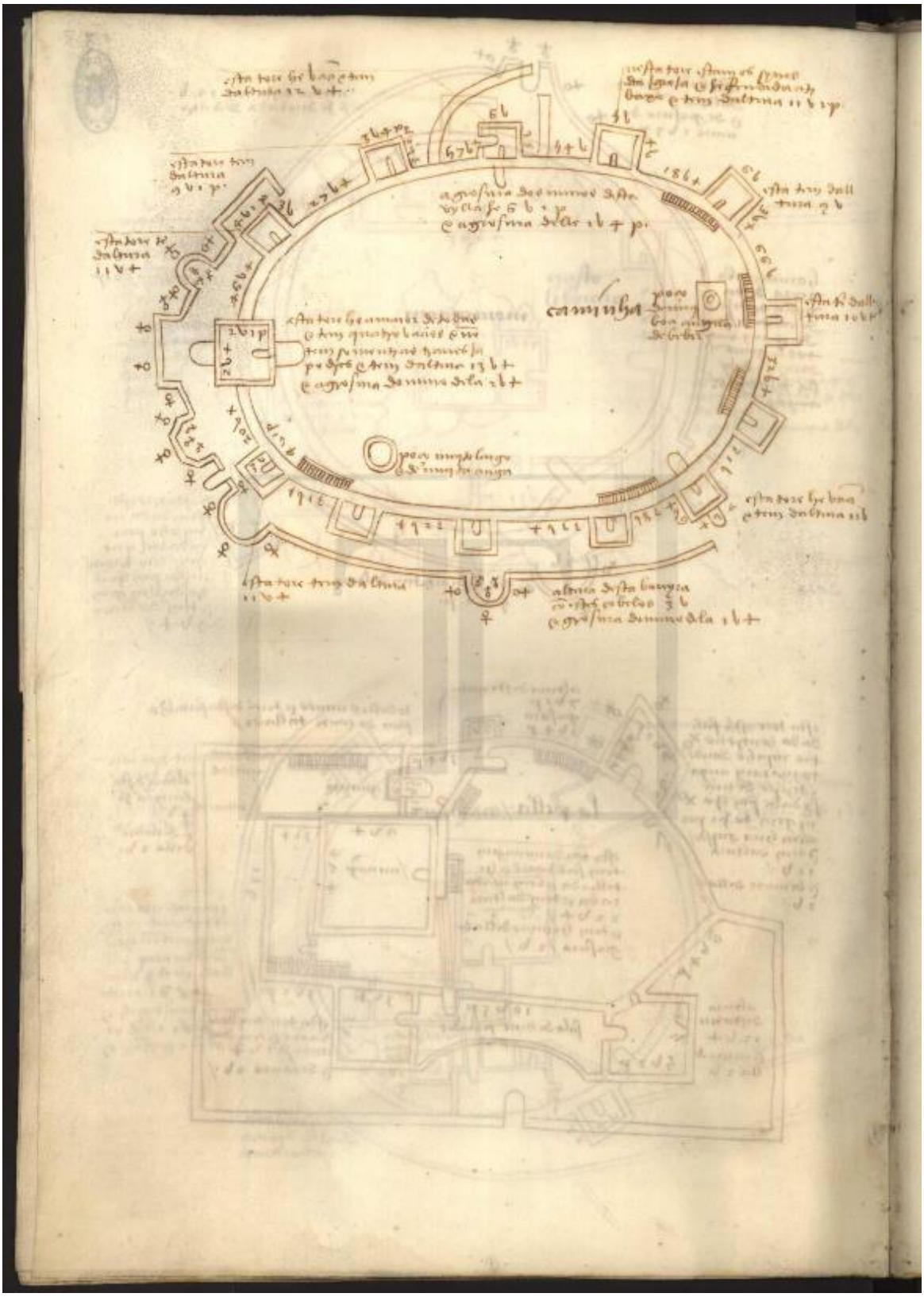
Fonte: Documento n.º 71625 do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – Pedido de Licença de Obras feito por Dr. José Nevill Ascensão Pinto da Cunha Saavedra, dirigido à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

ANEXO 55. Figura 1 - Desenho do Castelo de Caminha.



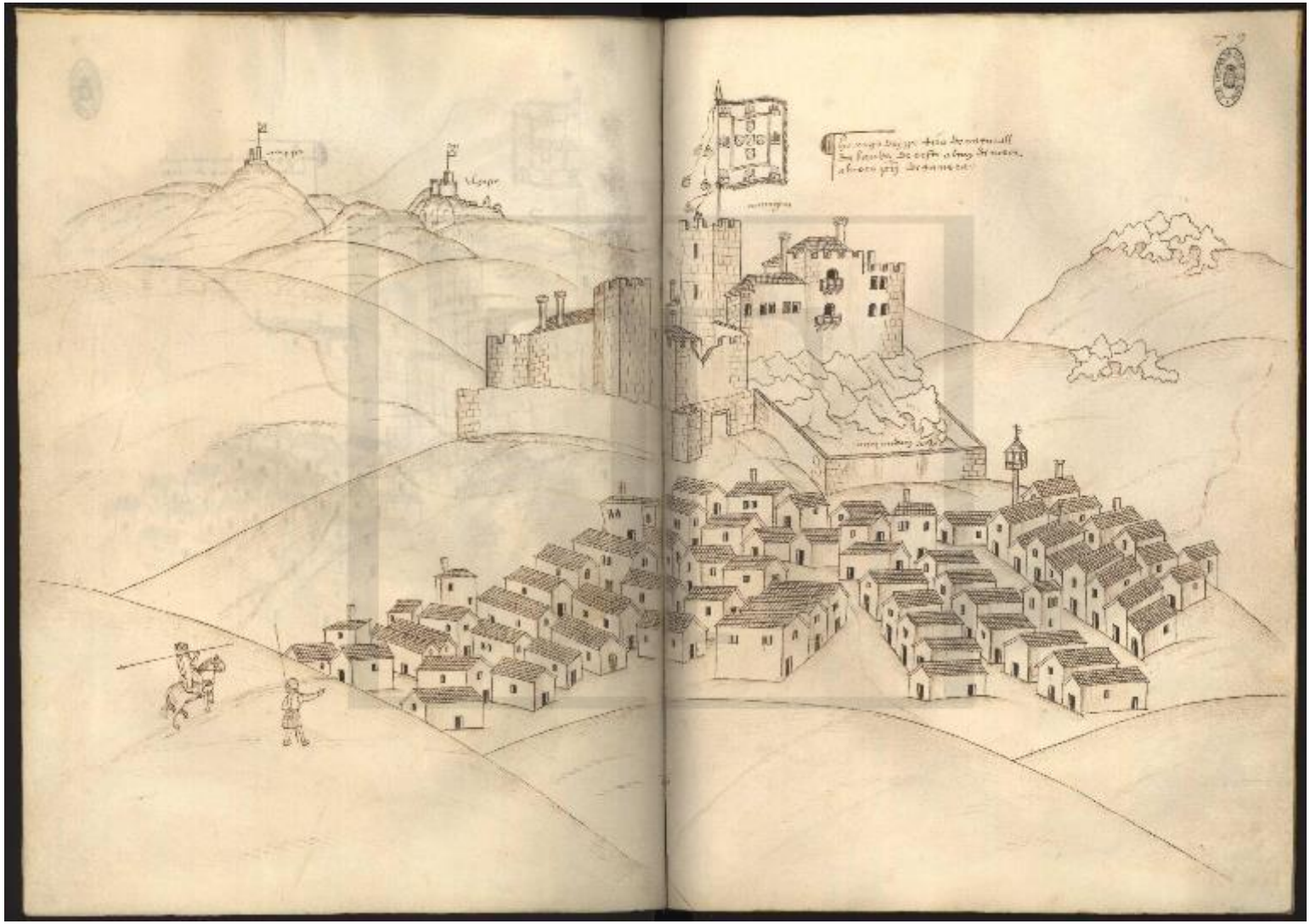
Fonte: Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo em Caminha (PT-TT-CF-159_m 0132).

ANEXO 56. Figura 2 - Desenho da planta da Fortaleza do Castelo de Caminha.



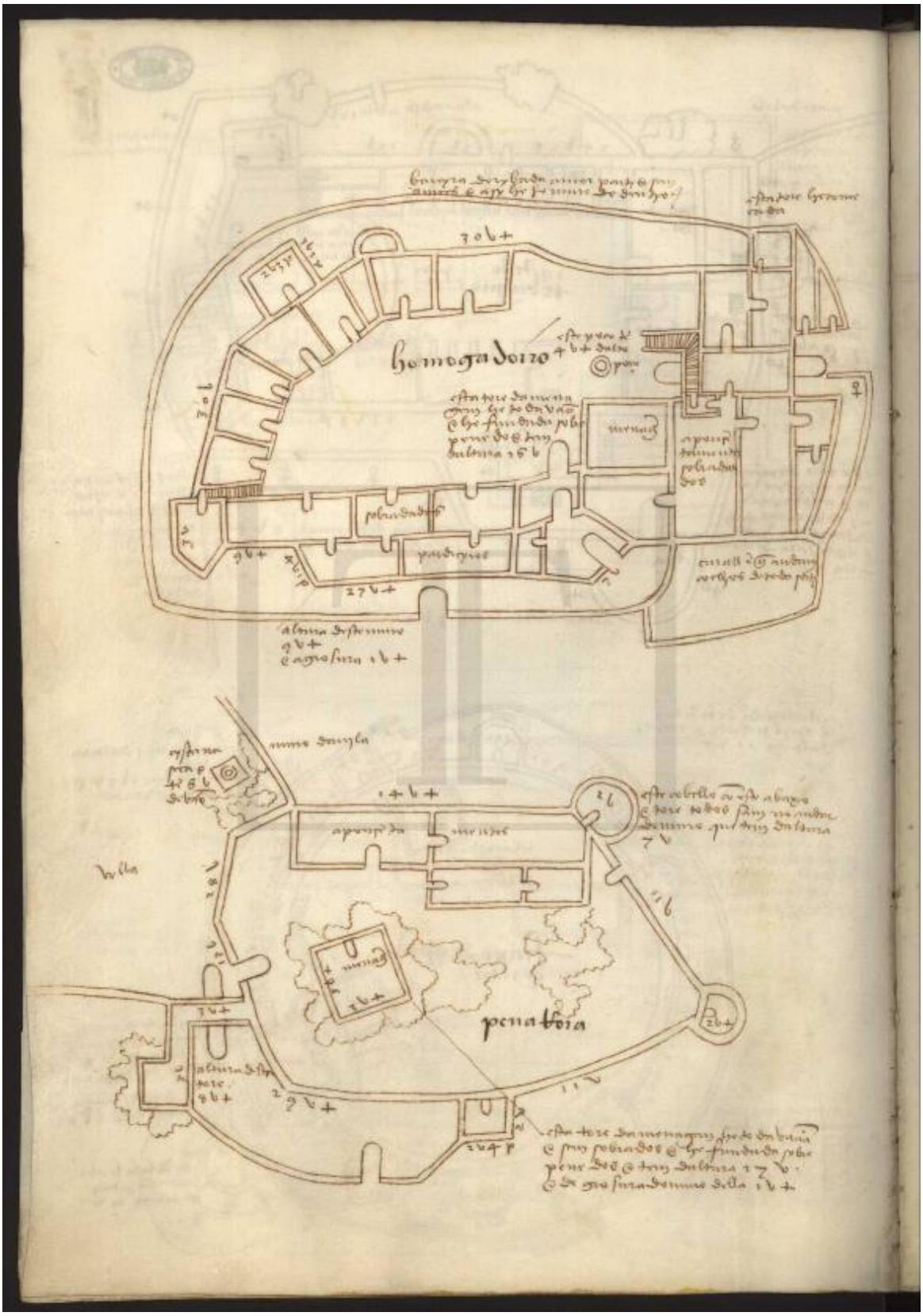
Fonte: Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo em Caminha (PT-TT-CF-159_m 0163).

ANEXO 57. Figura 3 - Desenho do Castelo do Mogadouro.



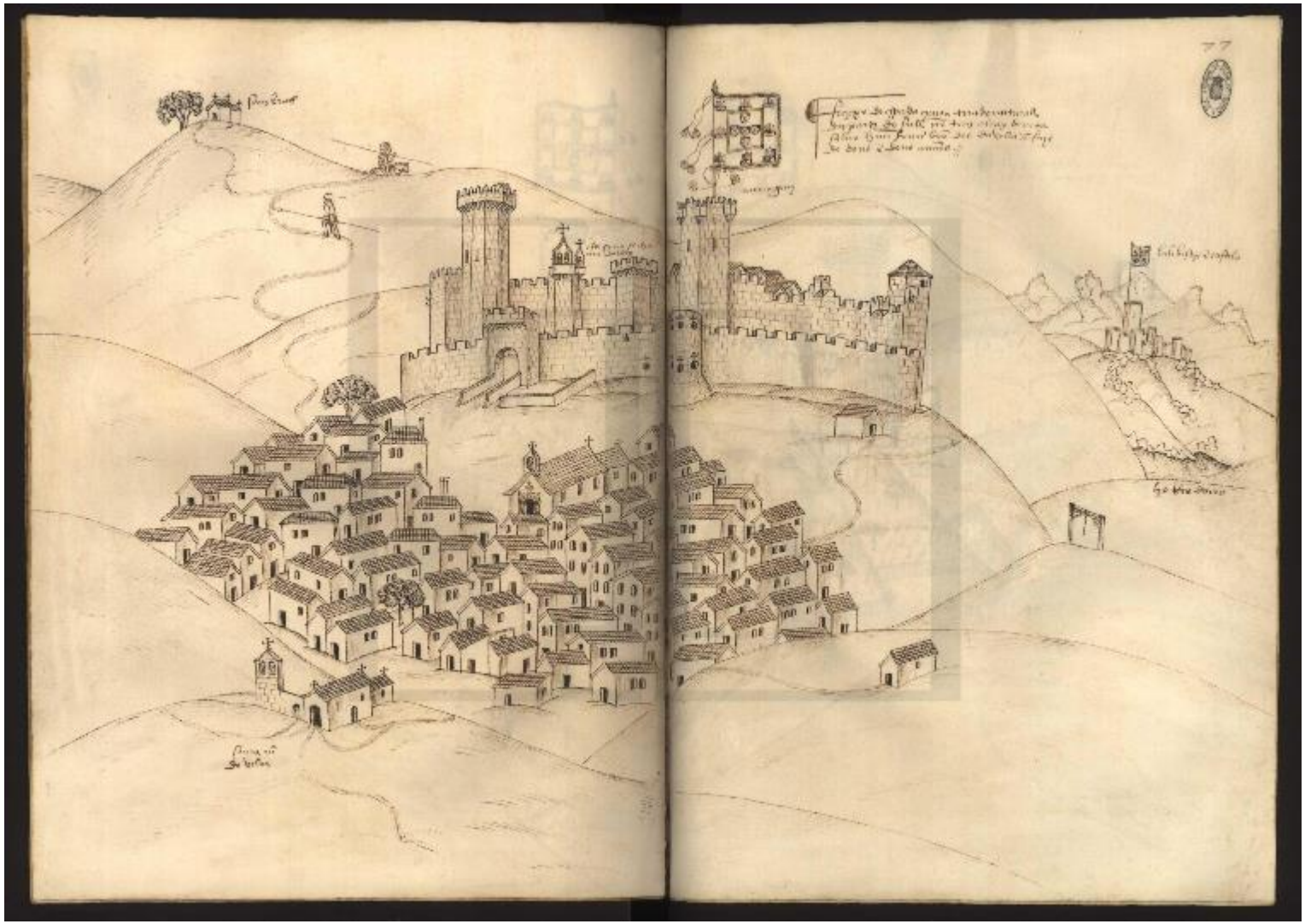
Fonte: Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo do Mogadouro (PT-TT-CF-159_m 0095).

ANEXO 58. Figura 4 - Desenho da Planta do Castelo do Mogadouro.



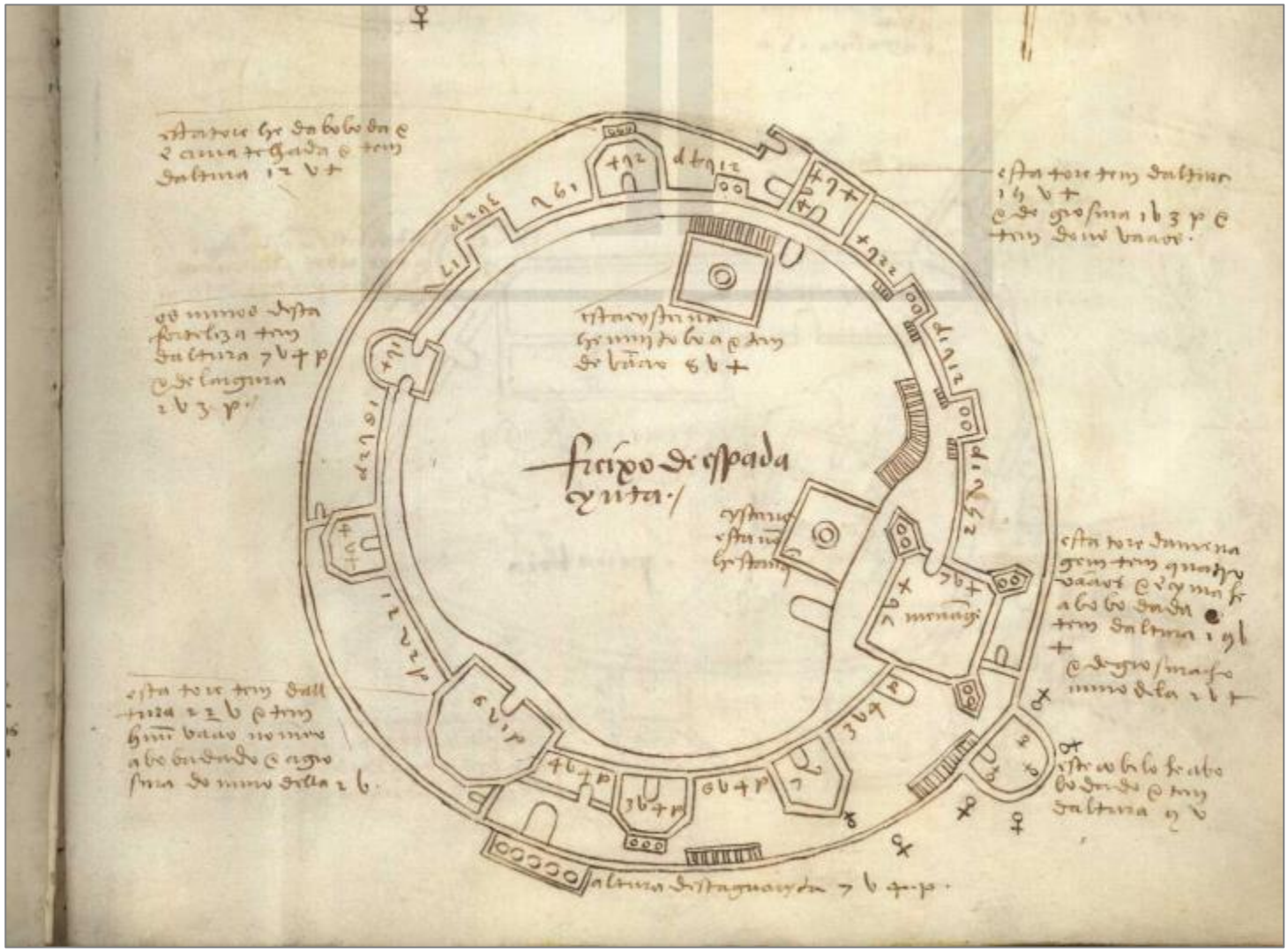
Fonte: Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas (1509) do Castelo do Mogadouro (PT-TT-CF-159_m 0155).

ANEXO 59. Figura 5 - Desenho do Castelo de Freixo de Espada à Cinta



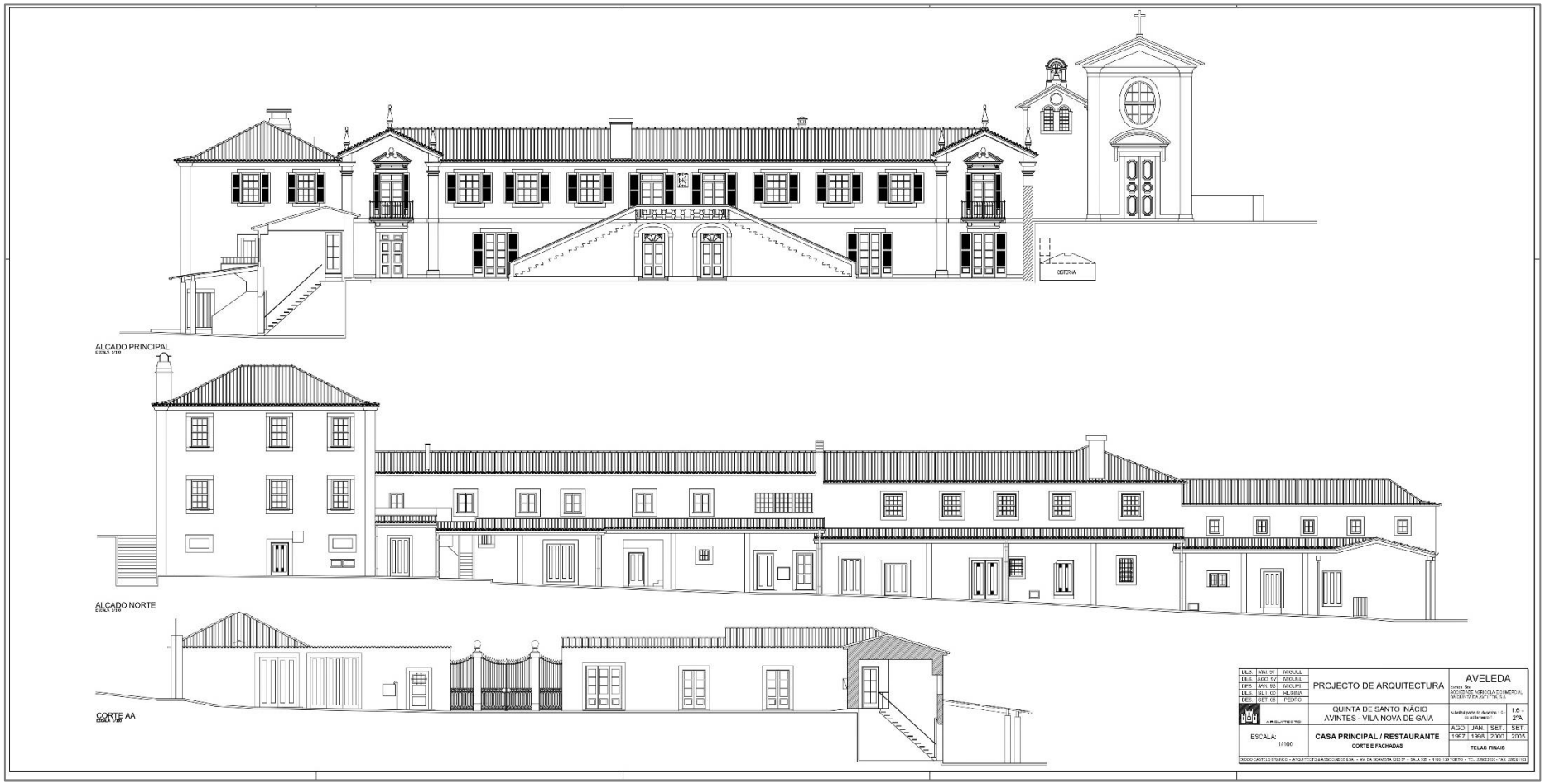
Fonte: Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas do Castelo de Freixo de Espada à Cinta (PT-TT-CF-159_m 0093).

ANEXO 60. Figura 6 - Desenho da Planta da Fortaleza do Castelo de Freixo de Espada à Cinta



Fonte: Documento de Arquivo, da Torre do Tombo: Livro das Fortalezas de Duarte D´Armas do Castelo de Freixo de Espada à Cinta (PT-TT-CF-159_m 0154).

ANEXO 61. Figura 26 - Corte e Fachadas (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100)



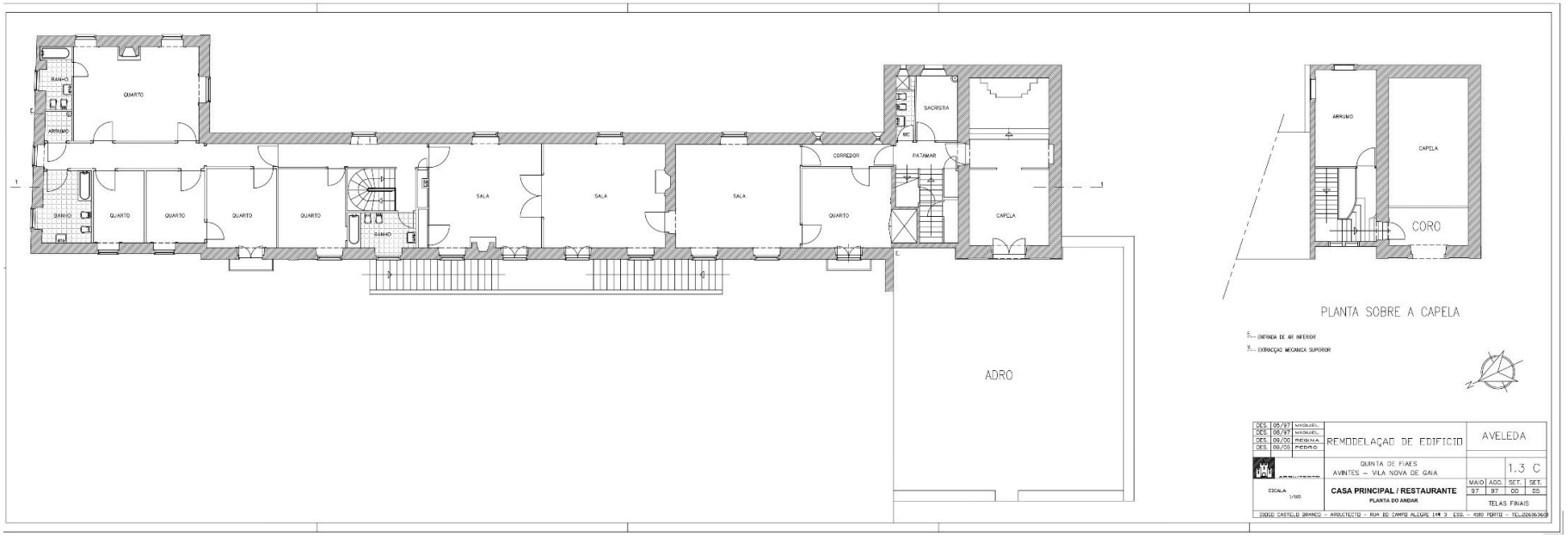
Fonte: Levantamento topográfico por Arquiteto Diogo Castelo Branco, a pedido de: Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda, S.A.

ANEXO 62. Figura 27 - Planta do rés-do-chão (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100)



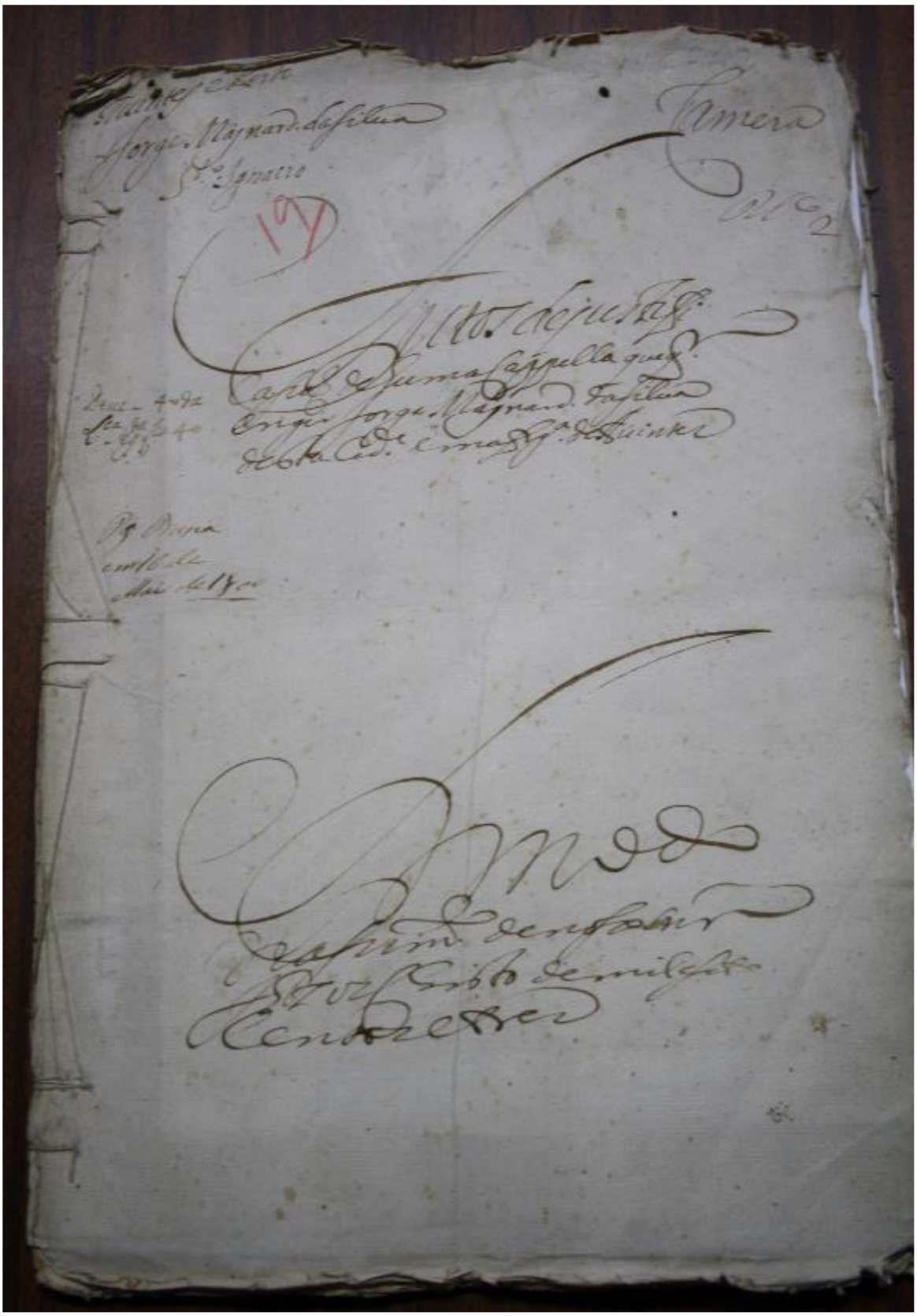
Fonte: Levantamento topográfico por Arquiteto Diogo Castelo Branco, a pedido de: Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda, S.A.

ANEXO 63. Figura 28 - Planta do 1.º andar (Casa Principal/Restaurante). (Escala 1:100)



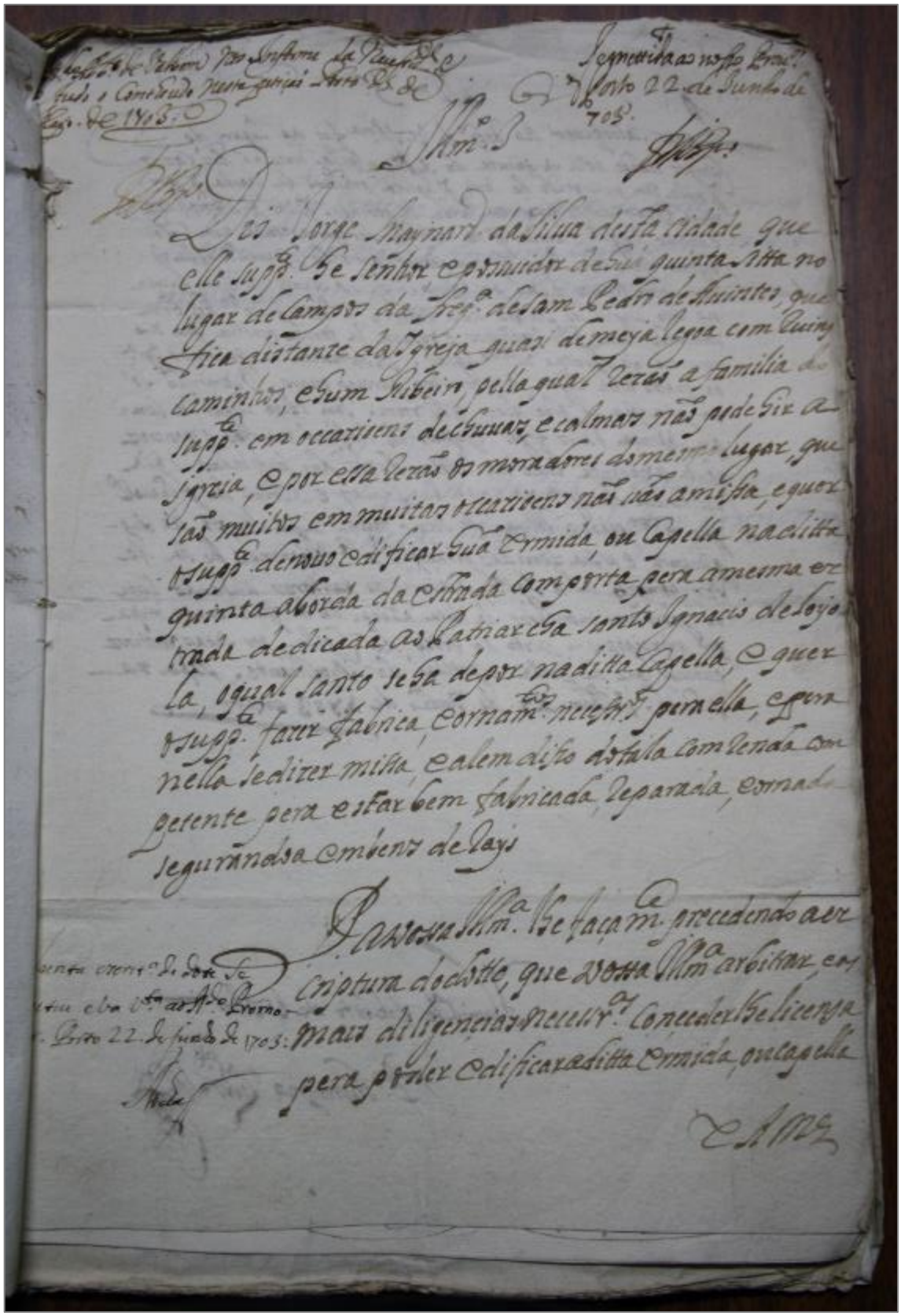
Fonte: Levantamento topográfico por Arquiteto Diogo Castelo Branco, a pedido de: Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda, S.A.

ANEXO 64. Figura 35 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Santo Inácio de Fiães, página inicial.



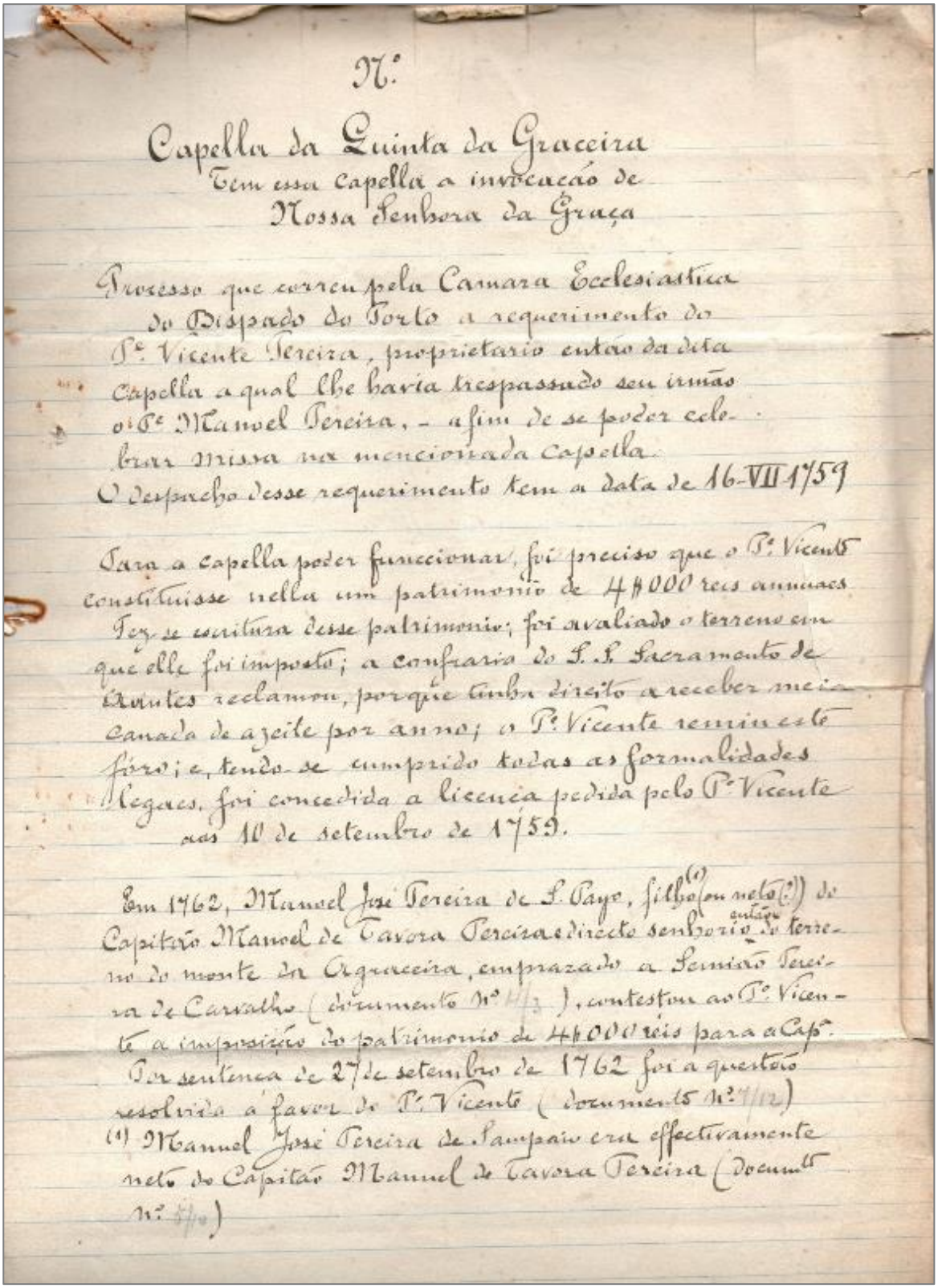
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/447.

ANEXO 65. Figura 36 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Santo Inácio de Fiães, p. 2.



Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/447.

ANEXO 66. Figura 39 - Documento sobre a constituição do património da Capela da Quinta da Agraceira.



N.º

Capella da Quinta da Graceira
Tem essa capella a invocação de
Nossa Senhora da Graça

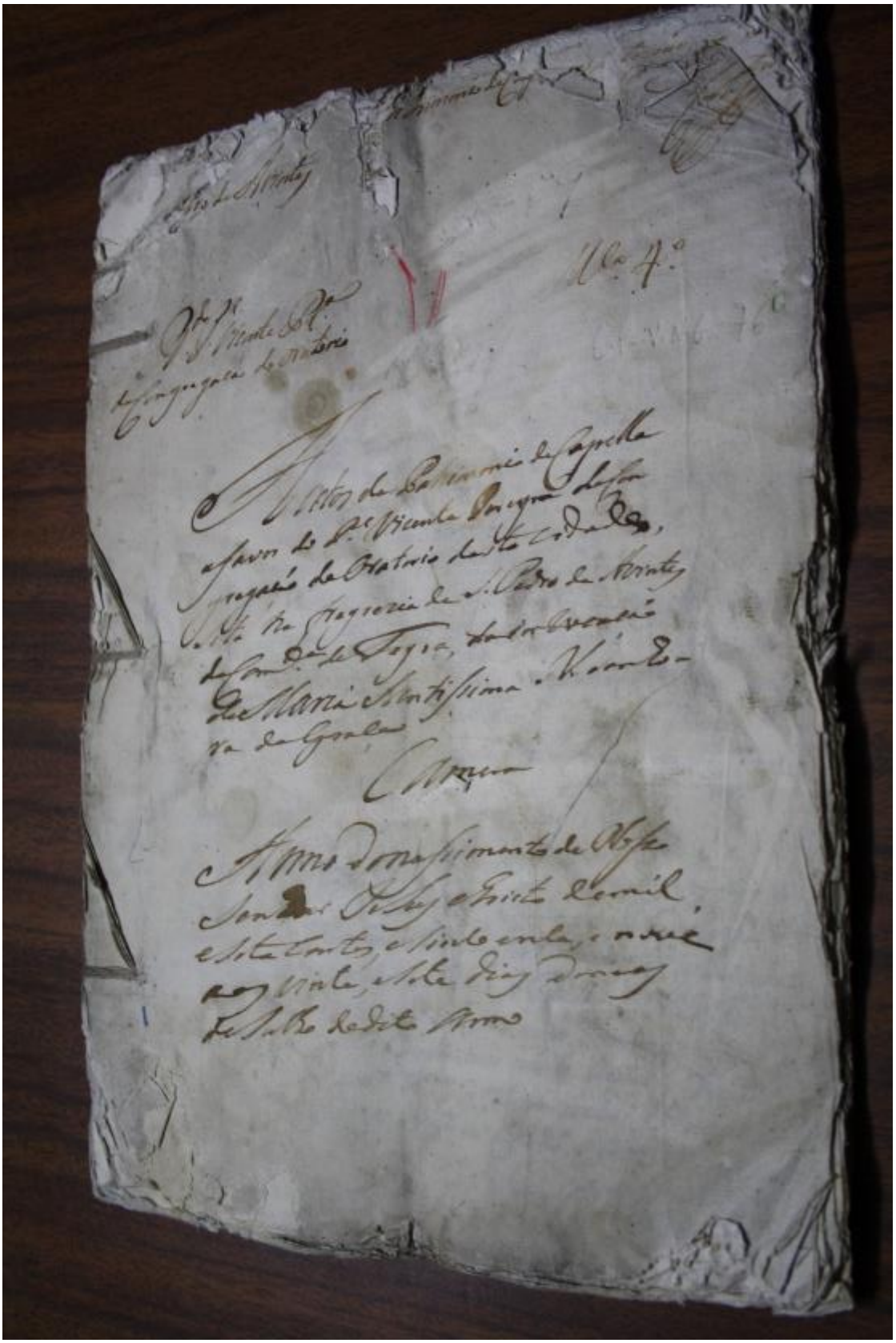
Processo que correu pela Camara Ecclesiastica
do Bispado do Porto a requerimento do
P.e Vicente Teixeira, proprietario então da dita
Capella a qual lhe havia trespassado seu irmão
o P.e Manoel Teixeira, - afim de se poder cele-
brar Missa na mencionada Capella.
O despacho desse requerimento tem a data de 16-VII-1759

Para a capella poder funccionar, foi preciso que o P.e Vicente
constituisse nella um patrimonio de 4$000 reis annuaes.
Fez-se escritura desse patrimonio; foi avaliado o terreno em
que elle foi imposto; a confraria do S.S. Sacramento de
Entutes reclamou, porque tinha direito a receber meia
canada de azeite por anno; o P.e Vicente remiu-o-lhe
foro; e, tendo-se cumprido todas as formalidades
legaes, foi concedida a licença pedida pelo P.e Vicente
aos 10 de setembro de 1759.

Em 1762, Manuel José Teixeira de S. Payo, filho(a) (ou neto(a)) do
Capitão Manoel de Tavora Teixeira e directo senhorio então do terre-
no do monte da Agraceira, emprazado a Feliciano Teixei-
ra de Carvalho (documento nº 4/2), contestou ao P.e Vicen-
te a imposição do patrimonio de 4$000 reis para a Capª.
Por sentença de 27 de setembro de 1762 foi a questão
resolvida a favor do P.e Vicente (documento nº 7/12)
(1) Manuel José Teixeira de Sampaio era effectivamente
neto do Capitão Manuel de Tavora Teixeira (docum.to
nº 5/10)

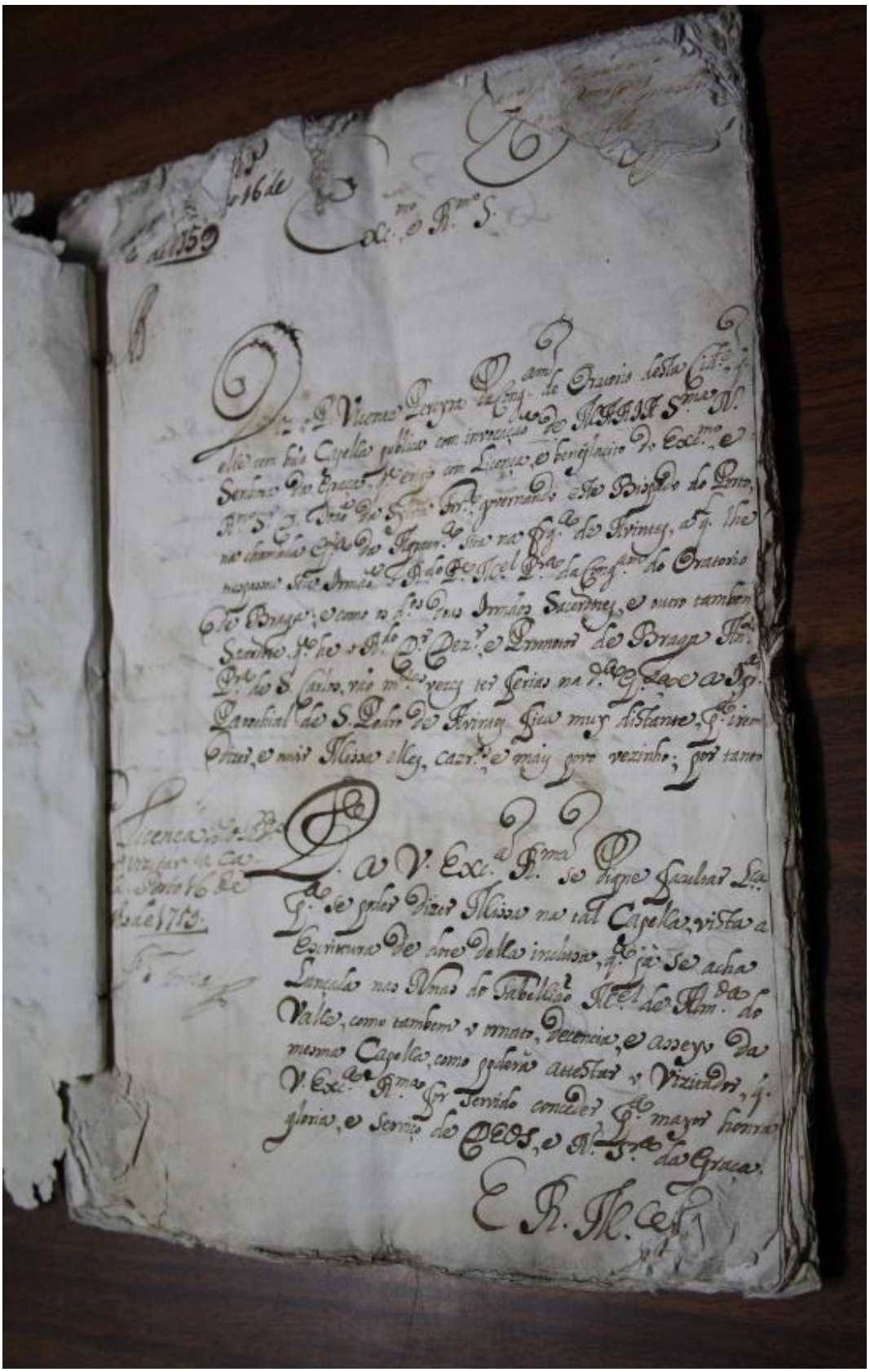
Fonte: Cedido pelo proprietário atual da Quinta, Dr. Domingos Filipe

ANEXO 67. Figura 40 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, página inicial.



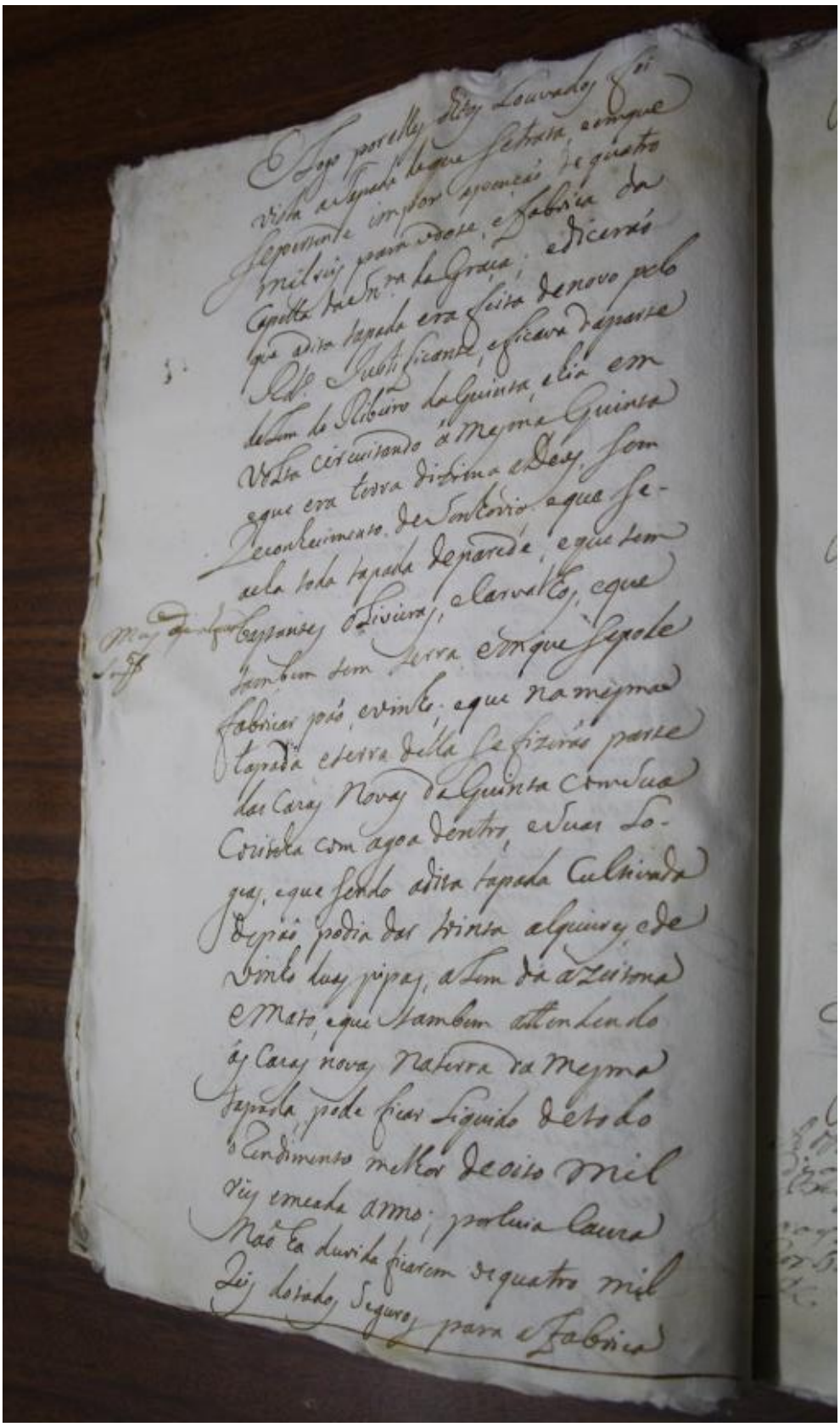
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/440.

ANEXO 68. Figura 41 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, p. 2.



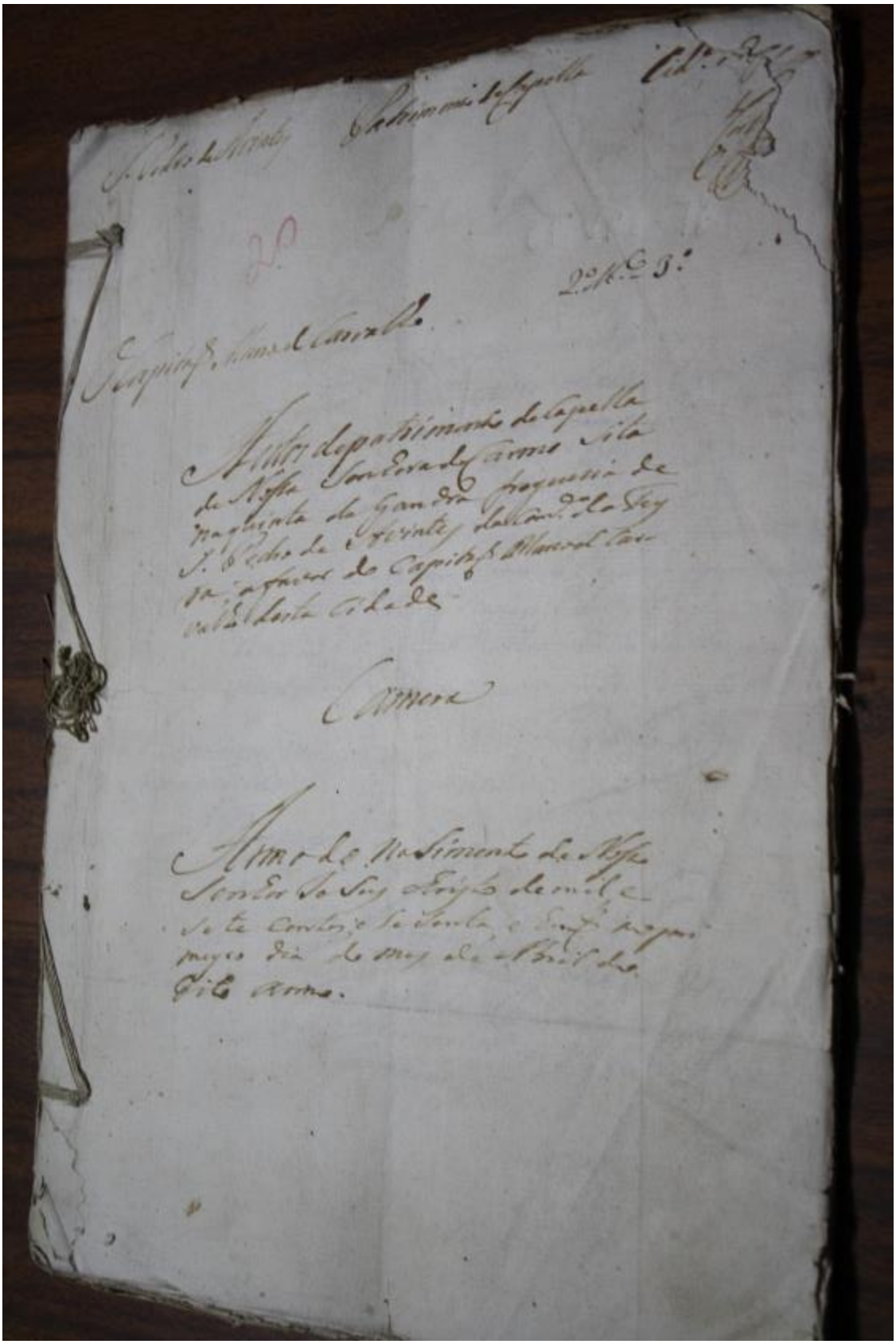
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/440.

ANEXO 69. Figura 42 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Agraceira, página sem número.



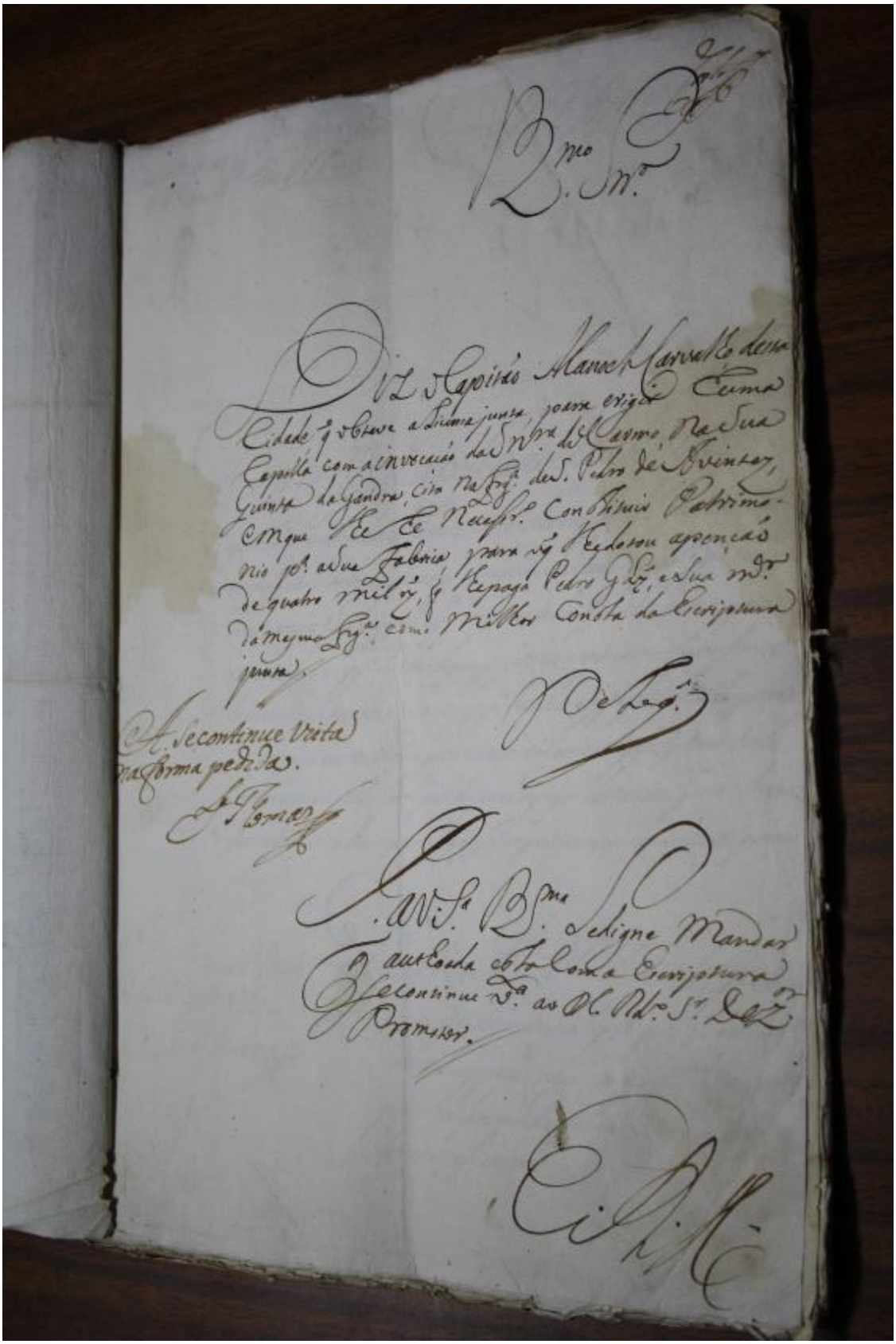
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/440.

ANEXO 70. Figura 50 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Gândara, página inicial.



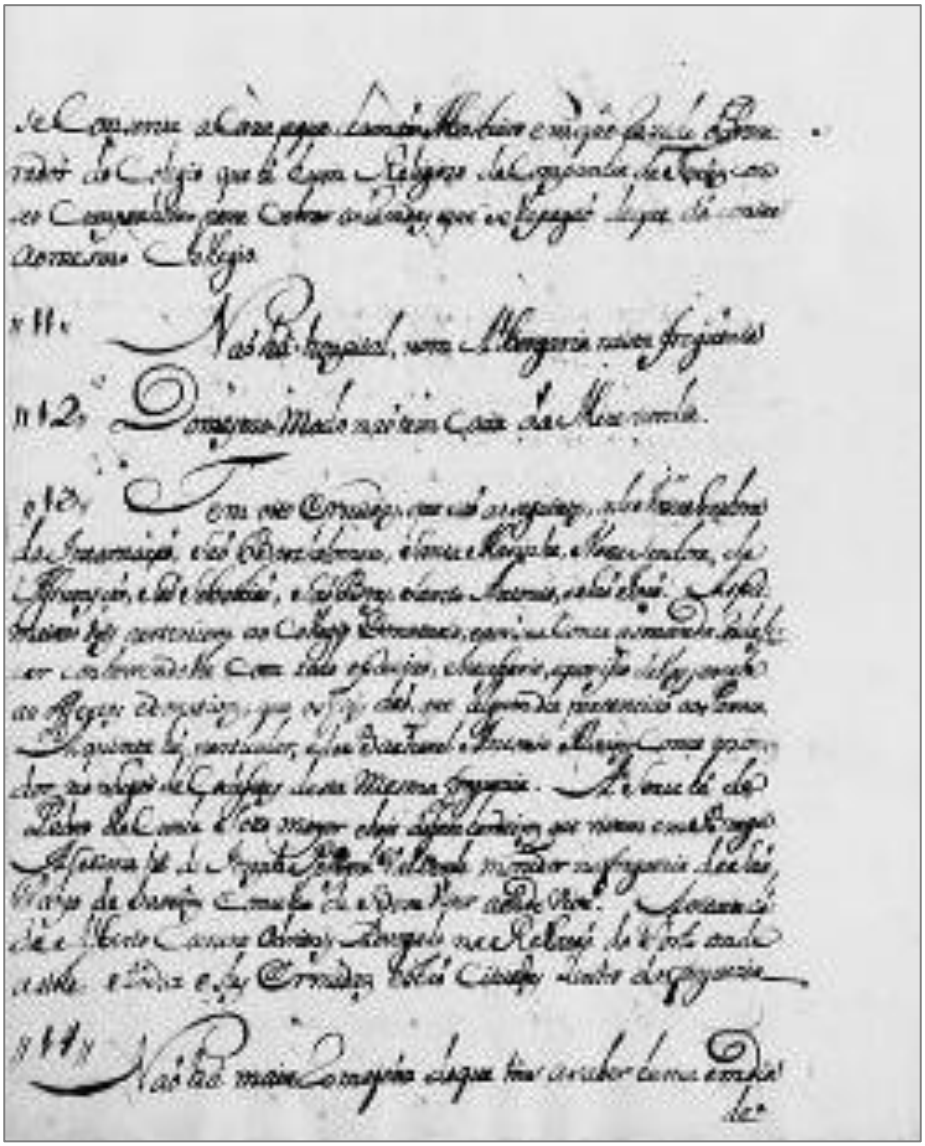
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/439.

ANEXO 71. Figura 51 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta da Gândara, p. 2.



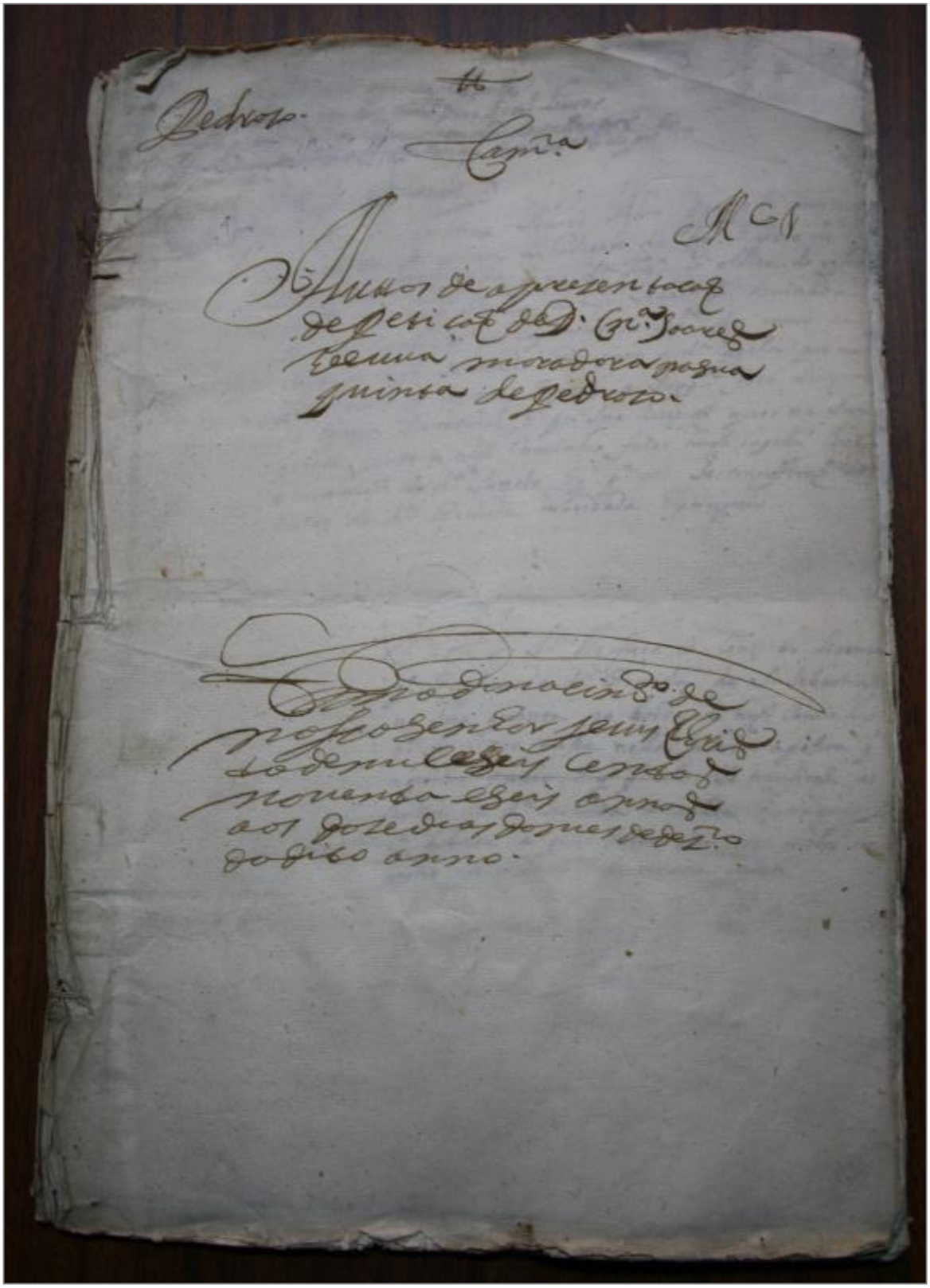
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/439.

ANEXO 72. Figura 61 - Documento sobre a existência da Quinta de Codeçais em 1758.



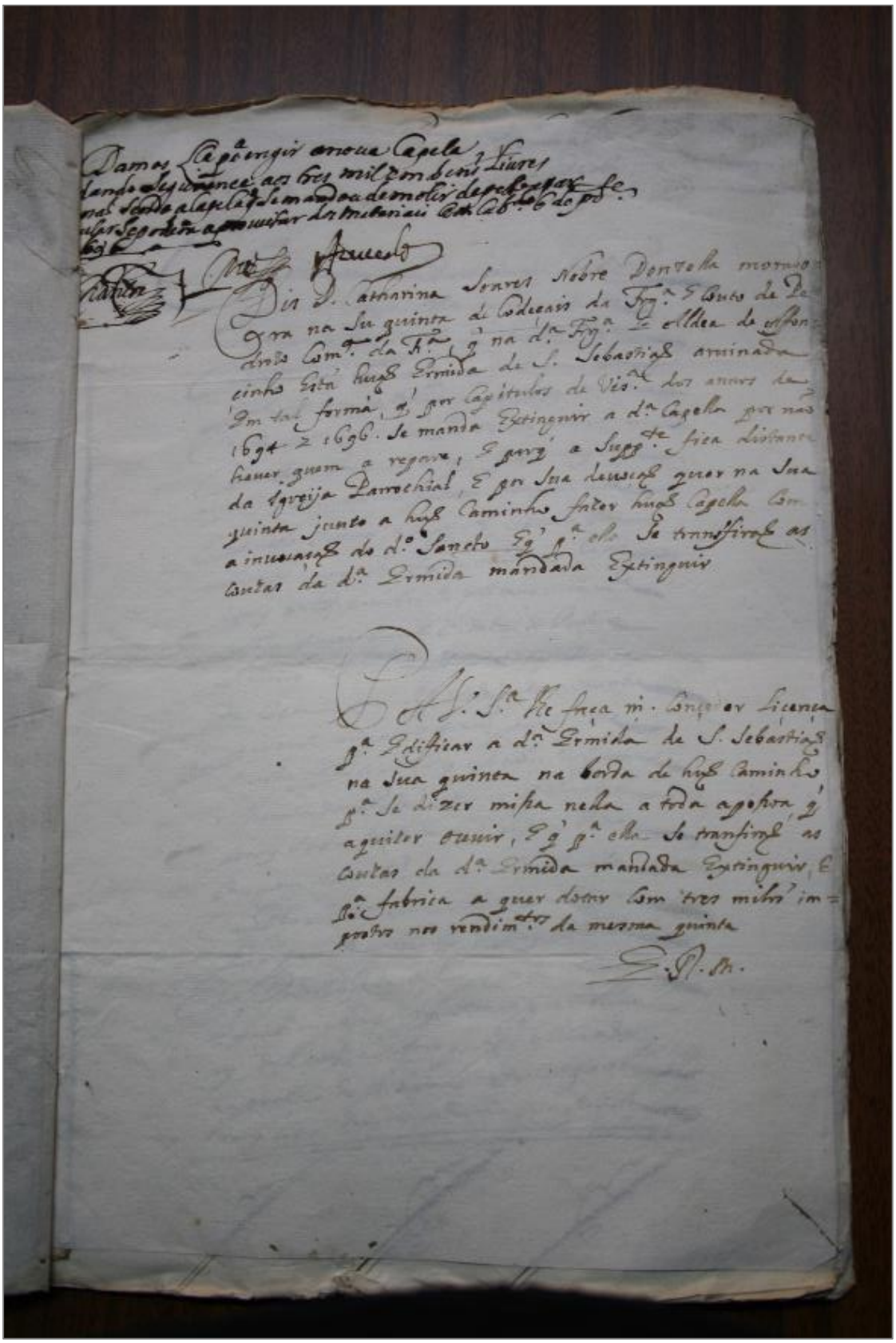
Fonte: Memórias Paroquiais da Freguesia de Pedroso de 1758: PT/TT/MPRQ/28/107, pp. 697-704.

ANEXO 73. Figura 62 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Codeçais, página inicial.



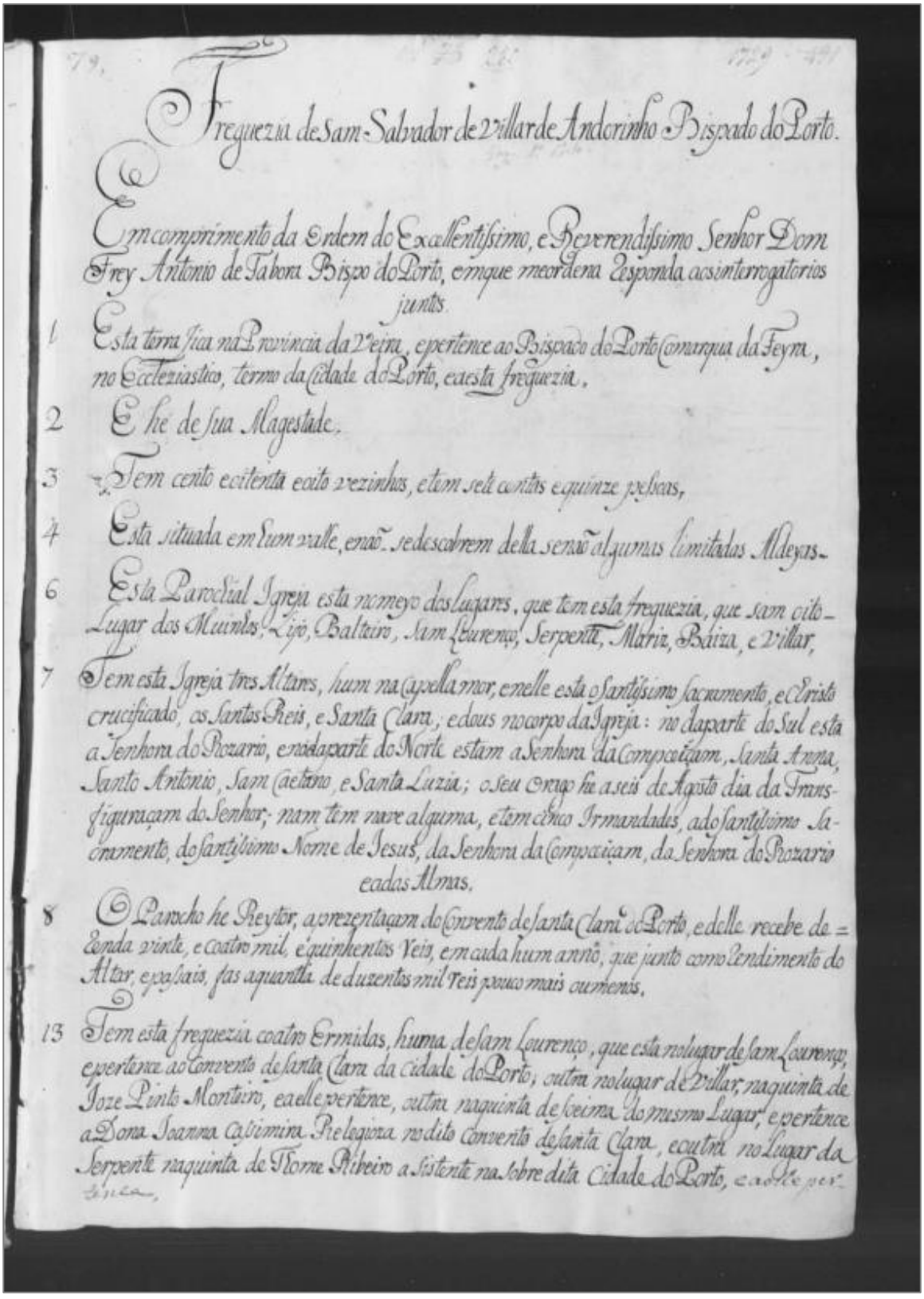
Fonte: Documento de Arquivo: AEP – PT/AEP/DP/CUR-SGC/465.

ANEXO 74. Figura 63 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Codeçais, p. 2.



Fonte: Documento de Arquivo: AEP – PT/AEP/DP/CUR-SGC/465.

ANEXO 75. Figura 82 - Documento sobre a existência da Quinta de Soeime em 1758.



Freguezia de Sam Salvador de Villar de Andorinho Bispado do Porto.

Em comprimento da Ordem do Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Frey Antonio de Tabora Bispo do Porto, emque me ordena Responda aos interrogatorios juntos.

1 Esta terra fica na Provincia da Veira, e pertence ao Bispado do Porto Comarqua da Feyra, no Ecclezeastico, termo da Cidade do Porto, e esta freguezia.

2 E he de Sua Magestade.

3 Tem cento e oitenta e oito vezinhos, e tem sete centas e quinze pessoas,

4 Esta situada em hum valle, e não se descobrem della senão algumas limitadas Aldeyas.

6 Esta Parochial Igreja esta no meyo dos Lugares, que tem esta freguezia, que sam o Lugar dos Muinhos, Ligó, Balteiro, Sam Lourenço, Serpente, Mariz, Baixa, e Villar,

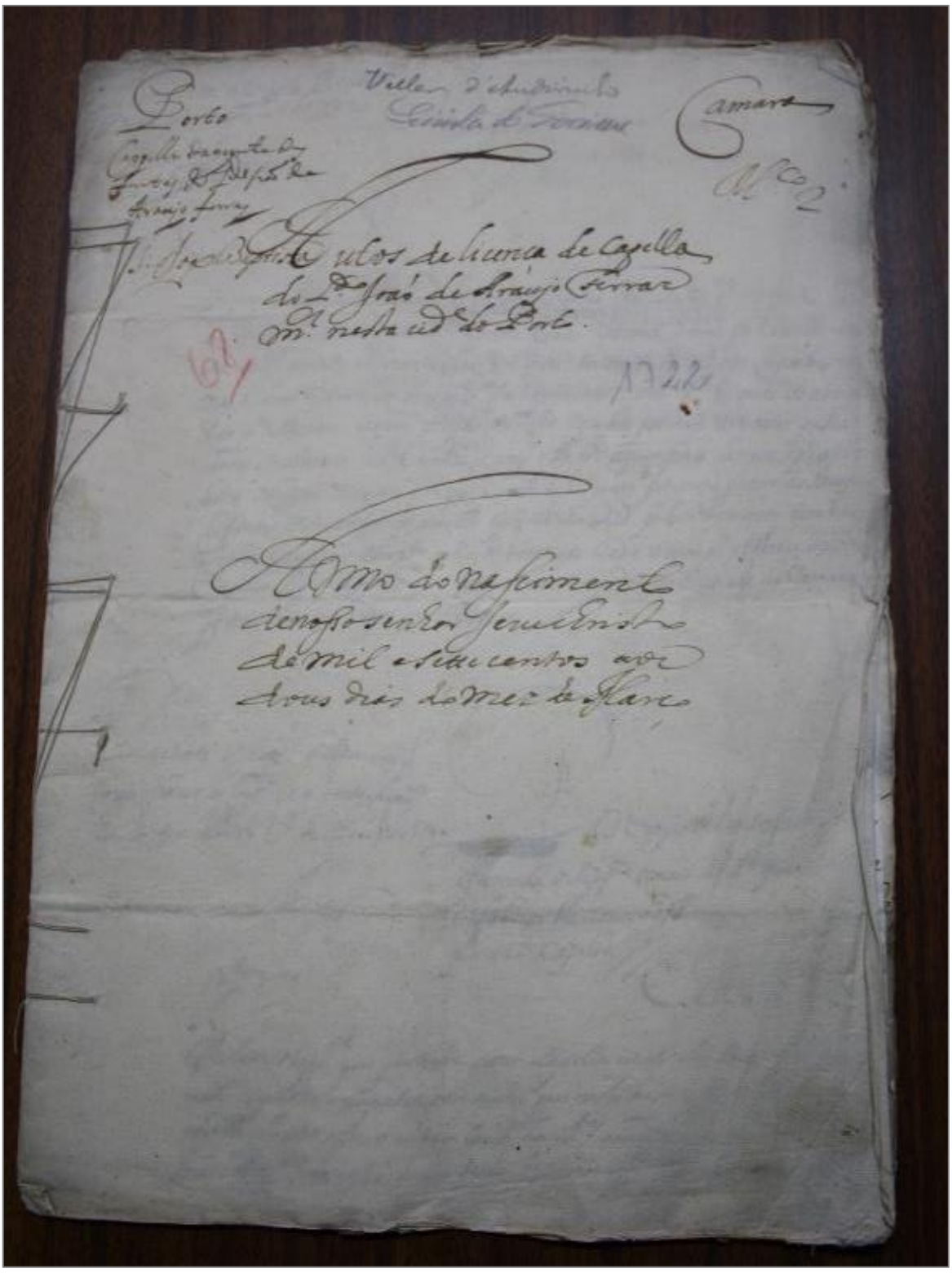
7 Tem esta Igreja tres Altares, hum na Capella mor, e nelle esta o Santissimo Sacramento, e Christo crucificado, os Santos Reis, e Santa Clara, e dous no corpo da Igreja: no da parte do Sul esta a Senhora do Rozario, e no da parte do Norte estam a Senhora da Compreciqam, Santa Anna, Santo Antonio, Sam Caetano, e Santa Luzia; o seu Orago he a seis de Agosto dia da Transfiguraçam do Senhor; nam tem nave alguma, e tem cinco Irmandades, a do Santissimo Sacramento, do Santissimo Nome de Jesus, da Senhora da Compreciqam, da Senhora do Rozario e das Almas.

8 O Parocho he Reytor, apresentaçam do Convento de Santa Clara do Porto, e delle recebe de renda vinte, e coatro mil, e quinhentos Reis, em cada hum anno, que junto com o rendimento do Altar, e casuais, fas aquantia de duzentos mil Reis pouco mais ou menos.

13 Tem esta freguezia coatro Ermidas, huma de Sam Lourenço, que esta no lugar de Sam Lourenço, e pertence ao Convento de Santa Clara da cidade do Porto; outra no lugar de Villar, na quinta de Joze Pinto Monteiro, e a elle pertence, outra na quinta de Soeima do mesmo Lugar, e pertence a Dona Joanna Catherina Prelegiosa no dito Convento de Santa Clara, e outra no Lugar da Serpente na quinta de Thome Ribeiro a Sistente na sobre dita Cidade do Porto, e a Ele per-

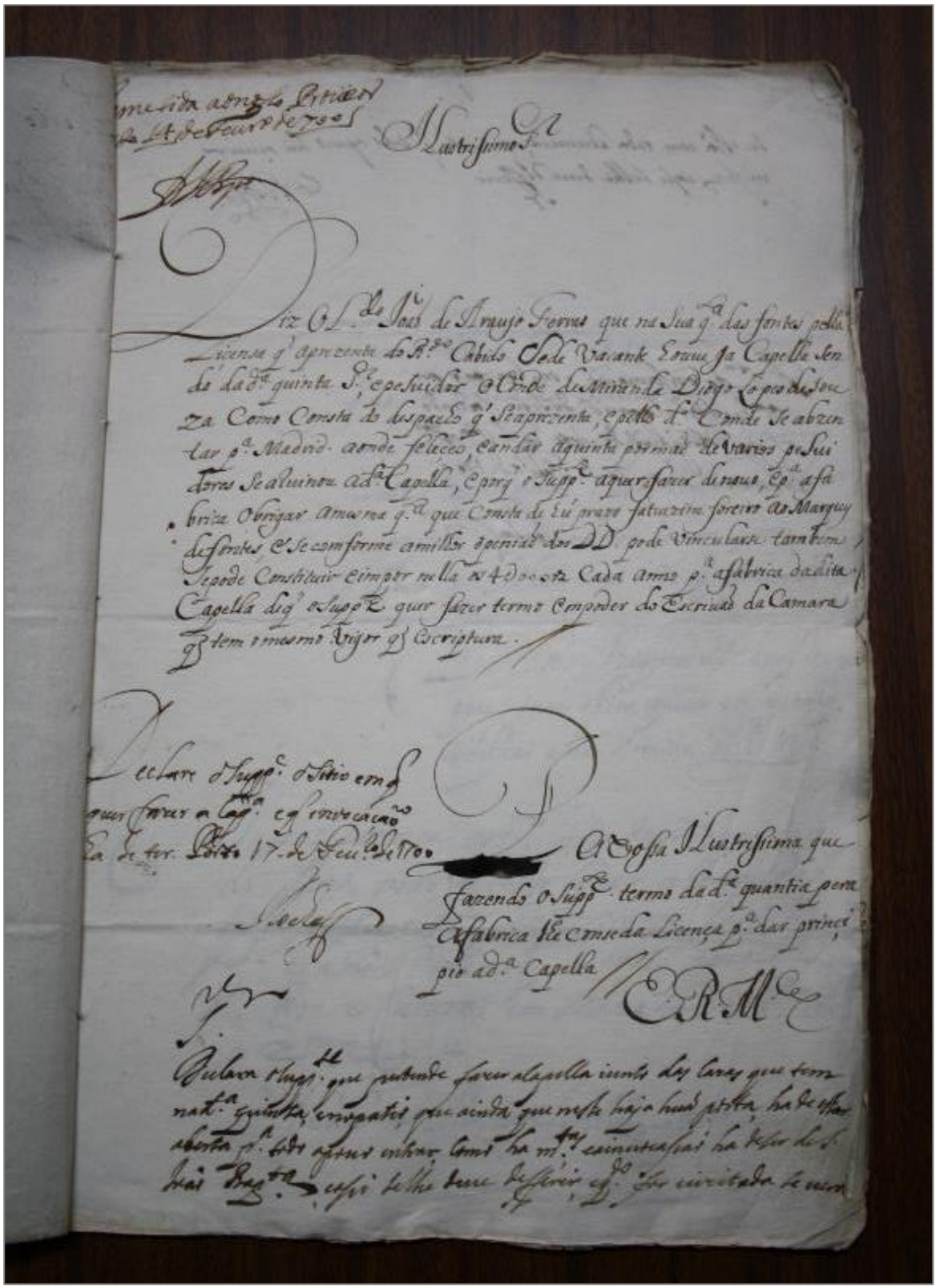
Fonte: Documento de Arquivo do Instituto dos Arquivos Nacionais da Torres do Tombo (IANTT) de 1758 - Memórias Paroquiais da freguesia de Vilar de Andorinho, vol. 41, nº 280, 1729-1731.

ANEXO 76. Figura 83 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Soeime, página inicial.



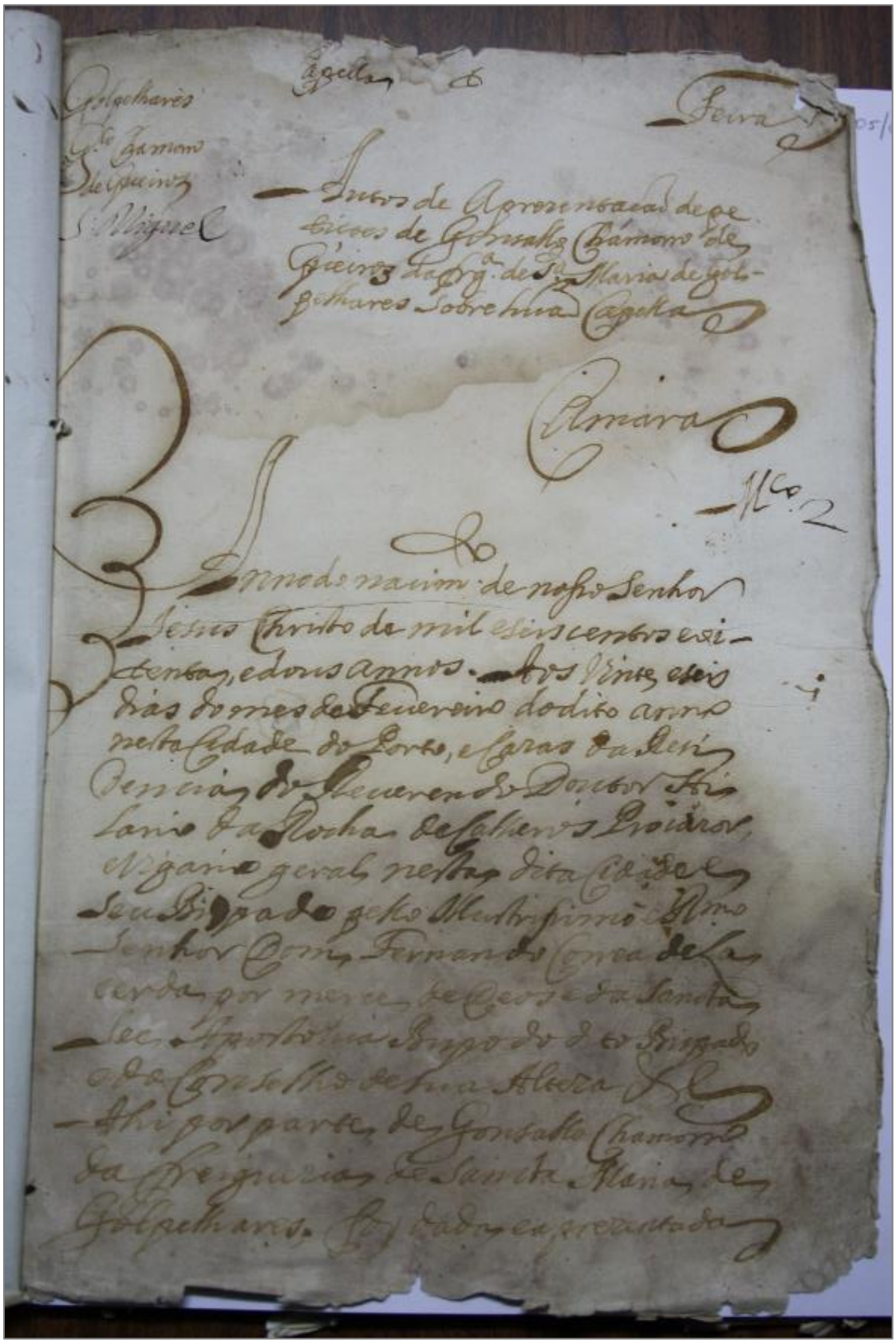
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/697.

ANEXO 77. Figura 84 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Quinta de Soeime, p. 2.



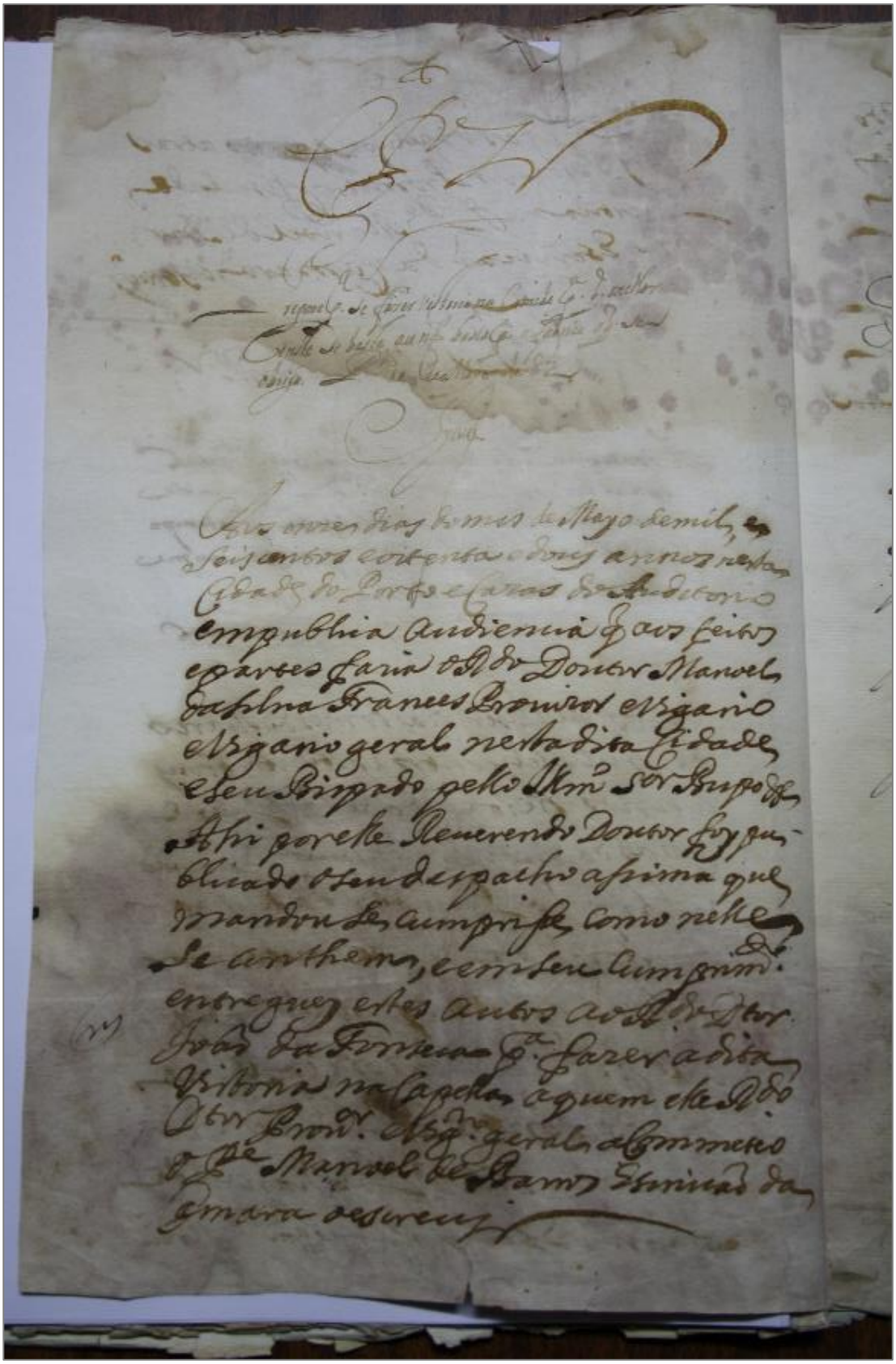
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/697.

ANEXO 78. Figura 95 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página inicial.



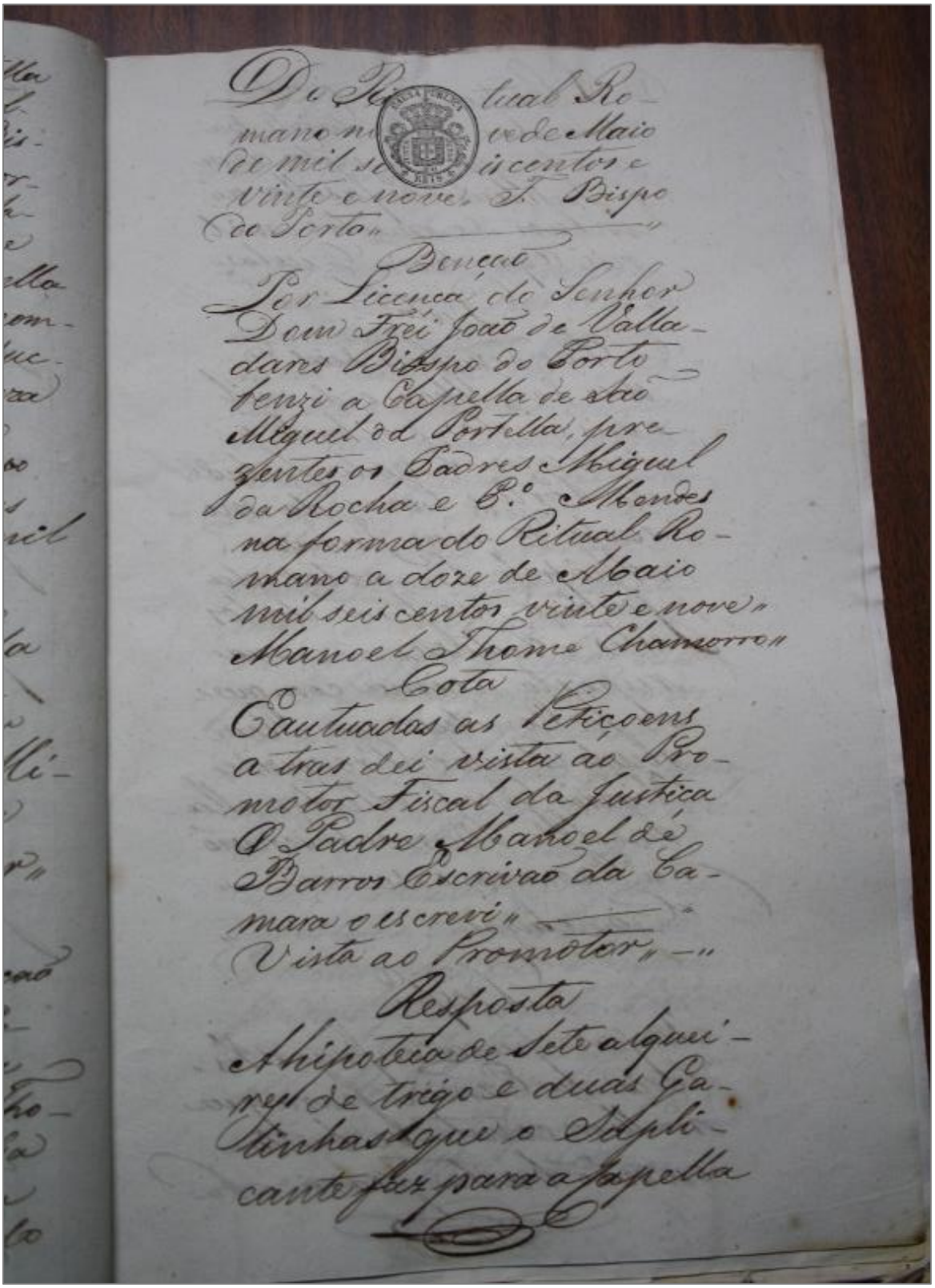
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/455.

ANEXO 79. Figura 96 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número.



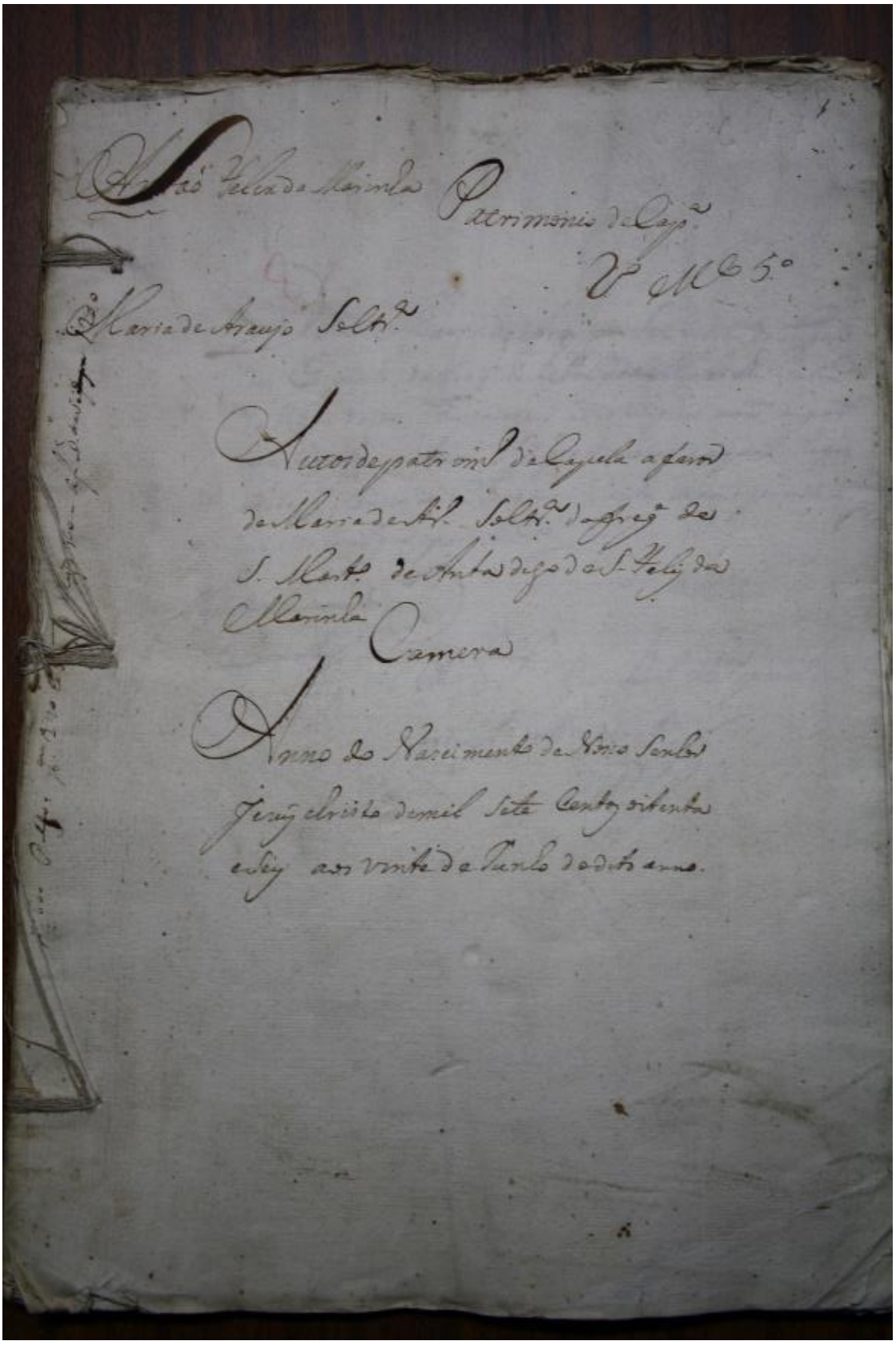
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/455.

ANEXO 80. Figura 97 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número.



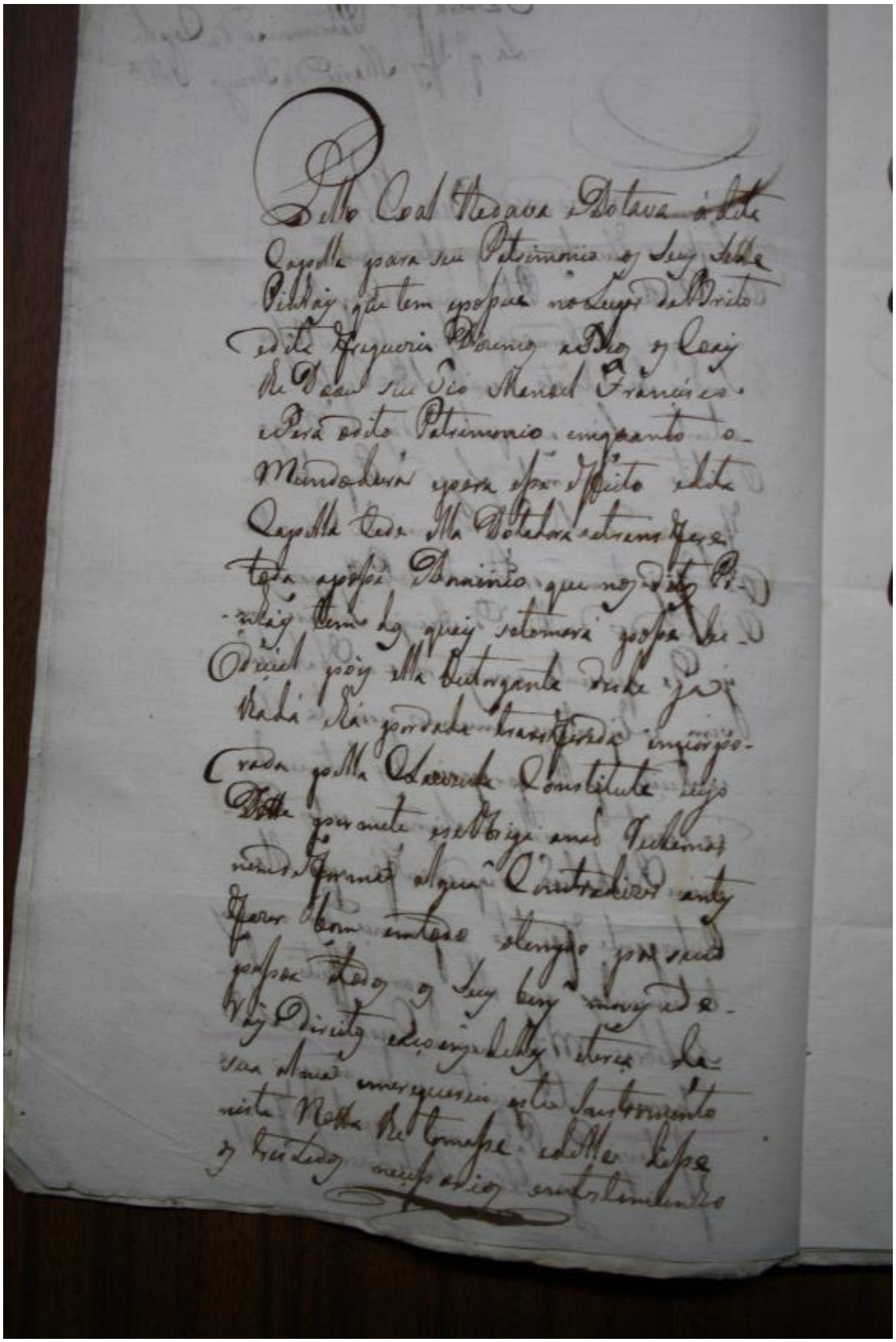
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/455.

ANEXO 81. Figura 103 - Documento sobre o Auto do Património da Capela de S. Tomé, página inicial.



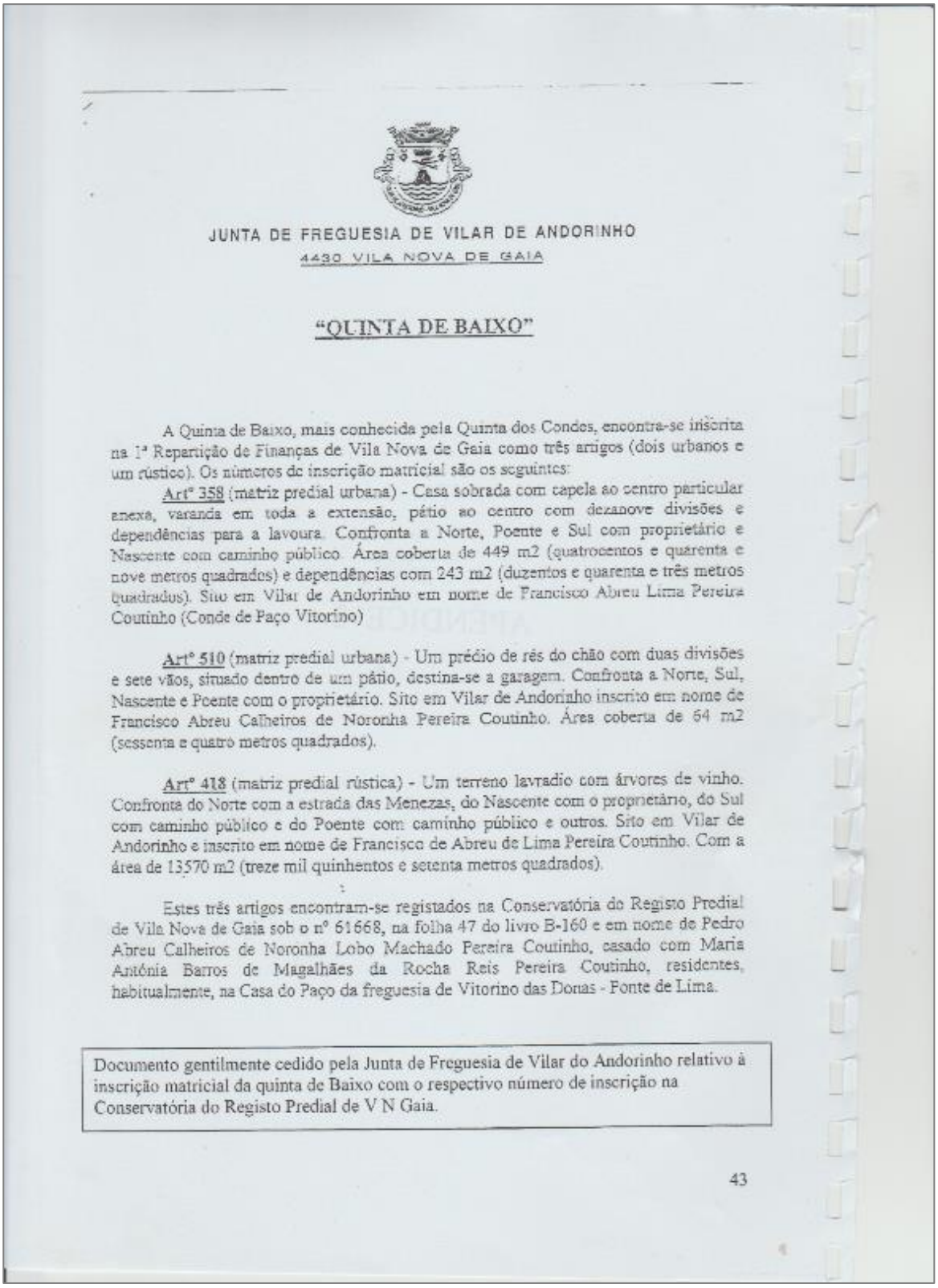
Fonte: Documento de Arquivo: AEP – PT/AEP/DP/CUR-SGC/473.

ANEXO 82. Figura 104 - Documento sobre o Auto do Património da Capela da Portela, página sem número.



Fonte: Documento de Arquivo: AEP – PT/AEP/DP/CUR-SGC/473.

ANEXO 83. Figura 118 - Documento cedido pela Junta de Freguesia de Vilar de Paraíso.



JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR DE ANDORINHO

4430 VILA NOVA DE GAIA

"QUINTA DE BAIXO"

A Quinta de Baixo, mais conhecida pela Quinta dos Condes, encontra-se inscrita na 1ª Repartição de Finanças de Vila Nova de Gaia como três artigos (dois urbanos e um rústico). Os números de inscrição matricial são os seguintes:

Artº 358 (matriz predial urbana) - Casa sobrada com capela ao centro particular anexa, varanda em toda a extensão, pátio ao centro com dezanove divisões e dependências para a lavoura. Confronta a Norte, Poente e Sul com proprietário e Nascente com caminho público. Área coberta de 449 m2 (quatrocentos e quarenta e nove metros quadrados) e dependências com 243 m2 (duzentos e quarenta e três metros quadrados). Sito em Vilar de Andorinho em nome de Francisco Abreu Lima Pereira Coutinho (Conde de Paço Vitorino)

Artº 510 (matriz predial urbana) - Um prédio de rés do chão com duas divisões e sete vãos, situado dentro de um pátio, destina-se a garagem. Confronta a Norte, Sul, Nascente e Poente com o proprietário. Sito em Vilar de Andorinho inscrito em nome de Francisco Abreu Calheiros de Noronha Pereira Coutinho. Área coberta de 64 m2 (sessenta e quatro metros quadrados).

Artº 418 (matriz predial rústica) - Um terreno lavradio com árvores de vinho. Confronta do Norte com a estrada das Menezas, do Nascente com o proprietário, do Sul com caminho público e do Poente com caminho público e outros. Sito em Vilar de Andorinho e inscrito em nome de Francisco de Abreu de Lima Pereira Coutinho. Com a área de 13570 m2 (treze mil quinhentos e setenta metros quadrados).

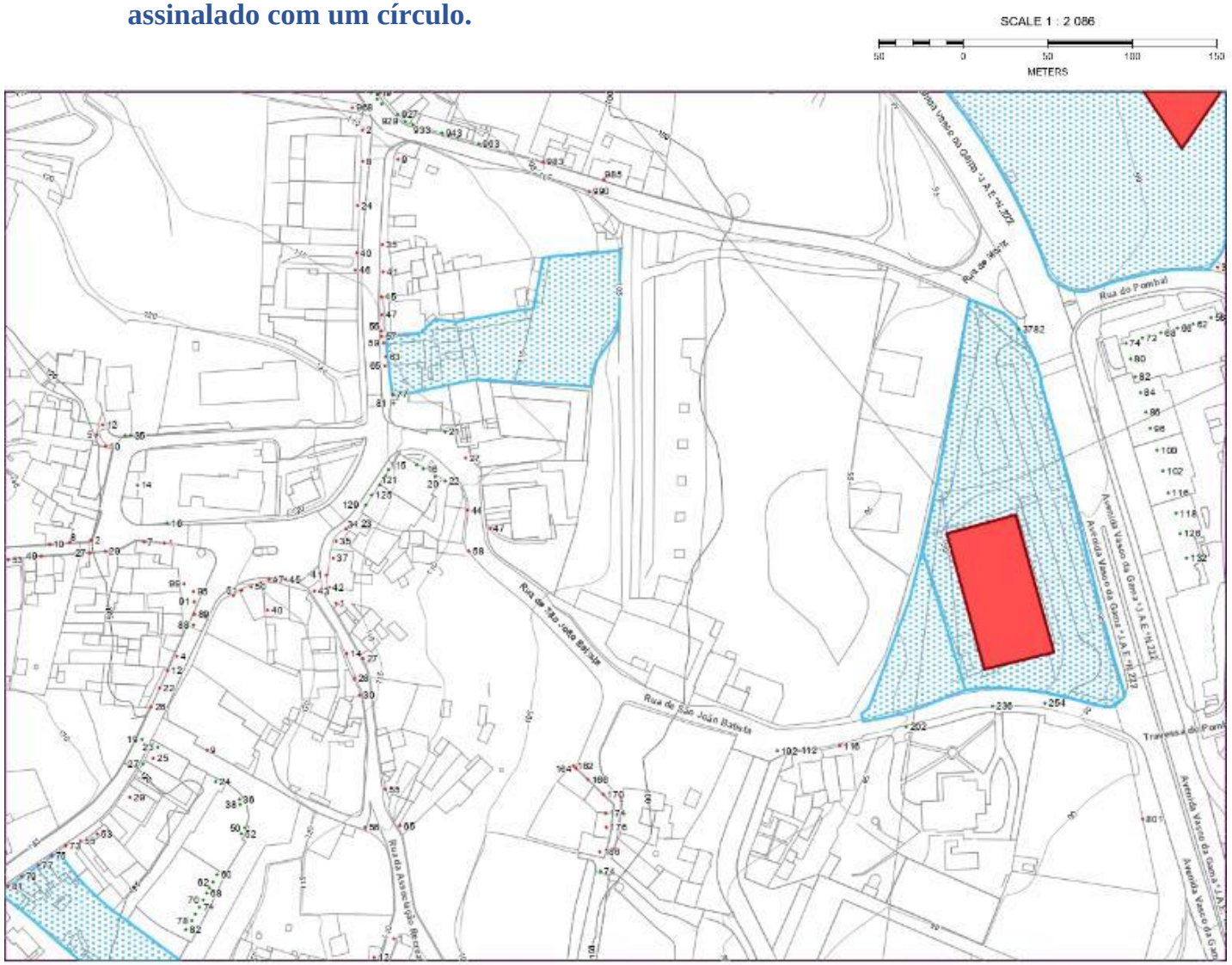
Estes três artigos encontram-se registados na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o nº 61668, na folha 47 do livro B-160 e em nome de Pedro Abreu Calheiros de Noronha Lobo Machado Pereira Coutinho, casado com Maria Antónia Barros de Magalhães da Rocha Reis Pereira Coutinho, residentes, habitualmente, na Casa do Paço da freguesia de Vitorino das Donas - Fonte de Lima.

Documento gentilmente cedido pela Junta de Freguesia de Vilar do Andorinho relativo à inscrição matricial da quinta de Baixo com o respectivo número de inscrição na Conservatória do Registo Predial de V N Gaia.

43

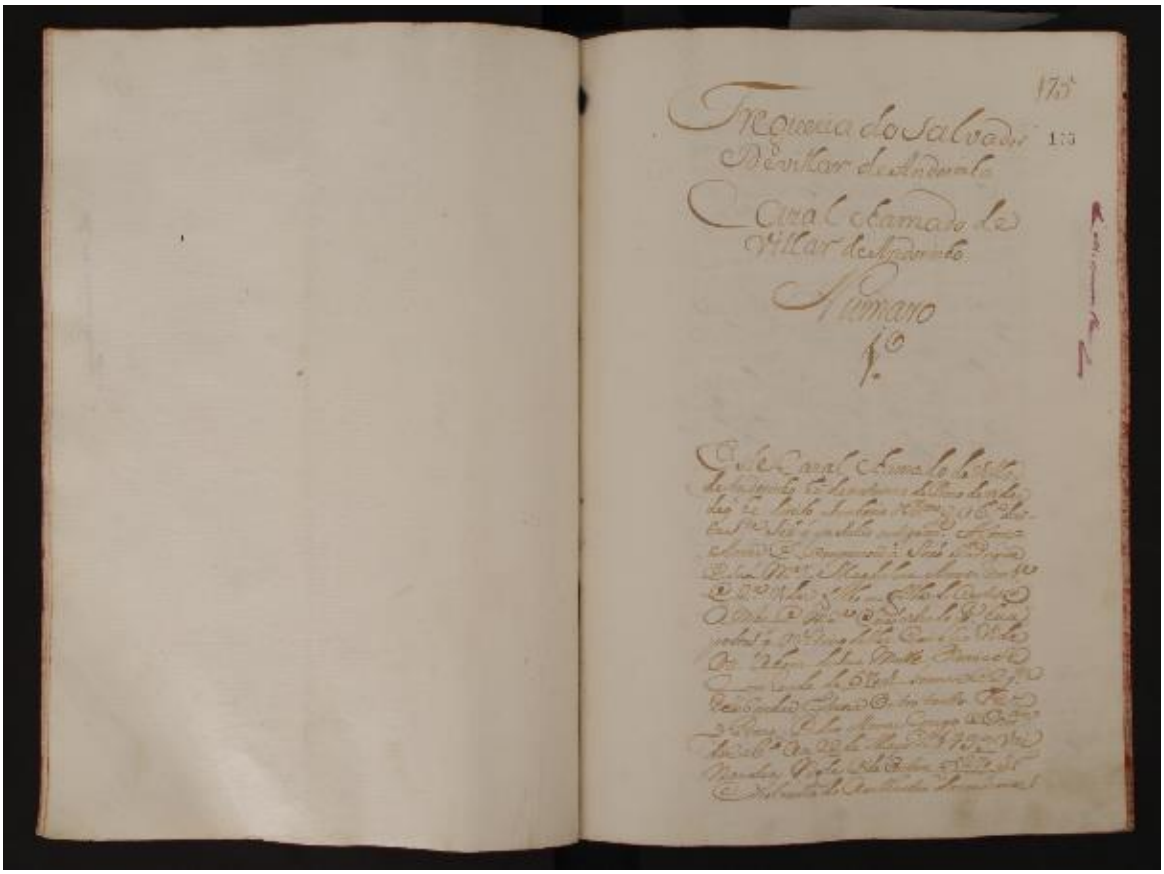
Fonte: Documento de Arquivo, cedido pela Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho.

ANEXO 84. Figura 119 - Carta urbanística que localiza o espaço da Casa e do terreno dos Condes do Paço de Vitorino, assinalado com um círculo.



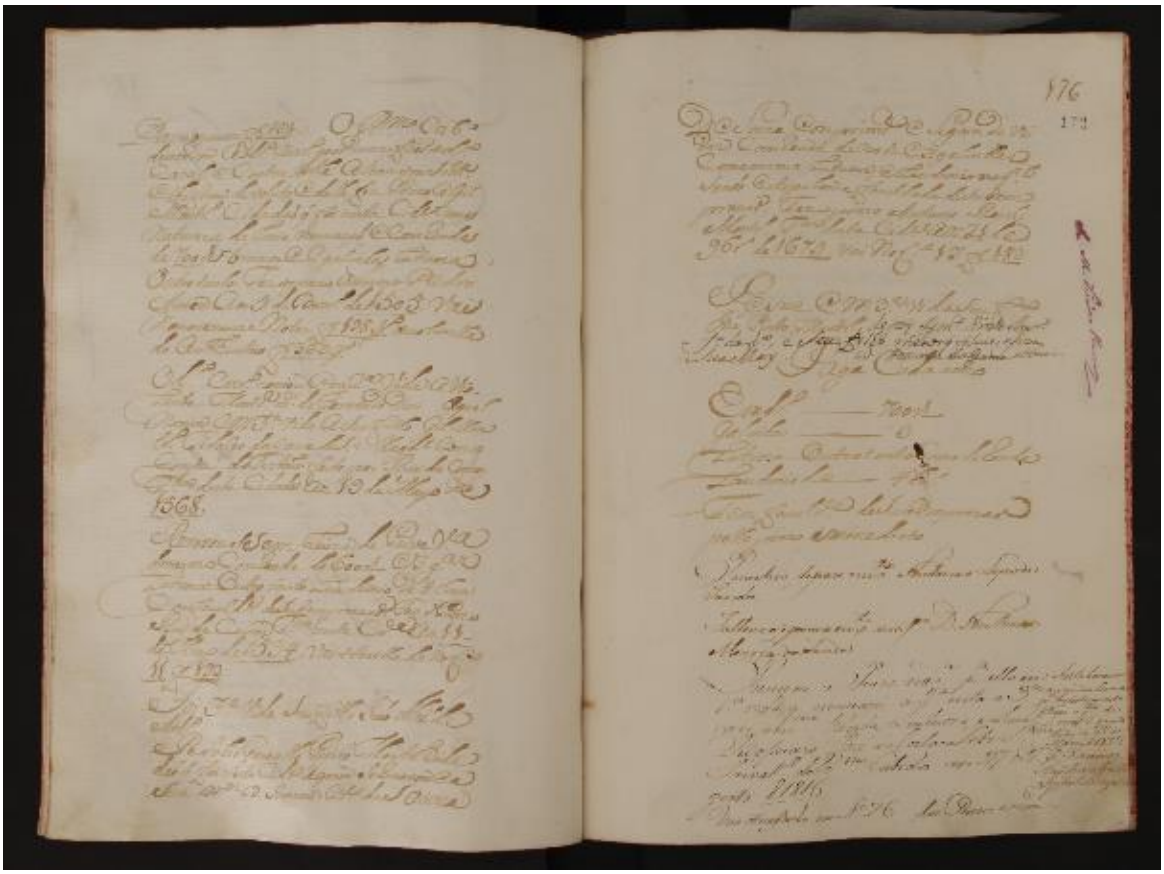
Fonte: Gaiurb (s.d.).

ANEXO 85. Figura 122 - Documento de Arquivo – ADPRT.



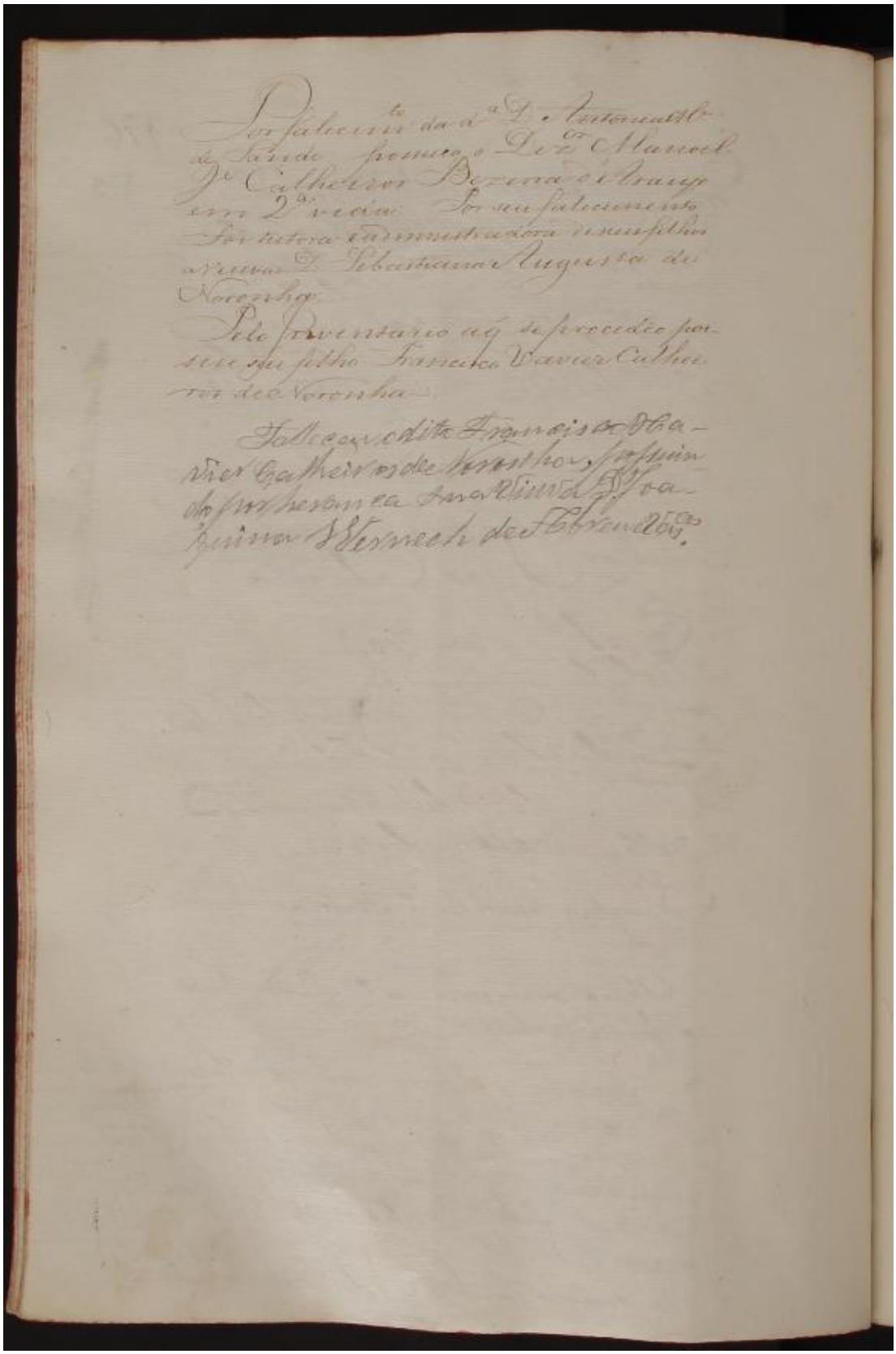
Fonte: Documento de Arquivo: Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto, Prazos, Roteiro de Prazos n.º 462, fls. 175 a 177.

ANEXO 86. Figura 123 - Documento de Arquivo - ADPRT.



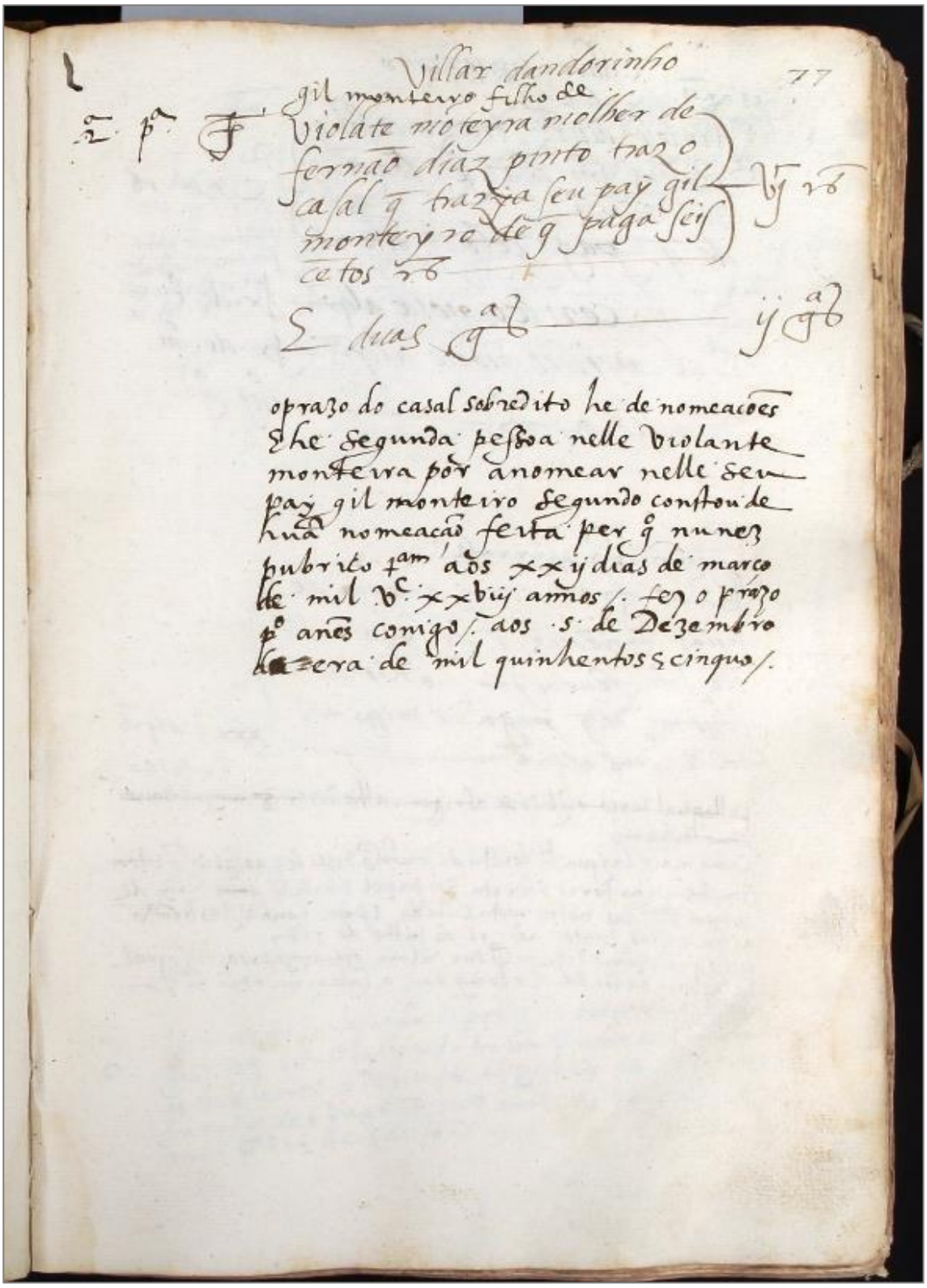
Fonte: Documento de Arquivo: Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto, Prazos, Roteiro de Prazos n.º 462, fls. 175 a 177.

ANEXO 87. Figura 124 - Documento de Arquivo - ADPRT.



Fonte: Documento de Arquivo: Arquivo Distrital do Porto (ADPRT) - Cabido da Sé do Porto, Prazos, Roteiro de Prazos n.º 462, fls. 175 a 177.

ANEXO 88. Figura 125 - Documento de Arquivo – ADPRT.


Villar dandorinho 77

Gil monteiro filho de
Violante monteyra molher de
fernão diaz pinto traz o
casal q tinha seu pay gil
monteyra de q paga seis
centos rs

Vj rs

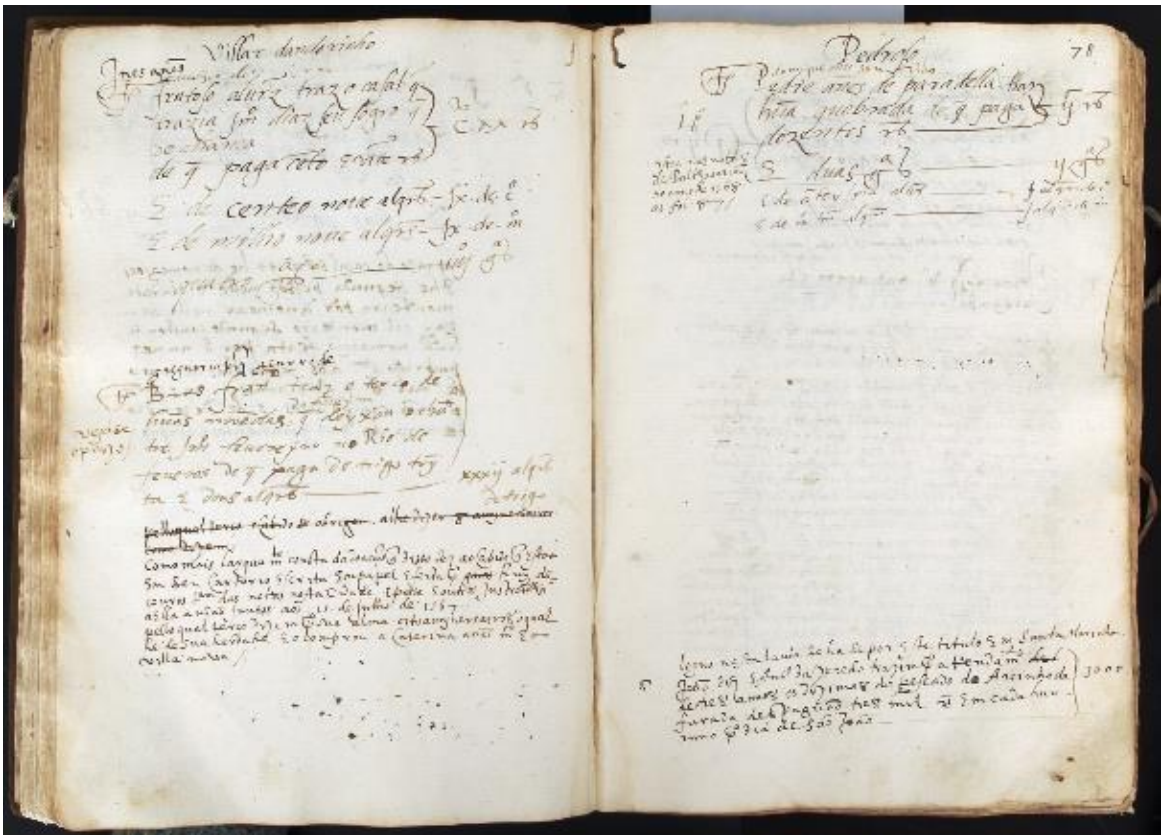
Sendas

ij

oprazo do casal sobredito he de nomeacões
e he segunda pessoa nelle violante
monteira por anomear nelle seu
pay gil monteiro segundo constou de
hua nomeacão feita per q nunes
pubrico tam aos xxvj dias de marco
de mil vc xxbij annos. foy o prazo
pº anes comigo. aos .s. de Dezembro
da era de mil quinhentos e cinquo.

Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT – Livro 8 – Tombos Gerais, fls. 77 e 78.

ANEXO 89. Figura 126 - Documento de Arquivo – ADPRT.



Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT – Livro 8 – Tombos Gerais, fls. 77 e 78.

ANEXO 90. Figura 127 - Documento de Arquivo – ADPRT.



Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1593-maio-18, fls. 135-136v.

ANEXO 91. Figura 128 - Documento de Arquivo – ADPRT.



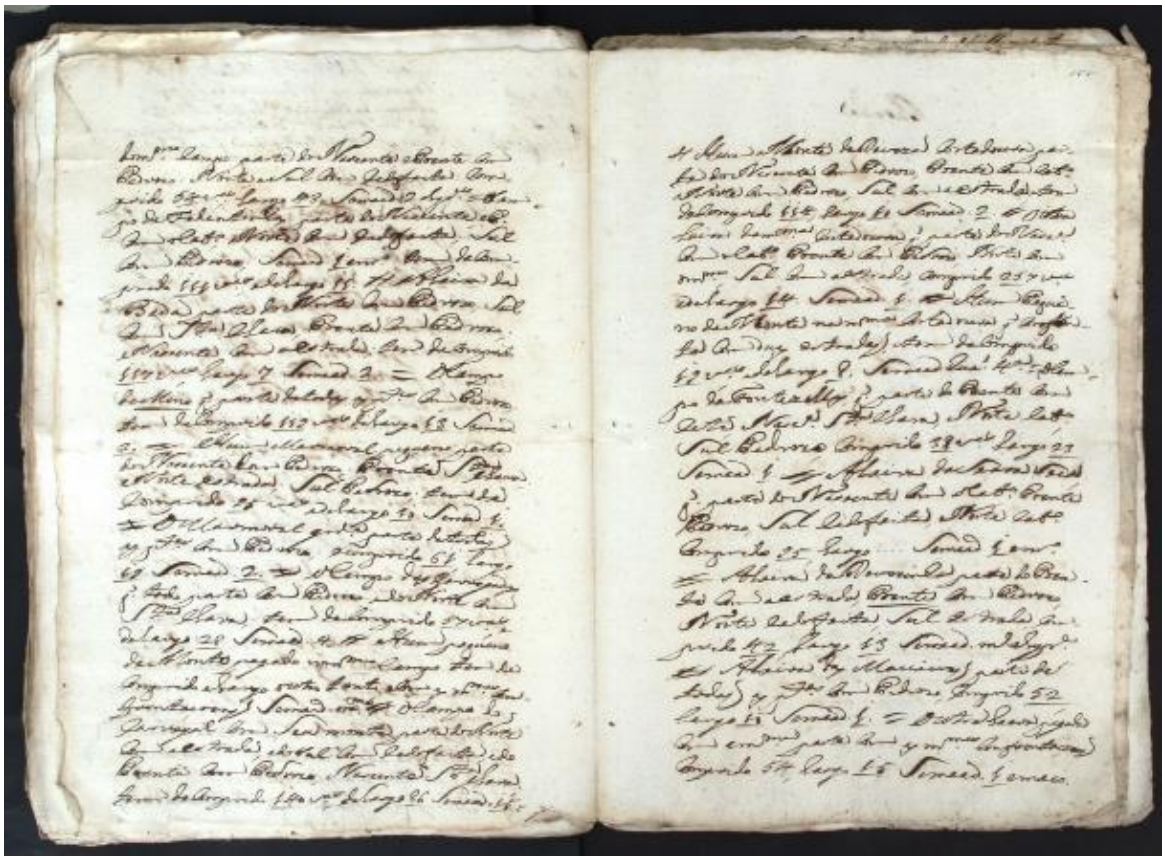
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1593-maio-18, fls. 135-136v.

ANEXO 92. Figura 129 - Documento de Arquivo – ADPRT.



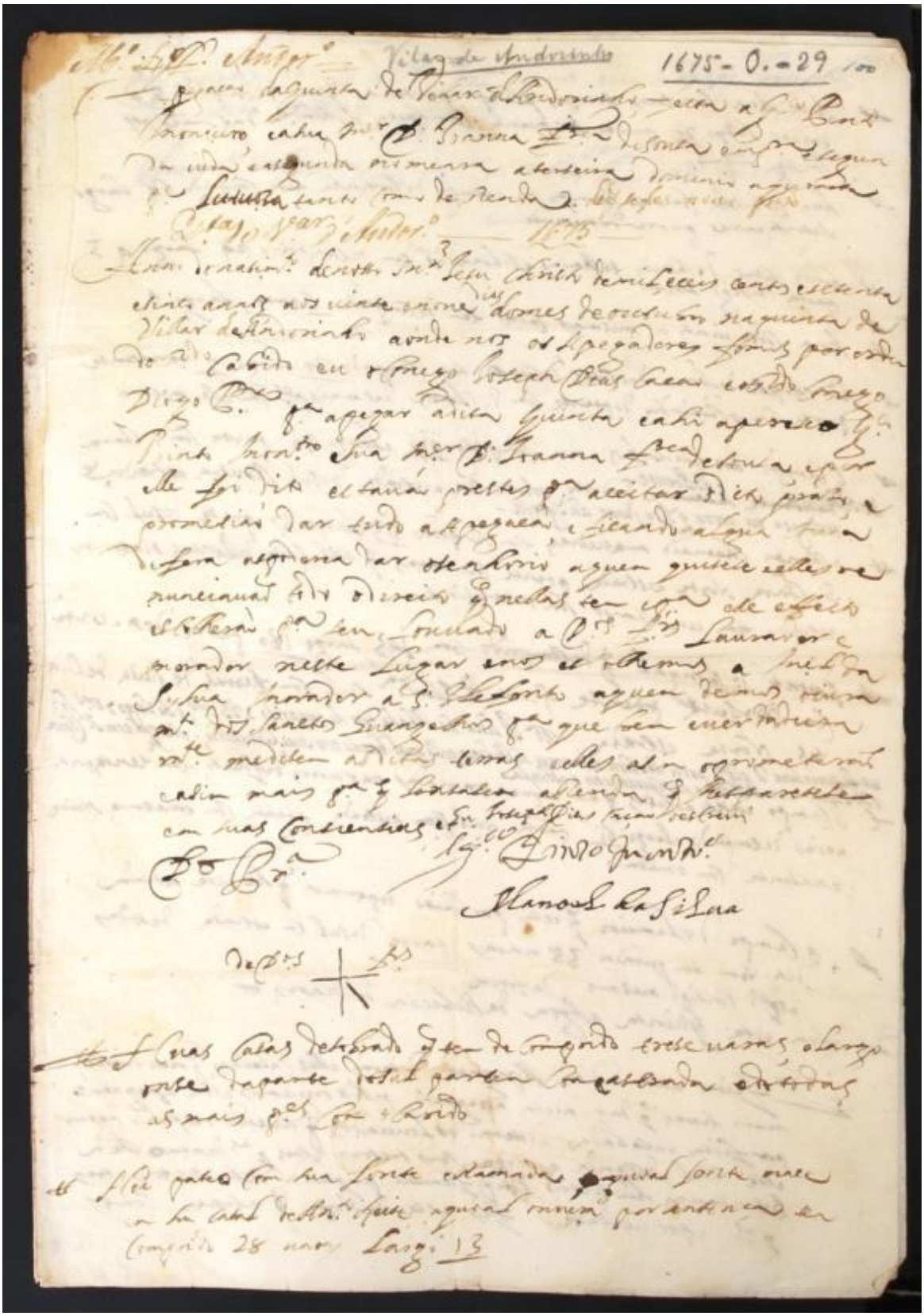
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1594-maio-11, fls. 154-155v.

ANEXO 93. Figura 130 - Documento de Arquivo – ADPRT.



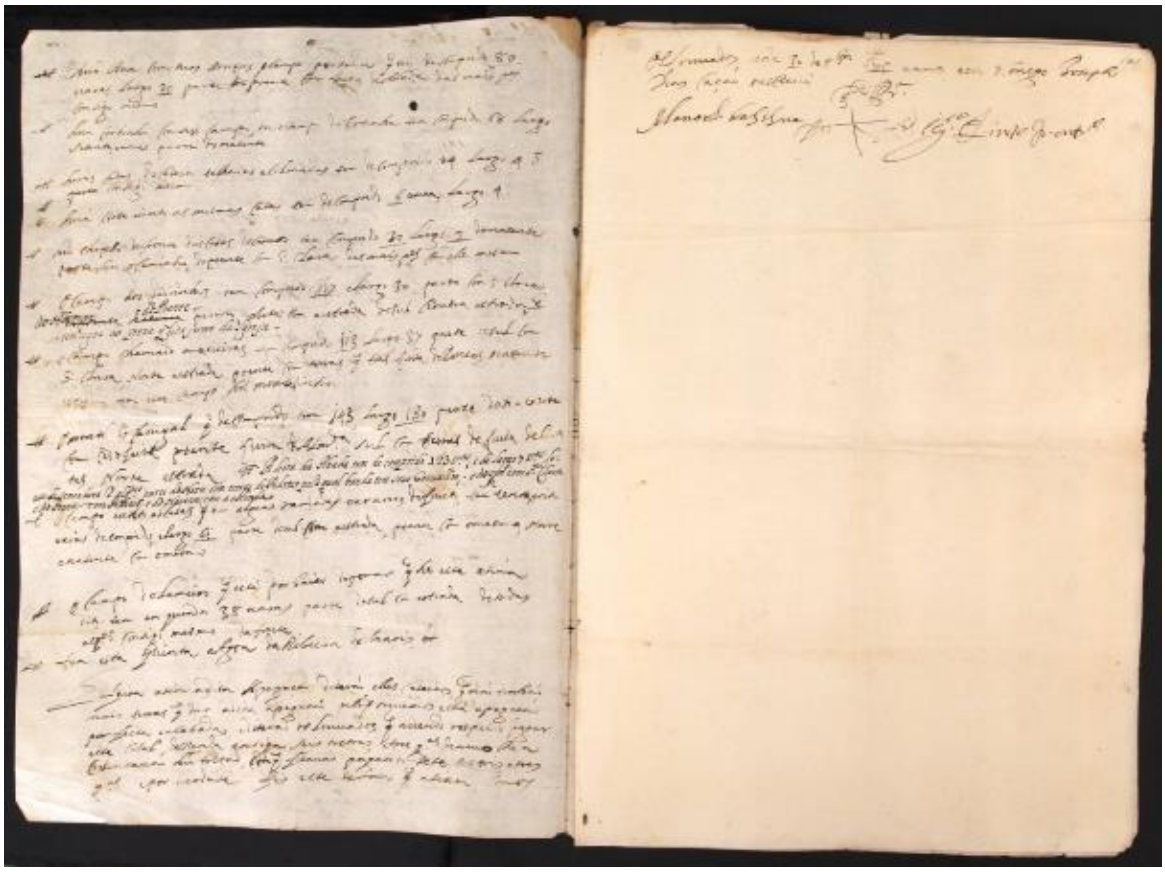
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1594-maio-11, fls. 154-155v.

ANEXO 94. Figura 131 - Documento de Arquivo – ADPRT.



Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1675-outubro-29, fls 100-101.

ANEXO 95. Figura 132 - Documento de Arquivo – ADPRT.



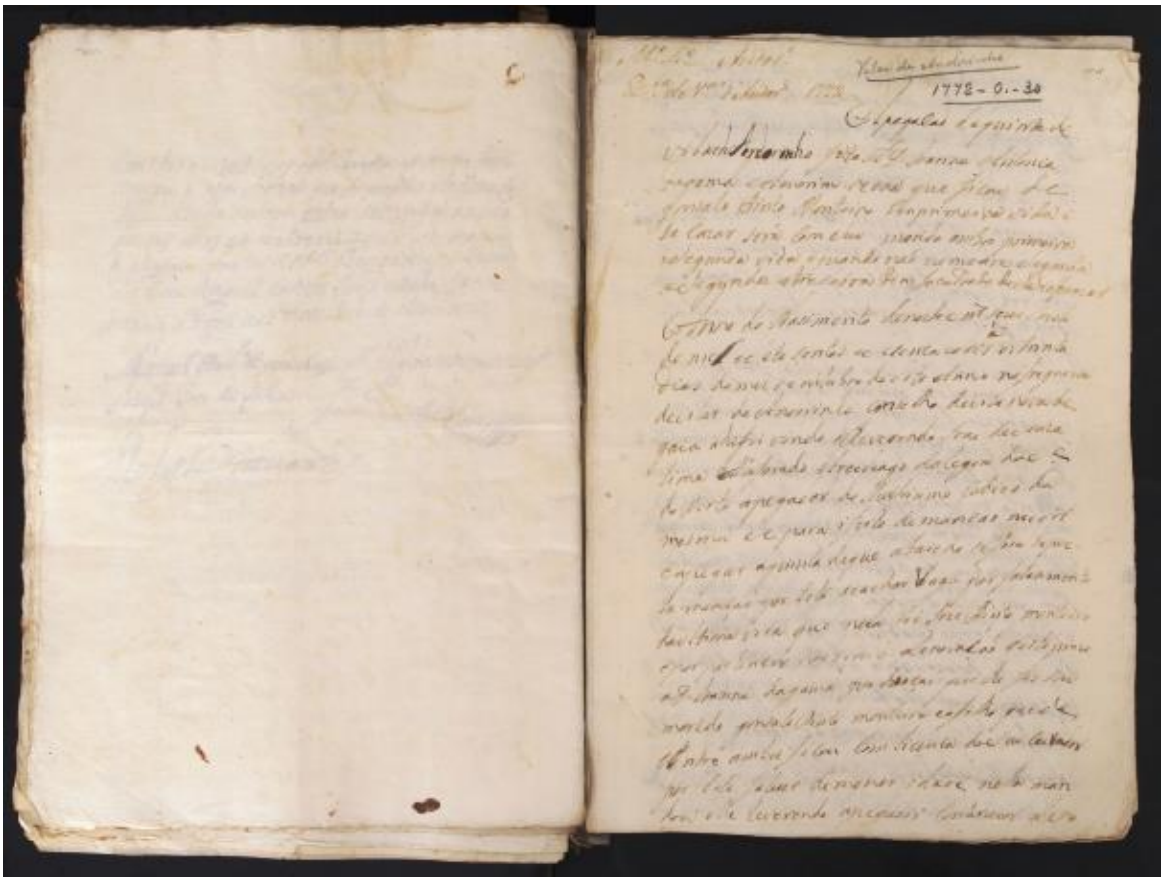
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1675-outubro-29, fls 100-101.

ANEXO 96. Figura 133 - Documento de Arquivo – ADPRT.



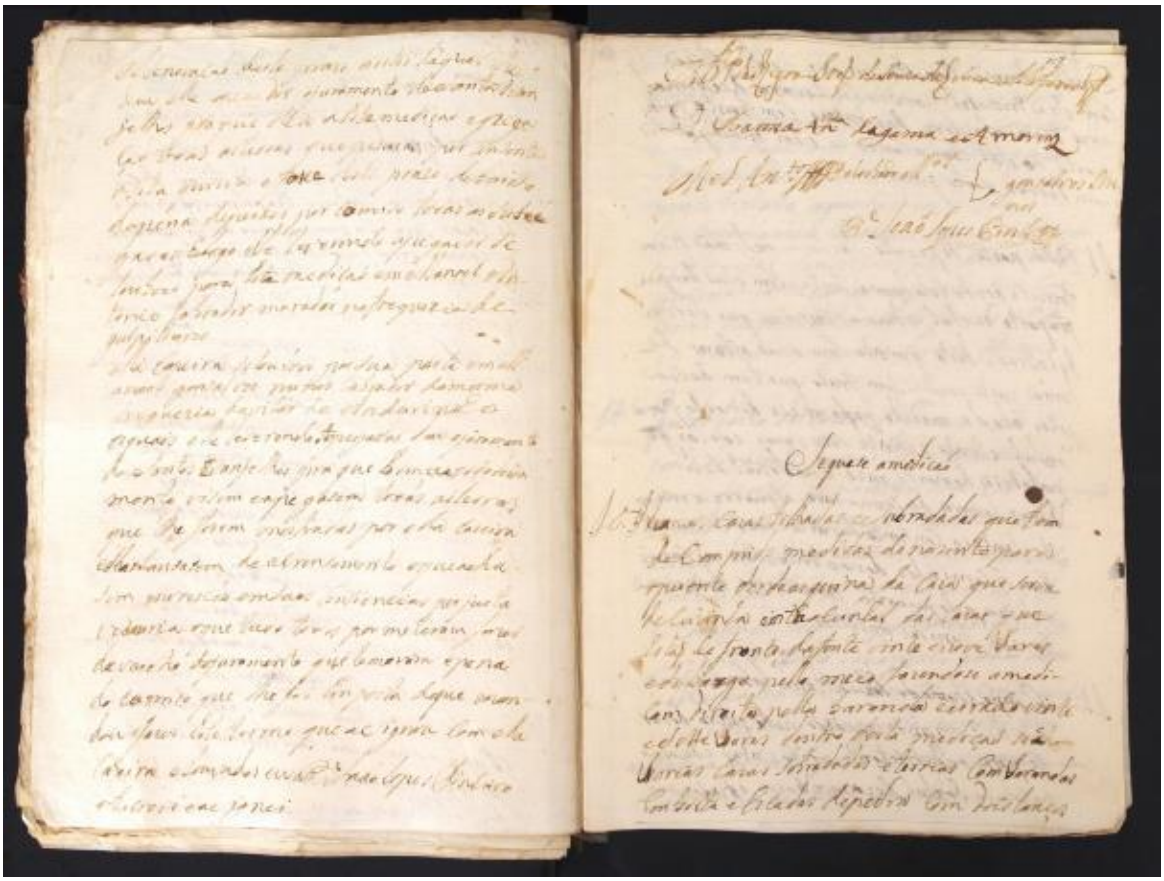
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1679-novembro-21, fl. 158v.

ANEXO 97. Figura 134 - Documento de Arquivo – ADPRT.



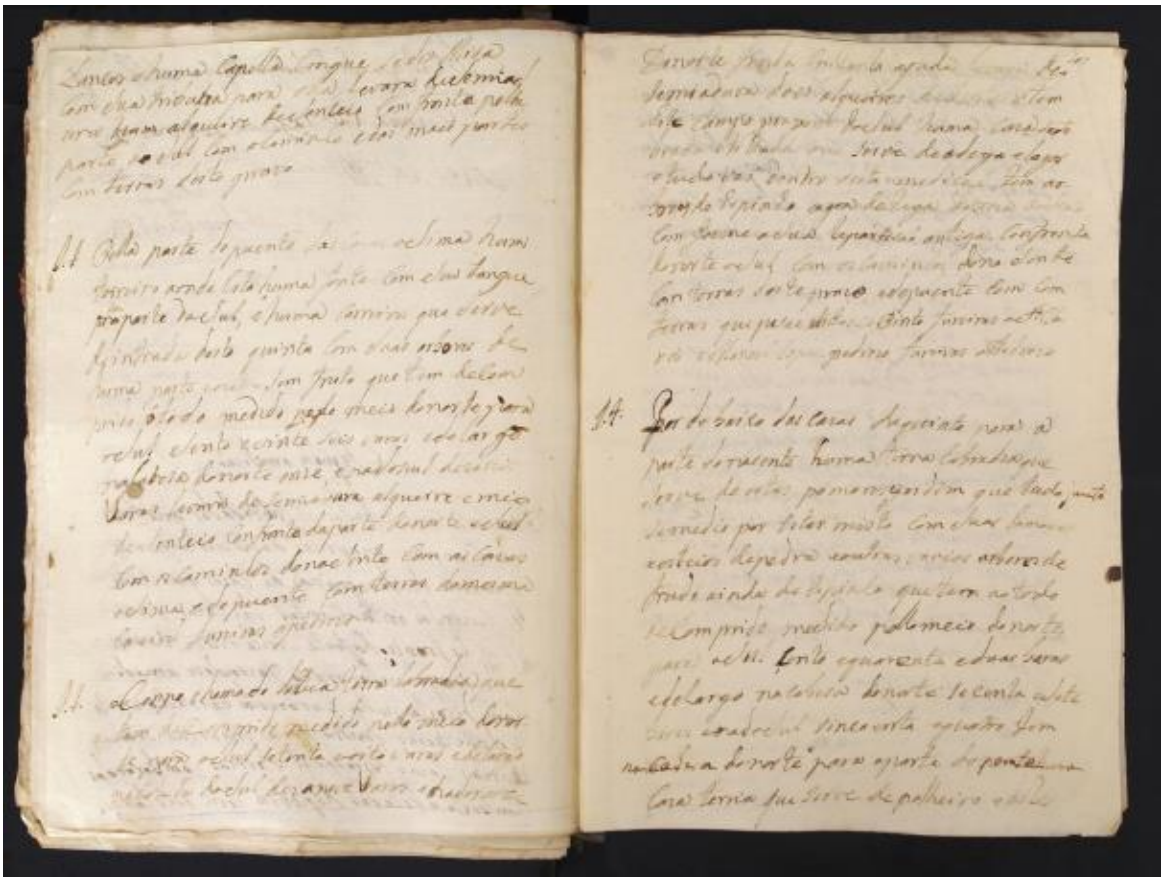
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1772-outubro-30, fls. 116-121v.

ANEXO 98. Figura 135 - Documento de Arquivo – ADPRT.



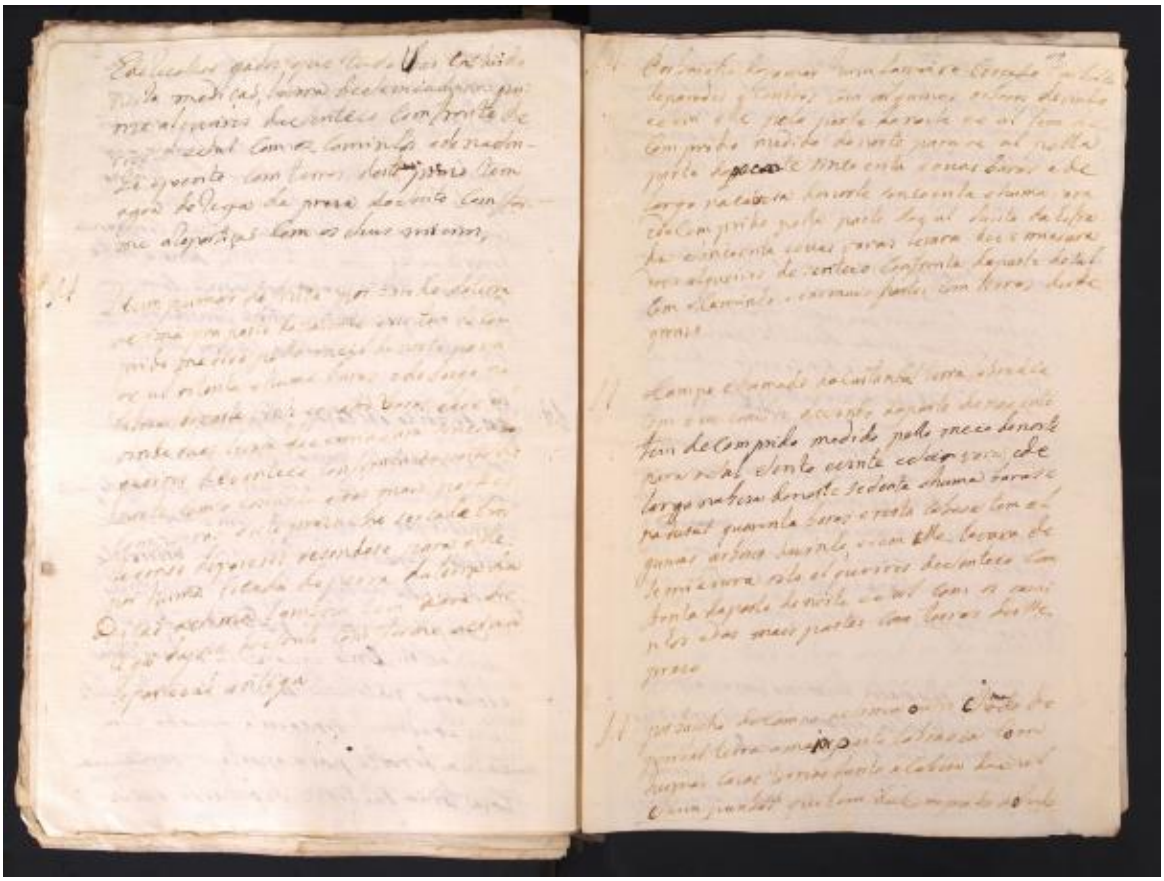
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1772-outubro-30, fls. 116-121v.

ANEXO 99. Figura 136 - Documento de Arquivo – ADPRT.



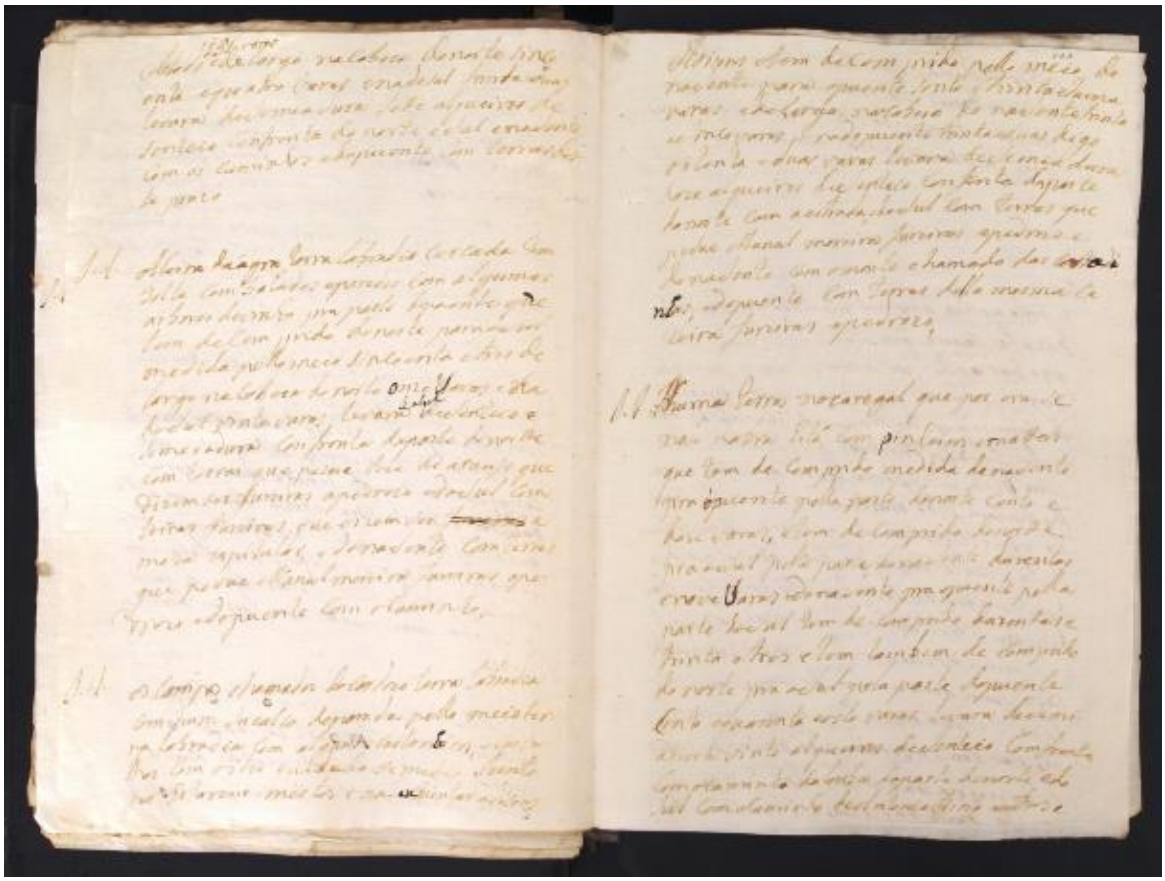
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1772-outubro-30, fls. 116-121v.

ANEXO 100. Figura 137 - Documento de Arquivo – ADPRT.



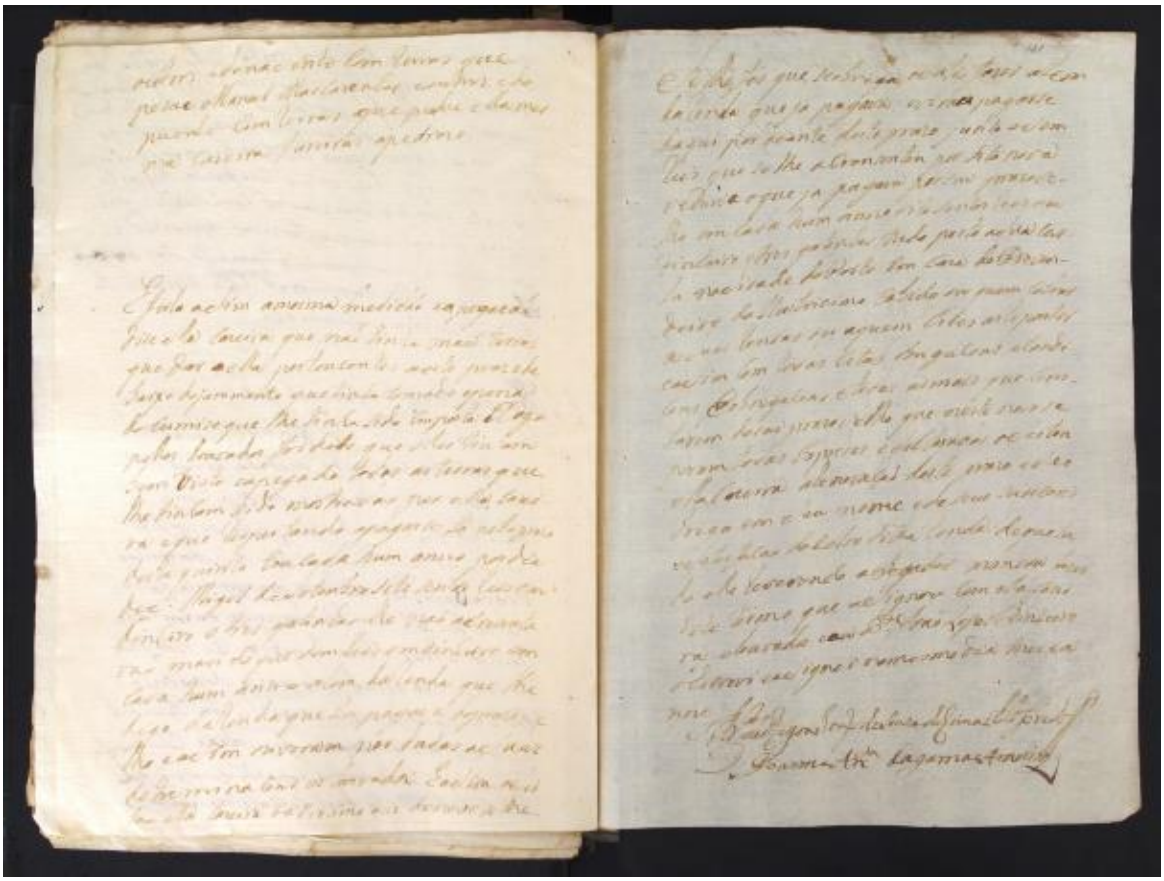
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1772-outubro-30, fls. 116-121v.

ANEXO 101. Figura 138 - Documento de Arquivo – ADPRT.



Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1772-outubro-30, fls. 116-121v.

ANEXO 102. Figura 139 - Documento de Arquivo – ADPRT.



Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1772-outubro-30, fls. 116-121v.

ANEXO 103. Figura 140 - Documento de Arquivo – ADPRT.



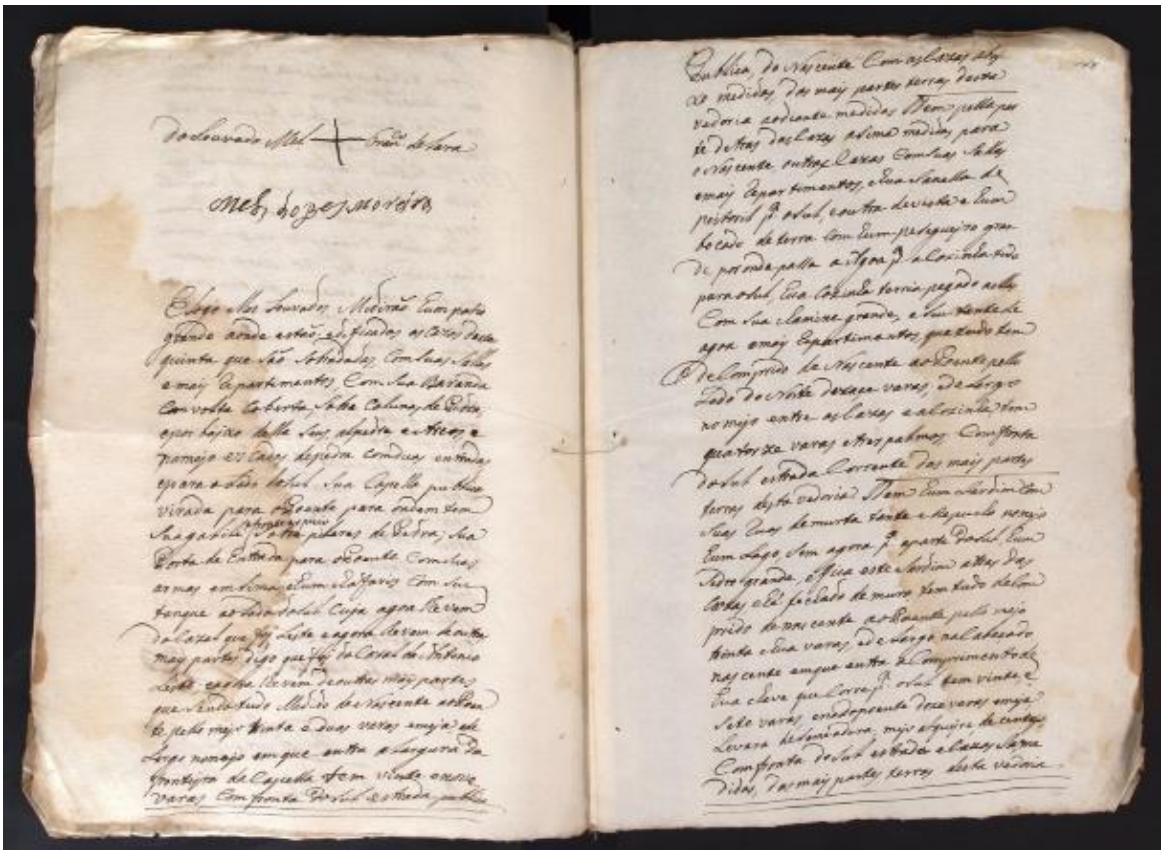
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1779-junho-21, fls. 146-148.

ANEXO 104. Figura 141 - Documento de Arquivo – ADPRT.



Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1779-junho-21, fls. 146-148.

ANEXO 105. Figura 142 - Documento de Arquivo – ADPRT.



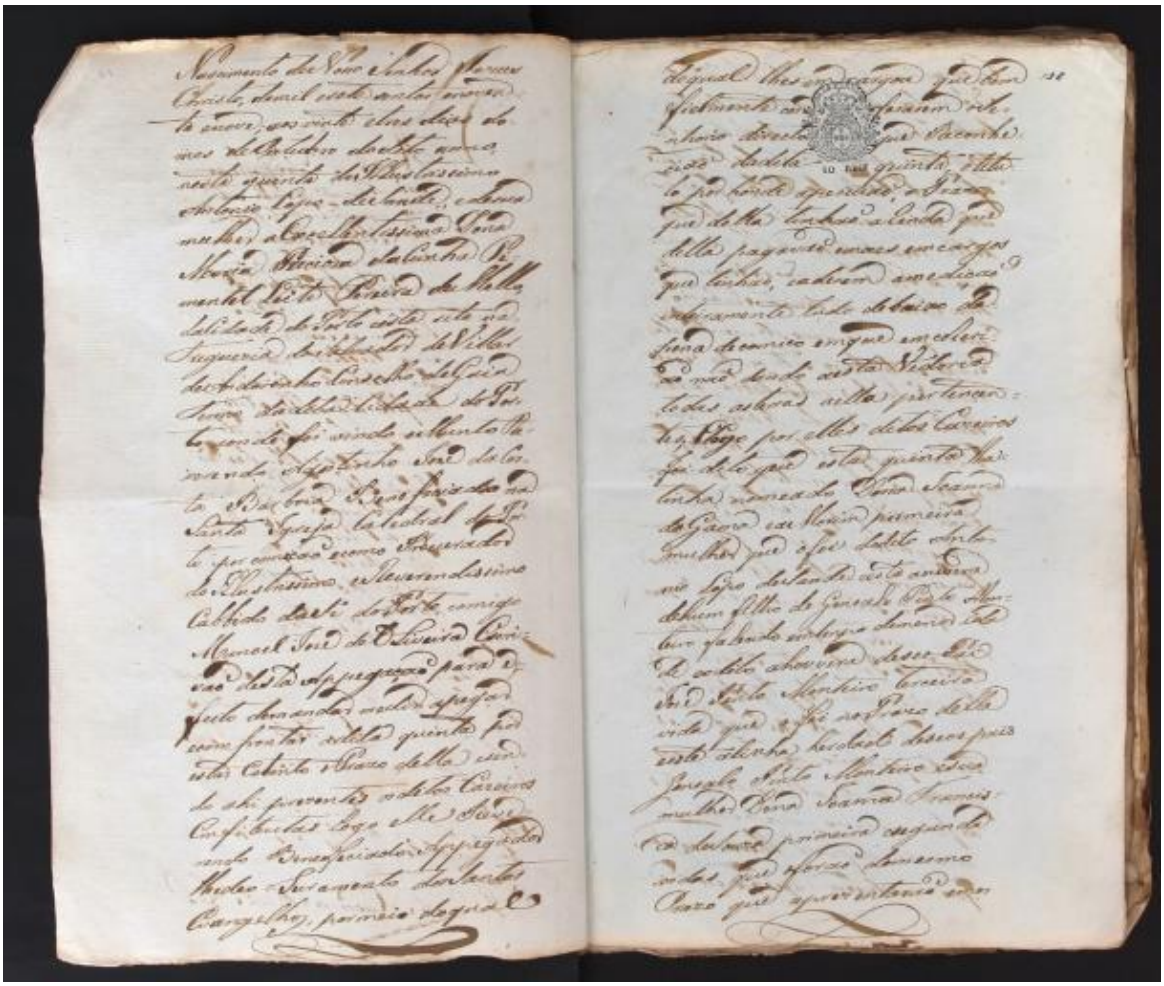
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1779-junho-21, fls. 146-148.

ANEXO 106. Figura 143 - Documento de Arquivo – ADPRT.



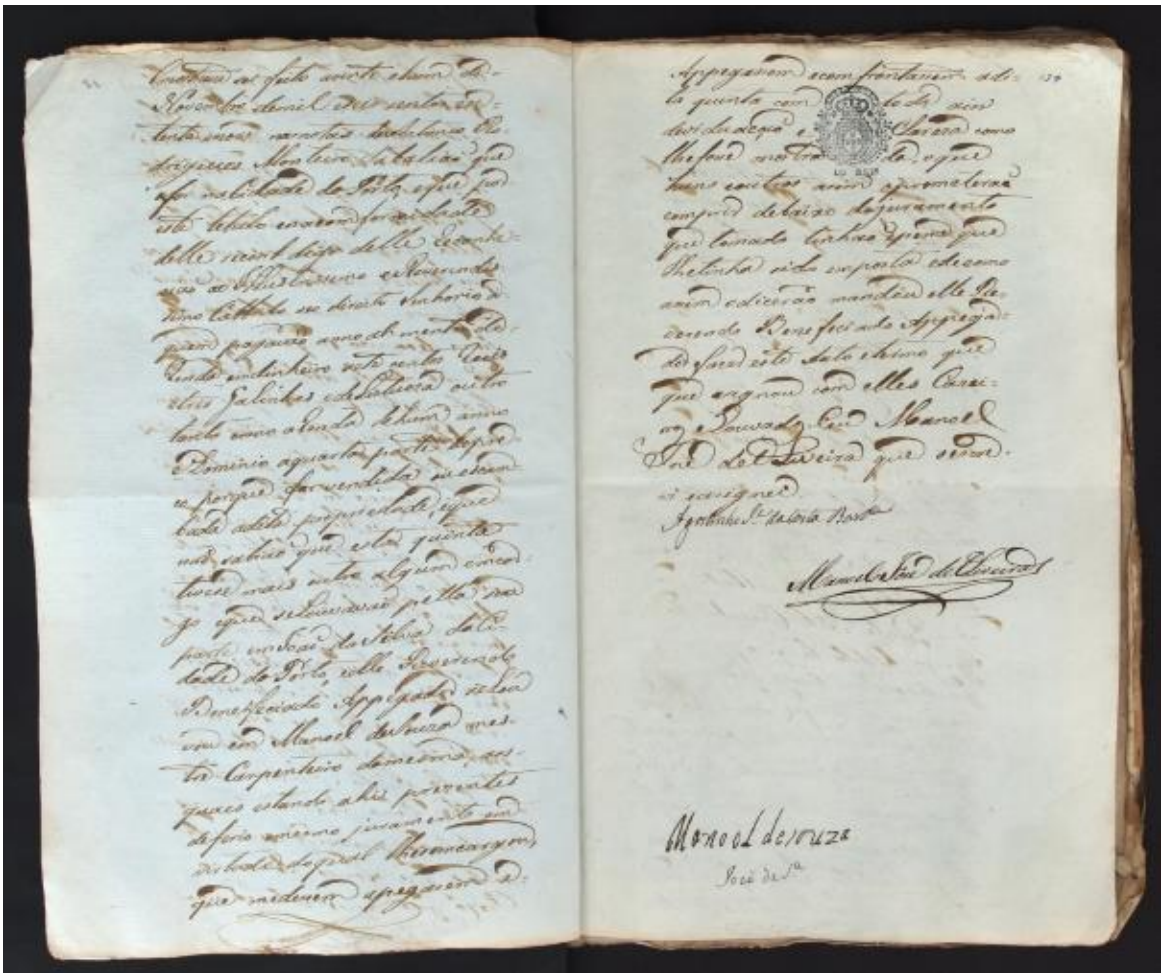
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1799-outubro-23, fls. 137-145.

ANEXO 107. Figura 144 - Documento de Arquivo – ADPRT.



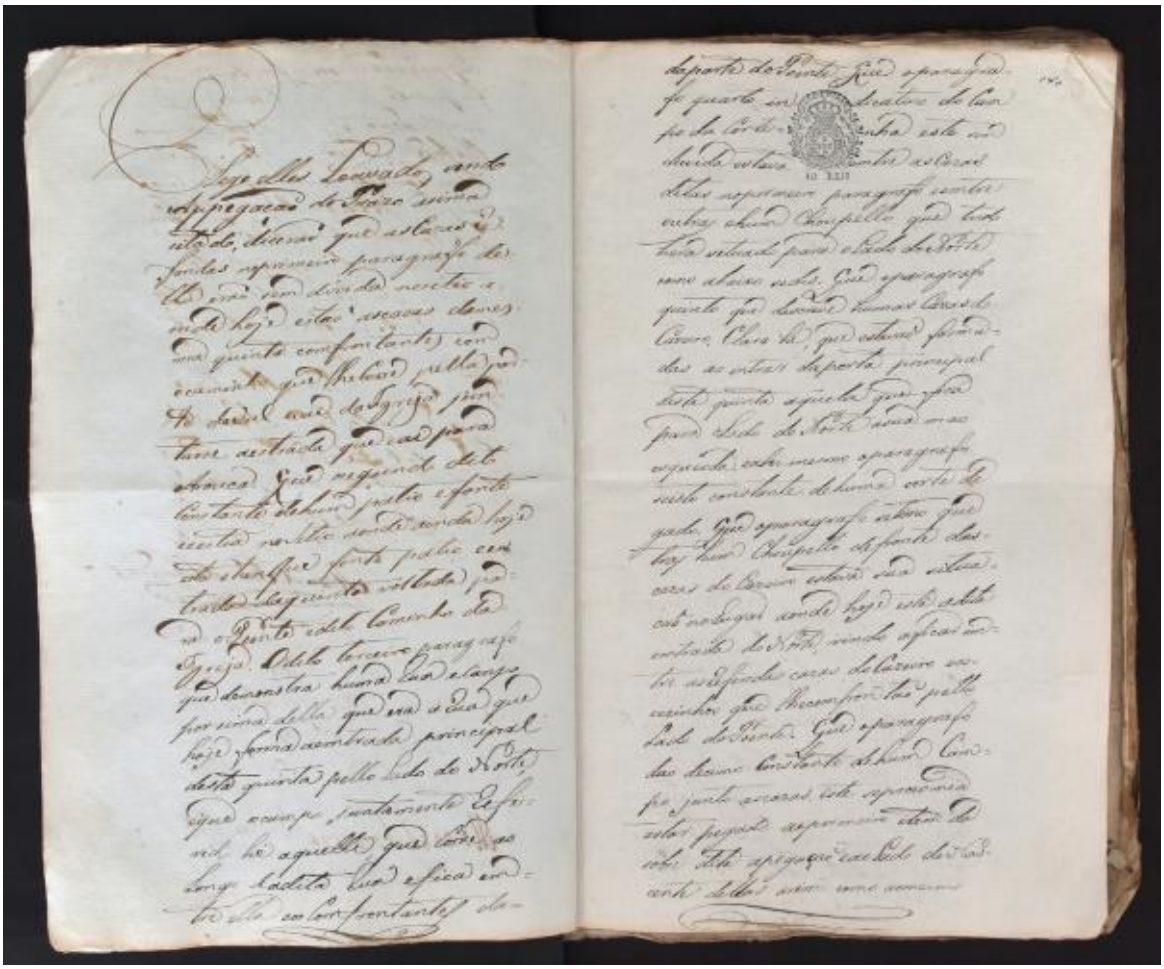
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1799-outubro-23, fls. 137-145.

ANEXO 108. Figura 145 - Documento de Arquivo – ADPRT.



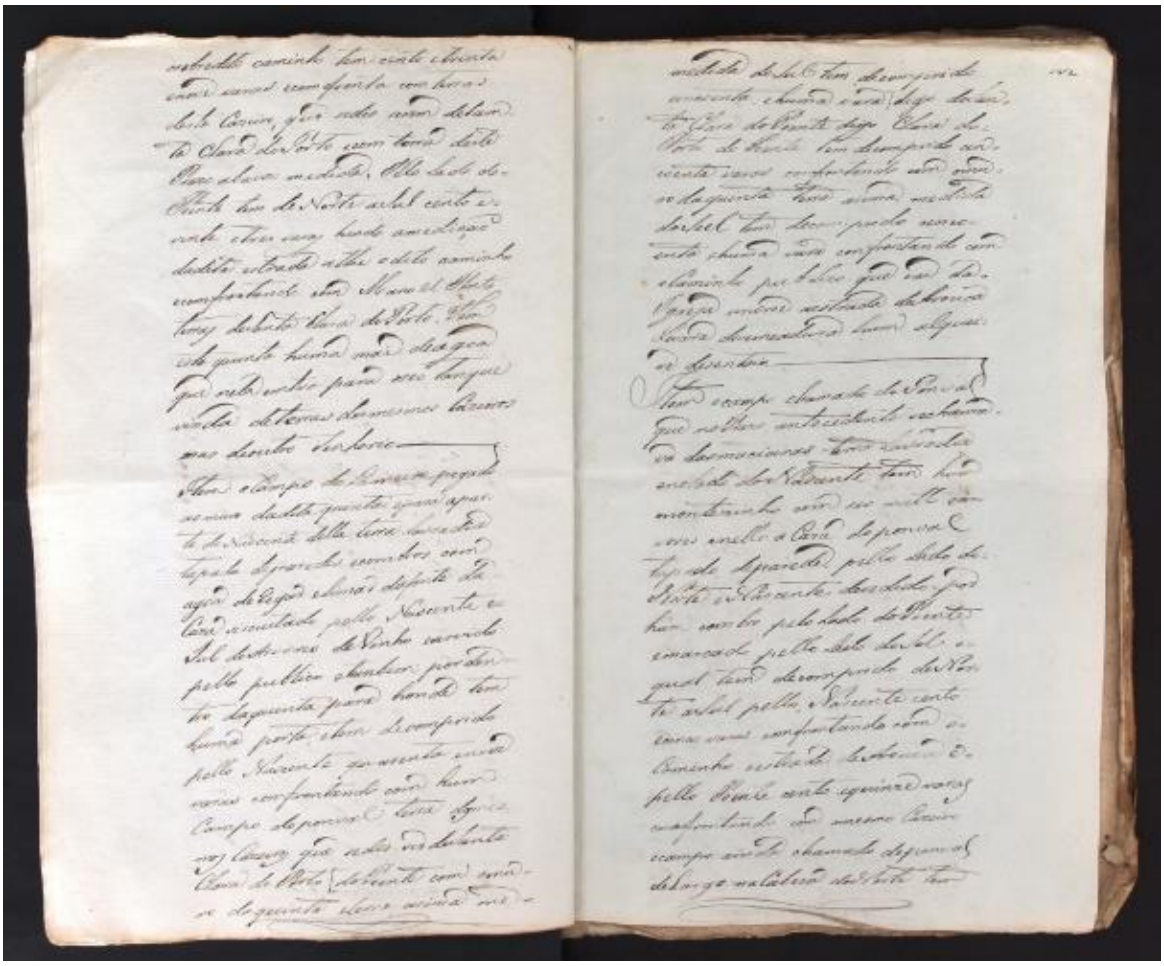
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1799-outubro-23, fls. 137-145.

ANEXO 109. Figura 146 - Documento de Arquivo – ADPRT.



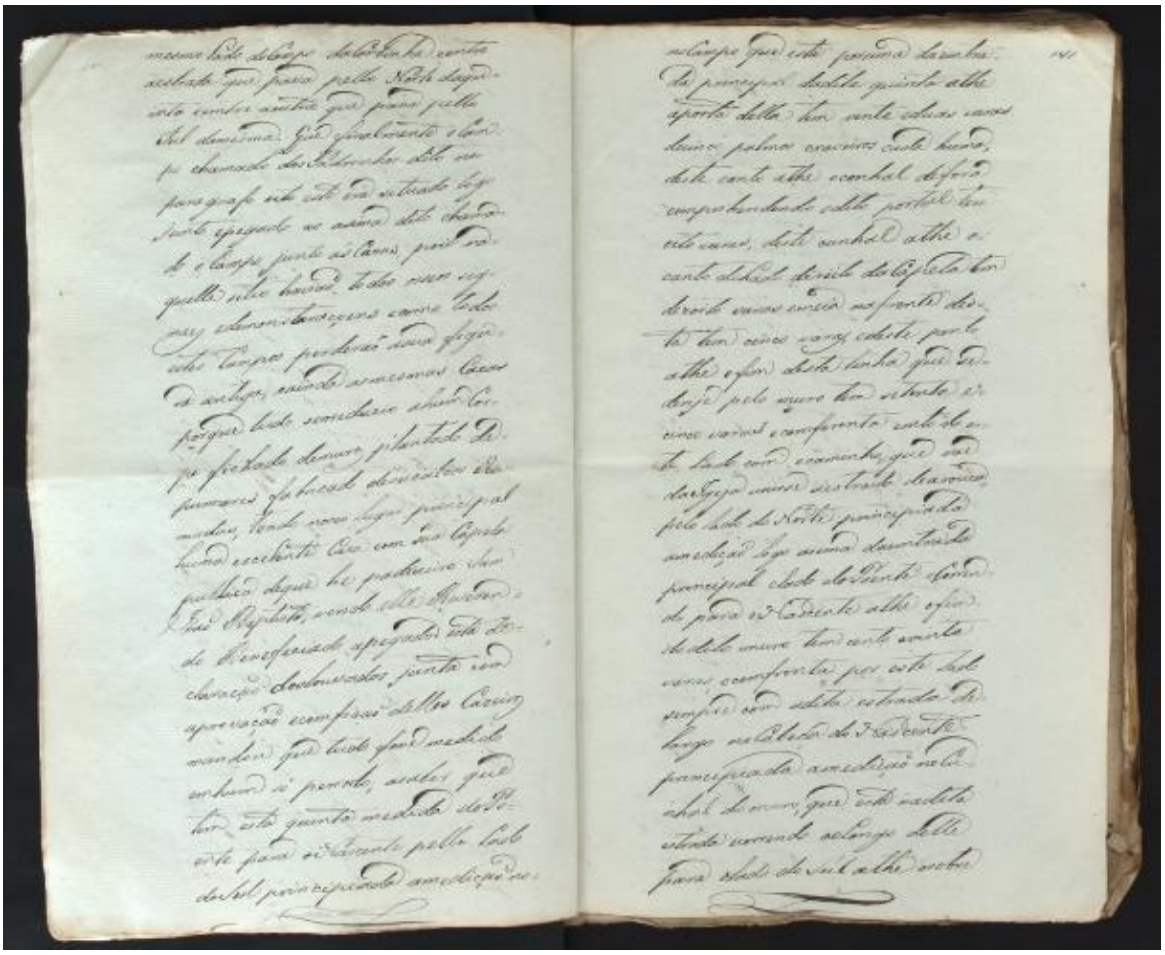
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1799-outubro-23, fls. 137-145.

ANEXO 110. Figura 147 - Documento de Arquivo – ADPRT.



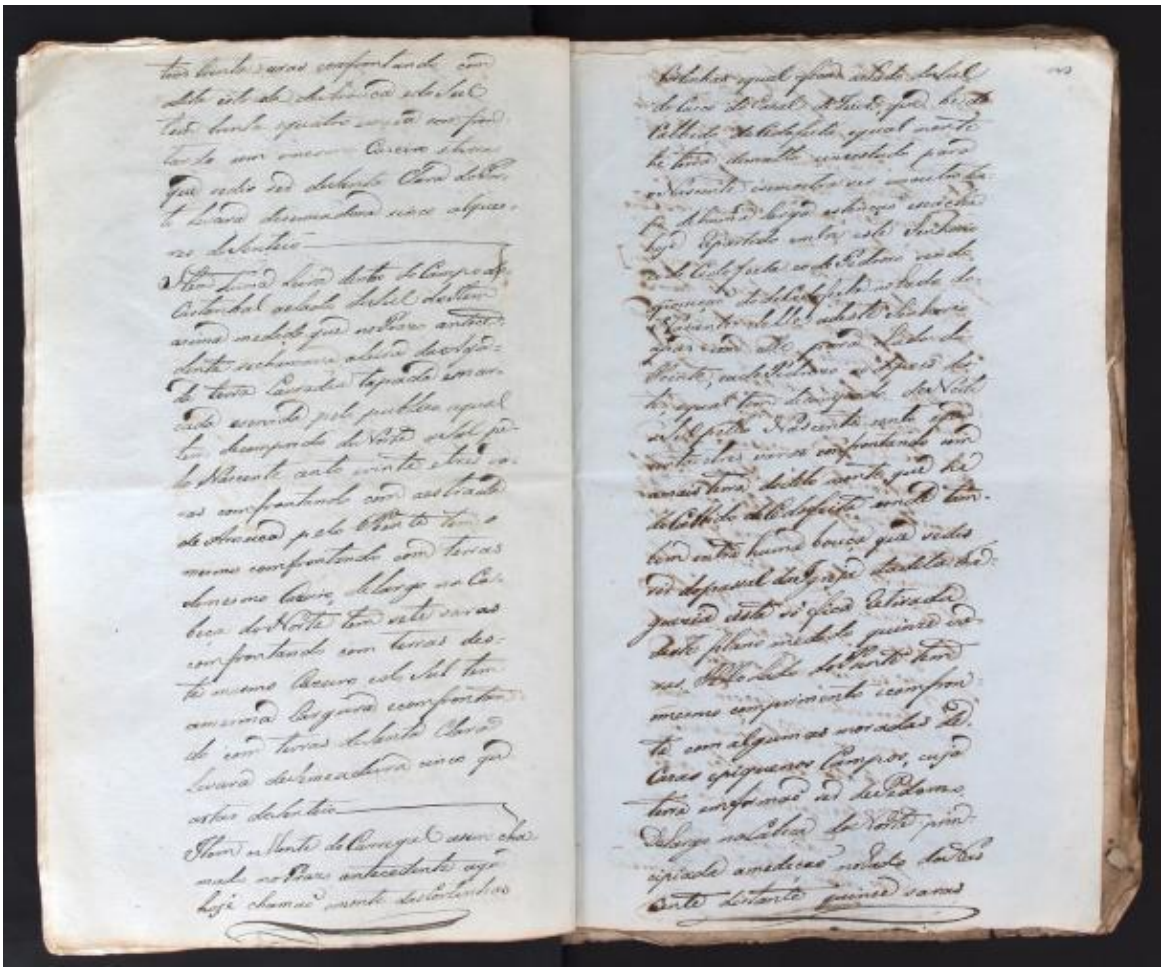
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1799-outubro-23, fls. 137-145.

ANEXO 111. Figura 148 - Documento de Arquivo – ADPRT.



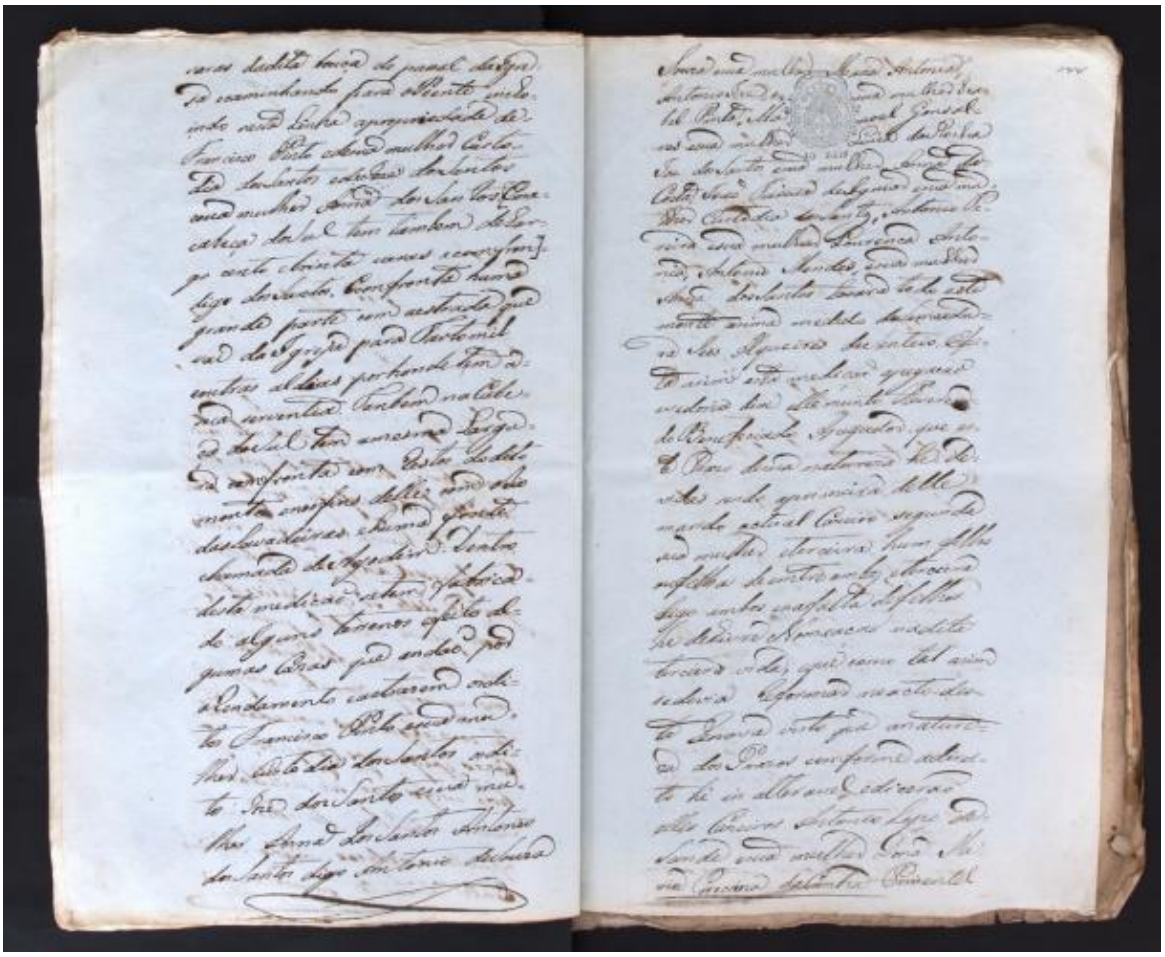
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1799-outubro-23, fls. 137-145.

ANEXO 112. Figura 149 - Documento de Arquivo – ADPRT.



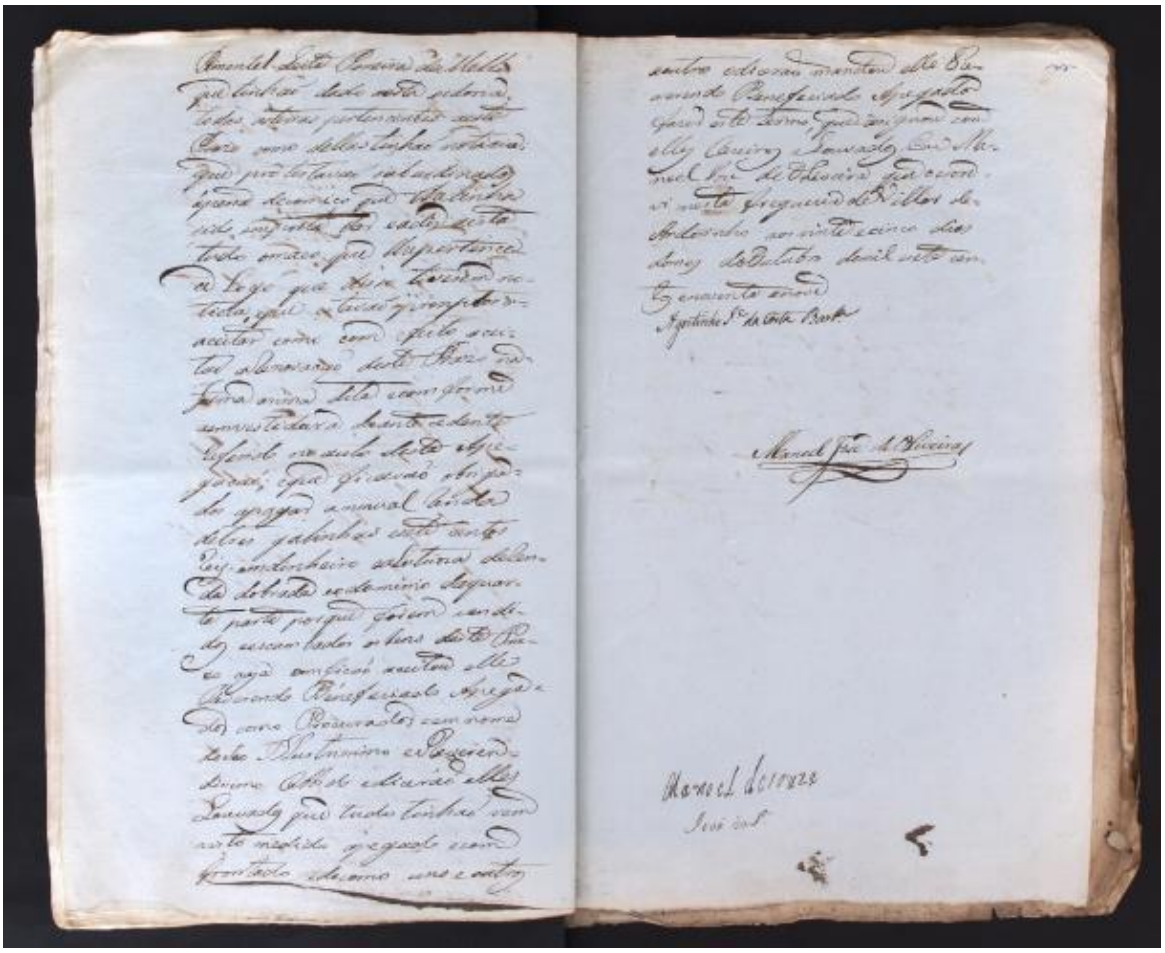
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1799-outubro-23, fls. 137-145.

ANEXO 113. Figura 150 - Documento de Arquivo – ADPRT.



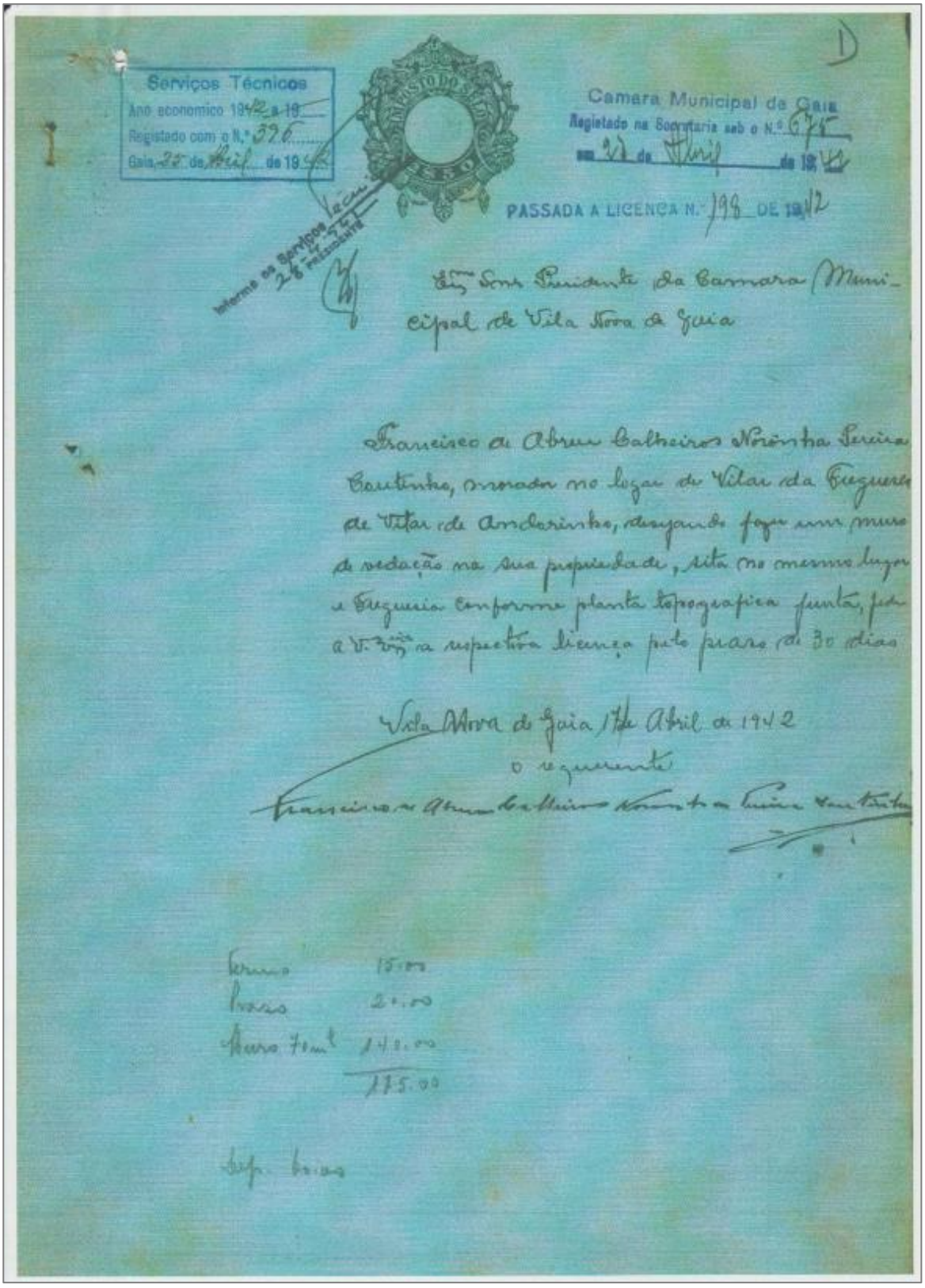
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1799-outubro-23, fls. 137-145.

ANEXO 114. Figura 151 - Documento de Arquivo – ADPRT.



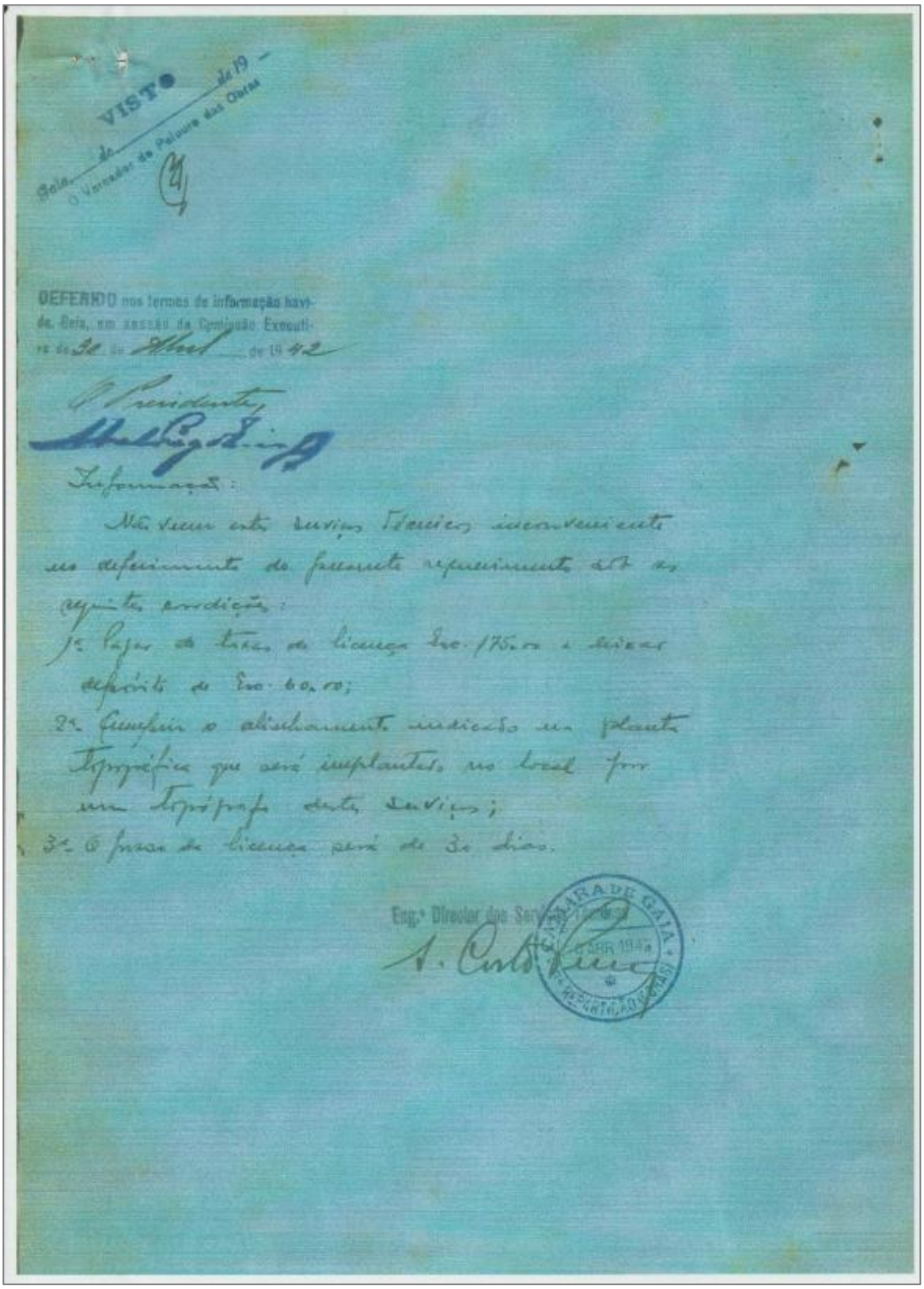
Fonte: Documento de Arquivo: ADPRT - Cabido da Sé do Porto; Lv. 508 – Autos de Vedoria, 1799-outubro-23, fls. 137-145.

ANEXO 115. Figura 152 - Pedido de licença de obras à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (CMVNG).



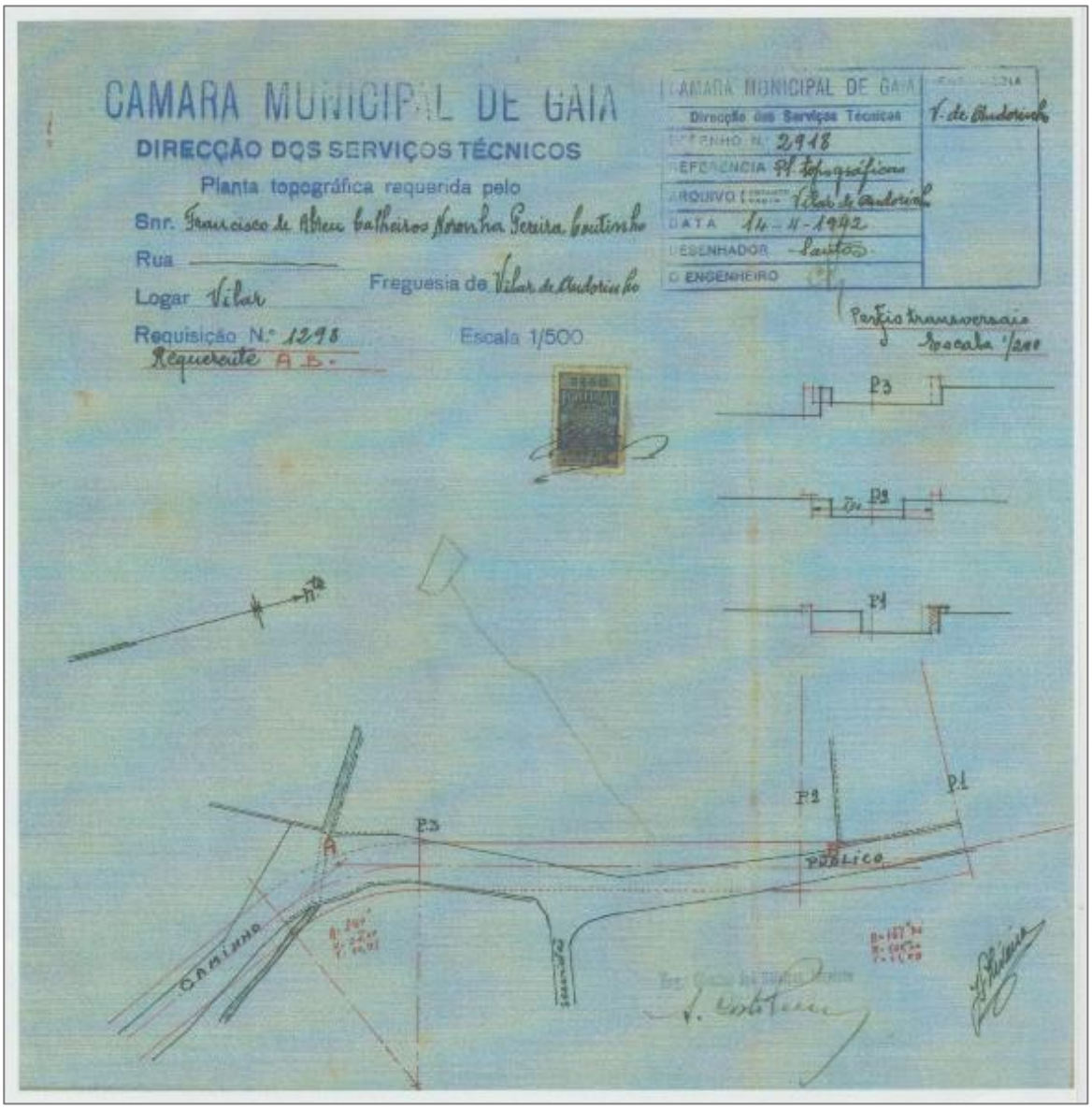
Fonte: Documento de Arquivo, cedido pelo Arquivo Sophia de Mello Breyner.

ANEXO 116. Figura 153 - Pedido de licença de obras à CMVNG.



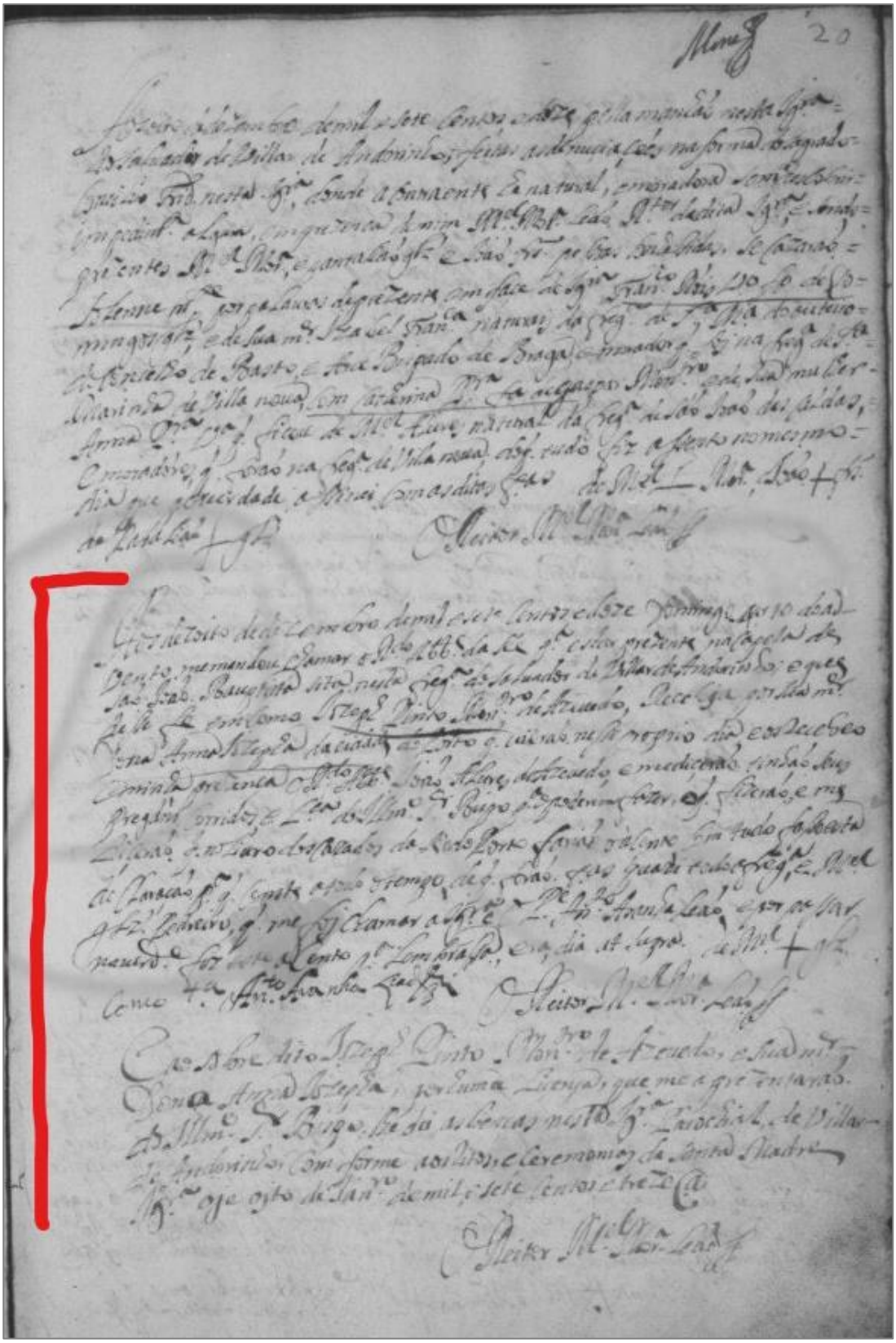
Fonte: Documento de Arquivo, cedido pelo Arquivo Sophia de Mello Breyner.

ANEXO 117. Figura 154 - Pedido de licença de obras à CMVNG.



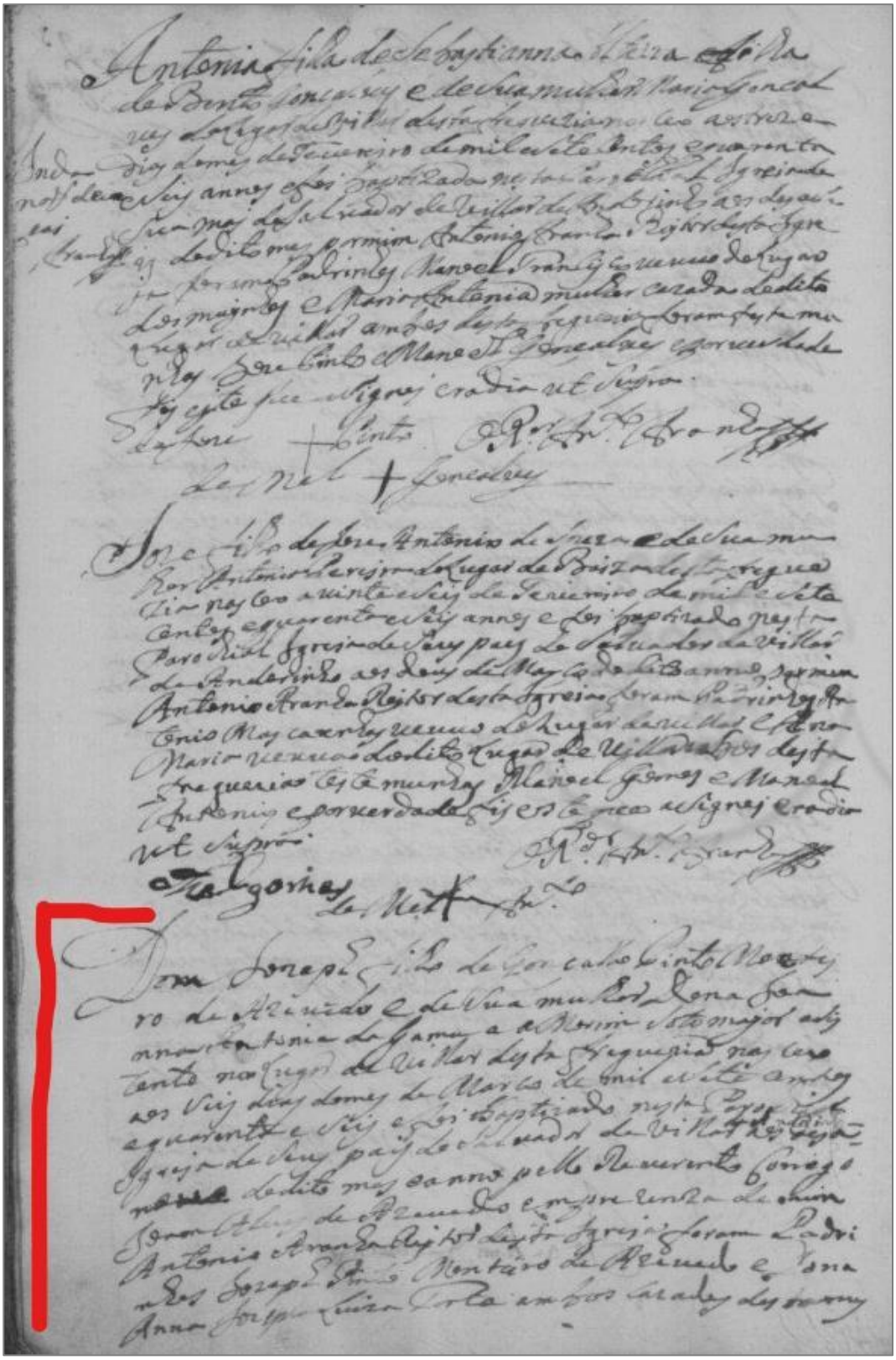
Fonte: Documento de Arquivo, cedido pelo Arquivo Sophia de Mello Breyner.

ANEXO 118. Figura 160 - Casamento de José Pinto Monteiro de Azevedo em 18/12/1712.



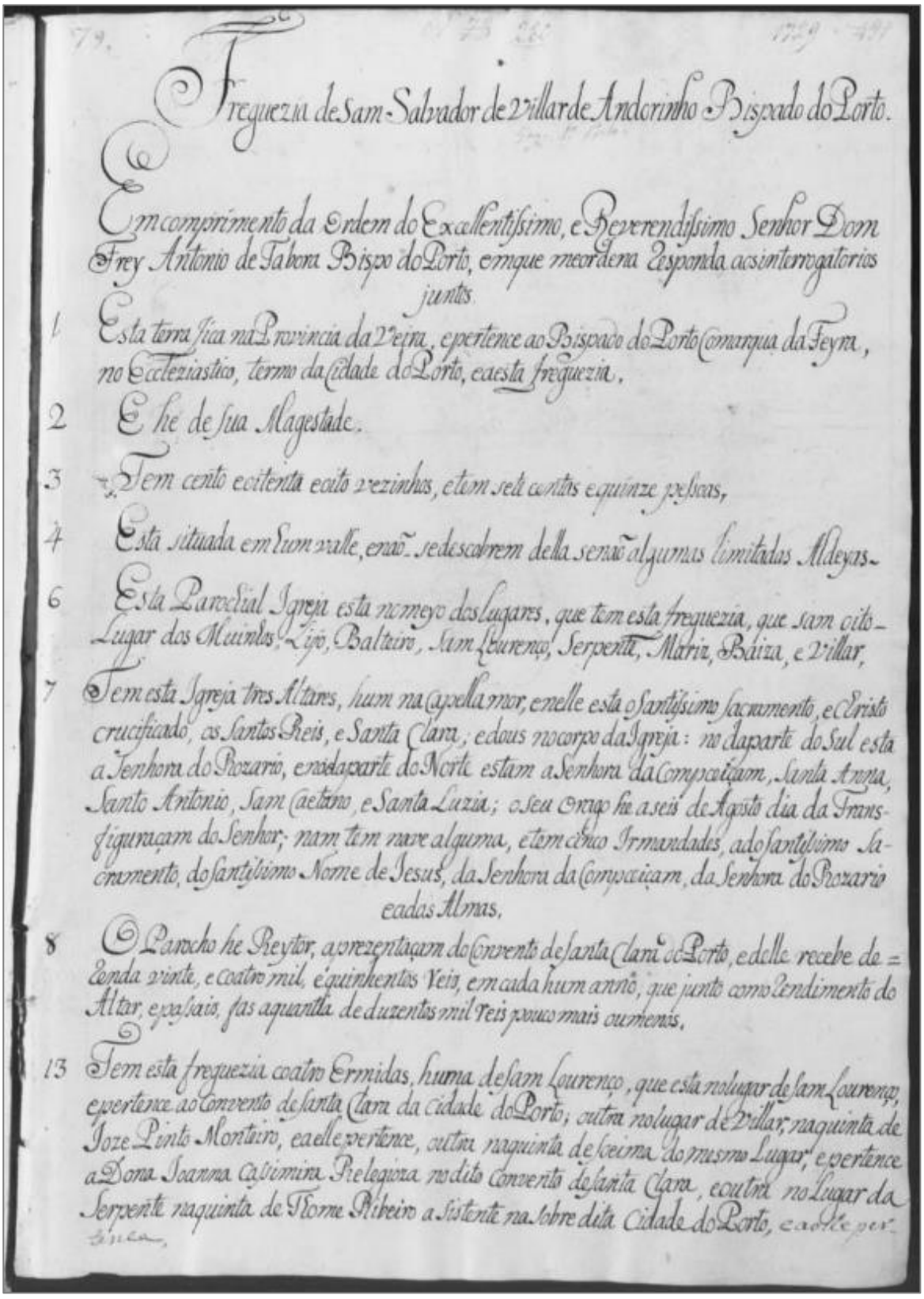
Fonte: Documento de Arquivo da ADPRT: ADPRT-PRQ-PVNG23-002-0002_m0271 José Pinto - Paço Vitorino - 18.12.1712

ANEXO 119. Figura 161 - Batizado do neto de José Pinto Monteiro Azevedo em 19/3/1746.



Fonte: Documento de Arquivo da ADPRT: ADPRT-PRQ-PVNG23-001-0003_m0587 Dom José n. 06.03.1746

ANEXO 120. Figura 162 - Memórias Paroquiais 1758.



Freguezia de Sam-Salvador de Villar de Andorinho Bispado do Porto.

Em comprimento da Ordem do Exallentissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Frey Antonio de Tabora Bispo do Porto, e mque mecordena Esponda aos interrogatorios juntos

1 Esta terra fica na Provincia da Veira, e pertence ao Bispado do Porto Comarqua da Feyra, no Ecclezeastico, termo da Cidade do Porto, e a esta Freguezia.

2 E he de Sua Magestade.

3 Tem cento e oitenta e oito vezinhos, e tem seis centas e quinze pessoas,

4 Esta situada em hum valle, e não se descobrem della senão algumas limitadas Aldeyas.

6 Esta Parochial Igreja esta no meyo dos Lugares, que tem esta freguezia, que sam oito Lugar dos Meirinhos, Ligo, Balteiro, Sam Lourenço, Serpente, Mariz, Baiza, e Villar,

7 Tem esta Igreja tres Altares, hum na Capella mor, e nelle esta o Santissimo Sacramento, e Christo crucificado, os Santos Reis, e Santa Clara; e dous no corpo da Igreja: no da parte do Sul esta a Senhora do Rozario, e no da parte do Norte estam a Senhora da Compoeiçam, Santa Anna, Santo Antonio, Sam Caetano, e Santa Luzia; o seu Orago he a seis de Agosto dia da Transfiguraçam do Senhor; nam tem mare alguma, e tem cinco Irmandades, a do santissimo Sacramento, do santissimo Nome de Jesus, da Senhora da Compoeiçam, da Senhora do Rozario e das Almas.

8 O Parocho he Reytor, a q.e apresentaçam do Convento de Santa Clara do Porto, e delle recebe de = renda vinte, e coatro mil, e quinhentos Reis, em cada hum anno, que junto com o rendimento do Altar, e casaes, faz a quantia de duzentos mil Reis pouco mais ou menos,

13 Tem esta freguezia coatro Ermidas, huma de Sam Lourenço, que esta no lugar de Sam Lourenço, e pertence ao Convento de Santa Clara da Cidade do Porto; outra no lugar de Villar, na quinta de Joze Pinto Monteiro, e a elle pertence, outra na quinta de Seixa do mesmo Lugar, e pertence a Dona Joanna Casimira Prelegiza no dito Convento de Santa Clara, e outra no Lugar da Serpente na quinta de Thome Ribeiro assistente na sobre dita Cidade do Porto, e a de per-

Fonte: Documento de Arquivo da Torre do Tombo: PT/TT/MPRQ/41/280.

ANEXO 121. Figura 164 - Planta do rés-do-chão - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino.



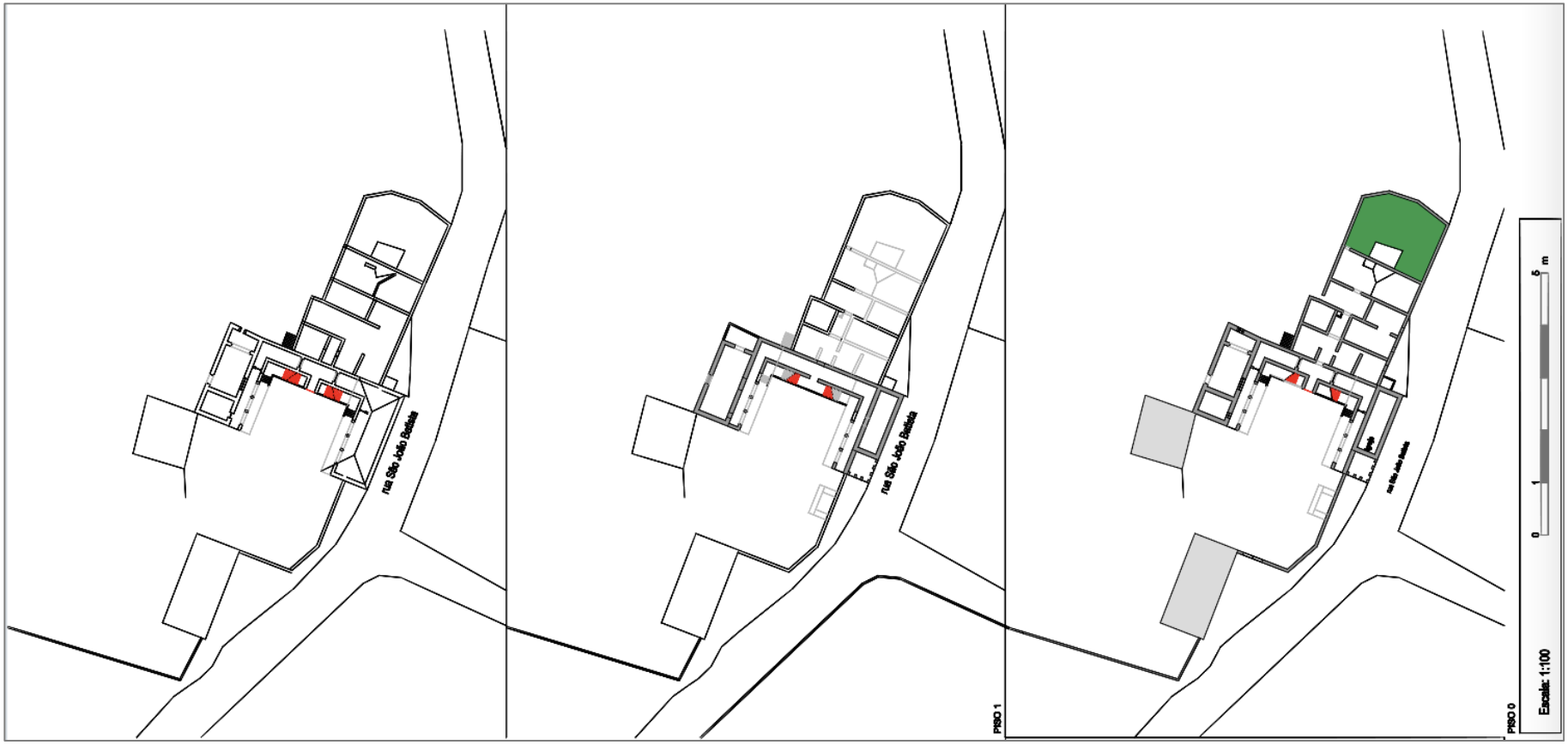
Fonte: Planta topográfica de Arqtª Valéria Wiendl.

ANEXO 122. Figura 165 - Planta do 1.º Piso - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino.



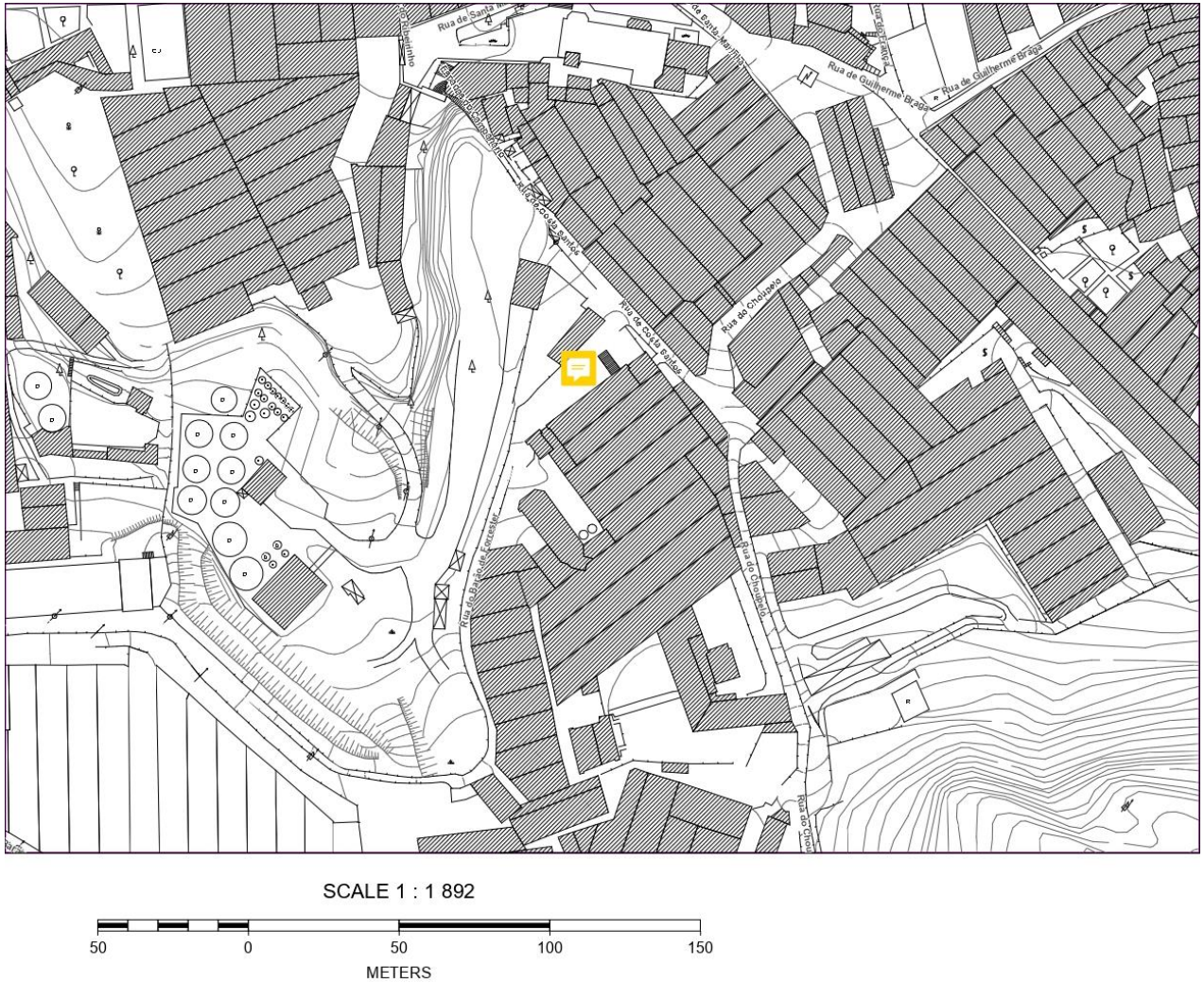
Fonte: Planta topográfica de Arqtª Valéria Wiendl.

ANEXO 123. Figura 166 - Planta aérea - Quinta dos Condes do Paço de Vitorino.



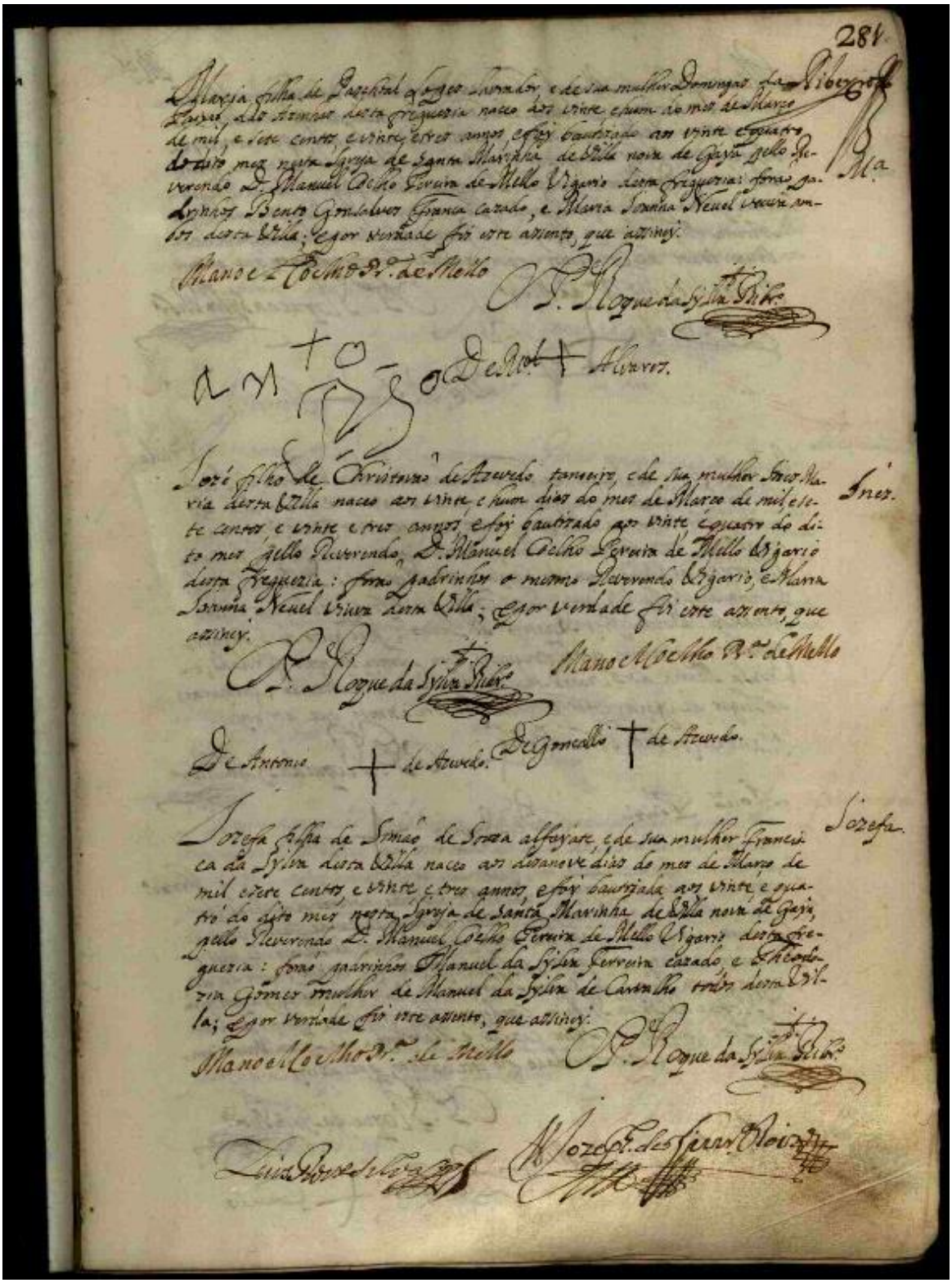
Fonte: Planta topográfica de Arqtª Valéria Wiendl.

ANEXO 124. Figura 205 - Carta urbanística que localiza a área da Casa/Quinta do Choupelo de José de Azevedo e Sousa, e da Capela adossada.



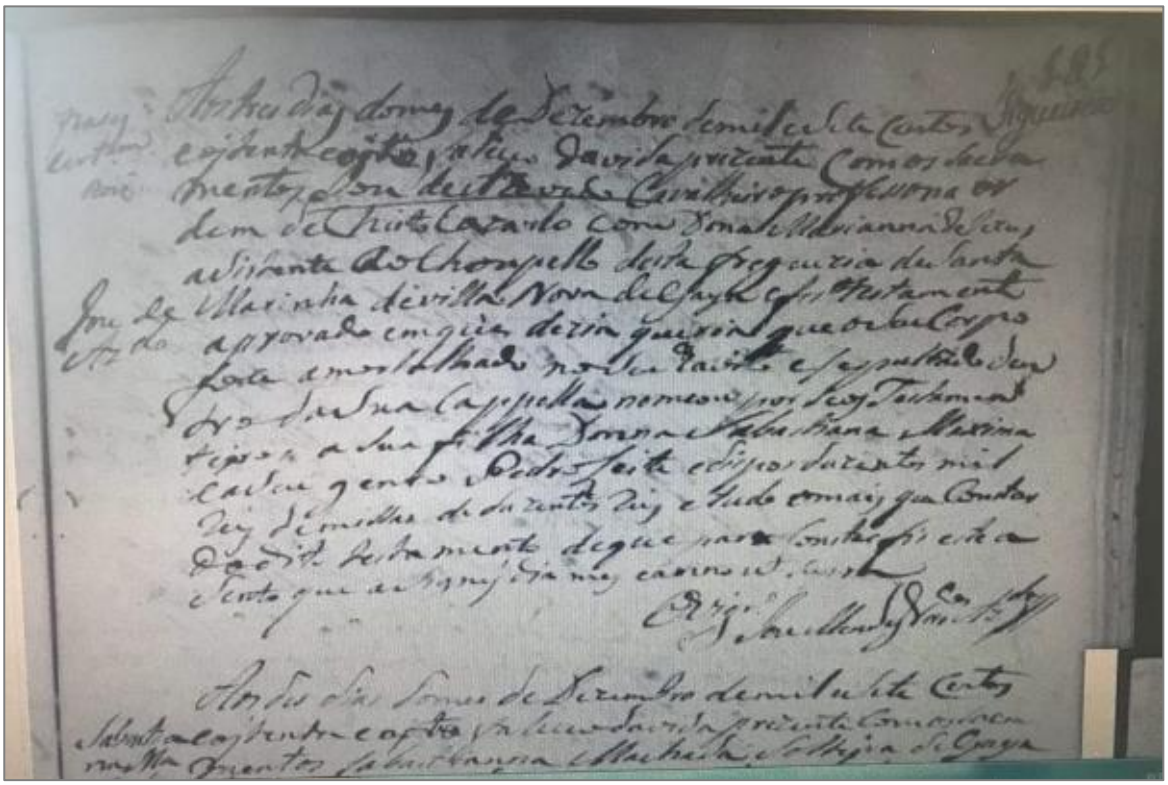
Fonte: Gaiurb (s.d.).

ANEXO 125. Figura 209 - Registo de Batizado de José de Azevedo e Sousa.



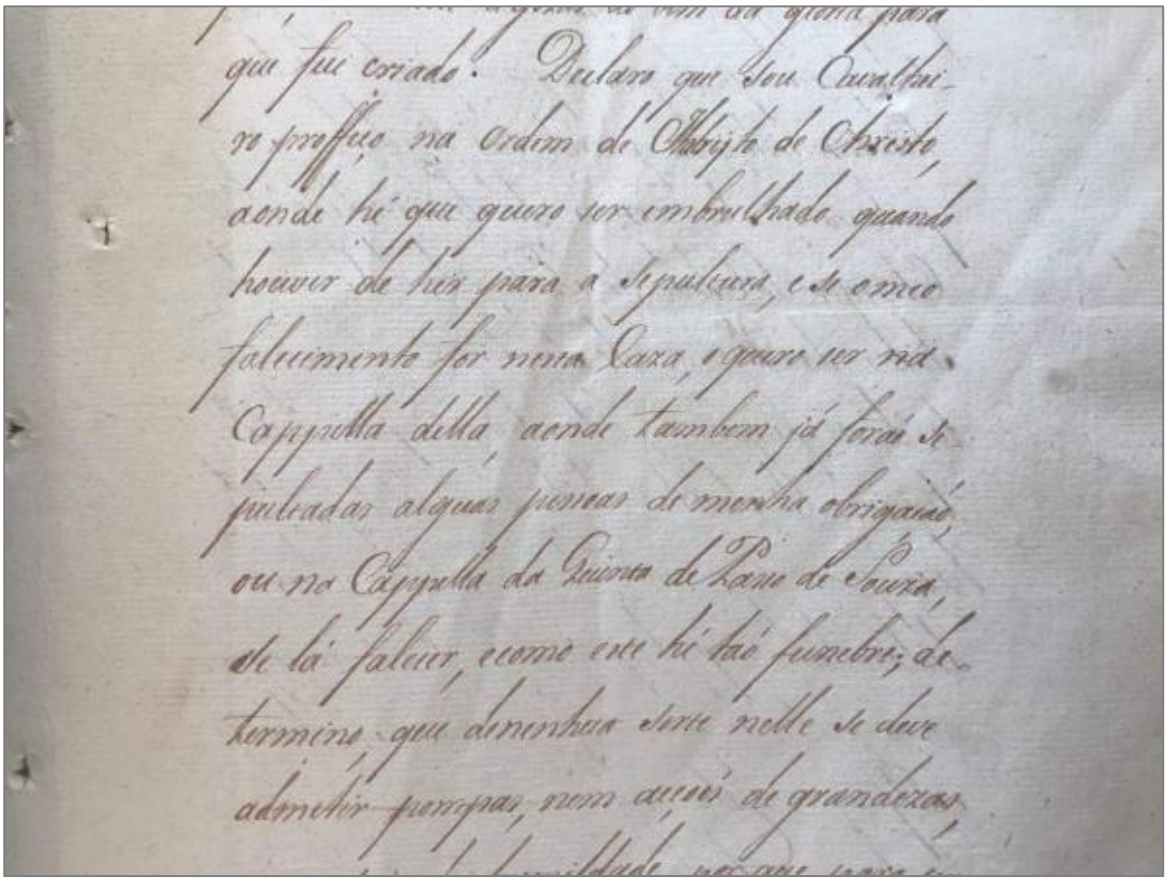
Fonte: Documento de Arquivo da ADPRT: PT/ADPRT/PRQ /PVNG16/001/0006.

ANEXO 126. Figura 211 - Documento do Óbito de José de Azevedo e Sousa.



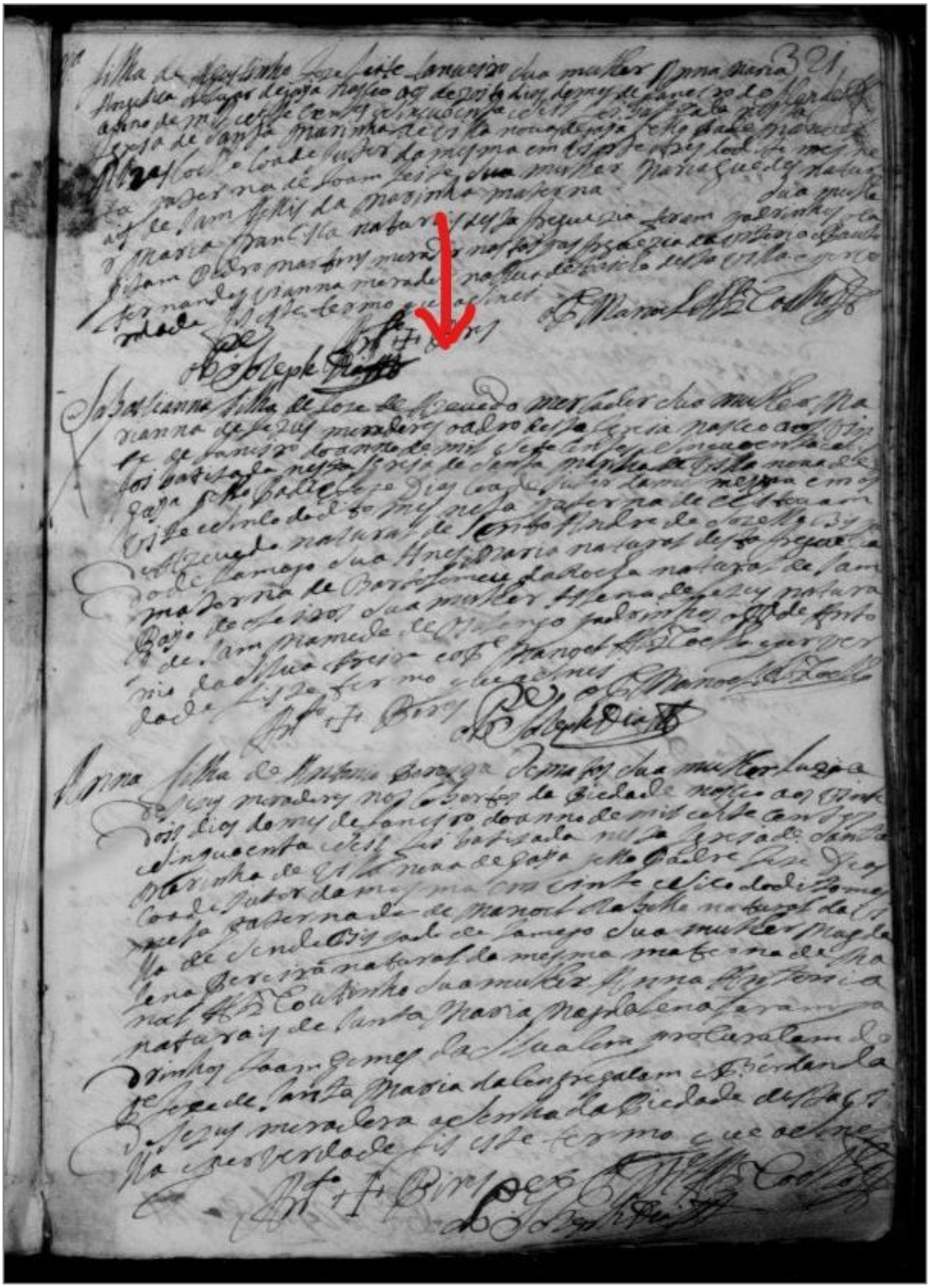
Fonte: Gomes (2016, p. 17).

ANEXO 127. Figura 212 - Documento testamentário de José de Azevedo e Sousa.



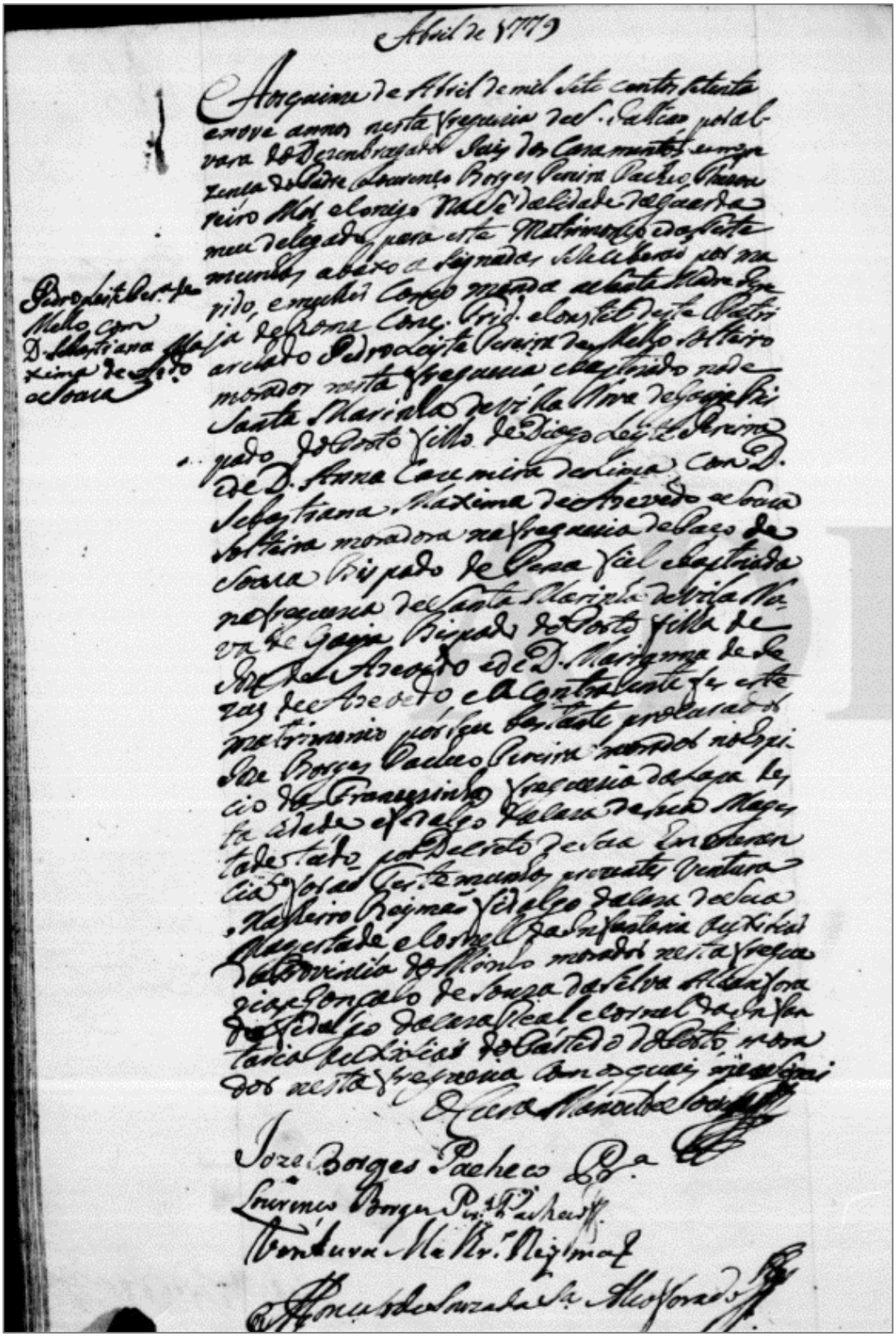
Fonte: Documento de Arquivo, cedido pelo Arquivo Municipal de Penafiel.

ANEXO 128. Figura 213 - Registo de Batismo de Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa em 20 de janeiro de 1756.



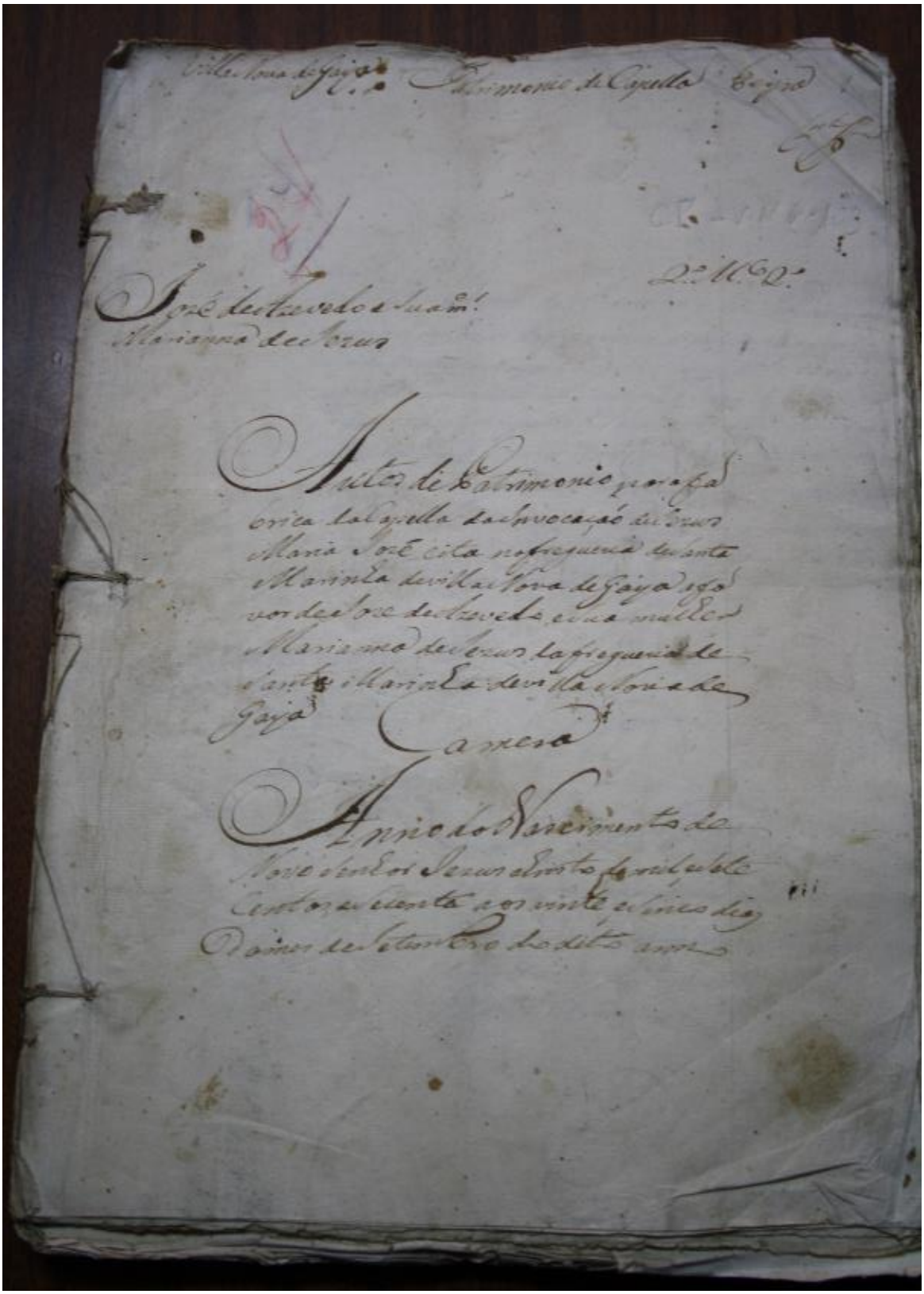
Fonte: Documento de Arquivo da ADPRT: PT-ADPRT-PRQ-PVNG16-001-0008_m00770, fls. 321.

ANEXO 129. Figura 214 - Registo de casamento de Sebastiana Máxima de Azevedo e Sousa e Pedro Leite Pereira de Mello, em 15 de abril de 1779.



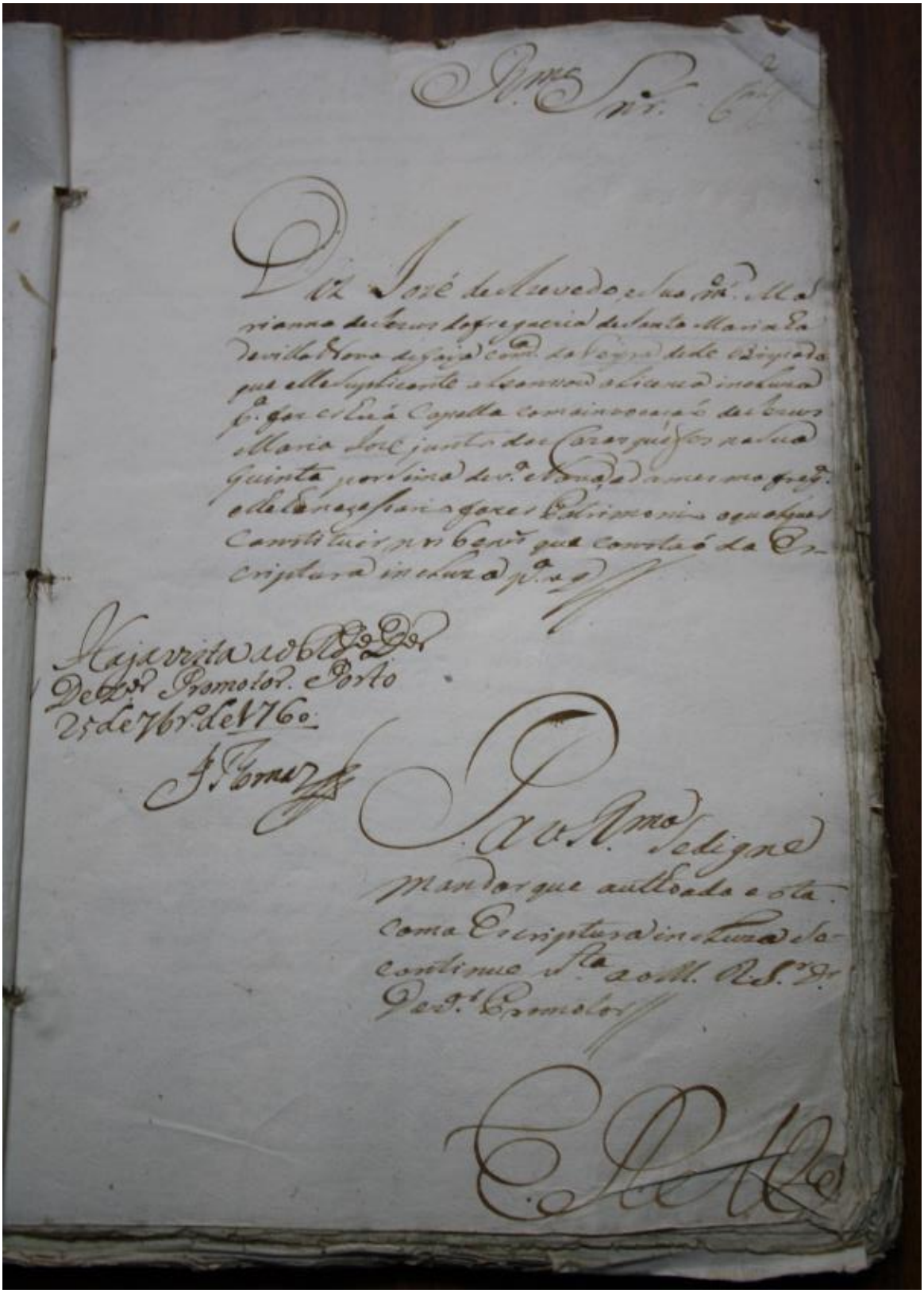
Fonte: Documento de Arquivo da ADPRT: PT-ADLSB-PRQ-PLSB60-002-C3_m0076, fls. 69v.

ANEXO 130. Figura 218 - Documento dos Autos de Património da Capela de José de Azevedo e Sousa, 1760, página inicial.



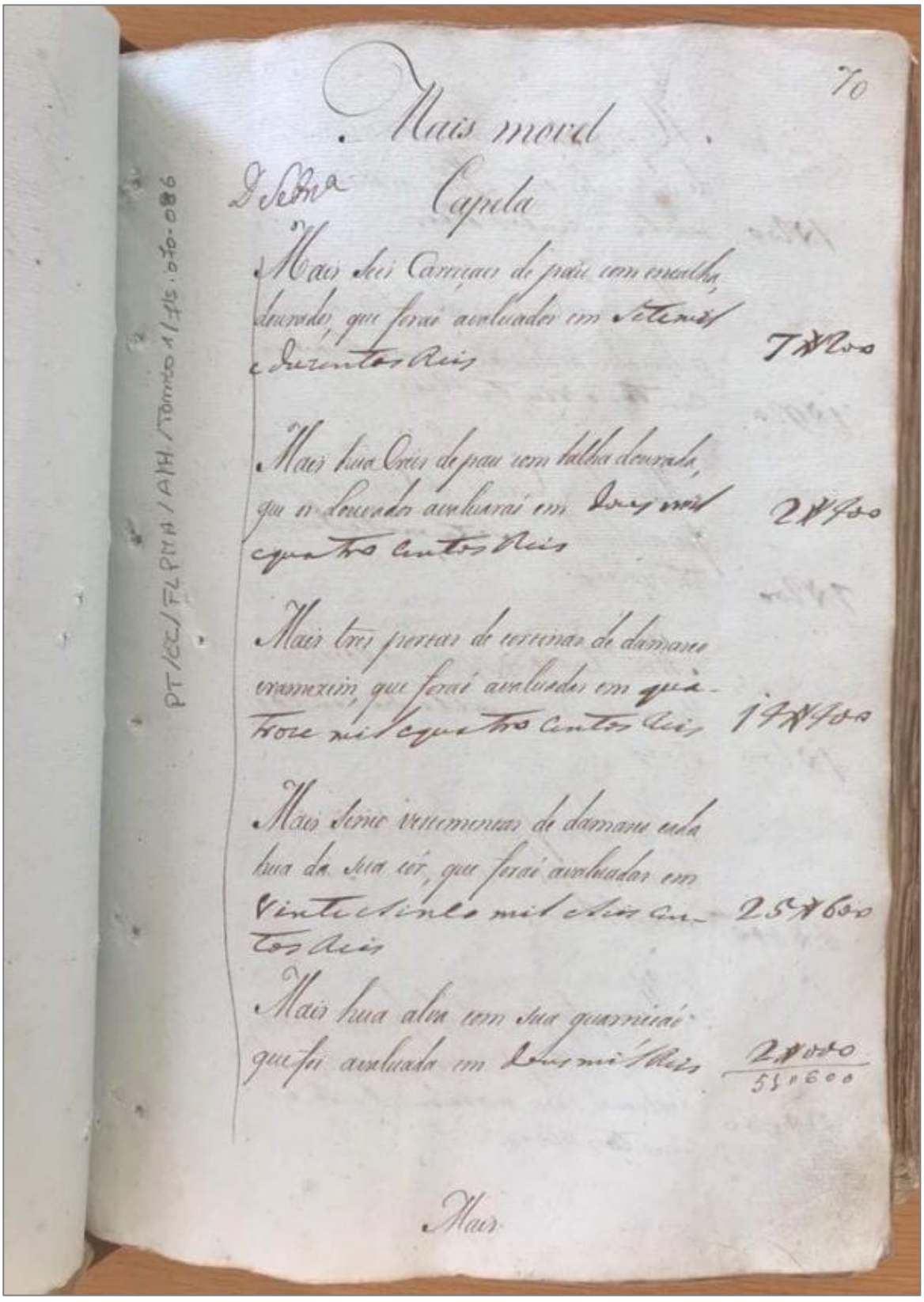
Fonte: Documento de Arquivo da AEP: PT/AEP/DP/CUR-SGC/483.

ANEXO 131. Figura 219 - Documento dos Autos de Património da Capela de José de Azevedo e Sousa, 1760, página seguinte.



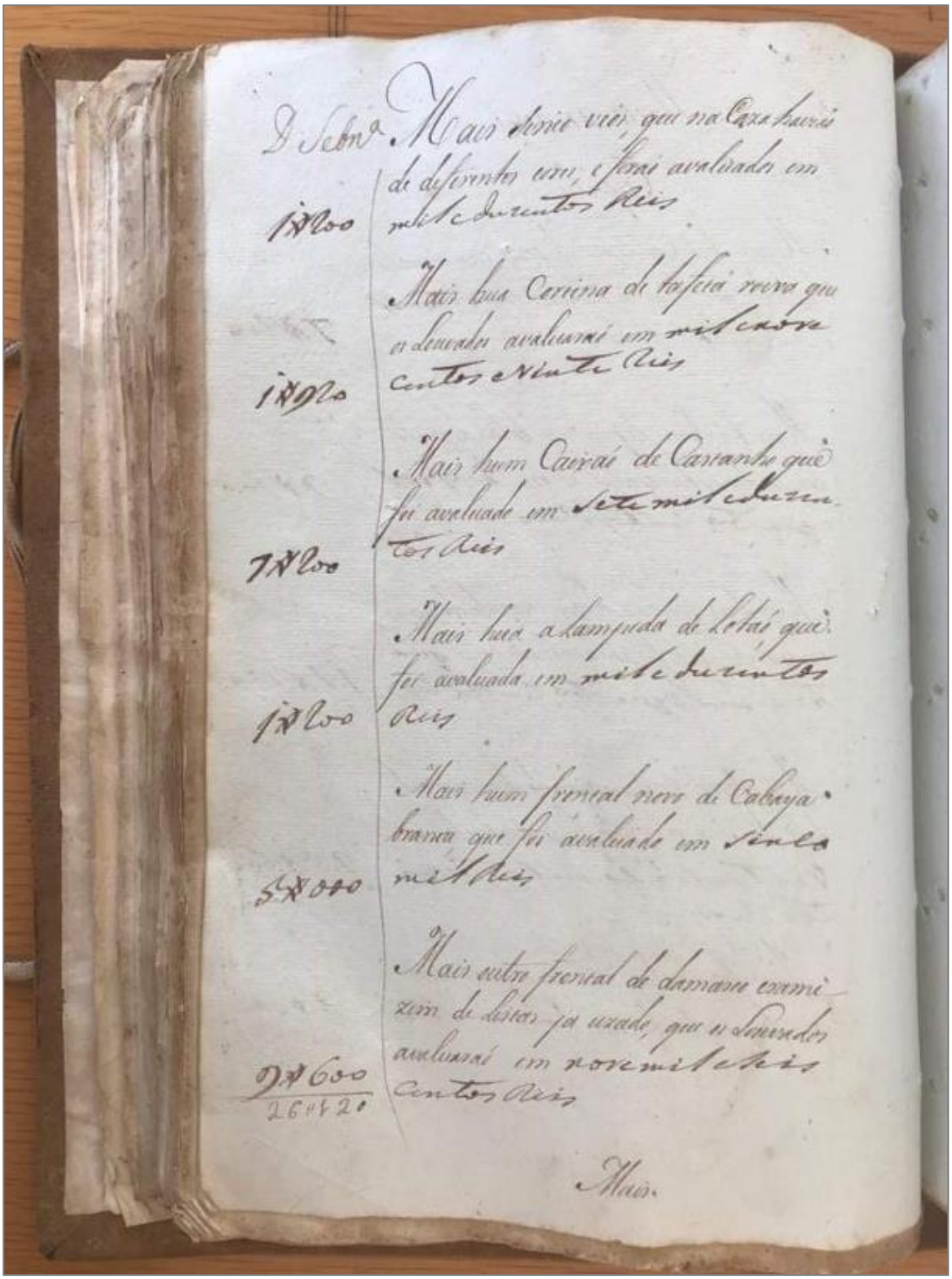
Fonte: Documento de Arquivo da AEP: PT/AEP/DP/CUR-SGC/483.

ANEXO 132. Figura 220 - Inventário testamentário dos bens da Capela folha 70.



Fonte: Documento de Arquivo, cedido pelo Arquivo Municipal de Penafiel.

ANEXO 133. Figura 221 - Inventário testamentário dos bens da Capela folha 71.



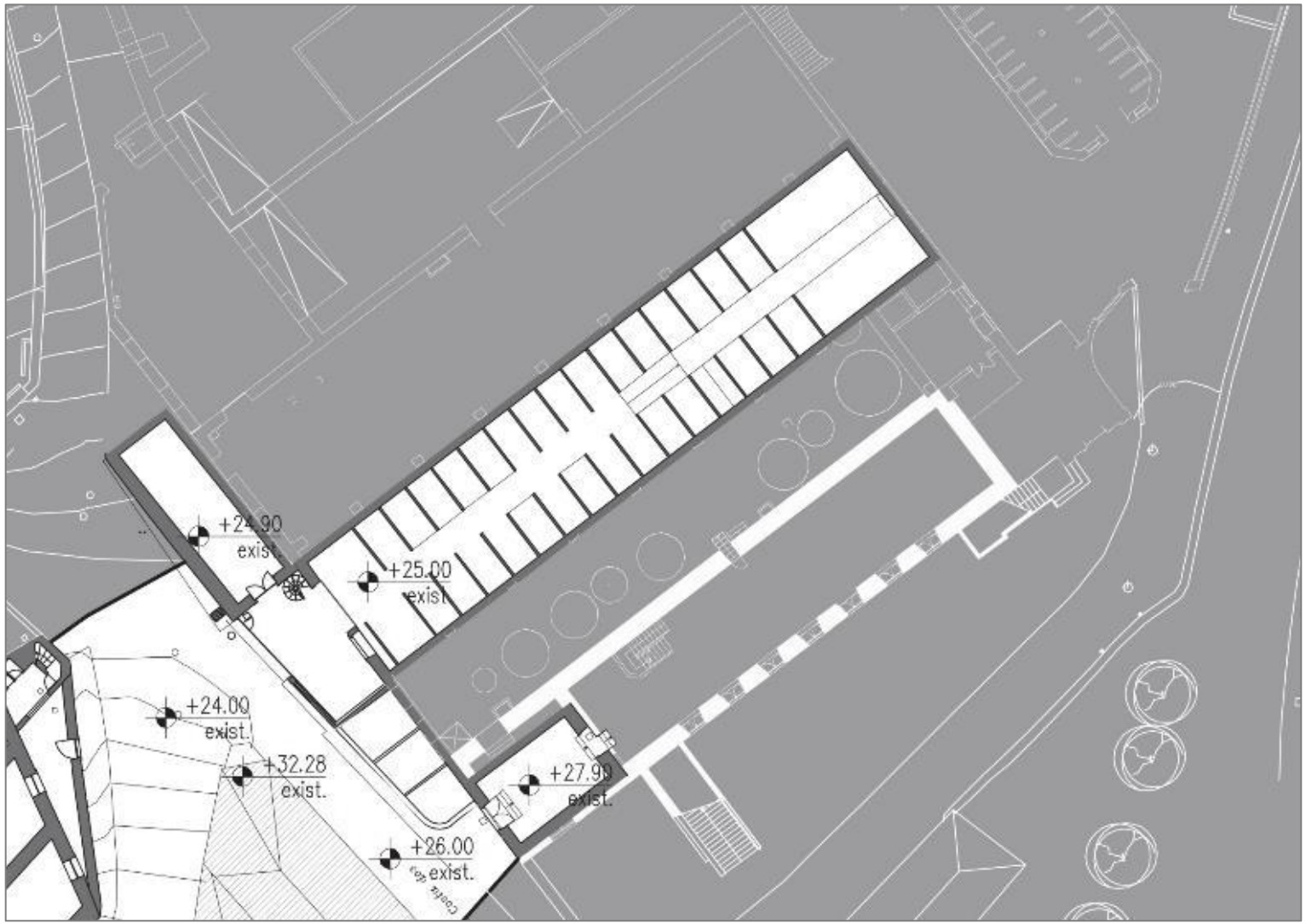
Fonte: Documento de Arquivo, cedido pelo Arquivo Municipal de Penafiel.

ANEXO 134. Figura 227 - Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200)



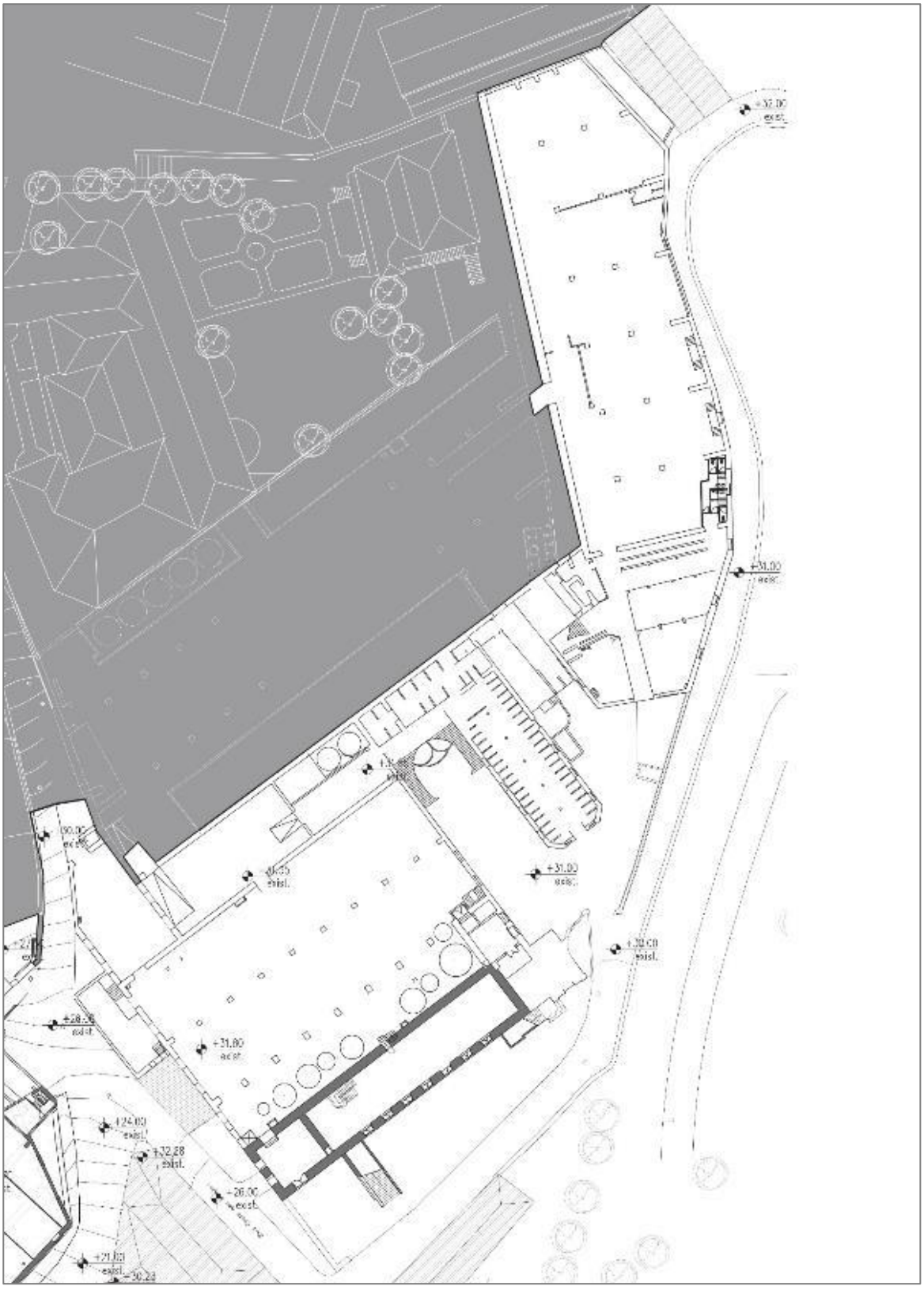
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda, 2019.

ANEXO 135. Figura 228 - Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200)



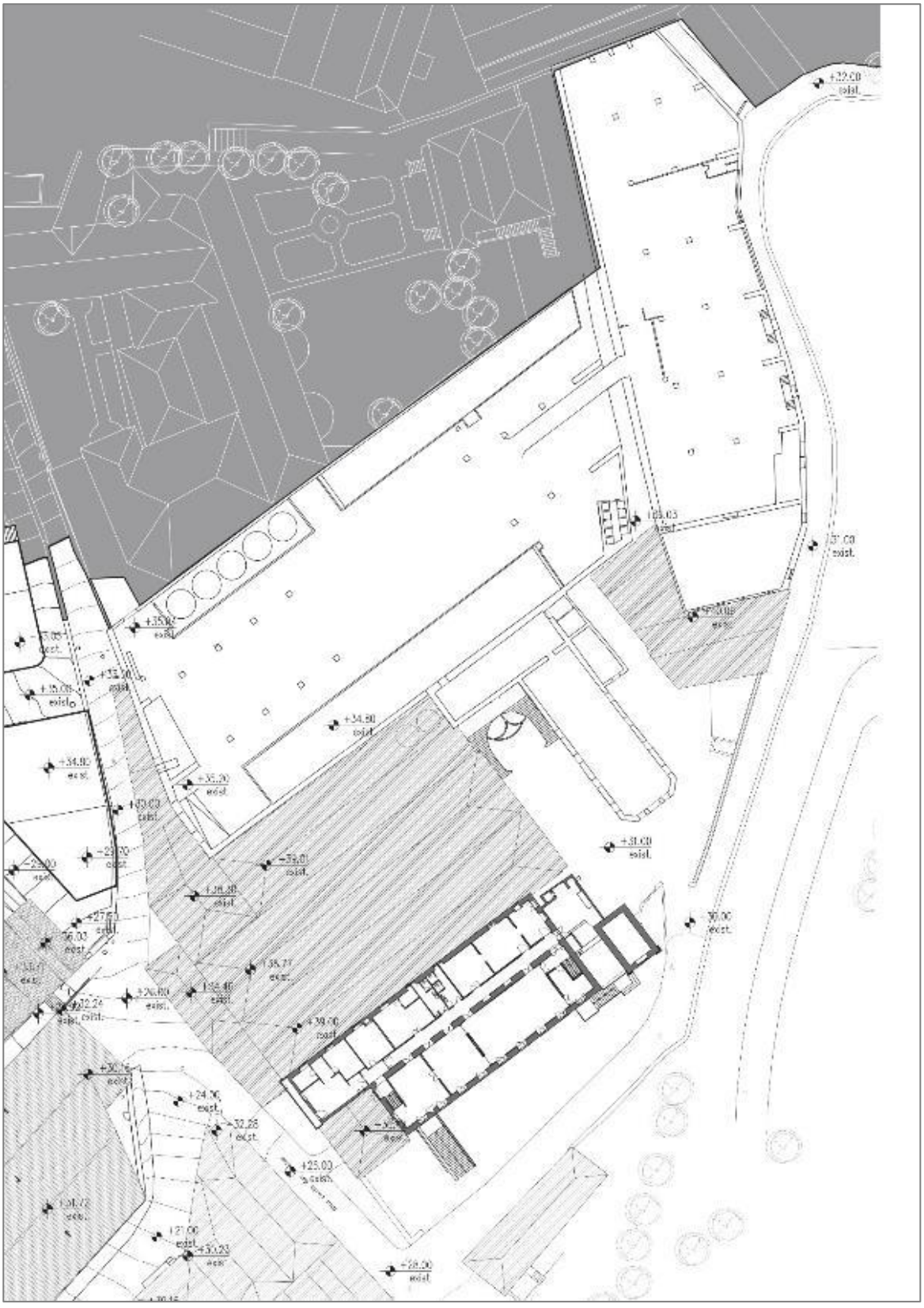
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda, 2019

ANEXO 136. Figura 229 - Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200)



Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda, 2019.

ANEXO 137. Figura 230 - Planta da Casa do Choupelo e armazéns contíguos. (Escala 1:200)



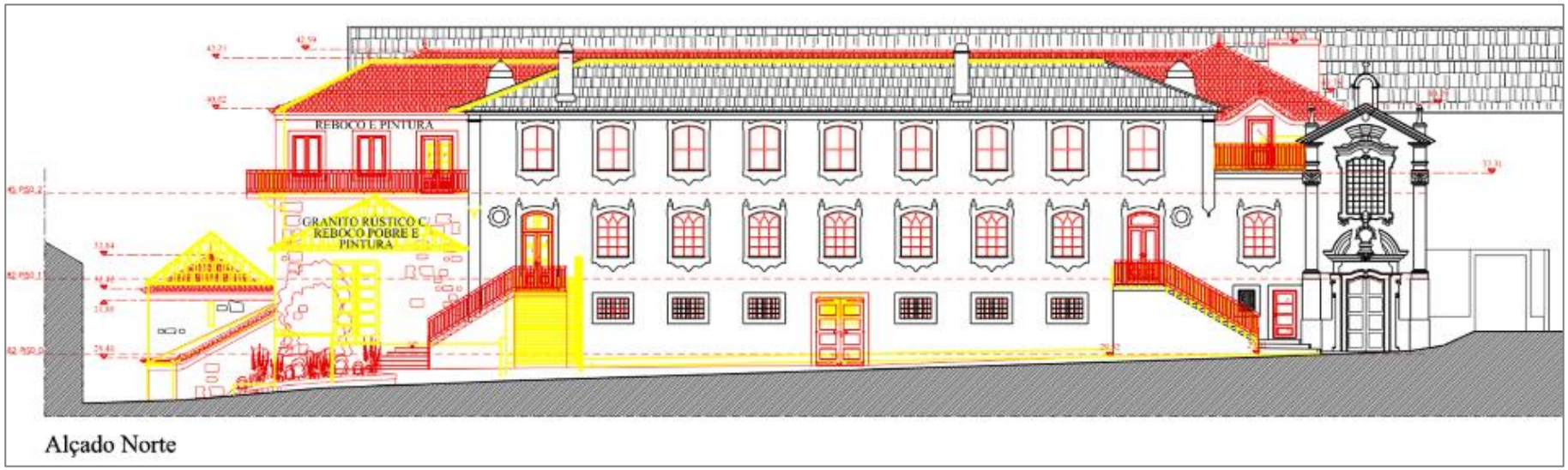
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda, 2019.

ANEXO 138. Figura 234 - Alçados nascente e norte da Casa do Choupelo. (Escala 1:200)



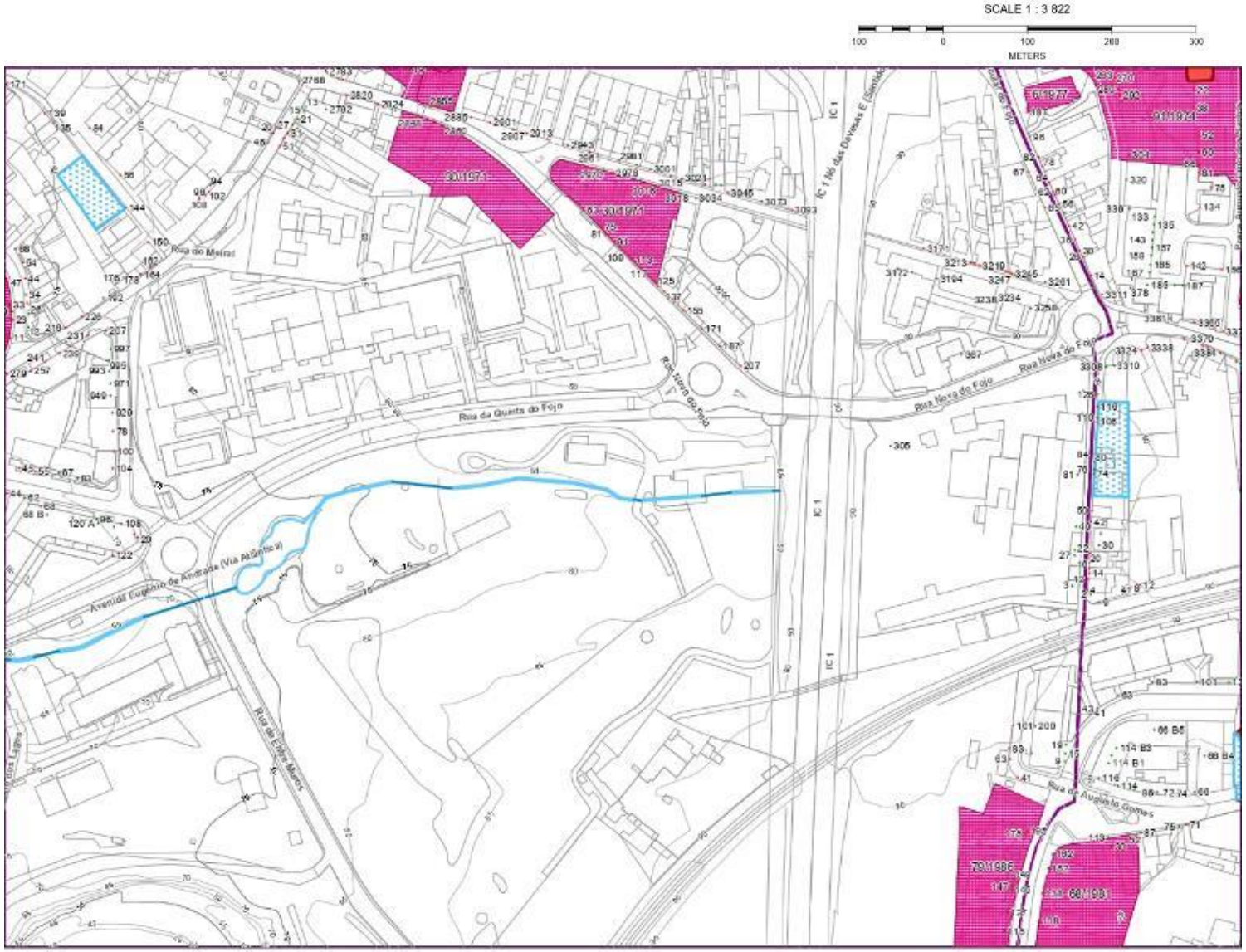
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda.

ANEXO 139. Figura 235 - Alçado norte da Casa do Choupelo. (Escala 1:200)



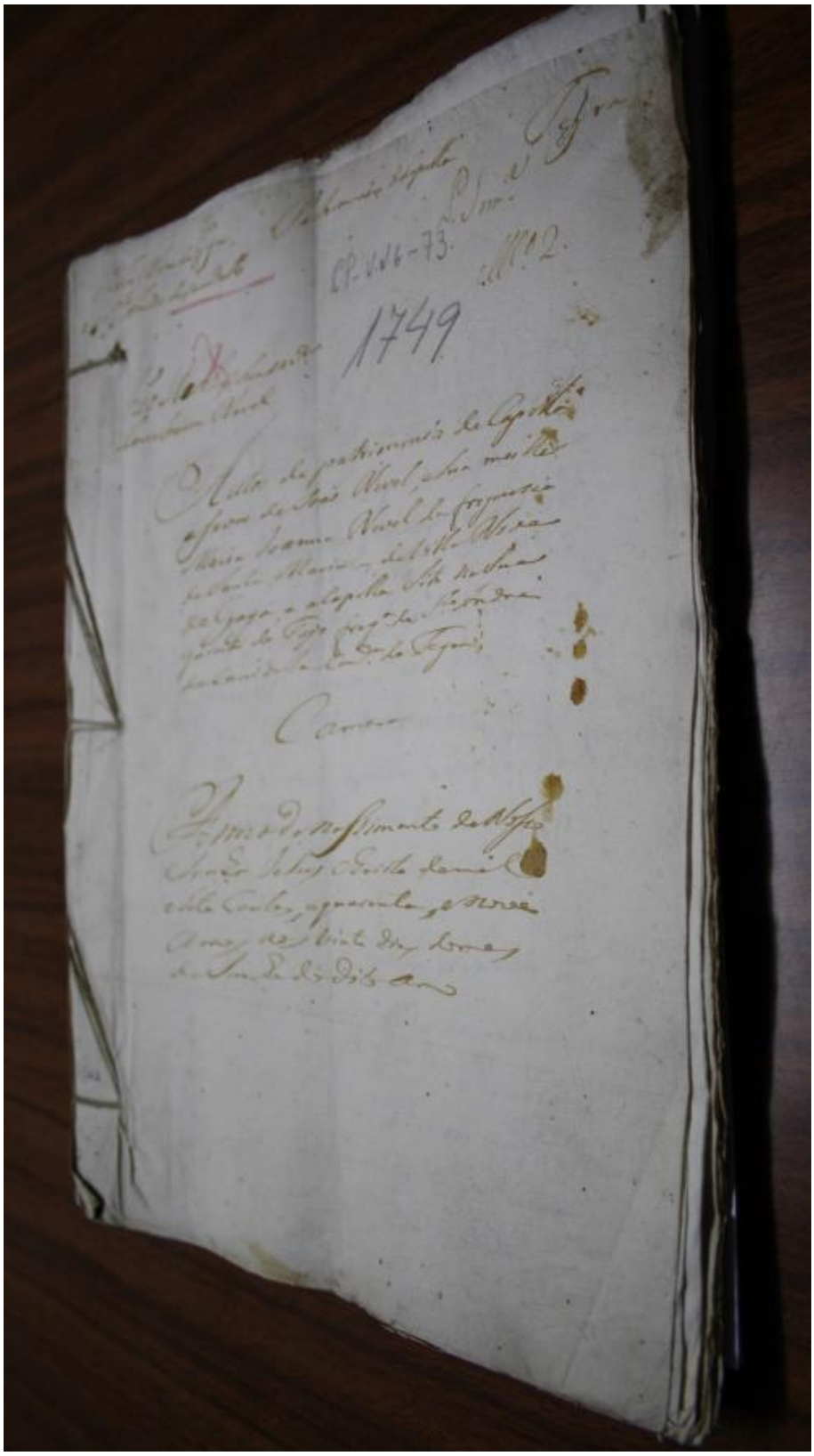
Fonte: Projeto do autor: Arqt.º Victor Miranda.

ANEXO 140. Figura 253 - Carta urbanística que localiza a Casa/Quinta do Fojo.



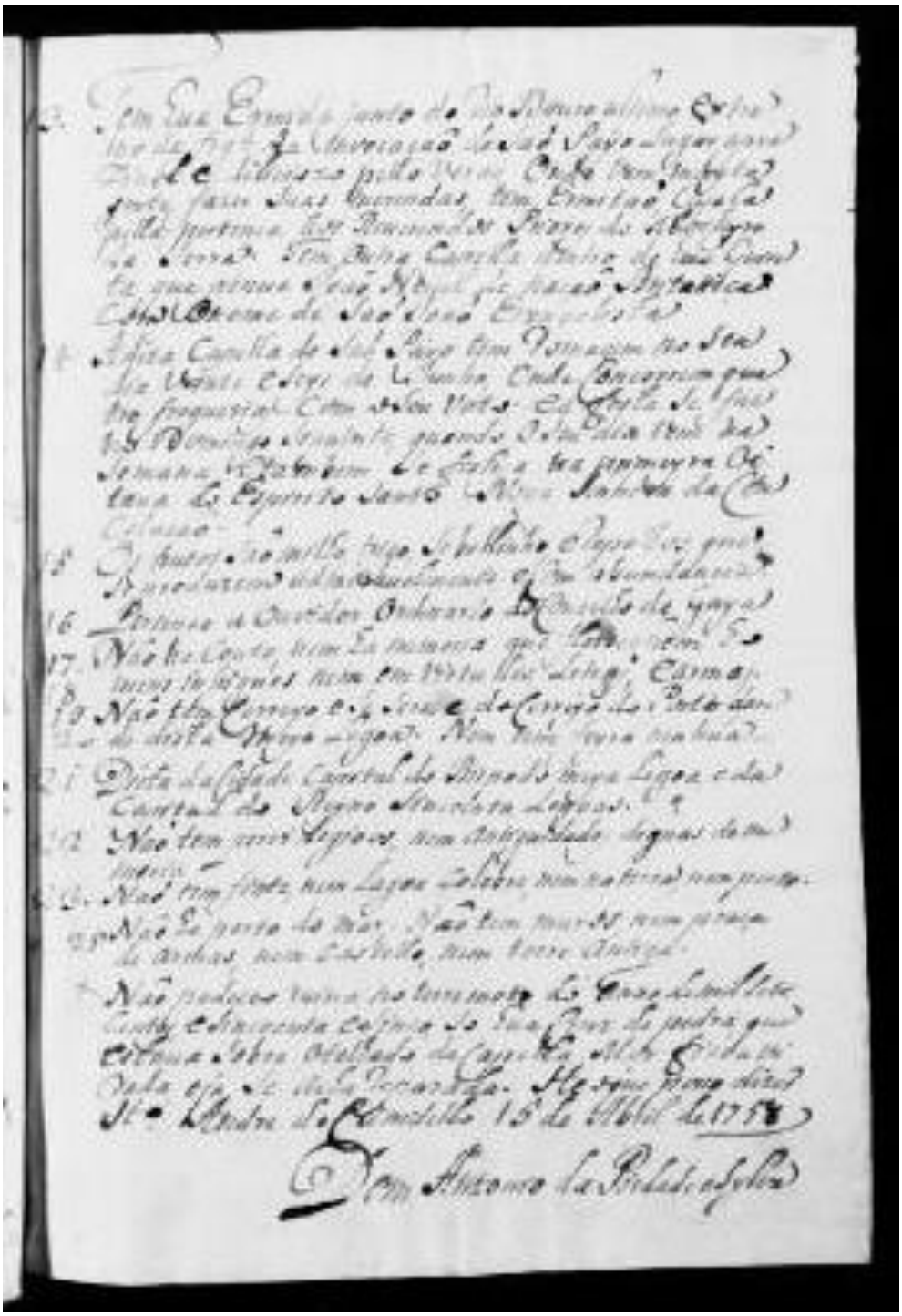
Fonte: gaiurb (s.d.).

ANEXO 141. Figura 257 - Documento dos Autos do Património da Capela da Casa do Fojo no ano de 1749.



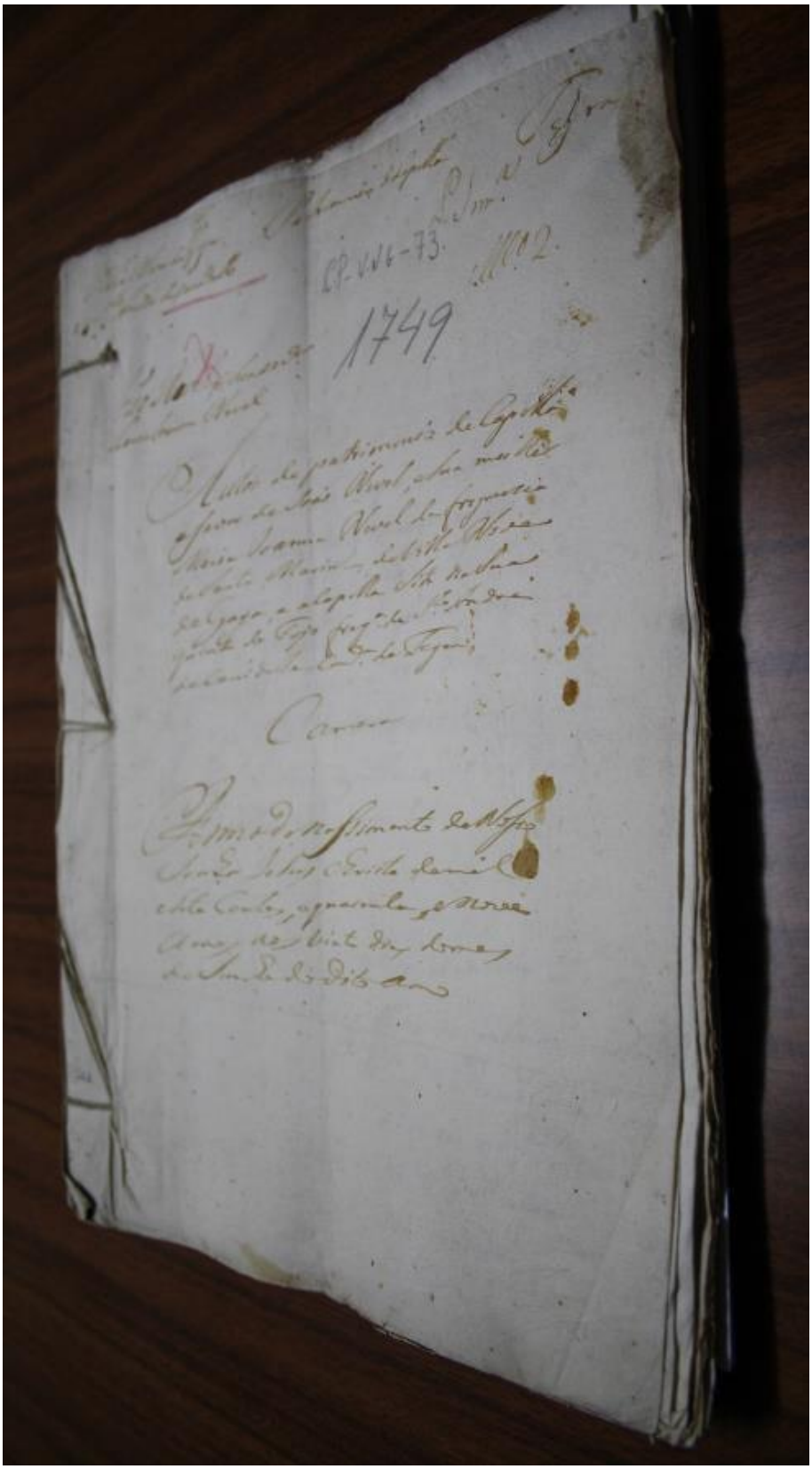
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/001/0448.

ANEXO 142. Figura 265 - Documento das Memórias Paroquiais da Freguesia de Canidelo.



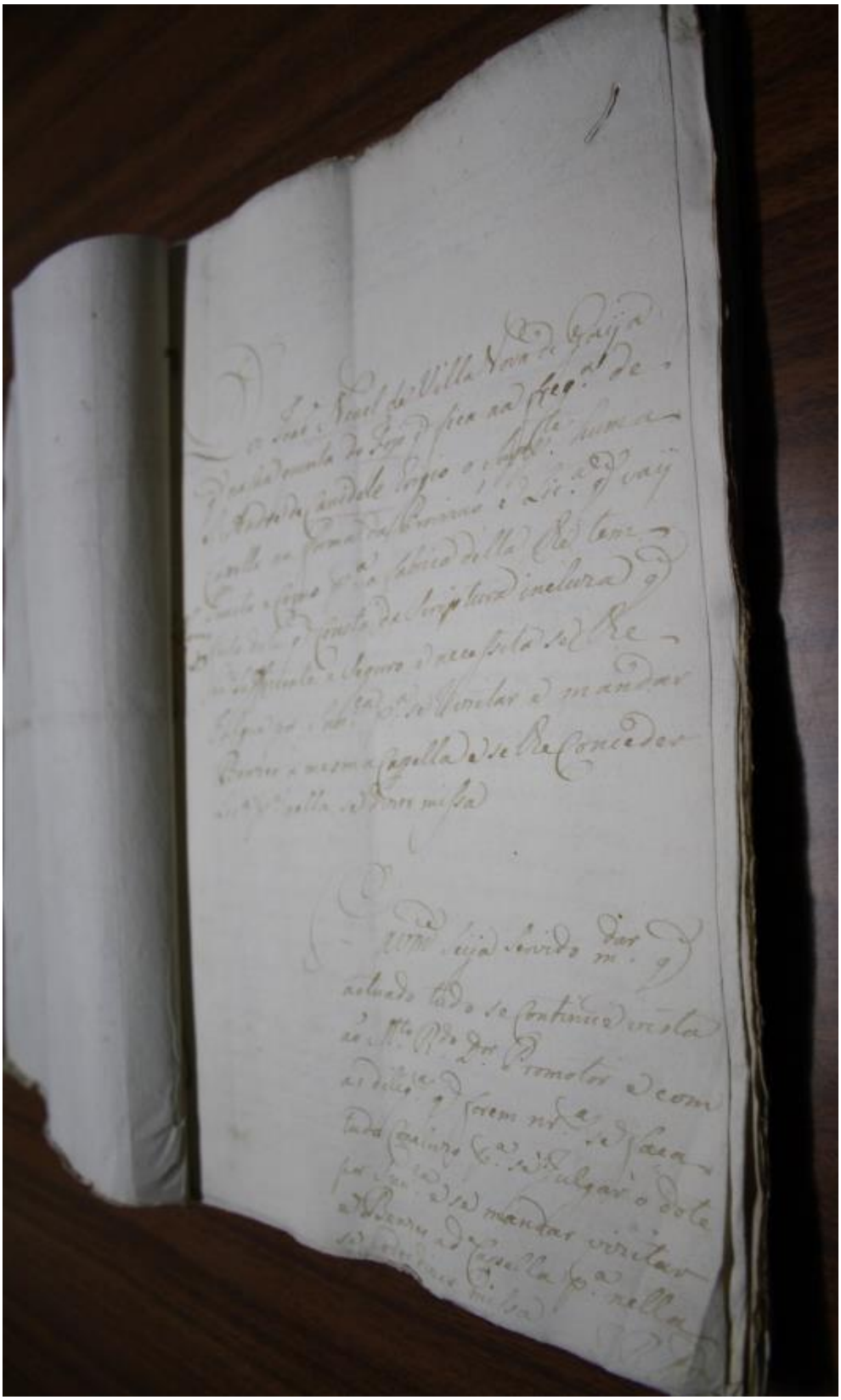
Fonte: Documento de Arquivo: Memórias Paroquiais de 1758 - PT/TT/MPRQ/9/108.

ANEXO 143. Figura 268 - Documentos dos Autos de Património da Capela da Casa do Fojo de 20/6/1749 (parte 1).



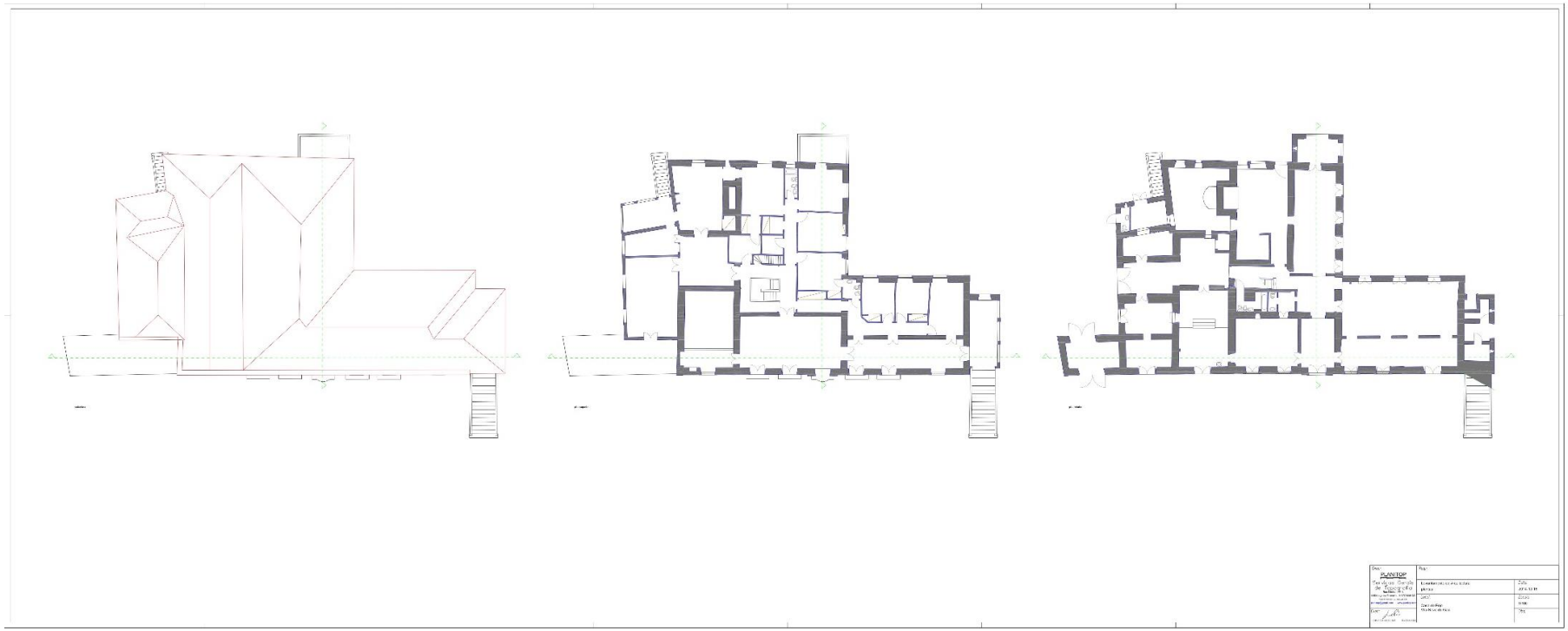
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/001/0448.

ANEXO 144. Figura 269 - Documentos dos Autos de Património da Capela da Casa do Fojo de 20/6/1749 (parte 2).



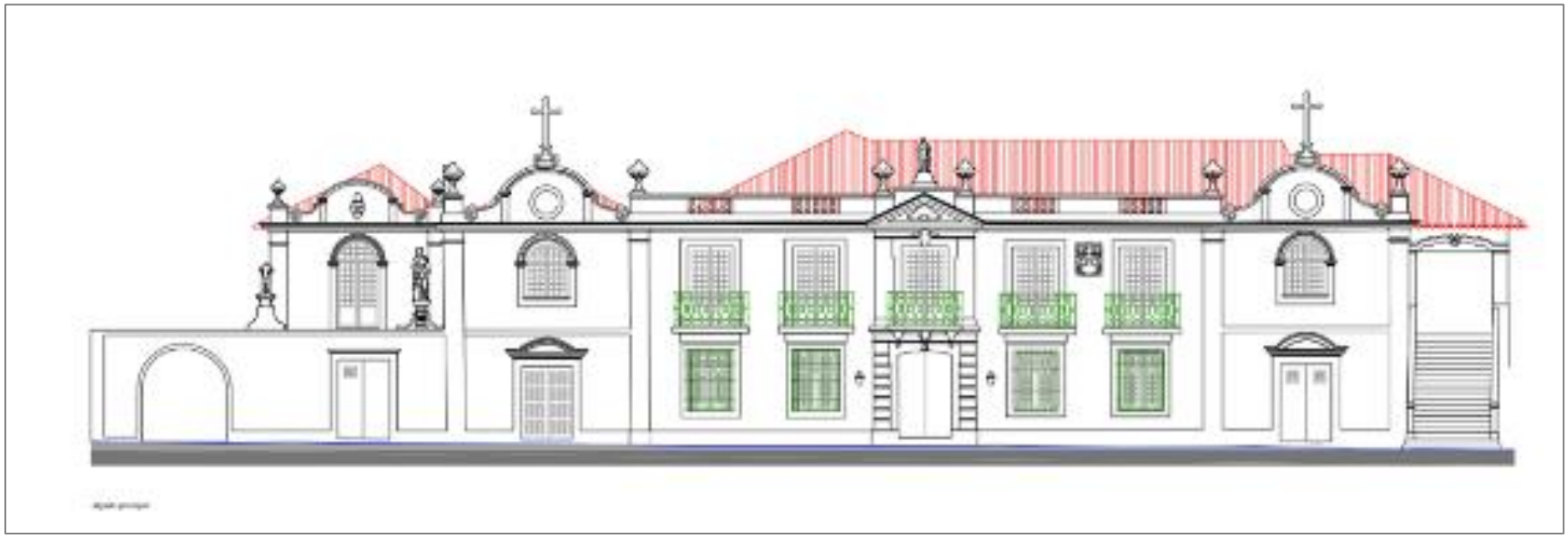
Fonte: Documento de Arquivo: AEP - PT/AEP/DP/CUR-SGC/001/0448.

ANEXO 145. Figura 272 - Planta da Casa do Fojo. (Escala 1:100)



Fonte: Imagem cedida pelo Topógrafo Luís Pinto, da Empresa Planitop.

ANEXO 146. Figura 306 - Alçado principal da Casa do Fojo virado a poente. (Escala 1:100)



Fonte: Imagem cedida por Francisco Luís Pinto, Topógrafo da Empresa Planitop.

ANEXO 147. Figura 325 - Notícia do Jornal "O Comércio do Porto" na data de 30 de abril de 1955, sobre o incêndio que tinha deflagrado no dia anterior, 29 de abril na Casa do Fojo (parte 1).



O Comércio do Porto

e mais
ntes
otecção
eiros
dores
as obras
nossas

dores e mi-
ntes de tra-
strução das
ens, tem-se
ses, e quase
nsa notícia
dos nos lo-
estão a ser

rabalho de
aleria ou os
entos duma
grande difi-
delicadeza,
por vezes,
n de muitos
les mortais.
de mão de
emelhantes
dispensável
mero desses
cia com que
prezam as
ção e segu-

randemente,
destes de-
de equipa-
so de horas
cias do ma-
que podem
ionados que

a disciplina
mas deve
a saber de-
a, a preser-
do descuido
n, resulta a
seus compa-

número de
ais, ocorrido,
s, pelo me-
construção,
e são as de
causas que
e têm origi-
-se a vida

Dois aspectos focados durante o ataque ao fogo que, ontem, destruiu o palacete histórico da Quinta do Fojo, em Coimbrões

O antiquíssimo palacete da Quinta do Fojo, em Coimbrões,

foi destruído, na manhã de ontem, por um incêndio de grandes proporções

O palacete da Quinta do Fojo, em Coimbrões, era um belo solar cuja construção, à velha maneira portuguesa, data de há séculos.

Rodeado de jardins frondosos e lindos [illegible]

respectivo comandante, sr. major Santos Junior, e, ainda, pelo sr. cap. Diniz.

O edifício incendiado e os objectos dele retirados ficaram guarda-

De N

BORDO DO «
A bombordo do
gem a caminho d
junto à porta de
há uma placa e
a proa do «Ped
legenda com os
trução e desarm
tiveram o nome
matemáticas que
mais conhecido
sua época pelo
Nonius Salaciens
do Sal, em 1502.
Enquanto o
com menos mar
ocorre-nos, nest
mos do sábio m
mor, doutor Ped
ciência náutica
guês insigne que
lita, tam.o enob
máticas e astron
tando os maior
de todo o mund
célebre geógraf
primeiro da a
Ptolomeu e Inf
Pedro Nunes, p
rado Maite-Bru
século XVII, com
fia. Se o Infante
escola de cosmo
Sagres, empreen
deram a glória d
contribuiu para
sem carácter c
-tenente A. Silva
cuja gentileza
trou-nos ligeira
do autor do alt
tado da Esfera
das Naus, hoje
Lisboa, que Ped
sem bodas as co
bem da navegaçã
de marear e ex
tosa. Pedro Nu
essas época era
temáticos com a
bosa Machado
diz de Pedro Nu
juion e a madure
literam a compre
cando-se na Un
Faculdades de
recebendo nesta
dirou aquela pel
finalizaram em
ciências agrond
máticas em que
endo o primeiro
máticas na Univ
que lhe pesou p
de Outubro de 1
Fevereiro de 1
É o dr. Teixe
estudo «A anato
culo XVI» e em
cuja larga exper
tendo-nos ofe
da Índia quan

Duas obr

Fonte: Recortes do Jornal cedidos pelo proprietário, Prof. Doutor Paulo Lencastre.

ANEXO 148. Figura 326 - Notícia do Jornal "O Comércio do Porto" na data de 30 de abril de 1955, sobre o incêndio que tinha deflagrado no dia anterior, 29 de abril na Casa do Fojo (parte 2).



O Comércio do Porto

Sábado, 30 de Abril de 1955

DAS RELAÇÕES DA INDÚSTRIA DA PESCA DA SARDINHA

Na luta de Matosinhos não podem coexistir por mais tempo o trabalho e a improdutividade!

Vida Elegante

De Vila do Conde

Devem tornar-se mais eficazes e eficientes os meios de protecção aos mineiros e trabalhadores que se empregam nas obras de construção das nossas barragens

Diário de Coimbra

O antiquíssimo palacete da Quinta do Fojo, em Coimbrões, foi destruído, na manhã de ontem, por um incêndio de grandes proporções

De Águeda

RELATÓRIOS

Associação do Hospital de Crianças Maria Pia

De Macau a Manila

Pedro Nunes, uma glória nacional evocada numa placa de bronze a bordo do navio que tem o seu nome

Duas obras notáveis de arte fotográfica que interessam a Portugal e aos portugueses

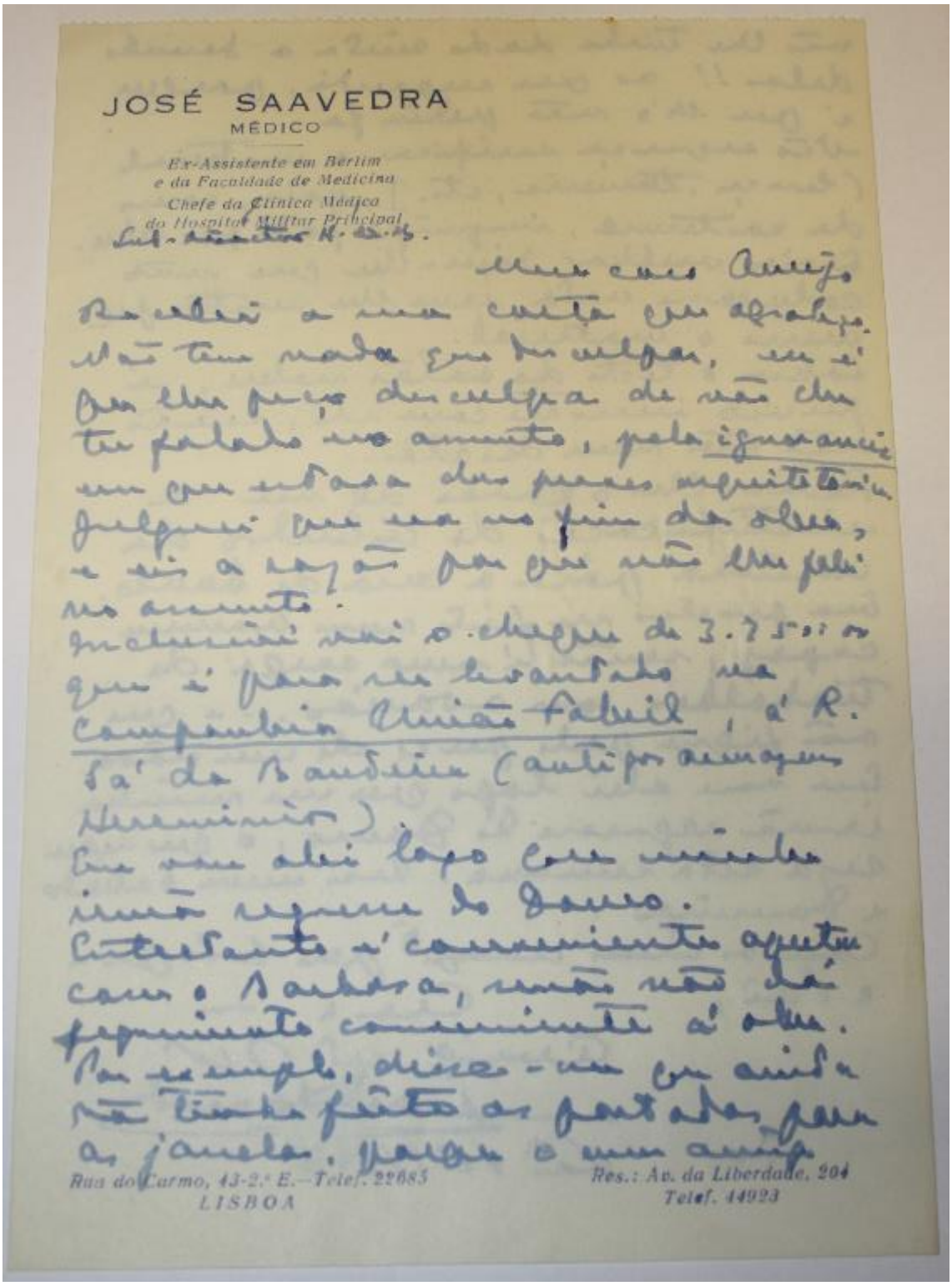
Fino MACIEIRA

De Vila Real

Mocidade Portuguesa

Fonte: Recortes do Jornal cedidos pelo proprietário, Prof. Doutor Paulo Lencastre.

ANEXO 149. Figura 327 - Envio de cheque no valor de 3.750$00.



JOSÉ SAAVEDRA
MÉDICO

Ex-Assistente em Berlim
e da Faculdade de Medicina
Chefe da Clínica Médica
do Hospital Militar Principal
Lt.-Coronel M. S. R.

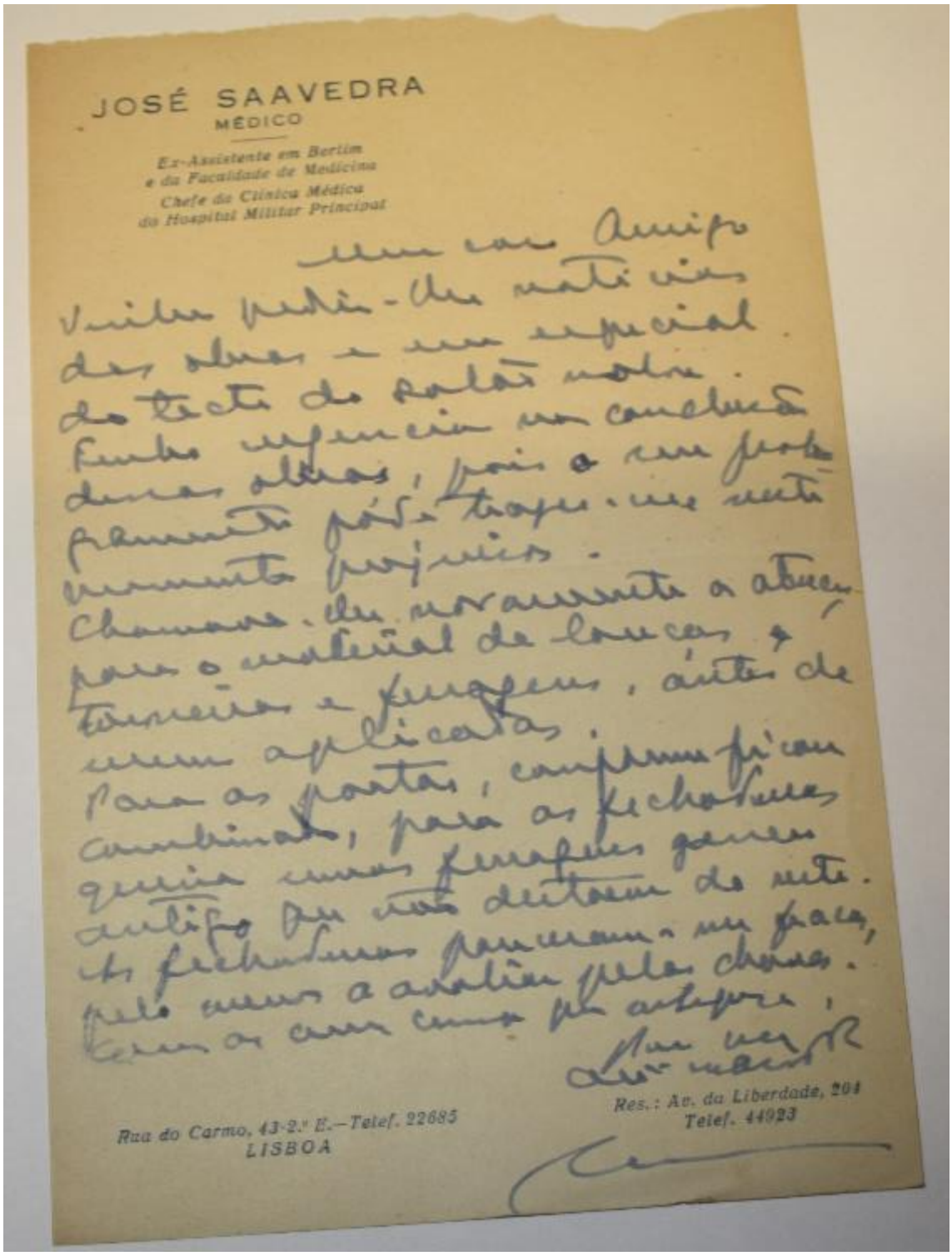
Meu caro Amigo
Recebi a sua carta que agradeço. Não tem nada que ter culpas, eu é que lhe peço desculpa de não lhe ter falado mais amiudo, pela ignorancia em que estava das suas aquisições. Julguei que era no fim do ano, e só a razão por que não lhe falei mais amiudo.
Incluso vai o cheque de 3.750$00 que é para ser levantado na Companhia União Fabril, à R. Sá da Bandeira (antiga Arenosa)
Que mais oferecer-lhe para a sua vinda a esta região do Douro.
Interessante é o conhecimento aqueles com o Barbosa, mas não dá suficiente conhecimento de obra. Por exemplo, disse-me que ainda não tinha feito os frontais para as janelas. Ficou o meu amigo

Rua do Carmo, 43-2.º E.—Telef. 22685
LISBOA

Res.: Av. da Liberdade, 204
Telef. 44923

Fonte: Documento de Arquivo, cedido pela Fundação Marques da Silva no Porto: FIMS/FT/0029-pd0001.

ANEXO 150. Figura 328 - Pedido de notícias sobre as obras, especialmente sobre o teto do Salão Nobre.



JOSÉ SAAVEDRA
MÉDICO

Ex-Assistente em Berlim
e da Faculdade de Medicina
Chefe da Clínica Médica
do Hospital Militar Principal

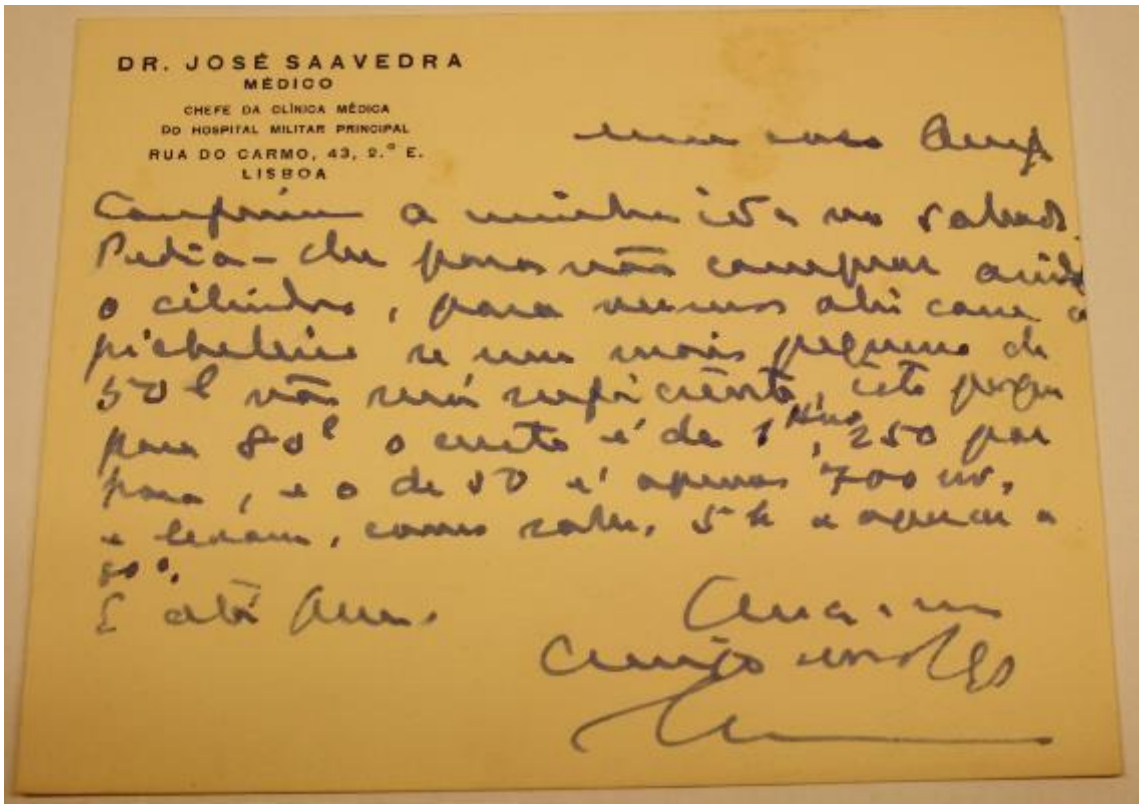
Meu caro Amigo
Visite pedir-lhe notícias
das obras e com especial
do teto do salão nobre.
Fomos surpreendidos com conclusão
destas obras, pois o seu profes-
samento pós-trapo-nos muito
vivamente preocupados.
Chamamos-lhe novamente a atenção
para o material de louças e
torneiras e ferragens, antes de
serem aplicadas.
Para as portas, campainhas, fi-
nalmente, para as fechaduras
queria umas ferragens genero-
sas. Os que nos deixaram de muito.
As fechaduras faltaram-nos para,
pelo menos a avaliar pelas chaves.
Esperando as suas ordens, subscrevo-me
Muito seu
[illegible]

Rua do Carmo, 43-2.º E.—Telef. 22685
LISBOA

Res.: Av. da Liberdade, 204
Telef. 44923

Fonte: Documento de Arquivo, cedido pela Fundação Marques da Silva no Porto: FIMS/FT/0029-pd0001.

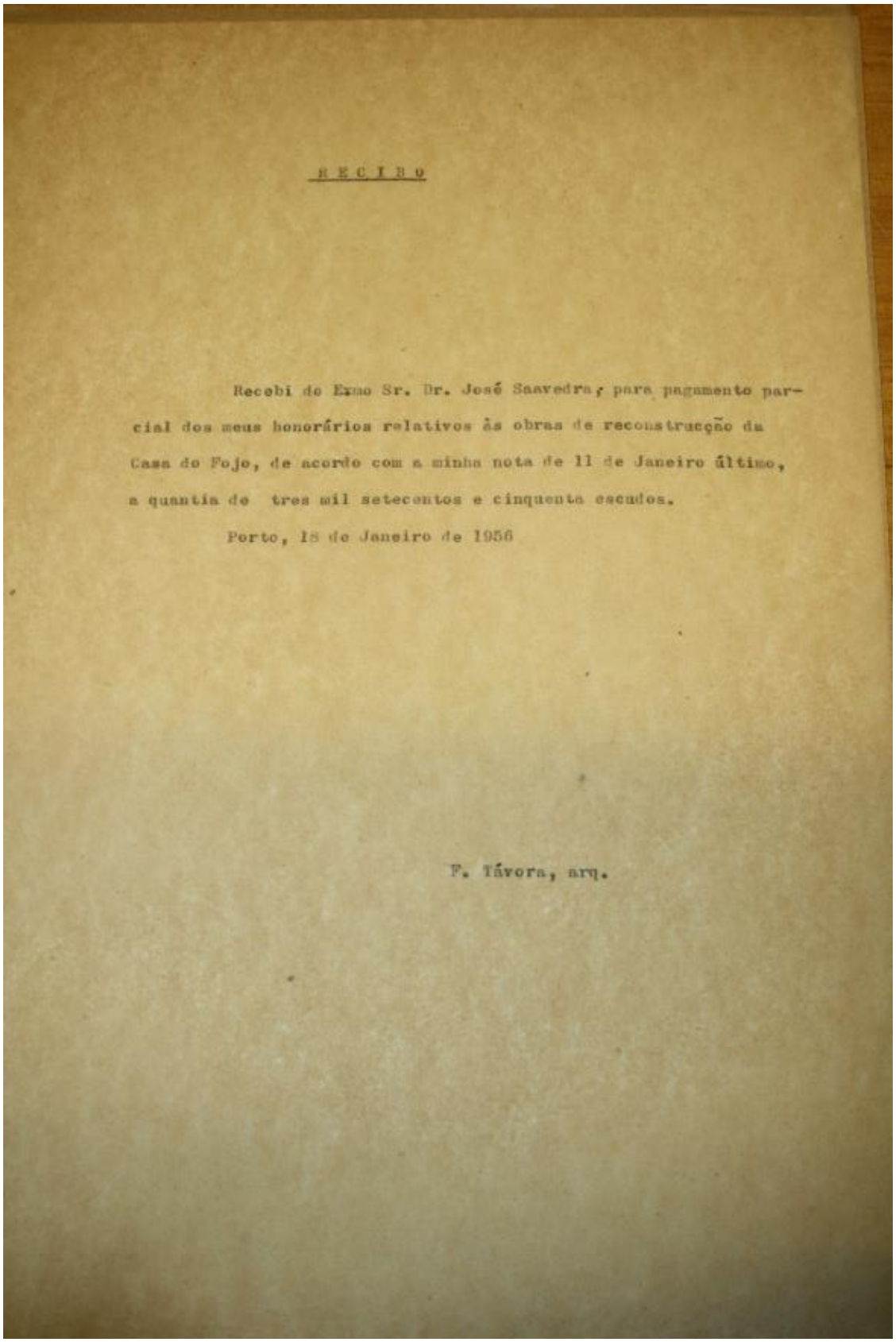
ANEXO 151. Figura 329 - Carta a confirmar a ida no sábado à Casa do Fojo, e a combinar um encontro.



DR. JOSÉ SAAVEDRA
MÉDICO
CHEFE DA CLÍNICA MÉDICA
DO HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL
RUA DO CARMO, 43, 2.º E.
LISBOA

Fonte: Documento de Arquivo, cedido pela Fundação Marques da Silva no Porto: FIMS/FT/0029-pd0001.

ANEXO 152. Figura 330 - Recibo de 3.750$00 assinado por Fernando Távora.



RECIBO

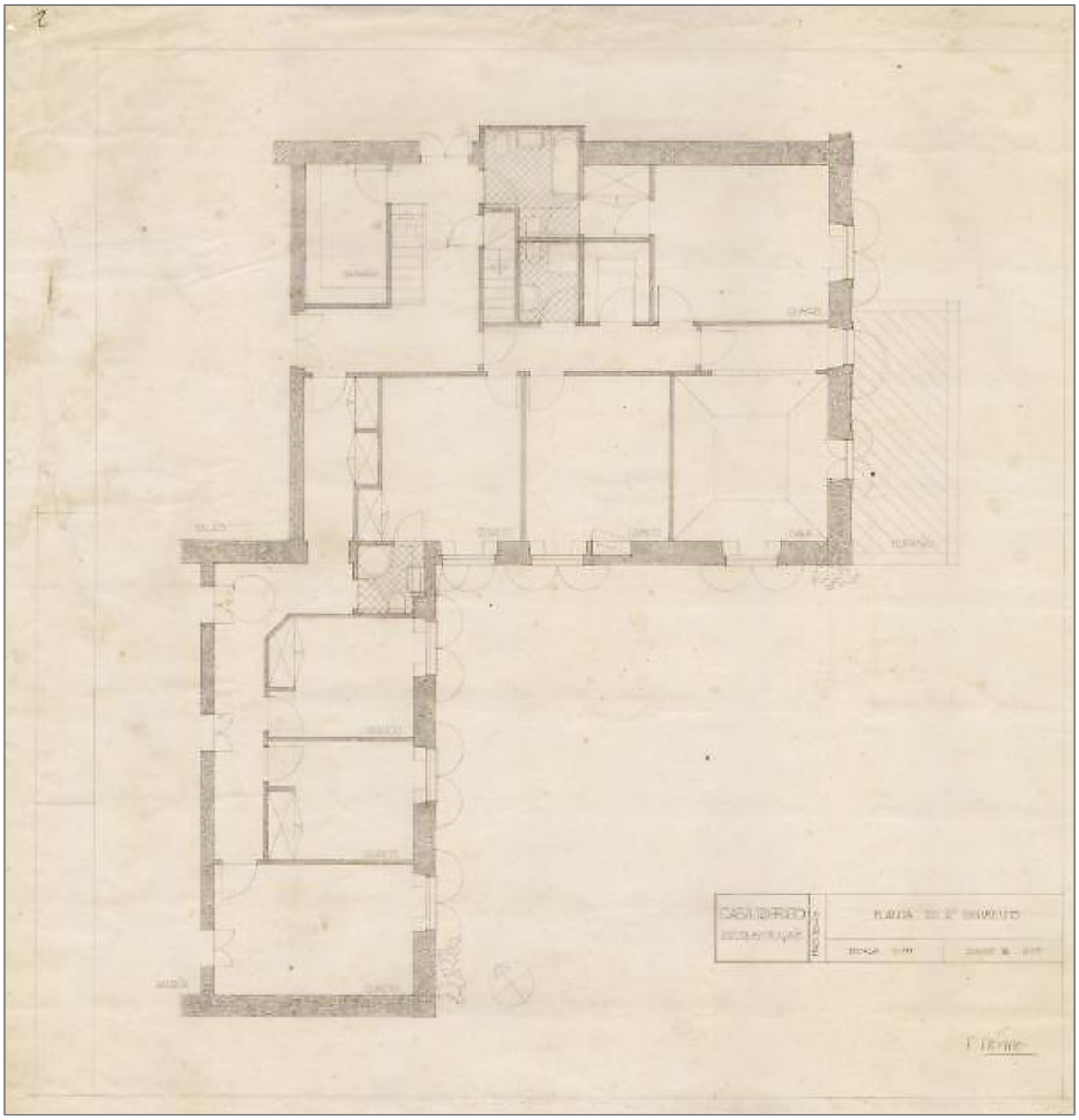
Recebi do Exmo Sr. Dr. José Saavedra, para pagamento parcial dos meus honorários relativos às obras de reconstrucção da Casa do Fojo, de acordo com a minha nota de 11 de Janeiro último, a quantia de tres mil setecentos e cinquenta escudos.

Porto, 18 de Janeiro de 1956

F. Távora, arq.

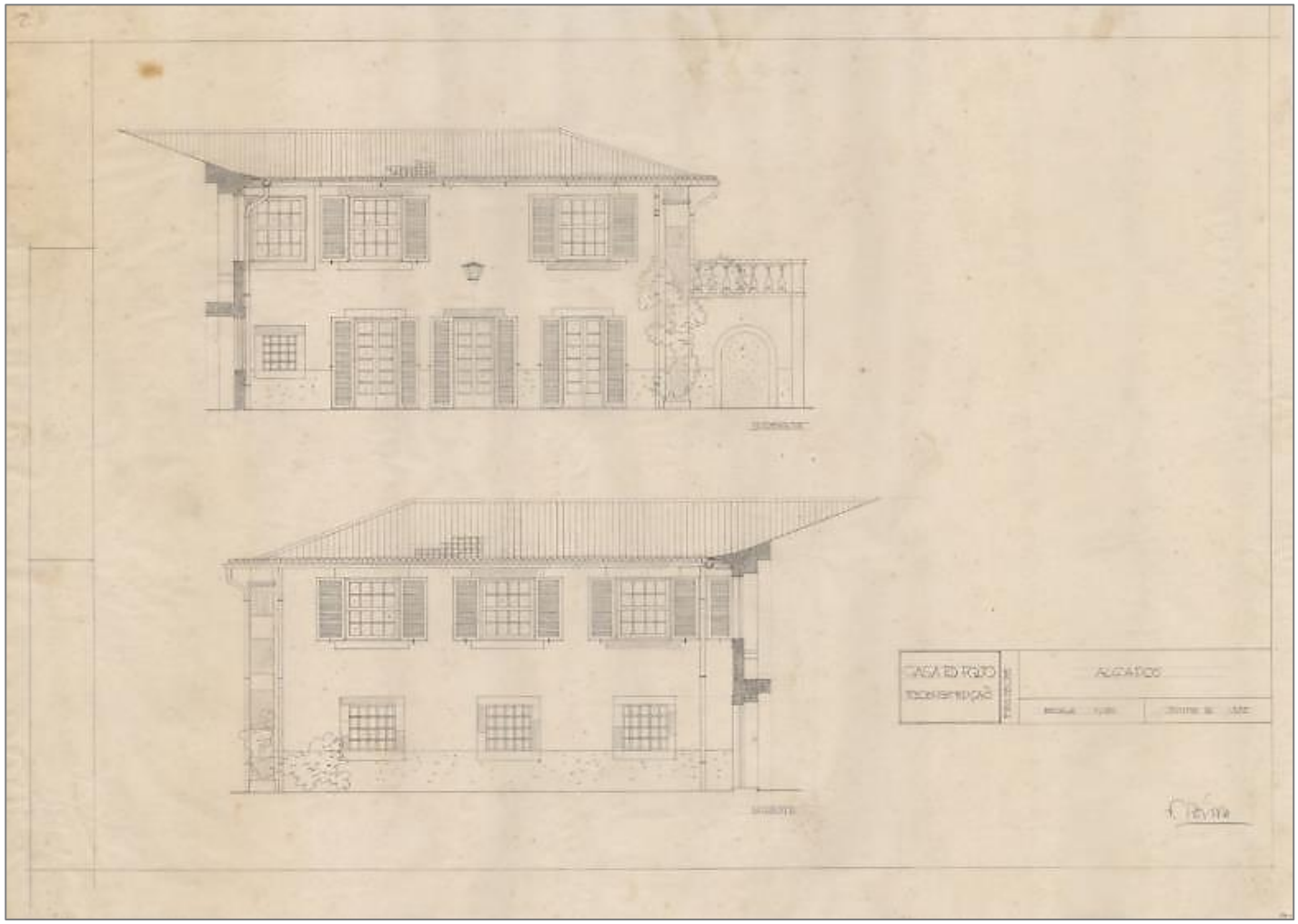
Fonte: Documento de Arquivo, cedido pela Fundação Marques da Silva no Porto: FIMS/FT/0029-pd0001.

ANEXO 153. Figura 331 - Planta do 2.º piso da Casa do Fojo – Projeto do Arqt.º Fernando Távora de junho de 1955. (Escala 1:50)



Fonte: Documento de Arquivo, cedido pela Fundação Marques da Silva – FIMS/FT/0029-pd0002.

ANEXO 154. Figura 332 - Alçados posteriores da Casa do Fojo – Projeto do Arqt.º Fernando Távora de junho de 1955. (Escala 1:50)



Fonte: Documento de Arquivo, cedido pela Fundação Marques da Silva – FIMS/FT/0029-pd0001.

ANEXO 155. Figura 334 - Esquema exemplificativo das alterações construtivas no 1.º piso da Casa do Fojo.



Fonte: Trabalho da Autora.